

NISTO CREMOS

AS 28 CRENÇAS
FUNDAMENTAIS DA IGREJA
ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA



NISTO CREMOS

AS 28 CRENÇAS
FUNDAMENTAIS DA IGREJA
ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA



NISTO CREMOS

AS 28 CRENÇAS
FUNDAMENTAIS DA IGREJA
ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA

Associação Ministerial da Associação
Geral dos Adventistas do Sétimo Dia

Tradução
Hélio L. Grellmann

Casa Publicadora Brasileira
Tatuí, SP



Título original em inglês:
Seventh-day Adventists Believe...

Direitos de publicação reservados à
CASA PUBLICADORA BRASILEIRA
Rodovia SP 127 – km 106
Caixa Postal 34 – 18270-970 – Tatuí, SP
Tel.: (15) 3205-8800 – Fax: (15) 3205-8900
Atendimento ao cliente: (15) 3205-8888
www.cpb.com.br

1ª edição neste formato
Versão 1.1
2017

Coordenação Editorial: Vanderlei Dorneles
Editoração: Rubens S. Lessa, Márcio D. Guarda, Rubem M. Scheffel e
Zinaldo A. Santos
Revisão: Luciana Gruber e Jessica Manfrim
Design Developer: Paloma Cartaxo
Capa: Eduardo Olszewski
Imagens: Byron Steele/Review and Herald

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nisto cremos [livro eletrônico] : as 28 crenças fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia / Associação Ministerial da Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia ; tradução Hélio L. Grellmann. – Tatuí, SP : Casa Publicadora Brasileira, 2017.
1,7 kb ; ePub

Título original: Seventh-day Adventists believe
ISBN 978-85-345-2369-1

1. Adventistas do Sétimo Dia – Doutrinas 2. Vida cristã I. Associação Ministerial da Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia.

17-00444

CDD-230.6732

Índices para catálogo sistemático:

1. Adventistas do Sétimo Dia: Doutrinas :
Cristianismo 230.6732



Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio, *sem prévia autorização escrita* do autor e da Editora.

16197/35733

Uma palavra a respeito das 28 crenças fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia

Durante muitos anos, os adventistas do sétimo dia têm-se demonstrado relutantes em formalizar um credo, no sentido usual da palavra. Entretanto, de tempos em tempos – tendo em vista propósitos práticos –, temos constatado a necessidade de resumir nossas crenças em uma estrutura organizada.

Em 1872, a editora adventista de Battle Creek, Michigan, publicou uma “sinopse de nossa fé” em 25 proposições. Esse documento, tendo recebido rápidas revisões e sido ampliado para 28 seções, apareceu no *Yearbook* denominacional de 1889. O texto não constou de edições sucessivas da publicação, mas foi novamente inserido no exemplar de 1905, e continuou a sê-lo até 1914. Em resposta a um apelo dos líderes denominacionais africanos quanto a “uma declaração que ajudaria os oficiais governamentais e outros a obter melhor compreensão de nosso trabalho”, um comitê de quatro pessoas – incluindo o presidente da Associação Geral – preparou uma declaração que abrangia “os principais aspectos” de nossas crenças, segundo “podiam ser resumidos”. Essa declaração de 22 doutrinas fundamentais, que apareceu impressa pela primeira vez no *Yearbook* de 1931, permaneceu até a sessão da Associação Geral de 1980, quando foi substituída por um sumário mais amplo e abrangente de 27 parágrafos, publicado sob o título “Crenças Fundamentais dos Adventistas do Sétimo Dia”.

Mesmo com a publicação da relação de crenças em 1980, a igreja procurou assegurar que ela não fosse vista como um credo imutável. A introdução às crenças fundamentais dizia:

“Os adventistas do sétimo dia aceitam a Bíblia como seu único credo e mantêm certas crenças fundamentais como sendo o ensino das Escrituras Sagradas. Estas crenças, da maneira em que são apresentadas aqui, constituem a compreensão e a expressão do ensino das Escrituras por parte da igreja. Podem ser esperadas revisões destas declarações em assembleia da Associação Geral, quando a igreja é levada pelo Espírito Santo a uma compreensão mais completa da verdade bíblica ou encontra uma linguagem mais apropriada para expressar os ensinamentos da Santa Palavra de Deus.”

Esse tipo de revisão e expansão ocorreu em 2005, na sessão da Associação Geral, em St. Louis, Missouri, Estados Unidos. A crença fundamental votada na ocasião não teve o objetivo de acrescentar material novo ou anteriormente desconhecido, mas expressar melhor a compreensão da igreja sobre o poder de Deus para conceder, em Jesus Cristo, um viver vitorioso sobre os poderes do mal (ver capítulo 11). Revisões menores em termos de linguagem também foram feitas pelos delegados reunidos na assembleia de 2015, em San Antonio, EUA. Essas também estão incorporadas nesta edição.

O presente volume, *Nisto Cremos*, baseia-se nesses breves resumos. Eles aparecem no início de cada capítulo. Neste livro, estamos apresentando a nossos membros, amigos e demais pessoas interessadas – sob forma ampliada, de fácil leitura e de maneira prática – essas convicções doutrinárias e seu significado para os cristãos adventistas na sociedade atual. Embora este volume não represente uma declaração votada oficialmente – já que somente uma sessão da Associação Geral poderia tomar tal medida –, ele deve ser visto como representativo da “verdade em Jesus” (Ef 4:21) que os adventistas do sétimo dia ao redor de todo o globo aceitam e proclamam.

Reconhecimento

Nós reconhecemos a visão do pastor Neal C. Wilson, ex-presidente da Associação Geral, e de outros líderes da igreja, que originalmente autorizaram e incentivaram a Associação Ministerial a preparar a primeira edição deste livro, lançado em 1988 nos Estados Unidos e em 1989 no Brasil, a fim de prover informações seguras sobre as crenças de nossa igreja.

Seria muito difícil que um autor único pudesse assumir a tarefa de descrever, de forma ampla e acurada, as doutrinas da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Por outro lado, é certo que autores individuais escrevem livros melhores que os das comissões. Assim, combinamos os esforços de muitos

com os esforços de uma pessoa, P. G. Damsteegt, que recebeu a incumbência de preparar o esboço inicial de cada capítulo. Entre os vários eruditos e técnicos que trabalharam no manuscrito original para a primeira edição, além de Damsteegt, queremos destacar Norman Gulley, Laurel Damsteegt, Mary Louise McDowell, David Jarnes, Kenneth Wade e W. Floyd Bresee, meu antecessor como secretário da Associação Ministerial.

As Divisões mundiais da igreja selecionaram um comitê de 194 pessoas que examinaram cada capítulo, sugerindo correções, adições e supressões. Um comitê menor, de 27 líderes denominacionais, teólogos e pastores, reuniu-se regularmente a fim de oferecer supervisão adicional na preparação da edição de 1988. John M. Fowler deu uma importante contribuição nesta segunda edição e em especial no preparo do capítulo adicional (número 11) intitulado “O Crescimento em Cristo”.

Tributo especial deve ser oferecido a J. R. Spangler, ex-secretário associado da Associação Ministerial e por muito tempo editor da revista *Ministry*. Raramente os sonhos se convertem em realidade. O sonho de Spangler converteu-se. Você o tem em suas mãos. Sem a sua visão, este livro muito provavelmente não teria sido concebido. Sem a sua perseverança, ele não teria sido publicado.

Oramos para que, ao considerar cada uma dessas crenças fundamentais, você veja Jesus e Seu plano de abundância para sua vida.

James Cress

Associação Ministerial

Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia



A DOCTRINA DE DEUS

Aos leitores

Em que você crê a respeito de Deus? Quem é Ele? O que você espera dele? Com o que Ele realmente se parece?

Deus disse a Moisés que homem algum poderia ver a sua face e sobreviver. Mas Jesus

disse a Filipe que todo aquele que o visse estaria vendo o Pai (Jo 14:9). Uma vez que Ele andou entre nós – mais que isto, tornou-se um de nós –, estamos em condições de perceber quem é Deus e qual a Sua aparência.

Escrevemos esta exposição de nossas 28 doutrinas fundamentais a fim de revelar o modo como os adventistas do sétimo dia percebem a Deus. É isto o que acreditamos no tocante a seu amor, bondade, misericórdia, graça, justiça, benevolência, pureza, retidão e paz. Pela vida de Jesus Cristo, podemos ver um Deus que benevolmente segura criancinhas no colo. Podemos vê-lo derramando lágrimas enquanto compartilha da tristeza dos que lamentavam junto à sepultura de Lázaro. Podemos observar seu amor enquanto Ele clama: “Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem” (Lc 23:34).

Escrevemos este livro com o propósito de compartilhar nossa visão de Cristo – uma visão cujo ponto central se encontra no Calvário, onde “encontraram-se a graça e a verdade, a justiça e a paz se beijaram” (Sl 85:10). No Calvário, Ele se fez pecado por nós – Ele, que não conhecia pecado – “para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus” (2Co 5:21).

Escrevemos este livro por acreditar que todas as doutrinas e todas as crenças, devem revelar o amor de nosso Senhor. Temos diante de nós uma pessoa que revela amor incondicional e comprometimento jamais igualado na história humana. Reconhecendo que aquele que representa a encarnação da verdade é infinito, devemos confessar humildemente que existem muitas outras verdades que ainda devem ser desvendadas.

Escrevemos este livro com a consciência de nossa dívida para com as ricas verdades bíblicas que recebemos da igreja cristã ao longo da história. Prestamos nosso reconhecimento à nobre linhagem de testemunhas – tais como Wycliffe, Huss, Lutero, Tyndale, Calvino, Knox e Wesley – cuja compreensão sucessiva de nova luz conduziu a igreja em direção ao

entendimento mais amplo do caráter de Deus. E reconhecemos que esse entendimento é sempre progressivo. “Mas a vereda dos justos é como a luz da aurora, que vai brilhando mais e mais até ser dia perfeito” (Pv 4:18). Contudo, sempre que descobirmos novas facetas da revelação de Deus, estas deverão se harmonizar perfeitamente com o testemunho unificado das Escrituras.

Escrevemos este livro sob a orientação de uma linha diretiva que nos fez lembrar continuamente que “se examinarem as Escrituras para justificar opiniões próprias, nunca alcançarão a verdade. Pesquisem para aprender o que o Senhor diz. Se vier a convicção ao estudarem, se virem que opiniões acariciadas não estão em harmonia com a verdade, não interpretem mal a verdade para acomodá-la à própria crença, antes aceitem a luz concedida. Abram a mente e o coração, para que possam contemplar as maravilhas da Palavra de Deus” (*Parábolas de Jesus*, p. 112).

Não escrevemos este livro para que servisse como um credo – ou declaração de doutrinas montadas sobre concreto teológico. Os adventistas possuem apenas um credo: “A Bíblia, e a Bíblia somente.”

Não escrevemos este livro para estimular a imaginação. Esta não é uma obra especulativa – a menos que alguém considere a Bíblia como especulação! Em vez disso, trata-se de uma exposição ampla e cristocêntrica daquilo que cremos. E as crenças aqui expostas não representam o resultado de algumas horas de estudo; representam, antes, o produto de mais de 100 anos de oração, estudo, oração, reflexão, oração. [...] Em outras palavras, representam o resultado do crescimento adventista “na graça e no conhecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo” (2Pe 3:18).

Escrevemos este livro plenamente cômicos de que alguns perguntarão se é realmente importante a doutrina em uma era que se debate desesperadamente para sobreviver diante da ameaça de aniquilação nuclear, uma era preocupada com o crescimento explosivo da tecnologia, uma era em que o esforço cristão tenta inutilmente resistir aos pavorosos espectros da pobreza, fome, injustiça e ignorância. Ainda assim. [...]

Escrevemos este livro sob a profunda convicção de que todas as doutrinas, quando corretamente compreendidas, centralizam-se nele, “o caminho, e a verdade, e a vida” (Jo 14:6), o que as torna extremamente importantes. Doutrinas definem o caráter do Deus a quem servimos. Elas interpretam eventos, tanto passados quanto presentes, enquanto estabelecem um sentido

de lugar e propósito no cosmos. Elas descrevem os objetivos da ação divina. Doutrinas representam linhas de orientação para os cristãos, provendo estabilidade àquilo que de outra forma seria uma experiência desequilibrada, injetando segurança em uma sociedade que rejeita os absolutos. Doutrinas alimentam o intelecto humano e estabelecem alvos que inspiram e motivam os cristãos a buscarem o interesse de outros.

Escrevemos este livro com o propósito de levar os crentes adventistas a um relacionamento mais profundo com Cristo, através do estudo da Bíblia. Conhecê-lo e a sua vontade é algo vitalmente importante nesta era de engano, pluralismo doutrinário e apatia. Semelhante conhecimento de Cristo é a única salvaguarda contra aqueles que, parecendo “lobos vorazes”, “se levantarão [...] falando coisas pervertidas para arrastar os discípulos atrás deles” (At 20:29, 30). Especialmente nestes últimos dias, para que possamos ser preservados de envolvimento “por todo vento de doutrina, pela artimanha dos homens, pela astúcia com que induzem ao erro” (Ef 4:14), devemos possuir um conceito correto do caráter, governo e propósito de Deus. Somente aqueles que tiverem fortalecido a mente com as verdades das Escrituras, estarão aptos a permanecer de pé durante o conflito final.

Escrevemos este livro a fim de auxiliar aqueles que estão interessados em saber por que cremos no que cremos. Esse estudo, escrito por adventistas do sétimo dia, não representa apenas uma cortina de fumaça para esconder algo. Cuidadosamente pesquisado, ele representa uma autêntica exposição das crenças adventistas.

Finalmente, escrevemos este livro reconhecendo que as doutrinas centralizadas em Cristo preenchem três funções óbvias: *primeira*, elas edificam a igreja; *segunda*, preservam a verdade; *terceira*, comunicam o evangelho em toda a sua riqueza. Doutrina verdadeira requer muito mais que mera crença – ela requer ação. Pela atuação do Espírito Santo, as crenças cristãs se convertem em atos de amor. Verdadeiro conhecimento de Deus, Seu Filho e do Espírito Santo representa “conhecimento salvador”. Este é o tema do presente livro.

Os Editores

AS ESCRITURAS SAGRADAS



As Escrituras Sagradas, o Antigo e o Novo Testamentos, são a Palavra de Deus escrita, dada por inspiração divina. Os autores inspirados falaram e escreveram ao serem movidos pelo Espírito Santo. Nesta Palavra, Deus transmite à humanidade o conhecimento necessário para a salvação. As Escrituras Sagradas são a revelação infalível, suprema e repleta de autoridade de sua vontade. Constituem o padrão de caráter, a prova da experiência, o revelador definitivo de doutrinas e o registro fidedigno dos atos de Deus na história.

Nenhum livro jamais foi tão amado, tão odiado, tão reverenciado e tão execrado quanto a Bíblia. Muitas pessoas foram mortas em favor da Bíblia, outras tantas mataram por sua causa. Ela tem inspirado as maiores e mais nobres ações humanas, ao mesmo tempo em que é acusada por seus atos mais danosos e degenerados. Guerras têm sido travadas em virtude da Bíblia, revoluções têm-se orientado a partir de suas páginas, e reinos vieram abaixo com base em suas ideias. Pessoas de todos os pontos de vista – de teólogos da libertação a capitalistas, de fascistas a marxistas, de ditadores a libertadores, de pacifistas a militaristas – percorrem avidamente as suas páginas à procura de palavras que justifiquem os seus feitos.

Mas a singularidade da Bíblia não provém de suas incomparáveis influências políticas, culturais e sociais, exercidas sobre o mundo; provém, antes, de sua fonte original e dos assuntos de que trata. É a revelação divina do Deus-homem único: o Filho de Deus, Jesus Cristo, o salvador do mundo.

Revelação divina

A despeito das muitas questões desafiadoras que têm sido levantadas acerca de Deus, ao longo da história o ser humano tem testificado confiantemente de

sua existência, verificando que Ele existe e que se revelou de várias formas. De que modo Deus se revelou à raça humana e como a Bíblia funciona em sua revelação?

Revelação geral. Muitos veem canais da autorrevelação de Deus na natureza, na história, no comportamento e consciência humanos. Vislumbres da natureza de Deus, obtidos por meio dessas avenidas, são frequentemente identificados como “revelação geral”, uma vez que tal revelação se encontra disponível para todos e apela à própria razão humana.

Para milhões de pessoas, “Os Céus proclamam a glória de Deus, e o firmamento anuncia as obras das Suas mãos” (Sl 19:1). O brilho do Sol, a chuva, as montanhas e as correntes de águas, todos testificam de um amorável Criador.. “Porque os atributos invisíveis de Deus, assim o Seu eterno poder, como também a Sua própria divindade, claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas” (Rm 1:20).

Outros percebem evidências de um Deus que zela por seus filhos, por meio do feliz relacionamento e extraordinário amor manifestado entre amigos, membros da família, esposo e esposa, pais e filhos. “Como alguém a quem sua mãe consola, assim Eu vos consolarei” (Is 66:13). “Como um pai se compadece de seus filhos, assim o Senhor se compadece dos que o temem” (Sl 103:13).

Contudo, os mesmos raios de sol que testificam de um Deus amoroso podem se derramar sobre a terra, convertendo-a em um inóspito deserto e trazendo a fome; a mesma chuva pode se converter em torrentes que afogam famílias inteiras; as mesmas montanhas altaneiras podem fender-se, tremer e se abater sobre populações inteiras. As relações humanas acham-se muitas vezes impregnadas de inveja, ciúme, ira, ódio e manifestações assassinas.

O mundo que nos cerca provê sinais confusos, apresentando ao mesmo tempo perguntas e respostas. Ele manifesta o conflito entre o bem e o mal, mas não explica de que modo o conflito começou, quem se encontra envolvido na luta, por que, e quem finalmente vencerá a batalha.

Revelação especial. O pecado limita a autorrevelação de Deus manifestada pela criação, pelo fato de obscurecer a habilidade humana em interpretar o testemunho de Deus. Portanto, tendo em vista auxiliar os indivíduos na compreensão das coisas divinas, Deus apresentou uma “revelação especial” de si próprio. Ele decidiu se apresentar diante da humanidade por um meio

específico, o qual não deixaria margem a questões no tocante a seu caráter ou seu amor pela humanidade – e Deus o fez através das Escrituras do Antigo e do Novo Testamentos. No princípio, sua revelação veio por meio dos profetas; depois, ela foi transmitida por intermédio de sua revelação última, a pessoa de Jesus Cristo (Hb 1:1, 2).

Na Bíblia, Deus se revela a si próprio em pessoa, bem como por meio de proposições que declaram a verdade a seu respeito. Ambos os tipos de revelação se fazem necessários por que as pessoas necessitam conhecer Deus por meio de Jesus (Jo 17:3), bem como a verdade “segundo é [...] em Jesus” (Ef 4:21). Essas revelações permitem que Deus quebre as limitações mentais, morais e espirituais dos seres humanos e comunique seu desejo de salvá-los.

O ponto central das Escrituras

A Bíblia expõe a humanidade e revela a Deus. Expõe a condição humana e revela a solução divina. Os seres humanos são mostrados como perdidos, separados de Deus, enquanto Jesus é apresentado como aquele que localiza o perdido e o traz de volta.

Jesus Cristo é o ponto focal das Escrituras. No Antigo Testamento Ele é o Messias, o redentor do mundo; no Novo Testamento, Ele é revelado como Jesus Cristo, o salvador. Cada livro – quer através de símbolos, quer em realidades concretas – revela algum aspecto de Jesus Cristo, alguma fase de seu trabalho ou traço de seu caráter. Na cruz do Calvário, a revelação última desse trabalho e o caráter de Deus são dramaticamente demonstrados através da morte de Jesus.

A cruz representa o mais central de todos os pontos focalizados pela Bíblia, pois ela faz convergir para o mesmo local a inominável maldade humana e a incomparável bondade do amor de Deus. Poderia haver vislumbre mais profundo da falibilidade humana? Ou melhor revelação do que é o pecado? A cruz revela também um Deus que permitiu que seu Filho único fosse morto. Que sacrifício! Poderia existir maior sacrifício ou mais abrangente demonstração de amor? Efetivamente, o foco central da Bíblia é a pessoa de Jesus Cristo. Ele ocupa a posição central de todo o drama cósmico. Em breve, quando o conflito entre luz e trevas chegar ao fim, o triunfo de Cristo no Calvário culminará com a erradicação do mal. Seres humanos e Deus estarão outra vez unidos entre si.

O tema do amor de Deus, particularmente conforme visto na morte

sacrificial de Cristo no Calvário – e esta é a maior verdade do universo – representa o ponto central da Bíblia. Todas as grandes verdades bíblicas, portanto, deveriam ser estudadas a partir dessa perspectiva.

A autoria das Escrituras

A autoridade da Bíblia como regra de fé e prática decorre de sua origem. Os escritores bíblicos viam as Escrituras como situando-se em uma categoria única, distinta e separada de toda a literatura restante. Eles se referiram à Bíblia como as “Sagradas Escrituras” (Rm 1:2), “sagradas letras” (2Tm 3:15) e os “oráculos de Deus” (Rm 3:2; Hb 5:12).

A singularidade das Escrituras se baseia em sua origem e fonte. Os autores bíblicos destacaram frequentemente o fato de que não eram os originadores de suas mensagens. Eles as recebiam das fontes divinas. Através da revelação divina, eles haviam sido habilitados a “ver” essas verdades (Is 1:1; Am 1:1; Mq 1:1; Hc 1:1; Jr 38:21).

Os escritores bíblicos indicaram o Espírito Santo como sendo a fonte de suas revelações. Ele se comunicava com o povo por intermédio dos profetas (Ne 9:30; cf. Zc 7:12). Davi declarou: “O Espírito do Senhor fala por meu intermédio, e a sua palavra está na minha língua” (2Sm 23:2). Ezequiel escreveu: “Então, entrou em mim o Espírito”, “caiu, pois, sobre mim o Espírito do Senhor”, “depois, o Espírito de Deus me levantou” (Ez 2:2; 11:5, 24). E Miqueias testificou: “Eu, porém, estou cheio do poder do Espírito do Senhor” (Mq 3:8).

O Novo Testamento reconhece o papel desempenhado pelo Espírito Santo na produção do Antigo Testamento. Jesus disse que Davi fora inspirado pelo Santo Espírito (Mc 12:36). Semelhantemente, Paulo percebeu que o Espírito Santo falara “através de Isaías” (At 28:25). Pedro salientou o fato de que o Espírito Santo não operara por intermédio de umas poucas pessoas selecionadas, e sim por meio de todos os profetas (1Pe 1:10, 11; 2Pe 1:21). Por vezes, a figura do autor humano desaparece completamente, e apenas o verdadeiro autor – o Santo Espírito – passa a falar: “Assim, pois, como diz o Espírito Santo”; “querendo com isto dar a entender o Espírito Santo...” (Hb 3:7; 9:8).

Os autores do Novo Testamento reconheceram o Espírito Santo como o autor de suas mensagens. Paulo se refere a Ele como a fonte da revelação que recebeu, dizendo: “Ora, o Espírito afirma expressamente que, nos últimos

tempos, alguns apostatarão da fé” (1Tm 4:1). João inicia o relato de sua visão dizendo: “Achei-me em Espírito, no dia do Senhor”(Ap 1:10). E a comissão de Jesus a seus apóstolos, veio-lhes através do agenciamento do Espírito Santo (At 1:2; Ef 3:3-5).

Assim, Deus, na pessoa do Espírito Santo, revelou-se a si mesmo ao longo das Sagradas Escrituras. Ele as escreveu, não com sua própria mão, mas com o auxílio das mãos de outros – cerca de quarenta pares – ao longo de um período de mais de 1.500 anos. E, no sentido de que Ele inspirou os escritores, Deus é o autor da Bíblia.

A inspiração das Escrituras

Paulo diz que “toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino” (2Tm 3:16). A palavra grega *theopneustos*, aqui traduzida como “inspirada”, significa literalmente “proveniente do fôlego de Deus”. Deus “inspirou” a verdade nas mentes dos homens, os quais expressaram estas mesmas verdades em suas próprias palavras, que foram consolidadas nas Escrituras. Portanto, inspiração é o processo pelo qual Deus comunica sua verdade eterna.

O processo de Inspiração. A revelação divina foi concedida por meio da inspiração de Deus, ou – conforme Pedro menciona, tendo em mente a revelação profética – “homens santos falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo” (2Pe 1:21). Eles traduziram essas revelações em linguagem humana com todas as limitações e imperfeições de que ela se acha revestida, mas, ainda assim, aquele era o testemunho de Deus. Os homens – não as palavras – foram inspirados.

Porventura era o profeta alguém meramente passivo e despido de vontade própria, à semelhança de um fantoche, tendo de repetir exatamente aquilo que vira ou ouvira? Em algumas vezes, os profetas receberam ordens no sentido de relatar exatamente aquilo que Deus ordenara, mas, em outras oportunidades, eles foram instruídos a descrever aquilo que haviam ouvido e visto. Parece-nos mais que natural, portanto, que, nesse último caso, o profeta dispunha da faculdade de utilizar seu próprio estilo e palavras para dizer as coisas.

Paulo observou que “os espíritos dos profetas estão sujeitos aos próprios profetas” (1Co 14:32). Genuína inspiração não oblitera a individualidade, a razão, a integridade, nem a personalidade do profeta. O relacionamento entre

Moisés e Arão talvez possa ilustrar em certo grau o relacionamento existente entre o Espírito Santo e o autor. Deus disse a Moisés: “Eis que te tenho posto *por* Deus sobre Faraó; e Arão, teu irmão, será o teu profeta” (Êx 7:1; cf. 4:15, 16). Moisés deveria informar Arão acerca das ordenanças divinas, e Arão deveria utilizar seu próprio vocabulário e estilo ao apresentar as mensagens de Deus perante Faraó. Essa experiência representa um paralelo daquela vivida pelos profetas bíblicos. Eles podiam expressar os mandamentos, pensamentos, ideias e interesses de Deus em sua própria linguagem e estilo. Torna-se evidente tal fato quando observamos a variedade de estilos e termos que aparecem nos vários livros da Bíblia – trata-se, na verdade, de um reflexo da educação e cultura dos vários autores.

Isso significa que a Bíblia “não é a maneira de pensar e de se exprimir de Deus. [...] Os seres humanos dirão muitas vezes que tal expressão não é própria de Deus. Ele, porém, não se pôs à prova na Bíblia em palavras, em lógica, em retórica. Os escritores da Bíblia foram os instrumentos de Deus, não sua pena”.¹

“A inspiração não atua nas palavras do ser humano ou em suas expressões, mas na própria pessoa que, sob a influência do Espírito Santo, é dotada de pensamentos. As palavras, porém, recebem o cunho da mente individual. A mente divina é difusa. A mente divina, bem como sua vontade, é combinada com a mente e a vontade humanas; assim as declarações do ser humano são a Palavra de Deus.”²

Existe uma exceção: os Dez Mandamentos. Eles são de composição divina, não humana. Foram pronunciados pelo próprio Deus e escritos por sua própria mão (Êx 20:1-17; 31:18; Dt 10:4, 5). Mesmo assim, foram expressos tendo em vista as limitações da linguagem humana.

A Bíblia é, pois, a verdade divina expressa em linguagem humana. Imagine o que seria a tentativa de ensinar física quântica a um bebê. Esse é o tipo de problema que Deus enfrenta em seu esforço de comunicar verdades divinas à humanidade limitada e pecadora. É a nossa limitação que restringe aquilo que Ele consegue nos comunicar. Existe um paralelismo entre Jesus feito carne e a Bíblia: Jesus combinou em si Deus e a raça humana, o divino e o humano se tornaram um. De modo similar, a Bíblia também reúne o divino e o humano em um só. O mesmo que foi dito de Cristo, pode ser afirmado da Bíblia: “o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1:14). Essa combinação divino-humana faz com que a Bíblia assuma um lugar absolutamente singular

na literatura.

Inspiração e os escritores bíblicos. O Espírito Santo preparou certas pessoas para que recebessem a comunicação das verdades divinas. A Bíblia não explica em detalhes de que forma o indivíduo recebia a qualificação, mas por intermédio do Espírito Santo estabeleceu-se uma união entre os agentes divino e humano.

Aqueles que tomaram parte em escrever a Bíblia não foram escolhidos por causa de seus talentos naturais. A revelação divina recebida não convertia a pessoa ou lhe assegurava a vida eterna. Balaão proclamou uma revelação divina, recebida sob inspiração, mas agiu de forma contrária aos conselhos de Deus (Nm 22-24). Davi, que foi amplamente usado pelo Espírito Santo, cometeu grandes crimes em sua vida (o que pode ser verificado em suas próprias palavras, no Salmo 51). Todos os autores bíblicos foram pessoas que possuíam natureza pecaminosa, necessitando diariamente da graça de Deus (de acordo com Romanos 3:12).

A inspiração dos autores bíblicos não deve ser vista simplesmente como iluminação ou orientação divina, pois estas são prometidas a todos os que buscam a verdade. De fato, os escritores bíblicos, algumas vezes, escreveram sem compreender completamente a divina mensagem que comunicavam (1Pe 1:10-12).

A resposta dos escritores às mensagens recebidas nem sempre era uniforme. Por vezes, o profeta se sentia grandemente perplexo (Dn 8:27; Ap 5:4); outras vezes, ele pesquisava o significado tanto das revelações recebidas por ele próprio quanto as recebidas por outros (1Pe 1:10). Algumas vezes, os profetas se sentiam temerosos de proclamar a mensagem e até mesmo argumentavam com Deus a respeito dela (Hc 1; Jn 1:1-3; 4).

Método e conteúdo da inspiração. Frequentemente, o Espírito Santo comunicou o conhecimento divino por intermédio de visões e sonhos (Nm 12:6). Outras vezes, Ele falou audivelmente ou através de impressões íntimas. Samuel recebeu em seus ouvidos a informação divina (1Sm 9:15; cf. 1Sm 16:7). Zacarias recebeu representações simbólicas, com as devidas explicações (Zc 4). Paulo e João receberam visões celestiais acompanhadas de instruções orais (2Co 12:1-4; Ap 4, 5). A Ezequiel foram mostrados eventos que efetivamente estavam ocorrendo em outro lugar (Ez 8). Alguns até mesmo participaram de suas visões, desempenhando certas funções que constituíam uma parte da visão (Ap 10).

Quanto ao conteúdo, a alguns o Espírito revelou eventos futuros (Dn 2, 7, 8, 12). Em outros momentos, os escritores registraram eventos históricos, tanto com base em suas experiências pessoais quanto a partir de registros históricos já existentes (Juízes, 1 Samuel, 2 Crônicas, os evangelhos, Atos dos Apóstolos).

Inspiração e história. A afirmativa bíblica de que “toda a Escritura é inspirada por Deus” e é útil e plena em autoridade para servir de base à vida moral e espiritual (2Tm 3:16), não deixa dúvida quanto à orientação divina para a seleção de todos os materiais que se acham registrados na Bíblia. Quer os dados tenham sido colhidos por meio de observação pessoal, informação oral, fontes escritas ou revelação direta, todas as informações chegaram ao escritor pela orientação do Espírito Santo. Portanto, a inspiração divina na seleção dos materiais garante a plena confiabilidade das Escrituras.

A Bíblia revela o plano de Deus em Sua dinâmica interação com a raça humana, não em uma coleção de doutrinas abstratas. Sua autorrevelação acha-se intimamente entretecida com eventos reais que ocorreram em momentos de tempo e localidades definidos. Isto quer dizer que a confiabilidade dos dados históricos é extremamente importante, já que eles formam a infraestrutura de toda a compreensão humana do caráter de Deus e Seu propósito para a humanidade. Uma visão adequada e correta desses aspectos pode conduzir a pessoa à vida eterna, e, por outro lado, uma visão incorreta pode levar à confusão e morte.

Deus ordenou a certos homens que escrevessem a história de Seu relacionamento com Israel (Nm 33:1, 2; Js 24:25, 26; Ez 24:2). Essas narrativas proveem à humanidade uma história acurada e objetiva, baseada na perspectiva divina. O Espírito Santo concedeu aos autores compreensão especial para que eles pudessem registrar os eventos espiritualmente significativos, por meio dos quais ficasse demonstrado o caráter de Deus ao longo da controvérsia entre o bem e o mal, tendo em vista guiar o povo em busca da salvação.

Os incidentes históricos foram registrados para o nosso benefício. Eles constituem “tipos” e “exemplos”, e foram escritos “para advertência nossa, de nós outros sobre quem os fins dos séculos têm chegado” (1Co 10:11). Paulo diz: “Pois tudo quanto, outrora, foi escrito para o nosso ensino foi escrito, a fim de que, pela paciência, e pela consolação das Escrituras, tenhamos esperança” (Rm 15:4). Portanto, a destruição de Sodoma e Gomorra deveria

servir “como exemplo” ou advertência para nós (2Pe 2:6; Jd 7). A experiência de Abraão, no tocante à justificação, deve constituir um exemplo para todo crente (Rm 4; Tg 2:14-22). Mesmo as leis civis do Antigo Testamento se encontram repletas de profundo significado espiritual, e foram escritas para nosso benefício hoje (1Co 9:8, 9).

Lucas menciona que escreveu seu Evangelho porque desejava oferecer um relato da vida de Jesus “para que tenhas plena certeza das verdades em que foste instruído” (Lc 1:4). O critério adotado por João para a seleção de incidentes da vida de Cristo, foi “para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em Seu nome” (Jo 20:31). Vemos, assim, que a inspiração divina habilitou os autores bíblicos a apresentar a história de tal forma que fôssemos guiados à salvação.

As biografias das personalidades bíblicas constituem outra evidência de divina inspiração. Esses relatos delineiam cuidadosamente o verdadeiro caráter das pessoas, pois apresentam tanto suas virtudes quanto suas fraquezas. Seus pecados são registrados com tanta fidelidade quanto seus sucessos.

Nenhum encobrimento é feito da falta de autocontrole de Noé ou dos enganos de Abraão. Os temperamentos de Moisés, Paulo, Tiago e João não são passados por alto. Os trágicos fracassos do mais sábio rei de Israel são expostos plenamente, bem como as fragilidades dos doze patriarcas ou dos doze apóstolos. Nenhuma escusa ou tentativa de minimização dos erros é oferecida. Todos são retratados do modo como realmente eram em seu íntimo, e aquilo que vieram a se tornar – ou deixaram de se tornar – pela graça de Deus. A partir de tais evidências somos forçados a concluir que, sem a inspiração divina, nenhum biógrafo teria sido capaz de prover tal análise.

Todas as narrativas históricas são vistas pelos autores bíblicos como eventos reais que efetivamente ocorreram, e não como símbolos ou mitos. Muitas pessoas demonstram-se hoje totalmente cétricas no tocante ao relato de Adão e Eva, a experiência de Jonas e o dilúvio; Jesus, porém, aceitou esses registros como historicamente verdadeiros e espiritualmente relevantes (Mt 12:39-41; 19:4-6; 24:37-39).

A Bíblia não ensina que existe inspiração parcial ou graus de inspiração. Essas teorias, sem evidência bíblica, representam apenas especulações que tentam roubar às Escrituras a sua divina autoridade.

A exatidão das Escrituras. Assim como Jesus “Se fez carne e habitou entre

nós” (Jo 1:14), foi a Bíblia oferecida em linguagem humana para que pudéssemos compreender suas verdades. A inspiração da Bíblia garante sua confiabilidade.

Até que ponto teria Deus protegido a transmissão do texto sem garantir que as mensagens continuavam sendo verdadeiras e válidas? Torna-se claro, a partir da condição dos originais antigos, que Deus não protegeu Suas mensagens de leituras diferentes ou variadas, desde que as ideias e verdades essenciais fossem preservadas.³ Muitos supostos erros foram afastados e se entendeu que representavam apenas uma compreensão equivocada dos eruditos, a partir das evidências providas pela arqueologia e pelo contexto cultural do Oriente Próximo, que ora emerge desta pesquisa. Por vezes, os problemas foram causados porque a leitura dos antigos costumes bíblicos foi efetuada à luz dos costumes atuais do Ocidente. Importante é reconhecer, pois, que os seres humanos podem compreender apenas parcialmente, e que sua visão das operações divinas é necessariamente limitada.

Devemos ser muito cuidadosos em não permitir que supostas discrepâncias minem nossa confiança nas Escrituras. Muitas vezes, elas representam apenas nossa incapacidade de ver o quadro total diante de nossos olhos. Porventura Deus se coloca em julgamento por meio de uma sentença que não pode ser plenamente compreendida? Os seres humanos jamais serão capazes de explanar todos os textos escriturísticos, e na verdade não necessitarão fazê-lo. O cumprimento das profecias atesta a veracidade das Escrituras.

A Bíblia tem sido preservada com estupenda e miraculosa precisão, a despeito de todas as tentativas de destruí-la. A comparação dos manuscritos do Mar Morto com manuscritos de elaboração posterior demonstra o cuidado com que ela foi transmitida.⁴ Isso confirma a fidedignidade e confiabilidade das Escrituras como sendo a infalível revelação da vontade de Deus.

A autoridade das Escrituras

As Escrituras possuem autoridade divina porque nelas Deus fala por meio do Espírito Santo, fazendo com que a Bíblia seja a Palavra escrita de Deus. Onde podemos encontrar as evidências de tal pretensão? Quais são as implicações dessa pretensão em nossa vida e na busca do conhecimento que efetuamos?

As reivindicações das Escrituras. Os autores bíblicos testificam que suas mensagens não se originam com eles próprios, mas que provêm diretamente

de Deus. Foi a “palavra do SENHOR” que veio a Jeremias, Ezequiel, Oseias e outros (Jr 1:1, 2; Ez 1:3; Os 1:1; Jl 1:1; Jn 1:1). Eles foram mensageiros do Senhor (Ag 1:13; 2Cr 36:16). Foi-lhes ordenado que falassem em nome do Senhor dizendo: “Assim diz o SENHOR Deus” (Ez 2:4; Is 7:7). Essas são as credenciais divinas de sua autoridade.

Por vezes, o ser humano que está sendo utilizado por Deus, passa a ocupar apenas o plano oculto. Citando Isaías 7:14, Mateus alude à autoridade que está por detrás da citação, dizendo: “Tudo isto aconteceu para que se cumprisse o que fora dito pelo Senhor por intermédio do profeta” (Mt 1:22). O Senhor é visto como o Agente direto – Ele é a autoridade; o profeta representa o agente indireto.

Pedro classifica os escritos de Paulo como sendo Escritura (2Pe 3:15, 16). O próprio Paulo reivindica a revelação para o evangelho que proclama, dizendo: “Porque eu não o recebi [o Evangelho], nem o aprendi de homem algum, mas mediante revelação de Jesus Cristo” (Gl 1:12). As palavras de Cristo são mencionadas como Escritura e colocadas no mesmo plano que os escritos do Antigo Testamento (1Tm 5:18; Lc 10:7).

Jesus e a autoridade das Escrituras. Ao longo de todo o seu ministério, Jesus salientou a autoridade das Escrituras. Quando tentado por Satanás ou em debates com os oponentes, “Está escrito”, era sua defesa e ataque (Mt 4:4, 7, 10; Lc 20:17). “Não só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus” (Mt 4:4). Quando Lhe foi perguntado como poderia alguém entrar na vida eterna, Ele respondeu: “Que está escrito na lei? Como interpretas?” (Lc 10:26).

Jesus colocou a Bíblia acima das tradições e opiniões humanas. Reprovou constantemente os líderes judeus pelo fato de eles se desviarem da autoridade das Escrituras (Mc 7:7-9). Apelou muitas vezes a Seus oponentes para que estudassem mais cuidadosamente as Escrituras, dizendo: “Nunca lestes nas Escrituras?” (Mt 21:42; cf. Mc 12:10, 26).

Ele cria firmemente na autoridade da palavra profética e revelou que esta apontava para Ele próprio. As Escrituras, disse Ele, “testificam de mim”. “Porque, se, de fato, crêsseis em Moisés, também creríeis em mim; porquanto ele escreveu a meu respeito” (Jo 5:39, 46). As mais vigorosas reivindicações de Jesus no tocante a Sua missão divina como Salvador, basearam-se no cumprimento das profecias do Antigo Testamento (Lc 24:25-27).

Assim, Cristo aceitou sem qualquer reserva as Escrituras Sagradas como

sendo a revelação autorizada da vontade de Deus em relação à raça humana. Ele a compreendia como um conjunto de verdades, uma revelação objetiva, concedida para guiar a humanidade para fora das trevas geradas por tradições e mitos falhos, conduzindo-a à verdadeira luz de um conhecimento redentor.

O Espírito Santo e a autoridade das Escrituras. Durante sua vida terrestre, a verdadeira identidade de Jesus não foi discernida pelos líderes religiosos ou pela multidão descuidada. Alguns criam que Ele era um profeta, à semelhança de João Batista, Elias ou Jeremias – ou seja, apenas um ser humano. Quando Pedro confessou: “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo”, o Mestre deixou claro que aquela confissão resultava de uma revelação divina (Mt 16:16). Paulo diz que tão somente por meio de iluminação divina pode alguém obter uma perspectiva correta de Jesus Cristo: “Ninguém pode dizer: Senhor Jesus!, senão pelo Espírito Santo” (1Co 12:3).

O mesmo ocorre com a Palavra de Deus escrita. Sem a iluminação da mente humana pelo Santo Espírito, a Bíblia jamais poderá ser corretamente entendida ou reconhecida como a expressão autorizada da vontade de Deus. ⁵ Uma vez que “as coisas de Deus, ninguém as conhece, senão o Espírito de Deus” (1Co 2:11), conclui-se que “o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente” (1Co 2:14). Consequentemente, “a palavra da cruz é loucura para os que se perdem” (1Co 1:18).

Tão somente com o auxílio do Espírito Santo, que pesquisa “até mesmo as profundezas de Deus” (1Co 2:10) pode alguém chegar a se convencer da autoridade da Bíblia como revelação de Deus e de sua vontade. É dessa forma que a cruz se torna o “poder de Deus” (1Co 1:18) e a pessoa pode se unir a Paulo no testemunho de que “não temos recebido o espírito do mundo, e sim o Espírito que vem de Deus, para que conheçamos o que por Deus nos foi dado gratuitamente” (1Co 2:12).

As Sagradas Escrituras e o Santo Espírito jamais poderão ser separados. Deus, por intermédio do Espírito Santo, é tanto o autor quanto o revelador da Bíblia.

A autoridade das Escrituras sobre a vida de alguém aumenta ou diminui, em decorrência do conceito de inspiração que esta pessoa tem. Se a Bíblia for percebida apenas como uma coleção de testemunhos humanos, ou se a sua autoridade depende, de alguma forma, do modo como a pessoa se sente ou das emoções que manifesta, então a autoridade da Palavra é grandemente

enfraquecida, senão completamente destruída. Mas quando ela é vista como a voz divina falando por intermédio dos autores, não importa quão frágeis e humanos sejam, então as Escrituras se tornam a autoridade absoluta em matéria de doutrina, reprovação, correção e instrução em justiça (2Tm 3:16).

O escopo da autoridade escriturística. Contradições entre as Escrituras e a ciência são frequentemente o resultado de especulação. A incapacidade de harmonizar a ciência com as Escrituras advém de “uma compreensão imperfeita, tanto da ciência quanto da revelação; corretamente entendidas, elas se encontram em perfeita harmonia”.⁶

Toda a sabedoria humana está sob a autoridade da Escritura. As verdades bíblicas são a norma pela qual todas as demais ideias devem ser provadas. Através dos séculos, as mentes finitas têm tentado julgar a Palavra de Deus de acordo com os seus padrões humanos, o que se assemelha a uma fita métrica que pretende medir as estrelas. A Bíblia não se encontra sujeita aos padrões humanos. Ela é superior a toda a sabedoria e literatura humana. Em vez de julgar a Bíblia, todas as pessoas serão por ela julgadas, uma vez que ela é o padrão de caráter e teste de toda a experiência e pensamento do homem.

Finalmente, as Sagradas Escrituras possuem autoridade sobre todos os dons espirituais que procedem do Espírito Santo, inclusive a orientação que nos vem através do dom de profecia ou de falar em línguas (1Co 12; 14:1; Ef 4:7-16). O Espírito Santo não foi prometido com o objetivo de se sobrepor à Bíblia; na verdade, todos os dons do Espírito devem ser testados pela Bíblia; se não estiverem de acordo com ela, devem ser descartados como não genuínos. “À lei e ao testemunho! Se eles não falarem desta maneira, jamais verão a alva” (Is 8:20; ver capítulo 18 deste livro).

A unidade das Escrituras

A leitura superficial das Escrituras conduzirá a uma compreensão superficial. Lida apenas descuidadamente, a Bíblia parecerá uma mixórdia de histórias ecléticas, sermões e história. Entretanto, aqueles que se encontram abertos à iluminação do Espírito de Deus, aqueles que se dispõem a cavar em busca das verdades escondidas por meio de paciente pesquisa e muita oração, descobrirão que a Bíblia apresenta uma estupenda harmonia. Existe unidade nos princípios da verdade salvadora, mesmo diante do fato de que a Bíblia foi escrita por várias dezenas de pessoas, ao longo de um período de mais de

1.500 anos. A Bíblia não apresenta uniformidade monótona, antes uma rica e colorida diversidade de testemunhos harmoniosos, todos eles revelando rara e distinta beleza. E em virtude dessa variedade de perspectivas, a Palavra de Deus é capaz de melhor satisfazer as necessidades humanas, confirmando sua relevância universal através de todos os tempos.

Deus não Se revelou à humanidade através de uma cadeia contínua de testemunhos ininterruptos, mas gradativamente, ao longo de sucessivas gerações. Quer tenha sido escrita por Moisés nos campos de Midiã, ou por Paulo em uma prisão romana, a Bíblia foi escrita por homens que receberam inspiração do mesmo Espírito Santo. A compreensão desta “revelação progressiva” contribui para a compreensão da Bíblia e de sua unidade.

Um exemplo claro de revelação progressiva é demonstrado através da harmonia existente entre o Antigo e o Novo Testamentos – a Palavra de Deus escrita. Embora tenham sido escritos no intervalo de várias gerações, eles são inseparáveis e não apresentam qualquer contradição nas verdades que revelam. Eles são um só, já que Deus é o mesmo. O Antigo Testamento, por meio de profecias e símbolos, revela o evangelho de um Salvador vindouro; o Novo Testamento, através da vida de Jesus, revela o Salvador que viera – ou seja, o evangelho tornado realidade. Ambos revelam o mesmo Deus. O Antigo Testamento é o alicerce do Novo. É a chave que abre o Novo. Por outro lado, o Novo Testamento explica os mistérios do Antigo.

Deus nos oferece um gracioso convite para pesquisarmos as Escrituras e nos tornarmos familiarizados com Ele. Podemos obter a preciosíssima bênção de termos assegurada a nossa salvação e de descobirmos por nós mesmos que a Escritura é “útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça”. Por seu estudo, podemos ser perfeitos e perfeitamente habilitados “para toda boa obra” (2Tm 3:16, 17).

¹ *Mensagens Escolhidas*, v. 1, p. 21.

² *Ibid.*

³ Para descobrir por que existem formas variáveis de leitura, ver *Primeiros Escritos*, p. 220, 221.

⁴ Ver Siegfried H. Horn, (*Review and Herald*, 1980).

⁵ Para a compreensão da Igreja Adventista do Sétimo Dia no tocante à interpretação bíblica, ver *A Symposium on Biblical Hermeneutics*, edição de G. M. Hyde (Washington, DC: Review and Herald, 1974); Gerhard F. Hasel, *Understanding the Living Word of God* (Mountain View: Pacific Press, 1980); Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia, “Methods of Bible Study Report”, 1986.

⁶ E. G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 114.

A TRINDADE

2



Há um só Deus: Pai, Filho e Espírito Santo, uma unidade de três Pessoas coeternas. Deus é imortal, onipotente, onisciente, acima de tudo e sempre presente. Ele é infinito e está além da compreensão humana, mas é conhecido por meio de sua autorrevelação. Deus, que é amor, para sempre é digno de culto, adoração e serviço por parte de toda a criação.

No Calvário, praticamente todos rejeitaram a Jesus. Somente uns poucos reconheciam quem realmente Ele era. Dentre estes um ladrão – igualmente sendo executado – dirigiu-se a Cristo como “Senhor” (Lc 23:42, ARC); e um soldado romano reconheceu: “Verdadeiramente, este homem era Filho de Deus!” (Mc 15:39).

Quando João, referindo-se a Jesus, escreveu: “Veio para o que era seu, e os seus não o receberam” (Jo 1:11), Suas palavras tinham aplicação não apenas para a multidão ali reunida, e não somente para a nação israelita, mas efetivamente para todo o mundo, ao longo de todos os tempos. Exceto um pequeno punhado, todos fracassaram em reconhecê-Lo como Deus e Salvador. Esse fracasso, o maior e mais trágico que o homem pode experimentar, mostra que o conhecimento que a humanidade possui de Deus é radicalmente deficiente.

O conhecimento de Deus

As numerosas teorias que tentam explicar Deus e os muitos argumentos que tentam provar ou negar Sua existência, constituem evidências de que a sabedoria humana é por si própria insuficiente para penetrar no terreno do divino. Depender tão somente da sabedoria humana para aprender acerca de Deus, é como utilizar uma lupa com o intuito de estudar as constelações. Portanto, para muitos, a sabedoria de Deus é uma sabedoria “em mistério”

(1Co 2:7). Para estes, Deus continua sendo um mistério. A respeito dessa sabedoria humana, Paulo disse que “nenhum dos poderosos deste século conheceu; porque, se a tivessem conhecido, jamais teriam crucificado o Senhor da glória” (1Co 2:8).

Um dos mais básicos mandamentos das Escrituras é “amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento” (Mt 22:37; cf. Dt 6:5). Não podemos amar alguém a respeito de quem nada conhecemos; por outro lado, não poderemos descobrir as coisas profundas de Deus por meio de investigação (Jó 11:7). Assim, de que modo poderemos conhecer e amar o Criador?

Deus pode ser conhecido. Conhecendo a situação humana, Deus – em Seu amor e compaixão – procurou fazer chegar à raça humana a Sua revelação especial, a Bíblia, que abre diante de nós as possibilidades para conhecê-Lo. Ela revela que “o cristianismo não constitui um registro da pesquisa do homem em busca de Deus; é o produto da revelação que Deus faz de Si mesmo e de Seus propósitos para o homem”.¹ Essa autorrevelação destina-se a cobrir o abismo cavado pelo mundo em sua rebelião contra um Deus amorável.

A maior manifestação do amor de Deus veio através de Sua suprema revelação – Jesus Cristo, seu Filho. Pela vida de Jesus, podemos conhecer o Pai. Como João afirma: “Também sabemos que o Filho de Deus é vindo e nos tem dado entendimento para reconhecermos o verdadeiro; e estamos no verdadeiro, em Seu Filho, Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna” (1Jo 5:20).

E Jesus disse: “E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste” (Jo 17:3).

Essas são boas-novas. Embora seja impossível conhecer completamente a Deus, a Bíblia nos apresenta um conhecimento prático dele, que nos é suficiente para entrarmos em um relacionamento salvífico com Ele.

Como obter o conhecimento de Deus. Diferente de qualquer outro, o conhecimento de Deus é mais um assunto do coração humano do que de seu cérebro. Envolve a pessoa como um todo, e não apenas o intelecto. Deve-se permitir ampla entrada ao Espírito Santo e manifestar plena disposição de aceitar a vontade de Deus (Jo 7:17; cf. Mt 11:27). Disse Jesus: “Bem-aventurados os limpos de coração, porque verão a Deus” (Mt 5:8). Descrentes não poderão, portanto, obter genuíno conhecimento de Deus.

Referindo-se à sabedoria dos incrédulos, Paulo exclamou: “Então, o que acontece com esses sábios, esses eruditos, esses brilhantes comentaristas das grandes questões mundiais? Deus fez com que todos eles parecessem ridículos, e mostrou que a sabedoria deles é uma tolice inútil. Deus, em sua sabedoria, providenciou para que o mundo nunca encontrasse a Deus por meio da inteligência humana. E então, Ele se manifestou e salvou todos quantos creram em sua mensagem – essa mesma que o mundo considera absurda e ridícula” (1Co 1:20, 21, A Bíblia Viva).

O modo como adquirimos o conhecimento de Deus a partir da Bíblia é diferente de todos os outros métodos de aquisição de conhecimento. Não podemos nos colocar acima de Deus, tratando-o como um objeto capaz de ser analisado e quantificado. Aquele que se propõe a obter conhecimento de Deus, deve se colocar sob a jurisdição de sua autorrevelação – a Bíblia. Uma vez que a Bíblia interpreta a si própria, devemos nos sujeitar aos princípios e métodos que ela provê. Sem esses parâmetros bíblicos, não podemos conhecer a Deus.

Por que tantas pessoas dos dias de Cristo fracassaram em ver a autorrevelação de Deus em Jesus? Porque elas recusaram se sujeitar à orientação do Espírito Santo por meio das Escrituras, interpretando erroneamente as mensagens de Deus e crucificando o Salvador. Seu problema não era de ordem intelectual. Foi o endurecimento de seu coração que lhes obscureceu a mente, resultando em perda eterna.

A existência de Deus

Há duas principais fontes de evidência para a existência de Deus – o livro da natureza e as Escrituras.

Evidências na criação. Todos podem aprender de Deus pela observação da natureza e da experiência humana. Davi escreveu: “Os Céus proclamam a glória de Deus, e o firmamento anuncia as obras das Suas mãos” (Sl 19:1). João indicou que a revelação de Deus, incluindo a natureza, ilumina a todos (Jo 1:9). Paulo, a seu turno, disse que “os atributos invisíveis de Deus, assim o seu eterno poder, como também a sua própria divindade, claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas” (Rm 1:20).

Evidências da existência de Deus podem igualmente ser observadas no comportamento humano. Na prática religiosa dos atenienses que adoravam o

“Deus desconhecido”, Paulo percebeu evidências de crença em Deus. Ele disse: “Esse que adorais sem conhecer é precisamente aquele que eu vos anuncio” (At 17:23). Paulo observou também revelações de Deus na consciência de não cristãos. Sua forma de se conduzir, disse o apóstolo, revela o testemunho de sua “consciência” e mostra que o amor de Deus se acha gravado “no seu coração” (Rm 2:14, 15). A intuição de que Deus existe é encontrada mesmo entre aqueles que não têm acesso à Bíblia. Essa revelação geral de Deus fez surgir considerável número de clássicos argumentos racionais em favor da existência de Deus.²

Evidências das Escrituras. A Bíblia não prova a existência de Deus; ela simplesmente a assume. O texto inicial das Escrituras declara: “No princípio, criou Deus os céus e a terra” (Gn 1:1). Aqui Deus é descrito como criador, sustentador e legislador de toda a criação. A Bíblia ainda destaca que a revelação divina, na criação, é tão vigorosa que não resta margem para a descrença ou mesmo o ateísmo. Este último resulta de uma persistente supressão da verdade divina ou da mente que se recusa a reconhecer as evidências de que Deus existe (Sl 14:1; Rm 1:18-22, 28).

Há suficientes evidências da existência de Deus para convencer todo aquele que, de maneira séria, busca descobrir a verdade sobre Ele. Contudo, fé é um pré-requisito, pois “sem fé é impossível agradar a Deus, porquanto é necessário que aquele que se aproxima de Deus creia que Ele existe e que se torna galardoador dos que o buscam” (Hb 11:6).

Entretanto, a fé em Deus não é cega. Baseia-se, antes, em suficientes evidências, que podem ser encontradas em ambas as revelações de Deus – as Escrituras e a natureza.

O Deus das Escrituras

A Bíblia revela as qualidades essenciais de Deus ao apresentar seus nomes, suas atividades e seus atributos.

Os nomes de Deus. Os nomes desempenham importante papel nas Escrituras, o que aliás acontece ainda hoje no Oriente Médio e no Extremo Oriente. Nesses lugares, o nome revela o caráter de seu possuidor, sua verdadeira natureza e identidade. Portanto, o nome de Deus representa importante aspecto na revelação de seu caráter, natureza e qualidades, para os seres humanos. A importância do nome de Deus pode ser observada em numerosos textos. O próprio Deus declara: “Não tomarás o nome do SENHOR, teu Deus,

em vão” (Êx 20:7). Davi cantou: “Renderei graças ao SENHOR [...] e cantarei louvores ao nome do SENHOR Altíssimo” (Sl 7:17). “Santo e tremendo é o seu nome” (Sl 111:9). “Louvem o nome do SENHOR, porque só o seu nome é excelso” (Sl 148:13).

Os nomes hebraicos de Deus, tais como *El* e *Elohim* (“Deus”) revelam seu divino poder. Retratam a Deus como o todo-poderoso, o Deus da criação (Gn 1:1; Êx 20:2; Dn 9:4). *Elyon* (“Altíssimo”) e *El Elyon* destacam o elevado ou exaltado status divino (Gn 14:18-20; Is 14:14). *Adonai* (“Senhor”) retrata a Deus como o legislador poderoso (Is 6:1; Sl 35:23). Todos esses nomes enfatizam o majestoso e transcendental caráter de Deus.

Outros nomes podem, às vezes, revelar a Deus como Alguém que deseja entrar em relacionamento com seu povo. *Shaddai* e *El Shaddai* identificam o Deus todo-poderoso, a fonte de toda bênção e conforto (Êx 6:3; Sl 91:1). O nome *Yahweh*,³ também traduzido como Jeová ou Senhor, salienta a fidelidade e a graça de Deus na manutenção do concerto (Êx 15:2, 3; Os 12:5, 6). Em Êxodo 3:14, *Yahweh* descreve a si próprio como “Eu Sou o Que Sou” ou “Eu Serei Aquilo Que Serei”, indicando a inalterabilidade do relacionamento que Ele mantém com seu povo. Em certas ocasiões, Deus até mesmo se revelou de modo mais íntimo como “Pai” (Dt 32:6; Is 63:16; Jr 31:9; Ml 2:10) no momento em que identifica Israel como “meu filho, meu primogênito” (Êx 4:22; cf. Dt 32:19).

Os nomes neotestamentários de Deus possuem significados equivalentes, exceto a palavra “Pai”. Jesus atribuiu a essa palavra um significado pessoal mais profundo, tendo em vista levar os indivíduos crentes a um relacionamento íntimo e pessoal com o Deus, que é seu Pai (Mt 6:9; Mc 14:36; cf. Rm 8:15; Gl 4:6).

As atividades de Deus. Os autores bíblicos se ocupam mais tempo em descrever o que Deus faz do que em dizer o que Ele é. Deus é apresentado como criador (Gn 1:1; Sl 24:1, 2) e como sustentador do mundo (Hb 1:3). Ele é também redentor e salvador (Dt 5:6; 2Co 5:19), que carrega sobre si o fardo do destino último da humanidade. Ele estabelece planos (Is 46:11), faz predições (Is 46:10), concede promessas (Dt 15:6; 2Pe 3:9) e perdoa pecados (Êx 34:7). Consequentemente, Ele é digno de adoração (Ap 14:6, 7). Finalmente, as Escrituras revelam a Deus como legislador, “Rei eterno, imortal, invisível, Deus único” (1Tm 1:17). Essas ações confirmam o conceito de que Deus é um Deus pessoal.

Os atributos de Deus. Os autores bíblicos providenciaram informações adicionais no tocante à essência de Deus por meio de seus testemunhos quanto aos atributos divinos, tanto comunicáveis quanto incomunicáveis.

Os atributos incomunicáveis incluem alguns aspectos da natureza divina de Deus, os quais não podem ser concedidos a seres criados. Deus possui “vida em si mesmo” (Jo 5:26); portanto é autoexistente. Ele possui vontade independente (Ef 1:5) e poder próprio (Sl 115:3). Ele é onisciente, pois conhece todas as coisas (Jó 37:16; Sl 139:1-18; 147:5; 1Jo 3:20); na qualidade de Alfa e Ômega (Ap 1:8), Ele conhece o fim desde o princípio (Is 46:9-11).

Deus é onipresente (Sl 139:7-12; Hb 4:13), e assim transcende todo o espaço. Logo, Ele se encontra presente de modo pleno em cada região do espaço. Ele é eterno (Sl 90:2; Ap 1:8), e assim transcende os limites do tempo, estando plenamente presente em todos os momentos do tempo.

Deus é plenamente poderoso – onipotente – e pode realizar tudo aquilo que deseja; nada lhe é impossível (Dn 4:17, 25, 35; Mt 19:26; Ap 19:6). Ele também é imutável, uma vez que é perfeito. Ele diz: “EU, O SENHOR, não mudo” (Ml 3:6; cf. Sl 33:11; Tg 1:17). Esses atributos não podem ser comunicados porque, em certo sentido, eles definem a Deus.

Os atributos comunicáveis de Deus resultam de seu amável interesse pela humanidade. Ele concede amor (Rm 5:8), graça (Rm 3:24), misericórdia (Sl 145:9), longanimidade (2Pe 3:15), santidade (Sl 99:9), justiça (Ed 9:15; Jo 17:25), galardão (Ap 22:12) e verdade (1Jo 5:20). Esses dons, contudo, não podem ser recebidos sem que se receba o próprio Doador.

A soberania de Deus

A soberania de Deus é claramente ensinada nas Escrituras. “Segundo a sua vontade, Ele opera [...] Não há quem lhe possa deter a mão” (Dn 4:35). “Porque todas as coisas tu criaste, sim, por causa da tua vontade vieram a existir e foram criadas” (Ap 4:11). “Tudo quanto aprouve ao SENHOR, Ele o fez, nos céus e na terra” (Sl 135:6). Desse modo, Salomão pôde dizer: “Como ribeiros de água assim é o coração do rei na mão do SENHOR; este, segundo o seu querer, o inclina” (Pv 21:1). Paulo, estando cômico da soberania de Deus, escreveu: “Se Deus quiser, voltarei para vós outros” (At 18:21; cf. Rm 15:32); ao mesmo tempo, Tiago admoesta: “Devíeis dizer: Se o Senhor quiser” (Tg 4:15).

Predestinação e liberdade humana. A Bíblia revela o pleno controle de Deus sobre o mundo. Ele “predestinou” pessoas “para serem conformes à imagem de seu Filho” (Rm 8:29), para serem adotadas como seus filhos e para obterem a herança (Ef 1:4, 5, 11). O que representa tal soberania para a liberdade humana?

O verbo *predestinar* significa “determinar antecipadamente”. Alguns entendem que essas passagens ensinam que Deus elegeu arbitrariamente alguns para a salvação e outros para a perdição, sem considerar as escolhas dessas pessoas. Mas o estudo do contexto de tais passagens mostra que Paulo não está falando de um Deus que caprichosamente exclui a quem quer que seja.

O impulso desses textos é *inclusivo*. A Bíblia declara, sem rodeios, que Deus “deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade” (1Tm 2:4). Ele não quer que qualquer pessoa “pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento” (2Pe 3:9). Não existe qualquer evidência de que Deus decretou que algumas pessoas devam se perder; semelhante decreto seria uma negação do Calvário, onde Jesus morreu em favor de todos. A expressão *todo aquele* no conhecido texto de João 3:16 – “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que *todo aquele* que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” – significa que qualquer pessoa pode ser salva.

“Que a livre vontade humana é o fator determinante em seu destino pessoal, torna-se evidente pelo fato de que Deus continuamente apresenta os resultados da obediência e da desobediência, e insiste em que o pecador escolha a obediência e a vida (Dt 30:19; Js 24:15; Is 1:16-20; Ap 22:17); e do fato de que é possível ao crente que uma vez foi recipiente da graça, cair dela e vir a se perder (1Co 9:27; Gl 5:4; Hb 6:4-6; 10:29). [...]

“Deus pode ver antecipadamente todas as decisões individuais que serão tomadas, mas em sua presciência Ele não determina quais devem ser estas escolhas. [...] A predestinação bíblica consiste no efetivo propósito de Deus, de que todos aqueles que crerem em Cristo sejam salvos (Jo 1:12; Ef 1:4-10).”⁴

Assim, pois, o que deseja dizer a Escritura quando afirma que Deus amou Jacó e aborreceu Esaú (Rm 9:13), e que Ele endureceu o coração de Faraó (v. 17, 18; conferir os v. 15, 16, e Êx 9:16; 4:21)? O contexto dessas passagens mostra que o interesse de Paulo é pela missão, e não pela salvação. A

Redenção acha-se disponível para todos, mas Deus escolheu determinadas pessoas para responsabilidades especiais. A salvação achava-se igualmente disponível para Jacó e Esaú, mas Deus escolheu Jacó – e não Esaú – para constituir a linhagem por intermédio da qual Ele haveria de enviar a mensagem de salvação ao mundo. Deus exerceu soberania em sua estratégia missionária.

Quando a Escritura afirma que Deus endureceu o coração de Faraó, está atribuindo a Deus o crédito por aquilo que Ele meramente permite, e não a responsabilidade de uma ordem sua para que aquilo ocorra. A negativa de Faraó em responder aos apelos de Deus, serve, na verdade, para ilustrar o respeito de Deus pela liberdade de escolha das pessoas.

Conhecimento antecipado e liberdade humana. Alguns creem que Deus se relaciona com as pessoas sem efetivamente conhecer as suas decisões até que elas tenham sido tomadas; que Deus conhece certos eventos futuros, tais como o segundo advento, o milênio e a restauração da Terra, mas não tem ideia de quais serão as pessoas salvas. Essas pessoas sentem que as dinâmicas relações de Deus com a raça humana estariam em perigo se Ele conhecesse tudo aquilo que transpira de eternidade a eternidade. Alguns sugerem que Ele se sentiria entediado se conhecesse o fim desde o princípio.

Assim como o conhecimento que um historiador tem daquilo que as pessoas fizeram no passado não interfere na ação delas, o conhecimento divino a respeito daquilo que os homens irão fazer não interfere em suas decisões efetivas. Da mesma forma como uma câmera registra as cenas mas não interfere nelas, o conhecimento antecipado de Deus penetra o futuro sem alterá-lo. A presciência de Deus jamais viola a liberdade humana.

Dinamismo interno da Divindade

Porventura existe apenas um Deus? O que dizer de Cristo e do Espírito Santo?

A singularidade de Deus. Em contraste com o paganismo das nações circunvizinhas, Israel cria na existência de um Deus único (Dt 4:35; 6:4; Is 45:5; Zc 14:9). O Novo Testamento estabelece a mesma ênfase quanto à unidade de Deus (Mc 12:29-32; Jo 17:3; 1Co 8:4-6; Ef 4:4-6; 1Tm 2:5). Essa ênfase monoteísta não contradiz o conceito cristão de um Deus triúno ou Trindade – Pai, Filho e Espírito Santo. Em vez disso, enfatiza que não existe um panteão com várias deidades.

A pluralidade interna da Divindade. Embora o Antigo Testamento não ensine explicitamente que Deus é triúno, ele alude à pluralidade interna da Divindade. Por vezes, Deus utiliza pronomes e verbos no plural, como : “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (Gn 1:26); “Eis que o homem se tornou como um de nós” (Gn 3:22); “Vinde, desçamos e confundamos ali a sua linguagem” (Gn 11:7). Por vezes, o Anjo do Senhor é identificado com Deus. Tendo aparecido a Moisés, o Anjo do Senhor disse: “Eu sou o Deus de teu pai, o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó” (Êx 3:6).

Várias referências distinguem o Espírito de Deus do próprio Deus. Na história da criação, lemos que “o Espírito de Deus pairava por sobre as águas” (Gn 1:2). Alguns textos não apenas fazem referência ao Espírito, como também incluem uma terceira pessoa na obra redentora de Deus: “Agora, o SENHOR Deus [Deus Pai] me enviou a mim [o Filho de Deus] e o seu Espírito [o Espírito Santo]” (Is 48:16); “Pus [Deus Pai] sobre Ele [o Messias] o meu Espírito [Espírito Santo], e Ele promulgará o direito para os gentios” (Is 42:1).

O relacionamento interno da Divindade. O primeiro advento de Cristo nos provê alguns lampejos mais claros a respeito do Deus triúno. O evangelho de João revela que a Divindade consiste em Deus Pai (ver capítulo 3 deste livro), Deus Filho (capítulo 4) e Deus Espírito Santo (capítulo 5), uma unidade de três pessoas coeternas que se inter-relacionam de forma única e misteriosa.

1. Relacionamento amorável. No momento em que Jesus exclamou: “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” (Mc 15:34), sofria Ele o afastamento de seu Pai, que o pecado causara. O pecado rompeu o relacionamento original da humanidade com Deus (Gn 3:6-10; Is 59:2). Em suas últimas horas antes da cruz, o Salvador, que por si mesmo não conhecia o pecado, tornou-se pecado por nós. Ao assumir nosso pecado e nosso lugar, experimentou Ele a separação do Pai que representava a nossa sorte, e, conseqüentemente, pereceu.

Os pecadores jamais compreenderão o que a morte de Jesus representou para a Divindade. Desde a eternidade fora Ele um com o Pai e o Santo Espírito. Eles haviam existido como coeternos, em uma coexistência em que se ofereciam a si próprios mutuamente em amor. Tendo estado juntos durante tanto tempo, compreende-se o perfeito e absoluto amor que existia entre a Divindade. “Deus é amor” (1Jo 4:8); isso significa que cada uma das pessoas

vivia de modo tão completo para as demais, que Eles experimentavam completa realização e felicidade.

O amor é definido em 1 Coríntios 13. Alguns poderão interrogar-se por que razão as qualidades da longanimidade e da paciência seriam necessárias no relacionamento interno da Divindade, uma vez que ali existe o mais perfeito amor. A paciência se tornou necessária pela primeira vez no tratamento com os anjos rebeldes, e, mais tarde, no relacionamento com o indócil ser humano.

Não existe distância entre as Pessoas da Divindade triúna. Todas elas são divinas, e assim compartilham seus poderes e qualidades divinos. Nas organizações humanas, a autoridade final repousa sobre uma pessoa – um presidente, rei ou primeiro-ministro. Na economia da Divindade, a autoridade final reside sobre todos os três membros.

Embora a Divindade não seja apenas uma Pessoa, Deus é um em propósito, mente e caráter. Essa unicidade não oblitera as personalidades distintas do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Tampouco a existência dessas personalidades separadas destrói o conceito monoteísta das Escrituras, de que Pai, Filho e Espírito Santo são *um único Deus*.

2. Relacionamento funcional. Dentro da Divindade existe uma distribuição de funções. Deus não duplica desnecessariamente o serviço. Ordem é a primeira lei do Céu, e Deus opera de maneira ordenada. Essa organização parte da unidade interna da Divindade. O Pai parece atuar como fonte, o Filho como mediador e o Espírito Santo como atualizador ou aplicador.

A encarnação ilustra de forma bonita o relacionamento funcional entre as três Pessoas da Divindade. O Pai entregou seu Filho, Cristo deu-se a si próprio e o Espírito Santo operou a concepção de Jesus (Jo 3:16; Mt 1:18, 20). O testemunho do anjo a Maria indicou as atividades dos três no processo misterioso em que Deus Se fez homem. “Descerá sobre ti o Espírito Santo, e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso, também o ente santo que há de nascer será chamado Filho de Deus” (Lc 1:35).

Todos os membros da Divindade se achavam presentes no batismo de Cristo: o Pai lhe concedeu estímulo (Mt 3:17), Cristo apresentou-se a si próprio para ser batizado e servir-nos de exemplo (Mt 3:13-15) e o Espírito Santo deu-se a si mesmo para encher Jesus de poder (Lc 3:21, 22).

Aproximando-se do fim de seu ministério terrestre, Jesus prometeu enviar o Espírito Santo como conselheiro ou ajudador (Jo 14:16). Horas mais tarde,

pendente da cruz, Jesus clamou a seu Pai: “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” (Mt 27:46). Naqueles momentos extremos e cruciais para a história da salvação, Pai, Filho e Espírito Santo compuseram conjuntamente o quadro dramático.

Nos dias atuais, Pai e Filho chegam até nós por intermédio do Espírito Santo. Jesus disse: “Quando, porém, vier o Consolador, que Eu vos enviarei da parte do Pai, o Espírito da verdade, que dele procede, Esse dará testemunho de mim” (Jo 15:26). O Pai e o Filho enviaram o Espírito para que Ele revelasse o Filho a cada pessoa. O grande fardo que repousa sobre a Divindade é trazer a cada pessoa o conhecimento de Deus e de Jesus Cristo (Jo 17:3) e tornar Jesus presente e real (Mt 28:20; cf. Hb 13:5). Os crentes são eleitos para a salvação, diz Pedro, “segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e a aspensão do sangue de Jesus Cristo” (1Pe 1:2).

A bênção apostólica inclui as três Pessoas da Divindade. “A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós” (2Co 13:13). Cristo aparece no início da lista. O ponto de contato de Deus com a humanidade se realizava, e ocorre ainda hoje, por intermédio de Jesus Cristo – o Deus que se tornou homem. Embora todos os três membros da Divindade trabalhem em conjunto para a nossa salvação, somente Jesus viveu como homem, e se tornou o nosso salvador (Jo 6:47; Mt 1:21; At 4:12). Uma vez, porém, que “Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo” (2Co 5:19), Deus também poderia ser designado como nosso Salvador (cf. Tt 3:4), pois Ele nos salvou por meio de Cristo, o salvador (Ef 5:23; Fp 3:20; cf. Tt 3:6).

Em sua distribuição interna de funções, diferentes membros da Divindade executam tarefas distintas para a salvação do homem. O trabalho do Espírito Santo não acrescenta coisa alguma à perfeição e eficácia do sacrifício empreendido por Cristo na cruz. Por intermédio do Espírito Santo, a propiciação objetiva efetuada no Calvário é aplicada subjetivamente à medida que o Cristo da propiciação é levado para o íntimo do crente. É por essa razão que Paulo fala de “Cristo em vós, a esperança da glória” (Cl 1:27).

Foco na salvação

A igreja apostólica batizava as pessoas em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo (Mt 28:19). Uma vez, porém, que foi pela vida de Jesus que

ocorreu a revelação do amor e do propósito de Deus, é nele que a Bíblia se centraliza. Ele é a esperança antecipada pelos sacrifícios e festivais do Antigo Testamento. É Ele quem ocupa a posição central nos evangelhos. Ele representa as boas-novas proclamadas pelos discípulos em seus sermões e escritos – a Bendita Esperança. O Antigo Testamento dirige seu olhar para o futuro, esperando-o; o Novo Testamento relata seu primeiro advento e prossegue olhando para o futuro, em direção a sua segunda vinda.

Cristo, o Mediador entre Deus e o homem, estabelece nosso vínculo de união com a Divindade. Jesus é “o caminho, e a verdade, e a vida” (Jo 14:6). As boas-novas acham-se centralizadas em uma Pessoa, e não apenas em uma prática. Têm a ver com um relacionamento, não apenas com regras – pois o cristianismo é Cristo. Nele encontramos o cerne, o conteúdo e o contexto de todas as verdades e da vida.

Contemplando a cruz, conseguimos olhar o interior do coração de Deus. Naquele instrumento de tortura, Ele derramou seu amor por nós. Por meio de Cristo, o amor da Divindade ocupa por completo nossos corações doridos e vazios. Jesus permaneceu ali pendurado como o dom de Deus e nosso substituto. Na cruz do Calvário, Deus desceu à Terra, ao ponto mais baixo imaginável, a fim de nos encontrar; mas esse mesmo lugar representa o ponto mais alto que nós podemos atingir. Quando nos aproximamos do Calvário, subimos ao lugar mais alto possível em direção a Deus.

Na cruz, a Trindade demonstrou a maior revelação de altruísmo. Foi aquela a nossa mais elevada revelação de Deus. Cristo se tornou humano a fim de morrer pela raça humana. Ele valorizou a autonegação como sendo mais valiosa que a autoexistência. Ali Cristo se tornou nossa “justiça, e santificação, e redenção” (1Co 1:30). Qualquer que seja o valor que tenhamos ou venhamos a ter, este provém do sacrifício que Ele efetuou na cruz.

O único Deus verdadeiro é o Deus da cruz. Cristo desvendou ao universo o infinito amor e poder salvador de Deus; Ele revelou um Deus triúno que se dispôs a suportar a agonia da separação em virtude de seu amor incondicional por um planeta rebelde. Da cruz, Deus proclamou o amorável convite que nos dirige: devemos nos reconciliar, “e a paz de Deus, que excede todo o entendimento, guardará o vosso coração e a vossa mente em Cristo Jesus” (Fp 4:7).

¹ Gordon R. Lewis, *Decide for Yourself: A Theological Workbook* (Downers Grove: InterVarsity, 1978), p. 15.

² Trata-se dos argumentos cosmológico, teleológico, ontológico, antropológico e religioso. Ver, por exemplo, T. H. Jemison, *Christian Beliefs* (Mountain View: Pacific Press, 1959), p. 72; Richard Rice, *The Reign of God* (Berrien Springs: Andrews University Press, 1985), p. 53-56. Esses argumentos não provam a existência de Deus, mas mostram que existe forte probabilidade de que Deus exista. Em termos últimos, contudo, a crença na existência de Deus está baseada na fé.

³ Yahweh representa uma “transliteração conjectural” do sagrado nome de Deus no Antigo Testamento (Êx 3:14, 15; 6:3). O original hebraico continha quatro consoantes, YHWH. Com o decorrer do tempo, receando profanar o nome de Deus, os judeus se recusaram a pronunciar em voz alta o sagrado nome. Em vez de fazê-lo, sempre que apareciam as consoantes YHWH eles liam a palavra ADONAI. No sétimo ou oitavo século da Era Cristã, quando as vogais foram acrescentadas às palavras hebraicas, os massoretas suprimiram as vogais de Adonai às consoantes de YHWH. A combinação resultou na palavra JEOVÁ. Outras versões bíblicas preferem manter o termo YAHWEH, ou Senhor. (Ver Siegfried H. Horn, *Seventh-day Adventist Bible Dictionary*, editado por Don F. Neufeld, edição revista [Washington, DC: Review and Herald, 1979], p. 1192, 1193.)

⁴ “Predestination”, *Seventh-day Adventist Encyclopedia*, editor Don F. Neufeld; edição revista (Washington, DC: Review and Herald, 1976), p. 1144.

O PAI



Deus, o Eterno Pai, é o criador, o originador, o mantenedor e o soberano de toda a criação. Ele é justo e santo, compassivo e clemente, tardio em irar-se e grade em constante amor e fidelidade. As qualidades e os poderes manifestos no Filho e no Espírito Santo também são os mesmos do Pai.

Inicia-se o grande dia do julgamento. Tronos flamejantes, com rodas de fogo, movem-se no local. O Ancião de Dias assume seu assento. Majestoso em aparência, Ele preside a corte. Sua sacrossanta presença se estende por todo o vasto recinto da audiência. Grande multidão de testemunhas acham-se em pé diante dele. Estabelece-se o julgamento, livros são abertos e começa o exame dos registros das vidas dos seres humanos (Dn 7:9, 10).

Todo o universo estivera a esperar por esse momento. Deus Pai executará sua justiça contra todos os pecadores impenitentes. A sentença é pronunciada: “Fez justiça aos santos do Altíssimo” (Dn 7:22). Louvor transbordante de gratidão e ações de graças reverberam por todo o Céu. O caráter de Deus é agora contemplado em toda a sua glória, e seu maravilhoso nome é vindicado por todo o universo.

Lampejos do Pai

Deus Pai é frequentemente mal compreendido. Muitos parecem conhecer muito bem a missão de Cristo na Terra, em favor da humanidade, bem como o papel do Espírito Santo no interior do indivíduo; mas o que tem o Pai a ver conosco? Ele, em contraste com o gracioso Filho e o Espírito, parece estar totalmente afastado de nosso mundo: o Senhor ausente, a distante causa primeira?

Ou seria Ele – segundo creem alguns – o “Deus do Antigo Testamento”, um

Deus vingativo, caracterizado pelo preceito: “olho por olho, dente por dente” (Mt 5:38; cf. Êx 21:24)? Um Deus inflexível que requer obras perfeitas – ou estará pronto a punir! Um Deus que aparece em notável contraste com o quadro pintado pelo Novo Testamento, que é o de um Deus amável que oferece a outra face e recomenda que se ande a segunda milha (Mt 5:39-41)?

Deus Pai no Antigo Testamento

A unidade do Antigo e do Novo Testamentos e o plano da redenção que ambos apresentam em comum são revelados pelo fato de que é o mesmo Deus que fala e age em ambos os Testamentos em favor da salvação de seu povo. “Havendo Deus, outrora, falado, muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias, nos falou pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, pelo qual também fez o universo” (Hb 1:1, 2). Embora o Antigo Testamento faça alusão às Pessoas da Divindade, não faz distinção entre elas. Mas o Novo Testamento deixa claro que Cristo, ou Deus Filho, foi o agente ativo da criação (Jo 1:1-3, 14; Cl 1:16), e que foi Ele o Deus que conduziu o povo de Israel para fora do Egito (1Co 10:1-4; Êx 3:14; Jo 8:58). Aquilo que o Novo Testamento diz a respeito do papel de Cristo na criação e no êxodo sugere que mesmo nos tempos do Antigo Testamento somos levados a ver, muitas vezes, o quadro de Deus utilizando o agenciamento de seu Filho. “Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo” (2Co 5:19). O Antigo Testamento descreve o Pai nos seguintes termos:

Um Deus misericordioso. Nenhum ser humano pecador conseguiu jamais ver a Deus (Êx 33:20). Tampouco temos alguma fotografia de sua pessoa. Deus demonstrava seu caráter pelos seus atos graciosos e pelo quadro de palavras que Ele proclamou a Moisés: “SENHOR, SENHOR Deus compassivo, clemente e longânimo e grande em misericórdia e fidelidade; que guarda a misericórdia em mil gerações, que perdoa a iniquidade, a transgressão e o pecado, ainda que não inocenta o culpado, e visita a iniquidade dos pais nos filhos e nos filhos dos filhos, até à terceira e quarta geração” (Êx 34:6, 7; cf. Hb 10:26, 27). Ainda assim, há que se observar que a misericórdia não perdoa cegamente, mas é orientada pelo princípio da justiça. Aqueles que rejeitam sua misericórdia colherão o fruto da punição que Ele executará sobre a iniquidade.

No Sinai, Deus expressou seu desejo de ser amigo de Israel, de estar com o

povo. Disse Ele a Moisés: “E me farão um santuário, e habitarei no meio deles” (Êx 25:8). Pelo fato de ser o lugar terrestre da habitação de Deus, esse santuário se tornou o ponto central da experiência religiosa de Israel.

O Deus do concerto. Ansioso por estabelecer relações duradouras, Deus celebrou solenes concertos com pessoas tais como Noé (Gn 9:1-17) e Abraão (Gn 12:1-3, 7; 13:14-17; 15:1, 5, 6; 17:1-8; 22:15-18; ver capítulo 7 deste livro). Esses concertos revelam um Deus pessoal e amável, interessado nos assuntos de seu povo. A Noé Ele concedeu a certeza de estações atmosféricas regulares (Gn 8:22) e que jamais a Terra tornaria a ser destruída por um dilúvio (Gn 9:11); a Abraão Ele prometeu numerosa descendência (Gn 15:5-7) e uma terra na qual ele e seus descendentes poderiam habitar (Gn 15:18; 17:8).

Um Deus redentor. Na qualidade de Deus do êxodo, Ele conduziu miraculosamente uma nação de escravos rumo à liberdade. Esse grande ato redentivo representa o pano de fundo de todo o Antigo Testamento e constitui um exemplo de seu ardente desejo em ser nosso redentor. Deus não é uma pessoa distante, separada e desinteressada, mas alguém muitíssimo interessado em nossas ocupações.

Os Salmos revelam de modo especial a inspiração proveniente das profundezas do amável envolvimento divino: “Quando contemplo os teus céus, obra dos teus dedos, e a lua e as estrelas que estabeleceste, que é o homem, que dele te lembres? e o filho do homem, que o visites?” (Sl 8:3, 4). “Eu te amo, ó SENHOR, força minha. O SENHOR é a minha rocha, a minha cidadela, o meu libertador; o meu Deus, o meu rochedo em que me refugio; o meu escudo, a força da minha salvação, o meu baluarte” (Sl 18:1, 2). “Pois não desprezou, nem abominou a dor do aflito” (Sl 22:24).

Um Deus de refúgio. Davi vislumbrou a Deus como alguém em quem podia encontrar refúgio – algo muito parecido com as seis cidades de refúgio dos israelitas, as quais abrigavam os fugitivos inocentes. O tema do “refúgio”, que é recorrente nos Salmos, retrata tanto a Cristo quanto ao Pai. A Divindade era um refúgio. “Pois, no dia da adversidade, Ele me ocultará no seu pavilhão; no recôndito do Seu tabernáculo, me acolherá; elevar-me-á sobre uma rocha” (Sl 27:5). “Deus é nosso refúgio e fortaleza, socorro bem presente nas tribulações” (Sl 46:1). “Como em redor de Jerusalém estão os montes, assim o SENHOR, em derredor do seu povo, desde agora e para sempre” (Sl 125:2).

O salmista expressou o anseio que sentia por maior comunhão com o seu Deus. “Como suspira a corça pelas correntes das águas, assim, por ti, ó Deus, suspira a minha alma. A minha alma tem sede de Deus, do Deus vivo” (Sl 42:1, 2). Por experiência própria, Davi testemunhou: “Confia os teus cuidados ao SENHOR, e Ele te susterá; jamais permitirá que o justo seja abalado” (Sl 55:22). “Confiai nEle, ó povo, em todo tempo; derramai perante Ele o vosso coração; Deus é o nosso refúgio” (Sl 62:8). “Mas tu, Senhor, és Deus compassivo e cheio de graça, paciente e grande em misericórdia e em verdade” (Sl 86:15).

Um Deus perdoador. Depois de haver praticado um adultério e um assassinato, Davi clamou com profunda sinceridade: “Compadece-te de mim, ó Deus segundo a tua benignidade; e, segundo a multidão das tuas misericórdias, apaga as minhas transgressões.” “Não me repulses da tua presença, nem me retires o teu Santo Espírito” (Sl 51:1, 11). Ele foi confortado pela segurança de que Deus é maravilhosamente misericordioso. “Pois quanto o céu se alteia acima da terra, assim é grande a sua misericórdia para com os que o temem. Quanto dista o Oriente do Ocidente, assim afasta de nós as nossas transgressões. Como um pai se compadece de seus filhos, assim o SENHOR se compadece dos que o temem. Pois Ele conhece a nossa estrutura e sabe que somos pó” (Sl 103:11-14).

Um Deus de bondade. Deus é Alguém “que faz justiça aos oprimidos e dá pão aos que têm fome. [...] O SENHOR abre os olhos aos cegos, o SENHOR levanta os abatidos, o SENHOR ama os justos. O SENHOR guarda o peregrino, ampara o órfão e a viúva” (Sl 146:7-9). Quão extraordinário é o quadro de Deus pintado pelos Salmos!

Um Deus de fidelidade. Apesar da grandeza de Deus, Israel vagueou afastado dele durante a maior parte do tempo (Lv 26; Dt 28). Deus é retratado como amando a Israel da forma como um marido ama sua esposa. O livro de Oseias salienta pungentemente a fidelidade de Deus em face da flagrante infidelidade e rejeição por parte do povo. A contínua disposição perdoadora de Deus revela seu caráter de incondicional amor.

Embora Deus permitisse ao povo experimentar as calamidades decorrentes de sua infidelidade – na tentativa de corrigir os maus caminhos de Israel –, Ele ainda os manteve circundados de sua misericórdia. Ele ainda lhes assegurava: “Tu és o meu servo, Eu te escolhi e não te rejeitei, não temas, porque Eu sou contigo; não te assombres, porque Eu sou o teu Deus; Eu te

fortaleço, e te ajudo, e te sustento com a minha destra fiel” (Is 41:9, 10). A despeito da infidelidade israelita, Deus ainda lhes prometia ternamente: “Mas, se confessarem a sua iniquidade e a iniquidade de seus pais, na infidelidade que cometeram contra mim, [...] se o seu coração incircunciso se humilhar, e tornarem eles por bem o castigo da sua iniquidade, então, me lembrarei da minha aliança com Jacó, [...] com Isaque, [...] com Abraão” (Lv 26:40-42; cf. Jr 3:12).

Deus faz lembrar a seu povo sua atitude redentiva: “Lembra-te destas coisas, ó Jacó, ó Israel, porquanto és meu servo! Eu te formei, tu és meu servo, ó Israel; não me esquecerei de ti. Desfaço as tuas transgressões como a névoa e os teus pecados, como a nuvem; torna-te para mim, porque Eu te remi” (Is 44:21, 22). Não é de admirar que Ele pudesse dizer: “Olhai para mim e sede salvos, vós, todos os limites da terra; porque Eu sou Deus, e não há outro” (Is 45:22).

Um Deus de salvação e vingança. A descrição que o Antigo Testamento faz de Deus como um Deus de vingança, deve ser compreendida no contexto da destruição de seu povo fiel por parte dos ímpios. Ao apresentar o tema do “Dia do SENHOR”, os profetas revelaram os atos de Deus em favor de seu povo no tempo do fim. Trata-se de um dia de salvação para seu povo, mas um dia de vingança de seus inimigos, os quais serão destruídos. “Dizei aos desalentados de coração: Sede fortes, não temais. Eis o vosso Deus. A vingança vem, a retribuição de Deus; Ele vem e vos salvará” (Is 35:4).

Um Deus que é Pai. Dirigindo-se a Israel, Moisés referiu-se a Deus como o Pai daquele povo, o qual havia operado a sua redenção: “Não é Ele teu pai, que te adquiriu, te fez e te estabeleceu?” (Dt 32:6). Pela redenção, Deus adotou Israel como seu filho. Isaías escreveu: “Ó SENHOR, tu és nosso Pai” (Is 64:8; cf. 63:16). Através de Malaquias, Deus estabelece o vínculo entre sua paternidade e o papel que desempenhou como Criador: “Não temos nós todos o mesmo Pai? Não nos criou o mesmo Deus?” (Ml 2:10). Deus é nosso Pai tanto pela criação quanto pela redenção. Quão extraordinária é esta verdade!

Deus Pai no Novo Testamento

O Deus do Antigo Testamento não difere daquele que encontramos no Novo Testamento. Deus Pai é revelado como o originador de todas as coisas, o pai de todos os verdadeiros crentes e, em sentido único, o pai de Jesus Cristo.

O Pai de toda a criação. Paulo identifica o Pai, distinguindo-o de Jesus Cristo: “Todavia, para nós há um só Deus, o Pai, de quem são todas as coisas [...] e um só Senhor, Jesus Cristo, pelo qual são todas as coisas, e nós também, por Ele” (1Co 8:6; cf. Hb 12:9; Jo 1:17). O apóstolo testifica: “Por esta causa me ponho de joelhos diante do Pai, de quem toma o nome toda família, tanto no céu como sobre a terra” (Ef 3:14, 15).

O Pai de todos os crentes. Nos tempos do Novo Testamento, este relacionamento espiritual de pai-filhos existe não entre Deus e a nação israelita, senão entre Deus e o crente individual. Jesus apresentou as linhas-mestras desse relacionamento (Mt 5:45; 6:6-15), o qual é estabelecido mediante a aceitação que o crente faz de Jesus Cristo (Jo 1:12, 13).

Por meio da redenção operada por Cristo, os crentes são adotados como filhos de Deus. O Espírito Santo propicia a facilitação desse relacionamento. Cristo veio “para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos. E, porque vós sois filhos, enviou Deus ao nosso coração o Espírito de seu filho, que clama: Aba, Pai!” (Gl 4:5, 6; cf. Rm 8:15, 16).

Jesus revela o Pai. Jesus, o Deus Filho, ofereceu a mais profunda visão do Pai quando – na qualidade de autorrevelação divina – se tornou em carne humana (Jo 1:1, 14). João declara: “Ninguém jamais viu a Deus; o Deus unigênito, que está no seio do Pai, é quem o revelou” (Jo 1:18). Disse Jesus: “Eu descí do Céu” (Jo 6:38). “Quem me vê a mim vê o Pai” (Jo 14:9). Conhecer Jesus é conhecer o Pai.

A epístola aos Hebreus salienta a importância dessa revelação pessoal. “Havendo Deus, outrora, falado muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias, nos falou pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, pelo qual também fez o universo. Ele [...] é o resplendor da glória e a expressão exata do seu Ser” (Hb 1:1-3).

1. Um Deus que dá. Jesus revelou seu Pai como um Deus *doador*. Podemos contemplar suas dádivas na criação, em Belém e no Calvário.

Na criação, o Pai e o Filho agiram conjuntamente. Deus nos concedeu a vida, apesar de saber que isso conduziria, afinal, à morte de seu próprio Filho.

Em Belém, deu-se a si mesmo ao nos doar seu Filho. Quanta dor experimentou o Pai ao ver seu Filho amado ingressar em nosso poluído planeta! Imagine os sentimentos do Pai quando teve de contemplar seu Filho trocar o amor e a adoração dos anjos pelo ódio dos pecadores; a glória e

felicidade do Céu pelo caminho que o conduziria à morte na cruz.

Contudo, é o Calvário que nos propicia a mais profunda compreensão do Pai. Ele, sendo divino, sofreu as dores de ver-se separado do Filho – na vida e na morte – e este sofrimento foi muito mais profundo do que algum ser humano jamais poderia suportar. Ele e Cristo sofreram na *mesma medida*. Poderia ter sido dado maior testemunho acerca do Pai? A cruz revela – como coisa alguma poderia fazê-lo – a verdade a respeito do Pai.

2. Um Deus de amor. O tema preferido de Jesus foi a ternura e o abundante amor do Pai. Disse Ele: “Amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem; para que vos torneis filhos do vosso Pai celeste, porque Ele faz nascer o seu sol sobre maus e bons e vir chuvas sobre justos e injustos” (Mt 5:44, 45).

“Será grande o vosso galardão, e sereis filhos do Altíssimo. Pois Ele é benigno até para com os ingratos e maus. Sede misericordiosos, como também é misericordioso vosso Pai” (Lc 6:35, 36).

Ao abaixar-se e lavar os pés de seu traidor (Jo 13:5, 10-14), Jesus revelou a amorável natureza do Pai. Quando contemplamos Jesus no ato de alimentar a multidão faminta (Mc 6:39-44; 8:1-9), curando o surdo (Mc 9:17-29), concedendo fala ao mudo (Mc 7:32-37), abrindo os olhos ao cego (Mc 8:22-26), fazendo andar o paralítico (Lc 5:18-26), curando os leprosos (Lc 5:12, 13), ressuscitando os mortos (Mc 5:35-43; Jo 11:1-45), perdoadando os pecadores (Jo 8:3-11) e expulsando os demônios (Mt 15:22-28; 17:14-21), vemos o Pai labutando entre os homens, trazendo-lhes vida, libertando-os, concedendo-lhes esperança e apontando-lhes a terra restaurada do futuro. Cristo sabia que seu ato de revelar o precioso amor do Pai representaria a chave para conduzir as pessoas ao arrependimento (Rm 2:4).

Três das parábolas de Cristo retratam o amorável interesse de Deus pela humanidade perdida (Lc 15). A parábola da ovelha perdida ensina que a salvação provém da iniciativa de Deus, e não decorre da busca que dele façamos. Assim como o pastor ama suas ovelhas e coloca sua própria vida em risco quando uma delas se extravia, assim – em medida muitíssimo maior – Deus manifesta seu anelante amor por todos os perdidos.

Essa parábola possui também um significado cósmico – a ovelha perdida representa nosso mundo rebelde, não mais que um mero átomo no vasto universo de Deus. Como um custo incalculável, Deus ofereceu seu Filho para poder trazer nosso planeta de volta ao redil, o que indica que nosso mundo

caído é tão precioso para Ele quanto o restante de sua criação.

A parábola da dracma perdida enfatiza o imenso valor que Deus atribui a nós, pecadores. Por sua vez, a parábola do filho pródigo destaca o imenso amor do Pai, que de boa vontade recebe de volta o filho penitente. Se existe alegria no Céu por um pecador que se arrepende (Lc 15:7), imagine o gozo que tomará conta do universo por ocasião da segunda vinda de Cristo!

O Novo Testamento torna claro o íntimo envolvimento do Pai em relação ao retorno de seu Filho. Por ocasião da segunda vinda, os ímpios clamarão às rochas e montanhas: “Caí sobre nós e escondi- nos da face daquele que se assenta no trono e da ira do Cordeiro” (Ap 6:16). Jesus disse: “Porque o Filho do homem há de vir na glória de seu Pai, com os seus anjos” (Mt 16:27) e “vereis o Filho do homem assentado à direita do Todo-Poderoso, e vindo sobre as nuvens do céu” (Mt 26:64).

Com o coração anelante, o Pai antecipa o segundo advento, quando os redimidos serão finalmente conduzidos a seu eterno lar. Então será claramente demonstrado que o envio de “seu Filho unigênito ao mundo, para vivermos por meio dele” (1Jo 4:9) não foi em vão. Somente o amor insondável e abnegado pode explicar porque, embora ainda fôssemos seus “inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte do seu Filho” (Rm 5:10). Como poderíamos refutar um amor de tamanha grandeza e falhar em reconhecê-lo como nosso Pai?

O FILHO

4



Deus, o Filho Eterno, encarnou-se como Jesus Cristo. Por meio dele foram criadas todas as coisas, é revelado o caráter de Deus, efetuada a salvação da humanidade e julgado o mundo. Sendo para sempre verdadeiramente Deus, Ele se tornou também verdadeiramente humano, Jesus, o Cristo. Foi concebido do Espírito Santo e nasceu da virgem Maria. Viveu e experimentou a tentação como ser humano, mas exemplificou perfeitamente a justiça e o amor de Deus. Por seus milagres manifestou o poder de Deus e atestou que era o Messias prometido por Deus. Sofreu e morreu voluntariamente na cruz por nossos pecados e em nosso lugar, foi ressuscitado dentre os mortos e ascendeu ao Céu para ministrar no santuário celestial em nosso favor. Virá outra vez, em glória, para o livramento final de seu povo e a restauração de todas as coisas.

O deserto se convertera em um verdadeiro pesadelo de víboras ardentes. As serpentes se enroscavam debaixo das panelas, enrodilhavam-se nas estacas das tendas. Esgueiravam-se por entre os brinquedos das crianças e aguardavam quietamente entre as esteiras de dormir. Suas presas se enterravam profundamente na carne das pessoas, injetando veneno mortal.

O deserto, que em ocasião anterior havia sido o refúgio de Israel, tornara-se agora a sepultura do povo. Centenas jaziam mortos. Percebendo a sorte que os aguardava, pais aterrorizados correram à tenda de Moisés, suplicando auxílio. “Moisés orou pelo povo” (Nm 21:7).

Qual foi a resposta de Deus? Modele uma serpente metálica e pendure-a bem alto – de modo que possa sobreviver todo aquele que a contemplar. “Fez Moisés uma serpente de bronze e a pôs sobre uma haste; sendo alguém mordido por alguma serpente, se olhava para a de bronze, sarava” (Nm 21:9).

A serpente sempre simbolizou a Satanás (Gn 3; Ap 12) e o pecado. O acampamento havia caído nas garras de Satanás. Qual foi o remédio de Deus? Não ordenou que se olhasse para um cordeiro ou para o altar do santuário, e sim para uma serpente de bronze.

Aquele era um estranho símbolo para Cristo. Da mesma forma que a semelhança de serpente deveria ser erguida em uma haste, Jesus, feito “semelhança de carne pecaminosa” (Rm 8:3), deveria ser pendurado em uma vergonhosa cruz (Jo 3:14, 15). Ele se tornou pecado, assumindo sobre Si os pecados de todos aqueles que existiam ou ainda viriam a existir. “Aquele que não conheceu pecado, Ele o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus” (2Co 5:21). Contemplando a Cristo, a desesperançada humanidade pode encontrar vida.

De que modo poderia a encarnação trazer salvação à humanidade? Que efeitos teve ela sobre o Filho? De que forma poderia Deus se tornar humano e por que isso se fazia necessário?

A encarnação: profecias e cumprimento

O plano de Deus para resgatar aqueles que se haviam desviado de seu conselho plenamente sábio (Jo 3:16; 1Jo 4:9) demonstrou convincentemente seu amor. De acordo com esse plano, Seu Filho foi determinado, “antes da fundação do mundo”, como o sacrifício pelo pecado e a esperança da caída raça humana (1Pe 1:19, 20). Ele recebeu a incumbência de nos trazer de volta a Deus e de providenciar libertação do pecado pela destruição das obras do mal (1Pe 3:18; Mt 1:21; 1Jo 3:8).

O pecado apartara Adão e Eva da fonte de vida e deveria ter causado sua morte imediata. Contudo, de acordo com o plano estabelecido antes da fundação do mundo (1Pe 1:20, 21), o “conselho de paz” (Zc 6:13), Deus Filho se colocou entre o casal pecador e a justiça divina, estabelecendo uma ponte sobre o abismo e restringindo a morte. Mesmo antes da cruz, portanto, a graça manteve vivos os pecadores e lhes assegurou a salvação. Entretanto, para que pudesse nos restaurar plenamente à condição de filhos e filhas de Deus, era necessário que Ele se fizesse humano.

Imediatamente após o pecado de Adão e Eva, Deus lhes ofereceu esperança ao lhes prometer que estabeleceria uma imensa inimizade entre a serpente e a mulher, entre a semente desta e a descendência daquela. Na enigmática declaração de Gênesis 3:15, a serpente e sua descendência representam

Satanás e seus seguidores; a mulher e sua semente simbolizam o povo de Deus e o salvador do mundo. Essa afirmação foi a primeira certeza de que a controvérsia entre o bem e o mal terminaria mediante a vitória do Filho de Deus.

Entretanto, a vitória seria obtida à custa de dor: “Este [o Salvador] te ferirá a cabeça [de Satanás], e tu [Satanás] lhe ferirás [do Salvador] o calcanhar” (Gn 3:15). Nenhuma das partes escaparia ilesa.

A partir daquele momento, a humanidade passou a esperar o Prometido. O Antigo Testamento descortina essa espera. As profecias antecipavam que, ao chegar o cumprimento da promessa, o mundo haveria de receber evidências confirmatórias de sua identidade.

Dramatização profética da salvação. Após o surgimento do pecado, Deus instituiu na Terra sacrifícios animais com o objetivo de ilustrar a missão do Salvador vindouro (Gn 4:4). Esse sistema simbólico dramatizava a maneira pela qual o Filho de Deus haveria de erradicar o pecado.

Em virtude do pecado – a transgressão da lei de Deus – a humanidade defrontou-se com a morte (Gn 2:17; 3:19; 1Jo 3:4; Rm 6:23). A lei divina demandava a vida do transgressor. Mas em seu amor infinito Deus ofereceu o Seu Filho, “para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3:16). Que incompreensível ato de condescendência! Deus, o Filho eterno, dispõe-se a pagar vicariamente a penalidade do pecado, de forma a poder nos prover o perdão e a reconciliação junto à Divindade.

Depois da saída dos israelitas do Egito, o sistema sacrificial passou a ser conduzido em um tabernáculo, como parte do relacionamento de concerto estabelecido entre Deus e seu povo. Construído por Moisés de acordo com o modelo celestial, o santuário e seus serviços foram instituídos com o objetivo de ilustrar o plano da salvação (Êx 25:8, 9, 40; Hb 8:1-5).

A fim de obter o perdão, o pecador arrependido deveria trazer um animal sacrificial sem qualquer defeito – representação da ausência de pecado no Salvador prometido. O pecador deveria colocar então as mãos sobre a cabeça do inocente animal e confessar, nessa posição, os seus pecados (Lv 1:3, 4). Esse ato simbolizava a transferência dos pecados, do pecador culposo para a vítima inocente, denotando claramente a natureza substitutiva do sacrifício.

Uma vez que “sem derramamento de sangue, não há remissão” (Hb 9:22), no passo seguinte o pecador sacrificava o animal, tornando assim evidente a natureza mortal do pecado. Tratava-se de uma forma pesarosa de expressar

esperança, mas este era o único caminho pelo qual o pecador podia expressar sua fé.

Depois da ministração sacerdotal (Lv 4-7), o pecador recebia o perdão dos pecados por intermédio da fé manifestada no sacrifício substitutivo que a morte do vindouro Salvador representaria, ela que era simbolizada pelo animal oferecido em sacrifício (cf. Lv 4:26, 31, 35). O Novo Testamento reconhece a Jesus Cristo, o Filho de Deus, como o “Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (Jo 1:29). Por seu “precioso sangue, como de cordeiro sem defeito e sem mácula” (1Pe 1:19), Ele obteve para a raça humana a redenção da penalidade última do pecado.

Predições concernentes ao Salvador. Deus prometera que o Salvador-Messias – o Ungido – viria da linhagem de Abraão: “Multiplicarei a tua descendência [...] serão benditas todas as nações da terra” (Gn 22:17, 18; cf. 12:3).

Isaías profetizara que o Salvador vindouro nasceria como criança do sexo masculino, e teria em si tanto a natureza divina quanto a humana: “Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu; o governo está sobre os seus ombros; e o seu nome será: Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz” (Is 9:6). Esse Redentor haveria de ocupar o trono de Davi e estabelecer um sempiterno governo de paz (Is 9:7). Belém Efrata seria o local de seu nascimento (Mq 5:2).

O nascimento desse ser divino-humano seria sobrenatural. Citando Isaías 7:14, o Novo Testamento declara: “Eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho, e Ele será chamado pelo nome de Emanuel (que quer dizer: Deus conosco)” (Mt 1:23).

A missão do Salvador acha-se expressa nas seguintes palavras: “O Espírito do SENHOR Deus está sobre mim, porque o SENHOR me ungiu para pregar boas-novas aos quebrantados, enviou-me a curar os quebrantados de coração, a proclamar libertação aos cativos e a pôr em liberdade os algemados; a apregoar o ano aceitável do SENHOR e o dia da vingança do nosso Deus; a consolar todos os que choram” (Is 61:1, 2; cf. Lc 4:18, 19).

O mais espantoso é que o Messias sofreria rejeição. Ele seria percebido como uma “raiz fora da terra seca”. “Não tinha aparência nem formosura; olhamo-lo, mas nenhuma beleza havia que nos agradasse. Era desprezado e o mais rejeitado entre os homens [...] e dele não fizemos caso” (Is 53:2, 3).

Um de seus mais íntimos amigos haveria de traí-lo (Sl 41:9) em troca de trinta peças de prata (Zc 11:12). Durante o julgamento Ele seria cuspidor e

açoitado (Is 50:6). Seus executores lançariam sortes sobre as suas roupas (Sl 22:18). Nenhum de seus ossos deveria ser quebrado (Sl 34:20), mas seu flanco seria perfurado (Zc 12:10). Durante os maus-tratos, Ele não oporia resistência, antes “como cordeiro foi levado ao matadouro; e, como ovelha muda perante os seus tosquiadores, Ele não abriu a boca” (Is 53:7).

O inocente Salvador sofreria imensamente pelos pecadores. “Certamente, Ele tomou sobre si as nossas enfermidades. [...] Ele foi traspassado pelas nossas transgressões e moído pelas nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre Ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados. [...] O SENHOR fez cair sobre Ele a iniquidade de nós todos. [...] Porquanto foi cortado da terra dos viventes; por causa da transgressão do meu povo, foi Ele ferido” (Is 53:4-6, 8).

O Salvador identificado. Somente Jesus Cristo cumpriu todas essas profecias. As Escrituras traçam sua genealogia desde Abraão, chamando-o de “filho de Abraão” (Mt 1:1); Paulo, por sua vez, afirma que as promessas feitas a Abraão e sua semente se cumpriram em Cristo (Gl 3:16). O título messiânico “Filho de Davi” foi largamente aplicado a Ele (Mt 21:9). Ele foi identificado como o Messias prometido, o qual deveria ocupar o trono de Davi (At 2:29, 30).

O nascimento de Jesus foi miraculoso. A virgem Maria “achou-se grávida pelo Espírito Santo” (Mt 1:18-23). Um decreto romano trouxe-a a Belém, o lugar em que, segundo a profecia, deveria nascer o Menino (Lc 2:4-7).

Um dos nomes de Jesus foi Emanuel, ou “Deus conosco”, o qual reflete sua natureza divino-humana e ilustra a identificação de Deus com a humanidade (Mt 1:23). Seu nome comum – Jesus – refletia sua missão salvadora: “E lhe porás o nome de Jesus, porque Ele salvará o seu povo dos pecados deles” (Mt 1:21).

Jesus identificou sua missão com aquela do Messias prometido, de acordo com Isaías 61:1 e 2: “Hoje, se cumpriu a Escritura que acabais de ouvir” (Lc 4:17-21).

Embora Ele causasse grande impacto sobre seu próprio povo, de modo geral, sua mensagem foi rejeitada (Jo 1:11; Lc 23:18). Com poucas exceções, Ele não foi reconhecido como o Salvador do mundo. Em vez de aceitação, conseguiu para si ameaças de morte (Jo 5:16; 7:19; 11:53).

Na porção final dos três anos e meio do ministério de Cristo, Judas Iscariotes, um de seus discípulos, o traiu (Jo 13:18; 18:2) em troca de trinta

peças de prata (Mt 26:14, 15). Em vez de oferecer resistência, Ele repreendeu seus demais discípulos que tentaram defendê-lo (Jo 18:4-11).

Embora fosse inocente em relação a qualquer crime, menos de vinte e quatro horas depois de ter sido aprisionado, Ele já havia suportado açoites, cusparadas, havia enfrentado o julgamento, sido condenado à morte e crucificado (Mt 26:67; Jo 19:1-16; Lc 23:14, 15). Soldados disputaram as vestes (Jo 19:23, 24). Durante a crucifixão, nenhum de seus ossos foi quebrado (Jo 19:32, 33, 36), e, após sua morte, os soldados lhe perfuraram o flanco com uma lança (Jo 19:34, 37).

Os seguidores de Cristo reconheceram sua morte como sendo o único sacrifício capaz de salvar os pecadores. “Deus prova o seu próprio amor para conosco pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores” (Rm 5:8). O apóstolo prosseguiu: “Andai em amor, como também Cristo nos amou e se entregou a si mesmo por nós, como oferta e sacrifício a Deus, em aroma suave” (Ef 5:2).

A ocasião de seu ministério e morte. A Bíblia revela que Deus enviou seu Filho ao mundo na “plenitude dos tempos” (Gl 4:4). Ao começar seu ministério, Cristo proclamou: “O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo” (Mc 1:15). Essas referências ao tempo indicam que a missão do Salvador transcorreu em harmonia com um cuidadoso planejamento profético.

Mais de cinco séculos antes, por intermédio do profeta Daniel, Deus havia profetizado o tempo exato do início do ministério de Cristo e a ocasião de sua morte.¹

Próximo ao final dos setenta anos de cativeiro israelita em Babilônia, Deus explicou a Daniel que Ele designara aos judeus e à cidade de Jerusalém um tempo probatório de setenta semanas.

Durante esse tempo, por meio de arrependimento e preparação para a vinda do Messias, a nação judaica deveria cumprir os propósitos que Deus para ela estabeleceria.

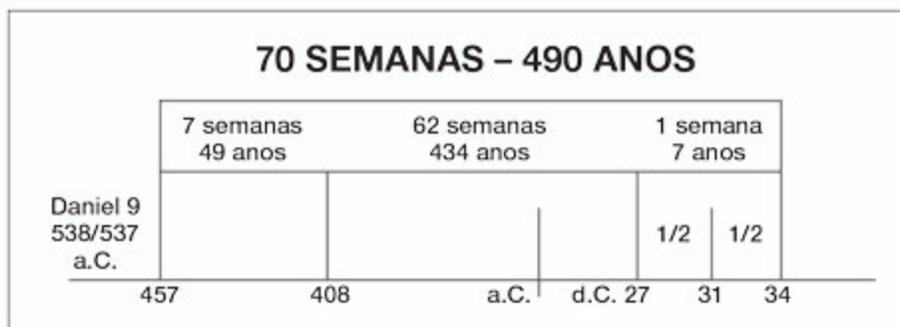
Daniel escreveu também a respeito da expiação da “iniquidade” e de trazer a “justiça eterna”, como sendo sinais distintivos desse período. Essas atividades messiânicas indicam que o Salvador deveria aparecer durante esse período (Dn 9:24).

A profecia de Daniel especificava que o Messias apareceria “sete semanas e sessenta e duas semanas” – ou seja, um total de sessenta e nove semanas – “desde a saída da ordem para restaurar e para edificar Jerusalém” (Dn 9:25).

Depois da sexagésima-nona semana, o Messias seria “morto [...] e já não estará” (Dn 9:26) – o que representa uma referência à sua morte vicária. Ele deveria morrer no meio da septuagésima semana, fazendo “cessar o sacrifício e a oferta de manjares” (Dn 9:27).

A chave para a compreensão do tempo profético reside no princípio bíblico de que, em profecia, um dia equivale a um ano solar literal (Nm 14:34; Ez 4:6).² De acordo com o princípio do dia-ano, as setenta semanas (ou 490 dias proféticos) representam, portanto, 490 anos literais.

Daniel declara que esse período deveria iniciar com a “ordem para restaurar e para edificar Jerusalém” (Dn 9:25). Tal decreto, que concedia autonomia plena aos judeus, foi emitido no sétimo ano de Artaxerxes, o rei persa, e se tornou efetivo no outono do ano 457 a.C. (Ed 7:8, 12-26; 9:9).³ De acordo com a profecia, 483 anos (69 semanas proféticas) após o decreto, deveria aparecer o “Ungido, [...] o Príncipe”. Quatrocentos e oitenta e três anos após o decreto emitido em 457 a.C. – ou seja, no outono do ano 27 d.C. – Jesus foi batizado e iniciou seu ministério público.⁴ Ao aceitar essas datas de 457 a.C. e 27 d.C., Gleason Archer comenta que esta foi “a mais notável exatidão no cumprimento de profecias tão antigas. Somente Deus poderia predizer a vinda de seu Filho com tão admirável precisão; ela desafia toda e qualquer explanação racionalista”.⁵



Durante seu batismo no rio Jordão, Jesus foi ungido pelo Espírito Santo e recebeu de Deus o reconhecimento como o “Messias” (hebraico) ou como “Cristo” (grego) – ambos representando o mesmo significado: o “Ungido” (Lc 3:21, 22; At 10:38; Jo 1:41). A proclamação de Jesus: “O tempo está cumprido” (Mc 1:15), refere-se ao cumprimento do aspecto *tempo* envolvido na profecia.

Na metade da septuagésima semana, ou seja, na primavera do ano 31 d.C. – exatamente três anos e meio após seu batismo –, o Messias fez cessar o

sistema de sacrifícios ao oferecer sua própria vida. No momento de sua morte, o véu do templo foi miraculosamente rasgado “em duas partes de alto a baixo” (Mt 27:51), indicando com isso a divina abolição de todos os serviços do templo.

Todos os sacrifícios e ofertas haviam apontado para o futuro, em direção ao todo-suficiente sacrifício do Messias. Quando Jesus Cristo, o verdadeiro Cordeiro de Deus, foi sacrificado no Calvário como resgate de nossos pecados (1Pe 1:19), o tipo encontrou o antítipo e a sombra se converteu em realidade. Os serviços do santuário terrestre não mais se faziam necessários.

No tempo exato indicado pela profecia, durante o festival da Páscoa, Ele morreu. Paulo afirma: “Cristo, nosso Cordeiro pascal, foi imolado” (1Co 5:7). Essa profecia de caráter cronológico, cumprida com extraordinária precisão, representa uma das mais fortes evidências da verdade histórica fundamental de que Jesus Cristo é o longamente prometido Salvador do mundo.

A ressurreição do Salvador. A Bíblia predissera não apenas a morte do Salvador, como também sua ressurreição. Davi profetizou que seu corpo não seria deixado na morte e nem mesmo experimentaria corrupção (At 2:31; cf. Sl 16:10). Embora Cristo tenha antes ressuscitado outros da morte (Mc 5:35-42; Lc 7:11-17; Jo 11), sua própria ressurreição demonstrou o poder subjacente à sua pretensão de ser o salvador do mundo: “Eu sou a ressurreição e a vida. Quem crê em mim, ainda que morra, viverá; e todo o que vive e crê em mim não morrerá, eternamente” (Jo 11:25, 26).

Depois da própria ressurreição, Cristo proclamou: “Não temas; Eu sou o primeiro e o último e aquele que vive; estive morto, mas eis que estou vivo pelos séculos dos séculos e tenho as chaves da morte e do inferno” (Ap 1:17, 18).

As duas naturezas de Jesus Cristo

Ao declarar: “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1:14), o apóstolo estabelece uma profunda verdade. A encarnação de Deus Filho é um mistério. A Escritura identifica esse ato de Deus se manifestar em carne como o “mistério da piedade” (1Tm 3:16).

O Criador dos mundos, aquele em quem habita a plenitude da Divindade, veio a se tornar um indefeso bebê na manjedoura. Infinitamente superior a qualquer dos anjos, igual ao Pai em dignidade e glória, e ainda assim, Ele

condescendeu em vestir a roupagem da humanidade!

O ser humano mal consegue abarcar o significado desse sagrado mistério; depois disso, tão somente lhe resta pedir a iluminação do Espírito Santo. Na tentativa de compreender a encarnação, bom é lembrar que “as coisas encobertas pertencem ao SENHOR, nosso Deus; porém as reveladas nos pertencem, a nós e a nossos filhos” (Dt 29:29).

Jesus Cristo é verdadeiramente Deus. Quais as evidências de que Jesus Cristo é divino? De que forma Ele se via a si próprio? Porventura as pessoas reconheceram a sua divindade?

1. Seus atributos divinos. Cristo possui atributos divinos. Ele é onipotente. Ele afirmou que o Pai lhe concedera “toda a autoridade [...] no céu e na terra” (Mt 28:18; cf. Jo 17:2).

Ele é onisciente. Nele, diz Paulo, “todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento estão ocultos” (Cl 2:3).

Jesus testificou de sua onipresença com a afirmação: “Eis que estou convosco todos os dias, até à consumação dos séculos” (Mt 28:20); ou, ainda, com esta: “Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou no meio deles” (Mt 18:20).

Embora sua divindade possuísse a natural capacidade da onipresença, o encarnado Cristo voluntariamente limitou-se a si próprio nesse aspecto. Ele decidiu se fazer onipresente por meio do ministério do Santo Espírito (Jo 14:16-18).

O livro aos Hebreus atesta de sua imutabilidade, ao declarar: “Jesus Cristo, ontem e hoje, é o mesmo e o será para sempre” (Hb 13:8).

Sua existência própria se tornou evidente quando Ele declarou possuir vida em si mesmo (Jo 5:26); e João testificou: “A vida estava nele e a vida era a luz dos homens” (Jo 1:4). A taxativa afirmação de Cristo: “Eu sou a ressurreição e a vida” (Jo 11:25), deixa claro que nele a vida é “original, não emprestada, não derivada.”⁶

Santidade constitui parte de sua natureza. Durante a anunciação, o anjo disse a Maria: “Descerá sobre ti o Espírito Santo, e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso, também o ente santo que há de nascer será chamado Filho de Deus” (Lc 1:35). À vista da presença de Cristo, os demônios clamavam: “Que temos nós contigo, Jesus Nazareno? Vieste para perder-nos? Bem sei quem és: o Santo de Deus!” (Mc 1:24).

Ele é amor. João escreveu: “Nisto conhecemos o amor: que Cristo deu a sua

vida por nós” (1Jo 3:16).

Ele é eterno. Isaías o identificou como o “Pai da Eternidade” (Is 9:6). Miqueias referiu-se a Ele como aquele “cujas origens são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade” (Mq 5:2). Paulo situa a sua existência como sendo “antes de todas as coisas” (Cl 1:17) e João declara: “Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e, sem Ele, nada do que foi feito se fez” (Jo 1:2, 3).⁷

2. Seus poderes divinos e prerrogativas. As obras de Deus são atribuídas a Jesus. Ele é identificado tanto como criador (Jo 1:3; Cl 1:16) quanto como sustentador – “nele, tudo subsiste” (Cl 1:17; Hb 1:3). Ele é capaz de ressuscitar os mortos com sua voz (Jo 5:28, 29) e julgará o mundo no final de todas as coisas (Mt 25:31, 32). Ele perdoou pecados (Mt 9:6; Mc 2:5-7).

3. Seus nomes divinos. Seus nomes revelam sua natureza divina. Emanuel significa “Deus conosco” (Mt 1:23). Tanto os crentes quanto os demônios se dirigiram a Ele como o Filho de Deus (Mc 1:1; Mt 8:29; cf. Mc 5:7). O sagrado nome divino do Antigo Testamento, Jeová ou Yahweh, é aplicado a Jesus. Mateus utilizou as palavras de Isaías 40:3: “Preparai o caminho do SENHOR”, a fim de descrever a obra preparatória para a missão de Cristo (Mt 3:3). E João identificou Jesus com o Senhor dos exércitos assentado em seu trono (Is 6:1, 3; Jo 12:41).

4. Seu reconhecimento divino. João retratou a Jesus como o divino Verbo que “Se fez carne” (Jo 1:1, 14). Tomé reconheceu o ressurreto Cristo como “Senhor meu e Deus meu” (Jo 20:28). Paulo se referiu a Ele como aquele que “é sobre todos, Deus bendito para todo o sempre” (Rm 9:5); o livro de Hebreus o identifica como Deus e Senhor da criação (Hb 1:8, 10).⁸

5. Seu testemunho pessoal. O próprio Jesus afirmou sua igualdade com Deus. Identificou-se a si próprio como o “EU SOU” (Jo 8:58), o Deus do Antigo Testamento. Ele se dirigiu a Deus como “meu Pai” (Jo 20:17) em vez de “nosso Pai”. Em sua declaração: “Eu e o Pai somos um” (Jo 10:30), Ele deixa claro que era “um em substância” com o Pai, “possuindo os mesmos atributos.”⁹

6. Subentendida sua igualdade com Deus. Sua igualdade com Deus Pai acha-se subentendida na fórmula batismal (Mt 28:19), na bênção apostólica plena (2Co 13:13), em seus conselhos de despedida (Jo 14-16) e na exposição feita por Paulo no tocante aos dons espirituais (1Co 12:4-6). As Escrituras descrevem a Jesus como o resplendor da glória de Deus “e a expressão exata

do seu Ser” (Hb 1:3). Quando solicitado a revelar a Deus Pai, Jesus replicou: “Quem me vê a mim vê o Pai” (Jo 14:9).

7. Ele é adorado como Deus. As pessoas o adoraram (Mt 28:17; cf. Lc 14:33); “todos os anjos de Deus o adorem” (Hb 1:6). Paulo escreveu: “Para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor” (Fp 2:10, 11). Várias bênçãos atribuem a Cristo a “glória para todo o sempre” (Hb 13:21; cf. 2Tm 4:18; 2Pe 3:18).

8. Sua natureza divina – uma necessidade. Cristo reconciliou a humanidade com Deus. As pessoas necessitavam de uma perfeita revelação do caráter de Deus, de modo a poderem desenvolver relacionamento pessoal com Ele. Cristo preencheu essa necessidade mediante a exposição que fez da glória de Deus (Jo 1:14). “Ninguém jamais viu a Deus; o Deus unigênito, que está no seio do Pai, é quem o revelou” (Jo 1:18; cf. 17:6). Jesus testificou: “Quem me vê a mim vê o Pai” (Jo 14:9).

Dependendo totalmente do Pai (Jo 5:30), Jesus utilizou poder divino para revelar o amor de Deus. Pelo poder divino, revelou-se a si próprio como o amável Salvador enviado pelo Pai a fim de curar, restaurar e perdoar pecados (Lc 6:19; Jo 2:11; 5:1-15, 36; 11:41-45; 14:11; 8:3-11). Jamais, entretanto, Ele executou um milagre a fim de poupar-se a qualquer sacrifício pessoal e dos sofrimentos que as demais pessoas teriam experimentado em semelhantes situações.

Jesus Cristo é “um em natureza, caráter, propósito” com Deus Pai.¹⁰ Ele é verdadeiramente Deus.

Jesus Cristo é verdadeiramente homem. A Bíblia testifica que, em adição a sua natureza divina, Cristo possui a natureza humana. A aceitação deste ensinamento é crucial. Todo aquele “que confessa que Jesus Cristo veio em carne é de Deus”, ao passo que todo aquele que não o faz “não procede de Deus” (1Jo 4:2, 3). O nascimento humano de Cristo, seu desenvolvimento, características e testemunho pessoal proveem as evidências de sua humanidade.

1. Seu nascimento humano. “O Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1:14). No texto, “carne” significa “natureza humana”, ou seja, uma natureza inferior à natureza celestial que Ele possuía. Em termos bastante claros, Paulo afirma: “Deus enviou seu Filho, nascido de mulher” (Gl 4:4; cf. Gn 3:15). Cristo foi feito “semelhança de homens” e foi “reconhecido em figura

humana” (Fp 2:7). Tal manifestação de Deus, através da natureza humana, é o “mistério da piedade” (1Tm 3:16).

A genealogia de Cristo se refere a Ele como “filho de Davi” e “filho de Abraão” (Mt 1:1). Conforme sua natureza humana, Ele “veio da descendência de Davi” (Rm 1:3; cf. 9:5) e foi o “Filho de Maria” (Mc 6:3). Embora Ele nascesse de mulher como qualquer outra criança, havia uma grande diferença, um caráter totalmente singular. Maria era virgem e a Criança foi nela concebida pelo Espírito Santo (Mt 1:20-23; Lc 1:31-37). Ele podia reclamar sua humanidade a partir de sua mãe.

2. Seu desenvolvimento humano. Jesus se achava sujeito às leis do desenvolvimento humano; Ele “crescia [...] em sabedoria, estatura e graça, diante de Deus e dos homens” (Lc 2:40, 52). À idade de doze anos, tornou-se consciente de sua divina missão (Lc 2:46-49). Ao longo de sua infância, manteve-se sujeito aos pais (Lc 2:51).

O caminho da cruz pontilhou-se de contínuo desenvolvimento por intermédio do sofrimento, o qual desempenhou importante papel em sua vida. “Aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu e, tendo sido aperfeiçoado, tornou-se o Autor da salvação eterna para todos os que lhe obedecem” (Hb 5:8, 9; 2:10, 18). Ao longo de toda essa experiência assim desenvolvida, Ele não pecou.

3. Ele foi identificado como “homem”. João Batista e Pedro se referiram a Ele como “homem” (Jo 1:30; cf. At 2:22). Paulo fala da “graça de um só homem, Jesus Cristo” (Rm 5:15). Ele é o “Homem” que obteve “a ressurreição dos mortos” (1Co 15:21); é o “Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem” (1Tm 2:5). Dirigindo-Se a Seus inimigos, Ele próprio identificou-Se como homem: “Mas agora procurais matar-me, a mim, homem que vos tem dito a verdade que de Deus tem ouvido” (Jo 8:40, Almeida Corrigida e Revisada Fiel).

O título que Jesus preferentemente atribuiu a si mesmo foi “Filho do homem” (Mt 8:20; 26:2), tendo-o utilizado cerca de 77 vezes. Esse título chamava a atenção para o relacionamento que Ele mantinha com a Divindade. O nome “Filho do homem” enfatiza sua solidariedade com a raça humana por meio da encarnação.

4. Suas características humanas. Deus criou os homens um pouco menores que os anjos (Hb 2:7). Similarmente, as Escrituras apresentam a Cristo como alguém “que, por um pouco”, foi “feito menor que os anjos” (Hb 2:9). Sua

natureza humana era proveniente de criação e não possuía poderes sobrenaturais.

Cristo deveria ser plenamente humano; isto representava uma parte de sua missão. Sendo-lhe requerido que possuísse as características essenciais da natureza humana, Ele foi feito “carne e sangue” (Hb 2:14). “Em todas as coisas” Cristo se tornou “semelhante” aos seres humanos (Hb 2:17). Sua natureza humana possuía as mesmas susceptibilidades mentais e físicas do restante da humanidade: fome, sede, cansaço e ansiedade foram por Ele experimentadas (Mt 4:2; Jo 19:28; 4:6; Mt 26:21; 8:24).

Em seu ministério pelos outros, Ele revelou compaixão, justificada ira, e tristeza (Mt 9:36; Mc 3:5). Por vezes, Ele se sentiu perturbado e cheio de tristeza, tendo até mesmo chorado (Mt 26:38; Jo 12:27; 11:33, 35; Lc 19:41). Orou “com forte clamor e lágrimas”, chegando em uma ocasião a transpirar “gotas de sangue” (Hb 5:7; Lc 22:44). Sua vida de oração demonstrou a mais completa dependência do Pai (Mt 26:39-44; Mc 1:35; 6:46; Lc 5:16; 6:12).

Jesus experimentou a morte (Jo 19:30, 34). Ressuscitou, não como um espírito, mas apresentando um corpo (Lc 24:36-43).

5. A extensão de sua identificação com a natureza humana. A Bíblia revela que Cristo é o segundo Adão, que Ele viveu “em semelhança de carne pecaminosa” (Rm 8:3). Em que extensão Ele se identificou com a humanidade caída? É crucial a correta compreensão da expressão “em semelhança de carne pecaminosa”. Pontos de vista inexatos têm ocasionado dissensões e lutas ao longo da história da igreja cristã.

a. Ele foi enviado “em semelhança de carne pecaminosa”. A serpente erguida no deserto, sobre a qual falamos antes, provê compreensão da natureza humana de Cristo. Da mesma forma que a serpente de bronze foi feita à semelhança das serpentes venenosas e foi erguida para a salvação das pessoas, assim o Filho de Deus, feito “em semelhança de carne pecaminosa”, deveria se tornar o salvador do mundo.

Antes da encarnação, Jesus existia “em forma de Deus”, o que equivale a dizer que a *natureza* divina lhe pertencia desde o princípio (Fp 2:6, 7; cf Jo 1:1). Ao assumir a “forma de servo”, deixou de lado suas prerrogativas divinas (Fp 2:7). Tornou-se o servo de seu Pai (Is 42:1), disposto a cumprir a vontade do Pai (Jo 6:38; Mt 26:39, 42). Revestiu sua divindade com a humanidade; foi feito “em semelhança de carne pecaminosa” ou “natureza humana pecaminosa” ou “natureza humana caída” (cf. Rm 8:3).¹¹ Isso de

forma alguma indica que Jesus fosse pecador ou que participasse de atos e pensamentos pecaminosos. Embora fosse feito em semelhança de carne pecaminosa, Ele não pecou, e sua completa ausência de pecado acha-se além de qualquer questionamento.

b. Ele foi o segundo Adão. A Bíblia traça um paralelismo entre Adão e Cristo, identificando Adão como “o primeiro homem” e Cristo como “o último Adão” ou “o segundo homem” (1Co 15:45, 47). Mas Adão possuía vantagens em relação a Cristo. Por ocasião da queda, ele vivia no paraíso. Possuía humanidade perfeita, com plenitude de vigor do corpo e da mente.

Não foi assim com Cristo. Ao assumir a natureza humana, a raça já havia sido deteriorada ao longo de 4.000 anos de pecado neste planeta amaldiçoado pelo mal. A fim de poder salvar aqueles que se encontravam nos mais profundos abismos de degradação, Cristo assumiu a natureza humana em um ponto em que – comparada à natureza de Adão antes da queda – existia decréscimo de força física e mental, embora Ele a assumisse sem se envolver com o pecado.¹²

Quando Cristo assumiu a natureza humana que suportou as consequências do pecado, tornou-se sujeito às enfermidades e fraquezas de semelhante experiência. Sua natureza humana era “rodeada de fraquezas” (Hb 5:2; cf. Mt 8:17; Is 53:4). Ele sentiu essas fraquezas. Tinha, pois, necessidade de oferecer, “com forte clamor e lágrimas, orações e súplicas a quem o podia livrar da morte” (Hb 5:7), identificando-se dessa forma com as necessidades e debilidades tão comuns à humanidade.

Portanto, “a humanidade de Cristo não foi a humanidade de Adão, ou seja, a humanidade do pai da raça antes da queda; tampouco foi a humanidade decaída, isto é, em todos os aspectos a humanidade de Adão após a queda. Não era a humanidade adâmica em virtude de possuir as inocentes fraquezas dos caídos. Não era a natureza caída porque Ele jamais caiu em impureza moral. Sua natureza era, portanto, mais apropriadamente a nossa humanidade, porém sem pecado”.¹³

c. Sua experiência com a tentação. De que forma as tentações afetaram a Cristo? Foi-lhe fácil ou difícil resistir a elas? O modo como enfrentou as tentações prova que Ele era verdadeiramente humano.

i. “Tentado em todas as coisas.” O fato de ter Cristo sido “tentado em todas as coisas, à nossa semelhança” (Hb 4:15), mostra que Ele compartilhou a humanidade. Tentações e a possibilidade de pecar foram muito reais para

Cristo. Se Ele não houvesse tido a possibilidade de pecar, não teria sido humano e nem poderia constituir nosso exemplo. Cristo assumiu a natureza humana com todas as obrigações, inclusive a possibilidade de ser subjugado pela tentação.

De que forma Ele poderia ter sido tentado “em todas as coisas”, como nós o somos?

Obviamente a expressão “em todas as coisas” não significa que Ele enfrentou tentações idênticas àquelas que hoje enfrentamos. Ele jamais foi colocado diante da tentação de assistir a programas degradantes de televisão, ou da tentação de ultrapassar os limites de velocidade no uso de algum automóvel.

A questão básica subjacente a todas as tentações é a questão de sujeitar-se ou não à vontade de Deus. Nos sucessivos encontros que manteve com a tentação, Jesus sempre demonstrou sua mais completa sujeição a Deus. Pela contínua dependência em relação ao divino poder, resistiu às mais ferozes tentações, mesmo sendo Ele plenamente humano.

A vitória obtida por Cristo sobre a tentação o habilitou a simpatizar com a fraqueza humana. Nossa vitória sobre a tentação nos advém quando nos mantemos dependentes dele. “Deus é fiel, e não permitirá que sejais tentados além das vossas forças; pelo contrário, juntamente com a tentação, vos proverá livramento, de sorte que a possais suportar” (1Co 10:13).

Devemos reconhecer, entretanto, que, em última análise, “é um mistério mantido sem explicação o fato de haver Cristo sido tentado em todos os pontos em que o somos, e ainda assim permanecer sem pecado”.¹⁴

ii. “Sofreu, tendo sido tentado.” Cristo sofreu enquanto se sujeitava à tentação (Hb 2:18). Foi aperfeiçoado “por meio de sofrimentos” (Hb 2:10). Em virtude de haver Ele próprio experimentado o poder da tentação, pode compreender perfeitamente a necessidade de auxílio que sentem todos os que sofrem tentação. Ele se tornou um com a humanidade no sentido de sofrer as tentações a que a natureza humana está sujeita.

De que forma Cristo sofreu sob a tentação? Embora fosse gerado “em semelhança de carne pecaminosa”, suas faculdades espirituais se achavam livres de qualquer traço de pecado (Rm 8:3). Conseqüentemente, sua sagrada natureza era extremamente sensível. Qualquer contato com o pecado lhe causava dor. Conseqüentemente – uma vez que Ele sofreu na proporção de sua santidade – a tentação trouxe mais sofrimento a Jesus do que a qualquer

outra pessoa.¹⁵

Quão extenso foi o sofrimento de Cristo? Suas experiências no deserto, no Getsêmani e no Gólgota revelam que Ele resistiu à tentação até o ponto de transpirar gotas de sangue e finalmente derramar por completo seu sangue (Hb 12:4).

Cristo sofreu mais não só devido à agressividade do sofrimento a sua santidade, como também enfrentou tentações mais fortes do que aquelas que enfrentamos. B. F. Wescott observa: “Simpatia com o pecador em suas provações não depende da experiência com o pecado e sim da intensidade da tentação para pecar que só mesmo aquele isento de pecado pôde conhecer em toda a sua profundidade. A pessoa que cede à tentação não chegou a experimentar o conflito mais intenso.”¹⁶ F. F. Bruce afirma: “Contudo, Ele suportou triunfantemente todas as formas de provação que o homem pode ser chamado a suportar, sem revelar qualquer enfraquecimento de sua fé em Deus ou qualquer desvio de sua obediência ao Pai. Semelhante resistência envolve mais – e não menos – que os sofrimentos humanos comuns.”¹⁷

Cristo experimentou também uma poderosa tentação que jamais será conhecida do ser humano – a tentação de utilizar seus poderes divinos em seu próprio benefício. Ellen G. White declara: “Ele tinha recebido honras nas cortes celestiais e estava familiarizado com o poder absoluto. Era tão difícil para Ele se conservar ao nível da humanidade como era para o homem se levantar acima do seu nível de natureza depravada, e ser participante da natureza divina.”¹⁸

d. Poderia Cristo pecar? Os cristãos divergem no tocante à possibilidade de Cristo pecar. Concordamos com Philip Schaff, que afirma: “Houvesse Ele sido dotado desde o princípio com *absoluta* impecabilidade, ou com a impossibilidade de pecar, não poderia haver-se tornado verdadeiramente homem, tampouco poderia constituir o modelo que devemos imitar: sua santidade, em vez de representar um ato adquirido por Ele próprio e por méritos inerentes, teria sido um dom acidental recebido de fora, e suas tentações seriam uma representação teatral desprovida de realidade.”¹⁹ Karl Ullmann acrescenta: “A história da tentação, qualquer que fosse a forma de sua exposição, não possuiria significado; e a expressão da epístola aos Hebreus: ‘Foi Ele tentado em todas as coisas’, não teria qualquer significado.”²⁰

6. A impecabilidade da natureza humana de Jesus Cristo. É algo completamente óbvio que a natureza divina de Cristo era isenta de pecado. Mas o que dizer de sua natureza humana?

A Bíblia retrata a humanidade de Cristo como sendo isenta de pecado. Seu nascimento foi sobrenatural – Ele foi concebido pelo Espírito Santo (Mt 1:20). Na qualidade de bebê recém-nascido, foi descrito como “ente santo” (Lc 1:35). Assumiu a natureza humana em sua condição decaída, suportando as consequências da pecaminosidade, não a própria. Foi um com a raça humana, exceto no que diz respeito ao pecado.

Jesus foi “tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado”, mantendo-se antes “santo, inculpável, sem mácula, separado dos pecadores” (Hb 4:15; 7:26). Paulo afirmou que Ele “não conheceu pecado” (2Co 5:21). Pedro testemunhou que Jesus “não cometeu pecado, nem dolo algum se achou em sua boca” (1Pe 2:22), e o comparou a um “cordeiro sem defeito e sem mácula” (1Pe 1:19; Hb 9:14). João afirmou que “nele não existe pecado, [...] Ele é justo” (1Jo 3:5, 7).

Jesus Cristo assumiu sobre si nossa natureza com todas as suas obrigações, mas se achava livre da corrupção ou depravação hereditária e do pecado efetivo. “Quem dentre vós me convence de pecado?” (Jo 8:46). Ao enfrentar sua mais severa prova, declarou: “Aí vem o príncipe do mundo, e ele nada tem em mim” (Jo 14:30). Jesus não possuía propensões para o mal, nem inclinações ou paixões pecaminosas. De uma avalanche de tentações, nenhuma poderia alterar sua submissão a Deus.

Jesus jamais confessou algum pecado ou ofereceu qualquer sacrifício. Nunca orou: “Pai, perdoa-me”, e sim: “Pai, perdoa-lhes” (Lc 23:34). Sempre procurou realizar a vontade do Pai, e não a sua própria, mantendo assim contínua dependência em relação ao Pai (cf. Jo 5:30).

Ao contrário da humanidade caída, a “natureza espiritual” de Jesus é pura e santa, “livre de todo traço de pecado”.²¹ Seria grave engano imaginá-lo *completamente humano*, assim como nós somos. Ele é o segundo Adão, o singular Filho de Deus. Tampouco devemos pensar nele como “um homem com propensões ao pecado”. Embora Sua natureza humana fosse tentada em todos os pontos nos quais a nossa natureza pode ser tentada, Ele jamais caiu, jamais pecou. Jamais pôde ser encontrada nele qualquer propensão para o mal.²²

Efetivamente, Jesus é o mais exaltado e santo exemplo para a humanidade.

Ele é sem pecado, e em tudo o que empreendeu, demonstrou a perfeição. Representa verdadeiramente o exemplo perfeito de humanidade desprovida de pecado.

7. Era necessário que Cristo assumisse a natureza humana. A Bíblia oferece várias razões pelas quais Cristo teve de assumir a natureza humana.

a. A fim de tornar-se o sumo sacerdote da raça humana. Na qualidade de Messias, Jesus deveria ocupar a posição de sumo sacerdote ou mediador entre Deus e o ser humano (Zc 6:13; Hb 4:14-16). Essa função requeria a natureza humana. Cristo preencheu as qualificações: (1) Seria capaz de “condoer-se dos ignorantes e dos que erram”, uma vez que “Ele mesmo está rodeado de fraquezas” (Hb 5:2). (2) É “misericordioso e fiel” uma vez que em todas as coisas foi tornado “semelhante aos irmãos” (Hb 2:17). (3) “É poderoso para socorrer os que são tentados” em virtude de haver Ele sido tentado (Hb 2:18). (4) Simpatiza com nossas fraquezas porque também foi tentado em todas as coisas “mas sem pecado” (Hb 4:15).

b. Para poder salvar até mesmo a mais degradada criatura. A fim de poder alcançar as pessoas onde estas se achavam e poder resgatar o mais desesperançado, Jesus teve de descer até o nível de servo (Fp 2:7).

c. Para oferecer sua vida em favor dos pecados do mundo. A natureza divina de Cristo não pode morrer. Assim, para que pudesse sujeitar-se à morte, Cristo teria de assumir a natureza humana. Ele se tornou homem e pagou pela penalidade do pecado, que é a morte (Rm 6:23; 1Co 15:3). Na qualidade de ser humano, provou a morte por todos (Hb 2:9).

d. Para ser o nosso exemplo. Tendo em vista se tornar um exemplo de como as pessoas deveriam viver, Cristo teria de viver vida sem pecado em sua natureza humana. Na qualidade de segundo Adão, Cristo desfez o mito de que os seres criados não podiam obedecer a lei de Deus e obter vitória sobre o pecado. Demonstrou à raça humana que é possível ser fiel à vontade de Deus. No ponto em que o primeiro Adão caiu, o segundo Adão obteve a vitória sobre o pecado e sobre Satanás, tornando-se nosso Salvador e perfeito exemplo. Na força de seu poder a vitória pode tornar-se nossa (Jo 16:33).

Ao contemplá-lo, as pessoas são transformadas “de glória em glória, na sua própria imagem, como pelo Senhor” (2Co 3:18). Olhemos “firmemente para o Autor e Consumador da fé, Jesus. [...] Considerai, pois, atentamente, aquele que suportou tamanha oposição dos pecadores contra si mesmo, para que não vos fatigais, desmaiando em vossa alma” (Hb 12:2, 3). Efetivamente,

“Cristo sofreu em vosso lugar, deixando-vos exemplo para seguides os Seus passos” (1Pe 2:21; cf. Jo 13:15).

A união das duas naturezas

A pessoa de Jesus Cristo possuía duas naturezas: divina e humana. Ele é o Deus-homem. Observe, porém, que a encarnação significou o eterno Filho de Deus assumindo sobre si a natureza humana, e não o homem Jesus adquirindo divindade. O movimento ocorre no sentido de Deus para o homem, não do homem para Deus.

Em Jesus, as duas naturezas fundiram-se em uma só. Observe as seguintes evidências bíblicas:

Cristo é a união de duas naturezas. A pluralidade associada com o Deus Triúno não se acha presente em Cristo. A Bíblia descreve Jesus como uma pessoa, não como duas. Vários textos se referem às suas naturezas divina e humana, mas sempre falam de uma só pessoa. Paulo descreve a pessoa de Jesus Cristo como sendo Deus Filho (natureza divina) que nasceu de mulher (natureza humana; Gl 4:4). Assim, Jesus, “subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus” (natureza divina); “antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens” (natureza humana; Fp 2:6, 7).

A natureza dual de Cristo não é composta de poder divino abstrato ou divina influência conectada com sua humanidade. João afirma: “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a sua glória, glória como do unigênito do Pai” (Jo 1:14). Paulo escreveu: “Deus” enviou “o seu próprio Filho em semelhança de carne pecaminosa” (Rm 8:3); Deus “foi manifestado na carne” (1Tm 3:16; cf. 1Jo 4:2).

A combinação das duas naturezas. Por vezes a Bíblia descreve o Filho de Deus em termos de sua natureza humana. Deus comprou a igreja com seu próprio sangue (At 20:28; cf. Cl 1:13, 14). Em outros momentos, ela caracteriza o Filho do homem em termos de sua natureza divina (cf. Jo 3:13; 6:62; Rm 9:5).

Quando Cristo entrou no mundo, um “corpo” lhe havia sido preparado (Hb 10:5). Quando assumiu a humanidade, sua divindade foi revestida dessa humanidade. Isso não foi conseguido mediante a transformação da humanidade em divindade ou da divindade em humanidade. Ele não saiu de si próprio para assumir outra natureza, mas assumiu em si próprio a

humanidade. Portanto, divindade e humanidade se combinaram.

Ao experimentar a encarnação, Cristo não deixou de ser Deus, tampouco foi sua divindade reduzida ao nível da humanidade. Ambas as naturezas continuaram a existir. Diz Paulo: “Nele, habita, corporalmente, toda a plenitude da Divindade” (Cl 2:9). Durante a crucifixão, a sua natureza humana morreu, e não a sua divindade, pois isso seria algo impossível.

A necessidade de união entre as duas naturezas. A compreensão do inter-relacionamento das duas naturezas de Cristo nos provê um vislumbre vital no tocante à missão de Jesus e à nossa própria salvação.

1. Para reconciliar a humanidade com Deus. Somente um Salvador divino-humano poderia trazer a salvação. Cristo, no ato da encarnação, tendo em vista compartilhar sua natureza divina com os crentes, trouxe a humanidade dentro de si próprio. Pelos méritos do sangue do Deus-homem os crentes podem compartilhar “da natureza divina” (2Pe 1:4).

A escada do sonho de Jacó, que simbolizava a Cristo, alcança-nos onde nos encontramos. Ele assumiu a natureza humana e venceu, para que nós, por intermédio do recebimento de sua natureza, pudéssemos igualmente vencer. Seus braços divinos se estendem ao trono de Deus, enquanto sua humanidade envolve a raça, conectando-nos com Deus, a Terra com o Céu.

A combinação das naturezas divina e humana torna efetiva a propiciação realizada pelo sacrifício de Cristo. A vida de um ser humano sem pecado, ou mesmo a de um anjo, não poderia expiar os pecados da raça humana. Tão somente o divino-humano Criador poderia resgatar a humanidade.

2. Para esconder a divindade atrás da humanidade. Cristo velou sua divindade com o manto da humanidade, deixando de lado sua glória e majestade celestiais, de modo que os pecadores pudessem viver em sua presença, sem serem destruídos. Embora fosse verdadeiramente Deus, não se apresentou como Deus (Fp 2:6-8).

3. Para viver vitoriosamente. A humanidade de Cristo, sozinha, jamais poderia haver suportado as poderosas tentações de Satanás. Ele se tornou apto a vencer todo o pecado porque “nele, habita, corporalmente, toda a plenitude da Divindade” (Cl 2:9). Repousando inteiramente no Pai (Jo 5:19, 30; 8:28), seu “poder divino combinado com a natureza humana ganhou a vitória infinita em favor dos seres humanos”.²³

A experiência de Cristo em viver vida vitoriosa não constitui seu privilégio exclusivo. Ele não exerceu qualquer poder que a humanidade não possa

exercer. Nós também podemos ser “tomados de toda a plenitude de Deus” (Ef 3:19). Por meio do divino poder de Cristo, podemos ter acesso a “todas as coisas que conduzem à vida e à piedade” (2Pe 1:3).

A chave para alcançarmos essa experiência é a fé em “suas preciosas e mui grandes promessas”, através das quais nos podemos tornar “coparticipantes da natureza divina, livrando-vos da corrupção das paixões que há no mundo” (2Pe 1:4). Ele oferece o mesmo poder pelo qual se tornou vencedor, de modo que todos possam obedecer fielmente e obter vida vitoriosa.

A confortadora promessa de Cristo simboliza a vitória: “Ao vencedor, dar-lhe-ei sentar-se comigo no meu trono, assim como também Eu venci e me sentei com meu Pai no seu trono” (Ap 3:21).

Os ofícios de Jesus Cristo

Os ofícios do profeta, do sacerdote e do rei eram de caráter único, e em geral requeriam consagração para o serviço através da unção (1Rs 19:16; Êx 30:30; 2Sm 5:3). O Messias vindouro, o Ungido – conforme indicava a profecia – deveria exercer esses três ofícios. Cristo desempenhou o trabalho de mediador entre Deus e o homem através dos ofícios de profeta, sacerdote e rei. Cristo como profeta proclama a vontade de Deus a nós; Cristo como sacerdote nos representa perante Deus e vice-versa; Cristo como rei exerce a graciosa autoridade de Deus sobre seu povo.

Cristo como profeta. Deus revelou a Moisés o ofício profético de Cristo: “Suscitar-lhes-ei um profeta do meio de seus irmãos, semelhante a ti, em cuja boca porei as minhas palavras, e Ele lhes falará tudo o que Eu lhes ordenar” (Dt 18:18). Os contemporâneos de Cristo reconheceram que nele se cumpriu esta profecia (Jo 6:14; 7:40; At 3:22, 23).

Jesus se referiu a si próprio como “profeta” (Lc 13:33). Proclamou com autêntica autoridade profética (Mt 7:29) os princípios do reino de Deus (Mt 5-7; 22:36-40) e revelou o futuro (Mt 24:1-51; Lc 19:41-44).

Antes de sua encarnação, Cristo encheu os escritores bíblicos com seu Santo Espírito e lhes forneceu profecias a respeito de seu sofrimento e subsequente glória (1Pe 1:11). Após a ascensão, Ele continuou revelando-se a seu povo. As Escrituras afirmam que Ele concedeu seu “testemunho” – “o espírito de profecia” – a seu fiel povo remanescente (Ap 12:17; 19:10; ver capítulo 18 deste livro).

Cristo como sacerdote. Um juramento divino estabeleceu firmemente o

sacerdócio do Messias. “O SENHOR jurou e não se arrependerá: Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque” (Sl 110:4). Cristo não era descendente de Arão. À semelhança de Melquisedeque, seu direito ao sacerdócio advinha da indicação divina (Hb 5:6, 10; ver capítulo 7). Seu sacerdócio mediador constituiu-se de duas fases: uma terrestre e outra celestial.

1. O sacerdócio terrestre de Cristo. Os papéis desempenhados pelos sacerdotes junto ao altar de holocaustos simbolizavam o ministério terrestre de Jesus. Ele se qualificou perfeitamente ao ofício sacerdotal: era verdadeiramente humano e foi “chamado por Deus” e agiu “nas coisas concernentes a Deus, em favor dos homens”, recebendo a incumbência especial de oferecer “dons como sacrifícios pelos pecados” (Hb 5:1, 4, 10).

O sacerdote devia reconciliar os adoradores com Deus por meio do sistema sacrificial, que representava a provisão em favor da expiação dos pecados (Lv 1:4; 4:29, 31, 35; 5:10; 16:6; 17:11). Assim, o contínuo sacrifício junto ao altar de holocaustos simbolizava a disponibilidade da contínua propiciação.

Esses sacrifícios não eram suficientes. Não possuíam a capacidade de tornar perfeitos os ofertantes, ou de remover pecados, ou de produzir consciências limpas (Hb 10:1-4; 9:9). Constituíam apenas uma sombra das boas coisas que viriam no futuro (Hb 10:1; cf. 9:9, 23, 24). No Antigo Testamento é dito que o próprio Messias assumiria o lugar desses sacrifícios animais (Sl 40:6-8; Hb 10:5-9). Esses sacrifícios, portanto, apontavam aos sofrimentos vicários e à morte substitutiva de Cristo, o Salvador. Ele – “o Cordeiro de Deus” – se fez “pecado por nós”, assumiu nossa maldição; seu sangue “nos purifica de todo pecado” (Jo 1:29; 2Co 5:21; 1Jo 1:7; cf. Gl 3:13; 1Co 15:3).

Percebemos assim que, durante seu ministério terrestre, Jesus desempenhou tanto o papel de sacerdote quanto de oferta. Sua morte na cruz constituía parte de sua obra sacerdotal. Após o sacrifício no Gólgota, sua intercessão sacerdotal centralizou-se no santuário celestial.

2. O sacerdócio celestial de Cristo. O ministério sacerdotal que Jesus começara na Terra é completado no Céu. Sua humilhação sobre a Terra, na qualidade de servo sofredor de Deus, qualificou-o para ser nosso Sumo Sacerdote no Céu (Hb 2:17, 18; 4:15; 5:2). A profecia revelara que o Messias deveria constituir-se sacerdote no trono de Deus (Zc 6:13). Após sua ressurreição, o Cristo antes humilhado foi exaltado. A partir de então, nosso Sumo Sacerdote está assentado “à destra do trono da Majestade nos céus”, ministrando no

santuário celestial (Hb 8:1, 2; cf. 1:3; 9:24).

Cristo iniciou sua obra intercessória imediatamente após a ascensão. A nuvem de incenso que subia do lugar santo do templo, tipificava os méritos de Cristo, suas orações e justiça, mediante os quais nossa adoração e orações se tornam aceitáveis diante de Deus. O incenso somente poderia ser oferecido sobre brasas tomadas do altar de holocaustos, o que revela a íntima conexão existente entre a intercessão e o sacrifício expiatório do altar. Assim, a tarefa intercessória de Cristo baseia-se nos méritos de seu completo sacrifício expiatório.

A intercessão de Cristo oferece encorajamento a seu povo: Ele é apto para “salvar totalmente os que por Ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles” (Hb 7:25). Em virtude de Jesus exercer mediação em favor de seu povo, todas as acusações de Satanás perderam sua base legal (1Jo 2:1; cf. Zc 3:1). Paulo pergunta, em um exercício de retórica: “Quem os condenará?” Depois ele prossegue afirmando que o próprio Cristo se encontra à direita de Deus, intercedendo em nosso favor (Rm 8:34). Afirmando seu papel como mediador, Cristo disse: “Em verdade, em verdade vos digo: se pedirdes alguma coisa ao Pai, Ele vo-la concederá em meu nome” (Jo 16:23).

Cristo como rei. Deus estabeleceu “nos céus [...] o seu trono, e o seu reino domina sobre tudo” (Sl 103:19). É completamente evidente que o Filho de Deus, como integrante da Divindade, compartilha do governo de todo o universo.

Cristo, na qualidade de Deus-homem, exercerá seu reinado sobre todos aqueles que o aceitaram como senhor e salvador. Diz a palavra de Deus: “O teu trono, ó Deus, é para todo o sempre; cetro de equidade é o cetro do teu reino” (Sl 45:6; Hb 1:8).

O reino de Cristo não foi estabelecido sem batalhas, pois “os reis da terra se levantam, e os príncipes conspiram contra o SENHOR e contra o seu Ungido [o Messias]” (Sl 2:2). Mas esses esquemas humanos fracassarão. Deus estabelecerá o Messias sobre seu trono por meio de decreto: “Eu, porém, constituí o meu Rei sobre o meu santo monte Sião. Proclamarei o decreto do SENHOR: Ele me disse: Tu és meu Filho, Eu, hoje, te gerei” (Sl 2:6, 7; Hb 1:5). O nome do Rei que haverá de ocupar o trono de Davi é: “SENHOR, Justiça Nossa” (Jr 23:5, 6). Sua realeza é única, pois Ele deverá ocupar o trono celestial tanto na qualidade de rei quanto na de sacerdote (Zc 6:13).

O anjo Gabriel anunciou a Maria que Jesus deveria ser o regente messiânico, ao dizer-lhe: “Ele reinará para sempre sobre a casa de Jacó, e o seu reinado não terá fim” (Lc 1:33). Sua realeza é retratada através de dois tronos, que simbolizam seus dois reinos. O “trono da graça” (Hb 4:16) representa o reino da graça; o “trono da sua glória” (Mt 25:31) representa o reino da glória.

1. O reino da graça. Imediatamente depois que nossos primeiros pais pecaram, foi instituído o reino da graça. Ele existia pela promessa de Deus. Pela fé as pessoas podiam se tornar cidadãos desse reino. Mas ele não foi plenamente estabelecido até que ocorresse a morte de Cristo. Quando o Salvador clamou na cruz: “Está consumado” (Jo 19:30), os requisitos para que operasse plenamente o plano da redenção foram alcançados, tendo sido ratificado o novo concerto (cf. Hb 9:15-18).

A proclamação de Cristo: “O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo” (Mc 1:15), representava uma referência direta ao reino da graça que em breve seria estabelecido por Sua morte. Fundado sobre a obra da redenção, e não da criação, esse reino recebe cidadãos por meio da regeneração – o novo nascimento. Jesus afirmou claramente: “Em verdade, em verdade te digo: quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no reino de Deus” (Jo 3:5). O Mestre comparou o desenvolvimento desse reino com o fenomenal desenvolvimento de uma semente de mostarda e com o efeito do fermento sobre a farinha (Mc 4:22-31; Mt 13:33).

O reino da graça não é visível por demonstrações exteriores, mas pelos efeitos que causa no coração dos crentes. Jesus ensinou: “Não vem o reino de Deus com visível aparência. Nem dirão: Ei-lo aqui! Ou: Lá está! Porque o reino de Deus está dentro de vós” (Lc 17:20, 21). Não é um reino deste mundo, disse Ele, mas um reino da verdade. “Tu dizes que sou rei. Eu para isso nasci e para isso vim ao mundo, a fim de dar testemunho da verdade. Todo aquele que é da verdade ouve a minha voz” (Jo 18:37). Paulo afirmou que o reino de Cristo é um reino de “justiça, e paz, e alegria no Espírito Santo”, e para ele os crentes foram transferidos (Rm 14:17; Cl 1:13).

O estabelecimento desse reino representou uma experiência dolorosa, confirmando assim que não existe coroa sem cruz. Ao término de seu ministério público, Jesus – o Messias, o Deus-homem – foi a Jerusalém como legítimo herdeiro do trono de Davi. Sentado em um jumento, conforme o costume da realeza judaica (Zc 9:9), Ele aceitou as manifestações

espontâneas e entusiásticas de apoio da multidão. Durante sua entrada triunfal na cidade real, “a maior parte da multidão estendeu as suas vestes” no chão, formando um tapete real; também cortaram ramos de palmeiras e gritaram: “Hosana ao Filho de Davi! Bendito o que vem em nome do Senhor! Hosana nas maiores alturas!” (Mt 21:8, 9). Cumpriu-se assim a profecia de Zacarias. Dessa forma, Cristo se apresentou como o rei messiânico.

Infelizmente, sua pretensão ao trono não transcorreu sem oposição. A ira satânica contra o “Imaculado” atingiu a culminância. Em cerca de doze horas, os defensores da fé – representados pelo Sinédrio – o haviam aprisionado secretamente, colocado em julgamento e condenado à morte.

Durante seu julgamento, Jesus afirmou publicamente ser o Filho de Deus e o Rei de seu povo (Lc 23:3; Jo 18:33-37). Em resposta a essa sua pretensão, foi Ele ultrajantemente vestido com um manto real, e coroado, não com uma coroa de ouro, mas sim uma de espinhos (Jo 19:2). Sua recepção como rei foi a mais vil zombaria. Golpeando-o rudemente, os soldados escarneciam: “Salve, rei dos judeus” (Jo 19:3). Quando o governador romano, Pilatos, O apresentou à nação, dizendo: “Eis aqui o vosso rei”, seu próprio povo o rejeitou unanimemente, clamando: “Fora! Fora! Crucifica-o!” (Jo 19:14, 15).

Por intermédio da mais profunda humilhação – morte sobre a cruz –, Cristo estabeleceu o reino da graça. Muito em breve, a exaltação substituiria a humilhação. Ocorrida a ascensão, foi Ele entronizado no Céu como sacerdote e rei, compartilhando do trono de seu Pai (Sl 2:7, 8; cf. Hb 1:3-5; Fp 2:9-11; Ef 1:20-23). Essa entronização não lhe outorgou – sendo Ele o divino Filho de Deus – qualquer poder que ainda não tivesse. A partir daquele momento, porém, como o Mediador divino-humano, sua natureza humana participava da glória e do poder celestiais pela primeira vez.

2. O reino da glória. No monte da transfiguração foi concedida uma representação do reino da glória. Ali Cristo se apresentou em glória. “O seu rosto resplandecia como o sol, e as suas vestes tornaram-se brancas como a luz” (Mt 17:2). Moisés e Elias representaram os redimidos – Moisés simbolizando aqueles que morreram em Cristo e que ressuscitarão, e Elias simbolizando os crentes que serão arrebatados para o Céu sem jamais experimentar a morte, por ocasião do segundo advento.

O reino da glória será estabelecido mediante eventos cataclísmicos quando do retorno de Cristo (Mt 24:27, 30, 31; 25:31, 32). Em seguida ao julgamento, quando a obra mediatória do Filho do homem no santuário

celestial houver terminado, o “Ancião de Dias” – Deus Pai – lhe entregará “domínio, e glória, e o reino” (Dn 7:9, 14). Então “o reino, e o domínio, e a majestade dos reinos debaixo de todo o céu serão dados ao povo dos santos do Altíssimo; o seu reino será reino eterno, e todos os domínios o servirão e lhe obedecerão” (v. 27).

O reino da glória será finalmente estabelecido na Terra, no final do milênio, quando a nova Jerusalém descerá dos céus (Ap 20, 21). Aceitando a Jesus Cristo como nosso Salvador, tornamo-nos cidadãos do reino da graça hoje, e nos tornaremos cidadãos do reino da glória em sua segunda vinda. Diante de nós seestende uma vida de ilimitadas possibilidades. A vida oferecida por Cristo não é uma vida cheia de fracassos e semeada de esperanças e sonhos irrealizáveis, mas uma vida de crescimento, um caminho de sucesso junto ao Salvador. É uma vida que revelará crescente “amor [genuíno], alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio” (Gl 5:22, 23). Esses são os frutos do relacionamento que Jesus oferece a todos os que entregarem a vida a Ele. Quem é capaz de resistir a esse oferecimento?

¹ No tocante à profecia das setenta semanas, ver *70 Weeks, Leviticus and The Nature of Prophecy*, edição de Frank B. Holbrook (Washington, DC: Biblical Research Institute, General Conference of Seventh-day Adventists, 1986), p. 3-127.

² Quanto aos fundamentos bíblicos para o princípio do dia-ano, ver William H. Shea, *Selected Studies on Prophetic Interpretation* (Washington, DC: Review and Herald, 1982), p. 56-93.

³ As datas do reinado de Artaxerxes foram firmemente estabelecidas pelas datas das Olimpíadas, pelo Cânone de Ptolomeu, pelos Papiros de Elefantina e pelos tabletes cuneiformes de Babilônia.

⁴ Ver também C. Mervyn Maxwell, *God Cares* (Mountain View: Pacific Press, 1981), v. 1, p. 216-218.

⁵ Gleason L. Archer, *Encyclopedia of Bible Difficulties* (Grand Rapids: Zondervan, 1982), p. 291.

⁶ E. G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 530.

⁷ O fato de a Escritura se referir a Jesus como o “unigênito” e o “primogênito”, e de falar do dia de seu nascimento, de forma alguma nega sua natureza divina e sua eterna existência. O termo unigênito (Jo 1:14; 1:18; 3:16; 1Jo 4:9) provém do termo grego *monogenês*. O uso bíblico de *monogenês* revela que seu significado dirige-se para “único”, o que denota relacionamento especial, e não um evento relacionado com o tempo. Por exemplo: Isaque é identificado como “unigênito” de Abraão, embora não fosse o único filho do patriarca, e nem mesmo o seu primogênito (Gn 16:16; 21:1-21; 25:1-6). Isaque foi um filho singular, o único de sua espécie, destinado a se tornar o sucessor de Abraão. “Jesus Cristo, o Deus preexistente, a divina Palavra criadora, em sua encarnação se tornou em sentido único o Filho de Deus – e por esta razão é designado como *monogenês*, o único de seu gênero, ao mesmo tempo que era único em muitos aspectos de sua vida, e de seu ser. Nenhum outro filho da raça humana foi tão compactado em seu ser, desempenhou relacionamento tão singular com a Divindade, ou realizou obra tão especial. Assim, *monogenês* descreve o relacionamento entre Deus Pai e Jesus Cristo, o Filho, enquanto Pessoas distintas da Divindade. Essa é uma relação que pertence à complexa personalidade divino-humana de Cristo, em conexão com a economia do plano da salvação” (Comitê de Problemas na Tradução da Bíblia, *Problems in Bible Translation* [Washington, DC: Review and Herald, 1954], p. 202). Da mesma forma, quando Cristo é identificado como “primogênito” (Hb 1:6; Rm 8:29; Cl 1:15, 18; Ap 1:5), o termo não se refere à ordem temporal. Pelo contrário, enfatiza a importância ou prioridade (cf. Hb 12:23). Na cultura hebraica, o primogênito recebia os privilégios da família. Assim Jesus, como o primogênito entre os homens, recuperou todos os privilégios que o

homem havia perdido. Tornou-se o novo Adão, o novo “primogênito” ou cabeça da raça humana. A referência bíblica ao dia em que Jesus foi gerado, baseia-se em um conceito similar ao daqueles que eram gerados como primogênitos. Dependendo do contexto, a predição messiânica: “Tu és meu Filho, Eu hoje te gerei” (Sl 2:7) pode se referir aos seguintes aspectos da vida de Cristo: encarnação (Hb 1:6), ressurreição (At 13:33; cf. v. 30) ou entronização (Hb 1:3, 5).

⁸ Evidência adicional é encontrada nas leis gramaticais gregas. (1) O uso de “Senhor” (sem artigo definido). A Septuaginta traduz YHWH como *kurios*. Muitas vezes, quando essa forma da palavra aparece no Novo Testamento, ela indica Deus (por exemplo, Mt 7:21; 8:2, 6, 25). (2) Um único artigo qualifica dois substantivos. Assim, por exemplo, Cristo é descrito como Deus nas frases “nosso grande Deus e Salvador Jesus Cristo” (Tt 2:13) e “justiça do nosso Deus e Salvador Jesus Cristo” (2Pe 1:1). (3) Quando existem dois substantivos e o segundo aparece no caso genitivo sem artigo, para qualquer um dos substantivos a qualidade de um é atribuída ao outro. Assim, da mesma forma que Romanos 1:17 e 18 fala da “justiça de Deus” e da “ira de Deus”, Jesus é descrito como “Filho de Deus” (Lc 1:35).

⁹ E. G. White, “The True Sheep Respond to the Voice of the Shepherd”, *Signs of the Times*, 27 de novembro, 1893, p. 54.

¹⁰ E. G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 34.

¹¹ Estas expressões têm sido frequentemente utilizadas pelos escritores adventistas do sétimo dia para descrever a identificação de Jesus com a raça humana, mas de nenhuma forma deixam eles a impressão de que Ele fosse pecador. Ao longo de toda a sua história, a posição oficial da igreja tem sido a de sustentar a absoluta ausência de pecado no Senhor Jesus Cristo.

¹² Cristo tomou sobre si “as mesmas susceptibilidades mentais e físicas” de seus contemporâneos (E. G. White, “Notes of Travel”, *Adventist Review and Sabbath Herald*, 10 de fevereiro de 1885, p. 81). Assumiu uma natureza humana que havia decrescido em “força física, em poder mental, em riqueza moral”, embora não moralmente depravada, antes totalmente sem pecado (E. G. White, “In All Points Tempted Like As We Are”, *Signs*, 3 de dezembro de 1902, p. 2; veja E. G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 49).

¹³ Henry Melvill, em *Sermons by Henry Melvill*, B. D., edição de C. P. McIlvaine (Nova York: Stanford and Swords, 1844), p. 47. Com a expressão “inocentes fraquezas” ele quer se referir à fome, dor, tristeza, etc. Ele identificou essa forma de ver a natureza pré e pós-queda (aplicada a Cristo) como “a doutrina ortodoxa” (ibid.).

¹⁴ E. G. White, Carta 8 de 1895 em *The Seventh-day Adventist Bible Commentary*, editado por Francis D. Nichol, edição revista (Washington, DC: Review and Herald, 1980), v. 5, p. 1128, 1129; cf. *SDA Bible Commentary*, edição revista, v. 7, p. 426.

¹⁵ Cf. E. G. White, “In Gethsemane”, *Signs*, 9 de dezembro de 1897, p. 3; White em *SDA Bible Commentary*, edição revista, v. 7, p. 927

¹⁶ Brooke F. Wescott, *The Epistle to the Hebrews* (Grand Rapids: Eerdmans, 1950), p. 59

¹⁷ F. F. Bruce, *Commentary on the Epistle to the Hebrews* (Grand Rapids: Eerdmans, 1972), p. 85, 86.

¹⁸ E. G. White, *No Deserto da Tentação*, p. 102, 103.

¹⁹ Philip Schaff, *The Person of Christ* (Nova York: George H. Doran, 1913), p. 35, 36.

²⁰ Karl Ullmann, *An Apologetic View of the Sinless Character of Jesus*, The Biblical Cabinet; or Hermeneutical Exegetical, and Philological Library (Edinburg: Thomas Clark, 1842), v. 37, p. 11.

²¹ E. G. White, “In Gethsemane”, *Signs*, 9 de dezembro de 1897, p. 3.

²² E. G. White, Carta 8, 1895, em *CBASD*, v. 5, p. 1260, 1261. Nos dias de Ellen White era utilizada a seguinte definição de *propensão*: “Inclinação natural; viés, tendência.” O *Webster’s Unabridged Dictionary* define o termo como “a qualidade ou estado de estar propenso; inclinação natural; disposição para fazer o bem ou o mal; viés, tendência”. Um dos autores favoritos de Ellen White, Henry Melvill, escreveu: “Embora Ele tenha assumido a humanidade com suas fraquezas inocentes, Ele não a assumiu com suas propensões ao pecado. Aqui a Divindade se interpôs. O Santo Espírito cobriu com sua sombra a virgem e, permitindo a fraqueza que dela derivasse, proibiu a pecaminosidade; ao assim fazer, permitiu que fosse gerado um ser humano sofredor e enfraquecido, mas ainda assim não depravado e sem mácula; um ser humano com lágrimas, mas sem manchas; acessível à angústia, mas não inclinado a ofender; aliado mui intimamente com a miséria resultante, mas infinitamente afastado de suas causas produtoras” (Melvill, p. 47). Ver Tim Poirier, “A Comparison of the Christology of Ellen White and Her Literary Sources” (Manuscrito Não Publicado, Ellen G. White Estate, General Conference of Seventh-day Adventists, Washington, DC, 20012).

²³ E. G. White, *No Deserto da Tentação*, p. 80.

O ESPÍRITO SANTO



Deus, o Espírito Santo, desempenhou uma parte ativa com o Pai e o Filho na criação, encarnação e redenção. Ele é uma pessoa tanto quanto o Pai e o Filho. Inspirou os escritores das Escrituras. Encheu de poder a vida de Cristo. Atrai e convence os seres humanos; e os que se mostram sensíveis são renovados e transformados por Ele à imagem de Deus. Enviado pelo Pai e pelo Filho para estar sempre com seus filhos, Ele concede dons espirituais à igreja, a habilita a dar testemunho de Cristo e, em harmonia com as Escrituras, guia-a em toda a verdade.

Embora a crucifixão houvesse aterrorizado, angustiado e espantado os seguidores de Jesus, a ressurreição fez raiar a manhã em suas vidas. Quando Cristo rompeu os grilhões da morte, o reino de Deus amanheceu em seus corações.

A partir de então, um fogo inextinguível ardia em suas almas. Diferenças que poucas semanas antes haviam erguido barreiras aparentemente intransponíveis entre os discípulos, desapareceram. Confessaram suas faltas uns aos outros e abriram o coração para receber mais plenamente a Jesus, seu Rei que retornara ao Céu.

A unidade desse rebanho outrora tão disperso crescia à medida que cada dia era dispendido em oração. Em certo dia inesquecível, eles se encontravam louvando a Deus quando um ruído, semelhante ao barulho de um furacão, irrompeu em meio ao grupo. Como se a chama ardente em seus corações pudesse se tornar visível, línguas de fogo desceram do Céu sobre a cabeça de cada um deles. À semelhança de um fogo devorador, o Espírito Santo descera sobre eles.

Cheios do Espírito Santo, os discípulos eram incapazes de conter seu novo e ardente amor e gozijo em Jesus. Pública e entusiasticamente, começaram

a proclamar as boas-novas da salvação. Advertidos pelo som, as pessoas que compunham a multidão de cidadãos locais, junto aos peregrinos provenientes de muitas nações, correram em direção ao prédio. Cheios de admiração e um tanto confusos, eles escutaram – em seus próprios idiomas – o poderoso testemunho das extraordinárias obras de Deus, apresentado pelos desprezíveis galileus.

“Não consigo entender”, disse alguém. “O que significa isto?” Outros tentaram fazer pouco caso, afirmando: “Eles estão bêbados.” “Nada disso”, exclamou Pedro, acima do ruído da multidão. “São apenas nove horas da manhã. Aquilo que vocês ouviram e viram, está ocorrendo porque o ressurreto Jesus Cristo está sendo exaltado à mão direita do Pai e nos está concedendo agora o Espírito Santo” (cf. At 2).

Quem é o Espírito Santo?

A Bíblia revela que o Espírito Santo é uma pessoa, e não uma força ou poder impessoal. Afirmações como esta: “Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós” (At 15:28) revelam que os cristãos apostólicos o vislumbravam como uma pessoa. Cristo igualmente falou dele como uma pessoa distinta. “Ele me glorificará”, disse Jesus, “porque há de receber do que é meu e vo-lo há de anunciar” (Jo 16:14). As Escrituras, referindo-se ao Deus triúno, descrevem o Espírito como uma pessoa (Mt 28:19; 2Co 13:13).

O Espírito Santo possui personalidade. Ele contende (Gn 6:3), ensina (Lc 12:12), convence (Jo 16:8), dirige os assuntos da igreja (At 13:2), auxilia e intercede (Rm 8:26), inspira (2Pe 1:21) e santifica (1Pe 1:2). Essas atividades não podem ser executadas por um mero poder, influência ou atributo de Deus. Somente uma pessoa pode empreendê-las.

O Espírito Santo é verdadeiramente Deus

As Escrituras veem o Espírito Santo como sendo Deus. Pedro mostrou a Ananias que, mentindo ao Espírito Santo, ele mentira “não [...] aos homens, mas a Deus” (At 5:3, 4). Jesus definiu o pecado imperdoável como sendo a “blasfêmia contra o Espírito”, dizendo: “Se alguém proferir alguma palavra contra o Filho do homem, ser-lhe-á isso perdoado; mas, se alguém falar contra o Espírito Santo, não lhe será isso perdoado, nem neste mundo nem no porvir” (Mt 12:31, 32). Essa afirmação é verdadeira uma vez que o Espírito Santo realmente é Deus.

As Escrituras associam atributos divinos ao Espírito Santo. Ele é vida. Paulo se refere a Ele como o “Espírito da vida” (Rm 8:2). Ele é verdade. Cristo o identificou como o “Espírito da verdade” (Jo 16:13). As expressões “amor do Espírito” (Rm 15:30) e “o Espírito de Deus” (Ef 4:30) revelam que amor e santidade constituem parte de sua natureza.

O Espírito Santo é onipotente. Distribui os dons espirituais “como lhe apraz, a cada um, individualmente” (1Co 12:11). É onipresente. Ele irá “habitar” com seu povo “para sempre” (Jo 14:16). Ninguém pode escapar de sua influência (Sl 139:7-10). É também onisciente, uma vez que “o Espírito a todas as coisas perscruta, até mesmo as profundezas de Deus” e “as coisas de Deus, ninguém as conhece, senão o Espírito de Deus” (1Co 2:10, 11).

As obras de Deus são também associadas ao Espírito Santo. Tanto a criação quanto a ressurreição o envolveram. Disse Jó: “O Espírito de Deus me fez, e o sopro do Todo-Poderoso me dá vida” (Jó 33:4). O salmista acrescenta: “Envias o teu Espírito e eles são criados” (Sl 104:30). Paulo exclamou: “Se habita em vós o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos, esse mesmo que ressuscitou a Cristo Jesus dentre os mortos vivificará também o vosso corpo mortal, por meio do seu Espírito, que em vós habita” (Rm 8:11).

Somente um Deus onipresente e pessoal – e não uma influência impessoal, ou um ser criado – poderia executar o milagre de trazer o divino Cristo à existência por meio de Maria. No Pentecostes, o Espírito tornou o Deus-homem, Jesus, universalmente presente a todos os recipientes que desejaram recebê-lo.

O Espírito Santo é considerado em pé de igualdade com o Pai e o Filho na fórmula batismal (Mt 28:19), na bênção apostólica (2Co 13:13) e na dissertação a respeito dos dons espirituais (1Co 12:4-6).

O Espírito Santo e a Divindade

Desde a eternidade, o Espírito Santo fez parte da Divindade, como o seu terceiro membro. O Pai, o Filho e o Espírito são igualmente autoexistentes. Embora todos sejam iguais, existe uma distribuição de funções que opera dentro da Trindade (ver capítulo 2 deste livro).

A verdade acerca do Espírito Santo é melhor compreendida quando a vemos por meio de Jesus Cristo. Quando o Espírito vem aos crentes, Ele vem como o “Espírito de Cristo” – ou seja, Ele não vem de seu próprio direito,

apresentando suas próprias credenciais. Sua atividade histórica centraliza-se na missão salvadora de Cristo. O Espírito Santo esteve ativamente envolvido no nascimento de Jesus (Lc 1:35), confirmou seu ministério público por ocasião do batismo (Mt 3:16, 17) e aplicou os benefícios do sacrifício expiatório de Cristo e de sua ressurreição à humanidade (Rm 8:11).

Na organização interna da Divindade, o Espírito Santo parece desempenhar o papel de executor. Quando o Pai entregou seu Filho ao mundo (Jo 3:16), foi Ele concebido pelo Espírito Santo (Mt 1:18-20). O Espírito Santo veio para completar o plano, para torná-lo realidade.

O íntimo envolvimento do Espírito Santo na criação pode ser contemplado no registro da mesma (Gn 1:2). A origem e a manutenção da vida dependem de sua operação; sua partida significa morte. Diz a Bíblia que “se Deus [...] para si recolhesse o seu Espírito e o seu sopro, toda a carne juntamente expiraria, e o homem voltaria para o pó” (Jó 34:14,15; cf. 33:4). Podemos ver reflexos da obra criadora do Espírito quando contemplamos a obra de recriação que Ele opera em cada pessoa que abre o coração a Deus. Deus executa sua obra no coração dos indivíduos por intermédio do Espírito Criador. Assim, na encarnação, na criação e na recriação, o Espírito vem para tornar realidade as intenções de Deus.

O Espírito prometido

A intenção divina para nós é que sejamos lugares de habitação para o Espírito Santo (1Co 3:16). O pecado de Adão e Eva os separou tanto do Jardim do Éden quanto do Espírito Santo que habita no íntimo do indivíduo. Essa separação prossegue – a enormidade da pecaminosidade antes do dilúvio fez com que Deus declarasse: “O meu Espírito não agirá para sempre no homem” (Gn 6:3).

Nos tempos do Antigo Testamento o Espírito Santo habilitou certos indivíduos, dando-lhes capacidade para que desempenhassem tarefas especiais (Nm 24:2; Jz 6:34; 1Sm 10:6). Por vezes, Ele aparece “em” algumas pessoas (Êx 31:3; Is 63:11). Sem dúvida, os crentes genuínos sempre tiveram consciência de sua presença, mas a profecia indicou que chegaria o tempo em que o Espírito seria derramado “sobre toda carne” (Jl 2:28) – um tempo em que manifestações mais notórias do Espírito fariam a humanidade ingressar em uma nova era.

Enquanto o mundo permanecesse nas mãos do usurpador, o derramamento

da plenitude do Espírito deveria aguardar. Antes que o Espírito pudesse se estender sobre toda carne, Cristo teria de levar a efeito seu ministério terrestre e oferecer seu sacrifício expiatório. Apontando ao ministério de Cristo como sendo um ministério do Espírito, João Batista afirmou: “Eu vos batizo com água, para arrependimento; mas aquele que vem depois de mim é mais poderoso do que Eu [...] Ele vos batizará com o Espírito Santo” (Mt 3:11). Mas os evangelhos não revelam que Jesus houvesse batizado com o Espírito Santo. Poucas horas antes de sua morte, Jesus prometeu aos discípulos: “Eu rogarei ao Pai, e Ele vos dará outro Consolador, a fim de que esteja para sempre convosco, o Espírito da verdade” (Jo 14:16, 17). Porventura foi o prometido Espírito recebido lá na cruz? Nenhuma pomba apareceu na sexta-feira da crucifixão – tão somente escuridão, aliviada por rajadas de relâmpagos.

Não foi senão depois de sua ressurreição que Jesus concedeu o Espírito Santo sobre seus discípulos (Jo 20:22). Ele disse: “Eis que envio sobre vós a promessa de meu Pai; permanecei, pois, na cidade, até que do alto sejais revestidos de poder” (Lc 24:49). Esse poder seria recebido “ao descer sobre vós o Espírito Santo”, fazendo com que o testemunho dos crentes se estendesse até aos confins da terra (At 1:8).

João escreveu: “O Espírito Santo até aquele momento não fora dado, porque Jesus não havia sido ainda glorificado” (Jo 7:39). A aceitação do sacrifício de Cristo por parte do Pai era o pré-requisito para o derramamento do Espírito Santo.

A nova era irrompeu somente depois que nosso vitorioso Salvador se assentou no trono celestial. Depois de ter sido “exaltado [...] à destra de Deus”, afirma Pedro, Ele “derramou” o Espírito Santo (At 2:33) sobre seus discípulos, os quais – antecipando ansiosamente este evento – se achavam unânimes em orações e súplicas (At 1:5, 14). No Pentecostes, cinquenta dias após o Calvário, a nova era explodiu sob o poder total do Santo Espírito. “De repente, veio do céu um som, como de um vento impetuoso, e encheu toda a casa onde estavam assentados. Todos ficaram cheios do Espírito Santo” (At 2:2, 4).

As missões de Jesus e do Espírito Santo eram, pois, totalmente interdependentes. A plenitude do Espírito Santo não poderia ser concedida a não ser depois que Jesus houvesse completado sua missão. Jesus, por sua vez, foi concebido pelo Espírito Santo (Mt 1:8-21), batizado pelo Espírito (Mc

1:9, 10), conduzido pelo Espírito (Lc 4:1), executou seus milagres por meio do Espírito (Mt 12:24-32), ofereceu-se a si mesmo no Calvário pelo Espírito (Hb 9:14, 15) e foi, em parte, ressuscitado pelo Espírito (Rm 8:11).

Jesus foi a primeira pessoa a experimentar a plenitude do Espírito. A estupenda verdade é que nosso Salvador e Senhor deseja derramar o seu Espírito sobre todos aqueles que o desejam ardentemente.

A missão do Espírito Santo

No anoitecer do dia anterior a sua morte, as palavras proferidas por Cristo no tocante a sua partida, encheram os discípulos de perturbação. Ele lhes assegurou imediatamente que haveria de lhes enviar o Espírito Santo como seu representante pessoal. Eles não ficariam órfãos (Jo 14:18).

A origem da missão. O Novo Testamento revela o Espírito Santo de uma forma única e singular. Ele é identificado como o “Espírito de Jesus” (At 16:7), “Espírito de seu Filho” (Gl 4:6), “Espírito de Deus” (Rm 8:9), o “Espírito de Cristo” (Rm 8:9; 1Pe 1:11) e o “Espírito de Jesus Cristo” (Fp 1:19). Quem deu origem à missão do Espírito Santo – Jesus Cristo ou o Pai?

Quando Cristo revelou a origem da missão do Espírito Santo ao mundo perdido, mencionou duas fontes. Em primeiro lugar, referiu-se ao Pai: “Eu rogarei ao Pai, e Ele vos dará outro Consolador, [...] o Espírito da verdade” (Jo 14:16, 17; cf. 15:26, onde lemos: “da parte do Pai”). O batismo com o Espírito Santo é chamado de “a promessa do Pai” (At 1:4). Em segundo lugar, Cristo fez menção de si próprio: “Eu vo-lo enviarei [o Espírito Santo]” (Jo 16:7). Portanto, o Espírito procede tanto do Pai quanto do Filho.

Sua missão ao mundo. Somente podemos reconhecer a soberania de Cristo se estivermos sob a influência do Espírito Santo. Paulo disse: “Ninguém pode dizer: Senhor Jesus!, senão pelo Espírito Santo” (1Co 12:3).

A nós é concedida a certeza de que, por intermédio do Espírito Santo, Cristo, a “verdadeira luz, [...] ilumina a todo homem” (Jo 1:9). Sua missão é convencer “o mundo do pecado, da justiça e do juízo” (Jo 16:8).

Em primeiro lugar, o Espírito Santo nos conduz a uma profunda convicção do pecado, especialmente do pecado de não aceitarmos a Cristo (Jo 16:9). Em segundo lugar, o Espírito insiste em que todos aceitem a justiça de Cristo. Em terceiro lugar, o Espírito nos adverte da realidade do julgamento, o que representa uma poderosa ferramenta para despertar as mentes obscurecidas pelos pecados, dando-lhes consciência da necessidade de arrependimento e

conversão.

Uma vez que nos arrependemos, podemos experimentar o novo nascimento pelo batismo da água e do Espírito Santo (Jo 3:5). Nossa vida passa a ser uma nova vida, pois nos tornamos o lugar de habitação do Espírito de Cristo.

Sua missão em favor dos crentes. A maioria dos textos referentes ao Espírito Santo diz respeito a seu relacionamento com o povo de Deus. Sua santificadora influência conduz à obediência (1Pe 1:2), mas ninguém pode continuar recebendo sua presença permanente sem preencher certas condições. Pedro diz que Deus concedeu seu Espírito àqueles que lhe obedecem continuamente (At 5:32).¹ Dessa forma, os crentes são advertidos contra resistir, entristecer ou apagar o Espírito (At 7:51; Ef 4:30; 1Ts 5:19).

O que faz o Espírito Santo em favor dos crentes?

1. Ele os assiste. Ao apresentar o Espírito Santo, Jesus o identificou como “outro *Parakletos*” (Jo 14:16). Essa palavra grega tem sido traduzida como “Ajudador”, “Confortador”, “Consolador”, “Conselheiro” e pode também significar “Intercessor”, “Mediador” ou “Advogado”.

Além do Espírito, o único *Parakletos* mencionado nas Escrituras é o próprio Cristo. Ele é nosso advogado ou intercessor diante do Pai. “Filhinhos meus, estas coisas vos escrevo para que não pequeis. Se, todavia, alguém pecar, temos Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o Justo” (1Jo 2:1).

Na qualidade de intercessor, mediador e auxiliador, Cristo nos apresenta ao Pai e nos revela o Pai. Similarmente, o Espírito nos guia a Cristo e manifesta-nos a graça de Cristo. Isso explica por que o Espírito Santo é identificado como “Espírito da graça” (Hb 10:29). Uma de suas maiores contribuições é a aplicação da redentora graça de Cristo à vida das pessoas (1Co 15:10; 2Co 9:14; Tg 4:5, 6).

2. Ele revela a verdade de Cristo. Cristo mencionou o Espírito Santo como o “Espírito da verdade” (Jo 14:17; 15:26; 16:13). Sua função inclui o ato de trazer à nossa lembrança “todas as coisas [...] que vos tenho dito” (Jo 14:26) e guiar-nos “em toda a verdade” (Jo 16:13). Sua mensagem testifica de Jesus Cristo (Jo 15:26). Cristo afirmou: “Não falará por si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido e vos anunciará as coisas que hão de vir. Ele me glorificará, porque há de receber do que é meu e vo-lo há de anunciar” (Jo 16:13, 14).

3. Ele traz a presença de Cristo. Ele não somente apresenta a verdade sobre Cristo, mas traz a própria presença de Cristo. Jesus disse: “Convém-vos que Eu vá, porque, se Eu não for, o Consolador [o Espírito Santo, de acordo com

Jo 14:16, 17] não virá para vós outros; se, porém, Eu for, Eu vo-lo enviarei” (Jo 16:7).

Revestido do manto da humanidade, o Homem Jesus não podia ser onipresente, de modo que era conveniente que Ele partisse. Por meio do Espírito, Ele poderia estar presente em toda parte ao mesmo tempo. O Mestre afirmou: “Eu rogarei ao Pai, e Ele vos dará outro Consolador, a fim de que esteja para sempre convosco, o Espírito da verdade” (Jo 14:16, 17). Ele garantiu que o Espírito deveria habitar dentro das pessoas. “Não vos deixarei órfãos, voltarei para vós outros” (Jo 14:18). “O Espírito Santo é o representante de Cristo, mas despojado da personalidade humana e dela independente.”²

Na encarnação, o Espírito Santo trouxe a presença de Cristo a uma pessoa – Maria. No Pentecostes, o Espírito trouxe o vitorioso Cristo ao mundo. As promessas de Jesus – “De maneira alguma te deixarei, nunca jamais te abandonarei” (Hb 13:5) e “Eis que estou convosco todos os dias” (Mt 28:20) – deveriam se cumprir por intermédio do Espírito Santo. Por essa razão, o Novo Testamento atribui ao Espírito Santo um título que Ele jamais recebe no Antigo Testamento – “o Espírito de Jesus” (Fp 1:19).

Da mesma forma como, por meio do Espírito, tanto o Pai quanto o Filho estabelecem morada no coração do crente (Jo 14:23), assim, a única forma pela qual os crentes podem permanecer em Cristo é pelo Espírito.

4. Ele conduz a operação da igreja. Uma vez que o Espírito Santo traz a própria presença de Cristo, Ele é o verdadeiro representante de Cristo na Terra. Sendo o verdadeiro centro de autoridade em termos de fé e doutrina, os caminhos pelos quais Ele conduz a igreja por certo estarão em pleno acordo com a Bíblia. “O traço que distingue o protestantismo – sem o qual este não existiria – é a alegação de que o Espírito Santo é o representante ou sucessor de Cristo na terra. Dependem de organização, líderes ou sabedoria humana, é colocar o humano no lugar do divino.”³

O Espírito Santo achava-se intimamente envolvido na administração da igreja apostólica. Ao selecionar missionários, a igreja obteve sua orientação por meio da oração e do jejum (At 13:1-4). Os indivíduos escolhidos eram conhecidos por sua disposição em aceitar a direção do Espírito. O livro de Atos os descreve como “cheios do Espírito Santo” (At 13:9; cf. v. 52). Suas atividades achavam-se sob o controle do Espírito (At 16:6, 7). Paulo fez recordar aos líderes da igreja que eles haviam sido colocados nas respectivas

posições pelo Espírito Santo (At 20:28).

O Espírito Santo desempenhou papel importante na solução de sérias dificuldades que ameaçaram a unidade da igreja. Efetivamente, a Escritura apresenta as decisões do primeiro concílio da igreja com as palavras: “Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós” (At 15:28).

5. Ele equipa a igreja com dons especiais. O Espírito Santo derramou dons especiais sobre a igreja. Nos tempos do Antigo Testamento, “o Espírito do Senhor” veio “sobre” indivíduos, concedendo-lhes poderes extraordinários com os quais puderam libertar a Israel (Jz 3:10; 6:34; 11:29). Concedeu igualmente a habilidade de profetizar (Nm 11:17, 25, 26; 2Sm 23:2). O Espírito veio sobre Saul e Davi quando estes foram ungidos como líderes do povo de Deus (1Sm 10:6, 10; 16:13). A algumas pessoas, a infusão do Espírito Santo concedeu dons artísticos especiais (Êx 28:3; 31:3; 35:30-35).

Da mesma forma, na igreja cristã apostólica foi o Espírito Santo quem repartiu os dons que Cristo concedeu à sua igreja. O Espírito distribuiu esses dons aos crentes de acordo com sua vontade, de modo a beneficiar toda a igreja (At 2:38; 1Co 12:7-11). Ele providenciou o poder especial necessário para que a proclamação do evangelho chegasse “até aos confins da terra” (At 1:8; ver capítulo 17 deste livro).

6. Ele ocupa o coração dos crentes. A pergunta incisiva de Paulo aos crentes de Éfeso: “Recebestes, porventura, o Espírito Santo quando crestes?” (At 19:2), representa uma questão crucial para todo aquele que crê.

Ao receber uma resposta negativa daqueles discípulos, o apóstolo repousou as mãos sobre eles e então lhes foi concedido o batismo do Espírito Santo (At 19:6).

O incidente demonstra que a convicção de pecado que é trazida à luz pelo Espírito Santo e a infusão da vida com o Santo Espírito são duas coisas diferentes.

Jesus salientou a necessidade de sermos nascidos da água e do Espírito (Jo 3:5). Justamente antes da ascensão, Ele ordenou que os novos convertidos fossem batizados “em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28:19). Em harmonia com essa ordem, Pedro pregou que “o dom do Espírito Santo” deveria ser recebido por meio do batismo (At 2:38). Paulo confirma a importância do batismo do Espírito Santo (ver capítulo 15 deste livro) com um urgente apelo no sentido de que os crentes fossem cheios do Espírito (Ef 5:18).

O recebimento interior do Espírito Santo, que nos transforma à imagem de Deus, prossegue a obra de santificação que em nós iniciou a partir do novo nascimento. Deus nos salvou de acordo com sua misericórdia, “mediante o lavar regenerador e renovador do Espírito Santo, que Ele derramou sobre nós ricamente, por meio de Jesus Cristo, nosso Salvador” (Tt 3:5, 6).

“A ausência do Espírito é que torna tão destituído de poder o ministério da pregação. Pode haver erudição, talento, eloquência, ou qualquer dom natural ou adquirido; mas, sem a presença do Espírito de Deus, nenhum coração será tocado, nenhum pecador será ganho para Cristo. Por outro lado, se estiverem ligados a Cristo, se os dons do Espírito lhes pertecerem, o mais pobre e ignorante de seus discípulos terá um poder que influenciará corações. Deus os faz condutos para espalhar a mais elevada influência no universo.”⁴

O Espírito é vital. Todas as mudanças que Jesus Cristo opera em nós, advêm-nos pela operação do Espírito. Na qualidade de crentes deveríamos reconhecer constantemente que, sem o Espírito, não seremos capazes de empreender coisa alguma (Jo 15:5).

Nos dias atuais, o Espírito Santo dirige nossa mente para o maior dom de amor do Pai, manifestado em seu Filho. Ele insiste em que não resistamos a seus apelos, mas aceitemos o único meio pelo qual podemos ser reconciliados com nosso amorável e gracioso Pai.

¹ Ver Arnold V. Wallenkampf, *New by the Spirit* (Mountain View: Pacific Press, 1978), p. 49, 50.

² E. G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 669.

³ LeRoy E. Froom, *A Vinda do Consolador*, p. 66.

⁴ E. G. White, *Testemunhos Para a Igreja*, v. 8, p. 21, 22.



A DOCTRINA DO SER HUMANO

A CRIAÇÃO



Deus comunica por meio das Escrituras o relato autêntico e histórico de sua atividade criadora. Ele criou o universo e, em uma criação recente, de seis dias, o Senhor fez "os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há" e descansou no sétimo dia (Êx 20:11). Assim Ele estabeleceu o sábado como memorial perpétuo da obra que Ele realizou e terminou em seis dias literais que, junto com o sábado, constituem a mesma unidade temporal que hoje chamamos de semana. O primeiro homem e a primeira mulher foram formados à imagem de Deus como obra-prima da criação, foi-lhes dado domínio sobre o mundo e atribuiu-se-lhes a responsabilidade de cuidar dele. Quando o mundo foi concluído, ele era "muito bom", proclamando a glória de Deus.

O relato bíblico é simples. Sob o comando criador de Deus, os "céus e a terra, o mar e tudo o que neles há" (Êx 20:11) apareceram instantaneamente. O pequeno período de seis dias contemplou a mudança da Terra que era "sem forma e vazia" (Gn 1:2), vindo a se tornar um luxuriante planeta, fervilhante de criaturas plenamente maduras e as mais variadas formas de plantas. Nosso planeta foi adornado com cores claras, puras e brilhantes, variadas formas e fragrâncias, colocadas ao lado de extraordinários sabores e perfeição de detalhes e funções.

Depois disso, Deus "descansou" (Gn 2:2), cessando sua obra criadora a fim de celebrar e desfrutar. Seriam lembradas para sempre a beleza e majestade daqueles seis dias pelo fato de Ele parar para a celebração. Examinemos brevemente o relato bíblico no tocante à criação.

"No princípio, criou Deus os céus e a terra" (Gn 1:1). A Terra achava-se envolvida em águas e escuridão. No primeiro dia, Deus separou a luz das trevas, chamando a parte clara "dia" e a parte escura "noite" (Gn 1:5).

No segundo dia, Deus dividiu as águas, separando a atmosfera das águas que se espalhavam sobre a terra, criando assim condições para que outras formas de vida se desenvolvessem. No terceiro dia, Deus reuniu as águas terrestres em um lugar específico, estabelecendo terra seca e mares. Então, Deus vestiu as montanhas, praias e vales; “a terra, pois, produziu relva, ervas que davam semente segundo a sua espécie e árvores que davam fruto, cuja semente estava nele, conforme a sua espécie” (Gn 1:12).

No quarto dia, Deus estabeleceu o Sol, a Lua e as estrelas, “para sinais, para estações, para dias e anos”. O Sol deveria governar o dia, enquanto a Lua governaria a noite (Gn 1:14-16).

Deus criou os pássaros e a vida marinha no quinto dia. Criou-os “segundo as suas espécies” (Gn 1:21), o que indicava que as criaturas por Ele desenvolvidas deveriam se reproduzir coerentemente, de acordo com suas próprias espécies.

No sexto dia, Deus criou as formas superiores de vida animal. Disse Ele: “Produza a terra seres viventes, conforme a sua espécie: animais domésticos, répteis e animais selváticos, segundo a sua espécie” (Gn 1:24).

Depois disso, coroando a obra de criação, Deus fez o homem “à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (Gn 1:27). Deus contemplou “tudo quanto fizera”, e viu “que era muito bom” (Gn 1:31).

A Palavra criadora de Deus

“Os céus por sua palavra se fizeram”, assegura o salmista, “e, pelo sopro de sua boca, o exército deles” (Sl 33:6). De que modo operou essa palavra criadora?

A Palavra criadora e a matéria preexistente. As palavras do Gênesis – “Disse Deus” – apresentam a dinâmica ordem divina, responsável pelos majestosos eventos dos seis dias da criação (Gn 1:3, 6, 9, 11, 14, 20, 24). Cada ordem veio acompanhada de energia criativa que transformou o planeta, sem forma e vazio, em um paraíso. “Ele falou, e tudo se fez; Ele ordenou, e tudo passou a existir” (Sl 33:9). Verdadeiramente, “foi o universo formado pela palavra de Deus” (Hb 11:3).

Esta palavra criadora não era dependente de matéria preexistente (*ex nihilo*): “Pela fé, entendemos que foi o universo formado pela palavra de Deus, de maneira que o visível veio a existir das coisas que não aparecem” (Hb 11:3). Embora, por vezes, Deus utilizasse matéria já existente, como quando criou

Adão e as bestas a partir do pó da terra, e Eva que foi criada a partir da costela de Adão (Gn 2:7, 19, 22). Em última instância, Deus criou toda a matéria.

A história da criação

Muitas questões têm sido levantadas a respeito do relato da criação, segundo aparece em Gênesis. Porventura, as duas narrativas da criação que aparecem no primeiro livro da Bíblia, contradizem uma a outra, ou são elas coerentes entre si? São os dias da criação dias literais ou representam longos períodos de tempo? Porventura, os astros – o Sol, a Lua e até mesmo as estrelas – têm realmente apenas 6 mil anos de idade?

O relato da criação. Os dois relatos da criação que aparecem, respectivamente, em Gênesis 1:1 a 2:3 e em Gênesis 2:4 a 25, harmonizam-se entre si.

O primeiro relato apresenta, em ordem cronológica, a criação de todas as coisas.

A segunda narrativa começa com as palavras “Esta é a gênese”, uma expressão que no Gênesis apresenta o surgimento da família humana (cf. Gn 5:1; 6:9; 10:1). Essa narrativa descreve o lugar do homem na criação. Não é estritamente cronológica, mas revela que todas as coisas contribuíram para criar um ambiente adequado para o homem.¹ Ela fornece mais detalhes da criação de Adão e Eva e do ambiente que Deus providenciou no Jardim do Éden, do que o fizera o relato anterior. Adicionalmente, ela nos informa sobre a natureza da humanidade e do governo divino. Somente quando esses dois relatos da criação são aceitos como literais e históricos, é que se harmonizam com o restante das Escrituras.

Os dias da criação. Os dias mencionados no relato bíblico da criação representam períodos literais de 24 horas. Típica da forma como o povo de Deus do Antigo Testamento media o tempo, a expressão “tarde e manhã” (Gn 1:5, 8, 13, 19, 23, 31) especifica dias individuais, com o dia iniciando ao pôr do sol (Lv 23:32; Dt 16:6). Não existe qualquer justificativa para se dizer que a expressão representa um dia literal em Levítico, por exemplo, e um período de milhões de anos em Gênesis.

A palavra hebraica traduzida por *dia* em Gênesis 1 é *yom*. Quando *yom* é acompanhado de um número definido, sempre significa um dia literal de 24 horas (por exemplo, Gn 7:11; Êx 16:1) – o que representa outra indicação de que o relato da criação está falando de dias literais de 24 horas.

Os Dez Mandamentos oferecem outra evidência de que o relato da criação, no Gênesis, envolve dias literais. No quarto mandamento Deus diz: “Lembra-te do dia de sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor, teu Deus; não farás nenhum trabalho, [...] porque, em seis dias, fez o Senhor os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia, descansou; por isso, o Senhor abençoou o dia de sábado e o santificou” (Êx 20:8-11).

Aqui Deus torna a apresentar sucintamente a história da criação. Cada dia (*yom*) foi preenchido com atividade criadora, e depois o sábado representou o clímax da semana da criação. O sábado de 24 horas, portanto, comemora a semana literal da criação. O quarto mandamento não faria qualquer sentido se cada dia da criação representasse longos períodos de anos.²

Aqueles que citam 2 Pedro 3:8 – “Para o Senhor, um dia é como mil anos” – tentando provar que os dias da criação não representam dias literais de 24 horas ignoram o fato de que a própria porção final do versículo se encerra com as palavras: “e mil anos, [são] como um dia”. Aqueles que veem nos dias da criação períodos de milhões ou até mesmo de bilhões de anos estão questionando a validade da Palavra de Deus, da mesma forma como Eva foi levada a fazê-lo, tentada pela serpente.

O que são os “céus”? Algumas pessoas sentem-se perplexas – o que é compreensível – face aos versículos que afirmam que Deus “criou [...] os céus e a terra” (Gn 1:1; cf. 2:1; Êx 20:11) e que Ele fez o Sol, a Lua e as estrelas no quarto dia da semana da criação (Gn 1:14-19), há cerca de 6 mil anos. Porventura foram todos os corpos celestes trazidos à existência naquela oportunidade?

A semana da criação por certo não envolveu os “Céus” onde Deus habita desde a eternidade. Os “céus” de Gênesis 1 e 2 provavelmente se referem aos planetas e estrelas que se encontram mais próximos da Terra.

O mais provável é que a Terra, em vez de ter sido a primeira obra do Criador, tenha sido, na verdade, a última. A Bíblia retrata os filhos de Deus – provavelmente os Adões dos mundos não caídos – encontrando-se com Deus em algum rincão distante do universo (Jó 1:6-12). Até o presente momento, as experiências espaciais não conseguiram descobrir nenhum outro planeta habitado. Aparentemente, eles se situam na vastidão do espaço – muito além do alcance de nosso sistema solar poluído, onde se acham garantidos contra a infecção do pecado.

O Deus da criação

Afinal, que espécie de Deus é o nosso Criador? Porventura esse Personagem infinito está interessado em nós – diminutas formas vivas, localizadas em um recanto afastado do universo? Depois de criar a Terra, porventura prosseguiu Ele empreendendo coisas maiores e melhores?

Um Deus que tem cuidado dos seus. O relatório bíblico da criação inicia com Deus e termina com os seres humanos. Isso implica que ao criar os céus e a terra, Deus estava preparando o ambiente ideal e perfeito para a raça humana. A humanidade – macho e fêmea – seria a gloriosa obra-prima de sua criação.

O relato revela Deus como um planejador cuidadoso, preocupado com sua criação. Ele planejou um jardim especial como lar para Adão e Eva, impondo-lhes a responsabilidade de cuidar dele e cultivá-lo. Criou os seres humanos com a capacidade de manterem relacionamento pessoal com Ele. Tal relação não deveria ocorrer pela força, mas de forma natural; criou-os com a liberdade de escolha e a capacidade de amá-lo e servi-lo.

Quem foi o Deus Criador? Todos os membros da Divindade se envolveram na obra da criação (Gn 1:2, 26). O agente ativo, contudo, foi o Filho de Deus, o preexistente Cristo. No prólogo de seu relatório da criação, Moisés escreveu: “No princípio, criou Deus os céus e a Terra” (Gn 1:1). Trazendo novamente à cena essas palavras, João especificou o papel de Cristo na obra da criação, dizendo: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. [...] Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e, sem Ele, nada do que foi feito se fez” (Jo 1:1, 3). Mais adiante, na mesma passagem, João torna abundantemente claro a quem se está referindo no contexto: “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a sua glória, glória como do unigênito do Pai” (Jo 1:14). Jesus foi, portanto, o Criador, aquele que trouxe a Terra à existência por meio de sua palavra (Ef 3:9; Hb 1:2).

Uma demonstração do amor de Deus. Quão profundo é o amor de Deus! Quando Cristo, com infinito e carinhoso amor, se ajoelhou sobre Adão, moldando o primeiro homem com suas amorosas mãos, certamente sabia que em algum dia futuro as mãos dos homens se volveriam maldosamente contra Ele e lhe pregariam as mãos na cruz. Em certo sentido, a criação e o Calvário se fundem, pois Cristo, o Criador, “foi morto desde a fundação do mundo” (Ap 13:8). Sua divina presciência³ não o fez parar. Sob a agourenta nuvem do

Calvário, Cristo assoprou nas narinas de Adão o fôlego de vida, sabendo muito bem que esse ato criativo haveria de privá-lo de seu próprio fôlego de vida. Amor incompreensível constitui, pois, a base da criação.

O propósito da criação

O amor é o móvel propulsor de tudo aquilo que Deus faz, uma vez que Ele é amor (1Jo 4:8). Ele nos criou não apenas para que pudéssemos amá-lo, mas também para que Ele nos pudesse amar. Esse amor o levou a compartilhar, na criação, um dos maiores dons que Ele pode conferir – a existência.

Porventura a Bíblia indica, então, qual o propósito pelo qual o universo e os habitantes existem?

Para revelar a glória de Deus. Por meio de suas obras criadas, Deus manifesta sua glória: “Os céus proclamam a glória de Deus, e o firmamento anuncia as obras das suas mãos. Um dia discursa a outro dia, e uma noite revela conhecimento a outra noite. Não há linguagem, nem há palavras, e deles não se ouve nenhum som; no entanto, por toda a terra se faz ouvir a sua voz, e as suas palavras, até aos confins do mundo” (Sl 19:1-4).

Por que razão ocorre essa exposição da glória de Deus? A natureza funciona como testemunha de Deus. A intenção divina é que as obras criadas conduzam indivíduos em direção a Ele. Paulo assim expressa tal verdade: “Porque os atributos invisíveis de Deus, assim o seu eterno poder, como também a sua própria divindade, claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas. Tais homens são, por isso, indesculpáveis” (Rm 1:20).

À medida que somos conduzidos a Deus pela observação da natureza, aprendemos mais acerca das qualidades de Deus – qualidades que podem ser incorporadas à nossa própria vida. Assim, ao refletirmos o caráter de Deus, trazemos glória a Ele, cumprindo o propósito pelo qual fomos criados.

Para povoar o mundo. Não era intenção do Criador que a Terra fosse um planeta solitário e vazio; ela deveria ser habitada (Is 45:8). Quando o primeiro homem sentiu a necessidade de uma companheira, Deus criou a mulher (Gn 2:20; 1Co 11:9). Foi assim que Ele estabeleceu a instituição do matrimônio (Gn 2:22-25). E o Criador não apenas concedeu ao casal o domínio sobre o novo mundo, como também – por meio das palavras: “Frutificai, e multiplicai-vos” (Gn 1:28) – concedeu-lhes o privilégio de participarem da obra de criação.

O significado da criação

As pessoas são tentadas a ignorar a doutrina da criação. Dizem elas: “O que importa no tocante à forma como Deus criou a Terra? Necessitamos é do conhecimento sobre como chegar ao Céu.” Contudo, a doutrina de uma criação divina constitui “o fundamento indispensável para a teologia bíblica e cristã”.⁴ Bom número de conceitos bíblicos fundamentais acham-se enraizados na divina criação.⁵ Efetivamente, o conhecimento de como Deus criou “os céus e a terra” pode, em última análise, ajudar-nos a encontrar o nosso próprio caminho para o novo céu e a nova terra dos quais fala João, o revelador. Quais são, pois, algumas das implicações da doutrina da criação?

Antídoto para a idolatria. Deus estabelece a mais clara distinção possível entre si próprio e todos os demais deuses (1Cr 16:24-27; Sl 96:5, 6; Is 40:18-26; 42:5-9; 44). Devemos adorar somente o Deus que nos criou, e não os deuses feitos pelas nossas próprias mãos. Em virtude de sua obra criadora, Ele merece toda a nossa dedicação. Qualquer relacionamento que interfira com essa dedicação total, representa idolatria e nos sujeita ao julgamento divino. Portanto, a fidelidade a nosso Criador representa uma questão de vida ou morte.

Fundamento da verdadeira adoração. Nossa adoração a Deus está baseada no fato de que Ele é nosso Criador e nós somos suas criaturas (Sl 95:6). A importância desse assunto é indicada por sua inclusão na advertência-chamado que é dirigida a todos os habitantes da Terra imediatamente antes do retorno de Cristo: “Adorai Aquele que fez o céu, e a terra, o mar, e as fontes das águas” (Ap 14:7).

O sábado como memorial da criação. Deus estabeleceu o sábado do sétimo dia para que pudéssemos relembrar semanalmente que somos criaturas feitas por Ele. O sábado representou um dom da graça, ao não falarmos daquilo que fizemos, e sim daquilo que Deus fez. Ele abençoou, de modo muito especial, esse dia e o santificou, para que jamais esquecêssemos que, além de muitos trabalhos, a vida deve incluir comunhão com o Criador, descanso e celebração das maravilhosas obras criadoras de Deus (Gn 2:2, 3). Tendo em vista enfatizar sua importância, o Criador nos deixou a injunção no sentido de lembrar-nos desse sagrado memorial de seu poder criador; fê-lo situando o mandamento na porção central da lei moral, como eterno símbolo e sinal da criação (Êx 20:8-11; 31:13-17; Ez 20:20; ver capítulo 20 deste livro).

Matrimônio – instituição divina. Durante a semana da criação, Deus estabeleceu

o matrimônio como instituição divina. Era seu propósito que a sagrada união entre dois indivíduos fosse indissolúvel. O homem deveria se unir a sua mulher e constituir com ela uma só carne (Gn 2:24; ver também Mc 10:9; ver capítulo 23 deste livro).

A base para a verdadeira autoestima. O relatório da criação estabelece que fomos feitos à imagem de Deus. Essa compreensão provê um genuíno conceito no tocante ao valor do indivíduo. Não deixa qualquer espaço para que tenhamos a nós mesmos em pouco valor. Efetivamente, recebemos um lugar singular na obra da criação, recebendo o privilégio especial de manter constante comunicação com o Criador e a oportunidade de nos tornarmos mais semelhantes a Ele.

A base para verdadeiro companheirismo. O ato criador de Deus estabelece a sua paternidade (Mt 2:10) e revela a irmandade existente entre os componentes da família humana. Ele é nosso Pai; nós somos seus filhos.

Independentemente de sexo, etnia, nível intelectual ou posição social, todos fomos criados à imagem de Deus. Esse conceito, se compreendido e aplicado, eliminaria por completo o racismo, a intolerância ou qualquer outra forma de discriminação.

Mordomia pessoal. Uma vez que Deus nos criou, nós lhe pertencemos. O fato implica em que repousa sobre nós a sagrada responsabilidade de desempenharmos fielmente a mordomia – administração sábia – de nossas faculdades físicas, mentais e espirituais. Agir em completa independência face ao Criador representa o ponto mais alto de ingratidão (ver capítulo 21 deste livro).

Responsabilidade pelo ambiente. Durante a criação, Deus colocou o primeiro homem e a primeira mulher em um jardim (Gn 2:8). Eles deveriam cultivar a terra e exercer domínio sobre toda a vida animal (Gn 1:28). Isso significa que recebemos de Deus a incumbência de preservar o ambiente.

Dignidade do trabalho manual. O Criador orientou Adão no sentido de “cultivar e [...] guardar” o Jardim do Éden (Gn 2:15). O fato de haver Deus atribuído essas tarefas físicas ao homem, em um mundo até então perfeito, mostra a dignidade do labor manual.

O valor do universo físico. A cada etapa da criação, Deus verificava aquilo que havia feito e concluía dizendo que era “bom” (Gn 1:10, 12, 18, 21, 25). Ao concluir toda a obra da criação, arrematou dizendo que aquilo era “muito bom” (Gn 1:31). Portanto, a matéria criada não é intrinsecamente má, e sim

boa.

O remédio para o pessimismo, solidão e a falta de significado. A narrativa da criação mostra que – em vez de resultar de mudanças acidentais comandadas por um processo de evolução – todas as coisas criadas vieram à existência com um propósito. A raça humana foi designada a ter um relacionamento eterno com o próprio Criador. Quando compreendemos que nossa criação ocorreu com um propósito, a vida se torna significativa e rica, e a dolorosa sensação de vazio e falta de satisfação que tantos expressam, desaparece, substituída pela calidez do amor de Deus.

A santidade da lei de Deus. A lei de Deus existia antes da queda. Em seu estado de perfeição e santidade, os seres humanos achavam-se sujeitos a ela. Ela advertia contra a autodestruição, estabelecendo igualmente os limites da liberdade (Gn 2:17), tendo ainda em vista salvaguardar a felicidade e paz dos súditos do reino de Deus (Gn 3:22-24; ver capítulo 19 deste livro).

A santidade da vida. O Criador da vida prossegue envolvido no processo de formação da vida humana, tornando-a sagrada. Davi louvava Deus pelo seu envolvimento no nascimento dele próprio: “Pois Tu formaste o meu interior, Tu me teceste no seio de minha mãe. Graças te dou, visto que por modo assombrosamente maravilhoso me formaste; [...] os meus ossos não te foram encobertos, quando no oculto fui formado e entretecido como nas profundezas da terra. Os teus olhos me viram a substância ainda informe, e no teu livro foram escritos todos os meus dias” (Sl 139:13-16). Em Isaías, o Senhor se identifica como aquele “que te formou desde o ventre materno” (Is 44:24). Sendo a vida um dom de Deus, devemos manifestar por ela o maior respeito; mais que isto, temos a responsabilidade moral de preservá-la.

A obra criadora de Deus prossegue

Porventura concluiu Deus sua obra criadora? O relato da criação conclui com estas palavras: “Assim, pois, foram acabados os céus e a terra e todo o seu exército” (Gn 2:1). O Novo Testamento afirma que a criação divina foi completada na “fundação do mundo” (Hb 4:3). Significa isso que a energia criadora de Deus não mais se encontra em operação? De forma alguma. O poder criativo ainda opera de várias maneiras.

1. Cristo e sua palavra criadora. Quatro mil anos após a criação, um centurião disse a Cristo: “Apenas manda com uma palavra, e o meu rapaz será curado” (Mt 8:8). Exatamente como fizera na criação, Jesus falou – e o servo foi

imediatamente curado. Ao longo de todo o ministério terrestre de Jesus, a mesma energia criadora que trouxe vida ao inanimado corpo de Adão fez com que as pessoas ressuscitassem dentre os mortos, e infundiu nova vida aos enfermos que suplicaram por seu auxílio.

2. A palavra criadora hoje. Nem este mundo nem o universo como um todo são capazes de operar por meio de algum poder que lhes seja inerente. O Deus que os criou preserva-os e sustenta-os. Ele “cobre de nuvens os céus, prepara a chuva para a terra, faz brotar nos montes a erva e dá o alimento aos animais e aos filhos dos corvos, quando clamam” (Sl 147:8, 9; cf. Jó 26:7-14). Sustenta todas as coisas por meio de sua palavra e “nele tudo subsiste” (Cl 1:17; cf. Hb 1:3).

Somos dependentes de Deus para o funcionamento de cada célula existente em nosso organismo. Cada respiração, cada batimento cardíaco, cada piscar de olhos fala do cuidado de um Criador amorável. “Nele vivemos, e nos movemos, e existimos” (At 17:28).

O poder criativo de Deus não se encontra envolvido apenas na criação, mas na redenção e restauração. Deus torna a criar os corações (Is 44:21-28; Sl 51:10). Paulo afirmou: “Pois somos feitura dEle, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas” (Ef 2:10). “Se alguém está em Cristo, é nova criatura” (2Co 5:17). Deus, que governa as muitas galáxias através do cosmo, utiliza o mesmo poder criador para recriar o mais degradado pecador, fazendo-o novamente à sua própria imagem.

Esse poder redentor e restaurador não se limita a modificações de vidas humanas. O mesmo poder que originalmente criou os céus e a terra, se ocupará – depois do julgamento final – em recriá-los, tornando-os uma nova e magnificente criação – novos céus e nova terra (Is 65:17-19; Ap 21, 22).

Criação e salvação

Dessa forma, em Jesus Cristo a criação e a salvação se encontram. Ele criou um universo majestoso e um mundo perfeito. Tanto os contrastes quanto os paralelismos entre criação e salvação representam algo de muito significado.

A duração da criação. Por ocasião da criação, Cristo ordenou e logo tudo aconteceu. Em vez de longos períodos de metamorfose, sua palavra criadora é que foi responsável pela criação. Em seis dias criou Ele todas as coisas. Ainda assim, poderíamos perguntar: por que utilizou Ele seis dias? Não

poderia Ele haver falado apenas uma vez, trazendo imediatamente todas as coisas à existência?

Talvez Ele tenha desfrutado do prazer de ver o nosso planeta ser organizado ao longo de seis dias. Ou, ainda, este período mais “longo” tenha tido a ver com o valor que Ele atribui a cada coisa criada, ou com seu desejo de demonstrar que o ciclo semanal de sete dias deveria servir de modelo para as atividades e o repouso que Ele designou ao ser humano.

Entretanto, observemos que a salvação não foi mencionada apenas por Cristo e durante o tempo em que aqui viveu. O processo de salvar pessoas tem-se estendido ao longo de milênios. Envolve o velho e o novo concertos, os trinta e três anos e meio da vida de Cristo sobre a terra e aproximadamente 2 mil anos posteriores ao início da intercessão celestial. Encontramos aqui um vasto período de tempo – de acordo com a cronologia bíblica, são aproximadamente 6 mil anos desde a criação – e as pessoas ainda não retornaram ao Jardim do Éden.

O contraste existente entre o tempo requerido para a criação e aquele necessário para a recriação demonstra que as atividades de Deus sempre ocorrem no sentido do maior interesse pela raça humana. A brevidade da criação revela seu desejo em trazer à existência indivíduos plenamente desenvolvidos, capazes de desfrutar de suas obras criadas. Se Deus houvesse postergado o término da criação, fazendo-a depender de um processo de desenvolvimento gradual para cuja conclusão se fizessem necessários longos períodos de tempo, isto teria sido contrário ao seu amorável caráter. O período de tempo necessário para levar a efeito a recriação, revela o amorável desejo divino de que o maior número possível de pessoas se salve (2Pe 3:9).

A obra criadora de Cristo. No Éden, Cristo proferiu sua palavra criadora. Em Belém, “o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1:14) – o Criador se tornou parte da criação. Que indescritível condescendência! Embora ninguém tivesse testemunhado a divina criação do mundo, muitos puderam testemunhar o poder que restaurou a vista aos cegos (Jo 9:6, 7), a fala aos mudos (Mt 9:32, 33), a cura dos leprosos (Mt 8:2, 3) e a restauração da vida aos mortos (Jo 11:14-45).

Cristo veio como o segundo Adão, o novo começo da raça humana (Rm 5). Ele deu ao homem a árvore da vida no Éden; o homem o pendurou no Calvário. No paraíso, o homem retratava a imagem e semelhança do Criador; no Calvário, o Homem foi colocado na posição de um vil criminoso. Em

ambas as sextas-feiras – a da criação e a da crucifixão – a expressão “está consumado” indicou o término da obra criadora (ver Gn 2:2; Jo 19:30). Na primeira, Cristo exerceu sua função como Deus, na segunda, Ele o fez como Homem; uma utilizou o mais extraordinário poder, a outra suportou o sofrimento humano; uma foi efetuada para durar algum tempo, a outra se estenderá por toda a eternidade; uma sujeitou-se à queda, a outra representou a vitória sobre Satanás.

Foram as perfeitas e divinas mãos de Cristo que primeiro concederam vida ao homem; e são as mãos de Cristo, perfuradas e sangrentas, que oferecem ao homem a vida eterna. Assim, pois, o homem não é apenas criado; ele pode ser recriado. Ambas as obras de criação representam o trabalho de Cristo – nenhuma delas proveio do íntimo do próprio homem, como resultado de desenvolvimento natural.

Criados à imagem de Deus, temos sido chamados para glorificá-lo. No coroamento da obra criadora, Deus convida a cada um de nós para que entre em comunhão diária com Ele, em busca de seu poder regenerador. Dessa forma, para glória de Deus, seremos capazes de refletir mais plenamente a sua imagem.

¹ L. Berkhof, *Systematic Theology*, 4ª edição revista (Grand Rapids: Eerdmans, 1941), p. 182.

² Mesmo que considerássemos que cada dia da criação correspondesse a apenas mil anos, estaríamos envolvidos em problemas. Em tal esquema, à tardinha do sexto *dia* da criação – o primeiro “dia” de vida de Adão – ele estaria com uma idade superior ao total de anos que a Bíblia lhe atribui (Gn 5:5). Ver Jemison, *Christian Beliefs*, p. 116, 117.

³ Ver capítulo 4 deste livro.

⁴ “Creation”, *SDA Encyclopedia*, p. 357.

⁵ *Ibid.*; Arthur J. Ferch, “What Creation Means to Me”, *Adventist Review*, 9 de outubro de 1986, p. 11-13.

A NATUREZA DA HUMANIDADE



O homem e a mulher foram formados à imagem de Deus com individualidade, o poder e a liberdade de pensar e agir. Conquanto tenham sido criados como seres livres, cada um é uma unidade indivisível de corpo, mente e espírito, e dependente de Deus quanto à vida, respiração e tudo o mais. Quando nossos primeiros pais desobedeceram a Deus, negaram sua dependência dele e caíram de sua elevada posição. A imagem de Deus neles foi desfigurada, e tornaram-se sujeitos à morte. Seus descendentes partilham dessa natureza caída e de suas consequências. Nasceram com fraquezas e tendências para o mal. Mas Deus, em Cristo, reconciliou consigo o mundo e, por meio de seu Espírito, restaura nos mortais penitentes a imagem de seu Criador. Criados para a glória de Deus, são chamados para amá-lo e uns aos outros, e para cuidar de seu ambiente.

Também disse Deus: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (Gn 1:26). Deus não trouxe sua principal criatura à existência através de ordens. Em vez de assim proceder, ocupou-se amoravelmente em dar ao homem o formato, com suas próprias mãos, utilizando para isto o pó da Terra.

O mais criativo escultor da face da terra jamais conseguiria produzir uma criatura tão nobre. Talvez algum Michelangelo conseguisse dar formato às linhas exteriores, mas o que dizer da anatomia e da fisiologia cuidadosamente preparadas, além da beleza desta figura?

A escultura perfeita ali jazia, completa: cada fio de cabelo, sobrancelhas, unhas no devido lugar – mas Deus não havia concluído o trabalho. Esse homem não deveria ser um amontoado de pó, antes deveria viver, pensar, criar e crescer em glória.

Inclinando-se sobre a magnificente figura, o Criador lhe “soprou nas narinas o fôlego de vida, e o homem passou a ser alma vivente” (Gn 2:7; cf. 1:26). Compreendendo a necessidade de companhia por parte do homem, Deus lhe preparou uma companheira, semelhante a ele. Deus fez recair sobre Adão um sono profundo e então retirou uma costela do homem, formando, a partir dela, a mulher (Gn 2:18, 21, 22). “Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (Gn 1:27). Depois disso, Deus os abençoou, dizendo-lhes: “Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, e sobre todo animal que rasteja sobre a terra” (v. 28). O lar do jardim – mais precioso do que qualquer palácio dos dias atuais – foi concedido a Adão e Eva. Ali existiam árvores, vinhedos, flores, montanhas, vales – e tudo havia sido adornado pelo próprio Artífice. Duas árvores especiais – a árvore da vida e a árvore da ciência do bem e do mal – ali se encontravam. Deus concedeu a Adão e Eva plena liberdade para o uso dos frutos daquelas árvores, exceto no que dizia respeito à árvore da ciência do bem e do mal (Gn 2:8, 9, 17).

Completara-se, dessa forma, o evento culminante da criação. Depois desse ato, “viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom” (Gn 1:31).

A origem do homem

Embora a maioria creia, nos dias atuais, que o homem se originou das formas inferiores de vida animal e é o resultado de processos naturais que se estenderam ao longo de bilhões de anos, semelhante ideia não pode, de forma alguma, ser harmonizada com o relato bíblico. O fato de que os seres humanos têm sido sujeitados a um processo de degeneração, é crucial para a visão bíblica da natureza do homem.¹

Deus criou o homem. A origem da raça humana é encontrada em um concílio divino. “Façamos o homem à nossa imagem” (Gn 1:26). O verbo e o pronome aparecem no plural, indicando o trinitarismo da Divindade – Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo (ver capítulo 2 deste livro). Sendo um em propósito, portanto, Deus começou a criação do primeiro ser humano (Gn 1:27).

Criado do pó da terra. Deus formou o homem “do pó da terra” (Gn 2:7), utilizando matéria preexistente mas não outras formas de vida, tais como a de animais marinhos ou animais terrestres. Não foi senão depois de haver

formado cada órgão e colocado a cada um deles em seu devido lugar, que Deus introduziu nele o “fôlego de vida”, que transformou o homem em uma criatura vivente.

Criado segundo o modelo divino. Deus criou todos os outros animais – peixes, pássaros, répteis, insetos, mamíferos, etc. – “segundo as suas espécies” (Gn 1:21, 24, 25). Cada espécie possuía feições que lhe eram características, bem como a habilidade de se reproduzir dentro da espécie. O ser humano, entretanto, foi criado segundo a imagem divina, e não de acordo com algum tipo do reino animal. Disse Deus: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (Gn 1:26). Existe uma clara descontinuidade entre os seres humanos e o reino animal. A listagem genealógica de Lucas descreve a origem da raça humana e expressa a mencionada diferença em termos simples, mas profundos: “Adão, filho de Deus” (Lc 3:38).

A exaltada posição do homem. A criação do homem representou o zênite de todo o processo de criação. Deus incumbiu o homem, criado à imagem do soberano Deus, de tomar conta do planeta Terra e de toda a vida animal. L. Berkhof declara a respeito de Adão: “Era seu dever e privilégio fazer com que toda a natureza e todos os seres criados que se achavam sob seu domínio – subservientes a sua vontade e seus propósitos – contribuíssem para magnificar o poderoso Criador e Senhor do universo (Gn 1:28; Sl 8:4-9).”²

A unidade da raça humana. As genealogias do Gênesis demonstram que as sucessivas gerações que vieram após Adão e Eva, originaram-se do primeiro par. Como seres humanos, todos nós compartilhamos a mesma natureza, que constitui uma unidade genética ou genealógica. Paulo escreveu: “De um só fez [Deus] toda a raça humana para habitar sobre toda a face da terra” (At 17:26).

Adicionalmente, podemos observar outras indicações da unidade orgânica de nossa raça nas assertivas bíblicas de que a transgressão de Adão trouxe o pecado e a morte sobre *todos*, e que a provisão salvífica de Cristo é destinada a *todos* (Rm 5:12, 19; 1Co 15:21, 22).

A unidade da natureza humana

Quais são as porções características dos seres humanos? São eles constituídos de várias partes independentes, tais como um corpo, uma alma e um espírito?

O fôlego de vida. Deus formou “o homem do pó da terra e lhe soprou nas

narinas o fôlego de vida, e o homem passou a ser alma vivente” (Gn 2:7).

Quando Deus converteu os elementos da terra em um ser vivente, “soprou” o “fôlego de vida” nas narinas de Adão, até então um ser inanimado. Esse fôlego de vida é o “sopro do Todo-Poderoso” (Jó 33:4) – a centelha de vida. Podemos compará-la com as correntes de eletricidade que fluem através dos vários componentes elétricos e que convertem um quieto e inanimado painel de vidro, encaixado em uma armação de madeira e metal, em uma vibrante sucessão de cores e ação – sempre que ligamos o botão do televisor. A eletricidade traz som e movimento àquilo que antes não apresentava tais condições.

Homem – uma alma vivente. O que realizou o fôlego de vida? Quando Deus formou o ser humano do pó da terra, todos os órgãos se achavam presentes: coração, pulmões, rins, fígado, baço, cérebro, etc. – todos perfeitos, mas sem vida. Então Deus assoprou seu próprio fôlego de vida para dentro desse ser inanimado, e o homem “tornou-se alma vivente”.

A equação escriturística é muito clara: pó da terra (elementos terrestres) + fôlego de vida = ser vivente ou alma vivente. A união dos elementos da terra com o fôlego de vida resultou em uma criatura vivente, ou alma.

Esse “fôlego de vida” não está limitado às pessoas. Todas as criaturas vivas o possuem. A Bíblia, por exemplo, atribui o fôlego de vida tanto aos animais que entraram na arca de Noé, quanto àqueles que ali não entraram (Gn 7:15, 22).

O termo hebraico de Gênesis 2:7, aqui traduzido como “alma vivente” ou “ser vivente”, é *nephesh chayyah*. Essa expressão não designa exclusivamente o homem, pois também é aplicada a animais marinhos, insetos, répteis e bestas (Gn 1:20, 24; 2:19).

Nephesh, traduzido como “ser” ou “alma”, provém de *naphash*, que significa “respirar”. O termo grego equivalente no Novo Testamento é *psuche*. “Uma vez que a respiração é a mais evidente manifestação de vida, *nephesh* designa basicamente o homem como uma criatura vivente, uma pessoa.”³ Quando utilizada para animais, tal como na história da criação, a palavra os descreve como criaturas viventes, criadas por Deus.

É importante destacar que a Bíblia afirma que o homem *passou a ser* uma alma vivente. Coisa alguma no relatório da criação indica que o homem *recebeu* uma alma – alguma espécie de entidade separada que, na criação, foi unida ao corpo do homem.

Uma unidade indivisível. A importância do relato da criação para a correta compreensão da natureza do homem, não pode ser superestimada. Ao salientar a unidade orgânica do homem, as Escrituras o retratam como um todo. De que forma, pois, a alma e o espírito se relacionam com a natureza do homem?

1. O significado bíblico de alma. Conforme já mencionamos, no Antigo Testamento “alma” é a tradução do hebraico *nephesh*. Em Gênesis 2:7, o termo denota o homem como um ser vivo depois que o fôlego de vida penetrou no corpo físico, formado com os elementos da terra. “Similarmente, uma nova alma vem à existência sempre que nasce uma criança, sendo cada ‘alma’ uma nova unidade de vida, completamente única e distinta de todas as outras unidades similares. Essa qualidade da individualidade em cada ser vivo, o qual constitui uma entidade única, parece ser a ideia enfatizada pelo termo hebraico *nephesh*. Quando utilizado nesse sentido, *nephesh* não representa parte de uma pessoa; é a própria pessoa, sendo, em muitos casos, traduzido exatamente como ‘pessoa’ (Gn 14:21; Nm 5:6; Dt 10:22; cf. Sl 3:2) ou ‘eu’ (a própria pessoa) (Lv 11:43; 1Rs 19:4; Is 46:2).

“Por outro lado, expressões tais como ‘minha alma’, ‘vossa alma’, ‘sua alma’, etc., são geralmente expressões que equivalem aos pronomes pessoais ‘eu’, ‘me’, ‘vós’, ‘ele’, etc. (Gn 12:13; Lv 11:43, 44; 19:8; Js 23:11; Sl 3:2; Jr 37:9). Em mais de 100 ocorrências dentre as 755 do Antigo Testamento, *nephesh* é traduzido como ‘vida’ (Gn 9:4, 5; 1Sm 19:5; Jó 2:4, 6; Sl 31:13).

“Frequentemente *nephesh* se refere a desejos, apetites ou paixões (cf. Dt 23:24; Pv 23:2; Ec 6:7). Pode se referir também à sede das afeições (Gn 34:3; Ct 1:7), e, por vezes, o termo representa a parte volitiva do homem, como quando traduzido por ‘desejo’ (Dt 23:24; Sl 105:22; Jr 34:16). Em Números 31:19, *nephesh* é ‘morte’ e em Juízes 16:30 (traduzido como ‘eu’) ela morre. Em Números 5:2 (‘morto’) e em Números 9:6 (‘corpo morto’) o termo se refere a um cadáver (cf. Lv 19:28; Nm 9:7, 10).

“O uso do termo grego *psuche* no Novo Testamento é similar àquele de *nephesh* no Antigo. É utilizado tanto para a vida animal quanto para a vida humana (Ap 16:3). Na versão Almeida Revista e Atualizada, a palavra é traduzida quarenta e seis vezes como ‘alma’ (Mt 10:28; 11:29; 12:18; 16:26) e quarenta e duas vezes simplesmente como ‘vida’ (Mt 2:20; 6:25; 16:25). Em algumas ocasiões, seu uso se refere simplesmente a ‘pessoas’ (At 2:41; 7:14; 27:37; 1Pe 3:20). Algumas vezes, refere-se a emoções (Mc 14:34), à

mente (Jo 10:24; At 14:2) ou ao ‘coração’ (Ef 6:6).”⁴

Psuche não é imortal, mas sujeita à morte (Ap 16:3). Pode ser destruída (Mt 10:28).

A evidência bíblica indica que, por vezes, *nephesh* e *psuche* podem se referir a toda a pessoa, enquanto noutras oportunidades, o termo se restringe a aspectos particulares do homem, tais como afeições, emoções, apetites e sentimentos. Tal forma de utilização, contudo, de nenhuma maneira demonstra que o ser humano é composto de duas partes distintas. O corpo e a alma existem em conjunto; ambos formam uma união indivisível. A alma não tem existência consciente separada do corpo. Não existe qualquer texto que indique a possibilidade de a alma sobreviver ao corpo, mantendo-se como entidade consciente.

2. O significado bíblico de espírito. Ao passo que o termo hebraico *nephesh* – traduzido como alma – denota individualidade ou personalidade, o termo hebraico *ruach*, encontrado no Antigo Testamento, e que aparece traduzido como espírito, refere-se à energizante centelha de vida que é essencial à existência de um indivíduo. É um termo que representa a energia divina, ou princípio vital, que anima os seres humanos.

“*Ruach* ocorre 377 vezes no Antigo Testamento, e com maior frequência é traduzido como ‘espírito’, ‘vento’ ou ‘fôlego’ (Gn 8:1). É também um termo utilizado para denotar vitalidade (Jz 15:19), coragem (Js 2:11), temperamento ou ira (Jz 8:3), disposição (Is 54:6), caráter moral (Ez 11:19) e a sede das emoções (1Sm 1:15).

“No sentido de respiração, o *ruach* do homem é idêntico ao *ruach* dos animais (Ec 3:19). O *ruach* do homem abandona o corpo por ocasião da morte (Sl 146:4) e retorna a Deus (Ec 12:7; cf. Jó 34:14). *Ruach* é utilizado frequentemente para identificar o Espírito de Deus, como em Isaías 63:10. Jamais no Antigo Testamento, no que diz respeito ao homem, *ruach* denota uma entidade inteligente, capaz de existência independente do corpo físico.

“O equivalente neotestamentário de *ruach* é *pneuma*, ‘espírito’, proveniente de *pneo*, ‘soprar’ ou ‘respirar’. Tal como ocorre com *ruach*, não há coisa alguma inerente à palavra *pneuma* que possa denotar uma entidade capaz de existência consciente separada do corpo, tampouco o uso que o Novo Testamento faz da palavra, com respeito ao homem, de alguma forma implica em tal conceito. Em passagens como Romanos 8:15, 1 Coríntios 4:21, 2

Timóteo 1:7 e 1 João 4:6, *pneuma* denota ‘humor’, ‘atitude’ ou ‘estado de sentimentos’. É também usada em vários aspectos relacionados com a personalidade, como em Gálatas 6:1 e Romanos 12:11. Tal como ocorre com *ruach*, *pneuma* é devolvida ao Senhor por ocasião da morte (Lc 23:46; At 7:59). Tal como ocorre com *ruach*, *pneuma* também aparece em conexão com o Espírito de Deus (1Co 2:11, 14; Ef 4:30; Hb 2:4; 1Pe 1:12; 2Pe 1:21).”⁵

3. Unidade de corpo, alma e espírito. Qual é a relação existente entre corpo, alma e espírito? Qual é a influência desse relacionamento sobre a unidade do homem?

a. União dupla. Embora a Bíblia veja a natureza do homem como uma unidade, ela não define precisamente o relacionamento entre corpo, alma e espírito. Por vezes, alma e espírito são usados como sinônimos. Observe o paralelismo existente na expressão de regozijo de Maria diante do anjo: “A minha alma engrandece ao Senhor, e o meu espírito se alegrou em Deus, meu Salvador” (Lc 1:46, 47).

Em certo momento, o homem é caracterizado por Jesus como corpo e alma (Mt 10:28), e, em outro momento, Paulo o identifica como corpo e espírito (1Co 7:34). No primeiro texto, *alma* se refere às mais elevadas faculdades do homem, presumivelmente a mente, por meio da qual ele se comunica com Deus. No segundo texto, *espírito* é que se refere às mais nobres faculdades. Em ambos os casos, o corpo inclui os aspectos físicos e emocionais da pessoa.

b. União tripla. Existe uma exceção à caracterização geral do homem como sendo composto de uma união dupla. Paulo, que falou da união dupla de corpo e espírito, também falou em termos de uma unidade tripla. Ele declara: “O mesmo Deus da paz vos santifique em tudo; e o vosso espírito, alma e corpo sejam conservados íntegros e irrepreensíveis na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo” (1Ts 5:23). Essa passagem sintetiza o desejo de Paulo de que nenhum dos aspectos da pessoa seja excluído do processo de santificação.

Nessa passagem, *espírito* pode ser compreendido como “o mais elevado princípio de inteligência e pensamentos, do qual o homem está revestido, e por meio do qual Deus pode se comunicar por intermédio do seu Espírito (Rm 8:16). É pela renovação da mente, por intermédio das atividades do Espírito Santo, que o indivíduo é transformado à semelhança de Cristo (Rm 12:1, 2).

“Por ‘alma’ [...] quando distinguido do espírito, pode-se entender a parte da

natureza humana que se expressa por meio dos instintos, das emoções e dos desejos. Esta parte da natureza humana também pode ser santificada. Quando, por meio da obra do Espírito Santo, a mente é levada à conformidade com a mente de Deus, a razão santificada influencia a natureza inferior, os impulsos, que de outra forma seriam contrários a Deus, se sujeitam à vontade dele.”⁶

O corpo, que tanto pode ser controlado pela natureza superior quanto pela inferior, é a constituição física – a carne, o sangue e os ossos.

A sequência apresentada por Paulo – primeiro o espírito, então a alma e finalmente o corpo – não é mera coincidência. Quando o espírito é santificado, a mente se encontra sob o controle divino. A mente santificada, por sua vez, exercerá influência santificadora sobre a alma, ou seja, os desejos, sentimentos e emoções. A pessoa em cuja vida a santificação está presente, não irá abusar do corpo, de modo que a saúde física também florescerá. Portanto, o corpo se torna um instrumento santificado por meio do qual o cristão pode servir a seu Senhor e Salvador. O apelo de Paulo no tocante à santificação acha-se claramente embasado no conceito da unidade da natureza humana e revela que a efetiva preparação para o segundo advento de Cristo necessita do preparo de toda a pessoa – espírito, alma e corpo.

c. União indivisível e harmoniosa. Torna-se claro que todo ser humano é uma união indivisível. Corpo, alma e espírito funcionam em íntima cooperação, revelando um relacionamento intensamente harmonioso entre as faculdades espirituais, mentais e físicas da pessoa. Deficiências em uma área criarão embaraços nas outras duas. Um espírito ou mente doente, impuro, terá efeitos deletérios sobre a saúde física ou emocional da pessoa. O inverso também é verdade. Uma constituição física enfraquecida, doente ou sofredora, em geral, afetará a saúde emocional ou espiritual da pessoa. O impacto que as faculdades exercem umas sobre as outras, significa que todos os indivíduos receberam de Deus a responsabilidade de manter essas mesmas faculdades em suas melhores condições. Proceder assim constitui parte vital no processo de restauração da imagem do Criador na criatura.

Homem à imagem de Deus

Os seres vivos que Deus criou no sexto dia foram feitos “à imagem de Deus” (Gn 1:27). Ser criado à imagem de Deus – o que significa isso?

Criado à imagem e semelhança de Deus. Tem sido frequentemente sugerido que

as dimensões moral e espiritual do homem revelam algo a respeito da natureza moral e espiritual de Deus. Uma vez, porém, que a Bíblia ensina que o homem representa uma unidade indivisível de corpo, mente e alma, as características físicas do homem devem também, em certa medida, refletir a imagem de Deus. Mas... não é Deus um espírito? De que modo poderia um espírito estar associado com alguma forma física?

Um breve estudo a respeito dos anjos mostrará que eles, à semelhança de Deus, são também espíritos (Hb 1:7, 14). Ainda assim, sempre aparecem em forma humana (Gn 18:1-19:22; Dn 9:21; Lc 1:11-38; At 12:5-10). Poderia ocorrer de um ser espiritual possuir um “corpo espiritual” ao qual se associassem forma física e feições (cf. 1Co 15:44)?

A Bíblia indica que algumas pessoas puderam ver partes da pessoa de Deus. Moisés, Arão, Nadabe, Abiú e os setenta anciãos viram seus pés (Êx 24:9-11). Embora Ele se recusasse a mostrar sua face, depois de cobrir Moisés com sua própria mão, Deus permitiu que suas costas fossem vistas enquanto Ele passava (Êx 33:20-23). Deus apareceu a Daniel em uma visão que focalizava cenas do juízo; ali Ele foi visto como o Ancião de Dias, assentado em um trono (Dn 7:9, 10). Cristo é descrito como “a imagem do Deus invisível” (Cl 1:15) “e a expressão exata do seu Ser” (Hb 1:3). Essas passagens parecem indicar que Deus é um ser pessoal e possui forma pessoal. Isso não deveria nos surpreender, uma vez que o homem foi criado à imagem de Deus.

O homem foi criado “um pouco menor do que os anjos” (Hb 2:7), uma indicação de que deve ter sido dotado de dons mentais e espirituais. Embora faltassem a Adão a experiência, visão e caráter desenvolvido, foi feito “reto”, o que deve significar uma referência a sua retidão moral.⁷ Sendo a imagem moral de Deus, era justo e santo (cf. Ef 4:24), e constituía parte daquela criação que Deus identificou como “muito boa” (Gn 1:31).

Uma vez que o homem foi criado à imagem moral de Deus, foi-lhe dada oportunidade de demonstrar seu amor e lealdade a seu Criador. Tal como Deus, possuía a liberdade de escolha – o direito de pensar e agir de acordo com imperativos morais. Assim, ele se achava livre para amar e obedecer ou para desconfiar e desobedecer. Deus teve de correr o risco de ver o homem assumir a decisão errada, pois tão somente a liberdade de escolha poderia levar o homem a demonstrar plenamente o princípio do amor que representa a essência do próprio Deus (1Jo 4:8). O destino do homem era alcançar a

mais elevada expressão da imagem de Deus: amar a Deus de todo o seu coração, alma e mente, e amar aos outros como a si mesmo (Mt 22:36-40).

Criado para o relacionamento com outros. Disse Deus: “Não é bom que o homem esteja só” (Gn 2:18), pelo que fez Eva. Da mesma forma como os três membros da Divindade se acham unidos por meio de amorável relacionamento, assim fomos nós criados para o companheirismo encontrado na amizade e no matrimônio. Através de tal relacionamento, temos a oportunidade de viver em favor de outros. Ser genuinamente humano significa ser orientado no sentido de relacionamento com outros. O desenvolvimento desse aspecto da imagem de Deus é uma parte da harmonia e prosperidade do reino de Deus.

Criado para ser o administrador do ambiente. Disse Deus: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra” (Gn 1:26). Aqui Deus menciona a imagem divina do homem em termos de seu domínio sobre todas as formas de vida criadas por Ele. Foi na qualidade de representante de Deus que o homem foi colocado como regente das formas inferiores de vida. O reino animal não é capaz de entender a soberania de Deus, mas muitos animais são capazes de amar e servir o ser humano.

Davi, referindo-se ao domínio do homem, declara: “Deste-lhe domínio sobre as obras da tua mão e sob seus pés tudo lhe puseste” (Sl 8:6-8). A elevada posição do homem era um indicativo da glória e honra com as quais foi ele criado (Sl 8:5). Era sua responsabilidade governar graciosamente sobre o mundo, refletindo a imagem do beneficente governo de Deus sobre todo o universo. Portanto, não somos vítimas das circunstâncias, dominados pelas forças do meio ambiente. Pelo contrário, Deus nos comissionou a contribuirmos positivamente para a configuração do ambiente, ao utilizarmos cada situação na qual somos colocados como uma oportunidade para levar à realização da vontade de Deus.

Esses pensamentos proveem a chave capaz de melhorar as relações humanas em um mundo em que as rupturas são abundantes. Também encontramos aí a resposta para a devastação egoísta dos recursos naturais e da desconsiderada poluição do ar e da água, o que tem levado à crescente deterioração da qualidade de vida. A adoção da perspectiva bíblica no tocante à natureza humana, provê a única segurança de um futuro próspero.

Criado para imitar a Deus. Como seres humanos, devemos agir à semelhança de Deus, pois fomos feitos à sua semelhança. Embora sejamos humanos, e não divinos, devemos refletir o nosso Criador, dentro de nossos limites, sob todas as formas possíveis. O quarto mandamento apela a esta obrigação: devemos seguir o exemplo de nosso Autor trabalhando seis dias e descansando no sétimo (Êx 20:8-11).

Criado com imortalidade condicional. Na criação, os nossos primeiros pais receberam a imortalidade, embora sua conservação estivesse condicionada à obediência. Tendo recebido acesso à árvore da vida, eles se destinavam a viver para sempre. A única forma pela qual poderiam ameaçar seu estado de imortalidade, seria pela transgressão da ordem que lhes proibia comer da árvore da ciência do bem e do mal. Desobediência que os levaria à morte (Gn 2:17; cf. Gn 3:22).

A queda

Embora tivessem sido criados perfeitos e à imagem de Deus, e ainda tivessem sido colocados em um ambiente perfeito, Adão e Eva se tornaram transgressores. De que forma ocorreu uma transformação tão radical e tão terrível?

A origem do pecado. Se Deus criou um mundo perfeito, de que modo pôde aparecer o pecado?

1. Deus e a origem do pecado. Porventura é Deus, o Criador, também o autor do pecado? A Escritura salienta que Deus é santopor natureza (Is 6:3) e que nele não existe qualquer injustiça. “Suas obras são perfeitas, porque todos os seus caminhos são juízo; Deus é fidelidade, e não há nele injustiça; é justo e reto” (Dt 32:4). A Escritura afirma ainda: “Longe de Deus o praticar Ele a perversidade, e do Todo-Poderoso o cometer injustiça” (Jó 34:10). “Deus não pode ser tentado pelo mal e Ele mesmo a ninguém tenta” (Tg 1:13); Ele odeia o pecado (Sl 5:4; 11:5). A criação original de Deus era “muito boa” (Gn 1:31). Portanto, longe dele está a autoria do pecado, pois Ele é o “Autor da salvação eterna para todos os que lhe obedecem” (Hb 5:9).

2. O autor do pecado. Deus poderia ter evitado o surgimento do pecado, e, para tanto, bastaria que houvesse criado um universo de robôs, que tão somente pudessem fazer aquilo para o que estivessem programados. Mas o amor de Deus demandava que suas criaturas tivessem o direito de responder livremente a seu amor – e tal tipo de resposta somente é possível quando os

seres possuem a liberdade de escolha.

Ao prover sua criação com esse tipo de liberdade, Deus correu o risco de que alguma de suas criaturas se voltasse contra Ele. Desgraçadamente, Lúcifer – um ser muitíssimo exaltado no mundo angélico – tornou-se orgulhoso (Ez 28:17; cf. 1Tm 3:6). Insatisfeito com a posição que ocupava no governo de Deus (cf. Jd 6), ele começou a cobiçar o lugar do próprio Deus (Is 14:12-14). Em uma tentativa para assumir o controle do universo, esse anjo caído semeou descontentamento entre seus companheiros anjos, chegando a obter a simpatia de muitos deles. O conflito celestial daí resultante finalizou quando Lúcifer, agora conhecido como Satanás, o adversário, foi expulso do Céu junto com seus anjos (Ap 12:4, 7-9; ver também capítulo 8).

3. A origem do pecado na raça humana. Não tendo sido detido em seus maus propósitos mediante a expulsão que enfrentou no Céu, Satanás tomou a decisão de instigar outros na rebelião contra o governo de Deus. Sua atenção foi desviada para a recém-criada raça humana. De que forma poderia ele levar Adão e Eva à rebelião contra Deus? Eles viviam em um mundo perfeito, no qual todas as suas necessidades eram supridas pelo Criador. De que forma poderiam chegar a se sentir descontentes e a desconfiar daquele que era a fonte de sua felicidade? O registro do primeiro pecado provê a resposta.

Em seu assalto aos primeiros seres humanos, Satanás decidiu apanhá-los com as defesas em baixa. Aproximando-se de Eva, quando esta se achava nas proximidades da árvore da ciência do bem e do mal, Satanás – disfarçado de serpente – questionou-a com relação à proibição divina relativa ao uso do fruto daquela árvore que diante dela se encontrava. Quando Eva afirmou que Deus dissera que eles morreriam caso comessem do fruto da árvore, Satanás desafiou a proibição divina, dizendo: “Certamente não morrereis.” Ele despertou a curiosidade da mulher, sugerindo que Deus estava tentando privá-los de uma nova e extraordinária experiência: tornarem-se iguais a Deus (Gn 3:4, 5). Imediatamente surgiram dúvidas quanto à lisura do caráter de Deus. Eva se tornou presunçosa com as grandes possibilidades que o fruto parecia oferecer. A tentação começou a funcionar arrasadoramente em sua mente santificada. A crença nas palavras de Deus se converteu agora em crença nas palavras de Satanás. Repentinamente ela começou a imaginar “que a árvore era boa para se comer, agradável aos olhos e árvore desejável para dar entendimento”. Descontente com sua posição, cedeu à tentação de se tornar igual a Deus. “Tomou-lhe do fruto e comeu e deu também ao marido, e

ele comeu” (Gn 3:6).

Confiando em seus sentimentos, ao invés de confiar na palavra de Deus, Eva rompeu sua dependência de Deus, decaiu de sua elevada posição e mergulhou no pecado. A queda da raça humana, portanto – quer em sua primeira experiência, quer em todas as oportunidades subsequentes – foi caracterizada pela quebra da fé em Deus e em sua palavra. Essa descrença conduz à desobediência, resultando em um relacionamento rompido e, finalmente, na separação entre Deus e o homem.

O impacto do pecado. Quais foram as consequências imediatas e as de longo prazo, do pecado? De que forma essa experiência afetou a natureza humana? Qual é a perspectiva de eliminar o pecado e melhorar a natureza humana?

1. As consequências imediatas. A primeira consequência do pecado foi a alteração da natureza humana, a qual afetou os relacionamentos interpessoais, bem como o relacionamento de Adão e Eva com Deus. A experiência nova e extasiante fez com que Adão e Eva abrissem de fato os olhos e percebessem que estavam nus, sentindo vergonha um do outro (Gn 3:7). Em vez de se tornarem iguais a Deus, conforme prometera Satanás, eles se tornaram temerosos e tentaram se esconder (Gn 3:8-10).

Quando Deus interrogou Adão e Eva no tocante a seu pecado, em vez de admitir sua culpa eles tentaram passar adiante a responsabilidade. Adão respondeu: “A mulher que me deste por esposa, ela me deu da árvore, e eu comi” (Gn 3:12). Suas palavras implicavam em que Eva – e, indiretamente, o próprio Deus – era a responsável pelo seu pecado, mostrando claramente que o pecado interrompera seu relacionamento com sua esposa e com o próprio Criador. Eva, por sua vez, culpou a serpente (Gn 3:13).

As horrendas consequências que sobrevieram a nossos primeiros pais, revelam a gravidade de sua transgressão. Deus amaldiçoou o médium de Satanás, a serpente, condenando-a a rastejar sobre a terra, como perpétua recordação da queda (Gn 3:14). À mulher Deus disse: “Multiplicarei sobremodo os sofrimentos da tua gravidez; em meio de dores darás à luz filhos; o teu desejo será para o teu marido, e ele te governará” (Gn 3:16). E pelo fato de haver escutado a voz de sua mulher, em desatenção à voz de Deus, Adão teve de ouvir a maldição a que a terra estaria sujeita por sua causa; seus labores e ansiedades seriam aumentados: “Maldita é a terra por tua causa; em fadigas obterás dela o sustento durante os dias de tua vida. Ela produzirá também cardos e abrolhos, e tu comerás a erva do campo. No suor

do rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela foste formado; porque tu és pó e ao pó tornarás” (Gn 3:17-19).

Ao reafirmar a imutabilidade de sua lei e o fato de que qualquer transgressão da mesma conduziria certamente à morte, Deus disse: “Porque tu és pó, e ao pó tornarás” (Gn 3:19). Ele executou seu veredito expulsando os transgressores de seu lar edênico, interrompendo também a sua comunicação direta com Deus (Gn 3:8) e evitando, assim, que eles tornassem a fazer uso da árvore da vida, fonte de vida eterna. Assim foi que Adão e Eva se tornaram sujeitos à morte (Gn 3:22).

2. O caráter do pecado. Muitas passagens escriturísticas, incluindo particularmente o relato da queda, tornam claro que o pecado é um mal moral – o resultado de um agente moral livre que decide violar a vontade revelada de Deus (Gn 3:1-6; Rm 1:18-22).

a. Definição de pecado. A definição bíblica de pecado o apresenta como “a transgressão da lei” (1Jo 3:4), uma falha nas ações de qualquer um “que sabe que deve fazer o bem e não o faz” (Tg 4:17), bem como “tudo o que não provém de fé” (Rm 14:23). Uma definição abrangente de pecado é: “Qualquer desvio da conhecida vontade de Deus, quer seja por negligência em fazer aquilo que Ele ordena seja feito, quer seja por fazer aquilo que Ele proíbe especificamente.”⁸

O pecado não conhece a neutralidade. Cristo declara: “Quem não é por mim é contra mim” (Mt 12:30). Deixar de crer nele é pecado (Jo 16:9). O pecado é absoluto em seu caráter porque é a rebelião contra Deus e sua vontade manifestada. Qualquer pecado, pequeno ou grande, resulta no veredito “culpado”. Portanto, “qualquer que guarda toda a lei, mas tropeça em um só ponto, se torna culpado de todos” (Tg 2:10).

b. O pecado envolve tanto pensamentos quanto ações. Frequentemente ouvimos referências ao pecado como sendo apenas os atos concretos e visíveis de transgressão da lei. Mas Cristo afirmou que qualquer manifestação de ira contra alguém viola o sexto mandamento do decálogo – “Não matarás” (Êx 20:13). Já os desejos pecaminosos transgridem o sétimo mandamento – “Não adulterarás” (Êx 20:14). Portanto, o pecado envolve não apenas a desobediência aberta, manifestada em ações, como também os pensamentos e desejos.

c. Pecado e culpa. O pecado produz culpa. Sob a perspectiva bíblica, culpa significa que alguém que cometeu pecado está sujeito à punição. Uma vez

que todos somos pecadores, o mundo inteiro acha-se “culpável perante Deus” (Rm 3:19).

Se não tratada corretamente, a culpa devasta as faculdades físicas, mentais e espirituais. Em última análise, se não solucionada, a culpa produz morte – uma vez que “o salário do pecado é a morte” (Rm 6:23).

O antídoto para a culpa é o perdão (Mt 6:12), o qual resulta em consciência limpa e paz mental. A disposição perdoadora de Deus anseia por garantir o perdão aos pecadores arrependidos. Cristo convida graciosamente a raça culpada e subjugada pelo pecado: “Vinde a mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e Eu vos aliviarei” (Mt 11:28).

d. O centro de controle do pecado. A sede do pecado é aquilo que a Bíblia identifica como “coração” – o mesmo que hoje chamamos “mente”. Do coração “procedem as saídas da vida” (Pv 4:23). Cristo revela que são os pensamentos da pessoa que contaminam, “porque do coração procedem maus desígnios, homicídios, adultérios, prostituição, furtos, falsos testemunhos, blasfêmias” (Mt 15:19). É por meio do coração que a pessoa inteira – o intelecto, a vontade, as afeições, emoções e o corpo – são influenciados. Uma vez que o coração é enganoso, “mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto” (Jr 17:9), a natureza humana pode ser descrita como corrupta, depravada e inteiramente pecaminosa.

3. Efeitos do pecado sobre a humanidade. Alguns poderão imaginar que a sentença de morte foi demasiado severa para a penalidade de comer um fruto proibido. Entretanto, somente podemos avaliar a gravidade da transgressão à luz dos efeitos que o pecado de Adão e Eva ocasionaram sobre a raça humana.

O filho mais velho de Adão e Eva cometeu assassinato. Seus descendentes em breve estavam violando a sagrada união matrimonial e se envolvendo em poligamia; não demorou muito para que a maldade e a violência tomassem conta da Terra (Gn 4:8, 23; 6:1-5, 11-13). Os apelos divinos para que se praticasse arrependimento e reforma não foram atendidos, e apenas oito pessoas foram salvas das águas do dilúvio, que destruíram os impenitentes. A história da raça humana após o dilúvio, com poucas exceções, representa um deplorável relato de resultados crescentes da pecaminosa natureza humana.

a. A pecaminosidade universal da humanidade. A história revela que os descendentes de Adão compartilharam da pecaminosidade de sua natureza. Davi assim se expressou em oração: “À tua vista não há justo nenhum

vivente” (Sl 143:2; cf. 14:3). “Pois não há homem que não peque” (1Rs 8:46). Salomão acrescentou: “Quem pode dizer: Purifiquei o meu coração, limpo estou do meu pecado?” (Pv 20:9). “Não há homem justo sobre a terra que faça o bem e que não peque” (Ec 7:20). O Novo Testamento é igualmente claro ao declarar que “todos pecaram e carecem da glória de Deus” (Rm 3:23) e que “se dissermos que não temos pecado nenhum, a nós mesmos nos enganamos, e a verdade não está em nós” (1Jo 1:8).

b. É a pecaminosidade herdada ou adquirida? Paulo observou que “em Adão, todos morrem” (1Co 15:22). Em outro ponto, ele mostra que “Assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (Rm 5:12).

A corrupção do coração humano afeta a pessoa em sua totalidade. É à luz dessa realidade que Jó exclama: “Quem da imundícia poderá tirar coisa pura? Ninguém!” (Jó 14:4). Davi observou: “Eu nasci na iniquidade, em pecado me concebeu minha mãe” (Sl 51:5). Paulo afirmou que “o pendor da carne é inimizado contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar. Portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus” (Rm 8:7, 8). Antes da conversão, o apóstolo salienta, os crentes eram “por natureza, filhos da ira” (Ef 2:3), assim como o restante da humanidade.

Embora, como crianças, adquiramos comportamento pecaminoso pela imitação, os textos anteriores afirmaram que já herdamos nossa pecaminosidade básica. A universal pecaminosidade da raça humana constitui evidência de que por natureza tendemos ao mal, e não ao bem.

c. A erradicação do comportamento pecaminoso. Quão bem-sucedidas conseguem ser as pessoas na remoção do pecado de sua vida e da sociedade?

Todos os esforços para se alcançar uma vida de justiça pelos próprios méritos, são condenados. Cristo declarou que todos aqueles que pecaram são “escravos do pecado”. Somente o poder divino pode nos emancipar dessa escravidão. Entretanto, Cristo nos assegura: “Se o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres” (Jo 8:36). Ele disse que somente seremos capazes de produzir a justiça se permanecermos nele, porque “sem mim nada podeis fazer” (Jo 15:4, 5).

Até mesmo o apóstolo Paulo fracassou na tentativa de desenvolver vida justa por seus esforços. Ele conhecia o perfeito padrão da lei de Deus, mas não se sentia habilitado a preenchê-lo. Ao recapitular os esforços que havia

empreendido, declarou: “Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e sim o que detesto.” “Porque não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço.” Depois salientou o impacto do pecado sobre sua vida: “Mas, se eu faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, e sim o pecado que habita em mim.” A despeito de seus fracassos, ele admirava o perfeito padrão de Deus, dizendo: “Porque, no tocante ao homem interior, tenho prazer na lei de Deus; mas vejo, nos meus membros, outra lei que, guerreando contra a lei de minha mente, me faz prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros. Desventurado homem que sou! Quem me livrará do corpo desta morte?” (Rm 7:15, 19, 20, 22-24).

Paulo finalmente compreendeu que era necessário o poder divino para torná-lo vitorioso. Por intermédio de Cristo, deixou de lado a vida segundo a carne e começou uma nova vida de acordo com o Espírito (Rm 7:25; 8:1).

Essa nova vida segundo o Espírito é o transformador dom de Deus. Pela graça divina, nós que estamos “mortos” “nos delitos e pecados”, nos tornamos vitoriosos (Ef 2:1, 3, 8-10). O novo nascimento espiritual transforma de tal modo a vida (Jo 1:13; 3:5) que podemos até mesmo falar de uma nova criação – as “coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas” (2Co 5:17). A vida renovada, contudo, não exclui a possibilidade de se cometer pecado (1Jo 2:1).

4. Evolução e queda do homem. Desde o início, Satanás tem confundido muitos por meio do enfraquecimento da confiança destes nos relatos escriturísticos da origem da raça humana e da queda do homem. Poderíamos identificar a evolução como a visão “natural” da humanidade, um ponto de vista baseado na presunção de que a vida começou por acaso e que os humanos, através de um longo processo evolucionista, emergiram a partir de formas inferiores de vida. Por intermédio de um processo de sobrevivência dos mais capazes, a vida evoluiu até atingir o presente estágio. Uma vez que os seres humanos ainda não atingiram seu pleno potencial, encontram-se em pleno processo evolutivo.

Crescente número de cristãos têm adotado a evolução teísta, segundo a qual Deus utilizou a evolução para operar a criação relatada em Gênesis. Aqueles que aceitam a evolução teísta não veem os primeiros capítulos de Gênesis como sendo literais; consideram-nos, antes, como alegoria ou mito.

a. A visão bíblica do homem e da evolução. Cristãos criacionistas se preocupam

com o impacto da teoria evolucionista sobre a fé cristã. James Orr escreveu: “O cristianismo defronta-se, hoje, não com ataques isolados contra algumas de suas doutrinas, [...] mas com uma visão oposta global e estrutural do mundo, que pretende repousar sobre fundamentos científicos, habilmente construída e defendida, e que em suas ideias fundamentais golpeia as próprias raízes do sistema cristão.”⁹

A Bíblia rejeita a interpretação alegórica ou mítica do Gênesis. Os escritores bíblicos sempre interpretaram Gênesis 1 a 11 como sendo história literal. Adão, Eva, a serpente e Satanás são todos vistos como personagens históricos no drama da grande controvérsia (Jó 31:33; Ec 7:29; Mt 19:4, 5; Jo 8:44; Rm 5:12, 18, 19; 2Co 11:3; 1Tm 2:14; Ap 12:9).

b. Calvário e evolução. A evolução, qualquer que seja a sua forma ou versão, contradiz os fundamentos básicos do cristianismo. Ou, conforme assegurou Leonard Verduin: “Em lugar da história de uma ‘queda’, aparece a história de uma ‘ascensão’.”¹⁰ Cristianismo e evolução encontram-se em diametral oposição. Ou nossos primeiros pais foram criados à imagem de Deus e experimentaram a queda nas malhas do pecado, ou isso não aconteceu. Se não aconteceu, que razão há para sermos cristãos?

O Calvário questiona da forma mais radical a evolução. Se não existiu queda, por que haveria necessidade de Cristo morrer em nosso lugar? Não é apenas a morte em geral, mas particularmente a morte de Cristo que afirma que nem tudo vai bem com a humanidade. Deixados por nossa própria conta, continuaríamos em processo de deterioração até que a raça humana fosse aniquilada.

Nossa esperança repousa sobre o Homem que foi pendurado no Calvário. Tão somente a sua morte nos abre a possibilidade de uma vida melhor e mais ampla, e que jamais terá fim. O Calvário declara que necessitamos de um substituto para que possamos ser libertos.

c. A encarnação e a evolução. Talvez a demanda criação-versus-evolução seja melhor respondida quando contemplamos a humanidade sob o ponto de vista da encarnação. Ao fazer com que Cristo, o segundo Adão, ingressasse na história, Deus se encontrava em plena obra criadora. Se Deus foi capaz de mostrar seu milagre supremo, não deveria haver qualquer questionamento quanto à sua capacidade de formar o primeiro Adão.

d. Proveio o homem das eras? Os evolucionistas destacam, com frequência, o enorme progresso científico ocorrido nos últimos séculos como constituindo

evidência de que o homem parece o árbitro de seu próprio destino. Se a ciência é capaz de suprir todas as suas necessidades, desde que lhe seja concedido tempo suficiente, o homem será capaz de resolver todos os problemas do mundo.

Contudo, há que se observar que o papel messiânico da tecnologia está enfrentando crescente ceticismo – pois a verdade é que a tecnologia lançou o planeta às bordas da aniquilação. A humanidade fracassou completamente na subjugação e no controle do coração pecaminoso. Consequentemente, todo o progresso científico tão somente conseguiu tornar o mundo mais perigoso.

De modo crescente, as filosofias do niilismo e do desespero parecem válidas. A expressão de Alexander Pope: “A esperança borbulha eternamente no coração humano”, soa hoje como algo irreal. Jó possuía uma visão mais acurada da realidade – o tempo passa enquanto os dias “se findam sem esperança” (Jó 7:6). O mundo dos homens corre em direção descendente. Alguém deverá aparecer de fora dos quadros da história humana, invadi-la e trazer à luz uma nova realidade.

Raios de esperança. Quão grande se tornou a depravação da humanidade? Na cruz os seres humanos assassinaram seu Criador – o parricídio extremo! Mas Deus não deixou a humanidade sem esperança.

Davi contemplou as possibilidades humanas na criação. Impressionado inicialmente com a vastidão do universo, ele considerou o ser humano como insignificante. Percebeu, então, a verdadeira posição da humanidade. Referindo-se à presente relação do homem com Deus, ele disse: “Fizeste-o, no entanto, por um pouco, menor do que Deus e de glória e de honra o coroaste. Deste-lhe domínio sobre as obras da tua mão e sob seus pés tudo lhe puseste” (Sl 8:5, 6; cf. Hb 2:7).

A despeito da queda, resta ainda um senso de dignidade humana. Em-bora obliterada, a semelhança divina não foi completamente extinta. Embora decaído, corrupto, pecaminoso, o homem ainda é o representante de Deus na terra. Sua natureza é menos que divina, mas ele ainda mantém a elevada posição de encarregado divino da criação terrestre. Ao perceber isso, Davi respondeu com louvor e ações de graças: “Ó Senhor, Senhor nosso, quão magnífico em toda a terra é o teu nome!” (Sl 8:9).

O concerto da graça

Por meio da transgressão, o primeiro par se tornou pecador. Não mais tendo

forças para resistir a Satanás, poderiam eles algum dia se libertar outra vez, ou seriam deixados a perecer? Haveria alguma esperança?

O concerto firmado por ocasião da queda. Antes que Deus pronunciasse a punição que deveria recair sobre o casal pecador, Ele lhes proveu esperança, ao lhes apresentar o concerto da graça. Disse Deus: “Porei inimizade entre ti [Satanás] e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar” (Gn 3:15).

A mensagem de Deus trouxe encorajamento porque anunciou que, embora Satanás houvesse conseguido subjugar a humanidade sob sua maligna sedução, em última análise ele seria derrotado. O concerto foi feito entre Deus e a humanidade. Em primeiro lugar, Deus prometeu, por meio de sua graça, um baluarte contra o pecado. Ele criaria profunda inimizade entre a serpente e a mulher; entre os seguidores de Satanás e o povo de Deus. Isso haveria de tornar negativas as relações entre o homem e Satanás, abrindo caminho para um novo relacionamento do homem com Deus.

Através dos séculos, deveria prosseguir a guerra entre a igreja de Deus e Satanás. O conflito atingiria a culminância por ocasião da morte de Jesus Cristo, que era a personificação profetizada da Semente da mulher. No Calvário, Satanás foi derrotado. Embora a Semente da mulher fosse ferida, o autor do mal havia sido derrotado.

Todos os que aceitam o oferecimento da graça divina experimentarão profunda inimizade contra o pecado, e esta os tornará vitoriosos na batalha contra Satanás. Pela fé, compartilharão da vitória do Salvador no Calvário.

O concerto estabelecido antes da criação. O concerto da graça não foi desenvolvido após a queda. As Escrituras salientam que, mesmo antes da criação, a Divindade já havia estabelecido entre si o concerto de que a raça humana seria resgatada, caso viesse a cair em pecado. Paulo diz que Deus “nos escolheu nele [em Cristo] antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante Ele, e em amor nos predestinou para Ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade, para louvor da glória de sua graça, que Ele nos concedeu gratuitamente no Amado” (Ef 1:4-6; cf. 2Tm 1:9). Falando acerca do sacrifício expiatório de Cristo, Pedro disse que ele foi “conhecido, com efeito, antes da fundação do mundo, porém manifestado no fim dos tempos, por amor de vós” (1Pe 1:20).

O concerto se baseou em um fundamento inamovível: a promessa e o

juramento do próprio Deus (Hb 6:18). Jesus Cristo foi o fiador do concerto (Hb 7:22). Fiador é alguém que assume o débito ou obrigação no caso de o devedor não poder saldar a dívida. Cristo servindo como fiador significava que, se o ser humano caísse em pecado, Ele teria de suportar a punição. Ele pagaria o preço pela redenção de seus pecados; faria propiciação por eles; preencheria os requisitos da lei divina violada. Nenhum ser humano ou anjo celestial poderia assumir tal responsabilidade. Somente Cristo, o Criador, o cabeça e representante da raça, poderia assumir tão pesado fardo (Rm 5:12-21; 1Co 15:22).

O Filho de Deus é não apenas o fiador do concerto; é também o mediador ou executor. A própria descrição de sua missão como o Filho do homem encarnado revela esse aspecto de seu papel. Ele disse: “Porque Eu desci do céu, não para fazer a minha própria vontade, e sim a vontade daquele que me enviou” (Jo 6:38; cf. 5:30, 43). A vontade do Pai “é que todo homem que vir o Filho e nele crer tenha a vida eterna” (Jo 6:40). Completando o pensamento, Ele mostrou que “a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste” (Jo 17:3). Ao final de sua missão, Ele testemunhou quanto ao cumprimento que dera à comissão do Pai, dizendo: “Eu te glorifiquei na terra, consumando a obra que me confiaste para fazer” (Jo 17:4).

Na cruz, Jesus Cristo preencheu plenamente o papel de fiador que assumira no concerto, em favor do ser humano. Seu brado: “Está consumado!” (Jo 19:30) assinalou o completo preenchimento de sua missão. Com sua própria vida Ele havia pago a penalidade que a violada lei de Deus requeria, garantindo a salvação para a raça humana arrependida. Naquele momento, o sangue de Cristo ratificou o concerto da graça. Por meio da fé em seu sangue expiator, os pecadores arrependidos poderiam ser adotados como filhos e filhas de Deus, tornando-se, dessa forma, herdeiros da vida eterna.

Esse concerto de graça demonstra o infinito amor de Deus pela humanidade. Estabelecido antes da criação, o concerto foi revelado após a queda. Naquela oportunidade, em um sentido muito especial, Deus e a humanidade se tornaram parceiros.

A renovação do concerto. Desgraçadamente a humanidade rejeitou o magnífico concerto da graça tanto antes quanto depois do dilúvio (Gn 6:1-8; 11:1-9). Quando Deus ofereceu novamente o concerto, fê-lo por meio de Abraão. Novamente Ele afirmou a promessa da redenção: “[Na tua

descendência] serão benditas todas as nações da terra, porquanto obedeceste à minha voz” (Gn 22:18; cf. 12:3; 18:18).

As Escrituras dão especial destaque à fidelidade de Abraão às condições do concerto. Abraão creu em Deus e “isso lhe foi imputado para justiça” (Gn 15:6). Que a participação de Abraão nas bênçãos do concerto – ainda que alicerçada na graça de Deus – também dependia de sua obediência às condições, é um bom indicador de que o concerto mantém a autoridade da lei de Deus (Gn 17:1; 26:5).

A fé de Abraão foi de tal qualidade, que lhe foi atribuído o título de “pai de todos os que creem” (Rm 4:11). Ele é o modelo que Deus utilizou para a justificação pela fé que se autorrevela pela obediência (Rm 4:2, 3; Tg 2:23, 24). O concerto da graça não derramou automaticamente suas bênçãos sobre os descendentes naturais de Abraão, mas apenas sobre aqueles que seguiram seu exemplo de fé. “Sabei, pois, que os da fé é que são filhos de Abraão” (Gl 3:7). Cada indivíduo que vive na Terra, pode experimentar as promessas de salvação do concerto, mediante o preenchimento das condições: “Se sois de Cristo, também sois descendentes de Abraão e herdeiros segundo a promessa” (Gl 3:29). Do lado divino do concerto, no Sinai, ocorreu uma renovação do concerto de graça feito com Abraão. Esse concerto sinaítico tem sido também identificado como “a primeira aliança” (Hb 9:1). Mas Israel o perverteu, transformando-o em um concerto de obras (Gl 4:22-31).

O novo concerto. Passagens escriturísticas posteriores falam de “um novo ou melhor concerto”.¹¹ Ao assim fazê-lo, esses textos não querem dizer que o concerto eterno havia sido modificado, e sim que (1) por meio da infidelidade de Israel o eterno concerto de Deus havia-se pervertido, caindo em um sistema de obras; (2) este se achava associado com uma nova revelação do amor de Deus, manifestada na encarnação, vida, morte, ressurreição e mediação de Jesus Cristo (cf. Hb 8:6-13); e (3) não foi senão na cruz que este concerto recebeu a ratificação por meio do sangue de Cristo (Dn 9:27; Lc 22:20; Rm 15:8; Hb 9:11-22).¹²

É grandioso o oferecimento deste concerto àqueles que o aceitam. Pela graça de Deus, ele lhes oferece o perdão de seus pecados. Oferece também o trabalho do Espírito Santo, que escreverá os dez mandamentos sobre seus corações e fará restaurar nos pecadores arrependidos a imagem de seu Autor (Jr 31:33). A experiência do novo concerto, ou novo nascimento, traz consigo a justiça de Cristo e a experiência da justificação pela fé.

A renovação do coração que o concerto propicia, transforma indivíduos de tal modo que passam a produzir os frutos do Espírito: “amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio” (Gl 5:22, 23). Pelo poder da salvadora graça de Cristo, eles poderão andar como Cristo andou, desfrutando diariamente das coisas que agradam a Deus (Jo 8:29). A única esperança da humanidade decaída é aceitar o convite de Deus e entrar com Ele no concerto da graça. Por meio da fé em Cristo Jesus, podemos experimentar esse relacionamento que nos assegura adoção como filhos de Deus e herdeiros com Cristo em seu reino.

¹ A doutrina do homem tem sido um termo teológico há muito tempo utilizado para discutir os componentes da família humana. Nessa discussão, “homem” não necessariamente significa “sexo masculino”, com exclusão do sexo feminino, mas o termo foi mantido devido à facilidade de uso e em continuidade à tradição e semântica teológicas.

² Berkhof, *Systematic Theology*, p. 183.

³ “Soul”, *SDA Encyclopedia*, edição revista, p. 1361.

⁴ “Soul”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 1061.

⁵ *Ibid.*, p. 1064.

⁶ *CBASD*, v. 7, p. 259.

⁷ *Ibid.*, v. 3, p. 1232.

⁸ “Sin, I”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 1042.

⁹ James Orr, *God’s Image in Man* (Grand Rapids: Eerdmans, 1948), p. 3, 4.

¹⁰ Leonard Verduin, *Somewhat Less than God: The Biblical View of Man* (Grand Rapids: Eerdmans, 1970), p. 69.

¹¹ O Novo Testamento associa a experiência de Israel no Monte Sinai com o velho concerto (Gl 4:24, 25). No Sinai, Deus renovou seu eterno concerto de graça a seu povo que havia sido libertado (1Cr 16:14-17; Sl 105:8-11; Gl 3:15-17). Deus lhes prometeu: “Se diligentemente ouvirdes a minha voz, e guardardes a minha aliança, então sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos; porque toda a terra é minha; vós me sereis reino de sacerdotes e nação santa” (Êx 19:5, 6; cf. Gn 17:7, 9, 19). O concerto se baseava na justificação pela fé (Rm 10:6-8; Dt 30:11-14) e a lei deveria ser escrita em seus corações (Dt 6:4-6; 30:14).

O concerto da graça está sempre sujeito à perversão, e isso ocorre quando os crentes se voltam para um sistema de salvação pelas obras. Paulo utilizou a falta de fé de Abraão em Deus – a dependência dele em relação a suas próprias obras para a solução de problemas – como uma ilustração do velho concerto (Gn 16; 12:10-20; 20; Gl 4:22-25). Efetivamente, a experiência da justificação pelas obras existe desde que o pecado entrou no mundo, quando o concerto eterno foi quebrado (Os 6:7).

Ao longo da história de Israel, a maioria do povo tentou “estabelecer sua própria justiça” através das “obras da lei” (Rm 9:30-10:4). Eles viviam de acordo com a letra, não de acordo com o Espírito (2Co 3:6). Tentando justificar-se a si mesmos por meio da lei (Gl 5:4), viviam sob a condenação da lei e achavam-se em escravidão, não em liberdade (Gl 4:21-23). Assim eles perverteram o concerto do Sinai.

O livro aos Hebreus aplica o primeiro (ou velho) concerto à experiência de Israel desde o Sinai, e revela sua natureza temporária. O livro mostra que o sacerdócio levítico era temporário, desempenhando uma função simbólica até que a realidade de Cristo chegasse (Hb 9, 10). Lamentavelmente, muitos deixaram de perceber que as cerimônias, eram, em si mesmas, sem valor (Hb 10:1). A firme adesão ao sistema de “sombas” fez com que, quando o tipo encontrou o antítipo – quando a sombra se defrontou com a realidade –, a verdadeira missão de Cristo fosse distorcida. É por essa razão que o livro utiliza linguagem tão forte para salientar a superioridade do novo ou melhor concerto em relação ao concerto sinaítico.

O velho concerto pode, portanto, ser descrito em termos negativos ou positivos. Negativamente, refere-se à perversão do povo no tocante à compreensão do eterno concerto de Deus. Positivamente, representou o ministério terrestre temporário estabelecido por Deus para solucionar a emergência criada pelo fracasso da raça humana. Ver também E. G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 370-373; E. G. White, “*Our Work*”, *Review and Herald*, 23 de junho

de 1904, p. 8; E. G. White, "A Holy Purpose to Restore Jerusalem", *Southern Watchman*, 1º de março de 1904, p. 142; Hasel, *Covenant in Blood* (Mountain View, CA: Pacific Press, 1982); cf. Wallenkampf, *Salvation Comes From the Lord* (Washington, DC: Review and Herald, 1983), p. 84-90.

¹²

Cf. Hasel, *Covenant in Blood*.



A DOCTRINA DA SALVAÇÃO

O GRANDE CONFLITO



Toda a humanidade está agora envolvida num grande conflito entre Cristo e Satanás quanto ao caráter de Deus, sua lei e sua soberania sobre o universo. Esse conflito se originou no Céu quando um ser criado, dotado de liberdade de escolha, por exaltação própria, tornou-se Satanás, o adversário de Deus, e conduziu à rebelião uma parte dos anjos. Ele introduziu o espírito de rebelião neste mundo, ao induzir Adão e Eva ao pecado. Esse pecado humano resultou na deformação da imagem de Deus na humanidade, no transtorno do mundo criado e em sua consequente devastação por ocasião do dilúvio global, conforme retratado no relato histórico de Gênesis 1 a 11. Observado por toda a criação, este mundo se tornou o palco do conflito universal, dentro do qual será finalmente vindicado o Deus de amor. Para ajudar seu povo nesse conflito, Cristo envia o Espírito Santo e os anjos leais para os guiar, proteger e amparar no caminho da salvação.

As Escrituras retratam uma batalha cósmica entre o bem e o mal, entre Deus e Satanás. Se compreendermos esta controvérsia, na qual se acha envolvido o universo inteiro, compreenderemos a pergunta: “Por que Jesus veio a este planeta?”

Visão cósmica da controvérsia

Mistério dos mistérios, o conflito entre o bem e o mal começou no Céu. Como pôde o pecado se originar em um ambiente perfeito?

Os anjos, seres pertencentes a uma ordem superior à dos seres humanos (Sl 8:5), foram criados para desfrutar de íntimo companheirismo com Deus (Ap 1:1; 3:5; 5:11). Possuindo força superior e sendo obedientes à Palavra de

Deus (Sl 103:20), eles funcionam como servos ou “espíritos ministradores” (Hb 1:14). Embora geralmente invisíveis, por vezes podem assumir a forma humana (Gn 18, 19; Hb 13:2). Foi por meio de um desses seres angélicos que o pecado foi introduzido no universo.

A origem da controvérsia. Utilizando os reis de Tiro e de Babilônia como descrições figurativas de Lúcifer, as Escrituras proveem vislumbres de como a controvérsia cósmica iniciou. “Lúcifer, filho da alva”, ungido como querubim cobridor, residia na presença de Deus (cf. Is 14:12; Ez 28:14).¹ Dizem as Escrituras: “Tu és o sinete da perfeição, cheio de sabedoria e formosura. Perfeito eras nos teus caminhos, desde o dia em que foste criado até que se achou iniquidade em ti” (Ez 28:12, 15).

Embora o surgimento do pecado seja inexplicável e injustificável, suas raízes podem ser encontradas no orgulho de Lúcifer: “Elevou-se o teu coração por causa da tua formosura, corrompeste a tua sabedoria por causa de teu resplendor” (Ez 28:17). Lúcifer se recusou a permanecer contente com sua exaltada posição, recebida do Criador. Em seu egoísmo, cobiçou a igualdade com o próprio Deus: “Tu dizias no teu coração: Eu subirei ao Céu, e, acima das estrelas de Deus, exaltarei o meu trono, e, no monte da congregação, me assentarei. [...] Serei semelhante ao Altíssimo” (Is 14:13, 14). Contudo, embora ele desejasse a posição de Deus, não almejava seu caráter. Ansiava possuir a autoridade de Deus, mas não seu amor. A rebelião de Lúcifer contra o governo de Deus foi o primeiro passo em sua transformação em Satanás, “o adversário”.

As dissimuladas ações de Lúcifer cegaram muitos dos anjos ao amor de Deus. O descontentamento e deslealdade resultantes – em relação ao governo divino – cresceram até que uma terça parte dos anjos se uniu a ele em rebelião (Ap 12:4). A tranquilidade do reino de Deus foi perturbada e “houve batalha no Céu” (Ap 12:7). O estado de beligerância celestial resultou em que Satanás – retratado como o grande dragão, a antiga serpente e o demônio – fosse lançado para a Terra, e, junto com ele, seus anjos rebeldes (Ap 12:9).

Por que os seres humanos se envolveram? Tendo sido expulso do Céu, Satanás espalhou sua rebelião aqui em nosso mundo. Disfarçado de serpente e utilizando os mesmos argumentos que haviam causado sua própria ruína, conseguiu minar a confiança de Adão e Eva nas palavras do Criador (Gn 3:5). Satanás fez surgir em Eva o descontentamento com a posição por ela ocupada. Envaidecida com a perspectiva de se tornar igual a Deus, aceitou as

palavras do tentador – pelo que duvidou de Deus. Desobedecendo ao mandamento divino, comeu do fruto proibido e influenciou seu esposo a igualmente comê-lo. Pelo fato de terem acreditado nas palavras da serpente mais do que em seu Criador, traíram sua confiança em Deus e se portaram deslealmente em relação a Ele. Tragicamente, as sementes da controvérsia que havia começado no Céu, lançaram raízes no planeta Terra (Gn 3).

Ao seduzir nossos primeiros pais ao pecado, Satanás engenhosamente roubou-lhes o domínio que possuíam sobre a Terra. Reclamando agora para si o título de “príncipe deste mundo”, Satanás desafiou a Deus, Seu governo e a paz de todo o Universo, a partir de seu novo quartel-general, o planeta Terra.

O impacto sobre a raça humana. Os efeitos da batalha entre Cristo e Satanás em pouco tempo se tornaram evidentes, à medida que o pecado distorceu a imagem de Deus que havia na humanidade. Embora Deus houvesse oferecido seu concerto de graça à raça humana por meio de Adão e Eva (Gn 3:15; ver capítulo 7 deste livro), o filho mais velho do casal, Caim, assassinou seu irmão Abel (Gn 4:8). A maldade continuou a se multiplicar até que, tristemente, Deus teve de dizer, a respeito do homem, que a sua maldade “se havia multiplicado na terra e que era continuamente mau todo desígnio do seu coração” (Gn 6:5).

Deus utilizou um grande dilúvio para purificar o mundo de seus impenitentes habitantes, e concedeu à raça humana um novo começo (Gn 7:17-20). Pouco tempo decorreu, contudo, antes que os descendentes do fiel Noé se desviassem do concerto de Deus. Embora Deus houvesse prometido jamais tornar a destruir o mundo pelo dilúvio, eles desafiadoramente concretizaram sua desconfiança de Deus ao erigirem a torre de Babel, em uma tentativa de alcançar os céus e assim disporem de meios para escapar a um possível novo dilúvio. Nessa ocasião, Deus subverteu a rebelião humana pela confusão das línguas (Gn 9:1, 11; 11).

Algum tempo mais tarde, com a Terra se aproximando da apostasia total, Deus estendeu seu concerto a Abraão. Por intermédio desse patriarca, Deus planejava abençoar todas as nações do mundo (Gn 12:1-3; 22:15-18). Contudo, as sucessivas gerações de descendentes de Abraão se provaram infiéis ao gracioso concerto divino. Envolvidos no pecado, contribuíram com Satanás, ajudando-o a alcançar seu objetivo na grande controvérsia, que foi a crucificação do autor e fiador do concerto, Jesus Cristo.

Terra, palco do universo. No livro de Jó, há o relato de uma convocação cósmica que envolveu representantes de várias partes do universo. Esse relato provê lampejos adicionais a respeito da grande controvérsia. Assim começa o relato: “Num dia em que os filhos de Deus vieram apresentar-se perante o Senhor, veio também Satanás entre eles. Então, perguntou o Senhor a Satanás: Donde vens? Satanás respondeu ao Senhor e disse: De rodear a terra e passear por ela” (Jó 1:6, 7; cf. 2:1-7).

Foi então que o Senhor disse: “Satanás, observe o meu servo Jó. Ele obedece fielmente as minhas leis. Ele é perfeito!” (cf. Jó 1:8).

Satanás contra-atacou: “Sim, ele é perfeito, mas o é apenas porque precisa pagar a ti. Não é verdade que tu o proteges?” Cristo respondeu permitindo que Satanás provasse a Jó da forma como bem entendesse, desde que sua vida não fosse tomada (cf. Jó 1:9-2:7).

A perspectiva cósmica provida pelo livro de Jó fornece poderosas provas da grande controvérsia entre Cristo e Satanás. Este planeta é o palco sobre o qual está sendo travada esta luta dramática entre o certo e o errado. As Escrituras estabelecem: “Porque nos tornamos espetáculo ao mundo, tanto a anjos, como a homens” (1Co 4:9).

O pecado rompeu o relacionamento existente entre Deus e o ser humano, e “tudo o que não provém de fé é pecado” (Rm 14:23). A transgressão dos mandamentos de Deus, ou leis, é o resultado imediato da falta de fé, a evidência de ruptura do relacionamento. Por outro lado, por meio do plano da salvação, Deus pretende restaurar a confiança no Criador, a qual leva a um relacionamento de amor que se manifesta por de obediência. Conforme observou Cristo, o amor conduz à obediência (Jo 14:15).

Nesta nossa era de ilegalidade, os absolutos são neutralizados, a desonestidade é louvada, a corrupção é um meio de vida, o adultério é avassalador e os acordos, tanto internacionais quanto pessoais, são considerados como pouco importantes. É nosso privilégio olhar para além de nosso desesperado mundo, em direção a um Deus que vela por nós e é onipotente. Essa visão mais abrangente nos revela a importância da expiação efetuada por nosso Salvador, pois ela está fazendo a controvérsia universal se aproximar do fim.

A questão cósmica

Qual é a questão-chave nesta luta de vida ou morte que se trava no

universo?

A lei e o governo de Deus. A lei moral de Deus é tão necessária à existência de seu universo quanto o são as leis físicas que o mantêm unido e em funcionamento. Pecado “é a transgressão da lei” (1Jo 3:4), ou “ausência de lei”, conforme indica a palavra grega *anomia*. A ausência de lei resulta da rejeição de Deus e de seu governo.

Em vez de admitir sua responsabilidade pelo estado de ilegalidade existente no mundo, Satanás lança acusações contra Deus. Afirma que a lei de Deus – segundo ele, arbitrária – restringe a liberdade individual. Adicionalmente – acusa ele – uma vez que é impossível obedecer a lei divina, ela trabalha em sentido contrário aos interesses dos seres criados. Através dessa constante e insidiosa subversão da lei, Satanás tenta subverter o governo de Deus e até mesmo destruir o próprio Deus.

Cristo e a questão da obediência. As tentações enfrentadas por Cristo durante seu ministério terrestre, revelam a gravidade da controvérsia no tocante à obediência e submissão à vontade de Deus. Ao enfrentar aquelas tentações, as quais o prepararam para se tornar “misericordioso e fiel sumo sacerdote” (Hb 2:17), Cristo se defrontou em combate direto com um adversário mortal. Lá no deserto, depois de haver jejuado durante quarenta dias, Jesus foi tentado por Satanás a transformar as pedras em pão, dando assim uma “prova” de que realmente era o Filho de Deus (Mt 4:3). Assim como Satanás havia tentado Eva a duvidar da palavra de Deus lá no Éden, ele tentou levar Cristo a duvidar da validade daquilo que Deus lhe dissera por ocasião de seu batismo: “Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo” (Mt 3:17). Se Cristo houvesse tomado o assunto em suas próprias mãos, transformando pedras em pães a fim de provar que era o Filho de Deus, também teria – à semelhança de Eva – revelado falta de confiança em Deus. Sua missão teria findado em fracasso.

A mais elevada prioridade de Cristo, porém, era viver pela palavra do Pai. A despeito de sua imensa fome, respondeu à tentação de Satanás com as palavras: “Não só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus” (Mt 4:4).

Em outra tentativa para derrotar a Cristo, Satanás lhe ofereceu uma visão panorâmica de todos os reinos do mundo, prometendo-lhe: “Tudo isto te darei se, prostrado, me adorares” (Mt 4:9). Ele deixou implícito que, assim procedendo, Cristo poderia reaver o mundo, completando sua missão, sem ter

de suportar a agonia do Calvário. Sem um momento sequer de hesitação, Jesus ordenou: “Retira-te, Satanás.” Então, utilizando as Escrituras – a mais efetiva arma nesta guerra universal – o Salvador prosseguiu: “Ao Senhor, teu Deus, adorarás, e só a Ele darás culto” (Mt 4:10). Essas palavras encerraram a batalha. Pelo fato de manter sua total dependência do Pai, Cristo havia conseguido derrotar a Satanás.

A luta final do Calvário. Essa controvérsia cósmica alcançou seu clímax no Calvário. Satanás intensificou seus esforços no sentido de fazer abortar a missão do Salvador à medida que o tempo se aproximava do fim. O inimigo foi especialmente bem-sucedido ao utilizar os líderes religiosos da época, cuja inveja – face à popularidade de Cristo – causou tantos problemas que Ele teve de encerrar seu ministério público (Jo 11:45-54). Através da traição por parte de um de seus discípulos e de testemunhos falsos, Jesus foi aprisionado, julgado e condenado à morte (Mt 26:63, 64; Jo 19:7). Em absoluta obediência à vontade de seu Pai, Jesus permaneceu fiel até à morte.

Os benefícios, tanto da vida quanto da morte de Cristo, estenderam-se para muito além do limitado mundo dos seres humanos. Falando a respeito da cruz, Cristo disse: “Chegou o momento de ser julgado este mundo, e agora o seu príncipe [Satanás] será expulso” (Jo 12:31); “O príncipe deste mundo já está julgado” (Jo 16:11).

A controvérsia cósmica atingiu o clímax no Calvário. O amor e a fiel obediência demonstrados por Cristo ali na cruz, face à crueldade de Satanás, subverteram a posição deste, assegurando sua derrota final.

Controvérsia a respeito da verdade tal qual ela é em Jesus

Hoje, a grande controvérsia que se desencadeia em torno da autoridade de Cristo envolve não apenas sua lei, como também sua Palavra – as Escrituras. Desenvolvem-se abordagens de interpretação da Bíblia que deixam pouco ou nenhum espaço para a divina revelação.² As Escrituras são tratadas como se não houvesse diferença entre elas e outros escritos antigos, sendo analisadas mediante os mesmos métodos críticos. Crescente número de cristãos, incluindo muitos teólogos, não mais veem as Escrituras como a Palavra de Deus, a infalível revelação de Sua vontade. Consequentemente, chegaram ao ponto de questionar a visão bíblica da pessoa de Jesus Cristo: sua natureza, nascimento virginal, seus milagres e sua ressurreição têm sido vastamente debatidos.³

A mais crucial de todas as questões. Quando Cristo perguntou: “Quem diz o povo ser o Filho do homem?”, os discípulos responderam: “Uns dizem: João Batista; outros: Elias; e outros: Jeremias ou algum dos profetas” (Mt 16:13, 14). Em outras palavras, a maioria de seus contemporâneos o consideravam meramente um homem. As Escrituras prosseguem com o relato. Jesus perguntou aos doze: “Mas vós [...] quem dizeis que Eu sou?”

“Respondendo Simão Pedro, disse: Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo.”

“Jesus lhe afirmou: Bem-aventurado és, Simão Barjonas, porque não foi carne e sangue quem to revelaram, mas meu Pai, que está nos céus” (Mt 16:15-17).

Nos dias de hoje, todos defrontam a mesma questão apresentada por Cristo aos discípulos. A resposta da pessoa a esta questão de vida ou morte, depende de sua fé no testemunho da Palavra de Deus.

O centro das doutrinas bíblicas. Cristo é o foco das Escrituras. Deus nos convida a compreender a verdade tal qual ela é em Jesus (Ef 4:21), pois Ele é a verdade (Jo 14:5). Uma das estratégias de Satanás no conflito cósmico é tentar convencer as pessoas de que podem compreender a verdade independentemente de Cristo. Assim, vários centros de verdade têm sido propostos, quer individualmente, quer combinados uns com os outros: (1) o homem, (2) a natureza, ou universo observável, (3) as Escrituras e (4) a igreja.

Embora todas essas fontes tenham sua parte na revelação da verdade, as Escrituras apresentam a Cristo como o criador de cada uma delas, transcendendo-lhes. Todas somente encontram significado real naquele de quem derivam. Divorciar dele as doutrinas bíblicas significa compreensão errônea do “caminho, e a verdade e a vida” (Jo 14:6). Faz parte da natureza do anticristo sugerir outros centros de verdade, distintos de Cristo. (No original grego, *anticristo* não significa apenas “contra Cristo”, mas também “em lugar de Cristo”.) Ao colocar alguns outros centros de verdade em lugar de Cristo, no contexto das doutrinas bíblicas, Satanás alcançou seu objetivo de desviar a atenção daquele que representa a única esperança da humanidade.

A função da teologia cristã. A visão cósmica desvenda a tentativa de Satanás no sentido de remover Cristo de seu devido lugar, tanto no universo quanto na verdade. A teologia, que por definição é o estudo de Deus e de Seu relacionamento com as criaturas, deve expor todas as doutrinas à luz de

Cristo. A função e objetivo da teologia cristã deve ser inspirar confiança na autoridade da Palavra de Deus e substituir todos os demais centros de verdade por Cristo Jesus. Quando ela se ocupa desta função, a teologia cristã serve adequadamente à igreja, pois se dirige à própria raiz da controvérsia cósmica, expondo-a e enfrentando-a com o único argumento não controvertido – Cristo, conforme revelado nas Escrituras. A partir dessa perspectiva, Deus pode utilizar a teologia como um instrumento efetivo no auxílio à humanidade, ao esta se opor aos esforços de Satanás na Terra.

O significado da doutrina

A doutrina da grande controvérsia revela a tremenda batalha que afeta todas as pessoas uma vez nascidas neste mundo – ou seja, que em realidade atinge todos os rincões do universo. Diz a Escritura: “Porque a nossa luta não é contra o sangue e a carne, e sim contra os principados e potestades, contra os dominadores deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais do mal, nas regiões celestes” (Ef 6:12).

A doutrina produz um estado de constante vigilância. A compreensão desta doutrina convence a pessoa da necessidade de combater o mal. O sucesso será possível tão somente por meio da dependência de Jesus Cristo, o Capitão dos exércitos, Aquele que é “forte e poderoso, o Senhor, poderoso nas batalhas” (Sl 24:8). Conforme disse Paulo, o fato de assumirmos a estratégia de sobrevivência indicada por Cristo, significa tomarmos sobre nós “toda a armadura de Deus, para que possais resistir no dia mau e, depois de terdes vencido tudo, permanecer inabaláveis. Estai, pois, firmes, cingindo-vos com a verdade e vestindo-vos da couraça da justiça. Calçai os pés com a preparação do evangelho da paz; abraçando sempre o escudo da fé, com o qual podereis apagar todos os dardos inflamados do maligno. Tomai também o capacete da salvação e a espada do Espírito, que é a Palavra de Deus; com toda oração e súplica, orando em todo tempo no Espírito e para isto vigiando com toda perseverança e súplica por todos os santos” (Ef 6:13-18). Quão grande é o privilégio do verdadeiro cristão! Viver uma vida que se caracterize pela paciência e fidelidade, uma permanente prontidão para enfrentar o conflito (Ap 14:12), manifestando constante dependência daquele que nos torna “mais que vencedores” (Rm 8:37).

Isso explica o mistério do sofrimento. O mal não se originou com Deus. Aquele que ama a justiça e aborrece a iniquidade (Hb 1:9), não pode ser acusado

diante da miséria do mundo. Satanás, um anjo caído, é o responsável pela crueldade e sofrimento. Podemos compreender melhor os roubos, assassinatos, funerais, crimes e acidentes – aqueles que mais nos partem o coração – quando os contemplamos dentro da moldura do grande conflito.

A cruz testifica tanto da capacidade destruidora do pecado quanto das profundidades do amor de Deus em favor dos pecadores. Portanto, a grande controvérsia constitui um tema que nos ensina a odiar o pecado e a demonstrar amor pelo pecador.

Ela expõe o atual interesse amorável de Cristo pelo mundo. Após seu retorno ao Céu, Cristo não deixou seus filhos órfãos. Manifestando grande compaixão, providenciou-nos todo auxílio possível na batalha contra o mal. O Espírito Santo foi comissionado a “enchernos” em favor de Cristo, representando nossa constante companhia até que Jesus retorne outra vez (Jo 14:16; cf. Mt 28:20). Os anjos também foram comissionados a se envolver com sua obra salvadora (Hb 1:14). Nossa vitória está assegurada. Podemos manifestar esperança e coragem quando contemplamos o futuro, uma vez que o nosso Mestre está no comando. Nossos lábios podem se abrir em magnífico louvor diante de sua obra redentora.

Ela revela o significado cósmico da cruz. A salvação da humanidade achava-se em jogo durante o ministério e morte de Cristo, pois Ele veio para oferecer a vida para a remissão de nossos pecados. Ao assim proceder, vindicou o caráter, a lei e o governo do Pai, contra os quais Satanás lançara falsas acusações.

A vida de Cristo vindicou a justiça e a bondade de Deus, demonstrando que a lei e o governo de Deus eram justos. Cristo revelou a falta de fundamento dos ataques de Satanás contra Deus, mostrando que por meio de total dependência do poder e da graça de Deus, os pecadores arrependidos podem se erguer acima dos aborrecimentos e frustrações causados pelas tentações, e podem viver vitoriosamente em relação ao pecado.

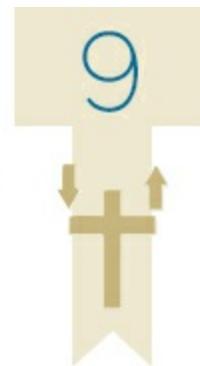
¹ “Lúcifer” provém do latim *Lucifer*, que significa “portador de luz”. A frase “filho da manhã” era uma expressão comum, cujo significado era “estrela da manhã” – Vênus. “Uma tradução literal da expressão hebraica traduzida como ‘Lúcifer, filho da manhã’, seria ‘o radiante filho da alva’. A aplicação figurada do radiante planeta Vênus – o mais notável de todos os luminares celestes – a Satanás antes da queda [...] é muito apropriada como ilustração gráfica do elevado estado do qual Lúcifer caiu” (“Lúcifer”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 683).

² Ver: General Conference Committee, “Methods of Bible Study”, 1986; Hasel, *Biblical Interpretation Today* (Washington, DC: Biblical Research Institute [of the General Conference of Seventh-day Adventists], 1985).

³ Ver, por exemplo, K. Runia, *The Present-day Christological Debate* (Downers Grove: InterVarsity, 1984); G. C.

Berkouwer, *The Person of Christ* (Grand Rapids: Eerdmans, 1954), p. 14-56.

VIDA, MORTE E RESSURREIÇÃO DE CRISTO



Na vida de Cristo, de perfeita obediência à vontade de Deus, e em seu sofrimento, morte e ressurreição, Deus proveu o único meio de expiação do pecado humano, de modo que os que aceitam essa expiação pela fé possam ter vida eterna, e toda a criação compreenda melhor o infinito e santo amor do Criador. Essa expiação perfeita vindica a justiça da lei de Deus e a benignidade de seu caráter; pois ela não somente condena o nosso pecado, mas também garante o nosso perdão. A morte de Cristo é substituinte e expiatória, reconciliadora e transformadora. A ressurreição corpórea de Cristo proclama a vitória de Deus sobre as forças do mal, e assegura a vitória final sobre o pecado e a morte para os que aceitam a expiação. Proclama a soberania de Jesus Cristo, diante do qual se dobrará todo joelho, no Céu e na Terra.

Uma porta aberta conduz ao Céu, o centro do universo. Uma voz chama o apóstolo: “Sobe para aqui, e te mostrarei o que deve acontecer depois destas coisas” (Ap 4:1). Por meio do Espírito, o apóstolo João contempla a própria sala do trono de Deus.

Ofuscante arco-íris de esmeralda circunda o trono central, do qual provêm vozes, trovões e relâmpagos. Dignitários – vestidos em alvas vestimentas e portando coroas de ouro – acham-se assentados em tronos menores. Um cântico de doxologia enche os ares, os anciãos se prostram em adoração, lançando suas coroas de ouro diante do trono.

Um anjo, segurando um rolo selado com sete selos, clama: “Quem é digno de abrir o livro e de lhe desatar os selos?” (Ap 5:2). Com profunda tristeza, João percebe que nenhuma criatura no Céu ou na Terra é digna de abrir o rolo. Sua tristeza se converte em lágrimas, até que um dos anciãos o consola:

“Não chores; eis que o Leão da tribo de Judá, a Raiz de Davi, venceu para abrir o livro e os seus sete selos” (Ap 5:5).

Contemplando novamente o majestoso trono, João vê um Cordeiro que tinha sido morto mas que agora vivia e tinha sobre si o poder do Espírito. Quando esse desprezioso Cordeiro tomou o rolo, as criaturas viventes e os anciãos explodiram em um novo cântico: “Digno és de tomar o livro e de abrir-lhe os selos, porque foste morto e com o teu sangue compraste para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação e para o nosso Deus os constituíste reino e sacerdotes; e reinarão sobre a terra” (Ap 5:9, 10). Todas as criaturas viventes, no Céu e na Terra, uniram-se ao grande coro de louvor: “Àquele que está sentado no trono e ao Cordeiro, seja o louvor, e a honra, e a glória, e o domínio pelos séculos dos séculos” (Ap 5:13).

O que havia de tão importante com aquele rolo? Ele registra o resgate da raça humana da escravidão de Satanás e descreve a vitória última de Deus sobre o pecado. Revela uma salvação tão perfeita que os cativos do pecado podem ser libertos de suas prisões imundas simplesmente por um ato de vontade e escolha. Muito antes de seu nascimento em Belém, o Cordeiro exclamara: “Eis aqui estou, no rolo do livro está escrito a meu respeito; agrada-me fazer a tua vontade, ó Deus meu; dentro em meu coração, está a tua lei” (Sl 40:7, 8; cf. Hb 10:7). Foi a vinda do Cordeiro morto desde a fundação do mundo que propiciou a redenção da humanidade (Ap 13:8).

A salvadora graça de Deus

As Escrituras revelam um Deus que manifesta incomparável interesse pela salvação da humanidade. Os membros da Divindade se aliaram na tarefa de trazer as pessoas de volta ao relacionamento e união com o seu Criador. Jesus enalteceu o redentor amor divino, dizendo: “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3:16).

As Escrituras declaram que “Deus é amor” (1Jo 4:8). Ele consegue alcançar a humanidade “com amor eterno” (Jr 31:3). O Deus que estende o convite da salvação é todo-poderoso, mas seu amor o obriga a permitir que todas as pessoas tenham a liberdade de escolha (Ap 3:20, 21). Coerção, um método contrário a seu caráter, não pode ocupar lugar em sua estratégia.

A iniciativa divina. Quando Adão e Eva pecaram, Deus tomou a iniciativa de ir procurá-los. O culpado par, ouvindo a voz de seu criador, não se sentiu

feliz com a perspectiva de encontrá-lo, conforme havia ocorrido antes. Pelo contrário, eles se esconderam. Ainda assim, porém, Deus não os abandonou. Persistente, chamou-os: “Onde estão vocês?”

Com profunda tristeza, Deus teve de expor as consequências da desobediência de Adão e Eva – as dores e dificuldades que eles encontrariam pela frente. Em meio à situação de completa desesperança em que eles se achavam naquele momento, Deus lhes expôs um maravilhoso plano, que lhes garantiria a vitória final sobre o pecado e a morte (Gn 3:15).

Graça ou justiça? Mais tarde, após a apostasia de Israel no Sinai, o Senhor revelou seu caráter benevolente – e, ainda assim, justo – a Moisés, proclamando: “Senhor, Senhor Deus compassivo, clemente e longânimo e grande em misericórdia e fidelidade; que guarda a misericórdia em mil gerações, que perdoa a iniquidade, a transgressão e o pecado, ainda que não inocente o culpado, e visita a iniquidade dos pais nos filhos e nos filhos dos filhos, até à terceira e quarta geração” (Êx 34:6, 7).

O caráter de Deus revela uma inigualável mescla de graça e justiça, uma plena disposição de perdoar com decidida indisposição de ignorar a culpa. Somente na pessoa de Cristo é que podemos compreender como essas qualidades de caráter podem ser reconciliadas uma com a outra.

Perdoar ou punir? Durante os períodos de apostasia do povo de Israel, Deus frequentemente apelava para que o povo reconhecesse sua iniquidade e retornasse para Ele (Jr 3:12-14). Mas eles faziam ouvidos desatentos às graciosas admoestações divinas (Jr 5:3). Uma atitude impenitente, que zomba do perdão divino, torna inevitável a punição (Sl 7:12).

Embora Deus seja misericordioso, não pode perdoar aqueles que permanecem no pecado (Jr 5:7). O perdão tem propósito. Deus deseja converter os pecadores em santos. “Deixe o perverso o seu caminho, o iníquo, os seus pensamentos; converta-se ao Senhor, que se compadecerá dele, e volte-se para o nosso Deus, porque é rico em perdoar” (Is 55:7). Sua mensagem de salvação ecoa claramente por todo o mundo: “Olhai para mim e sede salvos, vós, todos os limites da terra; porque Eu sou Deus, e não há outro” (Is 45:22).

A ira de Deus contra o pecado. A transgressão original criou na mente humana uma disposição de inimizade contra Deus (Cl 1:21). Consequentemente, merecemos o desprazer de Deus, que é um “fogo consumidor” contra o pecado (Hb 12:29; cf. Hc 1:13). A solene verdade é que “todos pecaram”

(Rm 3:23), todos são “por natureza, filhos da ira” (Ef 2:3; cf. 5:6), e sujeitos à morte, pois “o salário do pecado é a morte” (Rm 6:23).

A ira divina é aquilo que a Escritura identifica como a reação de Deus ao pecado e à injustiça (Rm 1:18). Rejeição deliberada à vontade revelada de Deus – sua lei – provoca sua justa ira ou furor (2Rs 17:16-18; 2Cr 36:16). G. E. Ladd escreveu: “Os homens são eticamente pecadores; quando Deus toma em conta suas transgressões, Ele necessita considerá-los como pecadores, como inimigos, como objeto de sua ira divina; pois se trata de uma necessidade ética e religiosa, que a santidade de Deus se manifeste em ira contra o pecado.”¹ Ao mesmo tempo, porém, Deus anseia salvar o mundo rebelde. Ele odeia o pecado, embora manifeste o mais amorável interesse por todo pecador.

A resposta humana. O trato de Deus com o povo de Israel culminou no ministério de Jesus Cristo, que ofereceu os mais radiantes vislumbres da “suprema riqueza” da graça divina (Ef 2:7). João escreveu: “Vimos a sua glória, glória como do unigênito do Pai” (Jo 1:14). Paulo disse que Cristo Jesus se tornou “da parte de Deus, sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção, para que, como está escrito: Aquele que se gloria, glorie-se no Senhor” (1Co 1:30, 31). Assim, quem é capaz de desdenhar “a riqueza da sua bondade, e tolerância, e longanimidade?” (Rm 2:4). Não é de admirar que Paulo salientasse que a bondade de Deus “é que te conduz ao arrependimento”.

Até mesmo a resposta humana ao oferecimento de salvação que Deus lhe faz, não provém do próprio homem, mas está sediada em Deus. Nossa fé não é mais que um dom de Deus (Rm 12:3); o mesmo ocorre com o nosso arrependimento (At 5:31). Nosso amor se manifesta em resposta ao amor de Deus (1Jo 4:19). Não podemos salvar a nós próprios de Satanás, nem do pecado, nem do sofrimento, nem da morte. Nossa justiça nada mais é do que trapos de imundícia (Is 64:6). “Mas Deus, sendo rico em misericórdia, por causa do grande amor com que nos amou, e estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo. [...] Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie” (Ef 2:4, 5, 8, 9).

O ministério da reconciliação em Cristo

As boas-novas são que “Deus estava em Cristo reconciliando consigo o

mundo” (2Co 5:19). Essa reconciliação restaura o relacionamento entre Deus e a raça humana. O texto aponta o fato de que o processo reconcilia os pecadores com Deus, e não Deus com os pecadores. A chave da questão é conduzir os pecadores de volta a Deus, em Jesus Cristo. O plano divino de reconciliação constitui a maravilha da condescendência divina. Ele tinha todo o direito de deixar que a humanidade percesse.

Conforme já observamos anteriormente, foi Deus quem tomou a iniciativa de restaurar as relações interrompidas entre a humanidade e Ele próprio. Paulo mostrou que “quando inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte do seu Filho” (Rm 5:10). Consequentemente, “nos gloriamos em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por intermédio de quem recebemos, agora, a reconciliação” (Rm 5:11).

O processo de reconciliação tem sido associado com o termo *expição*. “Em inglês, o termo correspondente, ‘atonement’, originalmente significava ‘at-one-ment’, ou seja, um estado em que as partes estavam ‘at one’, ‘de acordo’. Portanto, o termo denota a harmonia de um relacionamento, e sempre que algo estremeceu as relações, a harmonia resultará de um processo de reconciliação. Compreendido sob o ponto de vista de seu significado original, ‘expição’ denota apropriadamente um estado de reconciliação que põe fim a um estado de estremeceamento.”²

Muitos cristãos limitam o significado do termo “expição” exclusivamente aos efeitos redentores da experiência de Cristo manifestados pela encarnação, sofrimentos e morte. Nos serviços do santuário, contudo, a expição envolvia não apenas a morte de um cordeiro sacrificial como também incluía o ministério sacerdotal em que o sangue era conduzido até o santuário (cf. Lv 4:20, 26, 35; 16:15-18, 32, 33). De acordo com esse uso bíblico, portanto, a expição pode se referir tanto à morte de Cristo quanto a seu trabalho intercessório no santuário celestial. Ali, como sumo sacerdote, Ele aplica os benefícios de seu perfeito e completo sacrifício expiatório à tarefa de alcançar a reconciliação dos seres humanos com Deus.³

Vincent Taylor observou também que a doutrina da expição possui dois aspectos: “(a) o ato salvador de Cristo e (b) a apropriação de seu trabalho pela fé, tanto individual quanto coletiva. Esses dois aspectos *juntos* constituem a Expição.” A partir desse ponto de vista, ele conclui que “a expição é realizada tanto *por* nós quanto *em* nós”.⁴ Este capítulo focaliza a expição relacionada com a morte de Cristo. A expição associada a seu ministério

sumo sacerdotal, será analisada em um capítulo posterior (ver capítulo 24 deste livro).

O sacrifício expiatório de Cristo

O sacrifício expiatório de Cristo no Calvário marcou o ponto de mudança no relacionamento entre Deus e a humanidade. Embora ainda permaneça um registro dos pecados das pessoas, como resultado dareconciliação, Deus não mais considera esses pecados contra os seus praticantes (2Co 5:19). Isso não significa que Deus desistiu de aplicar a punição, ou que o pecado não mais provoque sua ira. Em vez disso, significa que Deus encontrou um meio para garantir perdão ao pecador arrependido, embora mantendo ainda perante o universo o elevado padrão de justiça de sua eterna lei.

A morte de Cristo – uma necessidade. Para que o Deus de amor pudesse manter sua justiça e retidão, a morte expiatória de Jesus Cristo se tornou uma “necessidade moral e legal”. “A justiça de Deus requer que o pecado seja levado a julgamento. Portanto, Deus necessita executar o juízo do pecado, e logo, do pecador. Nessa execução, o Filho de Deus assumiu nosso lugar, o lugar do pecador, de acordo com a vontade de Deus. A expiação era necessária porque o homem se encontrava sob a justa ira de Deus. Aqui encontramos o cerne do evangelho do perdão aos pecados e o mistério da cruz de Cristo: a perfeita justiça de Cristo satisfaz adequadamente a justiça divina, e Deus se dispõe a aceitar o autossacrifício de Cristo em lugar da morte do homem.”⁵

Pessoas que não se dispõem a aceitar o expiatório sangue de Cristo não podem receber perdão de pecados, de modo que continuam sujeitas à ira de Deus. Disse João: “Quem crê no Filho tem a vida eterna; o que, todavia, se mantém rebelde contra o Filho não verá a vida, mas sobre ele permanece a ira de Deus” (Jo 3:36).

Portanto, a cruz é uma demonstração tanto da misericórdia quanto da justiça de Deus. “A quem Deus [Cristo] propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé, para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos; tendo em vista a manifestação da sua justiça no tempo presente, para Ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus” (Rm 3:25, 26).

O que é realizado pelo sacrifício expiatório? Foi o próprio Pai que apresentou seu Filho como “propiciação” ou “expiação” (Rm 3:25). O uso que o Novo

Testamento faz de *hilasterion* (propiciação), nada tem a ver com a noção pagã de “apaciar um Deus irado” ou de “apaziguar um Deus vindicativo, arbitrário e caprichoso”.⁶ O texto revela que “Deus, em sua misericordiosa disposição, apresentou a Cristo como propiciação para sua justa ira face à culpa humana, porque Ele aceitou a Cristo como representante do homem e o divino substituto que recebeu seu julgamento do pecado”.⁷

A partir dessa perspectiva, podemos compreender a descrição que Paulo faz de Cristo como “oferta e sacrifício a Deus, em aroma suave” (Ef 5:2; cf. Gn 8:21; Êx 29:18; Lv 1:9). “O autossacrifício de Cristo é agradável a Deus porque este sacrifício removeu a barreira erguida entre Deus e o homem pecador, já que Cristo suportou plenamente a ira de Deus diante do pecado do homem. Por meio de Cristo, a ira de Deus não é convertida em amor, mas é desviada do homem e dirigida contra si próprio.”⁸

Romanos 3:25 também revela que, pelo sacrifício de Cristo, o pecado é expiado ou remido. A expiação centraliza-se naquilo que o sangue expiatório efetua pelo pecador arrependido. Ele experimenta perdão, remoção da culpa pessoal e purificação do pecado.⁹

Cristo assume a responsabilidade vicária pelo pecado. As Escrituras apresentam Cristo como aquele que “suporta” os pecados da humanidade. Em profunda linguagem profética, Isaías estabeleceu que “Ele foi traspassado pelas nossas transgressões e moído pelas nossas iniquidades; [...] o Senhor fez cair sobre Ele a iniquidade de nós todos. [...] Ao Senhor agradou moê-lo, fazendo-o enfermar. [...] [Ele] levou sobre si o pecado de muitos” (Is 53:5, 6, 10, 12; cf. Gl 1:4). Paulo tinha em mente essa profecia quando afirmou que “Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras” (1Co 15:3).

Esses textos destacam um importante conceito no plano da salvação: os pecados e culpas que nos macularam, podem ser transferidos para aquele que suporta os nossos pecados, tornando-nos puros (Sl 51:10). As cerimônias pertinentes aos sacrifícios do santuário do Antigo Testamento, revelam esse papel desempenhado por Cristo. Lá, a transferência dos pecados do culpado para a inocente vítima simbolizava a sua transferência para Cristo, aquele que suporta os nossos pecados (ver capítulo 4 deste livro).

Qual é a função do sangue? O sangue desempenhava papel central nos sacrifícios expiatórios dos serviços do santuário. Deus tomou providências para a expiação quando disse: “Porque a vida da carne está no sangue. Eu vo-lo tenho dado sobre o altar, para fazer expiação pela vossa alma” (Lv 17:11).

Após a morte do animal, o sacerdote tomava de seu sangue e o aplicava ao santuário, antes que o perdão pudesse ser concedido.

O Novo Testamento revela que as cerimônias do Antigo Testamento, que tinham como objetivo obter perdão, purificação e reconciliação por meio do sangue substituinte, foram cumpridas por intermédio do sangue expiatório de Cristo, sacrificado no Calvário. Em contraste com aqueles métodos antigos, o Novo Testamento diz: “Muito mais o sangue de Cristo, que, pelo Espírito eterno, a si mesmo se ofereceu sem mácula a Deus, purificará a nossa consciência de obras mortas, para servirmos ao Deus vivo!” (Hb 9:14). O derramamento de seu sangue realizou a expiação pelos pecados (Rm 3:25). João disse que, em virtude de seu amor, Deus “enviou o seu Filho como propiciação [*hilasmos*] pelos nossos pecados” (1Jo 4:10).

Em resumo, “o ato objetivo de reconciliação de Deus tem sido realizado por meio do propiciador e expiador sangue (autossacrifício) de Jesus Cristo, seu Filho. Portanto, Deus ‘é tanto o providenciador quanto o recipiente da reconciliação’”.¹⁰

Cristo, o resgate

Quando os seres humanos caíram sob o domínio do pecado, tornaram-se sujeitos à condenação e maldição da lei de Deus (Rm 6:4; Gl 3:10-13). “Escravos do pecado” (Rm 6:17), sujeitos à morte, era-lhes impossível escapar. “Ao irmão, verdadeiramente, ninguém o pode remir, nem pagar por ele a Deus o seu resgate” (Sl 49:7). Somente Deus está revestido do poder de resgatar. “Eu os remirei do poder do inferno e os resgatarei da morte” (Os 13:14). De que modo Deus os redimiu?

Por meio de Jesus, que testificou, quanto a si próprio, não haver vindo “para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos” (Mt 20:28; ver 1Tm 2:6), Deus “comprou” a igreja com “seu próprio sangue” (At 20:28). Em Cristo “temos a redenção, pelo seu sangue, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça” (Ef 1:7; cf. Rm 3:24). Sua morte visava “remir-nos de toda iniquidade e purificar, para si mesmo, um povo exclusivamente seu, zeloso de boas obras” (Tt 2:14).

O que é conseguido através do resgate? A morte de Cristo ratificou a propriedade de Deus sobre a humanidade. De acordo com a expressão de Paulo, “não sois de vós mesmos [...] porque fostes comprados por preço” (1Co 6:19, 20; cf. 1Co 7:23).

Por intermédio de sua morte, Cristo rompeu o domínio do pecado, extinguiu a escravidão espiritual, removeu a condenação e a maldição da lei e tornou disponível aos pecadores arrependidos a vida eterna. Pedro diz que os crentes foram redimidos “do vosso fútil procedimento que vossos pais vos legaram” (1Pe 1:18). Paulo escreveu que aqueles que foram libertados da escravidão do pecado e de seus frutos mortais, agora se encontram no serviço de Deus com seus frutos “para a santificação e, por fim, a vida eterna” (Rm 6:22).

Ignorar ou negar o princípio do resgate seria “perder de vista o próprio coração do evangelho da graça e negar o mais profundo motivo de nossa gratidão ao Cordeiro de Deus”.¹¹ Esse princípio é central ao cântico de doxologia ouvido pelo apóstolo junto ao trono celestial: “Porque foste morto e com o teu sangue compraste para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação e para o nosso Deus os constituíste reino e sacerdotes; e reinarão sobre a terra” (Ap 5:9, 10).

Cristo é o representante da humanidade

Tanto Adão quanto Cristo – “o último Adão” ou “segundo Homem” (1Co 15:45, 47) – representam toda a humanidade. Ao passo que o nascimento natural marca todas as pessoas com os resultados da transgressão de Adão, todo aquele que experimenta o nascimento espiritual recebe os benefícios da perfeita vida e do perfeito sacrifício de Cristo. “Porque, assim como, em Adão, todos morrem, assim também todos serão vivificados em Cristo” (1Co 15:22).

A rebelião de Adão resultou em pecado, condenação e morte para todos. Cristo inverteu a tendência descendente. Em seu grande amor, submeteu-se a si próprio ao julgamento divino do pecado e se tornou o representante da humanidade. Sua morte substitutiva providenciou a libertação da penalidade do pecado e o dom da vida eterna para os pecadores arrependidos (2Co 5:21; Rm 6:23; 1Pe 3:18).

A Escritura ensina claramente a natureza universal da morte substitutiva de Cristo. Pela “graça de Deus”, Ele experimentou a morte por todos (Hb 2:9). À semelhança de Adão, “todos pecaram” (Rm 5:12), e em consequência todos devem provar a morte – a primeira morte. A morte que Cristo experimentou em favor de todos foi a segunda morte – a plena maldição do pecado (Ap 20:6; ver capítulo 27 deste livro).

A vida de Cristo e a salvação

“Porque, se nós, quando inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte de seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida” (Rm 5:10). Custou a vida de Cristo, bem como sua morte, o estabelecer uma ponte sobre o abismo provocado pela transgressão. Ambas – vida e morte – são necessárias e contribuem para a nossa salvação.

O que pode realizar por nós a vida perfeita de Cristo? Jesus desenvolveu uma vida pura, santa e cheia de amor, ao repousar inteiramente em Deus. Essa vida preciosa Ele compartilha – como um dom – com todos os pecadores arrependidos. Seu caráter perfeito é retratado como as vestes festivas (Mt 22:11) ou um manto de justiça (Is 61:10) que Ele oferece para cobrir os imundos trapos simbolizados pelas tentativas humanas em alcançar a justificação (Is 64:6).

A despeito de nossa corrupção humana, quando nos submetemos a Cristo, nosso coração se une ao seu coração, nossa vontade emerge em sua vontade, nossa mente se torna uma com a sua mente, nossos pensamentos são levados cativos a Ele; vivemos a sua vida. Somos cobertos com o manto de sua justiça. Quando Deus contempla o crente e penitente pecador, Ele não vê a nudez e deformidade do pecado, e sim o manto da justiça formado pela perfeita obediência de Cristo à santa lei.¹² Ninguém pode ser verdadeiramente justo, se não estiver sob a proteção desse manto.

Na parábola das vestes festivas, o convidado que entrou no salão do banquete com seus próprios vestidos não foi lançado fora em virtude de incredulidade. Ele aceitara o convite para o banquete (Mt 22:10). Mas o fato de vir não era suficiente. Necessitava das vestes especiais. Semelhantemente, a mera crença na cruz não é suficiente. Para que possamos nos mostrar apresentáveis diante do Rei, necessitamos também da vida perfeita de Cristo, de seu caráter de justiça.

Na qualidade de pecadores, não apenas necessitamos que nossos pecados sejam cancelados, como ainda carecemos que nossa “conta bancária” seja restaurada. Necessitamos mais que a libertação das cadeias: necessitamos ser adotados junto à família do Rei. O ministério mediatório do ressurreto Salvador possui o duplo objetivo de perdoar e de vestir – ou seja, a aplicação de sua morte e vida à nossa própria vida, para que possamos estar em pé diante de Deus. No Calvário, a expressão “está consumado” assinalou o término de uma vida perfeita e de um perfeito sacrifício. Os pecadores

carecem de ambos.

A inspiração da vida de Cristo. A vida terrestre de Cristo também ofereceu à humanidade um modelo de como viver. Pedro, por exemplo, recomenda-nos o modo como Cristo respondeu aos abusos a que foi submetido (1Pe 2:21-23). Ele, que foi feito à nossa semelhança e submetido a todos os pontos de tentação aos quais nós somos, demonstrou que aqueles que se submetem ao poder de Deus não necessitam continuar em pecado. A vida de Cristo provê certeza de que podemos viver vitoriosamente. Paulo testificou: “Tudo posso naquele que me fortalece” (Fp 4:13).

A ressurreição de Cristo e a salvação

“Se Cristo não ressuscitou”, disse Paulo, “é vã a nossa pregação, e vã, a vossa fé” “e ainda permaneceis nos vossos pecados” (1Co 15:14, 17). Jesus Cristo ressuscitou fisicamente (Lc 24:36-43), ascendeu ao Céu na qualidade de Deus-homem e iniciou sua crucial obra intercessória como nosso mediador à mão direita de Deus Pai (Hb 8:1, 2; ver capítulo 4 deste livro).

A ressurreição de Cristo providenciou para a cruz um significado que os discípulos, em sua visão restrita, não conseguiram vislumbrar na sexta-feira da crucifixão. Sua ressurreição transformou aqueles homens em uma força poderosa que mudou o curso da História. A ressurreição – jamais podendo ser separada da crucifixão – tornou-se o ponto central de sua missão, Eles proclamaram o Cristo crucificado e agora vivo, Aquele que triunfara sobre as forças do mal. É nesse ponto que reside o poder da mensagem apostólica.

“A ressurreição de Cristo”, escreveu Philip Schaff, “é enfaticamente uma questão-teste da qual depende a genuinidade ou a falsidade da religião cristã. Ela é o maior milagre ou o maior engano registrado pela História.”¹³ Wilbur M. Smith comentou: “A ressurreição de Cristo é a própria cidadela da fé cristã. Esta é a doutrina que subverteu o mundo no primeiro século, que ergueu o cristianismo acima do judaísmo e das religiões pagãs do mundo mediterrâneo. Assim sendo, dela depende praticamente tudo aquilo que é vital e singular no Evangelho do Senhor Jesus Cristo: ‘Se Cristo não ressuscitou, é vã a vossa fé’ (1Co 15:17).”¹⁴

O ministério atual de Cristo acha-se enraizado em sua morte e ressurreição. Embora o sacrifício expiatório de Cristo fosse suficiente e completo, sem a ressurreição não poderíamos ter a certeza de que Cristo havia concluído vitoriosamente sua divina missão sobre a terra. O fato de haver Cristo

ressuscitado, confirma a realidade da vida após a sepultura e demonstra a confiabilidade das promessas de vida eterna nele, feitas por Deus.

Os resultados do ministério salvador de Cristo

O ministério expiatório de Cristo afeta não apenas a raça humana, como também todo o universo.

Reconciliação por todo o universo. Paulo revela a magnitude da salvação de Cristo na e por meio da igreja: “Para que, pela igreja, a multiforme sabedoria de Deus se torne conhecida, agora, dos principados e potestades nos lugares celestiais” (Ef 3:10). Além disso, ele garante que aprouve a Deus, por intermédio de Cristo, reconciliar “consigo mesmo todas as coisas, quer sobre a terra, quer nos céus” (Cl 1:20). Paulo revelou os estupendos efeitos desta reconciliação: “Para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai” (Fp 2:10, 11).

A vindicação da lei de Deus. O perfeito sacrifício expiatório de Cristo reivindicou a justiça e a bondade ou retidão da santa lei de Deus, bem como seu gracioso caráter. A morte de Cristo, com o resgate proporcionado, satisfaz as demandas da lei (no sentido de ser necessária a punição do pecado), ao mesmo tempo que justificou os pecadores pela sua graça e misericórdia. Paulo escreveu: “Com efeito, condenou Deus, na carne, o pecado, a fim de que o preceito da lei se cumprisse em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito” (Rm 8:3, 4).

Justificação. A reconciliação se torna efetiva somente quando o perdão oferecido é aceito. O filho pródigo se reconciliou com o pai no momento em que aceitou o amor e o perdão oferecidos pelo pai.

Aqueles que aceitam pela fé o fato de que Deus reconciliou o mundo consigo por meio de Cristo, e que se submetem a Ele, receberão de Deus o inapreciável dom da *justificação*, que é fruto imediato da paz com Deus (Rm 5:1). Não mais constituindo objeto da ira de Deus, os crentes justificados se tornam objeto do favor de Deus. Dispondo de pleno acesso ao trono de Deus por meio de Cristo, recebem o poder do Santo Espírito para quebrar todas as barreiras ou muros de separação e hostilidade entre os homens, simbolizados pelas hostilidades que existiam entre os judeus e os gentios. (Ef 2:14-16).¹⁵

A futilidade da salvação pelas obras. O divino ministério de reconciliação revela a futilidade dos esforços humanos no sentido de obter a salvação por

intermédio das obras da lei. A compreensão da graça divina conduz à aceitação de justificação disponível por intermédio da fé em Cristo. A gratidão daqueles que experimentaram o perdão, converte a obediência em algo prazenteiro; as obras, em tal situação, jamais representarão o fundamento da salvação, e sim, o seu resultado.¹⁶

Um novo relacionamento com Deus. Somos conduzidos a um relacionamento mais profundo com Deus quando experimentamos a sua graça, a qual nos oferece a perfeita vida de obediência de Cristo, sua justiça e sua morte expiatória como dons. Gratidão, louvor e regozijo se manifestam, a obediência se torna um deleite, o estudo de sua Palavra um genuíno prazer, e a mente estará sempre disposta a constituir um lugar de habitação do Espírito Santo. Ocorre um novo relacionamento entre Deus e o pecador arrependido. Trata-se de um companheirismo baseado no amor e na admiração, em vez de ser fruto de temor e obrigação (cf. Jo 15:1-10).

Quanto mais entendermos a graça de Deus à luz do Calvário, menos lugar encontraremos para nossa própria justiça e melhor perceberemos quão abençoados somos. O mesmo poder que operou em Jesus Cristo, quando Ele ressuscitou dentre os mortos, transformará a nossa vida. Em vez de fracasso, experimentaremos vitória diária sobre o pecado.

Motivação para ação missionária. O insondável amor revelado no ministério reconciliador de Deus por intermédio de Jesus Cristo motiva nosso testemunho missionário aos outros. Quando o experimentamos em nós mesmos, não podemos conservar em segredo o fato de que Deus não levará em conta, contra a pessoa, os pecados daqueles que aceitaram o sacrifício substitutivo de Cristo. Teremos prazer em repassar aos outros o comovente apelo do evangelho: “Em nome de Cristo, pois, rogamos que vos reconcilieis com Deus. Aquele que não conheceu pecado, Ele o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus” (2Co 5:20, 21).

¹ George E. Ladd, *A Theology of the New Testament* (Grand Rapids: Eerdmans, 1974), p. 453.

² “Atonement”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 97.

³ Para uma análise ampla deste conceito bíblico, ver *Questões sobre Doutrina* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2008), p. 250-260.

⁴ Vincent Taylor, *The Cross of Christ* (Londres: Macmillan, 1956), p. 88, 89.

⁵ Hans K. LaRondelle, *Christ Our Salvation* (Mountain View: Pacific Press, 1980), p. 25, 26.

⁶ Raoul Dederen, “Atoning Aspects in Christ’s Death”, em *The Sanctuary and the Atonement*, editado por Arnold V. Wallenkampf e W. Richard Leshar (Washington, DC: [Biblical Institute of the General Conference of Seventh-day Adventists], 1981), p. 295. Ele acrescenta: “Entre os pagãos, a propiciação era imaginada como uma atividade

pela qual o adorador se habilitava a si próprio para prover aquilo que seria capaz de modificar o pensamento do deus. Ele simplesmente subornava seu deus para que este se lhe mostrasse favorável. Nas Escrituras, a expiação-propiciação é vista como a aspersão do amor de Deus” (ibid., p. 317).

⁷ LaRondelle, p. 26.

⁸ Ibid., p. 26, 27.

⁹ Dederen, p. 295.

¹⁰ LaRondelle, p. 28. A citação, nesta referência, foi de H. G. Link e C. Brown, “Reconciliation”, *The New International Dictionary of New Testament Theology* (Grand Rapids: Zondervan, 1978), v. 3, p. 162.

¹¹ LaRondelle, p. 30.

¹² Ver E. G. White, *Parábolas de Jesus*, p. 312.

¹³ Philip Schaff, *History of the Christian Church* (Grand Rapids: Eerdmans, 1962), v. 1, p. 173.

¹⁴ Wilbur M. Smith, “Twentieth-Century Scientists and the Resurrection of Christ”, *Christianity Today*, 15 de abril de 1957, p. 22. No tocante a argumentos sobre a historicidade da ressurreição, ver Josh McDowell, *Evidence That Demands a Verdict* (Campus Crusade for Christ, 1972), p. 185-274.

¹⁵ LaRondelle, p. 32, 33.

¹⁶ Ver Hyde, “What Christ’s Life Means to Me”, *Adventist Review*, 6 de novembro de 1986, p. 19..

A EXPERIÊNCIA DA SALVAÇÃO

10



Em infinito amor e misericórdia, Deus fez com que Cristo, que não conheceu pecado, se tornasse pecado por nós, para que nele fôssemos feitos justiça de Deus. Guiados pelo Espírito Santo, sentimos nossa necessidade, reconhecemos nossa pecaminosidade, arrependemo-nos de nossas transgressões e temos fé em Jesus como salvador e senhor, substituto e exemplo. Essa fé salvadora advém do divino poder da Palavra e é o dom da graça de Deus. Por meio de Cristo, somos justificados, adotados como filhos e filhas de Deus, e libertados do domínio do pecado. Por meio do Espírito, nascemos de novo e somos santificados; o Espírito renova nossa mente, escreve a lei de Deus, a lei de amor, em nosso coração, e recebemos o poder para levar uma vida santa. Permanecendo nele, tornamo-nos participantes da natureza divina e temos a certeza da salvação agora e no juízo.

Há séculos, o Pastor de Hermas sonhou com uma velha senhora que vivera havia muito tempo. Em seu sonho, à medida que o tempo transcorria, ela começou a modificar-se: embora seu corpo ainda parecesse idoso e seus cabelos continuassem brancos, a face era mais jovem. Ela acabou sendo restaurada à sua juventude.

T. F. Torrance vinculou a idosa senhora à igreja.¹ Os cristãos não podem ser estáticos. Se o Espírito de Cristo reina dentro de nós (Rm 8:9), estaremos sempre em processo de mudança.

Paulo disse: “Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela, para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra, para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito” (Ef 5:25-27). Semelhante purificação é o objetivo da igreja. Dessa forma, os crentes que compõem a

igreja podem testificar que “mesmo que o nosso homem exterior se corrompa, contudo, o nosso homem interior se renova de dia em dia” (2Co 4:16). “Todos nós, com o rosto desvendado, contemplando, como por espelho, a glória do Senhor, somos transformados, de glória em glória, na sua própria imagem, como pelo Senhor, o Espírito” (2Co 3:18). Essa transformação é o verdadeiro Pentecostes íntimo.

Ao longo das Escrituras, as descrições das experiências do crente – salvação, justificação, santificação, purificação e redenção – são enfatizadas como (1) já alcançadas, (2) sendo realizadas presentemente e (3) estando por ocorrer no futuro. Uma compreensão dessas três perspectivas contribui para a solução das aparentes tensões geradas pelas ênfases relativas em justificação e santificação. Este capítulo, portanto, acha-se dividido em três seções principais, que tratam da salvação vista sob a experiência passada, presente e futura do crente.

A experiência da salvação e o passado

O conhecimento fatural acerca de Deus e de seu amor e benevolência é insuficiente. A tentativa de desenvolvermos o bem em nós, separados de Cristo, é contraproducente. A experiência da salvação que alcança as profundezas da alma, provém tão somente de Deus. Falando dessa experiência, Cristo disse: “Em verdade, em verdade te digo que, se alguém não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus. [...] Quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no reino de Deus” (Jo 3:3, 5).

Tão somente por meio de Jesus Cristo pode alguém experimentar a salvação: “Não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos” (At 4:12). Jesus afirmou: “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim” (Jo 14:6).

A experiência da salvação envolve arrependimento, confissão, perdão, justificação e santificação.

Arrependimento. Pouco tempo antes de sua crucifixão, Jesus prometeu a seus discípulos o Espírito Santo, o qual se revelaria ao convencer “o mundo do pecado, da justiça e do juízo” (Jo 16:8). Quando, por ocasião do Pentecostes, o Espírito Santo convenceu as pessoas de sua necessidade em relação a um Salvador e elas perguntaram a Pedro que deveriam fazer, a resposta do apóstolo foi: “Arrependei-vos” (At 2:37, 38; cf. At 3:19).

1. Que é o arrependimento? A palavra *arrepentimento* é a tradução do termo hebraico *nachum*, “sentir-se triste”. O termo grego equivalente, *metanoeo*, significa “modificar a mente”, “sentir remorso”. Genuíno arrependimento resulta em uma radical mudança de atitude em relação a Deus e ao pecado. O Espírito de Deus convence aqueles que o recebem da seriedade do pecado, ao fazer-lhes sobrevir um senso da justiça de Deus e de sua própria condição sem esperança. Assim, eles sentem tristeza e culpa. Reconhecendo a veracidade da afirmação: “O que encobre as suas transgressões jamais prosperará, mas o que as confessa e deixa alcançará misericórdia” (Pv 28:13), eles confessam pecados específicos. Pelo exercício decidido de sua vontade, eles se rendem totalmente ao Salvador e renunciam a todo comportamento pecaminoso. Dessa forma, o arrependimento alcança o clímax na conversão – o volver-se do pecador em direção a Deus (do grego *epistrophe*, “volver-se em direção a”, cf. At 15:3).²

O arrependimento de Davi face a seus pecados de adultério e assassinato, exemplifica vividamente como esta experiência prepara o caminho para a vitória sobre o pecado. Convencido pelo Espírito, ele deplorou e lamentou seu pecado e suplicou a purificação: “Pois eu conheço as minhas transgressões, e o meu pecado está sempre diante de mim. Compadece-te de mim, ó Deus, segundo a tua benignidade; e, segundo a multidão das tuas misericórdias, apaga as minhas transgressões. Cria em mim, ó Deus, um coração puro e renova dentro de mim um espírito inabalável” (Sl 51:1, 3, 10). A experiência subsequente de Davi demonstrou que o perdão divino não apenas apaga os pecados como também provê o poder para manter a pessoa afastada do pecado.

Embora o arrependimento preceda o ato de perdão, o pecador não consegue, mediante o arrependimento, fazer-se merecedor das bênçãos de Deus. Efetivamente, o pecador não pode, de si próprio, operar o arrependimento – este é um dom de Deus (At 5:31; cf. Rm 2:4). O Espírito Santo conduz o pecador a Cristo, de modo que ele possa encontrar arrependimento, ou verdadeira tristeza pelo pecado cometido.

2. Motivação para o arrependimento. Jesus afirmou: “Eu, quando for levantado da terra, atrairei todos a mim mesmo” (Jo 12:32). O coração é amaciado e subjugado quando percebemos que a morte de Cristo nos justifica e nos liberta da penalidade do pecado, a morte. Imagine os sentimentos de um condenado à morte que aguarda a execução quando, repentinamente, recebe a

notícia de que seu crime foi perdoado!

Em Cristo o pecador arrependido é não apenas perdoado, como também absolvido – ele é declarado justo! Ele não merece e nem pode merecer tal tratamento. Conforme destaca Paulo, Cristo morreu pela nossa justificação sendo nós ainda fracos, pecaminosos, maus e inimigos de Deus (Rm 5:6-10). Coisa alguma atinge tão profundamente a alma quanto a sensação do amor perdoador de Cristo. Quando os pecadores contemplam esse insondável amor divino, exposto na cruz, recebem a mais poderosa motivação possível para arrepender-se. Essa é a bondade de Deus que nos conduz ao arrependimento (Rm 2:4).

Justificação. Em seu infinito amor e misericórdia, Deus fez a Cristo “pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus” (2Co 5:21). Por intermédio da fé em Jesus, os corações são ocupados pelo seu Espírito. Por meio dessa mesma fé, que é um dom da graça de Deus (Rm 12:3; Ef 2:8), os pecadores arrependidos são justificados (Rm 3:28).

O termo *justificação* representa a tradução do grego *dikaioma*, que significa “exigência de justiça”, “regulação”, “sentença judicial”, “ato de justiça”, e do termo *dikiosis*, cujo significado é “justificação”, “vindicação”, “absolvição”. O verbo correlato, *dikaioo*, que significa “ser pronunciado justo ou tratado como justo”, “ser absolvido”, “ser colocado em liberdade, feito puro”, “justificar”, “vindicar”, “fazer justiça”, provê vislumbres adicionais quanto ao significado do termo.³

Em geral, a palavra *justificação*, conforme utilizada teologicamente, é “o ato divino pelo qual Deus declara justo um pecador penitente, ou o trata como justo. Justificação é o oposto de condenação (Rm 5:16)”.⁴ A base para semelhante justificação não é a nossa obediência, e sim a de Cristo, pois “por um só ato de justiça, veio a graça sobre todos os homens para a justificação que dá vida” e “por meio da obediência de um só [Homem], muitos se tornarão justos” (Rm 5:18, 19). Ele concede a sua obediência àqueles crentes que são “justificados gratuitamente, por sua graça” (Rm 3:24). “Não por obras de justiça praticadas por nós, mas segundo sua misericórdia, Ele nos salvou” (Tt 3:5).

1. O papel da fé e das obras. Muitos acreditam erradamente que sua posição diante de Deus depende de suas boas ou más obras. Abordando a questão de como as pessoas são justificadas diante de Deus, Paulo declara inequivocamente que ele perdera “todas as coisas [...] para ganhar a Cristo e

ser achado nele, não tendo justiça própria, que procede de lei, senão a que é mediante a fé em Cristo, a justiça que procede de Deus, baseada na fé” (Fp 3:8, 9). Ele apontou o exemplo de Abraão, que “creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça” (Rm 4:3; cf. Gn 15:6). Ele foi justificado antes de submeter-se à circuncisão, e não em virtude da mesma (Rm 4:9, 10).

Que espécie de fé possuía Abraão? As Escrituras revelam que, “pela fé, Abraão [...] obedeceu” quando Deus o chamou, deixando sua terra natal e viajando “sem saber aonde ia” (Hb 11:8-10; cf. Gn 12:4; 13:18). O fato de que ele possuía uma fé genuína e viva em Deus foi demonstrado por sua obediência. Foi com base nessa fé dinâmica que ele recebeu a justificação.

O apóstolo Tiago adverte contra uma compreensão incorreta da justificação pela fé: imaginar que alguém possa ser justificado pela fé sem manifestar as obras correspondentes. Ele demonstrou que a fé genuína não pode existir sem as obras. Tal como Paulo, Tiago ilustrou esse ponto a partir da experiência de Abraão. O fato de o patriarca oferecer seu filho (Tg 2:21) foi uma demonstração de sua fé. “Vês como a fé operava juntamente com as suas obras”, afirma Tiago; “com efeito foi pelas obras que a fé se consumou” (Tg 2:22). “A fé, se não tiver obras, por si só está morta” (Tg 2:17).

A experiência de Abraão revelou que as obras constituem evidência de um genuíno relacionamento com Deus. A fé que conduz à justificação é, pois, uma fé viva, que opera (Tg 2:24).

Paulo e Tiago estão de acordo no tocante à justificação pela fé. Enquanto Paulo destaca a falácia de se buscar a justificação por meio das obras, Tiago salienta o perigo correspondente de se pretender a justificação sem as obras correspondentes. Nem as obras nem a fé morta podem conduzir à justificação. Ela pode ser obtida unicamente pela genuína fé, aquela que opera por amor (Gl 5:6) e purifica a alma.

2. A experiência da justificação. Por meio da justificação pela fé em Cristo, sua justiça nos é imputada. Tudo está em ordem conosco diante de Deus porque Cristo se tornou nosso substituto. Segundo o dizer de Paulo, Deus fez pecado por nós “aquele que não conheceu pecado [...] para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus” (2Co 5:21). Na qualidade de pecadores arrependidos, experimentamos pleno e completo perdão. Estamos reconciliados com Deus!

A visão obtida por Zacarias quanto ao sumo sacerdote Josué ilustra de modo muito belo a justificação. Josué achava-se em pé diante do anjo do Senhor, vestido com roupas sujas, as quais representavam a contaminação do

pecado. Estando ele ali, de pé, Satanás reclamou a sua condenação. As acusações de Satanás estavam corretas – Josué não merecia absolvição. Mas Deus, manifestando sua divina misericórdia, repreendeu a Satanás: “Não é este um tição tirado do fogo?” (Zc 3:2). Não é esta a minha aquisição preciosa que estou preservando de maneira especial?

O Senhor ordenou que aquelas vestimentas sujas fossem imediatamente removidas e declarou: “Eis que tenho feito que passe de ti a tua iniquidade e te vestirei de finos trajes” (Zc 3:4). Nosso amorável e todo-misericordioso Salvador afasta as acusações de Satanás, justifica o trememente pecador e o cobre com as vestes da justiça de Cristo. Assim como as roupas sujas de Josué representavam o pecado, assim as novas roupagens representam a nova experiência do crente em Cristo. No processo de justificação, os pecados confessados e perdoados são transferidos para o puro e santo Filho de Deus, o Cordeiro que carrega sobre si os nossos pecados. “Contudo, o imerecedor mas arrependido crente é vestido com a justiça imputada de Cristo. Essa troca de vestes, esta transação divina e salvadora, constitui a doutrina bíblica da justificação pela fé.”⁵ O crente justificado experimentou o perdão e foi purificado de seus pecados.

Os resultados. Quais são os resultados do arrependimento e da justificação?

1. Santificação. A palavra “santificação” é tradução dos termos *hagiasmos* (cujo significado é “santidade”, “consagração” e “santificação”) e do verbo *hagiazó* (“tornar santo”, “consagrar”, “santificar”, “colocar à parte”). O termo hebraico equivalente é *qadash*, “separar para uso especial”.⁶

Verdadeiro arrependimento e justificação levam à santificação. Justificação e santificação acham-se intimamente relacionadas,⁷ distintas mas jamais separadas. Elas designam duas fases da salvação: justificação é aquilo que Deus faz *por* nós, enquanto santificação é aquilo que Deus faz *em* nós.

Nem a justificação nem a santificação resultam de obras meritórias. Ambas são devidas unicamente à graça e à justiça de Cristo. “É imputada a justiça pela qual somos justificados; aquela pela qual somos santificados, é comunicada. A primeira é nosso título para o Céu; a segunda, nossa adaptação para ele.”⁸

As três fases da santificação apresentadas na Bíblia são: (1) um ato realizado no passado da experiência do crente; (2) um processo na experiência presente do crente; (3) o resultado final da experiência do crente por ocasião do retorno de Cristo.

Quanto ao passado do crente, no momento da justificação ele é também santificado “em o nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito do nosso Deus” (1Co 6:11). A pessoa se torna “santa”. Nesse ponto o novo crente é redimido e pertence completamente a Deus.

Como resultado do chamamento divino (Rm 1:7), os crentes são tratados como “santos” porque estão “em Cristo” (Fp 1:1; cf. Jo 15:1-7), e não por haverem alcançado um estado de ausência de pecado. A salvação é uma experiência do presente. Paulo diz que, “segundo sua misericórdia, Ele nos salvou mediante o lavar regenerador e renovador do Espírito Santo” (Tt 3:5), colocando-nos à parte e nos consagrando para um propósito santo e para andarmos com Cristo.

2. Adoção na família de Deus. Ao mesmo tempo, os novos crentes recebem o “Espírito de adoção”. Deus os adotou como seus filhos e filhas, o que significa que os crentes são agora filhos e filhas do Rei! Ele os tornou seus herdeiros, e “coerdeiros com Cristo” (Rm 8:15, 17). Que imenso privilégio, honra e alegria!

3. Certeza da salvação. A justificação traz também a certeza da aceitação do crente. Traz consigo a alegria de uma união com Deus *agora*. Não importa quão pecaminoso tenha sido o passado, Deus perdoa todos os pecados e nós não mais nos encontramos sob a condenação e maldição da lei. A redenção se tornou uma realidade: “No qual temos a redenção, pelo seu sangue, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça” (Ef 1:7).

4. O início de uma vida nova e vitoriosa. Quando percebemos que o sangue do Salvador cobre todo o nosso passado pecaminoso, isto nos traz cura à alma, mente e corpo. Sentimentos de culpa podem ser totalmente dispensados, pois em Cristo tudo é perdoado, tudo é feito novo. Ao nos conceder diariamente sua graça, Cristo inicia o processo de transformar-nos à imagem de Deus.

À medida que cresce nossa fé nele, nossa transformação progride, e Ele nos concede crescentes vitórias sobre os poderes das trevas. O fato de Ele haver vencido o mundo nos assegura a libertação da escravidão do pecado (Jo 16:33).

5. O dom da vida eterna. Nosso novo relacionamento com Cristo traz consigo o dom da vida eterna. João afirmou: “Aquele que tem o Filho tem a vida; aquele que não tem o Filho de Deus não tem a vida” (1Jo 5:12). Alguém já se encarregou de nosso passado pecaminoso; por intermédio da habitação interior do Espírito Santo, podemos desfrutar das bênçãos da salvação.

A experiência da salvação e o presente

Uma vez que o sangue de Cristo traz purificação, justificação e santificação, o crente é agora “nova criatura; as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas” (2Co 5:17).

O chamado para uma vida de santificação. A santificação inclui o viver uma vida santificada, com base naquilo que Cristo já alcançou no Calvário. Paulo apelou a todos os crentes para que vivessem uma vida consagrada à santidade ética e conduta moral (1Ts 4:7). A fim de habilitá-los para a experiência de santificação, Deus concedeu aos crentes o “Espírito de santidade” (Rm 1:4). Paulo escreveu: “Para que, segundo a riqueza da sua glória, vos conceda que sejais fortalecidos com poder, mediante o seu Espírito no homem interior; e, assim, habite Cristo no vosso coração, pela fé, estando vós arraigados e alicerçados em amor” (Ef 3:16, 17).

Sendo produto de uma nova criação, os crentes devem assumir novas responsabilidades. Ou, no dizer do apóstolo: “Assim como oferecestes os vossos membros para a escravidão da impureza e da maldade para a maldade, assim ofereci, agora, os vossos membros para servirem à justiça para a santificação” (Rm 6:19). Agora eles devem viver “no Espírito” (Gl 5:25).

Crentes cheios do Espírito não andam “segundo a carne, mas segundo o Espírito” (Rm 8:4; cf. Rm 8:1). Eles são transformados, uma vez que “o pendor da carne dá para a morte, mas o do Espírito, para a vida e paz” (Rm 8:6). Pela habitação interior do Espírito de Deus, eles não são da carne, e sim do Espírito (Rm 8:9).

O mais elevado objetivo da vida que está cheia do Espírito é agradar a Deus (1Ts 4:1). Paulo diz que a santificação “é a vontade de Deus” para nós. Portanto, devemos nos abster da prostituição; não devemos ofender ou defraudar a nossos irmãos, “porquanto Deus não nos chamou para a impureza, e sim para a santificação” (1Ts 4:3, 6, 7).

A mudança interior. Por ocasião do segundo advento, seremos transformados fisicamente. Nosso corpo mortal e corruptível será tornado imortal e incorruptível (1Co 15:51-54). Entretanto, nosso caráter deve experimentar transformação durante o período de preparo para o segundo advento.

A transformação do caráter envolve os aspectos mentais e espirituais da imagem de Deus, a natureza interior, que deve ser renovada diariamente (cf. 2Co 4:16; Rm 12:2). Portanto, à semelhança da velha senhora na história do

Pastor de Hermas, a igreja se torna cada vez mais jovem no interior à medida que cresce – cada um dos cristãos verdadeiramente submetidos a Cristo vai sendo transformado de glória em glória até que, por ocasião do segundo advento, a transformação da pessoa em imagem de Deus será completada.

1. O envolvimento de Cristo e do Espírito Santo. Somente o Criador pode empreender a obra de transformar nossa vida (1Ts 5:23). Contudo, Ele não o faz sem a nossa participação. Temos de nos colocar sob a influência da obra do Espírito, e podemos alcançar isso mediante a contemplação de Cristo. Enquanto meditamos sobre a vida de Cristo, o Santo Espírito restaura nossas faculdades físicas, mentais e espirituais (cf. Tt 3:5). A obra do Espírito Santo inclui a revelação de Cristo e a restauração, em nós, da imagem de Deus (cf. Rm 8:1-10).

Deus deseja viver no coração de Seu povo. Foi em virtude de Ele haver prometido: “Habituarei e andarei entre eles” (2Co 6:16; cf. 1Jo 3:24; 4:12), que Paulo pôde dizer: “Cristo vive em mim” (Gl 2:20; cf. Jo 14:23). A morada do Criador no íntimo da pessoa renova-a interiormente todos os dias (2Co 4:16), e esta é uma renovação da mente (Rm 12:2; cf. Fp 2:5).

2. Participando da natureza divina. As “preciosas e mui grandes promessas” de Cristo servem de penhor para que seu divino poder complete a transformação de nosso caráter (2Pe 1:4). Esse acesso ao poder divino nos habilita a associar diligentemente a nossa fé à “virtude; com a virtude, o conhecimento; com o conhecimento, o domínio próprio; com o domínio próprio, a perseverança; com a perseverança, a piedade; com a piedade, a fraternidade; com a fraternidade, o amor.” Prossegue o apóstolo: “Porque estas coisas, existindo em vós e em vós aumentando, fazem com que não sejais nem inativos, nem infrutuosos no pleno conhecimento de nosso Senhor Jesus Cristo. Pois aquele a quem estas coisas não estão presentes é cego” (2Pe 1:5-9).

a. Somente por intermédio de Cristo. O que transforma seres humanos na imagem de seu Criador é a habitação íntima ou participação do Senhor Jesus Cristo (Rm 13:14; Hb 3:14), a renovação do Espírito Santo (Tt 3:5). É o aperfeiçoamento do amor de Deus em nós (1Jo 4:12). Aqui encontramos um mistério semelhante ao da encarnação do Filho de Deus. Assim como o Santo Espírito habilitou o divino Cristo a participar da natureza humana, assim o Espírito nos habilita a participar dos divinos traços de caráter. Essa apropriação da natureza divina renova a pessoa interior, tornando-nos semelhantes a Cristo, embora em um nível diferente: enquanto Cristo se

tornou humano, os crentes não podem se tornar divinos. Em vez disso, tornam-se semelhantes a Deus em caráter.

b. Um processo dinâmico. A santificação é progressiva. Através de oração e estudo da Palavra, podemos crescer constantemente no companheirismo com Deus.

O mero entendimento intelectual do plano da salvação não é suficiente. Cristo tornou bem claro este ponto: “Se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes o seu sangue, não tendes vida em vós mesmos. Quem comer a minha carne e beber o meu sangue tem a vida eterna, e Eu o ressuscitarei no último dia. Pois a minha carne é verdadeira comida, e o meu sangue é verdadeira bebida. Quem comer a minha carne e beber o meu sangue permanece em mim, e Eu, nele.” (Jo 6:53-56).

A imagem transmitida vividamente é a de que o crente deve assimilar as palavras de Cristo. Jesus acrescentou: “As palavras que Eu vos tenho dito são espírito e são vida” (Jo 6:63; cf. Mt 4:4).

O caráter é composto daquilo que a mente “come e bebe”. Quando digerimos o pão da vida, somos transformados à semelhança de Cristo.

3. As duas transformações. Em 1517, o mesmo ano em que Lutero pregou suas 95 teses na porta da igreja-castelo de Wittenberg, na Alemanha, Rafael começou a pintar seu famoso quadro da Transfiguração em Roma. Esses dois eventos possuíam algo de comum entre si. O ato de Lutero marcou o início do Protestantismo, e o quadro de Rafael, embora não intencionalmente, resumiu o espírito da Reforma.

A pintura mostra Cristo em pé sobre o monte, com os endemoniados olhando esperançosamente para Ele desde o vale (cf. Mc 9:2-29). Os dois grupos de discípulos – um na montanha, o outro no vale – retratam dois tipos de cristãos.

Os discípulos da montanha desejavam permanecer com Cristo, mais ou menos indiferentes às necessidades que ocorriam no vale. Ao longo dos séculos, muitos têm construído no alto da “montanha”, muito afastados das necessidades do mundo. Sua experiência é a das orações desacompanhadas de obras.

Por outro lado, os discípulos do vale trabalhavam sem oração – e seus esforços em desalojar os demônios provaram-se um fracasso. Multidões têm sido vencidas tanto pela tentação de trabalhar em favor dos outros sem o poder da oração, quanto pela tentação de muito orar sem trabalhar pelos

outros. Ambos os tipos de cristãos necessitam que a imagem de Deus seja neles restaurada.

a. A verdadeira transformação. Deus espera converter seres caídos em sua imagem, pela transformação de sua vontade, mente, desejos e caracteres. O Espírito Santo traz aos crentes uma decisiva mudança de aparência. Seus frutos – “amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio” (Gl 5:22, 23) – constituem agora o estilo de vida destes cristãos, mesmo tendo em vista que eles continuarão sendo mortais corruptíveis até o retorno de Cristo.

Se não lhe resistirmos, Cristo “por tal forma se identificará com os nossos pensamentos e ideais, dirigirá nosso coração e espírito em tanta conformidade com seu querer, que, obedecendo-lhe, não estaremos senão seguindo nossos próprios impulsos. A vontade, refinada, santificada, encontrará seu mais elevado deleite em fazer seu serviço.”⁹

b. Os dois destinos. A transfiguração de Cristo revela outro marcante contraste. Cristo foi transfigurado mas, em certo sentido, também o foi o garoto no vale. O menino foi transfigurado em uma imagem demoníaca (Mc 9:1-29). Aqui podemos ver claramente dois planos opostos – o plano divino de nos restaurar e o plano satânico de arruinar-nos. As Escrituras dizem que Deus é capaz de nos guardar “de tropeços” (Jd 24). Satanás, por sua vez, faz tudo o que está a seu alcance para nos manter no estado decaído.

A vida envolve constantes mudanças. Não existe terreno neutro. Ou estaremos sendo enobrecidos ou degradados. Ou seremos “escravos do pecado” ou “escravos da justiça” (Rm 6:17, 18). Quem quer que ocupe nossa mente, estará ocupando todo o nosso ser. Se, por meio do Espírito Santo, Cristo ocupar nossa mente, nos tornaremos pessoas semelhantes a Cristo – pois uma vida cheia do Espírito apresenta “cativo todo pensamento à obediência de Cristo” (2Co 10:5). Mas se estivermos sem Cristo, estaremos separados da fonte de vida e nossa destruição última será inevitável.

A perfeição cristã. O que é a perfeição bíblica? Como pode ela ser recebida?

1. Perfeição bíblica. As palavras “perfeito” e “perfeição” representam traduções do termo hebraico *tam* ou *tamim*, que significam “completo”, “correto”, “cheio de paz”, “sadio”, “inteiro” ou “sem mancha”. Em geral, o termo grego *teleios* significa “completo”, “perfeito”, “plenamente crescido”, “maduro”, “plenamente desenvolvido” e “que atingiu o seu propósito”.¹⁰

No Antigo Testamento, quando aplicada a seres humanos, a palavra possui

sentido relativo. Noé, Abraão e Jó foram sucessivamente descritos como perfeitos ou sem mancha (Gn 6:9; 17:1; 22:18; Jó 1:1, 8), embora todos eles revelassem imperfeições (Gn 9:21; 20; Jó 40:2-5).

No Novo Testamento, a palavra *perfeito* muitas vezes descreve pessoas amadurecidas, que viveram à luz da melhor verdade conhecida e assim alcançaram elevado potencial espiritual, mental e físico (cf. 1Co 14:20; Fp 3:15; Hb 5:14). Os crentes devem ser perfeitos em sua esfera finita, disse Cristo, assim como Deus é perfeito em sua esfera absoluta e infinita (cf. Mt 5:48). À vista de Deus, pessoa perfeita é aquela cujo coração e vida se encontram em plena submissão à adoração e ao serviço de Deus; pessoas que estão crescendo constantemente em conhecimento divino e que, por intermédio da graça de Deus, estão vivendo à altura de toda a luz que receberam enquanto se regozijam em uma vida de vitória (cf. Cl 4:12; Tg 3:2).

2. Plena perfeição em Cristo. De que modo podemos nos tornar perfeitos? O Espírito Santo nos traz a perfeição de Cristo. Pela fé, o caráter perfeito de Cristo se torna nosso. As pessoas jamais poderão pretender a perfeição independentemente de Cristo, como se ela fosse algum dote interior do indivíduo, ou lhe pertencesse por direito. Perfeição é um dom de Deus.

Separados de Cristo, não podem os seres humanos alcançar uma vida de justiça. O Mestre deixou claro: “Quem permanece em mim, e Eu, nele, esse dá muito fruto; porque sem mim nada podeis fazer” (Jo 15:5). É Cristo em nós quem se “tornou, da parte de Deus, sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção” (1Co 1:30).

Em Cristo essas qualidades constituem nossa perfeição. Ele completa, de uma vez por todas, nossa santificação e redenção. Ninguém é capaz de acrescentar algo àquilo que Ele já fez. Nossas vestes festivas, ou mantos de justiça, foram confeccionados pela vida, morte e ressurreição de Cristo. Agora o Espírito Santo toma o produto acabado e o faz funcionar na vida cristã. Dessa forma, podemos ser “tomados de toda a plenitude de Deus” (Ef 3:19).

3. Rumo à perfeição. Qual é o papel que nós, como crentes, devemos desempenhar em tudo isso? Por meio da habitação interior de Cristo, crescemos em maturidade espiritual. Por meio dos dons divinos destinados à sua igreja, podemos nos desenvolver até atingir a “perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo” (Ef 4:13). Precisamos crescer

para além de nossa experiência espiritual incipiente, a da meninice (Ef 4:14), para além das verdades básicas do cristianismo, preparando-nos para receber o “alimento sólido” preparado para cristãos amadurecidos (Hb 5:14). “Por isso”, diz Paulo, “pondo de parte os princípios elementares da doutrina de Cristo, deixemo-nos levar para o que é perfeito” (Hb 6:1). E acrescentou: “Também faço esta oração: que o vosso amor aumente mais e mais em pleno conhecimento e toda a percepção, para aprovarde as coisas excelentes e serdes sinceros e inculpáveis para o dia de Cristo, cheios do fruto de justiça, o qual é mediante Jesus Cristo, para a glória e louvor de Deus” (Fp 1:9-11).

A vida santificada não é isenta de severas dificuldades e obstáculos. Paulo advertiu os crentes: “Desenvolvi a vossa salvação com temor e tremor.” Ele acrescentou, porém, as estimuladoras palavras: “Porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade” (Fp 2:12, 13).

Em outro ponto ele acrescenta: “Exortai-vos mutuamente cada dia, durante o tempo que se chama Hoje, a fim de que nenhum de vós seja endurecido pelo engano do pecado. Porque nos temos tornado participantes de Cristo, se, de fato, guardamos firme até ao fim, a confiança que, desde o princípio, tivemos” (Hb 3:13, 14; cf. Mt 24:13).

As Escrituras nos advertem: “Se vivermos deliberadamente em pecado, depois de termos recebido o pleno conhecimento da verdade, já não resta sacrifício pelos pecados; pelo contrário, certa expectativa horrível de juízo e fogo vingador” (Hb 10:26, 27).

Essas exortações tornam evidente que os cristãos “necessitam mais que apenas uma justificação ou santificação legal. Eles necessitam santidade de caráter, mesmo considerando que a salvação sempre vem pela fé. O título para o Céu repousa sobre a justiça de Cristo apenas. Em adição à justificação, o plano de salvação de Deus provê por intermédio deste título uma *habilitação* para o Céu por meio do Cristo que vive no interior. A habilitação deve ser revelada no caráter moral do homem, como evidência de que a salvação aconteceu.”¹¹

O que significa isso, em termos humanos? Contínua oração é indispensável para se poder viver uma vida santificada, perfeita a cada estágio de seu desenvolvimento. “Por esta razão, também nós [...] não cessamos de orar por vós [...] a fim de viverdes de modo digno do Senhor, para o seu inteiro agrado, frutificando em toda boa obra e crescendo no pleno conhecimento de

Deus” (Cl 1:9, 10).

Justificação diária. Todos os crentes que desenvolvem a vida santificada, cheia do Espírito (dominada por Cristo), têm contínua necessidade de justificação diária (sustentada por Cristo). Necessitamos dessa providência em virtude de transgressões conscientes e em virtude de erros que cometemos involuntariamente. Compreendendo a pecaminosidade do coração humano, Davi suplicou pelo perdão de suas “faltas ocultas” (Sl 19:12; cf. Jr 17:9). Falando especificamente dos pecados dos crentes, Deus nos assegura que “se [...] alguém pecar, temos Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o justo” (1Jo 2:1).

A experiência da salvação e o futuro

Nossa salvação será final e plenamente operada quando formos glorificados na ressurreição ou quando formos transformados vivos, antes de nossa trasladação para o Céu. Pela glorificação, Deus compartilhará com os redimidos sua própria glória radiante. Essa é a esperança que todos nós, como filhos de Deus, podemos antecipar. Paulo escreveu: “Gloriemo-nos na esperança da glória de Deus” (Rm 5:2).

Essa experiência será atingida no segundo advento, quando Cristo aparecer “segunda vez, sem pecado, aos que O aguardam para a salvação” (Hb 9:28).

Glorificação e santificação. A habitação de Cristo em nossos corações é uma das condições para a futura salvação – a glorificação de nossos corpos mortais. Paulo assim situa o ponto: “Cristo em vós” é “a esperança da glória” (Cl 1:27). Em outro lugar ele oferece a explicação: “Se habita em vós o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos, esse mesmo que ressuscitou a Cristo Jesus dentre os mortos vivificará também o vosso corpo mortal, por meio do seu Espírito, que em vós habita” (Rm 8:11). Paulo nos garante que “Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, pela santificação do Espírito e fé na verdade, [...] para alcançardes a glória de nosso Senhor Jesus Cristo” (2Ts 2:13, 14).

Em Cristo, achamo-nos sempre na sala do trono do Universo (Cl 3:1-4). Aqueles que são “participantes do Espírito Santo”, na verdade já provaram “os poderes do mundo vindouro” (Hb 6:4, 5). Ao contemplarmos a glória do Senhor e fixarmos os olhos na atrativa beleza do caráter de Cristo, “somos transformados, de glória em glória, na sua própria imagem, como pelo Senhor, o Espírito” (2Co 3:18) – estamos sendo preparados para a

transformação que experimentaremos por ocasião do segundo advento.

Nossa redenção final e adoção como filhos de Deus ocorrerá no futuro. Diz Paulo: “A ardente expectativa da criação aguarda a revelação dos filhos de Deus”, acrescentando que “igualmente gememos em nosso íntimo, aguardando a adoção de filhos, a redenção do nosso corpo” (Rm 8:19, 23; cf. Ef 4:30).

Esses eventos culminantes ocorrerão no tempo “da restauração de todas as coisas” (At 3:21). Cristo identifica a oportunidade como a “regeneração” (Mt 19:28). Então “a própria criação será redimida do cativeiro da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus” (Rm 8:21).

A visão escriturística de que, em certo sentido, a adoção e a redenção – ou a salvação – “já” ocorreram e, por outro lado, em certo sentido, elas ainda não ocorreram, tem levado alguns à confusão. Um estudo do pleno escopo do trabalho de Cristo como salvador provê a resposta. “Paulo relaciona nossa *salvação presente* com a *primeira vinda* de Cristo. Por meio da cruz histórica, da ressurreição e do ministério celestial de Cristo, nossa justificação e santificação são asseguradas por completo e para todos. Nossa *salvação futura*, a glorificação de nossos *corpos*, é relacionada por Paulo com a *segunda vinda* de Cristo.

“Por esta razão, Paulo pode dizer simultaneamente: ‘Estamos salvos’, em vista da cruz de Cristo no passado; e diz também ‘ainda não estamos salvos’ à vista do futuro retorno de Cristo a fim de redimir os nossos corpos.”¹²

Se enfatizarmos nossa presente salvação e excluirmos nossa salvação futura, criaremos uma compreensão incorreta e desafortunada no tocante à salvação completa em Cristo.

Glorificação e perfeição. Alguns creem incorretamente que a perfeição última, que será trazida pela glorificação, já se encontra à disposição do ser humano. Entretanto, Paulo – o dedicado homem de Deus – escreveu a seu próprio respeito, próximo ao final de sua vida: “Não que eu o tenha já recebido ou tenha já obtido a perfeição; mas prossigo para conquistar aquilo para o que também fui conquistado por Cristo Jesus. Irmãos, quanto a mim, não julgo havê-lo alcançado; mas uma coisa faço: esquecendo-me das coisas que para trás ficam e avançando para as que diante de mim estão, prossigo para o alvo, para o prêmio da soberana vocação de Deus em Cristo Jesus” (Fp 3:12-14).

Santificação é um processo de toda a vida. Podemos possuir a perfeição agora, mas somente em Cristo. Entretanto, a transformação última, todo-

abrangente de nossa vida, que se transformará na genuína imagem de Deus, deverá ocorrer por ocasião do segundo advento. Paulo adverte: “Aquele, pois, que pensa estar em pé veja que não caia” (1Co 10:12). A história do povo de Israel e a vida de Davi, Salomão e Pedro representam sérias advertências para nós. “Enquanto durar a vida, haverá necessidade de resguardar as afeições e as paixões com firme propósito. Há uma corrupção interna, há tentações externas, e onde quer que se deva promover a causa de Deus, Satanás planeja dispor as circunstâncias de modo que a tentação sobrevirá à alma com força avassaladora. Em nenhum momento podemos estar seguros, a não ser que estejamos confiantes em Deus, tendo a vida escondida com Cristo em Deus.”¹³

Nossa transformação criadora final acontecerá quando nos apossarmos da incorruptibilidade e da imortalidade, quando o Espírito Santo restaurar completamente a criação original.

A base de nossa aceitação diante de Deus

Nem os traços cristãos do caráter nem um comportamento isento de falhas representam a base pela qual somos aceitos diante de Deus. A justiça salvadora provém do único Homem justo, Cristo Jesus, e nos é transferida pelo Espírito Santo. Em nada podemos contribuir com o dom da justiça de Cristo; podemos apenas recebê-lo. Nenhum outro ser, além de Cristo, é justo (Rm 3:10); a justiça humana independente não passa de trapos de imundícia (Is 64:6; cf. Dn 9:7, 11, 20; 1Co 1:30).¹⁴

Mesmo aquilo que fazemos em resposta ao salvífico amor não pode constituir a base para nossa aceitação diante de Deus. Essa aceitação é identificada com a obra de Cristo. Ao trazer-nos Cristo, o Espírito Santo traz também essa aceitação.

É a nossa aceitação baseada na justificadora justiça de Cristo, ou em sua santificadora justiça, ou em ambas? João Calvino destacou que, assim como “Cristo não pode ser dividido em duas partes, assim as duas coisas – justificação e santificação, que nele percebemos unidas – são inseparáveis”.¹⁵ O ministério de Cristo deve ser visto em sua totalidade. Isso se torna um parâmetro que evita especulações no tocante a esses dois termos, como “tentar definir minuciosamente os sutis pontos de distinção entre justificação e santificação. [...] Por que tentar ser mais exato do que a Revelação no que diz respeito à vital questão da justificação pela fé?”¹⁶

Assim como o Sol tem luz e calor – inseparáveis, mas com funções específicas –, Cristo se tornou para nós justiça e santificação (1Co 1:30). Por intermédio dele, somos plenamente justificados e santificados

O Espírito Santo traz para dentro de nós o “Está consumado” do Calvário, aplicando a nós a experiência única da aceitação que Deus faz da humanidade. Esse “está consumado”, pronunciado na cruz, coloca em xeque todas as outras tentativas humanas de se obter aceitação. Ao administrar o Crucificado ao nosso íntimo, o Espírito traz a única base para nossa aceitação diante de Deus, providenciando o único título genuíno e válido para a salvação que nos está disponível.

¹ T. F. Torrance, *Royal Priesthood*, Scottish Journal of Theology Occasional Papers, n° 3 (Edinburg: Oliver and Boyd, 1963), p. 48.

² Ver “Conversion” e “Repent, Repentance”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 235, 933.

³ W. E. Vine, *An Expository Dictionary of the New Testament Words* (Old Tappan: Fleming H. Revell, 1966), p. 284-286; William F. Arndt e F. Wilbur Gingrich, *A Greek-English Lexicon of the New Testament and Other Early Christian Literature* (Chicago: University of Chicago Press, 1973), p. 196.

⁴ “Justification”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 635.

⁵ LaRondelle, p. 47.

⁶ “Sanctification”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 979.

⁷ Ibid..

⁸ E. G. White, *Mensagens aos Jovens* (Casa Publicadora Brasileira), p. 35.

⁹ E. G. White, *O Desejado de Todas as Nações* (Casa Publicadora Brasileira), p. 668.

¹⁰ “Perfect, Perfection”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 864.

¹¹ LaRondelle, p. 77.

¹² Ibid., p. 89.

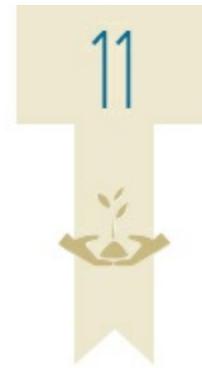
¹³ E. G. White, em *CBASD*, v. 2, p. 1143.

¹⁴ Comentando a respeito de Cristo – nosso sumo sacerdote – White diz: “Os cultos, as orações, o louvor, a penitente confissão dos pecados, sobem dos crentes fiéis, como incenso ao santuário celestial, mas ao passar através dos corruptos canais da humanidade, ficam tão maculados que, a menos que sejam purificados por sangue, jamais podem ser de valor perante Deus. Não ascendem em imaculada pureza, e a menos que o Intercessor, que está à direita de Deus, apresente e purifique tudo por sua justiça, não será aceitável a Deus. Todo o incenso dos tabernáculos terrestres tem de ser umedecido com as purificadoras gotas do sangue de Cristo” (*Mensagens Escolhidas*, v. 1, p. 344).

¹⁵ J. Calvino, *Institutes of the Christian Religion* (Grand Rapids: Associated Publishers and Authors, sem data), III, 11, 6.

¹⁶ E. G. White, em *CBASD*, v. 6, p. 1193.

CRESCIMENTO EM CRISTO



Com sua morte na cruz, Jesus triunfou sobre as forças do mal. Aquele que durante seu ministério terrestre subjogou os espíritos demoníacos quebrou o poder do maligno e confirmou sua condenação final. A vitória de Jesus nos dá a vitória sobre as forças do mal que ainda procuram nos controlar ao andarmos com Ele em paz, alegria e com a certeza do seu amor. Agora, o Espírito Santo habita em nós e reveste-nos de poder. Estando continuamente comprometidos com Jesus como nosso Salvador e Senhor, somos libertados do fardo dos atos cometidos no passado. Não mais vivemos nas trevas, com medo dos poderes do mal, na ignorância e na vida sem sentido de outrora. Nesta nova liberdade em Jesus, somos chamados a crescer na semelhança do seu caráter, comungando com Ele diariamente em oração, alimentando-nos de sua Palavra, meditando nela e na sua providência, cantando seus louvores, nos reunindo nos cultos e participando da missão da igreja. Também somos chamados a seguir o exemplo de Cristo pelo ministério compassivo às necessidades físicas, mentais, sociais, emocionais e espirituais da humanidade. Ao entregar-nos para o amoroso serviço em prol dos que estão em torno de nós e ao testemunharmos de sua salvação, sua constante presença conosco por meio do Espírito transforma cada momento e cada tarefa em uma experiência espiritual.

O nascimento é um momento de alegria. Uma semente germina, e o aparecimento daquelas duas primeiras folhas deixa o jardineiro feliz. Um bebê nasce, e seu primeiro choro anuncia ao mundo que ali está uma nova vida que deve ser levada em consideração. A mãe esquece todas as suas dores e se une ao resto da família com alegria e celebração. Uma nação nasce para

ser livre, e uma multidão invade as ruas e inunda as praças da cidade ostentando os símbolos de sua alegria recém-encontrada. Mas imagine: Aquelas duas folhas não se tornam quatro, mas permanecem as mesmas, ou desaparecem; um ano depois, o pequeno bebê não sorri, nem dá seus primeiros passos, mas continua imóvel, na mesma simplicidade com que entrou no mundo; a nação recém-libertada em pouco tempo tem uma reviravolta e se transforma em uma prisão onde há medo, tortura e cativeiro.

A alegria do jardineiro, o êxtase da mãe e a promessa de um futuro repleto de liberdade se tornam decepção, mágoa, dor e lamentação. O crescimento – contínuo, constante, que amadurece e produz frutos – é essencial para a vida. Sem ele, o nascimento não tem significado, nem propósito, nem destino.

Crescer é uma equação inseparável da vida física e espiritual. O crescimento físico exige cuidado, ambiente, alimento, exercício e treinamento adequados, como também uma vida que tenha um propósito. Como crescemos em Cristo e amadurecemos como cristãos? Quais são os marcos do crescimento espiritual?

Vida começa com morte

Talvez o princípio mais básico e singular no que diz respeito à vida cristã seja que a vida começa com a morte – na verdade, com dois eventos envolvendo morte. Primeiro, a morte de Cristo na cruz possibilita a nossa nova vida – livres do domínio de Satanás (Cl 1:13, 14), livres da condenação do pecado (Rm 8:1), livres da morte, o salário do pecado (Rm 6:23) – e traz reconciliação entre Deus e os homens. Segundo, a morte do eu permite que nos apossamos da vida que Cristo oferece. Terceiro, como resultado, andamos em novidade de vida.

A morte de Cristo. A cruz está no centro do plano de Deus para a salvação. Sem ela, Satanás e suas forças demoníacas não seriam derrotados, nem o problema do pecado teria sido resolvido, tampouco a morte seria esmagada. O apóstolo nos diz: “O sangue de Jesus, seu filho, nos purifica de todo pecado” (1Jo 1:7). “Porque Deus amou o mundo de tal maneira,” diz a passagem bíblica. Se o amor de Deus concebeu e originou o plano da salvação, a execução do plano está explicada na segunda parte da passagem: “que deu o seu Filho unigênito.” A singularidade do dom de Deus não está no fato de que Ele deu o seu Filho, mas que Ele o deu para que morresse por nossos pecados. Sem a cruz, não poderia haver perdão dos pecados, nem a

vida eterna, nem a vitória sobre Satanás.

Por sua morte na cruz, Cristo triunfou sobre Satanás. Desde a intensa tentação no deserto até a agonia do Getsêmani, Satanás, sem nenhuma misericórdia, liderou o ataque contra o Filho de Deus – para debilitar sua vontade, para fazê-lo tropeçar, para levá-lo a duvidar do Pai e pressioná-lo a não tomar o amargo cálice do pecado da humanidade em vicário sacrifício. A cruz foi o sacrifício supremo. Lá, “Satanás com seus anjos, em forma humana, achava-se presente”,¹ para levar a grande batalha contra Deus a término, esperando que Cristo, ali mesmo, descesse da cruz, fracassando em cumprir o propósito redentor de Deus, de oferecer seu Filho como sacrifício pelo pecado (Jo 3:16). Mas Cristo, ao dar sua vida na cruz, esmagou o poder de Satanás, “despojando os principados e as potestades”, e “publicamente os expôs ao desprezo, triunfando deles na cruz” (Cl 2:15). Na cruz, Cristo “ganhara a batalha. Sua destra e seu santo braço lhe alcançaram a vitória. Como vencedor, firmou sua bandeira nas alturas eternas. [...] Todo o Céu triunfou na vitória do Salvador. Satanás foi derrotado, e sabia que seu reino estava perdido.”²

É notável a descrição detalhada do apóstolo em Colossenses. Primeiro, Cristo despojou os principados e as potestades do mal. A palavra grega para *despojou* significa literalmente “despiu”. Por causa da cruz, Satanás permanece despido de todo o seu poder demoníaco sobre o povo de Deus, se este depositar sua confiança naquele que conquistou a vitória lá na cruz. Segundo, a cruz tornou Satanás e seus seguidores um “espetáculo público” diante do universo. Aquele que um dia se gabara de que seria “semelhante ao Altíssimo” (Is 14:14) veio a dar um espetáculo cósmico de vergonha e derrota. O mal não tem mais poder sobre os crentes, aqueles que passaram do reino das trevas para o reino da luz (Cl 1:13). Terceiro, a cruz garantiu a suprema e escatológica vitória sobre Satanás, o pecado e a morte.

Assim, a cruz de Cristo se tornou um instrumento da vitória de Deus sobre o mal:

l Um meio pelo qual o perdão dos pecados se faz possível (Cl 2:13).

l Uma exibição cósmica de reconciliação universal (2Co 5:19).

l Uma certeza das possibilidades presentes de uma vida vitoriosa e de crescimento em Cristo, por meio da qual o pecado não terá domínio sobre nossa mente e nosso corpo (Rm 6:12), como de nossa condição de filhos e filhas de Deus (Rm 8:14).

I Uma certeza escatológica de que este mundo de maldade, outroradomínio usurpado de Satanás, será purificado da presença e poder do pecado (Ap 21:1).

A cada degrau dessa escada de redenção e vitória, vemos o cumprimento da profecia do próprio Cristo: “Eu via Satanás caindo do céu como um relâmpago” (Lc 10:18).

O Cristo da cruz é a ação redentora de Deus para o problema do pecado. Para que não esquecêssemos desse fato, Jesus declarou que seu sangue devia ser “derramado em favor de muitos, para remissão de pecados” (Mt 26:28). Esse derramamento de sangue é crucial para a experiência e a apreciação da salvação. Para começar, ele tem a ver com o pecado. O pecado é real. O pecado tem alto custo. As garras do pecado são tão fortes e mortíferas que o perdão do pecado e a libertação do seu poder e culpa são impossíveis sem o “precioso sangue de Cristo” (1Pe 1:19). Essa verdade acerca do pecado precisa ser dita repetidas vezes, pois vivemos em um mundo que nega a realidade do pecado ou permanece indiferente a ele. Na cruz, porém, somos confrontados com a natureza diabólica do pecado, a qual somente pode ser purificada pelo sangue “derramado em favor de muitos, para remissão de pecados” (Mt 26:29).

Nunca esqueçamos nem fiquemos indiferentes ao fato de que Jesus morreu por nossos pecados e que, sem a sua morte, não pode haver perdão. Foram nossos pecados que conduziram Jesus até a cruz. Como diz Paulo: “Porque Cristo, quando ainda éramos fracos, morreu a seu tempo pelos ímpios”; “Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores” (Rm 5:6, 8). Ou, como declara Ellen White, “os pecados dos homens pesavam duramente sobre Cristo, e esmagavam-lhe a alma o sentimento da ira divina”.³ É impossível não afirmar e proclamar a natureza definitiva (Rm 6:10; Hb 7:27; 10:10) da morte sacrificial e substitutiva de Jesus.

Não somos salvos pelo Cristo bom homem, nem pelo Cristo homem-Deus, nem pelo Cristo grande Mestre e nem pelo Cristo impecável exemplo. Somos salvos pelo Cristo da cruz: “Cristo foi tratado como nós merecíamos, para que pudéssemos receber o tratamento a que Ele tinha direito. Foi condenado pelos nossos pecados, nos quais não tinha participação, para que fôssemos justificados por sua justiça, na qual não tínhamos parte. Sofreu a morte que nos cabia, para que recebêssemos a vida que a Ele pertencia. ‘Pelas suas pisaduras fomos sarados.’”⁴

O sangue de Jesus, portanto, garante o perdão dos pecados e lança a semente para um crescimento renovado. Um dos primeiros aspectos dessa renovação e crescimento na vida cristã é a reconciliação. A cruz é o instrumento de Deus para efetivar a reconciliação do homem com Ele. “Deus estava em Cristo”, declara o apóstolo Paulo, “reconciliando consigo o mundo” (2Co 5:19). Por causa do que Ele fez na cruz, podemos nos apresentar diante de Deus sem pecado e sem medo. Aquilo que nos afastou de Deus já foi resolvido. “Quanto dista o Oriente do Ocidente, assim afasta de nós as nossas transgressões” (Sl 103:12). O Homem na cruz abriu um novo caminho que conduz à própria presença de Deus. “Está consumado”, Ele proclamou na cruz, e conclamou seus seguidores a entrar em perene companhia com Deus.

A reconciliação com Deus imediatamente abre a segunda fase do processo de crescimento redentor: a reconciliação com o nosso próximo. Uma das lindas cenas da cruz é a variedade das pessoas reunidas em torno dela. Nem todos eram admiradores de Jesus. Nem todos eram santos. Mas observe essas pessoas. Havia ali egípcios, que se orgulhavam de seu talento para os negócios; havia romanos, que se gabavam de sua civilização e cultura; havia gregos, que excediam no conhecimento; havia judeus, que se consideravam o povo escolhido de Deus; havia fariseus, que achavam ser os escolhidos entre os escolhidos; havia saduceus, que se consideravam doutrinariamente puros; havia escravos, que ansiavam ser livres; havia homens livres, que levavam uma vida de prazeres; havia homens, mulheres e crianças.

Mas a cruz não fez distinção entre essas pessoas. Ela julgou todos como pecadores; a todos, ela oferecia o divino caminho da reconciliação. Ao pé da cruz, o chão é plano. Todos estão juntos – nada mais divide a humanidade. Uma nova irmandade é apresentada. Começa um novo companheirismo. O leste funde-se com o oeste, o norte se aproxima do sul, mãos brancas apertam mãos negras, ricos transpõem barreiras para abraçar os pobres. A cruz conclama todos a vir à fonte do sangue – para experimentar a doçura da vida, para compartilhar a experiência da graça e para proclamar ao mundo o emergir de uma nova vida, uma nova família (Ef 2:14-16). Portanto, a cruz foi o início da vitória sobre Satanás e o pecado e, conseqüentemente, trouxe vida nova em Cristo.

Morte do eu. Um segundo aspecto importante da novidade de vida e crescimento do cristão é a morte do velho eu. Você não pode ler o Novo

Testamento sem encarar de perto este aspecto fundamental da vida nova do cristão. Leia Gálatas 2:19 e 20: “Estou crucificado com Cristo; logo, já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim; e esse viver que, agora, tenho na carne, vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e a si mesmo se entregou por mim.” Ou leia Romanos 6:6 a 11: “Foi crucificado com ele o nosso velho homem, para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos o pecado como escravos. [...] Assim também vós considerai-vos mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus.” Ou leia a enunciação de Jesus sobre o novo princípio de vida: “Se o grão de trigo, caindo na terra, não morrer, fica ele só; mas, se morrer, produz muito fruto” (Jo 12:24).

A vida cristã, portanto, não começa com o nascimento. Começa com a morte. Até que o eu morra, até que seja crucificado, não há começo algum. É preciso que haja uma cirurgia radical, deliberada e total do próprio eu. “E assim, se alguém está em Cristo, é nova criatura; as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas” (2Co 5:17). “A vida cristã não é uma modificação ou melhoramento da antiga, mas uma transformação da natureza. Tem lugar a morte do eu e do pecado, e uma vida toda nova. Essa mudança só se pode efetuar mediante a eficaz operação do Espírito Santo.”⁵ O apóstolo enfatiza tanto a morte para o pecado quanto a ressurreição para uma nova vida por meio da experiência do batismo: “Porventura, ignorais que todos nós que fomos batizados em Cristo Jesus fomos batizados na sua morte? Fomos, pois, sepultados com ele na morte pelo batismo; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida” (Rm 6:3, 4). O batismo, portanto, abre simbolicamente a porta de uma vida nova e nos conclama para crescer em Cristo.

Algo acontece com alguém que aceita a Jesus como salvador e mestre. Simão, o hesitante, torna-se Pedro, o corajoso. Saulo, o perseguidor, torna-se Paulo, o proclamador. Tomé, o incrédulo, torna-se o missionário além-mar. A covardia dá lugar à coragem. A incredulidade dá lugar à tocha da fé. A inveja é tragada pelo amor. O interesse próprio se desfaz deixando aparecer a preocupação com o próximo. Não há lugar para o pecado no coração. O eu está crucificado. Por isso, Paulo escreveu: “Vos despistes do velho homem com os seus feitos e vos revestistes do novo homem que se refaz para o pleno conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou” (Cl 3:9, 10).

Jesus insistiu: “Se alguém quer vir após mim, a si mesmo se negue, tome a

sua cruz e siga-me” (Mt 16:24; ver Lc 9:23). Na vida cristã, a morte do eu não é uma opção, mas uma necessidade. A cruz com o seu chamado – tanto o imediato quanto o final – deve confrontar o discipulado cristão e exige uma resposta absoluta. O poderoso comentário de Dietrich Bonhoeffer merece ser citado: “Se o nosso cristianismo deixou de ser sério no que diz respeito ao discipulado, se diluímos o evangelho tornando-o um mero êxtase emocional sem qualquer exigência custosa que não consegue mais distinguir entre a existência natural e a cristã, então consideraremos a cruz não mais que uma calamidade cotidiana ordinária, como uma das provações e tribulações da vida. [...] Quando Cristo chama um homem, ele o desafia a vir e a morrer. [...] É a mesma morte cada dia – a morte em Jesus Cristo, a morte do velho homem que atendeu o Seu chamado.”⁶

Assim, o chamado para a vida cristã é o chamado para a cruz – continuamente negar ao eu o persistente desejo de ser o seu próprio salvador e aderir plenamente ao Homem da cruz, para que a nossa “fé não se [apoie] em sabedoria humana, e sim no poder de Deus” (1Co 2:5).

Vivendo uma nova vida. Um terceiro aspecto do crescer em Cristo é viver a nova vida. Uma das maiores incompreensões sobre a vida cristã é que a salvação é uma dádiva gratuita da graça de Deus – e acabou-se a história. Não é assim. É verdade que, em Cristo, “temos a redenção, pelo seu sangue, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça” (Ef 1:7). Também é verdade que “pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie”(Ef 2:8, 9).

Sim, a graça é gratuita. Mas a graça custou a vida do Filho de Deus. Graça gratuita não significa graça barata. Para citar Bonhoeffer outra vez: “Graça barata é pregar sobre o perdão sem requerer arrependimento; sobre o batismo sem a disciplina da igreja; sobre a Santa Ceia sem a confissão; sobre absolvição sem a confissão pessoal. Graça barata é graça sem discipulado, graça sem a cruz, graça sem o Jesus Cristo vivo e encarnado.”⁷

Graça barata não tem nada a ver com o chamado de Jesus. Quando Jesus chama alguém, Ele oferece uma cruz para ser carregada. Ser um discípulo é ser um seguidor, e ser um seguidor de Jesus não é algo fácil. Paulo escreve aos Coríntios reforçando as obrigações da graça. Primeiro, ele fala de sua própria experiência: “Mas, pela graça de Deus, sou o que sou; e a sua graça, que me foi concedida, não se tornou vã; antes, trabalhei muito mais do que todos eles; todavia, não eu, mas a graça de Deus comigo” (1Co 15:10). Paulo,

portanto, reconhece a supremacia da graça de Deus em sua vida. E, imediatamente, ele acrescenta que essa graça não lhe foi dada em vão. O termo grego *eis kenon* significa literalmente “pelo vazio”. Isso equivale a dizer que Paulo não recebeu a graça para viver uma vida vã e vazia, mas uma vida plena dos frutos do Espírito. Entretanto, nem isso podia ser feito por sua própria força, mas pelo poder da graça. Semelhantemente, ele roga aos crentes que “não recebais em vão a graça de Deus” (2Co 6:1).

A graça de Deus não veio nos redimir de um tipo de vazio para nos colocar em um outro tipo de vazio. A graça de Deus é sua atividade de nos reconciliar consigo mesmo, fazer-nos parte da família de Deus. Ao entrarmos na família, vivemos na família, produzindo os frutos do amor de Deus pelo poder de sua maravilhosa graça.

Crescer em Cristo, portanto, é um crescimento em maturidade de maneira que, dia a dia, refletimos a vontade de Cristo e trilhamos a vereda de Cristo. Daí vem a pergunta: quais são os marcos desta vida amadurecida e os sinais do seu constante crescimento? Sem esgotar, podemos refletir sobre sete desses marcos.

Marcos do crescimento em Cristo

1. Uma vida do Espírito. Jesus disse a Nicodemos: “Quem não nascer da água e do Espírito não pode ver o reino de Deus” (Jo 3:5). Sem o poder regenerador do Espírito Santo, a vida cristã nem pode começar. Ele é o Espírito da verdade (Jo 14:17). Ele nos guia em toda a verdade (Jo 16:13) e nos faz entender a vontade de Deus revelada nas Escrituras. Ele nos convence do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16:7, 8), sem o que não podemos perceber as consequências presentes e eternas das nossas ações e da vida que vivemos. É o poder transformador e a presença do Espírito em nossa vida que nos fazem filhos e filhas de Deus (Rm 8:14). É por meio do Espírito que Cristo “habita em nós” (1Jo 3:24). Com o Espírito habitando em nós, uma nova vida começa – nova por rejeitar a velha maneira de pensar, de agir e de se relacionar, a qual era contra a vontade de Deus; nova, também, por fazer de nós novas criaturas, reconciliadas e redimidas, livres do pecado para crescer em justiça (Rm 8:1-16) e para refletir a imagem de Jesus “de glória em glória” (2Co 3:17, 18). “Quando o Espírito de Deus toma posse do coração, transforma a vida. Os pensamentos pecaminosos são afastados, renunciadas as más ações; o amor, a humildade, a paz tomam lugar da ira, da

inveja e da contenda. A alegria substitui a tristeza, e o semblante reflete a luz do Céu. Ninguém vê a mão que suspende o fardo, nem a luz que desce das cortes celestiais. A bênção vem quando, pela fé, a alma se entrega a Deus. Então, aquele poder que olho algum pode discernir cria um novo ser à imagem de Deus.”⁸

O Espírito nos faz “herdeiros de Deus e coerdeiros com Cristo; se com ele sofremos, também com Ele seremos glorificados” (Rm 8:17). A vida do Espírito, portanto, é um chamado para a ação espiritual: Rejeitem a velha situação de pecado e sejam participantes dos sofrimentos de Cristo na vida presente para que possam ser participantes com Ele na glória futura. A espiritualidade cristã não é, portanto, uma fuga para um mundo de fantasia e misticismo. É um chamado para sofrer, compartilhar, testemunhar, adorar e viver a vida de Cristo neste mundo, em nossas comunidades e nossos lares. Isso é possível somente pela presença do Espírito em nós. A oração de Jesus é que, mesmo estando no mundo, não sejamos do mundo (Jo 17:15). Devemos viver no mundo, que é o nosso lugar de habitação, e essa é a arena da nossa missão. Mas não pertencemos ao mundo, pois nossa cidadania e esperança estão no mundo porvir (Fp 3:20).

Paulo descreve a vida plena de poder por meio do Espírito como uma vida que está crescendo e amadurecendo espiritualmente. Essa maturidade rejeitará as obras da carne – “prostituição, impureza, lascívia, idolatria, feitiçarias, inimizades, porfias, ciúmes, iras, discórdias, dissensões, facções, invejas, bebedices, glotonarias e coisas semelhantes a estas” (Gl 5:19-21) – e abraçará e produzirá o fruto do Espírito: “amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio” (Gl 5:22, 23).

2. Uma vida de amor e unidade. A vida cristã é, de um lado, uma vida de unidade, uma vida reconciliada com Deus e, de outro lado, uma vida reconciliada com o próximo. A reconciliação é a cura de uma ruptura nos relacionamentos, e a causa primária da existência dessa ruptura no relacionamento é o pecado. O pecado tem nos separado de Deus (Is 59:2) e dividido a humanidade em uma multidão de facções – raciais, étnicas, de gênero, de nacionalidade, cor, castas, etc. O evangelho de Jesus lida com esse problema do pecado e com todos os fatores separatistas com ele associados e cria uma nova ordem de unidade e reconciliação. Assim, Paulo podia dizer que Deus “nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo” (2Co 5:18). Dessa reconciliação nasce uma nova comunidade – uma comunidade

redimida, marcada por uma unidade vertical com Deus e uma unidade horizontal com o próximo. Verdadeiramente, esta vida de amor e unidade é o âmago do evangelho. Não foi assim que Jesus disse, em sua oração sacerdotal: “A fim de que todos sejam um; e como és Tu, ó Pai, em mim e Eu em ti, também sejam eles em Nós; para que o mundo creia que Tu me enviaste” (Jo 17:20, 21)? A missão redentora inteira de Jesus e o poder do seu evangelho clamam por vindicação em amor e uma unidade que possam unir os membros de uma comunidade redimida. Não existe crescimento cristão sem um amor e uma união desse tipo. E onde prevalecerem esta unidade e este amor, todas as paredes de separação entre as pessoas ruirão. Barreiras de raça, origem nacional, gênero, casta, cor e outros fatores separadores são abolidos da vida da pessoa que experimentou a nova criação, uma nova humanidade (Ef 2:11-16). Quando esta pessoa cresce e amadurece, a gloriosa verdade da reconciliação, do amor e da unidade passa a reluzir cada vez mais, tanto na expressão individual da vida cristã quanto na corporativa.

O fator amor no crescimento cristão é único nos evangelhos. Jesus o chamou de novo mandamento (Jo 13:34), mas essa novidade não se refere ao amor, mas ao objeto do amor. As pessoas amam, mas amam o que é fácil de amar – amam a si mesmas. Mas Jesus introduziu um novo elemento: “Assim como Eu vos amei, que também vos ameis uns aos outros.” Isso equivale a dizer que tão universal, tão sacrificial e tão completo como é o amor de Jesus, assim deveria ser o nosso amor. O novo amor não erige barreiras; ele é inclusivo; ele ama até mesmo o inimigo. Deste tipo de amor “dependem toda a Lei e os Profetas” (Mt 22:37-40).

O mandamento de amar nosso próximo não dá margem a modificações. Não selecionamos quem amamos; somos chamados para amar a todos. Sendo filhos de um só Pai, espera-se que amemos uns aos outros. Na parábola do Bom Samaritano, “Cristo mostrou que nosso próximo não quer dizer simplesmente alguém da nossa igreja ou da mesma fé. Não tem que ver com distinção de raça, cor ou classe. Nosso próximo é toda pessoa que se acha ferida e quebrantada pelo adversário. Nosso próximo é todo aquele que é propriedade de Deus.”⁹

O verdadeiro amor ao próximo penetra a cor da pele e confronta a humanidade da pessoa; ele se recusa a favorecer certas castas, mas contribui para o enriquecimento da alma; ele resgata do preconceito desumano a dignidade de uma pessoa; ele liberta o destino humano do holocausto

filosófico do coisismo. Com efeito, o verdadeiro amor vê em cada rosto a imagem de Deus – potencial, latente ou real. Um cristão em crescimento, maduro, possui esse tipo de amor, o qual é verdadeiramente a base de toda unidade cristã.

3. Uma vida de estudo. O alimento é essencial e básico para o crescimento. A função de qualquer organismo vivente requer uma nutrição adequada e constante. Assim é o crescimento espiritual. Mas onde encontramos nosso alimento espiritual? Primariamente em duas fontes: comunhão constante com Deus através do estudo da sua Palavra e pelo cultivo de uma vida de oração. Em nenhum outro lugar a importância da Palavra de Deus para a vida espiritual é ensinada de maneira tão clara como nas palavras do próprio Jesus: “Não só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus” (Mt 4:4). Jesus dá um exemplo perfeito de como Ele usou a Palavra para enfrentar Satanás. “Jesus enfrentou Satanás com as palavras da Escritura. ‘Está escrito’, disse Ele. Em toda tentação, sua arma de guerra era a Palavra de Deus. Satanás exigia de Jesus um milagre como prova de sua divindade. Mas alguma coisa maior que todos os milagres – uma firme confiança no ‘assim diz o Senhor’, – era o irrefutável testemunho. Enquanto Cristo se mantivesse nessa atitude, nenhuma vantagem o tentador poderia obter.”¹⁰

Conosco também é assim. Diz o salmista: “Guardo no coração as tuas palavras, para não pecar contra ti” (Sl 119:11). Para isso, acrescente as palavras do apóstolo: “Porque a palavra de Deus é viva, e eficaz, e mais cortante do que qualquer espada de dois gumes, e penetra até o ponto de dividir alma e espírito, juntas e medulas, e é apta para discernir os pensamentos e propósitos do coração” (Hb 4:12). Quando o cristão usa esta espada cortante de dois gumes, a espada do Espírito, para se defender dos ataques de Satanás, ele está do lado vitorioso da batalha. O crente é investido de poder para penetrar e atravessar cada obstáculo ao crescimento espiritual, para discernir o certo do errado e assim poder fazer uma escolha consistente pelo que é certo, e para distinguir entre a voz de Deus e os sussurros do diabo. É isso que faz da Palavra uma ferramenta insubstituível para o crescimento espiritual.

“Toda Escritura”, escreveu Paulo, “é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda

boa obra” (2Tm 3:16, 17). Você quer crescer no entendimento da verdade e da doutrina? Você quer saber como conservar sua vida na vereda que leva a Deus? Quer saber o que Deus reservou para você hoje, amanhã e depois de amanhã? Busque a Bíblia. Estude-a diariamente. Abra-a com oração. Não há melhor maneira de conhecer a vontade de Deus e de buscar seus caminhos.

4. Uma vida de oração. Deus nos fala por meio da sua Palavra. Conhecer sua vontade faz parte do crescimento espiritual – parte da comunhão com Ele. Outro aspecto dessa comunhão com Deus e do crescimento nele é a oração. Se a Palavra de Deus é o pão que alimenta nossa espiritualidade, a oração é a respiração que a mantém viva. Orar é falar com Deus, ouvir sua voz, render-se de joelhos e levantar-se revestido do poder que vem da força de Deus. Isso não exige nada de nós mesmos – exceto que neguemos o próprio eu, confiemos em sua força e esperemos nele. É dessa espera que flui o poder com o qual podemos encetar a jornada cristã e lutar na batalha espiritual. A oração do Getsêmani assegura a vitória da cruz.

Paulo considera a oração algo tão importante na vida e no crescimento cristão que menciona seis princípios fundamentais: ore sempre; ore com súplica no Espírito; ore no espírito; ore vigiando; ore com perseverança; ore por todos os santos (Ef 6:18). Assim como o fariseu, nós também somos muitas vezes tentados a orar apenas para que nos vejam, ou orar por nós mesmos, ou simplesmente como uma rotina. Mas a oração efetiva renega o próprio eu, é cheia do Espírito, é intercessória, suplica pelas necessidades dos outros, mesmo quando oramos pelo cumprimento da vontade de Deus na Terra, sendo suas fiéis testemunhas. A oração é uma comunhão contínua com Deus; é o oxigênio da alma. Sem ela, a alma atrofia e morre. “A oração”, diz Ellen White, “é um dos mais essenciais deveres. Sem ela [você] não pode manter-se no caminho cristão. Ela eleva, fortalece e enobrece. É a alma falando com Deus.”¹¹

5. Uma vida que produz frutos. “Pelos seus frutos”, Jesus disse, “os conhecereis” (Mt 7:20). Produzir frutos é um importante aspecto do crescimento cristão. A salvação pela graça frequentemente é considerada uma negação da obediência e da produção de frutos. Nada pode estar mais distante da verdade bíblica. Sim, somos salvos gratuitamente pela fé no que a graça de Deus fez por meio de Cristo, e nada temos, em nós mesmos, do que nos gloriar (Ef 2:7, 8; Jo 3:16). Mas não somos salvos para fazer o que quisermos; somos salvos para viver de acordo com a vontade de Deus. Não

existe nada de legalista e, por conseguinte, desnecessário no que diz respeito à obediência da lei, mas ela é a consequência natural da libertação do pecado, o que é um dom gratuito de Deus. Portanto, “a fé, se não tiver obras, por si só está morta” (Tg 2:17).

Pense na certeza e na esperança de Jesus em João 14 e 15. A certeza é sua relação com o Pai; a esperança, a relação dos seus discípulos com Ele. No primeiro caso, Jesus afirma: “Tenho guardado os mandamentos do meu Pai e no seu amor permaneço” (Jo 15:10). A obediência de Jesus ao Pai não é uma conformidade legalista, mas uma consequência de permanecer no amor do Pai. A relação íntima entre o Pai e o Filho é baseada tão somente no amor, e foi este amor que levou o Filho a aceitar a vontade do Pai e a provar a amargura do Getsêmani e do Calvário.

Jesus usa a relação de amor entre o Pai e o Filho como uma ilustração do tipo de relacionamento que seus discípulos deveriam ter com Ele. Assim como o relacionamento de Jesus com o Pai precedia sua obediência ao Pai, assim deveria o relacionamento dos discípulos de Jesus preceder sua obediência a Ele. “Se me amais, guardareis os meus mandamentos” (Jo 14:15). “Assim procedo para que o mundo saiba que Eu amo o Pai e que faço como o Pai me ordenou” (v. 31).

Observe a esperança que Jesus tem quanto aos seus discípulos. Ele procedeu da maneira que o Pai ordenou para que o mundo conhecesse sua relação de amor com o Pai. A relação de amor precede o fazer a vontade do Pai. Ele ama seu Pai e, portanto, faz a vontade do Pai com disposição. Do mesmo modo, Jesus antecipa um alicerce de amor para seus próprios discípulos. “Permanecei em mim”, Ele diz, “e Eu permanecerei em vós. Como não pode o ramo produzir fruto de si mesmo, se não permanecer na videira, assim, nem vós o podeis dar, se não permanecerdes em Mim” (Jo 15:4). Produzir frutos, obedecer e viver de acordo com a vontade de Deus são, portanto, sinais essenciais do crescimento espiritual. A ausência de fruto indica a ausência da permanência em Cristo.

6. Uma vida de guerra espiritual. O discipulado cristão não é uma jornada fácil. Estamos engajados em uma guerra real e perigosa. Diz Paulo: “Porque a nossa luta não é contra o sangue e a carne, e sim contra os principados e potestades, contra os dominadores deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais do mal, nas regiões celestes. Portanto, tomai toda a armadura de Deus, para que possais resistir no dia mau e, depois de terdes vencido tudo,

permanecer inabaláveis” (Ef 6:12, 13).

Nessa guerra, forças sobrenaturais estão alinhadas contra nós. Assim como os anjos do Senhor estão engajados no ministério de servir seus seguidores, livrando-os do mal e guiando-os no crescimento espiritual (Sl 34:7; 91:11, 12; At 5:19, 20; Hb 1:14; 12:22), também os anjos caídos estão tramando levar-nos para muito longe das exigências do discipulado. A Bíblia afirma que Satanás e seus anjos estão irados contra os seguidores de Jesus (Ap 12:17). O próprio diabo está ao redor “como leão que ruge procurando alguém para devorar” (1Pe 5:8, 9). O caminho para o crescimento espiritual está repleto das armadilhas do diabo, e é aqui que a nossa luta espiritual fica ainda mais renhida. É por isso que Paulo utiliza fortes palavras de ação: Fiquem firmes! Revistam-se da armadura! Sejam fortes! (Ef 6:12, 13). “A vida cristã é uma batalha e uma marcha. Nessa guerra não há trégua; o esforço deve ser contínuo e perseverante. É assim fazendo que mantemos a vitória sobre as tentações de Satanás. A integridade cristã deve ser buscada com irresistível energia e mantida com resoluta fixidez de propósito. [...] Todos têm de se empenhar por si nessa luta; nenhuma outra pessoa pode combater os nossos combates.”¹²

Deus, todavia, não nos deixa sozinhos nessa guerra. Ele nos deu a vitória em e por meio de Jesus (1Co 15:57). Ele nos deu a já provada armadura com a qual enfrentar o inimigo. Paulo declara que esta armadura consiste do cinturão da verdade, do peitoral da justiça, dos sapatos do evangelho da paz, do escudo da verdade, do capacete da salvação, da espada do Espírito e do infalível poder da oração (Ef 6:13-18). Protegidos por essa armadura e dependendo inteiramente do infalível poder do Espírito, não há como não crescer em valor espiritual e vencer a guerra em que estamos engajados.

7. Uma vida de adoração, testemunho e esperança. O crescimento cristão não ocorre em um vácuo. Ele ocorre, de um lado, dentro da comunidade dos redimidos e, do outro lado, como uma testemunha diante da comunidade que precisa ser redimida. Observe a comunidade do apóstolo. Logo após a ascensão de Cristo, e acompanhada do poder do Espírito Santo, a igreja apostólica, de maneira individual e também corporativa, manifestou seu crescimento e maturidade na adoração, companheirismo, estudo e testemunho (At 2:42-47; 5:41, 42; 6:7). Sem a adoração corporativa, perdemos a identidade e a arena onde nos congregamos, e é nessa congregação e nesse relacionamento interpessoal com outros que amadurecemos e crescemos. Por

isso, o conselho do apóstolo: “Consideremo-nos também uns aos outros, para nos estimularmos ao amor e às boas obras. Não deixemos de congregar-nos, como é costume de alguns; antes, façamos admoestações e tanto mais quando vedes que o Dia se aproxima” (Hb 10:24, 25).

Quanto mais crescemos na adoração, no estudo e no companheirismo, mais somos conclamados a servir e a testemunhar. O crescimento cristão exige crescimento em serviço (Mt 20:25-28) e um crescimento que leva a testemunhar. “Assim como o Pai me enviou”, Jesus disse, “eu também vos envio” (Jo 20:21). A vida cristã nunca significou uma vida encerrada no círculo do próprio eu, mas uma vida sempre derramada em favor do serviço e no testemunho para os outros. A Grande Comissão de Mateus 28 dá ao cristão o encargo de ser suficientemente maduro para levar o evangelho do perdão todo o mundo, para que todos conheçam a graça redentora de Deus. O sinal da vida do Espírito e do crescimento cristão é uma vida de testemunho em constante expansão – Jerusalém, Judeia, Samaria e até os confins da terra (At 1:8).

Vivemos, adoramos, congregamo-nos e testemunhamos no tempo – e, para o cristão, o tempo antecipa o futuro. “Prossigo”, diz Paulo, “para conquistar aquilo para o que também fui conquistado por Cristo Jesus” (Fp 3:12-14). Viva uma vida santificada, diz o mesmo apóstolo, para que “o vosso espírito, alma e corpo sejam conservados íntegros e irrepreensíveis na vinda do nosso Senhor Jesus Cristo” (1Ts 5:23). Crescer em Cristo, portanto, é um crescimento em antecipação e esperança na consumação final da experiência redentora no reino porvir. “Para a alma crente e humilde, a casa de Deus na Terra é como que a porta do Céu. Os cânticos de louvor, a oração, a palavra ministrada pelos embaixadores do Senhor são os meios que Deus proveu para preparar um povo para a assembleia lá do alto, para aquela reunião sublime à qual coisa nenhuma que contamine poderá ser admitida.”¹³

¹ Ellen White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 746, 749.

² *Ibid.*, p. 758.

³ *Ibid.*, p. 687.

⁴ *Ibid.*, p. 25.

⁵ *Ibid.*, p. 172.

⁶ Dietrich Bonhoeffer, *The Cost of Discipleship* (Nova York: Macmillan, 1959), p. 78, 79.

⁷ *Ibid.*, p. 47.

⁸ White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 173.

⁹ *Ibid.*, p. 503.

¹⁰ Ibid., p. 120.

¹¹ White, *Testemunhos Para a Igreja*, v. 2, p. 313.

¹² White, *A Ciência do Bom Viver*, p. 453.

¹³ White, *Testemunhos Para a Igreja*, v. 5, p. 491.



A DOCTRINA DA IGREJA

A IGREJA

12



A igreja é a comunidade de crentes que confessam a Jesus Cristo como senhor e salvador. Em continuidade do povo de Deus nos tempos do Antigo Testamento, somos chamados para fora do mundo; e nos unimos para prestar culto, para comunhão, para instrução na Palavra, para a celebração da Ceia do Senhor, para o serviço a toda a humanidade e para a proclamação mundial do evangelho.

A igreja recebe sua autoridade de Cristo, o qual é a Palavra encarnada revelada nas Escrituras. A igreja é a família de Deus; adotados por Ele como filhos, seus membros vivem com base no novo concerto. A igreja é o corpo de Cristo, uma comunidade de fé, da qual o próprio Cristo é a cabeça. A igreja é a noiva pela qual Cristo morreu para que pudesse santificá-la e purificá-la. Em sua volta triunfal, Ele a apresentará a si mesmo igreja gloriosa, os fiéis de todos os séculos, a aquisição de seu sangue, sem mácula, nem ruga, porém santa e sem defeito.

Dominado pela ira, o idoso homem risca a grande rocha que tem diante de si com a vara que carrega nas mãos. Erguendo-a, vibra-a no ar e exclama: “Ouvi, agora, rebeldes: porventura, faremos sair água desta rocha para vós outros?” (Nm 20:10).

Mal a vara fere a rocha, uma torrente de água salta dela, satisfazendo as necessidades do povo de Israel. Mas, uma vez que atribuiu a si próprio o mérito da água, em vez de atribuí-lo à *Rocha*, Moisés cometeu pecado. Em virtude desse pecado, não pôde entrar na Terra Prometida (Nm 20:7-12).

A Rocha era Cristo, o fundamento sobre o qual Deus estabeleceu seu povo, tanto individual quanto coletivamente. Essa imagem perpassa toda a

Escritura.

Em seu último sermão apresentado ao povo de Israel, Moisés – talvez recapitulando o incidente – utilizou a metáfora da rocha para descrever a estabilidade e confiabilidade de Deus:

“Engrandecei o nosso Deus.

Eis a Rocha!

Suas obras são perfeitas,

Porque todos os seus caminhos são juízo;

Deus é fidelidade, e não há nele injustiça;

É justo e reto” (Dt 32:3, 4).

Séculos mais tarde, Davi ecoou o mesmo tema – seu Salvador visto como a rocha:

“De Deus dependem a minha salvação e a minha glória;

Estão em Deus a minha forte rocha

E o meu refúgio” (Sl 62:7).

Isaías utilizou a mesma imagem para falar do Messias vindouro: “Eis que Eu assentei em Sião uma pedra, pedra já provada, pedra preciosa, angular, solidamente assentada” (Is 28:16).

Pedro testificou que Cristo preencheu essa predição, não na qualidade de pedra comum, mas de “pedra que vive, rejeitada, sim, pelos homens, mas para com Deus eleita e preciosa” (1Pe 2:4). Paulo o identificou como o único fundamento seguro, dizendo: “Porque ninguém pode lançar outro fundamento, além do que foi posto, o qual é Jesus Cristo” (1Co 3:11).

Referindo-se à rocha que foi ferida por Moisés, ele afirmou: “E beberam da mesma fonte espiritual; porque bebiam de uma pedra espiritual que os seguia. E a pedra era Cristo” (1Co 10:4).

O próprio Jesus Cristo utilizou a imagem diretamente ao declarar: “Sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela” (Mt 16:18). Ele estabeleceu a igreja cristã sobre si próprio, a Rocha Viva. Seu próprio corpo deveria ser sacrificado pelos pecados do mundo – isso seria o ato de ferir a Rocha. Coisa alguma poderia prevalecer contra uma igreja construída sobre tão sólido fundamento, por Ele mesmo representado. Dessa Rocha as águas vivificadoras haveriam de fluir para saciar a sede das nações (cf. Ez 47:1-12; Jo 7:37, 38; Ap 22:1-5).

Quão débil e fraca era a igreja quando Cristo pronunciou essas palavras! Ela consistia de uns poucos discípulos cansados, duvidosos e preocupados em

se autopromoverem; de umas poucas mulheres; e da multidão instável que se dispersou quando a Rocha foi ferida. Ainda assim, a igreja foi construída, não sobre a frágil sabedoria e ingenuidade humanas, mas sobre a Rocha dos Séculos. O tempo demonstraria que coisa alguma seria capaz de destruir sua igreja ou mesmo detê-la em sua missão de glorificar a Deus e conduzir homens e mulheres ao Salvador (At 4:12, 13, 20-33).

O significado bíblico de “igreja”

Nas Escrituras a palavra *igreja*¹ é uma tradução do grego *ekklesia*, que significa “chamado para fora.” Essa expressão era comumente usada em relação a qualquer assembleia que se reunisse através da prática de convidar as pessoas para o encontro.

A Septuaginta – versão grega do Antigo Testamento hebraico, e que era muito popular nos dias de Jesus – utilizou o termo *ekklesia* para traduzir o hebraico *qahal*, que significava “reunião”, “assembleia” ou “congregação” (Dt 9:10; 18:16; 1Sm 17:47; 1Rs 8:14; 1Cr 13:2).²

Essa utilização foi ampliada no Novo Testamento. Observe como este usa o termo *igreja*: (1) crentes reunidos para adoração em um lugar específico (1Co 11:18; 14:19, 28); (2) crentes que viviam em certa localidade (1Co 16:1; Gl 1:2; 1Ts 2:14); (3) um grupo de crentes reunidos no lar de um indivíduo (1Co 16:19; Cl 4:15; Fm 2); (4) um grupo de congregações situadas em determinada área geográfica (At 9:31);³ (5) todo o corpo de crentes em redor do mundo (Mt 16:18; 1Co 10:32; 12:28; Ef 4:11-16); (6) toda a criação fiel, tanto nos Céus quanto na Terra (Ef 1:20-22; cf. Fp 2:9-11).

A natureza da igreja

A Bíblia retrata a igreja como uma instituição divina, chamando-a de “igreja de Deus” (At 20:28; 1Co 1:2). Jesus investiu a igreja com divina autoridade (Mt 18:17, 18). Conseguimos compreender a natureza da igreja cristã quando observamos suas raízes no Antigo Testamento e as várias metáforas que o Novo Testamento utiliza ao falar a seu respeito.

Raízes da igreja cristã. O Antigo Testamento retrata a igreja como a congregação organizada do povo de Deus. Desde os primeiros tempos a família temente a Deus – por meio da linhagem de Adão, Sete, Noé, Sem e Abraão – representou os guardiães da verdade divina. Essas famílias, nas quais o pai funcionava como sacerdote, podem ser consideradas como a

igreja em miniatura. A Abraão, Deus concedeu as ricas promessas por meio das quais essa família de Deus se converteu gradualmente em nação. A missão de Israel seria simplesmente uma extensão daquela que a Abraão fora atribuída: ser uma bênção para todas as nações da Terra (Gn 12:1-3), demonstrando o amor de Deus perante o mundo.

A nação que Deus tirou do Egito foi chamada de “congregação [ou ‘igreja’] no deserto” (At 7:38). Seus membros foram considerados “um reino de sacerdotes e nação santa” (Êx 19:6), o “povo santo” de Deus (Dt 28:9; cf. Lv 26:12) – sua igreja.

Deus os estabeleceu na Palestina, o centro das principais civilizações do mundo. Três grandes continentes – Europa, Ásia e África – encontravam-se na Palestina. Ali os judeus deveriam ser “servos” de outras nações, estendendo-lhes o convite para que a eles se unissem como povo de Deus. Em resumo, Deus os chamara para fora a fim de que as demais nações pudessem ser chamadas para dentro (Is 56:7). Seu desejo, por meio de Israel, era criar a mais ampla igreja da Terra – uma igreja onde os representantes de todas as nações do mundo viriam para adorar, aprender a respeito do Deus verdadeiro e retornar a suas nações e a seu próprio povo com a mensagem de salvação.

A despeito do contínuo envolvimento de Deus com seu povo, Israel se envolveu com a idolatria, isolacionismo, nacionalismo, orgulho e egoísmo. O povo de Deus fracassou no desempenho de sua missão.

Com a vinda de Jesus, Israel foi colocado sobre uma linha divisória. O povo de Deus esperava um Messias que viria para libertar a nação, mas não um Messias que os libertasse de si mesmos. Na cruz, a bancarrota do Israel espiritual se tornou evidente. Ao crucificarem a Cristo, demonstraram externamente a decadência que grassava no íntimo. Quando clamaram: “Não temos rei, senão César!” (Jo 19:15), recusaram-se a permitir que Deus governasse sobre eles.

Na cruz, duas missões opostas atingiram o clímax: a primeira dizia respeito a uma igreja equivocada, tão centralizada em si mesma que não conseguiu ver o próprio ser que a trouxera à existência; a segunda foi a missão de Cristo, tão centralizado no amor às pessoas que se ofereceu para morrer no lugar delas a fim de poder lhes conceder existência eterna.

Ao passo que a cruz significou o fim da missão de Israel, a ressurreição de Cristo inaugurou a igreja cristã e sua missão: a proclamação do evangelho de

salvação através do sangue de Cristo. Quando os judeus perderam sua missão, tornaram-se como qualquer outra nação e deixaram de ser a igreja de Deus. Em seu lugar, Deus estabeleceu uma nova nação, a igreja, a qual deveria levar avante sua missão em favor do mundo (Mt 21:41, 43).

A igreja do Novo Testamento, intimamente relacionada com a comunidade de fé do antigo Israel,⁴ foi edificada tanto com judeus convertidos quanto com gentios que creram em Jesus Cristo. Assim, o verdadeiro Israel é composto de todos aqueles que pela fé aceitam a Cristo (Gl 3:26-29). Paulo ilustra o novo relacionamento orgânico dessas diversas pessoas pela imagem de duas árvores – a oliveira natural e a oliveira silvestre, Israel e os gentios, respectivamente. Os judeus que não aceitaram a Cristo não mais seriam filhos de Deus (Rm 9:6-8) e eram representados pelos ramos quebrados da boa oliveira, ao passo que os judeus que aceitaram a Cristo permaneceram ligados à árvore.

Paulo retrata os gentios que aceitaram a Cristo como ramos da oliveira silvestre, que foram enxertados na boa oliveira (Rm 11:17-25). Ele orienta estes novos cristãos gentios a que respeitem a herança espiritual dos instrumentos escolhidos por Deus: “Se for santa a raiz, também os ramos o serão. Se, porém, alguns dos ramos foram quebrados, e tu, sendo oliveira brava, foste enxertado em meio deles e te tornaste participante da raiz e da seiva da oliveira, não te glories contra os ramos; porém, se te gloriarestes, sabe que não és tu que sustentas a raiz, mas a raiz, a ti” (Rm 11:16-18).

A igreja do Novo Testamento difere significativamente de sua congênere do Antigo Testamento. A igreja apostólica se tornou uma organização independente, separada da nação israelita. Fronteiras nacionais foram removidas, concedendo à igreja um caráter universal. Em lugar de uma igreja nacional, tornou-se ela uma igreja missionária, cuja existência tinha em vista cumprir o propósito original de Deus, e que foi reafirmado por divino mandato de seu fundador, Jesus Cristo: “Fazei discípulos de todas as nações” (Mt 28:19).

Descrições metafóricas da igreja. As descrições metafóricas da igreja do Novo Testamento lançam luz sobre a sua natureza.

1. A igreja como um corpo. A metáfora do corpo salienta a unidade da igreja e o posicionamento funcional de cada membro em relação ao todo. A cruz reconciliou todos os crentes “em um só corpo com Deus” (Ef 2:16). Por meio do Espírito Santo, são “batizados um só corpo” (1Co 12:13), a igreja. Como

corpo, a igreja é nada menos que o corpo de Cristo (Ef 1:23). Ela é o organismo pelo qual Ele compartilha de sua plenitude. Os crentes são os membros de seu corpo (Ef 5:30). Conseqüentemente, Ele concede vida espiritual por intermédio de seu poder e graça, a cada crente genuíno. Cristo é a “cabeça do corpo” (Cl 1:18), a “cabeça da igreja” (Ef 5:23).

Em seu amor, Deus concedeu a cada membro de sua igreja-corpo pelo menos um dom espiritual, que habilita o membro a desempenhar uma função vital. Da mesma forma como cada órgão é vital para o todo que é o corpo humano, o completo êxito da missão da igreja depende do funcionamento de cada um dos dons espirituais concedidos aos membros. Quão bom pode ser um organismo sem o coração? Quanto perde ele de sua eficiência na falta de um olho ou de uma perna? Se os membros não desenvolverem seus dons, a igreja será morta, ou cega, ou – pelo menos – aleijada. Contudo, há que se observar que esses dons especiais, distribuídos por Deus, não constituem um fim em si mesmos (ver capítulo 17 deste livro).

2. A igreja como um templo. A igreja é o “edifício de Deus”, o “templo de Deus” no qual habita o Espírito Santo. Jesus Cristo é o seu fundamento e a “pedra angular” (1Co 3:9-16; Ef 2:20). Esse templo não é uma estrutura morta; antes, apresenta crescimento dinâmico. Assim como Cristo é a “pedra viva”, no dizer de Pedro, assim os crentes são “pedras vivas” que constituem a “casa espiritual” (cf. 1Pe 2:4-6).

O edifício ainda não foi completado. Novas pedras vivas estão sendo agregadas constantemente ao templo, que está sendo edificado “para habitação de Deus no Espírito” (Ef 2:22). Paulo insiste em que os crentes utilizem os melhores materiais de construção nesse templo, de modo que ele possa suportar o teste de fogo do Dia do Juízo (1Co 3:12-15).

A metáfora do templo enfatiza tanto a santidade da congregação local quanto a da igreja no seu todo. O templo de Deus é santo, diz Paulo. “Se alguém destruir o santuário de Deus, Deus o destruirá” (1Co 3:17). Alianças íntimas com os descrentes são contrárias ao seu sagrado caráter, observa Paulo, e dessa forma deveriam ser eliminadas, pois “que sociedade pode haver entre a justiça e a iniquidade? [...] Que ligação há entre o santuário de Deus e os ídolos?” (2Co 6:14, 16). (Este conselho se aplica tanto a relações comerciais quanto a relações matrimoniais.) A igreja deve ser mantida em grande respeito, pois ela é o objeto do mais sublime interesse de Deus.

3. A igreja como noiva. A igreja é representada como noiva, e o Senhor como

noivo. O Senhor se compromete solenemente: “Desposar-te-ei comigo para sempre; desposar-te-ei comigo em justiça, e em juízo, e em benignidade, e em misericórdias” (Os 2:19). Outra vez Ele assegura: “Eu sou o vosso esposo” (Jr 3:14).

Paulo utiliza as mesmas figuras: “Tenho [vos] preparado para vos apresentar como virgem pura a um só esposo, que é Cristo” (2Co 11:2). O amor de Cristo por sua igreja é tão profundo e duradouro que Ele “a si mesmo se entregou por ela”. Ele efetuou esse sacrifício “para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra” (Ef 5:25, 26).

Por meio da santificadora influência da verdade encontrada na palavra de Deus (Jo 17:17) e da purificação que o batismo provê, Cristo pode purificar os membros da igreja, removendo suas vestes imundas e vestindo-os com as roupas de sua perfeita justiça. Dessa forma, pode Ele preparar a igreja para ser sua noiva – “igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito” (Ef 5:27). A plena glória e esplendor da igreja não serão vistos até o retorno de Cristo.

4. A igreja como “Jerusalém celestial” (Hb 12:22). As Escrituras identificam a cidade de Jerusalém como Sião. Ali Deus habita no meio de seu povo (Sl 9:11); é de Sião que provém a salvação (Sl 14:7; 53:6). Essa cidade deveria ser “a alegria de toda a Terra” (Sl 48:2).

O Novo Testamento vê a igreja como a “Jerusalém lá de cima”, a contrapartida espiritual da Jerusalém terrestre (Gl 4:26). Os cidadãos dessa Jerusalém possuem sua “pátria [...] nos céus” (Fp 3:20). Eles são os “filhos da promessa”, que são “nascidos segundo o Espírito”, e desfrutam da liberdade pela qual Cristo os tornou livres (cf. Gl 4:28, 29; 5:1). Os cidadãos dessa cidade não mais se encontram sob a escravidão de serem tentados a buscar a justificação pela lei (Gl 4:22, 26, 31; 5:4); “pelo Espírito”, eles almejam avidamente a “esperança da justiça que provém da fé”. Compreendem que em Cristo Jesus é “a fé que atua pelo amor” que lhes confere a cidadania (Gl 5:5, 6).

Aqueles que são partes dessa gloriosa multidão, têm “chegado ao monte Sião e à cidade do Deus vivo, à Jerusalém celestial, e a incontáveis hostes de anjos, e à universal assembleia e igreja dos primogênitos arrolados nos céus” (Hb 12:22, 23).

5. A igreja como uma família. A igreja nos Céus e na Terra é considerada

como uma família (Ef 3:15). Duas metáforas são utilizadas para descrever de que forma as pessoas se juntam a esta família: adoção (Rm 8:14-16; Ef 1:4-6) e novo nascimento (Jo 3:8). Por intermédio da fé em Cristo, aqueles que foram batizados não mais são escravos, mas filhos do Pai celestial (Gl 3:26-4:7) que vivem com base no novo concerto. Agora eles pertencem à “família de Deus” (Ef 2:19), a “família da fé” (Gl 6:10).

Os membros dessa família se dirigem a Deus como “Pai” (Gl 4:6) e se relacionam uns com os outros como irmãos e irmãs (Tg 2:15; 1Co 8:11; Rm 16:1). Pelo fato de haver conduzido a muitos para dentro da igreja, Paulo se referiu a si próprio como um pai espiritual. “Eu, pelo evangelho, vos gerei em Cristo Jesus” (1Co 4:15). Dirigiu-se àqueles que trouxera para a igreja como “filhos meus amados” (1Co 4:14; cf. Ef 5:1).

Uma característica especial da igreja como família é o companheirismo. Companheirismo cristão (*koinonia*, em grego) não é meramente socialização e sim “cooperação no evangelho” (Fp 1:5). Envolve genuíno companheirismo com Deus Pai, seu Filho e o Espírito Santo (1Jo 1:3; 1Co 1:9; 2Co 13:13), bem como com os crentes (1Jo 1:3, 7). Portanto, os membros estendem a todos aqueles que se tornam parte da família, “a destra da comunhão” (Gl 2:9).

A metáfora da família revela uma igreja interessada pelas pessoas, onde “as pessoas são amadas, respeitadas e reconhecidas como alguém. Um lugar onde as pessoas reconhecem que necessitam umas das outras. Onde os talentos são desenvolvidos. Onde as pessoas crescem. Onde cada um é suprido”.⁵ Ela também implica em responsabilidade, respeito pelos pais espirituais, a vigilância em favor dos irmãos e irmãs espirituais. Finalmente, ela significa que cada um dos membros terá em relação aos demais aquele tipo de amor que engendra profunda lealdade, que sustenta e fortalece.

A participação como membros na família da igreja habilita indivíduos que variam amplamente, em natureza e disposição, a se apoiarem mutuamente. Os membros da família da igreja aprendem a viver em unidade, embora não percam a sua individualidade.

6. A igreja como pilar e alicerce da verdade. A igreja do Deus vivo é a “coluna e baluarte da verdade” (1Tm 3:15). É a depositária e cidadela da verdade, servindo para proteger esta dos ataques inimigos. A verdade, contudo, é dinâmica, não estática. Se os membros pretendem haver recebido nova luz – uma nova doutrina ou uma nova interpretação das Escrituras – aqueles de

mais experiência deveriam testar os nossos ensinamentos, comparando-os com o padrão das Escrituras (Is 8:20). Se a nova luz se coaduna com os padrões, deve a igreja aceitá-la; caso contrário, deve rejeitá-la. Todos os membros deveriam se submeter a esse julgamento baseado na Bíblia, pois “na multidão de conselheiros há segurança” (Pv 11:14).

Ao espalhar a luz que possui, isto é, por meio de seu testemunho, a igreja se torna “a luz do mundo”, “a cidade edificada sobre um monte” que não pode ser escondida, e “o sal da Terra” (Mt 5:13-15).

7. A igreja como um exército – militante e triunfante. A igreja é, sobre a Terra, semelhante a um exército engajado em batalha. É chamada a guerrear contra as trevas espirituais: “Porque a nossa luta não é contra o sangue e a carne, e sim contra os principados e potestades, contra os dominadores deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais do mal, nas regiões celestes” (Ef 6:12). Os cristãos devem tomar “toda a armadura de Deus”, a fim de que possam “resistir no dia mau e, depois de ter vencido tudo, permanecer inabaláveis” (Ef 6:13).

Através dos séculos, a igreja tem enfrentado a necessidade de batalhar contra o inimigo, tanto o interno quanto o externo (At 20:29, 30; 1Tm 4:1). Ela tem obtido memoráveis progressos e deslumbrantes vitórias, mas ainda não é a igreja triunfante. Infelizmente, a igreja ainda possui muitos defeitos. Por meio de uma outra metáfora, Jesus explicou as imperfeições existentes na igreja: “O reino dos céus é semelhante a um homem que semeou boa semente no seu campo; mas, enquanto os homens dormiam, veio o inimigo dele, semeou o joio no meio do trigo e retirou-se” (Mt 13:24, 25). Quando os servos pretenderam arrancar as ervas daninhas, o fazendeiro lhes disse que, ao tentarem eliminar o joio, poderiam também arrancar com ele o trigo. Portanto, sua orientação foi: “Deixai-os crescer juntos até à colheita” (Mt 13:29, 30). Joio e trigo crescem juntos no mundo. Enquanto Deus conduz os convertidos para a igreja, Satanás traz para dentro dela os inconversos. Esses dois grupos influenciam todo o corpo – um deles trabalha em favor da purificação, o outro em favor da corrupção. O conflito entre esses grupos dentro da igreja continuará até a colheita, por ocasião do segundo advento.

A guerra externa da igreja, por sua vez, ainda está em pleno andamento. Tribulações e lutas estão à frente. Sabendo que pouco tempo lhe resta, Satanás se acha grandemente irado contra a igreja de Deus (Ap 12:12, 17), e trará contra ela “um tempo de angústia, qual nunca houve, desde que houve

nação”. Mas Cristo interferirá em favor de seu povo fiel e será livrado “todo aquele que se achar escrito no livro” (Dn 12:1). Jesus nos garantiu que “aquele [...] que perseverar até o fim, esse será salvo” (Mt 24:13).

Por ocasião do retorno de Cristo, emergirá a igreja triunfante. Naquela ocasião, Ele estará apto a apresentá-la “a si mesmo igreja gloriosa” – os fiéis de todos os tempos, os comprados por seu sangue, “sem mácula, nem ruga, [...] porém santa e sem defeito” (Ef 5:27).

A igreja visível e invisível. Os termos *visível* e *invisível* têm sido utilizados para distinguir dois aspectos da igreja sobre a Terra. As metáforas que analisamos anteriormente aplicam-se particularmente à igreja visível.

1. A igreja visível. A igreja visível é a igreja de Deus organizada para o serviço. É ela que preenche a grande comissão de Cristo no sentido de levar o evangelho a todo o mundo (Mt 28:18-20), e prepara as pessoas para seu glorioso retorno (1Ts 5:23; Ef 5:27).

Ela é a testemunha especialmente escolhida por Cristo que ilumina o mundo e ministra assim como Ele fez, pregando o evangelho ao pobre, curando os quebrantados de coração, apregoando libertação aos cativos e restaurando a vista aos cegos, pondo em liberdade os oprimidos e anunciando o ano aceitável do Senhor (Lc 4:18, 19).

2. A igreja invisível. A igreja invisível, também conhecida como igreja universal, é composta dos filhos de Deus em todo o mundo. Inclui os crentes que estão dentro da igreja visível e muitos outros que, embora não pertencendo à igreja visível, têm seguido a luz que Cristo lhes concedeu (Jo 1:9). Este último grupo inclui aqueles que jamais tiveram a oportunidade de aprender a respeito de Jesus Cristo, mas que têm respondido ao Espírito Santo e têm procedido “por natureza, de acordo com a lei” (Rm 2:14).

A existência da igreja invisível demonstra que a adoração a Deus é, no mais elevado sentido, espiritual. Jesus expôs nestas palavras a questão: “Vem a hora e já chegou, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque são estes que o Pai procura para seus adoradores” (Jo 4:23). Tendo em vista a natureza espiritual da adoração, os seres humanos não são capazes de identificar exatamente quem constitui e quem não constitui parte da igreja de Deus.

Por intermédio do Espírito Santo, Deus conduz seu povo da igreja invisível para uma união com sua igreja visível. “Ainda tenho outras ovelhas, não deste aprisco; a mim me convém conduzi-las; elas ouvirão a minha voz;

então haverá um rebanho e um Pastor” (Jo 10:16). É somente na igreja visível que eles poderão experimentar plenamente as verdades de Deus, seu amor e companheirismo, já que Ele concedeu à igreja visível os dons espirituais que edificam seus membros coletiva e individualmente (Ef 4:4-16). Após a conversão de Paulo, Deus o colocou em contato com a igreja visível e então lhe indicou a missão que deveria desempenhar em favor da igreja (At 9:10-22). Da mesma forma, Ele pretende hoje conduzir seu povo para a igreja visível, caracterizada pela lealdade aos mandamentos de Deus e pela posse da fé de Jesus, de modo que todos possam participar no término de sua missão sobre a Terra (Ap 14:12; 18:4; Mt 24:14; ver capítulo 13 deste livro).

O conceito de igreja invisível tem abrangido também a união das igrejas do Céu e da Terra (Ef 1:22, 23) e a igreja escondida durante tempos de perseguição (Ap 12:6, 14).

A organização da igreja

A ordem de Cristo para que o evangelho seja levado a todo o mundo, envolve também a nutrição espiritual daqueles que uma vez aceitaram o evangelho. Os novos membros devem ser estabelecidos na fé e deve-se ensinar a eles o uso dos talentos concedidos por Deus, no desempenho de sua comissão. Uma vez que “Deus não é de confusão”, antes deseja que todas as coisas sejam feitas “com decência e ordem” (1Co 14:33, 40), a igreja deve dispor de uma organização simples, mas eficaz.

A natureza da organização. Consideremos a qualidade de membro e a organização.

1. Qualidades do membro de igreja. Quando os conversos alcançam determinadas qualificações, tornam-se membros da comunidade de fé do novo concerto. O fato de alguém ser membro envolve a aceitação de novos relacionamentos com outras pessoas, com o estado e com Deus.

a. Qualificações do membro. As pessoas que desejam se tornar membros de sua igreja devem aceitar a Jesus Cristo como seu salvador, devem se arrepender de seus pecados e receber o batismo (At 2:36-41; cf. At 4:10-12). Espera-se que tenham experimentado o novo nascimento e aceitado a comissão de Cristo de ir e ensinar outras pessoas a observar todas as coisas que Ele ordenou (Mt 28:20).

b. Igualdade e serviço. Em harmonia com a declaração de Cristo de que “vós todos sois irmãos” e “o maior dentre vós será vosso servo” (Mt 23:8, 11), os

membros são orientados a se relacionarem uns com os outros com base na igualdade. Por outro lado, devem compreender que seguir o exemplo de Cristo significa que necessitam ministrar em favor das necessidades de outros, conduzindo-os ao Mestre.

c. Sacerdócio de todos os crentes. Mediante o ministério de Cristo no santuário celestial, a eficácia do sacerdócio levítico chegou ao fim. Agora a igreja se tornara “sacerdócio santo” (1Pe 2:5). O apóstolo prosseguiu: “Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para sua maravilhosa luz” (1Pe 2:9).

Essa nova ordem – o sacerdócio de todos os crentes – não autoriza cada indivíduo a pensar, crer e ensinar o que bem lhe parece, sem consideração para com o corpo de crentes. Significa que cada membro da igreja possui a responsabilidade de ministrar a outros em nome de Deus, e de se comunicar diretamente com Ele, sem a necessidade de qualquer intermediário humano. Aqui é enfatizada a interdependência dos membros da igreja, bem como sua independência. Esse sacerdócio não estabelece distinções qualitativas entre clérigos e leigos, embora deixe espaço para diferenças de funções entre estas duas categorias.

d. Obediência a Deus e ao estado. A Bíblia reconhece a mão de Deus no estabelecimento dos governos e exorta os crentes a respeitarem e obedecerem as autoridades civis. Aquele que tem nas mãos a autoridade civil é “ministro de Deus para teu bem [...] para castigar o que pratica mal”. Portanto, os membros da igreja devem pagar “a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra” (Rm 13:4, 7).

Em suas atitudes para com o estado, os membros são orientados pelo princípio de Cristo: “Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mt 22:21). Entretanto, se o estado interferir nos mandamentos divinos, o primeiro dever de obediência deve ser exercido para com Deus. Os apóstolos disseram: “Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens” (At 5:29).

2. A função principal da organização da igreja. A igreja foi organizada a fim de cumprir o plano de Deus de encher este mundo com o conhecimento da glória de Deus. Somente a igreja visível pode prover uma série de funções vitais para o cumprimento dessa finalidade.

a. Adoração e exortação. Ao longo de sua história, tem sido a igreja uma agência na qual as pessoas se reúnem, aos sábados, para adorar o Criador. Cristo e os apóstolos seguiram essa prática de adoração, e as Escrituras admoestam os crentes da atualidade a não abandonarem a congregação, “como é costume de alguns; antes, façamos admoestações e tanto mais quando vedes que o dia se aproxima” (Hb 10:25; cf. Hb 3:13). A adoração congregacional traz ao adorador refrigério, encorajamento e alegria.

b. Companheirismo cristão. Por intermédio da igreja, as mais profundas necessidades de companheirismo dos membros individuais são satisfeitas. “Cooperação no evangelho” (Fp 1:5) transcende todas as demais relações, pois provê relacionamento íntimo com Deus, e também com os outros da mesma fé (1Jo 1:3, 6, 7).

c. Instrução nas Escrituras. Cristo entregou à igreja “as chaves do reino dos céus” (Mt 16:19). Essas chaves são as palavras de Cristo – todas as palavras da Bíblia. Mais especificamente, incluem “a chave da ciência” de como entrar no reino do Céu (Lc 11:52). As palavras de Jesus são “espírito e vida” a todos os que as recebem (Jo 6:63). São as palavras de Cristo que trazem a vida eterna (Jo 6:68).⁶

Quando a igreja proclama as verdades bíblicas, essas chaves da salvação possuem o poder para ligar e desligar, para abrir e fechar o Céu, uma vez que elas declaram os critérios pelos quais as pessoas são recebidas ou rejeitadas, salvas ou perdidas. Portanto, a proclamação do evangelho por parte da igreja libera “aroma de vida para vida” ou “cheiro de morte para morte” (2Co 2:16).

Jesus conhecia a importância de viver de acordo com “toda palavra que procede da boca de Deus” (Mt 4:4). Somente ao assim proceder pode a igreja cumprir o mandado de Jesus, de ensinar a todas as nações a observância de “todas as coisas que vos tenho ordenado” (Mt 28:20).

d. Administração das ordenanças divinas. A igreja é organizada para a missão de serviço, a fim de cumprir o papel em relação ao qual Israel fracassou. Conforme observamos na vida do Mestre, o maior serviço que a igreja provê ao mundo é o pleno comprometimento com a ordem de levar o evangelho “a todas as nações” (Mt 24:14), sob o poder do batismo do Santo Espírito.

Essa missão inclui a proclamação da mensagem de preparação para o retorno de Cristo, que é dirigida tanto à própria igreja (1Co 1:7, 8; 2Pe 3:14; Ap 3:14-22; 14:5) quanto ao restante da humanidade (Ap 14:6-12; 18:4).

O governo da igreja

Após a ascensão de Jesus, a liderança da igreja repousou nas mãos dos apóstolos. O primeiro ato organizacional, em conselho com os demais crentes, foi a eleição de outro apóstolo para assumir o lugar de Judas (At 1:15-26).

À medida que a igreja foi crescendo, os apóstolos perceberam a impossibilidade de atender simultaneamente a pregação do evangelho e as necessidades temporais da igreja. Decidiram então deixar os encargos temporais imediatos da igreja nas mãos de sete diáconos apontados pela igreja. Embora a igreja distinguisse entre “ministrar a palavra” e “servir às mesas” (cf. At 6:1-4), não fez nenhuma tentativa no sentido de separar o ministério do corpo de leigos, no desempenho da missão eclesial. De fato, dois dos sete diáconos – Estêvão e Filipe – notabilizaram-se pela pregação e evangelismo (Atos 7, 8).

A expansão da igreja na Ásia e Europa exigiu novos passos na organização. Com o estabelecimento de numerosas igrejas novas, anciãos foram ordenados “em cada igreja” a fim de assegurar uma liderança estável (At 14:23).

Quando uma crise mais ampla se desenvolvia, as partes envolvidas tinham o direito de levar suas posições a um concílio geral, composto pelos apóstolos e anciãos que representavam a igreja em geral. As decisões do concílio eram vistas como se aplicando a todas as partes, e eram aceitas como representativas da voz de Deus (At 15:1-29). O incidente mencionado no texto ilustra o fato de que, ao surgir um assunto que afetava toda a igreja, o conselho e a autoridade de um nível mais alto do que o da igreja local, fazia-se necessário. Nesse caso específico, a decisão do concílio surgiu do acordo alcançado entre os representantes das partes envolvidas (At 15:22, 25).

O Novo Testamento deixa claro que, à medida que as necessidades aparecem, Deus orienta a liderança de seu trabalho. Sob sua direção e em conselho com a igreja, os líderes formavam o governo da igreja. Esse modelo, seguido hoje, ajudará a salvaguardar a igreja da apostasia e a capacitará a cumprir sua grande missão.

Princípios bíblicos de administração da igreja

1. Cristo é a cabeça da igreja. A liderança de Cristo sobre a igreja está baseada primariamente em sua obra de mediação. Desde sua vitória sobre Satanás na cruz, foi concedida a Cristo “toda a autoridade”, “no Céu e na Terra” (Mt

28:18). Deus colocou “todas as coisas debaixo dos pés, e para ser o cabeça sobre todas as coisas, O deu à igreja” (Ef 1:22; cf. Fp 2:10, 11). Ele é, portanto, “Rei dos reis” e “Senhor dos senhores” (Ap 17:14).

Cristo é também a cabeça da igreja em virtude de ser ela o seu corpo (Ef 1:23; Cl 1:18). Os crentes são “membros de seu corpo”, ou sua carne e seus ossos (Ef 5:30). Ela deve manter íntima ligação com Ele, pois é dele que a igreja é nutrida e bem suprida “por suas juntas e ligamentos” (Cl 2:19).

2. Cristo é a fonte de toda autoridade. Cristo demonstrou sua autoridade (a) pelo estabelecimento da igreja cristã (Mt 16:18), (b) pela instituição das ordenanças que a Igreja deve ministrar (Mt 26:26-30; 28:19, 20; 1Co 11:23-29; Jo 13:1-17), (c) pela concessão à igreja de autoridade divina para agir em seu nome (Mt 16:19; 18:15-18; Jo 20:21-23), (d) pelo envio do Espírito Santo para guiar a igreja sob sua autoridade (Jo 15:26; 16:13-15), (e) pela concessão, dentro da igreja, de certos dons especiais, de modo que alguns indivíduos pudessem atuar como apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e professores, de modo a preparar os membros para o serviço, e para edificar o “corpo de Cristo” até que este atinja a unidade da fé e experimente a “plenitude de Cristo” (Ef 4:7-13).

3. As Escrituras possuem a autoridade de Cristo. Embora Cristo conduza sua igreja por intermédio do Espírito Santo, a Palavra de Deus é o único padrão pelo qual toda a igreja deve operar. Todos os seus membros devem obedecer à Palavra, pois ela é lei no mais absoluto sentido. Todas as tradições humanas, costumes e práticas culturais, devem se sujeitar à autoridade das Escrituras (2Tm 3:15-17).

4. A autoridade de Cristo e os oficiais da igreja. Cristo exerce sua autoridade através de sua igreja e de seus servos especialmente indicados para isto, mas jamais transfere seu poder. Ninguém possui autoridade independente, separada de Cristo e de sua Palavra.

As congregações adventistas do sétimo dia elegem seus oficiais. Contudo, embora esses oficiais atuem como representantes da igreja, sua autoridade provém de Cristo. Sua eleição simplesmente confirma o chamado que receberam de Cristo. O dever primário dos oficiais eleitos é ver se as instruções bíblicas no tocante à adoração, doutrina, disciplina e proclamação do evangelho estão sendo observadas. Uma vez que a Igreja é o corpo de Cristo, devem buscar o conselho da igreja no tocante a suas decisões e ações.

Os oficiais da igreja do Novo Testamento. O Novo Testamento mencionados

grupos de oficiais de igreja – os anciãos e os diáconos. A importância desses oficiais é vislumbrada a partir dos elevados requisitos morais e espirituais que deveriam ser encontrados naqueles que ocupariam esses cargos. A igreja reconhecia a santidade do chamado à liderança mediante a ordenação, ou imposição de mãos (At 6:6; 13:2, 3; 1Tm 4:14; 5:22).

1. Os anciãos.

a. Que é um ancião? Os “anciãos” (do grego *presbyteros*) ou “bispos” (*episkopos*) eram os mais importantes oficiais da igreja. O termo *ancião* significa “mais velho”, implicando em dignidade e respeito. Sua posição era equivalente àquela exercida por quem supervisionava a sinagoga. O termo *bispo* significa “supervisor”. Paulo utiliza os dois termos alternadamente, igualando *anciãos* a *supervisores* ou *bispos* (At 20:17, 28; Tt 1:5, 7).

Aqueles que mantinham essa posição supervisionavam as novas igrejas, recentemente formadas. *Ancião* se refere a um estado ou posição, enquanto *bispo* denota o dever ou responsabilidade do ofício – “supervisionar”.⁷ Uma vez que os apóstolos também são identificados como anciãos (1Pe 5:1; 2Jo 1; 3Jo 1), aparentemente eles desempenhavam tanto a função de anciãos locais e de anciãos itinerantes, ou anciãos plenos (gerais). Ambos os tipos de anciãos, porém, funcionavam como pastores das congregações.

b. As qualificações. A fim de apresentar-se qualificado para o ofício, deveria o ancião ser “irrepreensível, esposo de uma só mulher, temperante, sóbrio, modesto, hospitaleiro, apto para ensinar; não dado ao vinho, não violento, porém cordato, inimigo de contendas, não avarento; e que governe bem a própria casa, criando os filhos sob disciplina, com todo respeito (pois, se alguém não sabe governar a própria casa, como cuidará da igreja de Deus?); não seja neófito, para não suceder que se ensoberbeça e incorra na condenação do diabo. Pelo contrário, é necessário que ele tenha bom testemunho dos de fora, a fim de não cair no opróbrio e no laço do diabo” (1Tm 3:2-7; cf. Tt 1:5-9).

Antes da indicação para o cargo, portanto, o candidato deveria haver demonstrado sua habilidade de liderança em relação a seu próprio lar. “Dever-se-ia considerar a família de alguém sugerido para o cargo. Acha-se ela em sujeição? Consegue o homem governar sua própria casa com honra? Qual o caráter dos filhos? Honrarão eles a influência paterna? Se ele não possui tato, sabedoria ou poder de bondade em casa, ao manejar sua própria família, será bastante seguro concluir que exerceria a mesma administração

não santificada na igreja.”⁸ O candidato, se casado, deveria demonstrar liderança em casa antes de se lhe poder confiar a responsabilidade mais abrangente, a liderança da “família de Deus” (cf. 1Tm 3:15).

Tendo em vista a importância desse ofício, Paulo advertiu: “A ninguém imponhais precipitadamente as mãos” (1Tm 5:22).

c. Responsabilidade e autoridade do ancião. O ancião é antes de mais nada, e principalmente, um líder espiritual. É escolhido para pastorear “a igreja de Deus” (At 20:28). Sua responsabilidade inclui a sustentação dos membros fracos (At 20:35), a admoestação dos desobedientes (1Ts 5:12) e estar alerta contra quaisquer ensinamentos que causariam divisão (At 20:29-31). Anciãos devem ser exemplos de vida cristã (Hb 13:7; 1Pe 5:3) e de liberalidade (At 20:35).

d. Atitude em relação aos anciãos. Em grande medida, a liderança eclesiástica efetiva depende da lealdade do corpo de membros. Paulo estimulou os crentes a respeitar seus líderes e a tê-los “com amor em máxima consideração, por causa do trabalho que realizam” (1Ts 5:13).

As Escrituras deixam bem claro o dever de respeitar a liderança da igreja: “Obedecei aos vossos guias e sede submissos para com eles; pois velam por vossa alma, como quem deve prestar contas” (Hb 13:17; cf. 1Pe 5:5). Quando os membros se comportam de modo a dificultar o exercício das tarefas atribuídas por Deus à liderança, uns e outros experimentarão pesar e perderão a alegria da prosperidade de Deus.

Os crentes são incentivados a observar o estilo de vida cristão dos líderes. “Lembrem-se dos seus líderes, que lhes falaram a Palavra de Deus. Observem bem o resultado da vida que tiveram e imitem a sua fé” (Hb 13:7, NVI). Eles não devem prestar atenção a mexericos. “Não aceites denúncias contra presbítero, senão exclusivamente sob o depoimento de duas ou três testemunhas” (1Tm 5:19).

2. Diáconos e diaconisas. O nome *diácono* provém do grego *diakonos*, cujo significado é “servo” ou “ajudador”. O ofício dos diáconos foi instituído para permitir que os apóstolos pudessem se dedicar inteiramente “à oração e ao ministério da palavra” (At 6:4). Embora os diáconos devessem atender os assuntos temporais da igreja, deveriam ser também ativos nos esforços evangelísticos (At 6:8; 8:5-13, 26-40).

A forma feminina do termo aparece em Romanos 16:1.⁹ Os tradutores

apresentam essa palavra tanto sob a forma “serva” quanto “diaconisa”. “A palavra e sua utilização nesse texto sugerem que o ofício de diaconisa pode ter sido instituído na igreja por volta do tempo em que Paulo escreveu o livro de Romanos.”¹⁰

Tal como os anciãos, os diáconos devem ser escolhidos pela igreja com base em suas qualificações morais e espirituais (1Tm 3:8-13).

A disciplina da igreja. Cristo concedeu à igreja autoridade para disciplinar os membros e estabelecer os princípios corretos para assim proceder. Ele espera que a igreja implemente esses princípios sempre que necessário a fim de manter o amorável chamado que ela recebeu, para ser “sacerdócio santo” e “nação santa” (cf. Mt 18:15-18; 1Pe 2:5, 9). Por outro lado, deve a igreja preocupar-se em fazer com que o membro errante compreenda sua necessidade de arrependimento e mudança. Cristo elogiou a igreja de Éfeso porque esta não pôde “suportar homens maus” (Ap 2:2), ao mesmo tempo que repreendeu a igreja de Pérgamo porque ela tolerou aqueles que ensinavam e praticavam coisas erradas. O mesmo aconteceu com a igreja de Tiatira (Ap 2:14, 15, 20). Observe os seguintes conselhos bíblicos no tocante à disciplina:

1. No tratamento de ofensas particulares. Quando um membro ofende a outro (Mt 18:15-17), Cristo aconselha o ofendido a ir em busca do ofensor – a ovelha que se desviou – procurando persuadi-la a modificar seu comportamento. Se não for bem-sucedido, deve o irmão empreender uma segunda tentativa, acompanhado de duas ou três testemunhas imparciais. Se essa tentativa também falhar, o caso deve ser trazido perante toda a congregação.

Se o membro errante rejeita a sabedoria e a autoridade da igreja de Cristo, ele próprio se aparta da comunhão de seus irmãos. Ao desligar a pessoa culpada, a igreja simplesmente confirma a decisão da pessoa. Se a igreja atendeu cuidadosamente os conselhos bíblicos, sob a orientação do Espírito Santo, suas decisões serão reconhecidas no Céu. Cristo o afirma: “Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na Terra terá sido ligado nos céus, e tudo o que desligardes na Terra terá sido desligado nos céus” (Mt 18:18).

2. No tratamento de ofensas públicas. Embora seja verdade que “todos pecaram e carecem da glória de Deus” (Rm 3:23), ofensas flagrantes e rebeldes, que trazem opróbrio para a igreja, devem ser imediatamente tratadas com o desligamento do ofensor do corpo de membros.

O desligamento tanto remove o mal – que de outra forma poderia funcionar como fermento – e assim restaura a pureza da igreja, como também age à semelhança de remédio redentor em relação ao ofensor. Depois de ter sido informado de um caso de imoralidade na igreja de Corinto, o apóstolo Paulo requereu ação imediata, dizendo: “Em nome do Senhor Jesus, reunidos vós e o meu espírito, com o poder de Jesus, nosso Senhor, entregue [tal pessoa] a Satanás para a destruição da carne, a fim de que o espírito seja salvo no dia do Senhor Jesus. Lançai fora o velho fermento, para que sejais nova massa” (1Co 5:4, 5, 7). Ele ainda recomenda que não nos associemos com qualquer pessoa que, dizendo-se a si mesmo crente, seja “impuro, ou avarento, ou idólatra, ou maldizente, ou beberrão, ou roubador; com esse tal, nem ainda comais. [...] Expulsai, pois, de entre vós o malfeitor” (1Co 5:11, 13).

3. Tratamento com as pessoas que causam divisões. Um membro que causa “divisões e escândalos” (Rm 16:17), “que ande desordenadamente”, recusando-se a obedecer aos conselhos bíblicos, deveria ser evitado, “para que fique envergonhado” de sua atitude. Entretanto, o apóstolo prossegue: “Não o considereis por inimigo, mas adverti-o como irmão” (2Ts 3:6, 14, 15). Se a pessoa “causadora de divisão” se recusar a ouvir uma segunda admoestação da igreja, deve ela ser rejeitada, sabendo-se “que tal pessoa está pervertida, e vive pecando, e por si mesma está condenada” (Tt 3:10, 11).

4. Restauração dos ofensores. Os membros da igreja não deveriam menosprezar, evitar ou negligenciar os ex-membros. Em vez disso, deveriam se esforçar por restaurar o relacionamento dessas pessoas com Cristo, por meio do arrependimento e de um novo nascimento. Pessoas desligadas da igreja podem ser restauradas à comunhão da mesma quando revelarem suficientes evidências de que experimentaram genuíno arrependimento (2Co 2:6-10).

A graça, glória e poder de Deus são revelados de modo particular quando pecadores são restaurados à comunhão da igreja. Deus almeja libertar os cativos do pecado, transferindo-os do reino das trevas para o reino da luz. A igreja de Deus, o teatro do universo, expõe o poder do sacrifício expiatório de Cristo exercido na vida de homens e mulheres.

Nos dias atuais, Cristo – por meio de sua igreja – convida a todos para que se tornem parte de sua família. “Eis que estou à porta e bato; se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele, e ele, comigo” (Ap 3:20).

¹ A respeito da origem do termo *igreja*, Berkhof escreveu (referindo-se aos termos “church”, em inglês, e “kirche” em alemão): “Esses termos provêm da palavra *kuriake*, que significa ‘pertencente ao Senhor’. Isso salienta o fato de que a igreja é a propriedade de Deus. O nome *to kuriakon* ou *he kuriake* em primeiro lugar designava o lugar em que a congregação se reunia. Esse lugar era considerado como pertencendo ao Senhor” (*Systematic Theology*, p. 557).

² “Church Nature of”, *SDA Encyclopedia*, edição revista, p. 302; “Church”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 224.

³ De acordo com as traduções modernas que aceitam a posição de Tisshendorf (leitura no singular), baseada nos códices Sinaiticus, Alexandrinus, Vaticanus e Ephraemi Rescriptus.

⁴ Exceto no tocante a seu ensinamento de Cristo, as crenças da igreja primitiva eram muito semelhantes às do judaísmo. Tanto os cristãos judeus quanto os cristãos gentios continuaram adorando nas sinagogas aos sábados, enquanto ouviam a exposição do Antigo Testamento (At 13:42-44; 15:13, 14, 21). O rasgar do véu no Templo significou que os rituais haviam encontrado o antítipo. O livro de Hebreus tenta desviar a mente dos cristãos dos tipos para a realidade subjacente aos mesmos: a morte expiatória de Cristo, seu sacerdócio no Céu e sua graça salvadora. A era do Novo Testamento representava um período transicional, e embora os apóstolos por vezes participassem dos rituais do Antigo Testamento, a decisão do primeiro concílio em Jerusalém mostra que eles não perceberam nesses rituais qualquer valor salvífico.

⁵ Charles E. Bradford, “What the Church Means to Me”, *Adventist Review*, 20 de novembro de 1986, p. 15.

⁶ Ver *CBASD*, v. 5, p. 455.

⁷ Ver *CBASD*, v. 6, p. 12, 25.

⁸ E. G. White, *Testimonies*, v. 5, p. 618.

⁹ *Diakonos*; pode ser aplicado aos gêneros masculino ou feminino; portanto, o gênero é determinado pelo contexto.

Pelo fato de Febe aparecer como “nossa irmã” e também como *diakonos*, esta palavra deve ser feminina, mesmo que seja pronunciada como um nome da segunda declinação.

¹⁰ “*Deaconess*”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 277. Nos tempos do Novo Testamento, a palavra *diakonos* possuía amplo significado. “[...] ainda se empregava para descrever todos os que serviam a igreja em qualquer cargo. Paulo, apesar de apóstolo, com frequência se apresenta entre os *diakonoi* (plural de *diakonos*, ver 1Co 3:5; 2Co 3:6; 6:4; 11:23; Ef 3:7; Cl 1:23). Proceda da mesma forma ao se referir a Timóteo [...] (1Tm 4:6)” (*CBASD*, v. 7, p. 309). Nesses casos, o termo foi traduzido como “ministros” ou “servos”, em vez de “diáconos”.

O REMANESCENTE E SUA MISSÃO

13



A igreja universal se compõe de todos os que verdadeiramente creem em Cristo; mas, nos últimos dias, um tempo de ampla apostasia, um remanescente tem sido chamado para fora, a fim de guardar os mandamentos de Deus e a fé de Jesus. Esse remanescente anuncia a chegada da hora do juízo, proclama a salvação por meio de Cristo e prediz a aproximação de seu segundo advento. Essa proclamação é simbolizada pelos três anjos de Apocalipse 14; coincide com a obra de julgamento no Céu e resulta em uma obra de arrependimento e reforma na Terra. Todo crente é convidado a ter uma parte pessoal neste testemunho mundial.

O grande dragão vermelho está pronto para atacar. Já conseguira arrastar consigo a terça parte dos anjos celestiais (Ap 12:4, 7-9). Agora, se lhe for possível devorar a criança que está por nascer, terá vencido a guerra.

A mulher que diante dele se encontra está vestida do sol e tem a lua debaixo de seus pés, além de uma coroa com doze estrelas na cabeça. O menino que ela está trazendo à luz destina-se a “reger todas as nações com cetro de ferro” (Ap 12:5).

O dragão se lança ao ataque, mas seus esforços para matar a criança são inúteis. Em vez disso, a Criança é arrebatada “para Deus até ao seu trono” (Ap 12:5). Enraivecido, o dragão volve sua ira contra a mãe, à qual asas são miraculosamente concedidas, que a conduzem para um lugar remoto especialmente preparado por Deus. Ali Ele a sustenta durante um tempo, dois tempos e metade de um tempo – três anos e meio ou 1.260 dias proféticos (Ap 12:1-6, 13, 14).

Na profecia bíblica, uma mulher pura representa a fiel igreja de Deus.¹
Uma mulher retratada como prostituta ou adúltera representa o povo de Deus

que experimentou a apostasia (Ez 16; Is 57:8; Jr 31:4, 5; Os 1-3; Ap 17:1-5).

O dragão, a “antiga serpente, que se chama diabo e Satanás” (Ap 12:9), esperava poder devorar a criança, o longamente esperado Messias, Jesus Cristo. Satanás, ao guerrear contra seu arquiinimigo Jesus, utilizou o Império Romano. Nada, nem mesmo a morte sobre a cruz, poderia deter a Cristo em Sua missão como Salvador da humanidade.

Na cruz Jesus Cristo derrotou a Satanás. Falando de sua crucifixão, Cristo disse: “Chegou o momento de ser julgado este mundo, e agora o seu príncipe será expulso” (Jo 12:31). O Apocalipse descreve o hino celestial da vitória: “Agora veio a salvação, o poder, o reino do nosso Deus e a autoridade do seu Cristo, pois foi expulso o acusador de nossos irmãos, o mesmo que os acusa de dia e de noite, diante do nosso Deus. Por isso, festejai, ó céus, e vós, os que neles habitais” (Ap 12:10, 12). A expulsão de Satanás do Céu restringiu suas ações. Não mais poderia Satanás acusar o povo de Deus diante dos seres celestiais.

Embora o Céu tivesse motivo para regozijo, a Terra foi advertida: “Ai da terra e do mar, pois o diabo desceu até vós, cheio de grande cólera, sabendo que pouco tempo lhe resta” (Ap 12:12).

Dando vazão à sua ira, Satanás começou a perseguir a mulher – a igreja (Ap 12:13), a qual, embora atravessando intensos sofrimentos, sobreviveu. Áreas da Terra fracamente povoadas – o “deserto” – serviram como refúgio para o fiel povo de Deus durante os 1.260 dias proféticos ou 1.260 anos literais (Ap 12:14-16; ver capítulo 4 no tocante ao princípio do dia-ano).²

Ao final dessa experiência no deserto, o povo de Deus emergiu em resposta a sinais que indicavam a proximidade da volta de Cristo. João identificou esse grupo fiel como “os restantes da [...] descendência [da mulher], os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus” (Ap 12:17). O diabo odeia particularmente a este remanescente (Ap 12:17).

Quando e onde ocorreu essa perseguição? Como aconteceu? Em que momento começou a aparecer o remanescente? Qual é a sua missão? A resposta a essas perguntas exige uma revisão tanto das Escrituras quanto da História.

A grande apostasia

A perseguição da igreja cristã ocorreu inicialmente sob Roma pagã, e depois a partir da apostasia gerada em suas próprias fileiras. Tal apostasia não

representou qualquer surpresa – João, Paulo e Cristo já a haviam profetizado.

Durante seu mais notável discurso, Jesus advertira os apóstolos quanto ao aparecimento do engano: “Vede que ninguém vos engane. Porque surgirão falsos cristos e falsos profetas operando grandes sinais e prodígios para enganar, se possível, os próprios eleitos” (Mt 24:4, 24). Os seguidores de Cristo experimentariam um período de “grande tribulação”, mas sobreviveriam a ele (Mt 24:21, 22). Impressionantes sinais marcariam, na natureza, o fim dessa perseguição; os mesmos sinais determinariam a proximidade do retorno de Cristo (Mt 24:29, 32, 33).

Paulo advertira igualmente: “Depois da minha partida, entre vós penetrarão lobos vorazes, que não pouparão o rebanho. E que, dentre vós mesmos, se levantarão homens falando coisas pervertidas para arrastar os discípulos atrás deles” (At 20:29, 30). Esses “lobos” conduziram a igreja à apostasia.

Paulo explicou que tal apostasia teria de ocorrer antes do retorno de Cristo. Sua vinda era tão certa que o simples fato de ela ainda não se haver manifestado, foi apontado pelo apóstolo como evidência de que a vinda de Cristo ainda não era iminente ou, segundo suas próprias palavras: “Ninguém, de nenhum modo, vos engane, porque isto não acontecerá sem que primeiro venha a apostasia e seja revelado o homem da iniquidade, o filho da perdição, o qual se opõe e se levanta contra tudo que se chama Deus ou objeto de culto, a ponto de assentar-se no santuário de Deus, ostentando-se como se fosse o próprio Deus” (2Ts 2:3, 4).

Mesmo nos dias de Paulo, a apostasia já se encontrava em operação, embora de forma limitada. Seu método de operação era satânico, “com todo poder, e sinais, e prodígios da mentira, e com todo engano de injustiça” (2Ts 2:9, 10). Antes do final do primeiro século, João observou que “muitos falsos profetas têm saído pelo mundo fora”. Efetivamente, disse ele, “o espírito do anticristo, [...] presentemente, já está no mundo” (1Jo 4:1, 3).

De que modo deveria operar esse sistema apóstata?

A ascendência do “homem do pecado”. “À medida que a igreja abandonou seu ‘primeiro amor’ (Ap 2:4), perdeu sua pureza de doutrina, seus elevados padrões de conduta pessoal e o laço invisível de união provido pelo Espírito Santo. Na adoração, o formalismo assumiu o lugar da simplicidade. A popularidade e o poder pessoal passaram a determinar cada vez mais as escolhas dos líderes, que assumiram mais autoridade sobre a igreja local e, depois, buscaram estender sua autoridade sobre as igrejas vizinhas.

“A administração da igreja local sob a orientação do Espírito Santo, finalmente, foi substituída pelo autoritarismo eclesiástico nas mãos de um único oficial, o bispo, a quem cada membro da igreja estava sujeito pessoalmente e pelo qual tinha acesso à salvação. Daí em diante, a liderança pensou apenas em governar a igreja em vez de servi-la, e o ‘maior’ já não se considerava ‘servo de todos’. Assim, gradualmente, se desenvolveu o conceito de uma hierarquia sacerdotal que se interpôs entre o cristão, como indivíduo, e Senhor.”³

À medida que a importância do indivíduo e da igreja local se deteriorava, o bispo de Roma emergiu como o poder supremo da cristandade. Com o apoio do imperador, o mais elevado dos bispos, ou papa,⁴ veio a ser reconhecido como a cabeça visível da igreja universal, investido de autoridade suprema sobre todos os líderes da igreja em todo o mundo.

Sob a liderança do papado,⁵ a igreja cristã mergulhou em apostasia ainda mais profunda. A crescente popularidade da igreja acelerou seu declínio. Padrões de conduta rebaixados fizeram com que os não convertidos se sentissem confortáveis no seio da igreja. Multidões que conheciam pouquíssimo do verdadeiro cristianismo se uniram à igreja apenas nominalmente, trazendo consigo suas doutrinas pagãs, imagens, formas de adoração, celebrações, festas e simbolismos.

Esse compromisso entre paganismo e cristianismo conduziu à formação ou surgimento do “homem do pecado” – um gigantesco sistema de falsa religião, mistura de verdade e erro. A profecia de 2 Tessalonicenses 2 não condena indivíduos, mas expõe o sistema religioso responsável pela grande apostasia. Muitos dos crentes que estão dentro deste sistema, contudo, pertencem à igreja universal de Deus, pois vivem de acordo com a luz que possuem.

A igreja sofredora. Com o declínio da espiritualidade, a igreja de Roma desenvolveu um perfil mais secular, estreitando seus laços com o governo imperial. Igreja e estado se uniram em uma aliança não santificada.

Em seu clássico *A Cidade de Deus*, Agostinho – um dos mais influentes pais da igreja – estabeleceu o ideal católico de uma igreja universal controlando um estado universal. O pensamento de Agostinho assentou as bases da teologia papal da Idade Média.

Em 533 d.C., em uma carta incorporada ao Código de Justiniano, o imperador Justiniano declara o bispo de Roma como sendo a cabeça de todas as igrejas.⁶ Ele também reconheceu a influência do papa na eliminação de

hereges.⁷

Quando Belisário, general de Justiniano, libertou Roma em 538 d.C., o bispo de Roma se libertou do controle dos ostrogodos, cujo arianismo tivera como consequência restringir o crescimento da Igreja Católica. A partir de então, o bispo poderia exercer as prerrogativas do decreto de Justiniano, do ano 533 d.C.; ele poderia fazer crescer a autoridade da “Santa Sé”. Assim, começaram os 1.260 anos de perseguição previstos pela profecia bíblica (Dn 7:25; Ap 12:6, 14; 13:5-7).

Tragicamente a igreja, com a assistência do estado, tentou impor seus decretos e ensinamentos a todos os cristãos. Muitos abdicaram de suas crenças por temor à perseguição, enquanto aqueles que se mantiveram fiéis aos ensinamentos bíblicos sofreram severa perseguição. O mundo cristão se tornou um campo de batalha. Muitos foram aprisionados ou executados em nome de Deus! Durante os 1.260 anos de perseguição, milhões de crentes fiéis experimentaram grande sofrimento, enquanto muitos outros pagaram com a própria vida sua lealdade a Cristo.⁸

Cada gota de sangue derramado representou uma nódoa ao nome de Deus e de Jesus Cristo. Coisa alguma causou mais dano ao cristianismo do que a implacável perseguição movida por ele. A grosseira distorção do caráter de Deus resultante dessas ações praticadas pela igreja e a doutrina do purgatório e do tormento eterno conduziram muitos à completa rejeição do cristianismo.

Muito antes do surgimento da Reforma, ergueram-se dentro da própria igreja as vozes daqueles que protestavam contra a eliminação sumária dos opositores, contra suas arrogantes pretensões e contra a sua desmoralizadora corrupção. A indisposição da igreja em reformar-se deu à luz a Reforma protestante no século 16. Seu sucesso representou um duro golpe para o prestígio e a autoridade da igreja de Roma. Por intermédio da Contrarreforma, o papado se envolveu em uma sangrenta batalha contra o protestantismo, mas gradativamente, foi ele perdendo a luta diante das forças que reclamavam liberdade civil e religiosa.

Finalmente, 1.260 anos depois de 538 d.C., a Igreja Católica Romana recebeu uma ferida mortal (cf. Ap 13:3).⁹ As espetaculares vitórias dos exércitos de Napoleão na Itália colocaram o papa à mercê do governo revolucionário francês, que via na religião romana um inimigo irreconciliável da República. O governo francês ordenou a Napoleão que tomasse o papa

como prisioneiro. Sob suas ordens, o general Berthier entrou em Roma e proclamou o fim do governo civil do papado. Levando o papa como prisioneiro, Berthier conduziu-o até a França, onde ele morreu em exílio.¹⁰

A derrocada do papado representou a culminação de uma longa série de eventos associados com o seu progressivo declínio. O evento assinalou o término do período profético dos 1.260 anos. Muitos protestantes interpretaram o acontecimento como a realização da profecia.¹¹

A Reforma

Doutrinas não escriturísticas baseadas na tradição, implacável perseguição dos dissidentes, corrupção e deterioração moral de muitos membros do clero representaram alguns dos principais fatores que levaram as pessoas a clamar por uma reforma no seio da igreja estabelecida.

Questões doutrinárias. Os exemplos que seguem mostram doutrinas não bíblicas que contribuíram para o surgimento do protestantismo e ainda hoje separam protestantes e católicos romanos.

1. A cabeça da igreja na Terra é o vigário de Cristo. Esta doutrina afirma que somente o bispo de Roma é o vigário ou representante de Cristo na Terra e a cabeça visível da igreja. Em contraste com o conceito bíblico no tocante à liderança da igreja (ver capítulo 12 deste livro), esta doutrina baseou-se na suposição de que Cristo tornou Pedro a cabeça visível da igreja e que o papa é o sucessor de Pedro.¹²

2. A infalibilidade da igreja e de sua cabeça. A doutrina que mais fortemente contribuiu para o prestígio e a influência da igreja de Roma foi a de que ela é infalível. A igreja pretende jamais haver errado e que jamais errará. Ela baseou seu ensino no seguinte raciocínio, que não encontra apoio bíblico: uma vez que a igreja é divina, um de seus atributos inerentes é a infalibilidade. Adicionalmente, uma vez que Deus pretende, por meio de sua divina igreja, conduzir as pessoas para o Céu, ela deve ser infalível ao ensinar a fé e a moral.¹³ Cristo, portanto, irá preservá-la do erro pelo poder do Espírito Santo.

O corolário lógico, que nega a corrupção básica dos seres humanos (ver capítulo 7 deste livro), é que o líder da igreja também deve ser infalível.¹⁴ Em acordo com isso, a literatura católica atribui prerrogativas divinas a seu líder.¹⁵

3. O eclipse do ministério mediatório sumo-sacerdotal de Cristo. À medida que

crescia a influência da igreja de Roma, a atenção dos crentes foi sendo desviada de Cristo e de sua contínua obra de mediação como Sumo Sacerdote no Céu – o antítipo dos sacrifícios diários contínuos apresentados nos serviços do santuário terrestre do Antigo Testamento (ver capítulos 4 e 24 deste livro) – para um sacerdócio terrestre cujo líder se achava em Roma. Em vez de confiar em Cristo para o perdão dos pecados e para a eterna salvação (ver capítulos 9 e 10 deste livro), os crentes fizeram repousar sua fé em papas, sacerdotes e prelados. Contradizendo o ensino neotestamentário do sacerdócio de todos os crentes, passou-se a crer agora que o ministério sacerdotal da absolvição era vital à salvação.

O ministério sacerdotal de Cristo no Céu, onde Ele aplica constantemente os benefícios de seu sacrifício expiatório aos crentes arrependidos, foi efetivamente negado quando a igreja substituiu a Ceia do Senhor pela missa. Ao contrário da Santa Ceia – um serviço instituído por Cristo a fim de relembrar sua morte e antecipar a vinda de seu reino (ver capítulo 16 deste livro) – a Igreja Católica pretende que a missa represente o sacrifício humano não sangrento oferecido pelo sacerdote a Deus. Uma vez que Cristo é repetidas vezes oferecido, assim como o foi no Calvário, passou-se a considerar que a missa traz graça especial aos crentes e aos falecidos.¹⁶

Ignorando as Escrituras, conhecendo apenas a missa conduzida por um sacerdote humano, multidões perderam as bênçãos do acesso direto a nosso mediador Jesus Cristo. Portanto, a promessa e o convite em Hebreus 4:16 – “Acheguemo-nos, [...] confiadamente, junto ao trono da graça, a fim de recebermos misericórdia e acharmos graça para socorro em ocasião oportuna” – foram completamente obliterados.

4. A natureza meritória das boas obras. O ponto de vista dominante de que pela prática de boas obras a pessoa pode adquirir méritos essenciais à salvação, e que a fé não salva, contradiz os ensinamentos do Novo Testamento (ver capítulos 9 e 10 deste livro). A Igreja Católica ensina que as boas obras – decorrentes da graça administrada ao coração do pecador – são meritórias, o que significa que elas concedem ao indivíduo o direito de reclamar a salvação. De fato, alguém poderia até mesmo produzir mais boas obras do que aquelas que necessitaria para a sua salvação – o que teria sido o caso dos santos e, dessa forma, acumular méritos extras. Esses méritos excedentes poderiam ser utilizados para o benefício de outros. Pelo fato de a igreja sustentar que os pecadores são justificados com base na justificação infundida em seus

corações, as boas obras passaram a desempenhar papel importante na justificação da pessoa.

Obras meritórias também passaram a desempenhar papel significativo na doutrina do purgatório, a qual afirma que aqueles que não são perfeitamente puros devem ser purificados, sofrendo uma punição temporária de seus pecados em um lugar chamado purgatório, antes que possam participar da alegria do Céu. Por meio de suas preces e boas obras, os crentes vivos podem abreviar a duração e a intensidade dos sofrimentos daqueles que estão no purgatório.

5. A doutrina da penitência e as indulgências. Penitência é o sacramento pelo qual os cristãos podem obter o perdão dos pecados cometidos após seu batismo. O perdão dos pecados é obtido por meio da absolvição pronunciada pelo sacerdote, mas, antes que ele possa ser obtido, os cristãos necessitam examinar sua consciência, arrepender-se de seus pecados e tomar a decisão de nunca mais ofender a Deus. Devem então confessar seus pecados ao sacerdote e praticar a penitência – alguma tarefa designada pelo sacerdote.

Contudo, a penitência não libera completamente os pecadores. Eles ainda devem sofrer a punição temporal, quer seja nesta vida, quer seja no purgatório. Para “dar um jeito” nessa punição, a igreja instituiu as indulgências, capazes de prover a remissão do castigo temporal que ainda ficou pendente face ao pecado, depois que a culpa foi absolvida. As indulgências, que podem beneficiar tanto os vivos quanto os que se acham no purgatório, são asseguradas sob as condições de penitência e o desempenho das boas obras prescritas, muitas vezes sob a forma de valores monetários pagos à igreja.

Foram os méritos “excedentes” dos mártires, santos, apóstolos e, especialmente, de Jesus Cristo e da Virgem Maria que tornaram possíveis as indulgências. Seus méritos foram depositados no “tesouro de méritos” e são transferíveis a todos os crentes cujas contas são deficitárias. O papa, como suposto sucessor de Pedro, achava-se no controle das chaves desse tesouro e podia liberar as pessoas da punição temporal ao lhes atribuir os créditos existentes no tesouro.¹⁷

6. A autoridade final repousa sobre a igreja. Ao longo dos séculos, a igreja estabelecida adotou muitas crenças, dias santificados e símbolos do paganismo. Quando as vozes se erguiam contra essas abominações, a igreja de Roma assumia o direito único de interpretar as Escrituras. A igreja, e não a

Bíblia, tornou-se a fonte final de autoridade (ver capítulo 1 deste livro). A igreja argumentava que existiam duas fontes de verdade divina: (1) As Sagradas Escrituras e (2) a tradição católica, que consistia dos escritos dos pais da igreja, os decretos de concílios eclesiásticos, credos aprovados e cerimônias da igreja. Sempre que as doutrinas da igreja fossem apoiadas pela tradição, mas não pelas Escrituras, prevalecia a tradição. Crentes comuns não possuíam autoridade para interpretar as doutrinas que Deus revelou nas Escrituras. Essa autoridade residia tão somente na Igreja Católica.¹⁸

O amanhecer de um novo dia. No décimo quarto século, John Wycliffe insistiu quanto à necessidade de reforma da igreja, não apenas na Inglaterra, como em toda a cristandade. Em um tempo em que existiam poucas cópias da Bíblia, ele providenciou a primeira tradução da Bíblia completa para o idioma inglês. Seus ensinamentos quanto à salvação unicamente pela fé em Cristo e das Escrituras como única regra infalível de fé, representaram os alicerces da Reforma Protestante. Na qualidade de “Estrela da Manhã” da Reforma, tentou libertar a igreja de Cristo das malhas do paganismo, que a haviam mantido na ignorância. Iniciou um movimento que haveria de libertar a mente dos indivíduos, bem como nações inteiras, das garras dos erros religiosos. Os escritos de Wycliffe calaram fundo na alma de Huss, Jerônimo, Lutero e muitos outros.

Martinho Lutero – aguerrido, impulsivo, inflexível – foi provavelmente a mais poderosa personalidade da Reforma. Mais que qualquer outro homem, ele conduziu as pessoas de volta às Escrituras e à grande verdade evangélica da justificação pela fé, ao mesmo tempo em que guerreou energeticamente contra a salvação pelas obras.

Declarando que os crentes não deveriam aceitar qualquer outra autoridade que não as Escrituras, Lutero fez com que os olhos das pessoas se voltassem para o alto, desviando-se de sacerdotes humanos, obras e penitências, em direção a Cristo como o seu único mediador e salvador. Ele dizia que era impossível – por meio de obras humanas – aliviar a culpa do pecado ou evitar a punição. Somente o arrependimento diante de Deus e a fé em Cristo podem salvar os pecadores. Uma vez que é um dom concedido gratuitamente, a graça de Deus não pode ser comprada. Os seres humanos podem manter esperança, portanto, não em virtude de indulgências, e sim porque foi vertido o sangue do crucificado Salvador.

À semelhança de uma expedição arqueológica que encontra tesouros

escondidos sob o lixo que os séculos acumularam, a Reforma trouxe à luz verdades bíblicas havia muito tempo esquecidas. A justificação pela fé, o grande princípio do evangelho, foi redescoberta, e passou a existir novo apreço pelo sacrifício expiatório único e completo de Jesus Cristo, bem como por seu todo-suficiente sacerdócio mediatório. Muitos ensinamentos não bíblicos, tais como as orações pelos mortos, veneração de santos e relíquias, celebração da missa, adoração de Maria, purgatório, penitências, água benta, celibato dos sacerdotes, o rosário, a inquisição, a transubstanciação, a extrema-unção e a confiabilidade da tradição, foram repudiados e abandonados.

Os reformadores protestantes eram quase unânimes em identificar o sistema papal como o “homem do pecado”, o “mistério da iniquidade” e a “ponta pequena” de Daniel – a entidade que deveria perseguir o verdadeiro povo de Deus durante os 1.260 anos de Apocalipse 12:6, 14; 13:5, antes da Segunda Vinda.¹⁹

A doutrina da Bíblia e a Bíblia somente, como norma de fé e moral, tornou-se básica para o Protestantismo. Os reformadores consideravam toda tradição humana como estando sujeita à autoridade final e mais elevada das Escrituras. Em matéria de fé religiosa, nenhuma autoridade – papa, concílios, pais da igreja, reis ou eruditos – poderia governar a consciência. Efetivamente, o mundo cristão começava a despertar de sua sonolência e, com o passar do tempo – e em muitos lugares – a liberdade religiosa foi proclamada.

A Reforma estagnada

A reforma da igreja cristã não deveria ter cessado no décimo sexto século. Os reformadores haviam alcançado muito, mas não haviam redescoberto toda a luz que a apostasia suprimira. Eles mal haviam tirado o Cristianismo das trevas, mas ele ainda permanecia nas sombras. Ao mesmo tempo que haviam quebrado a mão férrea da igreja medieval, restaurado o evangelho básico e oferecido a Bíblia ao mundo, haviam falhado em redescobrir outras verdades importantes. O batismo por imersão, a imortalidade ancorada em Cristo (por ocasião da ressurreição dos justos), o sétimo dia como o sábado bíblico e outras verdades (ver capítulos 7, 15, 20 e 26 deste livro) achavam-se ainda nas sombras.

Em vez de fazer avançar a Reforma, os sucessores dos reformadores

originais trataram de consolidar suas posições. Passaram a focalizar sua atenção nas palavras e opiniões dos reformadores, em vez de fazê-lo sobre as Escrituras. Uns poucos descobriram novas verdades, mas a maioria se recusou a avançar para além daquilo que os primeiros reformadores haviam apresentado. Consequentemente, a fé protestante degenerou em formalismo e escolasticismo, e os erros que deveriam ter sido corrigidos foram perpetuados. A chama da Reforma gradualmente se extinguiu, e as igrejas protestantes se tornaram frias, formais e, elas próprias, necessitadas de reforma.

A era pós-Reforma fervilhou de atividade teológica, mas pouco progresso espiritual foi obtido. Frederic W. Farrar escreveu que, nesse período, “a liberdade foi trocada pela escravidão; princípios universais por elementos desprezíveis; verdades por dogmatismos; independência pela tradição; religião por sistemas. A reverência viva diante das Escrituras foi superada em favor de uma teoria morta quanto à inspiração. Ortodoxia genial cedeu lugar à férrea uniformidade e o pensamento vivo foi substituído pela dialética da controvérsia”.²⁰ Embora a “Reforma tenha quebrado o cetro de chumbo do velho escolasticismo”, as igrejas protestantes introduziram “um novo escolasticismo, cujo cetro era de ferro”.²¹ Robert M. Grant identificou esse novo escolasticismo como “tão rígido quanto qualquer construção teológica medieval”.²² O protestantismo “praticamente escravizou a si próprio dentro dos limites das respectivas confissões”.²³

Controvérsias irromperam. “Jamais houve uma época em que os homens estivessem tão ocupados em descobrir os erros uns dos outros, ou em que se chamassem uns aos outros com tantos nomes ignominiosos.”²⁴ Assim, as boas-novas se tornaram uma guerra de palavras. “As Escrituras não mais falavam ao coração e sim ao intelecto crítico.”²⁵ “Os dogmas eram ortodoxos, mas a espiritualidade se extinguiu. A teologia triunfou, mas o amor feneceu.”²⁶

O remanescente

A despeito da apostasia e tribulação dos 1.260 anos, alguns crentes continuaram a refletir a pureza da igreja apostólica. Quando os 1.260 anos de opressão findaram em 1798 d.C., constatou-se que o dragão fracassara em erradicar inteiramente o fiel povo de Deus. Contra esses Satanás prosseguiu dirigindo seus esforços destrutivos. Disse João: “Irou-se o dragão contra a

mulher e foi pelejar com os restantes da sua descendência, os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus.” (Ap 12:17).

Que é o remanescente? Ao descrever a batalha do dragão contra a mulher e a sua descendência, João utilizou a expressão “os restantes da sua semente” (Ap 12:17). Essa expressão significa “os que sobraram”, ou “remanescentes”. A Bíblia retrata o remanescente como um pequeno grupo de filhos de Deus que, ao longo de calamidades, guerras e apostasias, permanece fiel a Deus. Esse dedicado remanescente sempre representou a fonte utilizada por Ele para propagar sua igreja visível na Terra (2Cr 30:6; Ed 9:14, 15; Is 10:20-22; Jr 42:2; Ez 6:8; 14:22).

Deus comissionou o remanescente a declarar sua glória e conduzir seu povo espalhado em todo o mundo ao seu “santo monte, a Jerusalém”, ou “monte Sião” (Is 66:20; 37:31, 32; cf. Ap 14:1). A respeito daqueles que assim foram arrebanhados, dizem as Escrituras: “São eles os seguidores do Cordeiro por onde quer que vá” (Ap 14:4).

Apocalipse 12:17 contém a descrição do último remanescente nessa linhagem escolhida, representada pelos leais seguidores de Deus – suas leais testemunhas nos últimos dias, imediatamente antes da segunda vinda de Cristo. Quais são as características do remanescente?

Características do remanescente. O remanescente dos últimos dias não pode ser facilmente confundido. João descreve esse grupo em termos bastante específicos. O grupo apareceria depois dos 1.260 anos de perseguição e é constituído por aqueles que “guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus” (Ap 12:17).

Eles têm sobre si a responsabilidade de proclamar, justamente antes do retorno de Cristo, a advertência final de Deus ao mundo, a tríplice mensagem angélica de Apocalipse 14 (Ap 14:6-12). Essas mensagens contêm em si próprias uma descrição do remanescente, ao afirmarem que ele é constituído por aqueles “que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus” (Ap 14:12). Consideremos mais detalhadamente cada uma dessas características.

1. A fé de Jesus. O povo remanescente de Deus é caracterizado por uma fé semelhante àquela que Jesus possuía. Eles refletem a inabalável confiança de Jesus em Deus e na autoridade das Escrituras. Creem que Jesus Cristo é o Messias da profecia, o Filho de Deus, que veio como o salvador do mundo. Sua fé abrange todas as verdades da Bíblia – aquelas nas quais Cristo cria, pregando-as.

O remanescente de Deus se dedicará, pois, à proclamação do eterno evangelho de salvação pela fé em Cristo. Eles advertirão o mundo de que a hora do juízo de Deus é chegada, pelo que procurarão fazer com que outros se preparem para o breve encontro com o Senhor. Eles se envolverão em uma missão de extensão mundial a fim de completar o testemunho divino à humanidade (Ap 14:6, 7; 10:11; Mt 24:14).

2. Os mandamentos de Deus. Genuína fé em Jesus compromete os remanescentes a seguir o seu exemplo. João explicou: “Aquele que diz que permanece nele, esse deve também andar assim como Ele andou” (1Jo 2:6). Uma vez que Jesus guardou os mandamentos de seu Pai, eles também obedecerão aos mandamentos de Deus (Jo 15:10).

Particularmente em vista de serem eles o remanescente, suas ações devem harmonizar-se com a sua profissão – doutra maneira, essa não tem qualquer valor. Jesus disse: “Nem todo o que me diz: Senhor, Senhor! entrará no reino dos Céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai, que está nos céus” (Mt 7:21). Por meio do poder que Cristo lhes concede, obedecem aos requisitos divinos, inclusive os Dez Mandamentos – a imutável lei moral (Êx 20:1-17; Mt 5:17-19; 19:17; Fp 4:13).

3. O testemunho de Jesus. João define o “testemunho de Jesus” como o “Espírito de profecia” (Ap 19:10). O remanescente será conduzido pelo testemunho de Jesus, manifestado pelo dom de profecia.

Esse dom do Espírito deveria funcionar continuamente ao longo da história da igreja, “até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo” (Ef 4:13). Essa é, pois, uma das principais características do remanescente.

Semelhante orientação profética transforma o remanescente no povo da profecia que proclama a mensagem profética. Eles devem entender a profecia e ensiná-la. A revelação da verdade que vem ao remanescente o ajuda a empreender sua missão de preparar o mundo para o retorno de Cristo (ver capítulo 18 deste livro).

O aparecimento do remanescente dos últimos dias. A Bíblia indica que o remanescente apareceria no palco do mundo depois do período de grande perseguição (Ap 12:14-17). Os sensacionais eventos da Revolução Francesa, que desembocaram no aprisionamento do papa ao final dos 1.260 dias-anos (1798 d.C.), e o cumprimento de três grandes sinais cósmicos – em que a

Terra, Sol, Lua e estrelas testemunharam da proximidade do retorno de Cristo (ver capítulo 25 deste livro) – conduziram a um grande reavivamento no estudo das profecias. Uma expectativa geral no tocante à iminente volta de Cristo foi observada. Por todo o mundo, muitos cristãos reconheceram que o “tempo do fim” havia chegado (Dn 12:4).²⁷

O cumprimento das profecias bíblicas durante a segunda metade do século 18 e primeira metade do século 19 resultou em um poderoso movimento interconfessional, centralizado na esperança do segundo advento. Em todas as igrejas, os crentes na iminente volta de Cristo podiam ser encontrados, todos em oração, trabalhando e antecipando o clímax de todas as eras.

A esperança do advento desenvolveu um espírito de profunda unidade entre seus participantes, e muitos se uniram para advertir o mundo do breve retorno de Cristo. O movimento adventista representou um genuíno movimento interconfessional bíblico, centralizado na Palavra de Deus e na esperança do advento.

Quanto mais essas pessoas estudavam a Bíblia, mais e mais se convenciam de que Deus estava chamando um remanescente para prosseguir a estagnada reforma da igreja cristã. Eles próprios já haviam experimentado a ausência do espírito de reforma em suas respectivas igrejas, e falta de interesse no estudo e na preparação para o segundo advento. Seu estudo da Bíblia revelou que as provas e desapontamentos que Deus lhes permitira atravessar, constituíam uma experiência profundamente espiritual e purificadora, que os fizera unir-se como o povo remanescente de Deus. O Senhor os comissionara a prosseguir com a reforma que tanta alegria e poder trouxera à igreja. Com gratidão e humildade, aceitaram a missão, compreendendo que a divina comissão lhes fora atribuída não porque possuíssem qualquer superioridade inerente, e sim em virtude da misericórdia e poder de Cristo – único meio pelo qual poderiam alcançar sucesso.

A missão do remanescente

As profecias do livro de Apocalipse destacam claramente a missão do remanescente. As três mensagens angélicas de Apocalipse 14:6 a 12 revelam a proclamação do remanescente, a qual deverá trazer completa e final restauração da verdade do evangelho.²⁸ Essas três mensagens angélicas correspondem à resposta divina aos extraordinários enganos satânicos que varrem o mundo justamente antes do retorno de Cristo (Ap 13:3, 8, 14-16).

Imediatamente em seguida ao último apelo divino dirigido ao mundo, Cristo retorna para efetuar a colheita (Ap 14:14-20).

A primeira mensagem angélica

“Vi outro anjo voando pelo meio do céu, tendo um evangelho eterno para pregar aos que se assentam sobre a Terra, e a cada nação, e tribo, e língua, e povo, dizendo, em grande voz: Temei a Deus e dai-lhe glória, pois é chegada a hora do seu juízo; e adorai aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas” (Ap 14:6, 7).

O primeiro anjo simboliza o remanescente de Deus conduzindo o evangelho eterno ao mundo. Esse evangelho são as mesmas boas-novas do infinito amor de Deus que os antigos profetas e os apóstolos proclamaram (Hb 4:2). O remanescente não apresenta um evangelho diferente – em vista do julgamento eles reafirmam o evangelho eterno, de que os pecadores podem ser justificados pela fé e receber a justiça de Cristo.

Essa mensagem chama o mundo ao arrependimento. Exorta todos a “temer” ou reverenciar a Deus, e a dar-lhe “glória” ou honra. Fomos criados para este propósito, e podemos dar honra ou glória a Deus por meio de nossas palavras e ações: “Nisto é glorificado meu Pai, em que deis muito fruto” (Jo 15:8).

João predissera que o movimento que prepararia o mundo para o retorno de Cristo, haveria de enfatizar de modo especial a questão bíblica da glorificação de Deus. Como nunca antes, esse movimento deverá apresentar o apelo do Novo Testamento no tocante à santidade da mordomia de nossa vida: “Vosso corpo é santuário do Espírito Santo.” Não possuímos direitos exclusivos sobre nossas capacidades físicas, morais ou espirituais; Cristo comprou essas capacidades com seu sangue, no Calvário. “Glorificai a Deus no vosso corpo” (1Co 6:19, 20). “Portanto, quer comais, quer bebais ou façais outra coisa qualquer, fazei tudo para a glória de Deus” (1Co 10:31).

O fato de que “a hora do juízo é chegada” acrescenta urgência ao chamado para o arrependimento (ver capítulo 24 deste livro). Em Apocalipse 14:7, a palavra *juízo* traduz o grego *krisis*, o ato de julgar, e não a sentença do juízo (*krima*). Refere-se, portanto, a todo o processo de julgamento, inclusive a colocação das pessoas diante do divino tribunal, a investigação dos livros, o veredito de absolvição ou condenação, e a atribuição da sentença de vida eterna ou morte eterna (Mt 16:27; Rm 6:23; Ap 22:12). A mensagem da hora do juízo também proclama o julgamento que Deus fará de toda a apostasia

(Dn 7:9-11, 26; Ap 17, 18).

A mensagem da hora do juízo aponta particularmente para o tempo em que – na última fase de seu ministério sumo-sacerdotal no Céu – Cristo iniciou seu trabalho de julgamento (ver capítulo 24 deste livro).

Essa mensagem também convoca a todos para a adoração do Criador. O chamado de Deus para a adoração deve ser posto em contraste com o chamado para a adoração da besta e sua imagem (Ap 13:3, 8, 15). Em breve, todos terão de tomar a decisão entre a verdadeira e a falsa adoração – entre adorar a Deus, nos termos em que Ele coloca este ato (justificação pela fé) ou adorar em nossos próprios termos (justificação pelas obras). Ao nos ordenar que adoremos “Aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas” (Ap 14:7; cf. Êx 20:11), essa mensagem chama a atenção para o quarto mandamento. Conduz as pessoas à verdadeira adoração do Criador, uma experiência que envolve a honra de seu memorial da criação – o sábado do Senhor, o dia sétimo, que Ele instituiu na criação e confirmou ao entregar os Dez Mandamentos (ver capítulo 20 deste livro). A mensagem do primeiro anjo, portanto, chama as pessoas para a restauração da verdadeira adoração, ao apresentar Cristo perante o mundo, o Criador e Senhor do sábado bíblico. Esse é o sinal do Deus da criação – um sinal negligenciado pela vasta maioria dos seres criados.

Providencialmente, a proclamação desta mensagem que chama a atenção para o Deus-Criador, começou no estágio da história em que a filosofia evolucionista recebeu o maior impulso de todos os tempos, mediante a publicação do livro *Origem das Espécies*, de Charles Darwin (1858). A pregação do primeiro anjo constitui o maior baluarte contra o progresso da teoria da evolução.

Finalmente, esse chamado implica a restauração da honra da santa lei de Deus, que foi calcada a pés pelo “homem da iniquidade” (2Ts 2:3). Somente quando a verdadeira adoração é restaurada e os crentes vivem os princípios do reino de Deus, é que Deus pode ser glorificado.

A mensagem do segundo anjo

“Caiu, caiu a grande Babilônia que tem dado a beber a todas as nações do vinho da fúria da sua prostituição” (Ap 14:8).

Desde a história antiga, a cidade de Babilônia simbolizou o desafio a Deus. Sua torre era um monumento da apostasia e um centro de rebelião (Gn 11:1-

9). Lúcifer (Satanás) era seu rei invisível (Is 14:4; 12-14) e parece que ele pretendia fazer de Babilônia uma agência de seu plano-mestre para o governo da raça decaída. Ao longo de toda a Bíblia, a batalha entre a cidade de Deus – Jerusalém – e a cidade de Satanás – Babilônia – ilustra o conflito entre o bem e o mal.

Durante os primeiros séculos da era cristã, quando os romanos oprimiam tanto os judeus quanto os cristãos, estes – judeus e cristãos – referiam-se na literatura à cidade de Roma como sendo *Babilônia*.²⁹ Muitos creem que Pedro usou *Babilônia* como pseudônimo para Roma (1Pe 5:13). Em virtude de sua grande apostasia e perseguição, a maioria dos protestantes da era da Reforma e da pós-Reforma referiam-se à igreja de Roma como sendo a Babilônia espiritual (Ap 17), a inimiga do povo de Deus.³⁰

No Apocalipse, *Babilônia* refere-se a uma mulher de má índole, a mãe das prostitutas, e a suas filhas impuras (Ap 17:5). Ela simboliza todas as organizações religiosas apóstatas e sua liderança, embora se aplique de modo especial à grande aliança religiosa apóstata entre a besta e sua imagem, a qual trará a lume a crise final descrita em Apocalipse 13:15 a 17.

A mensagem do segundo anjo expõe a natureza universal da apostasia babilônica e seu poder coercitivo, dizendo que ela “tem dado a beber a todas as nações do vinho da fúria da sua prostituição” (Ap 14:8). O “vinho” de Babilônia representa seus ensinamentos heréticos. Babilônia pressionará os poderes do estado para que este obrigue à imposição universal de seus falsos ensinamentos religiosos e decretos.

A “fornicação” mencionada representa o relacionamento ilícito entre Babilônia e as nações – entre a igreja apóstata e os poderes civis. Supostamente é a igreja a noiva do Cordeiro; ao buscar apoio do estado em vez de se apoiar no Senhor, ela deixa seu esposo e comete adultério espiritual (cf. Ez 16:15; Tg 4:4).

Esse relacionamento ilícito resulta em tragédia. João vê os habitantes da Terra “embriagados” com falsos ensinamentos, e a própria Babilônia “embriagada com o sangue dos santos e com o sangue das testemunhas de Jesus”, as quais se recusaram a aceitar doutrinas não baseadas na Bíblia e a se submeter à autoridade da grande meretriz (Ap 17:2, 6).

Babilônia caiu porque se recusou a atender à mensagem do primeiro anjo – o evangelho da justificação pela fé no Criador. Assim como durante os primeiros séculos da era cristã a igreja de Roma apostatou, assim muitos

protestantes da atualidade se desviaram das grandes verdades da Reforma. Esta profecia da queda de Babilônia encontra de modo especial seu cumprimento no afastamento geral do protestantismo da pureza e simplicidade do evangelho eterno da justificação pela fé, que foi uma vez o poderoso móvel propulsor da Reforma.

A mensagem do segundo anjo se tornará crescentemente relevante à medida que o fim se aproxima. Encontrará seu completo cumprimento mediante a aliança entre as várias organizações religiosas que rejeitaram a mensagem do primeiro anjo. A mensagem da queda de Babilônia é repetida em Apocalipse 18:2 a 4, a qual anuncia a completa derrocada de Babilônia e convida aqueles dentre o povo de Deus que ainda se encontram nos vários grupos religiosos componentes de Babilônia, a que saiam de suas congregações. Diz o anjo: “Retirai-vos dela, povo meu, para não serdes cúmplices em seus pecados e para não participardes dos seus flagelos” (Ap 18:4).³¹

A terceira mensagem angélica

“Se alguém adora a besta e a sua imagem e recebe a sua marca na frente ou sobre a mão, também esse beberá do vinho da cólera de Deus, preparado, sem mistura, do cálice da sua ira, e será atormentado com fogo e enxofre, diante dos santos anjos e na presença do Cordeiro. A fumaça do seu tormento sobe pelos séculos dos séculos, e não têm descanso algum, nem de dia nem de noite, os adoradores da besta e da sua imagem e quem quer que receba a marca do seu nome. Aqui está a perseverança dos santos; os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus” (Ap 14:9-12).

A mensagem do primeiro anjo proclama o evangelho eterno e convida à restauração da verdadeira adoração de Deus como criador, uma vez que a hora do juízo é chegada. O segundo anjo adverte contra todas as formas de adoração originadas em mecanismos humanos. Finalmente, o terceiro anjo proclama o mais solene aviso divino contra a adoração da besta e de sua imagem – que é o procedimento no qual se envolvem, em última análise, todos aqueles que rejeitam o evangelho da justificação pela fé.

A besta descrita em Apocalipse 13:1 a 10 é a união igreja-estado que dominou o mundo cristão durante tantos séculos, e que foi descrita por Paulo como o “homem da iniquidade” (2Ts 2:2-4), e por Daniel como o “chifre pequeno” (Dn 7:8, 20-25; 8:9-12). A imagem da besta representa aquela forma de religião apóstata que se desenvolverá quando as igrejas, tendo

perdido o verdadeiro espírito da Reforma, se unirão com o estado a fim de impor seus ensinamentos às pessoas. Ao unirem igreja com estado, se tornarão uma perfeita imagem da besta – a igreja apóstata que perseguiu durante 1.260 anos. Essa é a razão de a Palavra de Deus utilizar a expressão *imagem da besta*.

A mensagem do terceiro anjo proclama a mais solene e assustadora advertência da Bíblia. Revela que aqueles que se submeterem à autoridade humana durante a crise final da Terra estarão adorando a besta e sua imagem em vez de estar adorando a Deus. Durante esse conflito final, duas classes distintas se desenvolverão. Uma classe advogará o evangelho das maquinações humanas e adorará a besta e sua imagem, trazendo essas pessoas sobre si próprias os mais terríveis juízos. A outra classe, em acentuado contraste, viverá de acordo com o verdadeiro evangelho e guardará “os mandamentos de Deus e a fé em Jesus” (Ap 14:12). A questão derradeira envolverá adoração falsa e verdadeira, o verdadeiro e o falso evangelho. Quando essa questão for claramente colocada diante do mundo, aqueles que rejeitam o memorial divino da criação, o sábado bíblico, escolhendo adorar e honrar o domingo, mesmo depois de ter pleno e cabal conhecimento de que este não é o dia apontado por Deus para a adoração, receberão a “marca da besta”. Essa é a marca da rebelião; a besta afirma que o fato de ela haver alterado o dia de adoração é uma prova de sua autoridade em modificar a lei de Deus.³²

A terceira mensagem dirige a atenção do mundo para as consequências de se recusar a aceitação do eterno evangelho e das mensagens divinas que convidam à restauração da verdadeira adoração. Descreve vividamente os resultados finais das decisões das pessoas no tocante à adoração. A decisão por certo não é fácil, pois qualquer que seja ela, envolverá sofrimento. Aqueles que optam por adorar a Deus sofrerão a ira do dragão (Ap 12:17) e, em determinado momento, chegarão a ser ameaçados de morte (Ap 13:15), ao passo que aqueles que escolhem adorar a besta e sua imagem incorrerão nas sete últimas pragas e finalmente enfrentarão o “lago de fogo” (Ap 15, 16; 20:14, 15).

Contudo, ainda que ambas as decisões impliquem sofrimento, os resultados finais são diferentes. Os adoradores do Criador escaparão da ira mortal do dragão e estarão em pé com o Cordeiro no monte Sião (Ap 14:1; 7:2, 4). Os adoradores da besta e de sua imagem, a seu turno, recebem a plenitude da ira

de Deus e morrem na presença dos santos anjos e do Cordeiro (Ap 14:9, 10; 20:14).

Toda e qualquer pessoa terá de decidir a quem adorará. Se alguém escolher a justificação pela fé, isto será demonstrado em sua participação no culto que Deus aprova; se alguém escolher a justificação pelas obras, isto será demonstrado por sua participação em uma forma de culto que Deus proibiu, mas que a besta e sua imagem ordenam – uma adoração montada à imagem do homem. Deus não pode aceitar essa última forma de adoração porque ela oferece prioridade aos mandamentos dos homens e não aos mandamentos de Deus. Ela procura a justificação pelas obras dos homens, e não pela fé que decorre da completa submissão ao Deus criador, redentor e recriador. Nesse sentido, pois, a terceira mensagem angélica é uma mensagem de justificação pela fé.

Deus tem seus filhos em todas as igrejas; mas é por meio da igreja remanescente que Ele proclama a mensagem que deverá restaurar a verdadeira adoração, mediante o chamamento de seu povo para fora dos círculos da apostasia e a preparação dos mesmos para o retorno de Cristo. Reconhecendo que muitos dentre o povo de Deus ainda deverão se unir ao povo remanescente, este tem clara percepção de suas imperfeições e fraquezas quando tentam executar sua solene missão. Percebem que é unicamente por meio da graça de Deus, que lhes será possível cumprir sua monumental tarefa.

À luz do breve retorno de Cristo e da necessidade de preparo para encontrá-lo, o compassivo e urgente chamado de Deus se dirige a cada um de nós: “Retirai-vos dela, povo meu, para não serdes cúmplices em seus pecados e para não participardes dos seus flagelos; porque os seus pecados se acumularam até ao Céu, e Deus se lembrou dos atos iníquos que ela praticou” (Ap 18:4, 5).

¹ O fulgurante brilho do sol que circunda a mulher pura (Ap 12:1) representa, de acordo com vários comentaristas, a luz do evangelho do Novo Testamento, que concedeu poder e unção à igreja apostólica. A luz, espelhando a luz do sol, simboliza adequadamente os reflexos do Antigo Testamento, da luz do evangelho, por meio de predições e ritos que apontavam ao futuro, para a cruz daquele que haveria de vir. A coroa com doze estrelas representa as raízes da igreja, baseadas nos pais das doze tribos no Antigo Testamento e estendendo-se para o Novo Testamento através dos doze apóstolos.

² O uso do princípio do dia-ano para cálculos proféticos foi mencionado pela primeira vez em referência à profecia messiânica de Daniel 9. Ver capítulo 4 deste livro.

³ CBASD, v. 4, p. 919, 920.

⁴ O nome *papa* deriva literalmente do baixo latim *papa*, do baixo grego *papas*, “pai”, “bispo”; do grego *pappas*,

“pai”. O papa é o “bispo de Roma; a cabeça da Igreja Católica Romana” (*Webster’s New Universal Unabridged Dictionary*, 2ª edição [Nova York: Simon and Schuster, 1979]).

⁵ O papado pode ser definido como o sistema de governo eclesiástico no qual a autoridade suprema é representada pelo papa.

⁶ Carta de Justiniano ao Papa João, citada na Carta do Papa João a Justiniano, no Codex Justinianus (Código de Justiniano), Livro I, título 1, 8, *Corpus Juris Civilis*, compilação de Paulus Krueger, 12ª ed. (Berlim: Weidmannsche Verlaglsbuchhandlung, 1959), v. 2, p. 11, em *The Civil Law*, edição e tradução de S. P. Scott (Cincinnati: Central Trust Company, 1932), v. 12, p. 11-13. Cf. *Justiniani Novellae* (A Nova Constituição de Justiniano), 131ª Constituição, capítulo 2, *Corpus Juris Civilis*, compilação de Rudolphus Schoell e Guilelmus Kroll, 7ª edição, v. 3, p. 665, em *Civil Law*, v. 17, p. 125. Ver também Don Neufeld e Julia Neuffer, editores, *Seventh-day Adventist Bible Student’s Source Book* (Washington, DC: Review and Herald, 1962), p. 684, 685.

⁷ Carta, Justiniano ao Arcebispo Epiphanius de Constantinopla, 26 de março de 533, in Codex Justinianus, Livro I, título 1, 7, *Corpus Juris Civilis*, Krueger’s editores, v. 2, p. 8, conforme citado em *Source Book*, p. 685.

⁸ Ver, por exemplo, “Persecution”, *Encyclopedia of Religion and Ethics*, edição de James Hastings (Nova York: Charles Scribner’s Sons, 1917), v. 9, p. 749-757; John Dowling, *The History of Romanism: From the Earliest Corruptions of Christianity to the Present Time*, 10ª ed. (Nova York: Edward Walker, 1846), p. 237-616.

⁹ Isto representou um forte abalo no prestígio do papado, porém não o fim de sua influência. Apocalipse 13:3 fala da cura dessa “ferida mortal”, indicando uma renovação da influência papal. Nos últimos dias ele se tornará a mais poderosa influência religiosa do mundo.

¹⁰ George Trevor, *Rome: From the Fall of the Western Empire* (Londres: The Religious Tract Society, 1868), p. 439, 440; John Adolphus, *The History of France From the Year 1790 to the Peace Concluded at Amiens in 1802* (Londres: George Kearsley, 1803), v. 2, p. 364-369. Ver também *Source Book*, p. 701, 702.

¹¹ LeRoy E. Froom, *The Prophetic Faith of Our Fathers* (Washington, DC: Review and Herald, 1948), v. 2, p. 765-782.

¹² Peter Geiermann, *The Convert’s Catechism of Catholic Doctrine* (Saint Louis: Herder, 1957), p. 27, 28.

¹³ *Ibid.*, p. 27.

¹⁴ Mais tarde, a doutrina da infalibilidade papal foi baseada na suposição de que (1) “infalibilidade, como atributo de uma igreja divina, é necessariamente encontrada em sua plenitude na cabeça da igreja; (2) Pedro foi infalível ao ensinar fé e moral e (3) o papa herdou de Pedro os atributos da divina igreja. Concluiu-se, pois, que ao falar *ex cathedra*, “o papa é um ensinador infalível da fé e da moral” (Geiermann, p. 29). *Ex cathedra*, do latim, significa literalmente “da cadeira”. Aplicada ao papa, a expressão refere-se aos pronunciamentos que ele dirige à Igreja Católica.

¹⁵ Quanto a reivindicações feitas pelo papado, ver, por exemplo, Lucius Ferraris, “Papa”, artigo 2, in *Prompta Bibliotheca* (Venice; Gaspar Sorti, 1772), v. 6, p. 25-29, conforme citado em *Source Book*, p. 680. Quanto às reivindicações do papado em relação a si mesmo, ver, por exemplo, o Papa Leão XIII, Encyclical Letter, 10 de janeiro de 1890 e 20 de junho de 1894, em *The Great Encyclopedia Letters of Pope Leo XIII* (Nova York: Benziger Brothers, 1903), p. 193, 304. Ver também *Source Book*, p. 683, 684.

¹⁶ *Catechism of the Council of Trent for Paris Priests*, tradução de John A. McHugh e Charles J. Callan (Nova York: Joseph F. Wagner, 1958, reimpressão), p. 258, 259. Ver também *Source Book*, p. 614.

¹⁷ CBASD, v. 7, p. 33.

¹⁸ Ver Council of Trent, Session IV (8 de abril de 1546), conforme citado em *The Creeds of Christendom*, editado por Philip Schaff, 6ª edição (Grand Rapids: Baker, 1983), v. 2, p. 79-83. Ver também *Source Book*, p. 1.041-1.043.

¹⁹ Froom, *Prophetic Faith of Our Fathers*, v. 2, p. 528-531.

²⁰ *Ibid.*

²¹ *Ibid.*

²² Robert M. Grant, *A Short History of Interpretation of the Bible* (Filadélfia: Fortress, 1984), p. 97.

²³ Farrar, p. 361.

²⁴ *Ibid.*, p. 363.

²⁵ Grant, p. 97.

²⁶ Farrar, p. 365.

²⁷ Quanto à origem do remanescente, ver Froom, *Prophetic Faith of Our Fathers*, v. 4; P. Gerard Damsteegt, *Foundations of the Seventh-day Adventist Message and Mission* (Grand Rapids: Eerdmans, 1977).

²⁸ Cf. Damsteegt, “A Theology of Restoration” (trabalho apresentado ao Centennial Conference on Evangelism, Andrews University, 4 de maio de 1974).

²⁹ Ver Midrash Rabbah on Canticles I.6, 4; Tertullian, *Against Marcion*, III, 13; Tertullian, *Answer to the Jews*, 9.

³⁰ Froom, *Prophetic Faith of Our Fathers*, v. 2, p. 531, 787.

³¹ *CBASD*, v. 7, p. 916-919.

³² A Igreja Católica reivindica a autoridade para mudar o dia de adoração. “Pergunta: Qual é o dia de sábado? Resposta: O sétimo dia é o sábado. Pergunta: Por que nós observamos o domingo em lugar do sábado? Resposta: Nós observamos o domingo em lugar do sábado porque a Igreja Católica transferiu a solenidade do sábado para o domingo” (Geiermann, p. 50). Ver também *Source Book*, p. 886. Este catecismo recebeu a “bênção apostólica” do Papa Pio X, em 25 de janeiro de 1910 (ibid.).

UNIDADE NO CORPO DE CRISTO

14



A igreja é um corpo com muitos membros, chamados de toda nação, tribo, língua e povo. Em Cristo somos uma nova criação; distinções de raça, cultura e nacionalidade, e diferenças entre altos e baixos, ricos e pobres, homens e mulheres não devem ser motivo de dissensões entre nós. Todos somos iguais em Cristo, o qual por um só Espírito nos uniu em uma comunhão com Ele e uns com os outros; devemos servir e ser servidos sem parcialidade ou restrição.

Mediante a revelação de Jesus Cristo nas Escrituras, partilhamos a mesma fé e esperança e estendemos um só testemunho para todos. Essa unidade encontra sua fonte na unidade do Deus triúno, que nos adotou como seus filhos.

Tendo Jesus concluído sua obra na Terra (Jo 17:4), continuou sentindo agonia quanto à condição dos discípulos, mesmo na tardinha que antecedeu sua morte.

A inveja levou a discussões quanto a quem era o maior e quem deveria receber a posição mais elevada no reino de Cristo. A explanação feita por Jesus, de que a humildade representava a substância de seu reino, e que seus verdadeiros seguidores deveriam ser servos, oferecendo espontaneamente de si próprios, sem esperar nem mesmo uma palavra de gratidão em troca, parecia haver caído em ouvidos moucos (Lc 17:10). Mesmo o seu exemplo, de se dispor a lavar os pés dos discípulos quando nenhum deles manifestou disposição de fazê-lo em vista do que o ato implicava, parecia ter sido em vão (ver capítulo 16 deste livro).

Jesus é amor. Era a sua simpatia que mantinha as massas à sua procura. Não podendo compreender esse amor tão abnegado, os discípulos achavam-se

possuídos de profundo preconceito contra não judeus, mulheres, “pecadores” e os pobres; isso lhes cegava para o todo-abrangente amor de Cristo, até mesmo em relação àqueles que eram tão detestados. Quando os discípulos o encontraram conversando com uma mulher samaritana de baixa reputação, ainda não haviam aprendido que os campos, maduros para a colheita, incluíam grãos de todas as variedades, prontos para ser recolhidos.

Mas a opinião de Cristo não poderia ser modificada pela tradição, pelos conceitos populares ou mesmo pelo controle da família. Seu irrepreensível amor atingiu as profundezas e restaurou a humanidade alquebrada. Tal amor, que os tornaria distintos em relação ao público indiferente, seria a evidência de que eram verdadeiros discípulos. Assim como Ele amara, deveriam eles amar. O mundo seria eternamente capaz de distinguir os genuínos cristãos – não por causa de sua profissão, mas pela revelação, neles, do amor de Cristo (cf. Jo 13:34, 35).

Assim, mesmo no jardim do Getsêmani, a principal preocupação na mente de Cristo era a unidade de sua igreja – aqueles que haviam saído “do mundo” (Jo 17:6). Ele pleiteou com o Pai em favor de uma unidade, no seio da igreja, que fosse semelhante àquela experimentada pela Divindade. Ele orou para que todos fossem um; “e como és Tu, ó Pai, em mim e Eu em ti, também sejam eles em nós; para que o mundo creia que Tu me enviaste” (Jo 17:21).

Semelhante unidade é o mais poderoso testemunho que a igreja pode oferecer, pois ele provê a evidência do abnegado amor de Cristo pela humanidade. Ele afirmou: “Eu neles, e Tu em mim, a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade, para que o mundo conheça que Tu me enviaste e os amaste, como também amaste a mim” (Jo 17:23).

Unidade bíblica e a igreja

Que tipo de unidade tinha Cristo em mente para a igreja visível da atualidade? De que forma é possível tal amor e unidade? Qual o seu fundamento? Quais seus aspectos componentes? Porventura requer ela a uniformidade, ou permite a diversidade? De que modo funciona a unidade?

Unidade do Espírito. O Espírito Santo é a força impelente por detrás da unidade da igreja. Por seu intermédio são os crentes conduzidos para a igreja. Por meio dele são todos os crentes “batizados em um corpo” (1Co 12:13). Esses membros batizados devem possuir uma unidade que Paulo descreve como “a unidade do Espírito” (Ef 4:3).

O apóstolo relaciona os principais componentes da unidade do Espírito. Diz ele: “Há somente um corpo e um Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; há um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos” (Ef 4:4-6). A repetição da palavra “um” [uma, numa], que ocorre sete vezes, serve de ênfase para a completa unidade vislumbrada por Paulo.

Ao chamar os membros de todas as nacionalidades e etnias, o Espírito Santo os batiza em um único corpo – o corpo de Cristo, a igreja. À medida que eles crescem em Cristo, as diferenças culturais não mais causam divisão. O Espírito Santo quebra as barreiras entre ricos e pobres, altos e baixos, homens e mulheres. Compreendendo que à vista de Deus todos eles são iguais, eles mantêm estima uns pelos outros.

Essa unidade também funciona ao nível de corporação. Significa que todas as igrejas locais são iguais, mesmo que algumas delas sejam receptoras de fundos e de missionários enviados de outros países. Semelhante união não conhece hierarquia. Habitantes locais e missionários são iguais diante de Deus.

A igreja unificada possui uma esperança – a “bendita esperança” da salvação que será concretizada na “manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus” (Tt 2:13). Essa esperança é fonte de alegria e paz, e provê uma poderosa motivação para o testemunho unificado (Mt 24:41). Conduz à transformação, pois “a si mesmo se purifica todo o que nele tem esta esperança, assim como Ele é puro” (1Jo 3:3).

É por meio da fé comum – fé pessoal no sacrifício expiatório de Jesus Cristo – que todos se tornam parte do corpo. O batismo único que simboliza a morte e a ressurreição de Cristo (Rm 6:3-6), expressa perfeitamente essa fé, testemunhando da união com o corpo de Cristo.

Finalmente, a Escritura ensina que existe um só Espírito, um só Senhor, e um só Deus e Pai. Todos os aspectos da unidade da igreja encontram seu fundamento na unidade da Trindade divina. “Ora, os dons são diversos, mas o Espírito é o mesmo. E também há diversidade nos serviços, mas o Senhor é o mesmo. E há diversidade nas realizações, mas o mesmo Deus é quem opera tudo em todos” (1Co 12:4-6).

A abrangência da unidade. Os crentes experimentam unidade de mente e julgamento. Observe as seguintes exortações: “Ora, o Deus de paciência e

consolação vos conceda o mesmo sentir de uns para com os outros, segundo Cristo Jesus, para que concordemente e a uma voz glorifiqueis ao Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo” (Rm 15:5, 6). “Rogo-vos, irmãos, pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo, que faleis todos a mesma coisa e que não haja entre vós divisões; antes, sejais inteiramente unidos, na mesma disposição mental e no mesmo parecer” (1Co 1:10). “Aperfeiçoai-vos, consolai-vos, sede do mesmo parecer, vivei em paz, e o Deus de amor e de paz estará convosco” (2Co 13:11).

Portanto, a igreja de Deus deve revelar unidade de sentimentos, pensamentos e ação. Porventura significa isto que os membros deveriam possuir identidade de sentimentos, pensamentos e ações? Porventura a unidade bíblica implica em uniformidade?

Unidade na diversidade. A unidade bíblica *não* implica em uniformidade. A própria metáfora utilizada na Bíblia para a igreja – a do corpo humano – demonstra que a igreja experimenta unidade mediante a diversidade.

O corpo possui muitos órgãos, todos eles contribuindo para o desempenho ótimo do corpo. Todos eles preenchem uma função vital, embora suas tarefas sejam diferentes; nenhum deles é inútil.

Esse mesmo princípio opera na igreja. Deus distribui seus dons “como lhe apraz, a cada um, individualmente” (1Co 12:11), criando uma saudável diversidade que beneficia a congregação. Nem todos os membros pensam da mesma forma, como também nem todos são qualificados para desempenhar as mesmas tarefas. Todos, entretanto, funcionam sob a direção do mesmo Espírito, edificando a igreja com o melhor dos dons que Deus lhes concedeu.

Para realizar sua missão, a igreja necessita da contribuição de todos os dons. Juntos, proveem o impulso evangelístico total. O sucesso da igreja não depende de que todos os membros sejam a mesma coisa e façam o mesmo que os demais; pelo contrário, ele depende de que todos os membros executem as tarefas que Deus atribuiu a cada um.

Na natureza, a videira e seus ramos proveem boa ilustração de unidade na diversidade. Jesus utilizou a metáfora da vinha para ressaltar a união dos crentes com Ele (Jo 15:1-6). Os ramos, representando os crentes, constituem extensões da Videira Verdadeira – Cristo. À semelhança de cada ramo ou folha, o cristão individual difere dos demais, mas ainda assim existe a unidade, uma vez que todos recebem nutrição a partir do mesmo tronco, a Videira. Os ramos da vinha estão individualmente separados e não se fundem

uns com os outros; ainda assim, cada ramo está em comunicação com os demais, desde que todos eles se reúnam no mesmo tronco básico, comum a todos. Eles recebem nutrição da mesma fonte: assimilam as mesmas propriedades fornecedoras de vida.

Dessa forma, a unidade cristã depende do enxerto dos membros em Cristo. Dele provém o poder que vitaliza a vida cristã. Ele é a fonte do talento e do poder necessários para que a igreja cumpra sua missão. Estar ligados a Ele significa que serão moldados todos os gostos, hábitos e estilo de vida dos cristãos. Por intermédio dele, todos os membros se vinculam uns aos outros, unindo-se na missão comum. À medida que os membros permanecem nele, o egoísmo é afastado e se estabelece a unidade cristã, que habilita os membros para o desempenho da divina missão.

Assim, embora existam diferentes temperamentos no seio da igreja, todos trabalham sob a mesma Cabeça. Embora existam muitos dons, o Espírito é apenas um. Ainda que os dons sejam diferentes, existe ação harmoniosa. “O mesmo Deus é quem opera tudo em todos” (1Co 12:6).

Unidade de fé. A diversidade de dons não implica, porém, em diversidade de crenças. Nos últimos dias, a igreja de Deus será composta por pessoas que compartilham a plataforma do evangelho eterno – suas vidas serão caracterizadas pela observância dos “mandamentos de Deus e a fé em Jesus” (Ap 14:12). Juntos, eles proclamam ao mundo o convite à salvação procedente de Deus.

Quão importante é a unidade da igreja?

A unidade é essencial à igreja. Sem ela a igreja fracassará no desempenho de sua sagrada missão.

A unidade torna eficazes os esforços da igreja. Em um mundo caracterizado pelas dissensões e conflitos, o amor e a unidade manifestados entre os membros da igreja – mesmo possuindo estes diferentes personalidades, temperamentos e disposições – testemunham mais poderosamente em favor da mensagem apresentada pela igreja do que qualquer outra coisa. Essa unidade provê evidências irrefutáveis da ligação dessas pessoas com o Céu, e da validade de suas credenciais como discípulos de Cristo (Jo 13:35). Ela prova o poder da Palavra de Deus.

Conflitos entre os professos cristãos provocam desgosto nos descrentes, e têm sido, provavelmente, o maior obstáculo para que estes aceitem a fé cristã.

Verdadeira unidade entre os crentes elimina essa atitude. Tal unidade, segundo mostrou Jesus, é para o mundo a maior evidência de que Ele é o salvador de seu povo (Jo 17:23).

A unidade revela a realidade do Reino de Deus. Uma igreja verdadeiramente unida sobre a Terra, revela que seus membros levam a sério a expectativa de viverem juntos no Céu. Unidade na Terra demonstra a realidade do eterno reino de Deus. Em relação àqueles que vivem desta maneira, cumpriu-se a Escritura: “Oh! Como é bom e agradável viverem unidos os irmãos!” (Sl 133:1).

A unidade demonstra a força da igreja. Unidade traz consigo força, ao passo que a desunião provoca enfraquecimento. Uma igreja é verdadeiramente próspera e forte quando seus membros estão unidos a Cristo e uns aos outros, trabalhando harmoniosamente em favor da salvação do mundo. Então, e somente então, serão eles, no mais completo sentido, “cooperadores de Deus” (1Co 3:9).

A unidade cristã representa um desafio ao nosso mundo cada vez mais desunido, retalhado por egoísmo. A igreja unificada representa a resposta adequada para uma sociedade dividida pela cultura, raça, sexo e nacionalidade. A igreja unificada resistirá aos ataques satânicos. Efetivamente, os poderes das trevas são impotentes contra uma igreja cujos membros amam uns aos outros, assim como Cristo os amou.

O efeito positivo e benéfico da igreja unida pode ser comparado com o desempenho de uma orquestra. Nos momentos que antecedem o aparecimento do maestro, enquanto os músicos afinam e aquecem seus instrumentos, o som produzido é estranho e desagradável. Entretanto, ao aparecer o maestro, desaparecem os ruídos caóticos, e todos os olhares se voltam para ele. Cada membro da orquestra fica atento, pronto para obedecer à direção do maestro. Sob o comando deste, toda a orquestra produz música bonita e harmoniosa.

“Unidade no corpo de Cristo significa incorporar o instrumento de minha vida à grande orquestra dos que foram ‘chamados para fora’, sob a batuta do divino Maestro. Sob sua regência, seguindo a partitura original da criação, temos o privilégio de executar perante a humanidade a sinfonia do amor de Deus.”¹

Alcançando a unidade

Se a igreja deve experimentar a unidade, tanto a Divindade quanto os crentes devem estar envolvidos em desenvolvê-la. Qual é a fonte da unidade e como pode ela ser obtida? Qual é o papel desempenhado pelos crentes?

A fonte da unidade. As Escrituras mostram que a unidade encontra suas origens em (1) o poder guardador do Pai (Jo 17:11), (2) a glória do Pai que Jesus concedeu a seus seguidores (Jo 17:22) e (3) na habitação de Cristo no íntimo dos crentes (Jo 17:23). O Santo Espírito, o “Espírito de Cristo” que atua no meio do corpo de Cristo, é o poder coesivo e a presença que mantém em união cada segmento.

Tal como ocorre com o cubo e os raios de uma roda, quanto mais próximos os membros (raios) estiverem do cubo (Cristo), mais próximos estarão uns dos outros. “O segredo da verdadeira união na igreja e na família não é a diplomacia, o trato habilidoso, o sobre-humano esforço para vencer dificuldades – embora haja muito disto a ser feito – mas a união com Cristo.”²

O Espírito Santo como unificador. Na qualidade de “Espírito de Cristo” e “Espírito de verdade”, o Santo Espírito produz unidade.

1. O foco da unidade. Quando o Espírito entra nos crentes, faz com que eles transponham os preconceitos de cultura, raça, sexo, cor, nacionalidade e situação social (Gl 3:26-28). Ele consegue isso ao trazer Cristo para o íntimo da pessoa. Aqueles em quem Ele habita focalizarão a Jesus, e não a si próprios. Sua união com Cristo estabelece o vínculo da união de uns com os outros – o fruto da morada interior do Espírito. Isso minimizará as diferenças existentes entre eles e os unirá na missão de glorificar a Jesus.

2. O papel dos dons espirituais na obtenção da unidade. Até que ponto pode ser alcançado o alvo da unidade na igreja? Quando Cristo iniciou sua obra mediatória ao lado de seu Pai no Céu, garantiu que o alvo de ter seu povo unido não era alguma ilusão. Por meio do Santo Espírito, Ele concedeu dons especiais, cujo propósito particular era estabelecer a “unidade da fé” entre os crentes.

Ao analisar esses dons, Paulo disse que Cristo “concedeu uns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas e outros para pastores e mestres”. Esses dons foram concedidos à igreja com vistas “ao aperfeiçoamento dos santos para o desempenho do seu serviço, para a edificação do corpo de Cristo, até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da

estatura da plenitude de Cristo” (Ef 4:11-13).

Esses dons particulares são designados para desenvolver a “unidade do Espírito” em “unidade da fé” (Ef 4:3, 13), de modo que os crentes sejam amadurecidos e firmes, “não mais [...] como meninos, agitados de um lado para outro, e levados ao redor por todo vento de doutrina, pela artimanha dos homens, pela astúcia dos que induzem ao erro” (Ef 4:14; ver capítulo 17 deste livro).

Por intermédio desses dons, os crentes falam a verdade no amor e crescem em Cristo, a Cabeça da igreja – desenvolvendo assim uma unidade dinâmica em amor. Em Cristo, disse Paulo, “todo o corpo, bem ajustado e consolidado pelo auxílio de toda junta, segundo a justa cooperação de cada parte, efetua o seu próprio aumento para a edificação de si mesmo em amor” (Ef 4:16).

3. A base para a unidade. É na qualidade de “Espírito de verdade” (Jo 15:26) que o Espírito Santo opera a fim de cumprir a promessa de Cristo. Sua tarefa é guiar os crentes em toda a verdade (Jo 16:13). Claramente, portanto, a verdade centralizada em Cristo é a base para a unidade.

A missão do Espírito é conduzir os crentes à “verdade tal como se encontra em Jesus”.³ Contudo, simplesmente o estudo da verdade não é suficiente para operar a genuína unidade. Somente quando cremos, vivemos e pregamos a verdade conforme encontrada em Jesus, é que ocorre a união.

Companheirismo, dons espirituais e o amor são todos muito importantes, mas a plenitude destes ocorre por meio daquele que disse “Eu sou o caminho, a verdade, e a vida” (Jo 14:6). Cristo orou: “Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade” (Jo 17:17). Portanto, para que possam experimentar a unidade, os crentes devem receber a luz que brilha da Palavra.

À medida que esta verdade, conforme encontrada em Cristo, habita no coração do crente, seu efeito será refinar, elevar e purificar a vida, e eliminar todo preconceito e atrito.

O novo mandamento de Cristo. Tal como o homem, a igreja foi feita à imagem de Deus. Assim como todos os membros da Divindade possuem amor uns pelos outros, assim os membros da igreja amarão uns aos outros. Cristo ordenou aos crentes que demonstrassem amor a Deus mediante a demonstração de amor uns aos outros (Mt 22:39).

O próprio Jesus levou o princípio do amor até suas últimas consequências no Calvário. Horas antes de sua morte, Ele ampliou a injunção que havia estabelecido anteriormente, ordenando a seus discípulos um novo

mandamento: “Que vos ameis uns aos outros, assim como Eu vos amei” (Jo 15:12; cf. Jo 13:34). É como se Ele lhes estivesse dizendo: “Eu vos estou instruindo a não procurar os vossos direitos, cobrar o que vos é devido e a mover processos se isto não ocorrer. Peço-vos que ofereçais as vossas costas aos açoites, que deixeis que vos batam na outra face, que suporteis acusações falsas, zombaria, ferimentos, quebrasuras, crucifixão e morte, se isto vos levar a amar os outros. Pois este é o amor que Eu vos tenho demonstrado.”

1. A impossível possibilidade. De que modo podemos nós amar como Cristo amou? Impossível! Cristo está pedindo o impossível, mas Ele é capaz de efetuar o impossível. É sua a promessa: “E Eu, quando for levantado da terra, atrairei todos a mim” (Jo 12:32). Isso significa que a unidade do corpo de Cristo depende da encarnação; é a unidade dos crentes com Deus por meio da Palavra que se fez carne. Trata-se também de uma unidade relacional, a unidade dos crentes por meio de suas raízes comuns na Videira. Finalmente, essa unidade acha-se enraizada na cruz: o amor do Calvário que se implanta no íntimo dos crentes.

2. Unidade junto à cruz. A unidade da igreja ocorre junto à cruz. Somente quando compreendemos que não amamos como Jesus, e que não conseguimos fazê-lo, podemos admitir nossa necessidade de sua permanente presença – e cremos naquilo que Ele já antecipara: “Sem mim nada podeis fazer” (Jo 15:5). Junto à cruz nos damos conta de que Ele não apenas morreu por nós, mas por todas as pessoas sobre a face da Terra. Isso significa que Ele amou todas as nacionalidades, raças, cores e classes. Ele ama igualmente a todos, quaisquer que sejam as diferenças existentes entre eles. É por isso que a unidade encontra suas raízes em Deus. A visão estreita do homem tende a separar as pessoas. A cruz enfrenta a cegueira humana e coloca sobre os seres humanos a etiqueta de preço de Deus. Mostra que ninguém é sem valor. Todos são desejados. Se Cristo assim os ama, devemos fazê-lo também.

Quando Cristo predisse que sua crucifixão atrairia a Ele todas as pessoas, seu pensamento era de que o vigoroso poder magnético manifestado no maior de todos os sofrimentos, seria o fator de unidade em seu corpo, a igreja. O vasto abismo existente entre o Céu e nós, o abismo atravessado por Cristo, torna insignificante o pequeno trecho de rua que nós temos de caminhar para podermos alcançar o nosso irmão.

O Calvário significa: “Levai as cargas uns dos outros” (Gl 6:2). Ele suportou o fardo completo de toda a humanidade, o qual lhe roubou a vida,

de modo que Ele pudesse nos conceder vida e nos libertar para que auxiliemos uns aos outros.

Passos rumo à unidade. A unidade não ocorre automaticamente. Os crentes necessitam dar certos passos a fim de assegurá-la.

1. Unidade no lar. O campo de treinamento ideal para a unidade da igreja é o lar (ver capítulo 23 deste livro). Se aprendermos a exercer sabiamente a direção, a bondade, a gentileza, a paciência e o amor – tendo como centro a cruz – em nosso lar, estaremos aptos a desenvolver os mesmos princípios na igreja.

2. Disposição para a unidade. Jamais alcançaremos a unidade a menos que conscientemente trabalhemos no sentido de conseguí-la. E jamais devemos considerar complacentemente que já a alcançamos. Necessitamos orar diariamente pela unidade, cultivando-a cuidadosamente.

Deveríamos minimizar as diferenças e evitar questionamentos no tocante a aspectos não essenciais. Em vez de focalizarmos aquilo que nos divide, deveríamos falar sobre as preciosas verdades que nos unem. Falemos sobre a unidade e oremos para que a oração de Cristo se cumpra. Assim procedendo, acabaremos conseguindo a unidade e a harmonia que Deus almeja que tenhamos.

3. Trabalho unido rumo a um objetivo comum. A igreja não viverá a unidade até que, agindo como um todo, se envolva na proclamação do evangelho de Jesus Cristo. Tal missão provê o treinamento ideal para se aprender a harmonia. Ela ensina aos crentes que todos eles constituem partes individuais da grande família de Deus e que a felicidade do todo depende do bem-estar de cada crente.

Em seu ministério, Cristo mesclou a restauração da alma e a restauração do corpo. Quando enviou seus discípulos à missão que lhes designara, insistiu em uma ênfase similar: pregar e curar (Lc 9:2; 10:9).

Dessa forma, a igreja de Cristo deve conduzir a dupla obra de pregar – o ministério da palavra; e de curar – a obra médico-missionária. Nenhum desses aspectos da obra de Deus deve ser conduzido independentemente, nem deve se tornar todo-absorvente. Tal como nos dias de Cristo, nossas ações em favor das pessoas devem ser caracterizadas pelo equilíbrio e harmonia nesses dois aspectos do trabalho.

Aqueles que se acham envolvidos nas várias fases do trabalho da igreja, devem cooperar intimamente uns com os outros, caso desejem que o convite

do evangelho seja poderoso perante o mundo. Alguns sentem que a unidade implica em consolidação, tendo em vista a eficiência. Entretanto, a metáfora do corpo indica que cada órgão, pequeno ou grande, é importante.

Cooperação – e não rivalidade – é o plano de Deus para a sua obra de extensão mundial. Desse modo a unidade no corpo de Cristo se torna uma demonstração do abnegado amor que Ele tão magnificamente revelou na cruz.

4. Desenvolvimento de uma perspectiva global. A igreja não terá desenvolvido verdadeira unidade a menos que seja ativa em edificar a obra de Deus em todas as partes da Terra. A igreja deveria fazer qualquer coisa a seu alcance no sentido de desarraigar o isolacionismo cultural, nacional ou regional. Para poderem obter unidade de julgamento, propósito e ação, os crentes de diferentes nacionalidades devem mesclar-se e servir uns aos outros.

A igreja deve ser cuidadosa em não fomentar interesses nacionais separatistas, os quais poderiam ameaçar seu impulso unido, de extensão mundial. A liderança da igreja deveria operar de tal modo que preservasse a igualdade e a unidade, tomando o cuidado de não desenvolver programas ou facilidades em determinada área, que tivessem de ser financiados às custas do progresso do trabalho em outras áreas do mundo.

5. Evitar atitudes que causem divisão. Atitudes de egoísmo, orgulho, confiança própria, autossuficiência, superioridade, preconceito, crítica, denúncia e acusações entre os crentes, contribuem para a desunião da igreja. Frequentemente a perda do primeiro amor na experiência cristã acha-se subjacente a estas atitudes. Contemplando o refrigerante amor de Deus manifestado no dom de Cristo no Calvário, podemos renovar o amor de uns para com os outros (1Jo 4:9-11). A graça de Deus mediada pelo Espírito Santo é capaz de subjugar essas fontes de desunião existentes no coração natural.

Quando uma das igrejas do Novo Testamento apresentou o problema da desunião, Paulo aconselhou a igreja: “Andai no Espírito” (Gl 5:16). Por meio de constante oração, devemos buscar a orientação do Espírito, e Ele nos conduzirá em unidade. Andar no Espírito produz os frutos do Espírito – amor, alegria, paz, paciência, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão e domínio próprio – e estes representam poderoso antídoto contra a desunião (Gl 5:22, 23).

Tiago falou contra outra fonte de desunião: tratarmos os indivíduos de

acordo com a sua posição ou riqueza. Ele denuncia semelhante favoritismo em termos duros: “Se, todavia, fazeis acepção de pessoas, cometeis pecado, sendo arguidos pela lei como transgressores” (Tg 2:9). Uma vez que Deus é imparcial (At 10:34), não devemos conceder distinção a certos membros da igreja em virtude de sua posição, riqueza ou habilidades. Devemos respeitá-los, mas evitemos considerá-los mais preciosos diante de nosso Pai celestial do que o mais humilde filho de Deus. As palavras de Cristo nos mostram a perspectiva correta: “Sempre que o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes” (Mt 25:40). Ele se acha representado na pessoa do mais humilde – assim como na do mais destacado – dentre os membros da igreja. Todos são seus filhos e dessa forma, igualmente importantes para Ele.

Exatamente do modo como nosso Senhor, o Filho do homem, tornou-se irmão de cada filho ou filha de Adão, assim seus seguidores são chamados para alcançar a unidade na mente e missão, que se manifestará em ação redentiva para com nossos irmãos e irmãs de “cada nação, e tribo, e língua, e povo” (Ap 14:6).

¹ Benjamin F. Reaves, “What Unity Means to Me”, *Adventist Review*, 4 de dezembro de 1986, p. 20.

² E. G. White, *O Lar Adventista* (Casa Publicadora Brasileira), p. 179.

³ E. G. White, *Evangelismo* (Casa Publicadora Brasileira), p. 121.

O BATISMO

15



Pelo batismo confessamos nossa fé na morte e na ressurreição de Jesus Cristo, e atestamos nossa morte para o pecado e nosso propósito de andar em novidade de vida. Assim reconhecemos a Cristo como senhor e salvador, tornamo-nos seu povo e somos aceitos como membros por sua igreja. O batismo é um símbolo de nossa união com Cristo, do perdão de nossos pecados e de nosso recebimento do Espírito Santo. É por imersão na água e depende de uma afirmação de fé em Jesus e da evidência de arrependimento do pecado. Segue-se à instrução nas Escrituras Sagradas e à aceitação de seus ensinamentos.

Nyangwira, que vivia na África Central, não considerava o batismo uma mera opção. Durante mais de um ano ela havia estudado avidamente a Bíblia. Desejava ardentemente se tornar cristã.

Certo dia, durante a tarde, ela compartilhou com seu esposo as coisas que havia aprendido. Grandemente irado, ele gritou: “Não quero saber desta espécie de religião em minha casa, e se você continuar estudando, irei matá-la!” Embora se sentisse quebrantada, Nyangwira prosseguiu estudando, e logo achava-se preparada para o batismo.

Antes de se dirigir ao local do batismo, Nyangwira ajoelhou-se respeitosamente diante de seu esposo e lhe explicou que iria se batizar. Ele puxou seu enorme facão de caça e gritou: “Eu já lhe disse que não quero que você se batize. No dia em que isto ocorrer, irei matá-la.”

Mas Nyangwira, determinada a seguir seu Senhor, deixou a casa com as ameaças de morte ainda ressoando em seus ouvidos.

Antes de entrar na água, confessou seus pecados e dedicou a vida ao Salvador, sem saber se seria chamada a depô-la em favor de Cristo naquele mesmo dia. A paz encheu seu coração no momento em que foi batizada.

Retornando para casa, foi buscar o facão e entregou-o ao esposo.

– Você foi batizada? – perguntou ele, irritado.

– Sim – respondeu Nyangwira com simplicidade. – Aqui está o facão.

– Você está pronta para morrer?

– Sim, estou.

Espantado com a coragem da esposa, o marido não mais desejou matá-la.¹

Quão importante é o batismo?

Vale o batismo tanto assim, a ponto de a pessoa se dispor a morrer por ele? Porventura requer Deus realmente o batismo? Será que a salvação depende de a pessoa ser batizada?

O exemplo de Jesus. Certo dia, Jesus deixou a oficina de carpintaria na vila de Nazaré e se dirigiu ao rio Jordão, onde seu primo João estava pregando. Aproximando-se de João, pediu o batismo. Maravilhado, João tentou dissuadi-lo, dizendo: “Eu é que preciso ser batizado por ti, e Tu vens a mim?”

“Deixa por enquanto”, respondeu Jesus, “porque, assim, nos convém cumprir toda a justiça” (Mt 3:14, 15).

O batismo de Jesus colocou para sempre, sobre esta ordenança,² a divina sanção (Mt 3:13-17; cf. Mt 21:25). O batismo é um aspecto de justiça do qual as pessoas podem participar. Uma vez que Cristo, aquele que não conheceu pecado, foi batizado para “cumprir toda a justiça”, nós, como pecadores, devemos fazer o mesmo.

O mandamento de Jesus. No final de seu ministério, Jesus ordenou aos discípulos: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado” (Mt 28:18-20).

Nessa comissão Jesus deixou claro que Ele desejava que fossem batizados todos aqueles que quisessem se tornar parte de sua igreja, de seu reino espiritual. À medida que o Espírito Santo, valendo-se do ministério dos discípulos, trouxesse pessoas arrependidas para a aceitação de Jesus como o seu salvador, elas deveriam ser também batizadas em nome do Deus triúno. Seu batismo demonstraria que elas haviam ingressado em um relacionamento pessoal com Cristo e se comprometiam a viver em harmonia com os princípios de seu reino de graça. Cristo concluiu sua ordem de batizar, assegurando que estaria conosco “todos os dias, até à consumação do século”.

Depois da ascensão de Cristo, os apóstolos proclamaram a necessidade e

urgência do batismo (At 2:38; 10:48; 22:16). Em resposta, multidões foram batizadas, constituindo a igreja do Novo Testamento (At 2:41, 47; 8:12), e aceitando a autoridade do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Batismo e salvação. Cristo ensinou que “quem crer e for batizado será salvo” (Mc 16:16). Na igreja apostólica o batismo seguia-se imediatamente à aceitação de Cristo. Tratava-se da confirmação da fé dos novos crentes (cf. At 8:12; 16:30-34).

Pedro utilizou a experiência de Noé durante o dilúvio para ilustrar o relacionamento entre batismo e salvação. Nos tempos antediluvianos o pecado atingira tais proporções que – por intermédio de Noé – Deus advertiu o mundo a que se arrependesse face à destruição. Somente oito pessoas creram, entraram na arca, e foram salvas “através da água”. Pedro explica que a arca “figurando o batismo, agora também vos salva, não sendo a remoção da imundícia da carne, mas a indagação de uma boa consciência para com Deus, por meio da ressurreição de Jesus Cristo” (1Pe 3:20, 21).

Pedro explicou que somos salvos por meio do batismo no mesmo sentido como Noé e sua família foram salvos através da água. Evidentemente foi Deus, e não as águas do dilúvio, quem salvou Noé. Por analogia, é o sangue de Cristo, e não a água do batismo, que remove os pecados da vida do pecador. “Mas o batismo, de modo semelhante à obediência de Noé ao entrar na arca, é a ‘resposta de uma boa consciência para com Deus’. Quando o homem, pelo poder de Deus, ‘responde’, a salvação providenciada ‘pela ressurreição de Jesus Cristo’ se torna efetiva.”³

Entretanto, embora o batismo esteja vitalmente ligado à salvação, ele não é capaz de garanti-la.⁴ Paulo considerava a experiência do êxodo israelita como análoga à do batismo.⁵ “Não quero que ignoreis que nossos pais estiveram todos sob a nuvem, e todos passaram pelo mar, tendo sido todos batizados, assim na nuvem como no mar, com respeito a Moisés. Todos eles comeram de um só manjar espiritual e beberam da mesma fonte espiritual.” “Imersos” em água – a nuvem em cima e as muralhas de água a cada lado – o povo de Israel foi simbolicamente batizado enquanto atravessava o Mar Vermelho. Contudo, a despeito dessa experiência, “Deus não se agradou da maioria deles” (1Co 10:1-3, 5). Assim, nos dias atuais, o batismo não nos assegura automaticamente a salvação. A experiência de Israel foi escrita “para advertência nossa, de nós outros sobre quem os fins dos séculos têm chegado. Aquele, pois, que pensa estar em pé veja que não caia” (1Co 10:11,

12).

“Um batismo”

A administração do batismo no mundo cristão varia bastante. Alguns empregam a *imersão*, em que a pessoa é submergida; outros usam a *aspersão*, em que a pessoa é borrifada; outros, ainda, utilizam a *afusão*, em que a água é deixada a cair sobre o corpo da pessoa. A prática de “um só batismo” é característica da unidade que o Espírito traz à igreja de Deus (Ef 4:5).⁶ O que revela a Bíblia quanto ao significado do termo *batizar*, sobre a prática propriamente dita e sobre o seu significado espiritual?

O significado da palavra “batizar”. A palavra *batizar* provém do verbo grego *baptizo*, que implica imersão, uma vez que deriva do verbo *bapto*, que significa “mergulhar em ou sob”.⁷ Quando o verbo *batizar* se refere ao batismo em água, traz consigo a ideia de imersão, de mergulhar a pessoa sob a água.⁸

No Novo Testamento, o verbo *batizar* é utilizado (1) para se referir ao batismo em água (por exemplo, Mt 3:6; Mc 1:9; At 2:41); (2) como metáfora do sofrimento e morte de Cristo (Mt 20:22, 23; Mc 10:38,39; Lc 12:50); (3) em relação à vinda do Espírito Santo (Mt 3:11; Mc 1:8; Lc 3:16; Jo 1:33; At 1:5; 11:16); e (4) para abluções ou rituais de lavagem das mãos (Mc 7:3, 4; Lc 11:38). Essa quarta aplicação denota simplesmente a lavagem para efeito de purificação cerimonial, e de modo algum legitima o batismo por afusão.⁹ As Escrituras utilizam o termo *batismo* tanto para o batismo propriamente dito de Cristo quanto para a sua morte.

J. K. Howard observa que o Novo Testamento “não oferece evidências de que a aspersão tenha sido alguma vez a prática apostólica, mas todas as evidências apontam para a sua adoção posterior”.¹⁰

Batismo no Novo Testamento. Os incidentes de batismo em água registrados no Novo Testamento envolvem batismo por imersão. Lemos que João batizava no rio Jordão (Mt 3:6; cf. Mc 1:5) e em “Enom, pertode Salim, porque ali havia muitas águas” (Jo 3:23). Somente a imersão requereria “muitas águas”.

João submergiu Jesus. Ele batizou Jesus “no rio Jordão” e após o batismo Jesus saiu “da água” (Mc 1:9, 10; cf. Mt 3:16).¹¹

A igreja apostólica também batizou por imersão. Quando o evangelista Filipe batizou o eunuco etíope, ambos “desceram à água” e “saíram da água” (At 8:38, 39).

O batismo na história. Antes da era cristã os judeus batizavam seus prosélitos

por imersão. Os essênios de Qumran observavam a prática de imergir tanto os membros quanto os conversos.¹²

Evidências obtidas nas catacumbas e igrejas, dos mosaicos em pisos, paredes e tetos, das esculturas em relevo e de desenhos dos primeiros tempos do Novo Testamento, “testificam inequivocamente de que a imersão era a forma normal de batismo na igreja cristã durante os primeiros dez a catorze séculos”.¹³ Batistérios nas antigas catedrais, igrejas e ruínas ao norte da África, Turquia, Itália, França e em qualquer outra parte ainda testificam da antiguidade dessa prática.¹⁴

O significado do batismo

O significado do batismo acha-se intimamente relacionado com a forma de praticá-lo. Alfred Plummer disse: “Somente quando o batismo é administrado por imersão, é que o seu significado pode ser plenamente visto.”¹⁵

Símbolo da morte e ressurreição de Cristo. Assim como ser coberto pelas águas simbolizava grau extremo de dificuldades e aflições (Sl 42:7; 69:2; 124:4, 5), assim o batismo de Jesus em água representava a aprovação profética de seus sofrimentos, morte e sepultamento (Mc 10:38; Lc 12:50); Sua saída das águas falava de sua subsequente ressurreição (Rm 6:3-5).

O batismo não teria tido significado como símbolo da paixão de Cristo “se a igreja apostólica houvesse praticado outra forma de batismo que não o de imersão”. Portanto, “o mais poderoso argumento em favor do batismo por imersão é o argumento teológico”.¹⁶

Símbolo de morte para o pecado e vida para Deus. No batismo o crente ingressa na paixão experimentada por nosso Salvador. Diz Paulo: “Ou, porventura, ignorais que todos nós que fomos batizados em Cristo Jesus fomos batizados na sua morte? Fomos, pois, sepultados com Ele na morte pelo batismo; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos [...] assim também andemos nós em novidade de vida” (Rm 6:3, 4).

A intimidade do relacionamento entre o crente e Cristo é revelada pelas expressões “batizados em Jesus Cristo”, “batizados em sua morte” e “sepultados com Ele [...] pelo batismo”. Howard observou: “No ato simbólico do batismo, o crente participa da morte de Cristo, e em um sentido muito real esta morte se torna a sua morte; ele entra também na ressurreição de Cristo, e esta ressurreição se torna a sua ressurreição.”¹⁷ O que se acha implicado na participação do crente na paixão do Senhor?

1. Morte para o pecado. No batismo, os crentes foram “unidos com Ele na semelhança da sua morte” (Rm 6:5) e “crucificados com Cristo” (Gl 2:19). Isso significa que “foi crucificado com Ele o nosso velho homem, para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos o pecado como escravos; porquanto quem morreu está justificado do pecado” (Rm 6:6, 7).

Os crentes renunciaram a seu antigo estilo de vida. Eles se acham mortos para o pecado e confirmam que “as coisas antigas já passaram” (2Co 5:17). O batismo simboliza a crucifixão da velha vida. Não se trata apenas de morte, antes inclui o sepultamento. Somos “sepultados, juntamente com Ele, no batismo” (Cl 2:12). Assim como o sepultamento vem após a morte da pessoa, assim – quando o crente submerge nas águas – é sepultada a velha vida de pecados, que deixou de existir quando ele aceitou a Jesus Cristo.

No batismo, os crentes renunciam ao mundo. Em obediência ao mandado divino: “Retirai-vos do meio deles, separai-vos, diz o Senhor; não toqueis em coisas impuras” (2Co 6:17), os candidatos tornam pública sua decisão de abandonar o serviço de Satanás e de receber a Cristo em sua vida.

Na igreja apostólica, o chamado ao arrependimento incluía o chamado para o batismo (At 2:38). Portanto, o batismo assinala também o genuíno arrependimento. Os crentes morrem para sua transgressão da lei e obtêm perdão dos pecados por meio do purificador sangue de Jesus Cristo. A cerimônia batismal representa uma demonstração de purificação interior – a lavagem dos pecados que já foram confessados.

2. Vida para Deus. O poder da ressurreição de Cristo começa a operar em nossa vida. Habilita-nos a andar “em novidade de vida” (Rm 6:4) – mortos agora para o pecado, “mas vivos para Deus, em Cristo Jesus” (Rm 6:11). Testificamos que a única esperança de vitória sobre a velha natureza se encontra na graça do Salvador ressurreto que nos providenciou uma nova vida espiritual por intermédio do poder energizante do Espírito Santo. Essa vida nova nos eleva a uma plataforma mais elevada de experiência humana, concedendo-nos novos valores, aspirações e desejos, que focalizam a submissão a Jesus Cristo. Somos novos discípulos de nosso Salvador, e o batismo é o sinal de nosso discipulado.

Símbolo de uma relação de concerto. Nos tempos do Antigo Testamento, a circuncisão assinalou o relacionamento de concerto entre Deus e Abraão (Gn 17:1-7).

O concerto abraâmico possuía tanto aspectos espirituais quanto temporais

(ou nacionais). A circuncisão era um símbolo de identidade nacional. O próprio Abraão, bem como todos os meninos com oito dias ou mais de vida, deveriam ser circuncidados (Gn 17:10-14, 25-27). Qualquer homem não circuncidado deveria ser “eliminado” do povo de Deus, porque transgredira a relação de concerto (Gn 17:14).

Que o concerto tenha sido estabelecido entre Deus e Abraão, um adulto, revela a sua dimensão espiritual. A circuncisão de Abraão significava e confirmava a sua experiência prévia de justificação pela fé. A circuncisão representou para ele um “selo da justiça da fé que teve quando ainda incircunciso” (Rm 4:11).

Mas circuncisão, por si só, não garantia a entrada na verdadeira dimensão espiritual do concerto. Frequentemente os porta-vozes de Deus advertiram de que coisa alguma menos que a circuncisão espiritual seria suficiente. “Circuncidai, pois, o vosso coração e não mais endureçais a vossa cerviz” (Dt 10:16; cf. 30:6; Jr 4:4). Os incircuncisos de coração deveriam ser punidos com os gentios (Jr 9:25, 26).

Quando os judeus rejeitaram a Jesus como o Messias, quebraram sua relação de concerto com Deus, pondo fim, com isso, à sua condição especial de povo escolhido de Deus (Dn 9:24-27; ver capítulo 4 deste livro). Embora o concerto de Deus e suas promessas permanecessem os mesmos, Ele escolheu um novo povo. O Israel espiritual ocupou o lugar da nação judaica (Gl 3:27-29; 6:15, 16).

A morte de Cristo ratificou o novo concerto. As pessoas entraram nesse concerto por meio da circuncisão espiritual – uma resposta de fé ao sacrifício expiatório de Cristo. Os cristãos possuem “o evangelho da incircuncisão” (Gl 2:7). O novo concerto requer “fé interior” e não os “ritos exteriores”, por parte daqueles que desejam pertencer ao Israel espiritual. A pessoa pode ser um judeu por nascimento; mas cristão, alguém só pode se tornar por meio do novo nascimento. “Porque, em Cristo Jesus, nem a circuncisão, nem a incircuncisão têm valor algum, mas a fé que atua pelo amor” (Gl 5:6). O que importa é a “circuncisão [...] do coração, no Espírito” (Rm 2:28, 29).

O batismo – sinal de um relacionamento salvador com Jesus – representa essa circuncisão espiritual. “Nele, também fostes circuncidados, não por intermédio de mãos, mas no despojamento do corpo da carne, que é a circuncisão de Cristo, tendo sido sepultados juntamente com Ele, no batismo, no qual igualmente fostes ressuscitados mediante a fé no poder de Deus que o

ressuscitou dentre os mortos” (Cl 2:11, 12).

“Tendo o ‘corpo da carne’ removido através da circuncisão espiritual executada por Jesus, aquele que é batizado entra em relação de concerto com Jesus. Como resultado, acha-se em condições de receber o cumprimento das promessas do concerto.”¹⁸ “Porque todos quantos fostes batizados em Cristo de Cristo vos revestistes. [...] Todos vós sois um em Cristo Jesus. E, se sois de Cristo, também sois descendentes de Abraão e herdeiros segundo a promessa” (Gl 3:27-29). Aqueles que ingressaram nesse relacionamento de concerto recebem a certeza de Deus: “Eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo” (Jr 31:33).

Símbolo de consagração ao serviço de Cristo. Na oportunidade de Seu batismo, recebeu Jesus uma concessão especial do Santo Espírito, que significou sua unção ou dedicação à missão que o Pai lhe havia designado (Mt 3:13-17; At 10:38). Sua experiência revela que o batismo pela água e o batismo pelo Espírito devem andar juntos, e que o batismo que não veio acompanhado da recepção do Espírito Santo constitui uma experiência incompleta.

Na igreja apostólica, o derramamento do Espírito Santo, em geral, seguia-se ao batismo pela água. Assim, nos dias de hoje, quando somos batizados em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, estamos sendo dedicados, consagrados e unidos aos três poderes do Céu e à proclamação mundial do evangelho.

O Espírito Santo nos prepara para esse ministério ao purificar nosso coração de todo pecado. João declarou que Jesus iria batizar-nos “com o Espírito Santo e com fogo” (Mt 3:11). Isaías revelou que Deus haveria de purificar seu povo das impurezas deste “com o Espírito de justiça e com o Espírito purificador” (Is 4:4). Deus declarou: “Purificar-te-ei como com potassa das tuas escórias e tirarei de ti todo metal impuro” (Is 1:25). “Deus é fogo consumidor” para o pecado (Hb 12:29). O Espírito Santo purificará a vida de todos os que a Ele se rendem, consumindo os seus pecados.

Depois o Espírito Santo supre essas pessoas com os seus dons. Esses representam uma “dotação divina especial, concedida por ocasião do batismo, a fim de habilitar o crente para servir à igreja e para ministrar em favor de todos aqueles que ainda não aceitaram a Jesus Cristo”.¹⁹ Foi o batismo do Santo Espírito que habilitou a igreja apostólica a testemunhar (At 1:5, 8), e somente o mesmo batismo habilitará a igreja para completar sua missão de proclamação do evangelho eterno do reino (Mt 24:41; Ap 14:6).

Símbolo de ingresso na igreja. Como símbolo da regeneração da pessoa, ou novo nascimento (Jo 3:3, 5), o batismo assinala também o ingresso da pessoa no reino espiritual de Cristo.²⁰ Uma vez que ele une o novo crente a Cristo, funciona sempre como a porta de acesso à igreja. Por meio do batismo, o Senhor acrescenta novos discípulos ao corpo de crentes – seu corpo, a igreja (At 2:41, 47; 1Co 12:13). Assim, eles se tornam membros da família de Deus. Ninguém pode ser batizado sem se unir à família da igreja.

Qualificações para o batismo

As Escrituras comparam o relacionamento entre Cristo e sua igreja com o casamento. Neste, ambas as partes devem conhecer muito bem as responsabilidades e compromissos envolvidos. Aqueles que desejam o batismo, devem revelar em sua vida: fé, arrependimento e os frutos deste, bem como uma compreensão adequada do significado do batismo e da relação espiritual subsequente.²¹

Fé. Um dos pré-requisitos para o batismo é a fé no sacrifício expiatório de Jesus como o único meio de salvação do pecado. Cristo afirmou: “Quem crer e for batizado será salvo” (Mc 16:16). Na igreja apostólica somente aqueles que criam no evangelho eram batizados (At 8:12, 36, 37; 18:8).

Uma vez que “a fé vem pela pregação, e a pregação, pela palavra de Cristo” (Rm 10:17), a instrução representa uma parte essencial da preparação para o batismo. A grande comissão de Cristo confirma a importância de semelhante instrução: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado” (Mt 28:19, 20). Para que alguém possa se tornar um discípulo, é necessária a instrução.

Arrependimento. “Arrependei-vos”, disse Pedro, “e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos vossos pecados” (At 2:38). A instrução na Palavra de Deus produz não apenas fé, como também arrependimento e conversão. Em resposta ao chamado de Deus, as pessoas percebem sua condição de perdidas, confessam suas faltas, submetem-se a Deus, arrependem-se de seus pecados, aceitam a expiação operada por Cristo e se consagram a uma nova vida com Ele. Sem conversão não podem entrar em relacionamento pessoal com Cristo Jesus. Unicamente por intermédio de arrependimento podem experimentar a morte para o pecado – e este é um pré-requisito para o batismo.

Frutos do arrependimento. Aqueles que almejam o batismo devem professar fé e experimentar arrependimento. Mas, a menos que também produzam “frutos dignos de arrependimento” (Mt 3:8), ainda não terão preenchido os requisitos bíblicos para o batismo. Sua vida necessita demonstrar seu comprometimento com a verdade conforme ela se manifesta em Jesus, e expressar o amor a Deus pela obediência a seus mandamentos. Na preparação para o batismo, necessitam demonstrar que abdicaram de suas crenças e práticas errôneas. Os frutos do Espírito revelados em sua vida, demonstrarão que o Senhor permanece neles e eles no Senhor (Jo 15:1-8). A menos que provejam evidências de seu relacionamento com Cristo, não estarão as pessoas em condição de se unirem à igreja.²²

Exame de candidatos. Tornar-se membro da igreja envolve dar um passo espiritual por parte do membro; não se trata apenas de ter o nome anotado nos livros da igreja. Aqueles que ministram o batismo estão sob a responsabilidade de decidir quanto ao preparo dos candidatos para o sagrado rito. Devem assegurar-se de que os candidatos compreendem os princípios pelos quais a igreja subsiste que evidenciaram a experiência da nova criação e de agradável convivência com o Senhor Jesus.²³

Ainda assim, devem os ministrantes ser cuidadosos para não julgar os motivos daqueles que procuram o batismo. “Quando, porém, uma pessoa se apresenta como candidato a membro da igreja, cumpre-nos examinar o fruto de sua vida, e deixar com ela própria a responsabilidade de seus motivos.”²⁴

Alguns têm sido sepultados vivos na águas batismais. O eu ainda não estava morto. Esses não receberam nova vida em Cristo. Aqueles que se uniram à igreja desta forma trouxeram consigo as sementes da fraqueza e apostasia. Sua “influência não santificada” confunde os de dentro e de fora da igreja, ameaçando assim o verdadeiro testemunho.

Deveriam ser batizadas crianças pequenas? O batismo incorpora os novos crentes à igreja com base no contexto de “novo nascimento”. A conversão dos crentes os habilitou ao batismo e para a qualidade de membros. A incorporação ocorre face ao “novo nascimento”, e não face ao “nascimento infantil”. Essa é a razão por que os *crentes* são batizados – “assim *homens* como *mulheres*” (At 8:12, 13, 29-38; 9:17, 18; 1Co 1:14). “Em parte alguma do Novo Testamento”, admite Karl Barth, “é o batismo infantil permitido ou ordenado.”²⁵ G. R. Beasley-Murray confessa: “Considero-me incapaz de reconhecer no batismo infantil o batismo da igreja do Novo Testamento.”²⁶

Pelo fato de recém-nascidos e crianças pequenas não poderem experimentar a conversão, não podem elas estar qualificadas para o batismo. Significa isso que elas se encontram excluídas da comunidade do novo concerto?

Certamente não! Jesus não as excluiu de seu reino da graça. Lembremo-nos de haver Ele afirmado: “Deixai os pequeninos, não os embarceis de vir a mim, porque dos tais é o reino dos céus. E, tendo-lhes imposto as mãos, retirou-se dali” (Mt 19:14, 15). Pais crentes desempenham um papel vital na condução de seus filhos àquela relação íntima com Cristo, que no decorrer do tempo as conduzirá ao batismo.

A resposta positiva de Jesus às mães que trouxeram suas criancinhas a fim de serem abençoadas, conduziu-nos à prática de dedicarmos as crianças. Nesse ato, os pais trazem suas crianças à igreja, a fim de serem apresentadas ou dedicadas a Deus.

Qual seria a idade em que a pessoa poderia ser considerada como preparada para o batismo? Os indivíduos podem ser batizados sempre que (1) tenham idade suficiente para compreender o significado do batismo, (2) tenham-se rendido a Cristo e estejam convertidas, (3) compreendam os princípios fundamentais do cristianismo e (4) compreendam o significado de serem membros da igreja. Uma pessoa coloca sua salvação sob risco tão somente quando chega a uma idade em que é capaz de assumir a responsabilidade de tornar-se membro e rejeita a influência do Espírito Santo.

Uma vez que os indivíduos diferem no tocante a sua maturidade espiritual em qualquer idade que desejemos considerar, alguns estarão preparados para o batismo antes que outros. Assim, não podemos estabelecer idade mínima para o batismo. Quando os pais consentem que seus filhos sejam batizados em idade precoce, devem aceitar igualmente a responsabilidade pelo seu crescimento espiritual e desenvolvimento de caráter.

Os frutos do batismo

O fruto produzido pelo batismo é uma vida dedicada a Cristo. Alvos e aspirações focalizam-se em Cristo, não no eu. “Portanto, se fostes ressuscitados juntamente com Cristo, buscai as coisas lá do alto, onde Cristo vive, assentado à direita de Deus. Pensai nas coisas lá do alto, não nas que são aqui da Terra” (Cl 3:1, 2). O batismo não representa a consecução dos píncaros da experiência cristã. Conforme crescemos espiritualmente, adquirimos graças cristãs que devem ser usadas para servir a outros no plano

divino de multiplicação: “Graça e paz vos sejam multiplicadas, no pleno conhecimento de Deus e de Jesus, nosso Senhor” (2Pe 1:2). Se permanecermos fielmente comprometidos com nossos votos batismais, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, em cujos nomes fomos batizados, garantir-nos-ão o acesso ao poder divino que nos assistirá em todas as emergências que enfrentarmos em nossa vida pós-batismal.

O segundo fruto é uma vida dedicada à igreja de Cristo. Não mais seremos indivíduos isolados; tornamo-nos membros da família de Cristo. Sendo pedras vivas nos tornamo parte do templo de Deus (1Pe 2:4, 5). Manteremos relacionamento especial com Cristo, a cabeça da igreja, de quem receberemos diariamente a graça para crescimento e desenvolvimento em amor (Ef 4:16). Assumimos nossas responsabilidades dentro da comunidade do concerto, cujos membros assumem, por sua vez, a responsabilidade por aqueles que agora se agregaram à igreja (1Co 12:12-26). Para o seu próprio bem, assim como para o bem de toda a igreja, estes novos membros devem ser envolvidos em uma vida de adoração, oração e amável serviço (Ef 4:12).

O fruto final é uma vida que ocorrerá no (e para o) mundo. É verdade que aqueles que foram batizados devem ser considerados cidadãos do Céu (Fp 3:20). Mas nós fomos chamados para fora do mundo tão somente com o objetivo de sermos treinados dentro do corpo de Cristo e depois retornarmos para o mundo como servos, participantes no ministério salvador de Cristo. Verdadeiros discípulos não fugirão do mundo, escondendo-se na igreja; fomos gerados no reino de Cristo como missionários. Fidelidade ao nosso voto batismal envolve conduzir outros ao reino da graça.²⁷

Deus espera hoje ansiosamente que ingressemos na vida abundante que Ele tão graciosamente providenciou. “E agora, por que te demoras? Levanta-te, recebe o batismo e lava os teus pecados, invocando o nome [do Senhor]” (At 22:16).

¹ S. M. Samuel, “A Brave African Wife”, *Review and Herald*, 14 de fevereiro de 1963, p. 19.

² Uma ordenança corresponde a um rito religioso simbólico estabelecido ou observado, o qual carrega consigo as verdades centrais do evangelho e que é de obrigação perpétua e universal. Cristo prescreveu duas ordenanças – o batismo e a Ceia do Senhor. A ordenança não é um sacramento no sentido de constituir um *opus operatum* – um ato que em si e por si distribui graça e efetua salvação. O batismo e a Ceia do Senhor são sacramentos apenas no sentido de serem semelhantes ao *sacramentum*, o juramento tomado aos soldados romanos quanto a se manterem leais a seu comandante mesmo até à morte. Essas ordenanças envolvem um voto de total obediência a Cristo. Ver Strong, *Systematic Theology* (Filadélfia: Judson Press, 1954), p. 930; “Baptism”, *SDA Encyclopedia*, edição revista, p. 128, 129.

³ Jemison, *Christian Beliefs*, p. 244.

⁴ “Desde o princípio, os adventistas do sétimo dia, em comum com a herança protestante, rejeitaram qualquer ponto de vista pelo qual o batismo fosse um *opus operatum*, ou seja, um ato que em si e por si próprio compartilha graça e efetua salvação” (“Baptism”, *SDA Encyclopedia*, edição revista, p. 128).

⁵ CBASD, v. 6, p. 814.

⁶ Por vezes indivíduos que experimentaram o batismo por imersão sentem-se convictos de que deveriam ser rebatizados. Porventura conflita este desejo com a afirmação de Paulo, de que há “um só batismo” (Ef 4:5)? A prática de Paulo mostra que não. Em uma visita a Éfeso, ele encontrou vários discípulos que haviam sido batizados por João Batista. Eles haviam experimentado o arrependimento e expressado fé no Messias vindouro (At 19:1-5). Esses discípulos não possuíam compreensão clara do evangelho. “Quando eles receberam o batismo pelas mãos de João, mantinham ainda uma série de erros. Mas ao receberem mais clara luz, alegremente aceitaram a Jesus como seu redentor; e com esse passo mais avançado ocorreu uma modificação em suas obrigações. Ao receberem mais pura fé, ocorreu uma mudança correspondente em sua vida e caráter. Como sinal dessa mudança, e como reconhecimento de sua fé em Cristo, foram eles rebatizados, em nome de Jesus.

“Muitos sinceros seguidores de Cristo vivem experiência similar a essa. A compreensão mais clara da vontade de Deus coloca o homem em uma nova relação com Ele. Novos deveres são revelados. Muito daquilo que anteriormente parecia inocente, ou até mesmo digno de louvor, agora é visto como pecado. [...] Seu batismo anterior não mais os satisfaz. Eles se veem como pecadores, condenados pela lei de Deus. Eles experimentaram uma nova morte para o pecado, e seu desejo é o de serem novamente sepultados com Cristo por meio do batismo, para que possam andar em novidade de vida. Tal procedimento está em harmonia com o exemplo de Paulo ao batizar os conversos judeus. Esse incidente foi registrado pelo Espírito Santo como lição instrutiva para a igreja” (E. G. White, *Sketches From the Life of Paul* [Battle Creek: Review and Herald, 1883], p. 132, 133; ver também *Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia* [Casa Publicadora Brasileira], edição de 2015, p. 51-53; E. G. White, *Evangelismo*, p. 372-375).

As Escrituras nada dizem que possa nos levar a negar o rebatismo a indivíduos que romperam sua relação de concerto com Deus por meio de pecados danosos e apostasia, e que experimentaram reconversão e o desejo de renovar seu concerto.

⁷ Ver Albrecht Oepke, “Bapto, Baptizo”, em *Theological Dictionary of the New Testament*, editado por Gerhard Kittel, tradução de Geoffrey W. Bromiley (Grand Rapids: Eerdmans, 1964), v. 1, p. 529. Vine observou que *bapto* “era usado entre os gregos com o significado de tingir uma vestimenta ou tirar água de uma vasilha mergulhando outra vasilha nesta, etc.” (W. E. Vine, *An Expository Dictionary of Biblical Words* [Nova York: Thomas Nelson, 1985], p. 50). “Mergulhar aparece três vezes no Novo Testamento, e em todos os casos traz consigo o significado de ‘submergir’. Na parábola do homem rico e Lázaro, o rico pede a Abraão que permita a Lázaro ‘mergulhar’ a ponta de seu dedo em água fria a fim de colocar uma gota de umidade em sua língua (Lc 16:24). Na noite que antecedeu a crucifixão, Jesus identificou o traidor ao ‘mergulhar’ o pão e estendê-lo a Judas (Jo 13:26). Mais tarde, quando em visão, o apóstolo João viu Jesus cavalgando como o Comandante dos exércitos celestes; naquele momento, as vestes de Jesus apareceram diante de João como tendo sido ‘mergulhadas’ em sangue (Ap 19:13).”

⁸ George E. Rice, “Baptism: Union With Christ”, *Ministry*, maio de 1982, p. 20.

⁹ Ver Albrecht Oepke, “Bapto, Baptizo”, em *Theological Dictionary the New Testament*, v. 1, p. 535. Cf. Arndt e Gingrich, *Greek-English Lexicon of the New Testament*, p. 131.

¹⁰ J. K. Howard, *New Testament Baptism* (Londres: Pickering and Inglis, 1970), p. 48.

¹¹ Itálicos supridos.

¹² Matthew Black, *The Scrolls and Christian Origins* (Nova York: Charles Scribner’s Sons, 1961), p. 96-98. Ver também “Baptism”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 118, 119.

¹³ G. E. Rice, “Baptism in the Early Church”, *Ministry*, março de 1981, p. 22. Cf. Henry F. Brown, *Baptism Through the Centuries* (Mountain View: Pacific Press, 1965); William L. Lampkin, *A History of Immersion* (Nashville: Broadman, 1962); Wolfred N. Cotte, *The Archeology of Baptism* (Londres: Yates and Alexander, 1876).

¹⁴ Brown, *Baptism Through the Centuries*, p. 49-90.

¹⁵ Alfred Plummer, *A Critical and Exegetical Commentary on the Gospel According to S. Luke, The International Critical Commentary*, editado por Samuel R. Driver, et al., 5ª ed. (Edinburg: T. e T. Clark, reimpressão de 1981), p. 88.

¹⁶ “Baptism”, *SDA Encyclopedia*, edição revista, p. 128.

¹⁷ Howard, *New Testament Baptism*, p. 69.

¹⁸ G. E. Rice, “Baptism: Union With Christ”, *Ministry*, maio de 1982, p. 21.

¹⁹ Gottfried Oosterwal, “Every Member a Minister? From Baptism to a Theological Base”, *Ministry*, fevereiro de 1980, p. 4-7. Ver também Rex D. Edwards, “Baptism as Ordination”, *Ministry*, agosto de 1983, p. 4-6.

²⁰ E. G. White, em *CBASD*, v. 6, p. 1195, 1196.

²¹ Se existem qualificações para o batismo, como pode alguém ser “batizado pelos mortos”? A seguinte interpretação preserva a harmonia da mensagem bíblica:

Em 1 Coríntios 15 Paulo salienta o significado da ressurreição dentre os mortos e rejeita a noção de que não existe ressurreição. Ele demonstra que, se não existisse ressurreição, a fé dos crentes seria vã e fútil (1Co 15:14, 17). Em harmonia com a mesma linha de raciocínio, ele argumenta: “Doutra maneira, que farão os que se batizam por causa dos mortos? Se absolutamente os mortos não ressuscitam, por que se batizam por causa deles?” (1Co 15:29). Alguns têm interpretado a expressão “batismo pelos mortos” como uma referência ao batismo vicário do crente em favor de pessoas mortas. À luz das qualificações bíblicas para o batismo, não é possível sustentar semelhante posição. W. Robertson Nicoll destaca que aquilo que Paulo estava mencionando era uma “experiência normal, em que a morte dos cristãos levava à conversão dos sobreviventes, os quais, em primeira instância, ‘por causa dos mortos’ (seus queridos mortos), e sob a esperança de novamente encontrá-los, volviam-se para Cristo”. Paulo descreve tais conversos como “batizados pelos mortos”. “A esperança da bênção futura, aliada com as afeições familiares e a amizade, era um dos mais poderosos fatores no desenvolvimento do Cristianismo apostólico” (W. Robertson Nicoll, editor, *The Expositor’s Greek Testament* [Grand Rapids: Eerdmans, 1956], v. 2, p. 931. M. Raeder destaca que a preposição “por” [*hyper*, no grego], na expressão “batizam por causa dos mortos”, é uma preposição de propósito. Isso significa que esse batismo ocorria “por causa dos mortos com o propósito de unir-se novamente com os parentes cristãos mortos por ocasião da ressurreição” (M. Raeder, “Vikariatstaufe in K. 15:29?”, *Zeitschrift für die Neutestamentliche Wissenschaft* 45 [1955], p. 258-260, citado por Harold Riesenfeld, “Huper”, *Theological Dictionary of the New Testament*, v. 8, p. 513; cf. Howard, *New Testament Baptism*, p. 108, 109). Howard declara que, no contexto, o argumento de Paulo em 1 Coríntios 15:29 é: “Se Cristo não ressuscitou dentre os mortos, aqueles que morreram “em Cristo” pereceram e, sem esperança, tornamo-nos desesperançados e infelizes, especialmente aqueles que ingressaram na comunidade cristã e foram batizados em virtude daqueles que morreram em Cristo, esperando reunir-se novamente com estes” (Howard, “Batism for the Dead: A Study of I Corinthians 15:29”, *Evangelical Quarterly*, julho-setembro de 1965, p. 141).

²² Cf. Damsteegt, “Reaping the Harvest”, *Adventist Review*, 22 de outubro de 1987, p. 15.

²³ *Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia*, [Casa Publicadora Brasileira], edição de 2015, p. 45, 46.

²⁴ E. G. White, *Evangelismo*, p. 313.

²⁵ Karl Barth, *Church Dogmatics*, tradução de G. W. Bromiley (Edinburg: T. e T. Clark, 1969), v. 4, p. 179.

²⁶ G. R. Beasley-Murray, *Baptism in the New Testament* (Grand Rapids: Eerdmans, 1973), p. 392.

²⁷ Ver Edwards, “Baptism”.

A CEIA DO SENHOR



A Ceia do Senhor é uma participação nos emblemas do corpo e do sangue de Jesus como expressão de fé nele, nosso senhor e salvador. Nessa experiência de comunhão, Cristo está presente para encontrar-se com seu povo e fortalecê-lo. Participando da Ceia, proclamamos alegremente a morte do Senhor até que Ele volte. A preparação envolve o exame de consciência, o arrependimento e a confissão. O Mestre instituiu a cerimônia do lava-pés para representar renovada purificação, para expressar a disposição de servir um ao outro em humildade semelhante à de Cristo e para unir nossos corações em amor. O serviço da comunhão é franqueado a todos os crentes cristãos.

Com os pés empoeirados eles chegaram ao aposento superior a fim de celebrar a Páscoa. Alguém havia providenciado um cântaro com água, uma bacia e uma toalha para a prática normal da lavagem dos pés; o problema é que ninguém desejava executar o papel de criado.

Tendo plena consciência da proximidade de sua morte, Jesus falou, tristemente: “Tenho desejado ansiosamente comer convosco esta Páscoa, antes do meu sofrimento. Pois vos digo que nunca mais a comerei, até que ela se cumpra no reino de Deus” (Lc 22:15, 16).

A inveja que os discípulos nutriam uns contra os outros enchia o coração de Cristo com amarga tristeza. Ele sabia que a contenda existente entre eles ainda tinha que ver com quem seria o maior no seu reino (Lc 22:24; Mt 18:1; 20:21). A disputa por posições, o orgulho e a autoestima impediam os discípulos de se humilharem, substituindo o servo ausente e dispondo-se a lavar os pés dos companheiros. Será que algum dia eles aprenderiam que no reino de Deus a verdadeira grandeza é revelada pela humildade e pelo amorável serviço?

“Durante a ceia” (Jo 13:2, 4)¹ Jesus se ergueu calmamente, tomou a toalha que cabia ao servo, despejou água na bacia, ajoelhou-se e começou a lavar os pés dos discípulos. O Mestre como servo! Compreendendo a muda repreensão, os discípulos se encheram de vergonha. Depois de haver completado seu trabalho, Ele retornou a seu lugar e disse: “Se Eu, sendo o Senhor e o Mestre, vos lavei os pés, também vós deveis lavar os pés uns dos outros. Porque Eu vos dei o exemplo, para que, como Eu vos fiz, façais vós também. Em verdade, em verdade vos digo que o servo não é maior do que seu senhor, nem o enviado, maior do que aquele que o enviou. Ora, se sabeis estas coisas, bem-aventurados sois se as praticardes” (Jo 13:14-17).

Naquele momento, Jesus instituiu, em lugar da Páscoa, o serviço que seria o memorial do seu grande sacrifício: a Ceia do Senhor. Tomando nas mãos o pão sem fermento, Ele o abençoou, “o partiu, e o deu aos discípulos, dizendo: Tomai, comei; isto é o meu corpo [...] que é dado por vós; fazei isto em memória de mim”. Então tomou Ele o copo de bênção e, “tendo dado graças, o deu aos discípulos, dizendo: Bebei dele todos; porque isto é o meu sangue, o sangue da nova aliança, derramado em favor de muitos, para remissão de pecados. [...] Fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim. Porque, todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice, anunciais a morte do Senhor, até que Ele venha” (Mt 26:26-28; 1Co 11:24-26; cf. 1Co 10:16).

As ordenanças do lava-pés e da Ceia do Senhor constituem o serviço da comunhão. Portanto, Cristo instituiu essas duas ordenanças para nos assistir ao entrarmos em comunhão com Ele.

A ordenança do lava-pés

O costume requeria que, por ocasião da celebração da Páscoa, as famílias judaicas removessem de casa todo fermento e todo pecado, antes do primeiro dia da Semana dos Pães Asmos (Êx 12:15, 19, 20). Da mesma forma devem os crentes confessar todos os seus pecados e deles se arrepender – incluindo o orgulho, rivalidade, inveja, espírito de ressentimento e egoísmo – antes que possam experimentar o espírito correto, que os conduzirá à comunhão com Cristo em seu mais profundo nível.

Foi com essa finalidade que Jesus instituiu a ordenança do lava-pés. Ele não apenas deixou o exemplo como também insistiu em que deveríamos segui-lo, prometendo-nos uma bênção se o fizermos: “Ora, se sabeis estas coisas, bem-

aventurados sois se as praticardes” (Jo 13:17). Essa ordenança, que precede a Ceia do Senhor, cumpre a injunção de que todos devem examinar a si próprios de modo a poderem participar “dignamente” dos serviços (cf. 1Co 11:27-29).

O significado da ordenança. Esta ordenança revela algo tanto no que diz respeito à missão de Cristo quanto à experiência dos participantes.

1. Memorial da condescendência de Cristo. A cerimônia do lava-pés é um memorial da humilhação experimentada por Cristo em sua encarnação e vida de serviço.² Embora Ele tivesse toda a glória celestial junto ao Pai, “a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens” (Fp 2:7).

Foi muito humilhante para o Filho de Deus oferecer-se de modo tão altruísta e tão amoroso, tão somente para ser rejeitado pela maioria daqueles que viera salvar. Ao longo de todo o ministério terrestre de Cristo, Satanás determinara-se a lhe causar aflições no mais elevado grau. Quão tremenda mortificação deve ter-lhe causado – a Ele, o inocente – o fato de ser crucificado como um criminoso!

A vida de Cristo sempre se caracterizou por serviço altruísta. Ele “não veio para ser servido, mas para servir” (Mt 20:28). Por meio do ato do lava-pés, Ele mostrou que estava disposto a desempenhar qualquer serviço – não importava quão humilde fosse – desde que pudesse salvar as pessoas. Foi dessa forma que Ele imprimiu sua vida de trabalho e bondade na mente de seus seguidores.

Ao transformar essa cerimônia preparatória em uma ordenança, era intenção de Cristo conduzir os crentes a um estado de ternura e amor, de forma que se dispusessem a servir os outros. Essa ordenança estimula os que refletem quanto ao seu significado, no sentido de tratarem os outros com humildade e sensibilidade. Ao seguirmos a Cristo na prática do lava-pés, professamos o seu espírito: “Sede [...] servos uns dos outros, pelo amor” (Gl 5:13).

Embora a participação nesse serviço seja humilhante, de modo algum é degradante. Quem não se sentiria privilegiado em poder se ajoelhar diante de Cristo e lavar os próprios pés que foram pregados na cruz? Jesus afirmou: “Sempre que o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes” (Mt 25:40).

2. Símbolo de uma purificação mais ampla. A lavagem dos pés operava mais

que a limpeza dos pés. Ela representava uma purificação mais elevada – a purificação do coração. Quando Pedro solicitou que Jesus lavasse o corpo inteiro, o Mestre respondeu: “Quem já se banhou não necessita de lavar senão os pés; quanto ao mais, está todo limpo” (Jo 13:10).

Aquele que toma banho está limpo. Contudo, as sandálias abertas expõem os pés, e estes em breve se sujam, necessitando ser lavados outra vez. Assim ocorria com os discípulos. Seus pecados haviam sido lavados pelo batismo, mas a tentação os levava a acariciar o orgulho, a inveja e o mal no coração. Eles não se achavam preparados para desfrutar de íntima comunhão com seu Senhor, nem para aceitar o novo concerto que estava a ponto de ser celebrado. Por meio da lavagem dos pés, desejava Cristo prepará-los para poderem participar da Ceia do Senhor. Com exceção de Judas, o traidor, o coração de cada um foi purificado do egoísmo e orgulho por meio da graça de Cristo, de modo que se uniram em amor uns aos outros; face ao humilde ato de Jesus eles se humilharam e puderam receber as lições espirituais que o Mestre lhes desejava transmitir.

À semelhança dos discípulos, quando aceitamos a Cristo e fomos batizados, seu sangue nos purificou. Contudo, enquanto andamos na vida cristã, experimentamos fracassos. Nossos pés se tornam sujos. Necessitamos vir novamente a Cristo, permitindo-lhe lavar-nos de toda impureza mediante sua graça. Contudo, não necessitamos ser batizados novamente, pois “quem já se banhou não necessita de lavar senão os pés” (Jo 13:10).³ O lava-pés, como ordenança, nos faz lembrar da necessidade de purificação regular e de que somos totalmente dependentes do sangue de Cristo. A lavagem dos pés, por si mesma, não nos pode purificar do pecado. Somente Cristo é capaz de fazê-lo.

3. Uma lição de perdão. A atitude perdoadora entre os participantes indica que a purificação simbolizada pela ordenança se tornou efetiva. Somente quando perdoamos é que podemos experimentar o perdão divino: “Porque, se perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai celeste vos perdoará; se, porém, não perdoardes aos homens as suas ofensas, tampouco vosso Pai vos perdoará as vossas ofensas” (Mt 6:14, 15).

Jesus instruiu: “Deveis lavar-vos os pés uns dos outros” (Jo 13:14). Devemos estar dispostos tanto a lavar os pés dos outros quanto a ter nossos pés lavados por eles. No último caso, estaremos admitindo nossa necessidade de auxílio espiritual.

Quando a cerimônia termina, a fé nos assegura que estamos purificados, uma vez que nossos pecados foram removidos. Por quem? Por Cristo. Mas são os nossos companheiros de jornada que nos administram os símbolos do ministério de Cristo, de tal modo que passamos a participar de uma irmandade caracterizada pelo perdão.⁴

4. Companheirismo com Cristo e com os crentes. O serviço do lava-pés demonstrou o amor de Cristo por seus seguidores “até ao fim” (Jo 13:1). Quando Pedro inicialmente se recusou a ter os pés lavados por Jesus, Cristo respondeu: “Se Eu não te lavar, não tens parte comigo” (Jo 13:8). Não haveria purificação, nem companheirismo. Aqueles que desejam desfrutar de contínuo companheirismo com Cristo, devem participar da ordenança.

Naquela mesma tarde, Jesus disse: “Novo mandamento vos dou: que vos ameis uns aos outros; assim como Eu vos amei, que também vos ameis uns aos outros” (Jo 13:34). A mensagem contida nessa cerimônia é clara: “Através do amor servi uns aos outros” (cf. Gl 5:13). Possuir essa espécie de amor significa que concederemos o lugar mais elevado aos nossos vizinhos, pois apreciaremos mais aos outros do que a nós mesmos (Fp 2:3). Ela nos ordena que amemos àqueles que diferem de nós. Ela nos habilita a não possuímos sentimentos de supremacia ou parcialidade. Nosso estilo de vida refletirá o amor que nutrimos pelos companheiros de fé e jornada. Ajoelhando-nos diante deles, regozijamo-nos com o fato de que haveremos de viver com eles por toda a eternidade. Todos aqueles que seguem o exemplo de Cristo e participam dessa ordenança, de algum modo experimentarão o que significa amar como Cristo amou. E tal amor pode representar um poderoso testemunho.

Um monge budista pediu certa vez a um missionário que sugerisse uma cena capaz de representar o cristianismo. Alguns artistas deveriam decorar os muros do mosteiro com quadros e relevos que representariam as grandes religiões do mundo. Depois de refletir um pouco, o missionário começou a relatar a história de João 13. O monge “nada falou enquanto eu lia”, mencionou depois o missionário, “mas senti uma estranha e solene quietude e poder enquanto lia a passagem que descreve o ato de Jesus lavar os pés de seus discípulos”. Naquela cultura, discutir em público qualquer coisa que tenha a ver com os pés é considerado falta de etiqueta.

“Quando concluí a leitura, houve um momento de silêncio. Ele me olhou com ar de incredulidade e disse: ‘Você está querendo dizer que o fundador de

sua religião lavou os pés de seus alunos?’

“‘Sim’, respondi. A face redonda, usualmente plácida, com sobrancelhas e cabeça rapadas, enrugou-se, com surpresa e espanto. Ele ficou sem fala, o mesmo ocorrendo comigo. Eu engoli em seco várias vezes, e ambos fomos transportados para o drama descrito na cena. Enquanto eu o mirava, percebi que seu olhar de incredulidade se convertia em reverente admiração. Jesus, o fundador do cristianismo, havia tocado e até mesmo lavado os pés sujos de pescadores! Depois de alguns momentos, ele reassumiu o controle de si próprio e levantou-se. ‘Agora posso perceber a essência do cristianismo.’”⁵

A celebração da Ceia do Senhor

Entre os protestantes, o nome comum para designar o serviço da comunhão é “Ceia do Senhor” (1Co 11:20). Outros nomes são “a mesa do Senhor” (1Co 10:21), o “partir do pão” (At 20:7; 2:42)⁶ e Eucaristia – uma referência aos aspectos de ações de graça e bênção presentes no serviço (Mt 26:26, 27; 1Co 10:16; 11:24).

A Ceia do Senhor deve representar uma ocasião festiva, não um período de tristeza. A cerimônia precedente do lava-pés já propiciou a oportunidade para autoexame, confissão de pecados, reconciliação de diferenças e perdão. Tendo recebido a certeza de haverem sido purificados pelo sangue do Salvador, os crentes acham-se prontos para ingressar em comunhão especial com o seu Senhor. Dirigem-se a sua mesa com alegria, postando-se sob a luz – e não sob as sombras – da cruz, prontos para comemorar a redentiva vitória de Cristo.

O significado da Ceia do Senhor. A Ceia do Senhor ocupou o lugar da Páscoa praticada no Antigo Testamento. A Páscoa encontrou seu cumprimento quando Cristo, o Cordeiro pascal, ofereceu sua vida. Antes de sua morte, foi o próprio Cristo quem efetuou a substituição, que significava o grande festival do Israel espiritual sob o novo concerto. Portanto, as raízes de grande parte do simbolismo da Ceia do Senhor se estendem para o passado, para a comemoração dos serviços da Páscoa.

1. Comemoração da libertação do pecado. Assim como o festival da Páscoa comemorava a libertação de Israel da escravidão egípcia, a Ceia do Senhor comemora a libertação do Egito espiritual, a escravidão do pecado.

O sangue do cordeiro pascal, aplicado às ombreiras e verga das portas, protegeu os habitantes da casa diante da morte; a nutrição que eles obtiveram

da carne do cordeiro, deu-lhes forças para escaparem do Egito (Êx 12:3-8). Da mesma forma, o sacrifício de Cristo traz a libertação da morte; os crentes são salvos ao participarem tanto do corpo quanto do sangue de Cristo (Jo 6:54). A Ceia do Senhor proclama que a morte de Cristo na cruz nos providenciou salvação, perdão e a garantia de vida eterna.

Jesus disse: “Fazei isto em memória de mim” (1Co 11:24). Essa ordenança enfatiza a dimensão substitutiva da expiação realizada por Cristo. “Isto é o meu corpo”, disse Jesus, “que é dado por vós” (1Co 11:24; cf. Is 53:4-12). Na cruz, o Inocente substituiu o pecador, o Justo ocupou o lugar dos injustos. Esse ato magnânimo satisfaz as demandas da lei que exigia a morte do pecador, provendo perdão, paz e certeza de vida eterna ao pecador penitente. A cruz removeu nossa condenação e nos concedeu as vestes da justiça de Cristo, bem como o poder para sobrepujarmos o mal.

a. O pão e o fruto da vide. Jesus utilizou muitas metáforas para ensinar diferentes verdades a seu próprio respeito. Ele disse: “Eu sou a porta” (Jo 10:7), “Eu sou o caminho” (Jo 14:6), “Eu sou a videira” (Jo 15:1) e “Eu sou o pão da vida” (Jo 6:35). Não podemos tomar qualquer dessas expressões em sentido literal, pois Ele não se encontra presente em nenhuma porta, caminho ou vinha. Essas figuras, contudo, ilustram verdades espirituais profundas.

Na oportunidade em que alimentou miraculosamente a multidão de cinco mil pessoas, Jesus revelou o significado mais profundo de seu corpo e sangue. Sendo o Pão verdadeiro, Ele declarou: “Em verdade, em verdade vos digo: não foi Moisés quem vos deu o pão do Céu; o verdadeiro pão do Céu é meu Pai quem vós dá. Porque o pão de Deus é o que desce do Céu e dá vida ao mundo. Então, lhe disseram: Senhor, dá-nos sempre desse pão. Declarou-lhes, pois, Jesus: Eu sou o pão da vida; o que vem a mim jamais terá fome; e o que crê em mim jamais terá sede” (Jo 6:32-35). Ele ofereceu seu corpo e seu sangue a fim de satisfazer a fome e a sede de nossas mais profundas necessidades e anseios (Jo 6:50-54).

O pão pascal comido por Jesus era sem fermento, e o fruto da vide era sem álcool.⁷ O fermento, que faz a massa de pão crescer, era considerado símbolo do pecado (1Co 5:7, 8); conseqüentemente, seria um símbolo inapropriado do Cordeiro “sem defeito e sem mácula” (1Pe 1:19).⁸ Somente o pão sem fermento poderia simbolizar o corpo de Cristo sem pecado. Da mesma forma, somente o puro suco de uva – fruto não fermentado da vide – poderia simbolizar apropriadamente a imaculada perfeição do purificador

sangue de Cristo.⁹

b. O comer e o beber. “Se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes o seu sangue, não tendes vida em vós mesmos. Quem comer aminha carne e beber o meu sangue tem a vida eterna, e Eu o ressuscitarei no último dia” (Jo 6:53, 54).

Comer a carne de Cristo e beber o seu sangue é uma linguagem simbólica aplicável à assimilação da Palavra de Deus, por meio da qual os crentes mantêm comunhão com o Céu e se habilitam a desenvolver uma vida espiritual. Ele afirmou: “As palavras que Eu vos tenho dito são espírito e são vida” (Jo 6:63). “Não só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus” (Mt 4:4).

Os crentes se alimentam de Cristo, o Pão da vida, ao participarem da Palavra da vida – a Bíblia. Com esta Palavra vem o poder vivificador de Cristo. Nos serviços da Comunhão também participamos de Cristo ao assimilarmos sua Palavra por intermédio do Espírito Santo. Por isso a pregação da Palavra acompanha cada cerimônia da Ceia do Senhor.

Uma vez que nos apropriamos do sacrifício expiatório de Cristo pela fé, a Ceia do Senhor representa muito mais que uma simples ceia memorativa. Participação nos serviços da Comunhão significa a revitalização de nossa vida por meio do poder sustentador de Cristo, o qual nos provê com vida e alegria. Em resumo, o simbolismo mostra que “somos tão dependentes de Cristo no tocante à vida espiritual, quanto dependemos do alimento e da bebida no tocante à vida física”.¹⁰

Durante os serviços da Comunhão nós “abençoamos” o cálice (1Co 10:16). Isso significa que, assim como Cristo “deu graças” pelo cálice (cf. Mt 26:27), expressamos gratidão pelo sangue de Jesus.

2. Comunhão coletiva com Cristo. Em um mundo cheio de lutas e dissensões, nossa participação nessas celebrações coletivas contribui para a unidade e estabilidade da igreja, pois aí demonstramos verdadeira comunhão com Cristo e uns com os outros. Salientando essa comunhão, Paulo disse: “Porventura, o cálice da bênção que abençoamos não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão que partimos não é a comunhão do corpo de Cristo? Porque nós, embora muitos, somos unicamente um pão, um só corpo; porque todos participamos do único pão” (1Co 10:16, 17).

“Referência ao fato de que o pão da comunhão ser partido em muitos

pedaços que são comidos pelos crentes. Assim como todos os pedaços vêm do mesmo pão, todos os que participam do serviço de comunhão estão unidos a Ele cujo corpo quebrantado é simbolizado pelo pão partido. Ao participar desse rito, os cristãos mostram publicamente que estão unidos e que pertencem a uma grande família cuja cabeça é Cristo.”¹¹

Todos os membros da igreja deveriam participar dessa sagrada comunhão, pois nela, por meio do Espírito Santo, “Cristo se encontra com seu povo, e os revigora por sua presença. Corações e mãos indignos podem mesmo dirigir a ordenança; todavia Cristo ali se encontra para ministrar a seus filhos. Todos quantos ali chegam com a fé baseada nele, serão grandemente abençoados. Todos quantos negligenciam esses períodos de divino privilégio, sofrerão prejuízo. Deles se poderia quase dizer: ‘Nem todos estais limpos’ (Jo 13:11).”¹²

Experimentamos os mais fortes e profundos sentimentos de comunidade junto à mesa do Senhor. Ali nos encontramos em terreno comum, onde são quebradas as barreiras que nos separam. Ali nos damos conta de que, embora na sociedade existam muitas coisas capazes de nos separar, em Cristo se encontra tudo aquilo que é necessário para nos unir. Enquanto compartilhava o cálice da comunhão, Jesus ofereceu aos discípulos o novo concerto. “Bebei dele todos; porque isto é o meu sangue, o sangue da nova aliança, derramado em favor de muitos, para remissão de pecados” (Mt 26:27, 28; Lc 22:20). Do modo como o antigo concerto foi ratificado pelo sangue de animais (Êx 24:8), assim o novo concerto foi ratificado pelo sangue de Cristo. Por ocasião dessas ordenanças, os crentes renovam seus votos de fidelidade a seu Senhor, reconhecendo novamente que fazem parte do maravilhoso acordo em que, por intermédio de Jesus, Deus se vinculou à humanidade. Sendo eles uma parte desse concerto, têm os crentes algo a comemorar. Portanto, a Ceia do Senhor é tanto um memorial quanto um ato de ação de graças pelo selamento do eterno concerto da graça. As bênçãos recebidas guardam proporção direta com a fé dos participantes.

3. Antegozo da segunda vinda. “Porque, todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice, anunciais a morte do Senhor, até que Ele venha” (1Co 11:26). O serviço da comunhão cobre o espaço entre o Calvário e o segundo advento. Vincula a cruz ao reino. Une o “já ocorrido” com o “ainda por ocorrer”, o que constitui a essência da visão de mundo do Novo Testamento. Mantém unidos o sacrifício do Salvador e a sua segunda vinda – salvação já

suprida e salvação consumada. Proclama que Cristo se encontra presente por meio do Espírito, até que Ele volte.

As palavras de Cristo em Mateus 26:29, “e digo-vos que, desta hora em diante, não beberei deste fruto da videira, até aquele dia em que o hei de beber, novo, convosco no reino de meu Pai”, são proféticas. Elas voltam nossa fé em direção à celebração futura da ceia da comunhão com nosso Salvador em seu reino. A ocasião é o grande festival da “ceia das bodas do Cordeiro” (Ap 19:9).

No tocante à preparação para esse evento, Cristo instruiu: “Cingido esteja o vosso corpo, e acesas, as vossas candeias. Sede vós semelhantes a homens que esperam pelo seu senhor, ao voltar ele das festas de casamento; para que, quando vier e bater à porta, logo lha abram. Bem-aventurados aqueles servos a quem o senhor, quando vier, os encontre vigilantes; em verdade vos afirmo que Ele há de cingir-se, dar-lhes lugar à mesa e, aproximando-se, os servirá” (Lc12:35-37).

Tendo seus seguidores reunidos à volta da mesa do banquete, Cristo celebrará a Ceia assim como o fez em Jerusalém. Por tanto tempo Ele aguardou essa ocasião, e agora ela aí está! Ele ergue-se de seu trono e começa a servi-los. Todos se enchem de admiração reverente. Sentem-se totalmente indignos de serem honrados, com Cristo servindo-os. Eles protestam, dizendo: “Deixe-nos servir!” Mas Cristo mansamente os dissuade e faz com que tornem a assentar-se.

“Em nenhuma outra ocasião foi Cristo maior na Terra do que durante a memorável ocasião da Ceia do Senhor, quando assumiu o lugar de humilde servo. Jamais será Cristo maior no Céu do que quando ministrar a ceia a seus santos.”¹³ Esse é o evento supremo ao qual nos aponta a Ceia do Senhor: o gozo da futura glória que viveremos por meio de companheirismo pessoal com Cristo em seu reino eterno.

Qualificações para a participação. Duas grandes ordenanças beneficiam a fé cristã – batismo e Ceia do Senhor. O primeiro é a porta de entrada para a igreja, ao passo que a última favorece àqueles que são membros.¹⁴ Jesus administrou a comunhão apenas a seus professos seguidores. Os serviços da comunhão pertencem, portanto, aos crentes cristãos. Crianças normalmente não participam dessas ordenanças, a menos que sejam batizadas.¹⁵

A Bíblia instrui os crentes a que participem desses serviços possuídos de profunda reverência para com o Senhor, pois aquele que “comer o pão ou

beber o cálice do Senhor, indignamente, será réu do corpo e do sangue do Senhor” (1Co 11:27). Essa forma “indigna” de participação pode se referir tanto à conduta imprópria (cf. v. 21) ou à falta de fé vital e ativa no sacrifício expiatório de Cristo.¹⁶ Semelhante comportamento mostra desrespeito ao Senhor e pode ser considerado como rejeição ao Salvador, o que leva a pessoa a compartilhar a culpa daqueles que o crucificaram.

Participação inadequada traz consigo o desprazer de Deus. Aqueles que comem e bebem de maneira indigna, comem e bebem “juízo para si”, sem discernir o corpo do Senhor (1Co 11:29). Esses fracassam em distinguir entre alimentos comuns e os consagrados emblemas que simbolizam a morte expiatória de Cristo. “Os cristãos não devem considerar a Ceia como uma cerimônia meramente comemorativa de um acontecimento histórico. É muito mais. É uma renovação da consciência do que o pecado custou a Deus e da dívida que o ser humano tem para com o Salvador. É também um meio de manter vivo na mente do discípulo o dever de testemunhar de sua fé na morte expiatória do Filho de Deus.”¹⁷

Em vista dessas admoestações, Paulo aconselha que todos os crentes devem “examinar-se a si mesmos” antes de participarem da Ceia do Senhor (cf. 1Co 11:28). Antes de tomarem parte, devem os crentes orar e rever cuidadosamente sua experiência cristã, confessando seus pecados e restaurando relacionamentos estremecidos.

A experiência dos pioneiros adventistas revela quão grande bênção pode ser obtida por semelhante exame da vida: “Nos dias primitivos do movimento do advento, quando éramos poucos em número, a celebração das ordenanças se tornava uma ocasião das mais proveitosas. Na sexta-feira anterior, todo membro da igreja buscava remover tudo quanto contribuísse para separá-lo de seus irmãos e de Deus. Examinavam o coração rigorosamente; faziam-se orações fervorosas pela divina revelação de pecados ocultos; e faziam-se confissões de deslizes no comércio, de palavras imprudentes proferidas com precipitação, de pecados acariciados. O Senhor se manifestava e éramos grandemente fortalecidos e animados.”¹⁸

Esse exame constitui trabalho pessoal. Outros não podem efetuá-lo, pois, quem é capaz de ler o coração ou distinguir o joio do trigo? Cristo, nosso exemplo, rejeitou o exclusivismo por ocasião da Ceia. Embora pecados abertos excluam a pessoa da participação (1Co 5:11), o próprio Jesus estendeu o pão a Judas – exteriormente um professo seguidor, interiormente

um ladrão e traidor.

O que caracteriza aqueles que estão qualificados a participar dos serviços da comunhão, portanto, é a condição do coração – plena entrega a Cristo e fé em seu sacrifício. Não é a condição de membro de qualquer igreja em particular. Conseqüentemente, crentes cristãos de todas as igrejas podem tomar parte na Ceia do Senhor. Todos são convidados a celebrar com regularidade esse grande festival do concerto cristão e, através de sua participação, testemunhar de que aceitaram a Cristo como seu salvador pessoal.¹⁹

¹ Ver Robert Odom, “The First Celebration of the Ordinance of the Lord’s House”, *Ministry*, janeiro de 1953, p. 20; E. G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 643-646.

² *Ibid.*, p. 650.

³ Existe uma relação entre o batismo e a Ceia do Senhor. O batismo precede a admissão do membro, enquanto o lava-pés beneficia aqueles que já são membros da igreja. Durante essa ordenança, será muito apropriado que meditemos sobre nossos votos batismais.

⁴ Ver C. Mervyn Maxwell, “A Fellowship of Forgiveness”, *Review and Herald*, 29 de junho de 1961, p. 6, 7.

⁵ Jon Dybdahl, *Missions: A Two-Way Street* (Boise: Pacific Press, 1986), p. 28.

⁶ Embora se entenda geralmente que em Atos 20:7 a expressão se aplique à celebração da Ceia do Senhor, a referência não pertence exclusivamente a essa ordenança. Em Lucas 24:35, ela se refere a uma refeição comum.

⁷ Baseando-se na suposição de que nos tempos bíblicos as pessoas não teriam sido capazes de preservar o suco de uva da fermentação durante considerável período de tempo, no clima quente da Palestina – ou seja, desde a colheita das uvas no outono até a Páscoa na primavera – muitos consideram como certo que os judeus celebravam a Páscoa com vinho fermentado. A suposição não é válida. Em todo o mundo antigo, os sucos eram preservados em estado não fermentativo por meio de vários métodos, durante consideráveis períodos. Um dos métodos consistia em concentrar o suco através de fervura, transformando-o em uma espécie de xarope. Armazenado em lugar frio, esse concentrado não fermentava. Simplesmente diluindo-o em água, quando isso fosse desejado, obtinha-se “vinho doce” não alcoólico. Ver William Patton, *Bible Wines – Laws of Fermentation* (Oklahoma City: Sane Press, sem data), p. 24-41; ver também C. A. Christoforides, “More on Unfermented Wine”, *Ministry*, abril de 1955, p. 34; Lael O. Caesar, “The Meaning of *Yayin* in the Old Testament” (Dissertação de Mestrado não publicada, Andrews University, 1986), p. 74-77; E. G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 653. O vinho da Páscoa poderia também ser feito de passas (F. C. Gilbert, *Practical Lessons from the Experience of Israel for the Church of Today* (Nashville: Southern Publ. Assn., 1972), p. 240, 241.

⁸ A partir dessa perspectiva não é sem significado que Cristo tenha evitado utilizar a palavra usual para vinho (*oinos*, no grego), mas tenha empregado a frase “o fruto da vide” (Mc 14:25). Ao passo que *oinos* pode aplicar-se ao vinho tanto em seu estado fermentado quanto não fermentado, o fruto da vide refere-se ao puro suco de uva – símbolo apropriado do sangue de Cristo, que a si mesmo se identificou como a Videira Verdadeira (Jo 15:1).

⁹ O fermento causa também a fermentação do suco de uva. Os esporos do fermento, carregados livremente através do ar pelos insetos, prendem-se à cobertura de cerume das cascas da uva. Quando as uvas são esmagadas, os esporos se misturam com o suco. À temperatura ambiente, as células do fermento se multiplicam rapidamente, ocasionando a fermentação do vinho (ver Martin S. Peterson, Arnold H. Johnson, editores, *Encyclopedia of Food Technology* (Westport: Avi Publ. Co., 1974), v. 2, p. 61-69; idem, *Encyclopedia of Food Science* (Westport: Avi Publ. Co., 1978), v. 3, p. 878).

¹⁰ R. Rice, *Reign of God*, p. 303.

¹¹ *CBASD*, v. 6, p. 820.

¹² E. G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 656; cf. p. 661.

¹³ M. L. Andreasen, “The Ordinances of the Lord’s House”, *Ministry*, janeiro de 1947, p. 44, 46.

¹⁴ Cf. E. G. White, *Evangelismo*, p. 273.

¹⁵ Ver, por exemplo, Frank Holbrook, “For Members Only?”, *Ministry*, fevereiro de 1987, p. 13.

¹⁶ *CBASD*, v. 6, p. 841.

¹⁷ *Ibid.*, p. 842

¹⁸ E. G. White, *Evangelismo*, p. 274; cf. *CBASD*, v. 6, p. 841.

¹⁹ A Bíblia não especifica a frequência com a qual deve ser celebrada a Ceia do Senhor (ver 1Co 11:25, 26). Os adventistas têm acompanhado a prática comum entre muitos protestantes de celebrar essa ordenança quatro vezes por ano. “Ao adotarem a frequência trimestral, os primeiros crentes adventistas sentiram que celebrar o serviço com maior frequência poderia significar risco de formalidade e fracasso na compreensão da solenidade do serviço.” Essa parece ser uma decisão equilibrada – um ponto equidistante da frequência excessiva e da prática apenas a cada longo período como, por exemplo, um ano (W. E. Read, “Frequency of the Lord’s Supper”, *Ministry*, abril de 1955, p. 43).

DONS E MINISTÉRIOS ESPIRITUAIS



Deus concede a todos os membros de sua igreja, em todas as épocas, dons espirituais que cada membro deve empregar em amoroso ministério para o bem comum da igreja e da humanidade. Sendo outorgados pela atuação do Espírito Santo, o qual distribui a cada membro como lhe apraz, os dons proveem todas as aptidões e ministérios de que a igreja necessita para cumprir suas funções divinamente ordenadas. De acordo com as Escrituras, esses dons abrangem ministérios como a fé, cura, profecia, proclamação, ensino, administração, reconciliação, compaixão e serviço abnegado e caridade para ajuda e animação das pessoas. Alguns membros são chamados por Deus e dotados pelo Espírito para funções reconhecidas pela igreja em ministérios pastorais, evangelísticos e de ensino especialmente necessários para habilitar os membros para o serviço, edificar a igreja com vistas à maturidade espiritual e promover a unidade da fé e do conhecimento de Deus. Quando os membros utilizam esses dons espirituais como fiéis despenseiros da multiforme graça de Deus, a igreja é protegida contra a influência demolidora de falsas doutrinas, tem um crescimento que provém de Deus e é edificada na fé e no amor.

As palavras pronunciadas por Jesus antes de ascender ao Céu, haveriam de modificar a história do mundo: “Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda criatura” (Mc 16:15), foi a ordem que deixou aos discípulos.

A todo o mundo? A toda criatura? Os discípulos devem ter imaginado que essa seria uma tarefa impossível. Cristo, percebendo a desorientação em que se sentiram, instruiu-os a não deixar a cidade de Jerusalém, mas esperar pelo

cumprimento da promessa do Pai. “Mas recebereis poder, ao descer sobre vós o Espírito Santo, e sereis minhas testemunhas tanto em Jerusalém, como em toda a Judeia e Samaria e até aos confins da Terra” (At 1:8).

Em seguida à ascensão de Cristo ao Céu, os discípulos gastaram a maior parte de seu tempo em oração. Harmonia e humildade ocuparam o lugar da discórdia e da inveja que se haviam manifestado durante a maior parte do tempo em que haviam convivido com Jesus. Os discípulos estavam convertidos. Sua íntima comunhão com Cristo e a unidade resultante eram a preparação necessária para o recebimento do Espírito Santo.

Assim como Jesus recebera dotação especial do Espírito Santo a fim de habilitar-se para seu ministério (At 10:38), assim os discípulos receberam o batismo do Espírito Santo (At 1:5) a fim de serem habilitados a testemunhar. Os resultados foram eletrizantes. No dia em que receberam o dom do Espírito Santo, batizaram três mil pessoas (At 2:41).

Os dons do Espírito Santo

Cristo ilustrou o dom do Espírito Santo mediante o uso de uma parábola: “[O reino do Céu] será como um homem que, ausentando-se do país, chamou os seus servos e lhes confiou os seus bens. A um deu cinco talentos, a outro, dois e a outro, um, a cada um segundo a sua própria capacidade; e, então, partiu” (Mt 25:14, 15).

O homem que viajou para um país distante representa a Cristo quando este voltou ao Céu. Os “servos” do homem são os seguidores de Jesus, que foram “comprados por preço” (1Co 6:20) – “o precioso sangue [...] de Cristo” (1Pe 1:19). Cristo os redimiou para o serviço, e desde então não mais vivem “para si mesmos, mas para aquele que por eles morreu e ressuscitou” (2Co 5:15).

Cristo entregou bens a cada servo de acordo com sua habilidade, “a cada um a sua obrigação” (Mc 13:34). Ao lado de outros dons e habilidades (ver capítulo 21 deste livro), esses bens representam os dons especiais concedidos pelo Espírito.¹

Em sentido muito especial, Cristo concedeu os dons espirituais a sua igreja no Pentecostes. Paulo diz: “Quando Ele subiu às alturas, levou cativo o cativeiro e concedeu dons aos homens.” Assim, “a graça foi concedida a cada um de nós segundo a proporção do dom de Cristo” (Ef 4:8, 7). O Santo Espírito é o agente que distribui “como lhe apraz, a cada um, individualmente” (1Co 12:11) esses dons que habilitam a igreja para a tarefa

que lhe foi determinada.

O propósito dos dons espirituais

O Espírito Santo concede uma habilitação especial a determinado membro, preparando-o para ser útil à igreja no cumprimento da divina missão que ela recebeu.

Harmonia interna da igreja. À igreja de Corinto não faltava um único dom (1Co 1:4, 7). Infelizmente, disputavam eles entre si, à semelhança de crianças, a respeito de qual dom era o mais importante.

Preocupado com as divisões existentes naquela igreja, Paulo escreveu aos coríntios, mostrando-lhes a verdadeira natureza desses dons e como deveriam eles funcionar. Explicou que os dons espirituais são dons da graça. Do mesmo Espírito procede a “diversidade de dons”, a qual leva à “diversidade nos serviços” e à “diversidade nas realizações”. Paulo, porém, ressaltou que “o mesmo Deus é quem opera tudo em todos” (1Co 12:4-6).

O Espírito distribui dons a cada um dos crentes – para a edificação ou erguimento da igreja. As necessidades da obra do Senhor determinam o que o Espírito distribui, e a quem. Nem todos recebem o mesmo dom. Paulo mostrou que a um o Espírito concede sabedoria, a outro conhecimento, a outro fé, a outro milagres, a outro profecias, a outro o discernimento de espíritos, a outro línguas, e a outro a interpretação de línguas. “Mas um só e o mesmo Espírito realiza todas estas coisas, distribuindo-as, como lhe apraz, a cada um, individualmente” (v. 11). Toda gratidão pela existência de um dom no seio da igreja deveria ser dirigida ao Doador, e não à pessoa que exerce o dom. E pelo fato de serem os dons concedidos à igreja, e não ao indivíduo, os recipientes não deveriam considerar os dons como sua propriedade particular.

Uma vez que o Espírito distribui os dons segundo melhor lhe parece, nenhum dom deve ser ignorado ou apequenado. Nenhum membro da igreja possui o direito de mostrar arrogância em virtude da indicação para alguma função particular. Tampouco deveria alguém sentir-se inferiorizado por lhe ser designada uma posição humilde.

1. O modelo de operação. Paulo utilizou o corpo humano para ilustrar a harmonia existente na diversidade de dons. O corpo possui muitas partes e cada uma delas dá sua contribuição. “Mas Deus dispôs os membros, colocando cada um deles no corpo, como lhe aprouve” (v. 18).

Nenhuma porção do corpo deveria dizer a outra: “Não precisamos de ti.”

Todas as partes dependem umas das outras, “os membros do corpo que parecem ser mais fracos são necessários; e os que nos parecem menos dignos no corpo, a estes damos muito maior honra; também os que em nós não são decorosos revestimos de especial honra. Mas os nossos membros nobres não têm necessidade disso. Contudo, Deus coordenou o corpo, concedendo muito mais honra àquilo que menos tinha” (v. 21-24).

A falência de qualquer órgão afetará o corpo inteiro. Se o corpo não dispusesse de cérebro, o estômago não funcionaria; e, sem o estômago, o cérebro seria inútil. Assim também a igreja sofre se qualquer de seus membros, não importa quão pequeno, se perde.

Certas porções do organismo são estruturalmente mais fracas e necessitam de proteção especial. A pessoa pode “funcionar” sem mão ou perna, por exemplo, mas não sobreviverá sem fígado, coração ou pulmões. Normalmente expomos nossas face e mãos, mas cobrimos outras partes do corpo com roupas, tendo em vista a modéstia e decência. Longe de considerarmos com menor estima o dom menos significativo, devemos tratá-lo com cuidado ainda maior, pois a saúde da igreja dele depende.

Era intenção de Deus que a distribuição dos dons espirituais na igreja evitasse a “divisão no corpo”, e produzisse um espírito de harmonia e confiança, e, desse modo, os membros cooperassem, “com igual cuidado, em favor uns dos outros. De maneira que, se um membro sofre, todos sofrem com ele; e, se um deles é honrado, com ele todos se regozijam” (v. 25, 26). Assim, quando um dos crentes sofre, toda a igreja deveria ser informada do que ocorre e deveria esforçar-se por aliviar o sofrimento. Somente quando essa pessoa tem sua saúde restaurada, é que a igreja pode sentir-se segura.

Depois de analisar o valor de cada um dos dons, Paulo relaciona alguns deles: “A uns estabeleceu Deus na igreja, primeiramente, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, mestres; depois, operadores de milagres; depois, dons de curar, socorros, governos, variedades de línguas” (v. 28; cf. Ef 4:11). Uma vez que nenhum membro possui todos os dons, ele estimula todos a procurarem, “com zelo, os melhores dons” (1Co 12:31), referindo-se aos dons mais úteis à igreja.²

2. A dimensão indispensável. Os dons do Espírito Santo, contudo, não são suficientes em si mesmos. Existe “um caminho sobremodo excelente” (v. 31). Ao passo que os dons do Espírito cessarão quando Cristo retornar, os frutos do Espírito são eternos. Eles consistem nas eternas virtudes do amor e da paz,

bondade e justiça que o amor traz consigo (Gl 5:22, 23; Ef 5:9). Enquanto as profecias, línguas e o conhecimento desaparecerão, a fé, a esperança e o amor permanecerão. E “o maior destes é o amor” (1Co 13:13).³

Esse amor concedido por Deus (*agape*, no grego) é o amor do autossacrifício e abnegação (1Co 13:4-8). É “o tipo mais elevado de amor, que reconhece o valor da pessoa ou do objeto amado; amor baseado em princípio, não em emoção; amor que emana do respeito pelas qualidades admiráveis de seu objeto”.⁴ Dons desprovidos de amor causam confusão e divisões na igreja. O mais excelente caminho, portanto, é que todos aqueles que possuem dons tenham também dentro de si o amor totalmente abnegado. “Segui o amor e procurai, com zelo, os dons espirituais” (1Co 14:1).

Vivendo para a glória de Deus. Paulo também discorreu sobre os dons espirituais na epístola aos Romanos. Convidando cada crente a viver para a glória de Deus (Rm 11:36-12:2), o apóstolo utiliza novamente as partes do copo para ilustrar a diversidade – e, ainda assim, a unidade – que caracteriza os crentes que se unem por meio dos vínculos da igreja (v. 3-6).

Reconhecendo que tanto a fé quanto os dons espirituais possuem sua fonte na graça de Deus, os crentes se mantêm humildes. Quanto maior o número de dons recebidos pelo crente, tanto maior é a influência espiritual que ele exerce, e tanto maior deve ser a sua dependência de Deus.

Nesse capítulo, Paulo relaciona os seguintes dons: profecia (elocução inspirada, proclamação), ministério (serviço), ensino, exortação (encorajamento), dom de dar (compartilhar), liderança e misericórdia (compaixão). Tal como em 1 Coríntios 12, ele finaliza a análise com o princípio-mor do cristianismo – o amor (Rm 12:9).

Pedro apresenta o tópico dos dons espirituais contra o pano de fundo do fim de todas as coisas, que “está próximo” (1Pe 4:7). A urgênciado momento impõe que os crentes utilizem os dons recebidos. Diz o apóstolo: “Servi uns aos outros, cada um conforme o dom que recebeu, como bons despenseiros da multiforme graça de Deus” (v. 10). Tal como Paulo, Pedro ensinou que os dons não se destinam à glorificação própria, mas para que “em todas as coisas, seja Deus glorificado” (v. 11). Ele também associou o amor aos dons.

O crescimento da igreja. Na terceira e última exposição que Paulo faz dos dons, insiste em que os crentes andem “de modo digno da vocação a que fostes chamados, com toda humildade e mansidão, com longanimidade, suportando-vos uns aos outros em amor, esforçando-vos diligentemente por

preservar a unidade do Espírito no vínculo da paz” (Ef 4:1-3).

Os dons espirituais contribuem para acalentar a unidade que leva ao crescimento da igreja. Cada um dos crentes recebeu “graça [...] segundo a proporção do dom de Cristo” (v. 7).

O próprio Cristo “concedeu uns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas e outros para pastores e mestres, com vistas ao aperfeiçoamento dos santos para o desempenho do seu serviço, para a edificação do corpo de Cristo, até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo” (v. 11-13). Aqueles que recebem os dons espirituais devem servir especialmente o grupo de crentes, treinando-os para os vários tipos de ministérios, de acordo com os dons recebidos. Isso faz a igreja amadurecer, levando-a à plena estatura de Cristo.

Esses ministérios incrementam a estabilidade espiritual da igreja, fortalecendo suas defesas contra as falsas doutrinas, de modo que os crentes não mais são como meninos, “agitados de um lado para outro e levados ao redor por todo vento de doutrina, pela artimanha dos homens, pela astúcia com que induzem ao erro. Mas, seguindo a verdade em amor, crescemos em tudo naquele que é o cabeça, Cristo” (v. 14, 15).

Finalmente, em Cristo, os dons espirituais desenvolvem a unidade e prosperidade da igreja. “De quem [Cristo] todo o corpo, bem ajustado e consolidado pelo auxílio de toda junta, segundo a justa cooperação de cada parte, efetua o seu próprio aumento para a edificação de si mesmo em amor” (v. 16). Para que a igreja possa experimentar o crescimento almejado por Deus, cada membro deve usar os dons da graça que Ele supre.

Como resultado, a igreja vive um duplo crescimento – em número de membros e no incremento dos dons individuais. Uma vez mais, o amor faz parte do chamado, pois a igreja consegue alcançar essa edificação e crescimento tão somente quando utiliza os dons em amor.

Implicações dos dons espirituais

Ministério em comum. As Escrituras não apoiam o ponto de vista de que os clérigos devem ministrar, ao passo que os membros leigos devem meramente esquentar os bancos e esperar pelo alimento. Tanto pastores quanto leigos constituem a igreja, o “povo de propriedade exclusiva de Deus” (1Pe 2:9). Juntos são eles responsáveis pelo bem-estar da igreja e por sua prosperidade.

Eles são chamados para trabalhar juntos, cada um de acordo com o dom especial recebido de Deus. A diferença de dons resulta em uma variedade de ministérios ou serviços, todos unidos em seu testemunho que visa a ampliar o reino de Deus e preparar o mundo para o encontro com o Senhor (Mt 28:18-20; Ap 14:6-12).

O papel do ministério. A doutrina dos dons espirituais coloca a responsabilidade do treinamento da congregação sobre os ombros do ministro. Deus indicou apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e mestres a fim de equipar seu povo para o ministério. “Os ministros não deveriam realizar o trabalho que pertence à igreja, sobrecarregando-se a si próprios e impedindo que outros desempenhem seus deveres. Eles deveriam ensinar os membros a como trabalhar na igreja e na comunidade.”⁵

O ministro que não possui o dom de treinar os outros, não pertence ao ministério pastoral, e sim a algum outro segmento da obra de Deus.⁶ O sucesso do plano de Deus para a igreja depende da disposição e da habilidade dos pastores em treinar os membros no uso dos talentos que receberam de Deus.

Dons e missão. Deus concede os dons espirituais para beneficiar todo o corpo, não simplesmente em favor dos indivíduos que os recebem. Da mesma forma como os recipientes não recebem o dom para si próprios, assim a igreja também não recebe a totalidade dos dons apenas para o benefício de si mesma. Deus dota a comunidade da igreja com dons a fim de prepará-la para o cumprimento da missão ao mundo que Ele lhe atribuiu.

Dons espirituais não são a recompensa por um trabalho bem feito, são antes as ferramentas para se fazer bem o trabalho. Usualmente o Espírito concede os dons de acordo com as habilidades naturais da pessoa, embora as habilidades naturais não sejam, por si mesmas, dons espirituais. É o novo nascimento condição para que a pessoa receba o Espírito. Temos de nascer de novo a fim de podermos ser portadores dos dons espirituais.

Unidade na diversidade, não uniformidade. Alguns cristãos tentam fazer com que todos os demais crentes sejam semelhantes a eles próprios. Esse é um plano humano, não de Deus. O fato de a igreja permanecer unida, a despeito da diversidade de dons espirituais, aponta à natureza complementar dos dons. O fato indica ainda que o progresso da igreja de Deus depende de cada um dos crentes. Deus deseja que todos os dons, ministérios e operações que ocorrem na igreja fundam-se no propósito de construir sobre os fundamentos

estabelecidos pela igreja na história. Em Jesus Cristo, a “pedra angular”, “todo o edifício, bem ajustado, cresce para santuário dedicado ao Senhor” (Ef 2:20, 21).

Testemunho – o propósito dos dons. Os crentes recebem grande variedade de dons, o que indica que eles desempenham um ministério individualizado. Ainda assim cada crente deveria estar apto a testemunhar de sua fé, compartilhando suas crenças e contando aos outros daquilo que Deus tem operado em sua própria vida. O propósito pelo qual Deus deu a cada um diferentes dons, não importa quais sejam eles, é habilitar o possuidor do dom para o testemunho.

Fracasso no uso dos dons espirituais. Os crentes que se recusam a empregar os dons espirituais que receberam perceberão que não apenas esses dons se atrofiam, como também estarão colocando em risco sua própria salvação eterna. Em amorável preocupação com o assunto, Jesus advertiu solenemente que o servo que não utilizou o talento recebido era nada menos que um “servo mau e negligente”, que perdeu a recompensa eterna (Mt 25:26-30).⁷ O servo infiel admitiu que seu fracasso fora premeditado e intencional. Assim, ele mesmo assumiu a responsabilidade pelo insucesso. “No grande dia do juízo final, aqueles que vagaram ao acaso, esquivando-se das oportunidades e fugindo das responsabilidades, serão postos pelo grande Juiz junto aos que praticaram o mal.”⁸

Descobrimos os dons espirituais

Para que os membros possam se envolver com êxito na missão da igreja, devem compreender os dons que receberam. O dom funciona como uma bússola, orientando seu possuidor no tocante ao serviço e ao desfrute de vida abundante (Jo 10:10). Na medida em que “decidimos não reconhecer (ou simplesmente negligenciar) desenvolver e exercitar nossos dons, a igreja passa a ser menos do que poderia ser. Menos do que Deus pretendia que ela fosse”.⁹

O processo de descobrirmos nossos dons espirituais¹⁰ deveria se caracterizar pelo seguinte:

Preparo espiritual. Os apóstolos oraram sinceramente pedindo aptidão para pronunciar as palavras que conduziram os pecadores a Cristo. Eles puseram de lado as diferenças e os desejos de supremacia que se haviam manifestado anteriormente entre eles. Confissão de pecados e arrependimento os

conduziram a íntimo relacionamento com Cristo. Aqueles que hoje aceitam a Cristo necessitam provar semelhante experiência, na preparação para o batismo pelo Espírito Santo.

O batismo do Espírito não é um evento que ocorre uma única vez; ele pode ser vivenciado diariamente.¹¹ Necessitamos pleitear com o Senhor por esse batismo, porque ele proverá à igreja o poder de testemunhar e de proclamar o evangelho. Para podermos fazer isso, necessitamos submeter continuamente nossa vida a Deus, permanecendo plenamente em Cristo, e pedindo-lhe sabedoria para descobrirmos os nossos dons (Tg 1:5).

Estudo das Escrituras. Estudo acompanhado de oração, daquilo que o Novo Testamento ensina a respeito dos dons espirituais, permitirá que o Espírito Santo impressione a nossa mente com o ministério específico que Ele preparou para nós. É importante que creiamos que Deus nos concedeu pelo menos um dom para ser utilizado em seu serviço.

Disposição para seguir sua orientação. Nós não podemos usar o Espírito, mas Ele deve servir-se de nós, pois é Deus quem opera em seu povo “tanto o querer como o realizar” (Fp 2:13), e o fará segundo a sua boa vontade. Constitui um privilégio dispor-se a trabalhar em qualquer ramo de serviço que a providência de Deus nos apresente. Devemos oferecer a Deus a oportunidade de operar por meio de outros, solicitando a nossa ajuda. Assim, devemos estar prontos para responder às necessidades da igreja sempre que elas se apresentem. Não deveríamos temer enfrentar novos desafios, mas também deveríamos nos sentir na liberdade de falar àqueles que solicitam nosso auxílio, a respeito de nossos talentos e experiências.

Confirmação por meio do corpo de Cristo. Uma vez que Deus concede os dons para a edificação de sua igreja, deveríamos esperar a confirmação final de nossos dons a partir do julgamento do corpo de Cristo, e não a partir de nossos próprios sentimentos. Muitas vezes, é mais difícil reconhecer os próprios dons do que os dons de outros. Não apenas devemos estar dispostos a ouvir o que os outros têm a dizer no tocante aos nossos dons, como também é importante que reconheçamos e confirmemos os dons de Deus manifestados nos outros.

Nada é mais estimulante e gratificante do que saber que estamos ocupando a posição ou ministério ou serviço que a Providência ordenou para nós. Que bênção representa para nós o utilizarmos em seu serviço o dom especial que Cristo nos concedeu por intermédio do Espírito Santo! Cristo anseia repartir

os dons de sua graça. Podemos aceitar hoje seu convite e descobrir o que seus dons podem realizar em uma vida que experimenta a plenitude do Espírito!

¹ Ver, por exemplo, E. G. White, *Parábolas de Jesus*, p. 327, 328. Nem sempre podemos distinguir facilmente entre as habilidades sobrenaturais, herdadas e adquiridas. Naqueles que se acham sob o controle do Espírito Santo, essas habilidades parecem frequentemente fundir-se.

² Ver Richard Hammill, “Spiritual Gifts in the Church Today”, *Ministry*, julho de 1982, p. 15, 16.

³ No sentido mais amplo, é o amor um dom de Deus, pois todas as boas coisas procedem dele (Jo 1:17). Ele é um fruto do Espírito (Gl 5:22), mas não um dom do Espírito no sentido de haver ele sido distribuído pelo Espírito Santo a algumas pessoas, e não a outras. Todos devem “perseguir o amor” (1Co 14:1).

⁴ *CBASD*, v. 6, p. 856.

⁵ E. G. White, “Appeals for Our Missions”, em *Historical Sketches of the Foreign Missions of the Seventh-day Adventists* (Basileia: Imprimerie Polyglotte, 1886), p. 291. Cf. Rex D. Edwards, *A New Frontier – Every Believer a Minister* (Mountain View: Pacific Press, 1979), p. 58-73.

⁶ Cf. J. David Newman, “Seminar in Spiritual Gifts”, manuscrito não publicado, p. 3.

⁷ No tocante à gravidade dessa condição, ver E. G. White, “Home Discipline”, *Review and Herald*, 13 de julho de 1882, p. 1.

⁸ *CBASD*, v. 5, p. 546.

⁹ Dom Jacobsen, “What Spiritual Gifts Mean to Me”, *Adventist Review*, 25 de dezembro de 1986, p. 12.

¹⁰ Ver Roy C. Naden, *Discovering Your Spiritual Gifts* (Berrien Springs: Institute of Church Ministry, 1982); Mark A. Finley, *The Way to Adventist Church Growth* (Siloam Springs: Concerned Communications, 1982); C. Peter Wagner, *Your Spiritual Gift Can Help Your Church Grow* (Glendale: Regal Books, 1979).

¹¹ Cf. E. G. White, *Atos dos Apóstolos*, p. 50; E. G. White, *Conselhos aos Pais, Professores e Estudantes*, p. 131.

O DOM DE PROFECIA

18



As Escrituras revelam que um dos dons do Espírito Santo é a profecia. Esse dom é uma característica da igreja remanescente e nós cremos que ele foi manifestado no ministério de Ellen G. White. Seus escritos falam com autoridade profética e proveem consolo, orientação, instrução e correção para a igreja. Eles também tornam claro que a Bíblia é a norma pela qual deve ser provado todo ensino e experiência.

Josafá, rei de Judá, achava-se em aflição. Tropas inimigas aproximavam-se, e o panorama parecia não oferecer esperança. O rei “se pôs a buscar ao Senhor, e apregooou jejum em todo o Judá” (2Cr 20:3). As pessoas afluíam ao templo em grande número a fim de suplicar a Deus misericórdia e livramento.

Enquanto Josafá dirigia os momentos de oração, suplicou a Deus que modificasse as circunstâncias. Ele orou nestes termos: “Porventura, não és Tu Deus nos céus? Não és Tu que dominas sobre todos os reinos dos povos? Na tua mão, está a força e o poder, e não há quem te possa resistir” (v. 6). Não houvera Deus protegido de modo especial o seu povo no passado? Não havia Ele concedido o território a seu povo escolhido? Portanto, Josafá implorou: “Ah! Nosso Deus, acaso não executarás Tu o teu julgamento contra eles? Porque em nós não há força para resistirmos a essa grande multidão que vem contra nós, e não sabemos nós o que fazer; porém os nossos olhos estão postos em ti” (v. 12).

Enquanto todo o Judá se encontrava em pé diante do Senhor, ergueu-se Jaaziel. Sua mensagem trouxe encorajamento e orientação para o povo amedrontado. Ele disse: “Não temais, nem vos assusteis [...] pois a peleja não é vossa, mas de Deus. [...] Neste encontro não tereis de pelejar; tomai posição, ficai parados e vede o salvamento que o Senhor vos dará, [...] porque

o Senhor é convosco” (v. 15-17). Pela manhã o rei Josafá insistiu diante de suas tropas: “Crede no Senhor, vosso Deus, e estareis seguros; *crede nos seus profetas e prosperareis*” (v. 20).¹

O rei creu tão plenamente naquele profeta praticamente desconhecido – Jaaziel – que substituiu a sua linha de frente, colocando em lugar da mesma um coral que deveria louvar o Senhor e a beleza de sua santidade! Enquanto as antífonas de fé enchiam os ares, o Senhor achava-se em operação, trazendo a confusão entre os inimigos que se haviam aliado contra Josafá. O morticínio foi tão grande que não restou “nenhum sobrevivente” (v. 24).

Jaaziel foi o porta-voz de Deus para aquele momento especial.

Os profetas desempenharam papel vital, tanto nos tempos do Antigo quanto do Novo Testamento. Contudo, teria a profecia cessado com o encerramento do cânon bíblico? Para podermos descobrir a resposta, repassemos a história da profecia.

O dom profético nos tempos bíblicos

Embora o pecado tenha interrompido a comunicação face a face de Deus com os seres humanos (Is 59:2), Deus não perdeu a intimidade com as criaturas humanas; em vez disso, desenvolveu novas formas de comunicação. Passou a enviar por meio dos profetas as suas mensagens de encorajamento, advertência e reprovação.²

Nas Escrituras, o profeta é “alguém que recebe comunicações de Deus e transmite o propósito das mesmas ao povo”.³ Os profetas não profetizavam por sua própria iniciativa. “Porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana; entretanto, homens santos falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo” (2Pe 1:21).

No Antigo Testamento, a palavra *profeta* é geralmente tradução do hebraico *nabi*. Seu significado é exposto em Êxodo 7:1 e 2: “Então, disse o Senhor a Moisés: Vê que te constituí como deus sobre Faraó, e Arão, teu irmão, será teu profeta [*nabi*]. Tu falarás tudo o que Eu te ordenar; e Arão, teu irmão, falará a Faraó.” O relacionamento de Moisés para com Faraó seria semelhante àquele que Deus mantém com seu povo. Assim como Arão comunicava as palavras de Moisés a Faraó, assim o profeta apresenta as palavras de Deus perante o povo. O termo *profeta*, portanto, designa um porta-voz apontado por Deus. O termo grego equivalente ao hebraico *nabi* é *prophetes*, de onde deriva o nosso termo em português, *profeta*.

“Vidente”, tradução do hebraico *roeh* (Is 30:10) ou *chozeh* (2Sm 24:11; 2Rs 17:13), é uma outra designação para as pessoas que possuem o dom profético. Os termos *profeta* e *vidente* acham-se intimamente relacionados. As Escrituras esclarecem: “Antigamente, em Israel, indo alguém consultar a Deus, dizia: Vinde, vamos ter com o vidente; porque ao profeta de hoje, antigamente, se chamava vidente” (1Sm 9:9). A designação *vidente* enfatiza o *recebimento* da divina mensagem por parte do profeta. Deus abria seus “olhos” ou mente, para que os profetas recebessem a informação que Ele desejava fosse transmitida ao povo.

Através dos anos, Deus concedeu revelações de sua vontade a seu povo, utilizando as pessoas que haviam recebido o dom de profecia. “Certamente, o Senhor Deus não fará coisa alguma, sem primeiro revelar o seu segredo aos seus servos, os profetas” (Am 3:7; cf. Hb 1:1).

As funções do dom profético no Novo Testamento. O Novo Testamento concede ao dom de profecia um lugar proeminente entre os dons do Espírito Santo, colocando-o uma vez em primeiro lugar e duas vezes em segundo, entre os ministérios de maior utilidade para a igreja (Rm 12:6; 1Co 12:28; Ef 4:11). Paulo estimulou os crentes a desejar de modo especial o dom de profecia (1Co 14:1, 39).

O Novo Testamento sugere que os profetas desempenharam as seguintes funções:⁴

1. Prestaram assistência na fundação da igreja. A igreja foi edificada “sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo Ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular” (Ef 2:20, 21).

2. Iniciaram a extensão missionária da igreja. Foi por meio de profetas que o Espírito Santo selecionou Paulo e Barnabé para a primeira viagem missionária (At 13:2, 3) e proveu orientação no tocante aos lugares em que os missionários deveriam trabalhar (At 16:6-10).

3. Edificaram a igreja. “O que profetiza”, diz Paulo, “edifica a igreja.” As profecias são pronunciadas para os “homens, edificando, exortando e consolando” (1Co 14:4, 3). Junto com outros dons, Deus concedeu a profecia à igreja a fim de preparar os crentes “para o desempenho do seu serviço, para a edificação do corpo de Cristo” (Ef 4:12).

4. Uniram e protegeram a igreja. Os profetas contribuíram para trazer a lume “a unidade da fé”, protegendo a igreja contra as falsas doutrinas, de modo que os crentes não mais fossem “como meninos, agitados de um lado para outro e

levados ao redor por todo vento de doutrina, pela artimanha dos homens, pela astúcia com que induzem ao erro” (Ef 4:13, 14).

5. Advertiram quanto a dificuldades futuras. Um dos profetas do Novo Testamento advertiu quanto à proximidade de uma fome futura. Como resultado, a igreja iniciou um programa de assistência mediante o qual foram aliviados aqueles que enfrentaram dificuldades (At 11:27-30). Outros profetas advertiram no tocante à prisão de Paulo, que aconteceria em Jerusalém (At 20:23; 21:4, 10-14).

6. Confirmaram a fé em tempos de controvérsia. Por ocasião do primeiro concílio da igreja, o Espírito Santo a orientou rumo a uma decisão correta no tocante a um assunto controvertido, relacionado com a salvação dos gentios. Depois, por intermédio dos profetas, o Espírito reafirmou aos crentes outros aspectos da doutrina verdadeira. Depois de comunicar a decisão do concílio aos membros, “Judas e Silas, que eram também profetas, consolaram os irmãos com muitos conselhos e os fortaleceram” (At 15:32).

O dom profético nos últimos dias

Muitos cristãos creem que o dom profético cessou no encerramento da era apostólica. Mas a Bíblia revela a necessidade especial de orientação divina durante as crises do tempo do fim; isso testifica da contínua necessidade da provisão do dom profético depois dos tempos do Novo Testamento.

Continuação dos dons espirituais. Não existe qualquer evidência bíblica de que Deus haveria de retirar os dons espirituais por Ele concedidos à igreja, antes que completassem seu propósito, o qual, de acordo com Paulo, seria levar a igreja “à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo” (Ef 4:13). Uma vez que a igreja ainda não alcançou tal experiência, necessita ela ainda da presença dos dons do Espírito. Esses dons, incluindo o dom de profecia, continuarão a operar em benefício do povo de Deus até o retorno de Cristo. Conseqüentemente, Paulo advertiu os crentes a não extinguir o Espírito nem desprezar as profecias (1Ts 5:19, 20), aconselhando ainda: “procurai [...] com zelo, os dons espirituais, mas principalmente que profetizeis” (1Co 14:1).

Nem sempre esses dons se manifestaram abundantemente na experiência da igreja cristã.⁵ Após a morte dos apóstolos, os profetas desfrutaram de respeitabilidade em muitos círculos, até por volta do ano 300 d.C.⁶ Mas o declínio da espiritualidade da igreja e a conseqüente apostasia (ver capítulo

13 deste livro) conduziram a uma redução tanto da presença do Espírito quanto de seus dons. Ao mesmo tempo, falsos profetas ocasionaram perda de confiança no dom profético.⁷

O declínio do dom profético durante certos períodos da história da igreja não significou que Deus houvesse retirado o dom permanentemente. A Bíblia indica que, ao aproximar-se o fim dos tempos, o dom estaria presente a fim de assistir a igreja durante esses momentos de dificuldades. Mais ainda, ela garante que haveria um incremento na atividade desse dom.

O dom profético imediatamente antes do segundo advento. Deus concedeu o dom profético a João Batista para que anunciasse o primeiro advento de Cristo. De modo similar, podemos esperar que Ele envie o mesmo dom para proclamar o segundo advento, de modo que todas as pessoas tenham oportunidade de se preparar para o encontro com o Salvador.

De fato, Cristo mencionou o surgimento de falsos profetas como um dos sinais da proximidade de sua segunda vinda (Mt 24:11, 24). Se não devessem existir profetas verdadeiros durante o tempo do fim, Cristo não teria advertido contra qualquer indivíduo que pretendesse possuir o dom. Sua advertência no tocante a falsos profetas implica que existiriam igualmente profetas verdadeiros.

O profeta Joel anunciou um derramamento especial do Santo Espírito e do dom profético justamente antes do retorno de Cristo. Ele disse: “E acontecerá, depois, que derramarei o meu Espírito sobre toda a carne; vossos filhos e vossas filhas profetizarão, vossos velhos sonharão, e vossos jovens terão visões; até sobre os servos e sobre as servas derramarei o meu Espírito naqueles dias. Mostrarei prodígios no céu e na terra: sangue, fogo e colunas de fumaça. O Sol se converterá em trevas, e a Lua, em sangue, antes que venha o grande e terrível Dia do SENHOR” (Jl 2:28-31).

O primeiro Pentecostes testemunhou memorável manifestação do Espírito. Pedro, citando a profecia de Joel, destacou que Deus havia cumprido a sua promessa (At 2:2-21). Entretanto, devemos indagar se a profecia de Joel encontrou seu pleno e total cumprimento no dia de Pentecostes ou se ainda devemos esperar outro cumprimento, mais amplo e mais completo. Não possuímos evidências de que os fenômenos no Sol e na Lua, mencionados por Joel, ocorreriam antes ou depois do derramamento do Espírito. Na verdade, eles não ocorreram senão muitos séculos mais tarde (ver capítulo 25 deste livro).

O Pentecostes representou, portanto, um prelúdio da plena manifestação do Espírito que deverá ocorrer antes do segundo advento. Tal como a chuva temporã da Palestina, a qual caía no outono, pouco tempo depois que as sementes eram lançadas ao solo, o derramamento do Espírito Santo por ocasião do Pentecostes inaugurou a dispensação do Espírito. O cumprimento pleno e final da profecia de Joel corresponde à chuva serôdia, a qual, caindo na primavera amadurecia o grão (Jl 2:23). Semelhantemente, a concessão final do Espírito de Deus deverá acontecer imediatamente antes do segundo advento, depois dos sinais preditos para o Sol, Lua e estrelas (cf. Mt 24:29; Ap 6:12-17; Jl 2:31). Tal como a chuva temporã, essa manifestação final do Espírito amadurecerá a colheita da Terra (Mt 13:30, 39), e “todo aquele que invocar o nome do SENHOR será salvo” (Jl 2:32).

O dom profético na igreja remanescente. Apocalipse 12 mencionados períodos de acentuada perseguição. Durante o primeiro, que se estendeu de 538 a 1798 d.C. (Ap 12:6, 14; ver capítulo 13 deste livro), os crentes leais sofreram intensa perseguição. Uma vez mais, justamente antes do segundo advento, Satanás atacará o restante da semente da mulher, a igreja remanescente que se recusa a abdicar da obediência que presta a Cristo. O Apocalipse caracteriza os crentes leais que constituirão o remanescente como aqueles “que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus” (Ap 12:17).

Que a frase “testemunho de Jesus” se refere ao dom profético, é algo que se estabelece claramente na conversa posterior do anjo com João.⁸

Próximo ao final do livro, o anjo identifica a si mesmo como “conservo teu e dos teus irmãos que mantêm o testemunho de Jesus” (Ap 19:10) e como “conservo teu, dos teus irmãos, os profetas” (Ap 22:9). Essas expressões paralelas deixam claro que são os profetas que possuem o “testemunho de Jesus”.⁹ Isso explica a declaração do anjo, de que “o testemunho de Jesus é o Espírito da Profecia” (Ap 19:10).

Comentando esse texto, James Moffat escreveu: “‘Pois o testemunho de (isto é, sustentado por) Jesus é (ou seja, constitui) o espírito de profecia.’ Isso define especialmente os irmãos que mantêm o testemunho de Jesus na qualidade de possuidores da inspiração profética. O testemunho de Jesus equivale em termos práticos à testificação de Jesus (Ap 22:20). Trata-se da autorrevelação de Jesus (que, de acordo com Ap 1:1, deve-se em última análise a Deus) que moveu os profetas cristãos.”¹⁰

Portanto, a expressão *Espírito de Profecia* pode se referir (1) ao Espírito Santo

que inspirou os profetas com a revelação procedente de Deus, (2) à operação do dom de profecia e (3) ao instrumento da profecia.

O dom profético – o testemunho de Jesus “concedido à igreja por meio da profecia”¹¹ – corresponde a uma característica distintiva da igreja remanescente. Jeremias vinculou a retração desse dom à pecaminosidade. “Onde já não vigora a lei, nem recebem visão alguma do Senhor os seus profetas” (Lm 2:9). O livro de Apocalipse identifica a posse das duas características da igreja verdadeira dos últimos dias: ela guarda os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus – o dom profético (Ap 12:17).

À igreja do Êxodo concedeu Deus o dom profético a fim de organizar, instruir e guiar seu povo (At 7:38). “Mas o SENHOR, por meio dum profeta, fez subir a Israel do Egito e, por um profeta, foi ele guardado” (Os 12:13). Não deve constituir surpresa, portanto, o fato de encontrarmos um profeta no meio do povo que se acha envolvido com o último êxodo – o escape do planeta Terra, poluído pelo pecado, em direção à Canaã celestial. Esse êxodo, que ocorre em seguida ao segundo advento, representa o cumprimento último e completo de Isaías 11:11: “Naquele dia, o Senhor tornará a estender a mão para resgatar o restante do seu povo, que for deixado.”

Auxílio na crise final. As Escrituras declaram que o povo de Deus experimentará nos últimos dias da história terrestre a plenitude da ira do satânico poder do dragão, quando este se envolver em uma tentativa final para destruí-los (Ap 12:17). Será esse um “tempo de angústia, qual nunca houve, desde que houve nação até àquele tempo” (Dn 12:1). A fim de ajudá-los na sobrevivência em meio ao mais intenso conflito de todas as eras, Deus, em sua amorável bondade, assegura a seu povo que não o deixará sozinho. O testemunho de Jesus, o Espírito de Profecia, os guiará em segurança rumo ao objetivo final – a união com o Salvador por ocasião do segundo advento.

A ilustração que se segue mostra o relacionamento entre a Bíblia e as manifestações pós-bíblicas do dom profético. Suponha que estamos a ponto de iniciar uma viagem. O proprietário do barco nos coloca em mãos o manual de instruções, dizendo-nos que o mesmo contém instruções suficientes para toda a viagem, e que, se atendermos aquilo que está escrito no manual, certamente alcançaremos em segurança o porto de nosso destino. Iniciando a viagem, abrimos o manual a fim de aprender o que nele está escrito. Constatamos que o autor registrou ali princípios de aplicação geral para a

nossa orientação, e nos instrui tanto quanto possível analisando as várias contingências que se poderão apresentar até o fim; mas ele também nos adverte de que a última porção da viagem será particularmente perigosa; que o traçado da costa está sempre se modificando em virtude de bancos de areia e tempestades. “Para esta porção final da viagem”, prossegue o autor, “providenciei um piloto, o qual virá ao seu encontro e o orientará completamente no tocante às circunstâncias e perigos dessa porção final da viagem. Atenda suas orientações.” Com base nas instruções que estão em nosso poder, conseguimos chegar à porção final da viagem e o piloto, de acordo com a promessa, aparece. Mas alguns membros da tripulação se erguem contra ele no momento em que ele oferece seus préstimos. “Possuímos o manual original”, dizem eles, “e isso é o suficiente para nós. Nos orientaremos de acordo com ele, e só de acordo com ele. Nada queremos saber de você.” A partir desse momento, quem está realmente seguindo o manual original de instruções? Aqueles que rejeitam o piloto, ou aqueles que o aceitam, seguindo a orientação do manual? Julgue você mesmo.¹²

Os profetas pós-bíblicos e a Bíblia

Foi o dom profético que produziu a própria Bíblia. No período pós-bíblico, ele não deve superar as Escrituras ou acrescentar algo a elas, uma vez que o cânon sagrado já está completo.

O dom profético atuará no tempo do fim assim como atuou nos dias dos apóstolos. Seu objetivo é destacar a Bíblia como base de fé e prática, explicar seus ensinamentos e aplicar seus princípios ao viver diário. Ele se acha envolvido no estabelecimento e edificação da igreja, habilitando-a a desempenhar sua missão divinamente apontada. O dom profético reprovava, adverte, orienta e encoraja tanto indivíduos quanto a igreja, protegendo-os das heresias e unificando-os nas verdades bíblicas.

Os profetas pós-bíblicos atuaram de modo semelhante a Natã, Gade, Asafe, Semaías, Azarias, Eliézer, Aías, Obede, Miriã, Débora, Hulda, Simeão, João Batista, Ágabo, Silas, Ana e as quatro filhas de Filipe, os quais viveram em tempos bíblicos, mas não tiveram seus testemunhos registrados como parte do compêndio bíblico. O mesmo Deus que falou por meio dos profetas que escreveram a Bíblia, inspirou esses profetas e profetisas. Suas mensagens não entraram em contradição com a revelação divina previamente registrada.

Testando o dom profético. Uma vez que a Bíblia adverte de que antes do

retorno de Cristo apareceriam muitos falsos profetas, devemos investigar cuidadosamente todas as reivindicações de manifestação do dom profético. Paulo assim se expressou: “Não desprezeis as profecias. Julgai todas as coisas, retende o que é bom; abstende-vos de toda forma de mal” (1Ts 5:20-22; cf. 1Jo 4:1).

A Bíblia apresenta várias linhas-mestras que nos auxiliarão a distinguir o genuíno dom profético daquele que é espúrio.

1. Porventura harmoniza-se a mensagem com a Bíblia? “À lei e ao testemunho! Se eles não falarem desta maneira, jamais verão a alva” (Is 8:20). Esse texto implica que a mensagem de qualquer profeta deve estar de acordo com a lei e o testemunho de Deus, manifestados ao longo de toda a Bíblia. Um profeta posterior jamais deverá contradizer um profeta anterior. O Santo Espírito jamais contradiz o seu próprio testemunho anteriormente concedido, pois em Deus “não pode existir variação ou sombra de mudança” (Tg 1:17).

2. As predições comprovaram-se verdadeiras? “Se disseres no teu coração: Como conhecerei a palavra que o SENHOR não falou? Sabe que, quando esse profeta falar em nome do SENHOR, e a palavra dele se não cumprir, nem suceder, como profetizou, esta é a palavra que o SENHOR não disse; com soberba, a falou o tal profeta; não tenhas temor dele” (Dt18:21, 22; cf. Jr 28:9). Embora as profecias possam representar uma parcela relativamente pequena da mensagem profética, a sua exatidão deve ser demonstrada.

3. É reconhecida a encarnação de Cristo? “Nisto reconheceis o Espírito de Deus: todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio em carne é de Deus; e todo espírito que não confessa a Jesus não procede de Deus” (1Jo 4:2, 3). Esse teste exige mais que um simples reconhecimento de que Jesus Cristo viveu sobre a Terra. O verdadeiro profeta deve confessar o ensinamento bíblico da encarnação – ele deve crer em sua divindade e preexistência, seu nascimento virginal, sua verdadeira humanidade, vida sem pecado, sacrifício expiatório, ressurreição, ascensão, ministério intercessório e segundo advento.

4. Que tipo de frutos produz o profeta: bons ou maus? A profecia vem pela inspiração de “homens santos de Deus” por parte do Espírito Santo (2Pe 1:21). Podemos discernir os falsos profetas a partir de seus frutos. Ou, conforme explicou Jesus: “Pelos seus frutos os conhecereis. [...] Não pode a árvore boa produzir frutos maus, nem a árvore má produzir frutos bons. Toda árvore que não produz bom fruto é cortada e lançada ao fogo. Assim, pois,

pelos seus frutos os conhecereis” (Mt 7:16, 18-20).

Esse conselho é crucial ao se avaliar a reivindicação do profeta. Em primeiro lugar vem a vida do profeta. Não significa que o profeta deva ser absolutamente perfeito; as Escrituras dizem que Elias foi um homem “semelhante a nós, sujeito aos mesmos sentimentos” (Tg 5:17). Mas a vida do profeta deveria ser caracterizada pelos frutos do Espírito, não pelas obras da carne (Gl 5:19-23).

Em segundo lugar, esse princípio diz respeito à influência do profeta sobre outros. Quais os resultados observáveis na vida daqueles que aceitam as mensagens? Porventura as mensagens do profeta habilitam o povo de Deus para a missão e o unem em sua fé (Ef 4:12-16)?

Toda pessoa que reivindica possuir o dom profético, deve ser submetida a tais testes. Se enfrentar positivamente todos eles, podemos ter a confiança de que efetivamente o Espírito Santo concedeu a ela o dom de profecia.

O Espírito de Profecia na Igreja Adventista do Sétimo Dia

O dom de profecia se manifestou ativamente no ministério de Ellen G. White, cofundadora da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Foi-lhe concedida instrução inspirada da parte de Deus, em favor de seu povo dos últimos dias. O mundo no início do século 19, quando Ellen White começou a apresentar mensagens de Deus, era um mundo do homem. Seu chamado profético a colocou sob escrutínio crítico. Tendo satisfeito os testes bíblicos, ela prosseguiu em seu ministério profético durante 70 anos. Desde 1844, quando contava com apenas 17 anos de idade, até 1915 – ano de sua morte – ela recebeu mais de duas mil visões. Durante esse período, ela viveu e trabalhou na América do Norte, Europa e Austrália, aconselhando, estabelecendo novas frentes de trabalho, pregando e escrevendo.

Ellen White jamais assumiu o título de profetisa, mas não se opunha a que os outros assim a identificassem. Ela explicou: Cedo em minha juventude foi-me perguntado muitas vezes: É você uma profetisa? Sempre tenho respondido: Sou a mensageira do Senhor. Sei que muitos me têm chamado de profetisa, mas jamais reivindiquei esse título. [...] Por que não reivindico ser chamada de profetisa? Porque nestes dias muitos que audaciosamente pretendem ser profetas, representam um opróbrio à causa de Cristo; e porque minha obra inclui muito mais do que o termo “profeta” significa. [...] Reivindicar ser profetisa é algo que jamais fiz. Se outros me chamam por esse

nome, não discuto com eles. Mas a minha obra abrange tantos aspectos, que não posso chamar-me a mim mesma senão uma mensageira.¹³

A aplicação dos testes proféticos. De que modo se comporta o ministério de Ellen White face aos testes bíblicos de um profeta?

1. Concordância com a Bíblia. Sua abundante produção literária inclui dezenas de milhares de textos bíblicos, acompanhados por vezes de detalhadas exposições. Cuidadosos estudos têm demonstrado que seus escritos são coerentes, fidedignos e em total concordância com a Escritura.

2. Exatidão das predições. Os escritos de Ellen White contêm um número relativamente pequeno de predições. Algumas delas estão hoje em processo de cumprimento, enquanto outras ainda aguardam ser cumpridas. Entretanto, aquelas que podem já ser testadas, cumpriram-se com extraordinária precisão. Apresentaremos, a seguir, dois exemplos que demonstram sua visão profética.

a. O surgimento do moderno espiritualismo. Em 1850, quando o espiritualismo – movimento que pretende manter comunicação com o mundo dos espíritos e com os mortos – ainda se encontrava nos primeiros passos, Ellen White identificou-o como um dos grandes enganos dos últimos dias e predisse seu crescimento. Embora naqueles dias o movimento fosse decididamente anticristão, ela previu que a hostilidade se modificaria, e que ele viria a tornar-se respeitável entre os cristãos.¹⁴ Desde aqueles dias, o espiritualismo tem-se estendido a todo o mundo, adquirindo milhões de adeptos. Sua face anticristã modificou-se; efetivamente, muitos deles se identificam como cristãos espiritualistas, reivindicando possuir a verdadeira fé cristã, afirmando ainda que “os espiritualistas são os únicos religiosos que usam os dons prometidos por Cristo, por meio dos quais curam os enfermos e demonstram uma consciência futura e existência progressiva”.¹⁵ Eles até mesmo asseveram que o espiritualismo “concede o conhecimento de todos os grandes sistemas de religião, e ainda concede mais conhecimento da Bíblia cristã do que todos os comentários combinados. A Bíblia é um livro de espiritualismo”.¹⁶

b. Cooperação íntima entre protestantes e católicos romanos. Durante o período de vida de Ellen G. White, existia um abismo entre o protestantismo e o catolicismo romano, o qual parecia impedir qualquer cooperação entre ambos. O anticatolicismo caracterizava os protestantes. Ela profetizou que grandes mudanças no seio do protestantismo conduziriam a um afastamento

da fé proclamada pela Reforma. Consequentemente, as diferenças entre protestantes e católicos se reduziram, conduzindo ao estabelecimento de uma ponte para cobrir o abismo que antes separava a ambos.¹⁷

Os anos posteriores à sua morte têm testemunhado o surgimento do movimento ecumênico, o estabelecimento do Conselho Mundial de Igrejas, o Concílio Vaticano II, e a ignorância ou mesmo decidida rejeição que o protestantismo faz dos pontos de vista da Reforma no tocante à interpretação profética.¹⁸ Essas grandes mudanças têm derribado muitas barreiras até então existentes entre católicos e protestantes, conduzindo a um processo de crescente cooperação.

3. O reconhecimento da encarnação de Cristo. Ellen White escreveu extensamente sobre a vida de Cristo. Seu papel como senhor e salvador, seu sacrifício expiatório na cruz, e seu atual ministério intercessório, representam temas dominantes em sua obra literária. O livro *O Desejado de Todas as Nações* tem sido aclamado como um dos mais espirituais tratados sobre a vida de Cristo, enquanto *Caminho a Cristo* – sua obra mais amplamente difundida – tem conduzido milhões de pessoas a um relacionamento mais íntimo com Ele. Seus livros retratam claramente a Jesus como plenamente Deus e plenamente homem. Sua exposição equilibrada coincide com os pontos de vista bíblicos, evitando de forma cuidadosa a ênfase exagerada quanto a uma ou outra natureza – um problema que causou tanta controvérsia ao longo da história do cristianismo.

Todo o tratamento que ela dá ao ministério de Cristo é de cunho prático. Não importa quais os aspectos de que ela trate, sua preocupação fundamental é conduzir o leitor a um relacionamento mais profundo com o Salvador.

4. A influência de seu ministério. Decorrido mais de um século desde que Ellen White recebeu o dom profético, a igreja e a vida daqueles que atenderam a seus conselhos revelam o impacto de sua vida e de suas mensagens.

“Embora ela jamais tenha ocupado uma posição ou cargo oficial, nem recebido uma ordenação ministerial, e tampouco salário da igreja, a não ser depois da morte do esposo, sua influência moldou a Igreja Adventista do Sétimo Dia mais do que qualquer outro fator, exceto a Santa Bíblia.”¹⁹ Ela representou a força motriz por detrás do estabelecimento das atividades da igreja nos setores de publicações, escolas, obra médico-missionária e o desenvolvimento missionário de extensão mundial, que tornaram a Igreja Adventista do Sétimo Dia uma das organizações missionárias de maior

extensão e mais rápido crescimento.

O material por ela escrito constitui mais de 80 livros, 200 folhetos e panfletos e 4.600 artigos em periódicos. Sermões, diários, testemunhos especiais e cartas compreendem outras 60 mil páginas de material manuscrito.

A abrangência desse material é assombrosa. O conhecimento de Ellen White não se limitava a algumas áreas específicas. O Senhor lhe transmitiu conselho em assuntos como saúde, educação, vida familiar, temperança, evangelismo, ministério de publicações, dieta adequada, obra médica e muitas outras áreas. Talvez os seus escritos no campo da saúde tenham sido os mais extraordinários, uma vez que a iluminação por ela recebida, em parte há mais de um século, tem sido comprovada através da moderna ciência.

Seus escritos focalizam a Cristo Jesus e apresentam os elevados valores morais e éticos da tradição judaico-cristã.

Embora muitos de seus escritos sejam dirigidos à Igreja Adventista do Sétimo Dia, vastas porções dos mesmos têm sido apreciadas pelo público em geral. Seu conhecido livro *Caminho a Cristo* foi traduzido para mais de cem idiomas e vendeu mais de 15 milhões de exemplares. Sua obra mais conhecida é a série em cinco volumes, *O Conflito dos Séculos*, que apresenta em detalhes a grande controvérsia entre Cristo e Satanás, desde a origem do pecado até sua erradicação final do Universo.

O impacto de seus escritos sobre os indivíduos é profundo. Recentemente o Instituto de Ministérios da Igreja da Universidade Andrews, Estados Unidos, empreendeu um estudo comparando as atitudes e comportamento de adventistas que leem regularmente os escritos de Ellen White com os daqueles que não o fazem. Essa pesquisa demonstrou o impacto de seus escritos sobre a vida daqueles que os leem. O estudo chegou à seguinte conclusão: Os leitores possuem um relacionamento mais íntimo com Cristo, mais certeza de sua situação diante de Deus e com maior probabilidade identificam seus dons espirituais. Demonstam-se mais dispostos a gastar em favor do evangelismo público e contribuem de modo mais significativo com os projetos missionários locais. Sentem-se melhor preparados para testemunhar e efetivamente engajam-se mais em pregação e programas comunitários. São mais inclinados a estudar a Bíblia diariamente, a orar em favor das pessoas, a reunir-se em grupos de comunhão e a desenvolver o culto familiar diário. Veem sua igreja com olhos mais positivos. E sentem

responsabilidade por obter maior número de conversos.²⁰

O Espírito de Profecia e a Bíblia. Os escritos de Ellen White não constituem um substituto para a Bíblia. Não podem ser colocados no mesmo nível. As Escrituras Sagradas ocupam posição única, pois são o único padrão pelo qual os seus escritos – ou quaisquer outros – devem ser julgados e ao qual devem estar subordinados.

1. A Bíblia é o padrão supremo. Os adventistas do sétimo dia apoiam plenamente o princípio da Reforma, *sola scriptura*, a Bíblia como seu próprio intérprete e a Bíblia, sozinha, como base de todas as doutrinas. Os fundadores da igreja desenvolveram suas crenças fundamentais por meio do estudo da Bíblia; não receberam tais doutrinas através das visões de Ellen White. Seu principal papel durante o desenvolvimento das doutrinas da igreja foi orientar a compreensão da Bíblia e confirmar as conclusões às quais se chegava pelo estudo da Bíblia.²¹

A própria Ellen White cria e ensinava que a Bíblia representa a norma final da igreja. Em seu primeiro livro, publicado em 1851, ela escreveu: “Recomendo-vos, caro leitor, a Palavra de Deus como regra de vossa fé e prática. Por essa Palavra seremos julgados.”²² Ela jamais modificou esse ponto de vista. Anos mais tarde, tornou a escrever: “Em sua Palavra, Deus conferiu aos homens o conhecimento necessário à salvação. As Santas Escrituras devem ser aceitas como autorizada e infalível revelação de sua vontade. Elas são a norma do caráter, o revelador das doutrinas, a pedra de toque da experiência religiosa.”²³ Em 1909, durante sua última palestra perante uma sessão da Associação Geral da Igreja Adventista do Sétimo Dia, ela abriu sua Bíblia, ergueu-a diante da congregação e disse: “Irmãos e irmãs, recomendo-vos este Livro.”²⁴

Em resposta aos crentes que consideravam seus escritos como uma adição à Bíblia, ela escreveu, dizendo: “Tomei a preciosa Bíblia e circundei-a com os vários *Testemunhos Para a Igreja*, concedidos ao povo de Deus. [...] Não estamos familiarizados com as Escrituras. Se tivéssemos feito da Palavra de Deus objeto de estudo regular, com o desejo de alcançar os padrões bíblicos e de atingir a perfeição cristã, não teria havido necessidade dos *Testemunhos*. É porque negligenciamos nos familiarizar com o Livro inspirado de Deus, que Ele procurou nos alcançar por meio de testemunho simples e direto, chamando a atenção para as palavras da Inspiração que negligenciamos

obedecer, insistindo em que a nossa vida se pautasse de acordo com esses puros e elevados ensinamentos.”²⁵

2. Um guia para a Bíblia. Ela encarou seu trabalho como a condução das pessoas de volta à Bíblia. “Pouca importância é dada à Bíblia”, escreveu ela, e assim “o Senhor concedeu uma luz menor para conduzir homens e mulheres à luz maior.”²⁶ “A Palavra de Deus”, prossegue a autora, “é suficiente para iluminar a mente mais obscurecida e pode ser compreendida por todos aqueles que sentirem o desejo de entendê-la. Apesar de tudo isso, alguns que pretendem estar fazendo da Palavra de Deus o seu objeto de estudo, encontram-se vivendo em direta oposição aos seus mais claros ensinamentos. Consequentemente, para que homens e mulheres fiquem sem escusa, Deus concede testemunhos claros e diretos, fazendo com que essas pessoas retornem à Palavra que haviam negligenciado em seguir.”²⁷

3. Um guia na compreensão da Bíblia. Ellen White considerava seus escritos como um guia para a compreensão mais clara da Bíblia. “Não são apresentadas verdades novas; por meio dos *Testemunhos*, porém, Deus simplificou as grandes verdades já concedidas e segundo a forma por Ele mesmo escolhida, trouxe-as perante o povo, visando despertá-los e impressionar suas mentes, a fim de que todos eles fiquem sem escusa.” “Os testemunhos escritos não são concedidos a fim de prover nova luz, mas para imprimir vividamente sobre o coração as verdades da inspiração já anteriormente reveladas.”²⁸

4. Um guia para aplicar princípios bíblicos. Muitos de seus escritos aplicam os conselhos bíblicos ao viver diário. Ellen White disse que ela foi “orientada a apresentar princípios gerais, e ao mesmo tempo especificar os perigos, erros e pecados de alguns indivíduos, a fim de que todos pudessem ser advertidos, reprovados e aconselhados”. Cristo havia prometido semelhante orientação profética a Sua igreja. A própria Ellen White observou: “O fato de que Deus revelou sua vontade aos homens por meio de sua Palavra, não tornou desnecessária a contínua presença e direção do Espírito Santo. Ao contrário, o Espírito foi prometido por nosso Salvador para aclarar a Palavra a seus servos, para iluminar e aplicar os seus ensinamentos.”²⁹

O desafio ao crente. O livro de Apocalipse profetiza que o “testemunho de Jesus” haveria de manifestar-se por meio do “espírito de profecia” nos últimos dias da história terrestre. Isso representa um desafio a todos, no sentido de não assumir uma atitude de indiferença ou descrença, mas a

“provar todas as coisas” e “reter o que é bom”. Existe muito a ganhar – ou perder – face à atitude com a qual assumirmos essa investigação bíblicamente ordenada. Josafá exortou no passado: “Crede no Senhor vosso Deus, e estareis seguros; crede nos seus profetas e prosperareis” (2Cr 20:20). Essas palavras soam perfeitamente verdadeiras ainda nos dias de hoje.

¹ Itálicos supridos.

² No tocante a exemplos bíblicos de profetizas, ver Êx 15:20; Jz 4:4; 2Rs 22:14; Lc 2:36; At 21:9.

³ Frank B. Holbrook, “The Biblical Basis for a Modern Prophet”, p. 1 (Documento não publicado, Ellen G. White Estate, General Conference of Seventh-day Adventists, 6840 Eastern Ave. NW, Washington, D.C. 20012). Cf. Jemison, *A Prophet Among You* (Mountain View: Pacific Press, 1955), p. 52-55.

⁴ Ver Holbrook, “Modern Prophet”, p. 3-5.

⁵ Infelizmente não existe registro disponível daquilo que ocorreu ao longo de toda a era cristã.

⁶ Gerhard Friedrich, “Prophets and Prophecies in the New Testament”, em *Theological Dictionary of the New Testament*, v. 6, p. 859.

⁷ Cf. Friedrich, p. 860, 861.

⁸ A expressão “testemunho de Jesus” é melhor compreendida como genitivo subjetivo, não como genitivo objetivo. “Duas traduções são possíveis: (a) o testemunho *acerca de* ou *concernente* a Jesus (genitivo objetivo) = aquilo que os cristãos testemunham a respeito de Jesus; (b) o testemunho *de* ou *dado por* Jesus (genitivo subjetivo) = mensagens de Jesus a sua igreja. As evidências providas pelo uso dessa expressão no livro de Apocalipse sugerem que ela deva ser entendida como genitivo subjetivo (testemunho dado por Jesus), e que este testemunho é concedido por meio da revelação profética” (Holbrook, “Modern Prophet”, p. 7).

Como uma das evidências, Holbrook cita Apocalipse 1:1 e 2: “‘*Revelação de Jesus Cristo, que Deus lhe deu para mostrar aos seus servos as coisas que em breve devem acontecer, e que Ele, enviando por intermédio do seu anjo, notificou ao seu servo João, o qual atestou a palavra de Deus e o testemunho de Jesus Cristo, quanto a tudo o que viu.*’ No presente contexto, está claro que o ‘testemunho de Jesus’ representa a revelação feita *por Jesus* a João. João registra esse testemunho *dado por Jesus*. Ambas as expressões do genitivo encontram melhor sentido quando, no contexto, são consideradas como subjetivas; harmonizam-se, também, com as palavras de encerramento do livro: ‘Aquele que dá testemunho destas coisas diz: Certamente venho sem demora’ (Ap 22:20)” (ibid., p. 7, 8).

⁹ Ver *CBASD*, v. 7, p. 899; T. H. Blincoe, “The Prophets Were Until John”, *Ministry*, suplemento de julho de 1977, p. 24L; Holbrook, “Modern Prophet”, p. 8.

¹⁰ James Moffatt, em *Expositor’s Greek Testament*, edição de W. Robertson Nicoll, v. 5, p. 465.

¹¹ “Spirit of Prophecy”, *SDA Encyclopedia*, edição revista, p. 1412. Disse Paulo que aqueles que esperam pelo segundo advento têm o testemunho de Cristo confirmado, de modo que não lhes falta nenhum dom (1Co 1:6, 7).

¹² Uriah Smith, “Do We Discard the Bible by Endorsing the Visions?”, *Review and Herald*, 1º de dezembro de 1977, p. 13.

¹³ E. G. White, “A Messenger”, *Review and Herald*, 26 de julho de 1906, p. 8. O título “mensageira do Senhor” foi dado pela inspiração (ibid.).

¹⁴ E. G. White, *Primeiros Escritos*, p. 59.

¹⁵ J. M. Peebles, “The Word Spiritualism Misunderstood”, em *Centennial Book of Modern Spiritualism in America* (Chicago: Associação Nacional Espiritualista dos Estados Unidos, 1948), p. 34.

¹⁶ B. F. Austin, “A Few Helpful Thoughts”, *Centennial Book of Modern Spiritualism*, p. 44.

¹⁷ E. G. White, *O Grande Conflito*, p. 571, 588 (edição padronizada).

¹⁸ No tocante à visão historicista das profecias de Daniel e Apocalipse que dominaram no seio do protestantismo desde a Reforma até o século 19, ver Froom, *Prophetic Faith of Our Fathers*, v. 2-4. Ver também o capítulo 13.

¹⁹ Richard Hammill, “Spiritual Gifts in the Church Today”, *Ministry*, julho de 1982, p. 17.

²⁰ Roger L. Dudley e Des Cummings Jr., “A Comparison of the Christian Attitudes and Behaviors Between Those Adventist Church Members Who Regularly Read Ellen White Books and Those Who Do Not”, 1982, p. 41, 42. Relatório de pesquisa do Departamento de Ministérios da Igreja, Universidade Andrews, Berrien Springs, MI. A

pesquisa abrangeu mais de 8.200 membros, componentes de 193 igrejas nos Estados Unidos.

²¹ Jemison, *A Prophet Among You*, p. 208-210; Froom, *Movement of Destiny* (Washington, DC: Review and Herald, 1971), p. 91-132; Damsteegt, *Foundations of the Seventh-day Adventist Message and Mission*, p. 103-293.

²² E. G. White, *Primeiros Escritos*, p. 78.

²³ E. G. White, *O Grande Conflito*, p. 9 (edição padronizada).

²⁴ William A. Spicer, *The Spirit of Prophecy in the Advent Movement* (Washington, DC: Review and Herald, 1937), p. 30.

²⁵ E. G. White, *Testemunhos Para a Igreja*, v. 5, p. 664, 665.

²⁶ E. G. White, “An Open Letter”, *Review and Herald*, 20 de janeiro de 1903, p. 15; citado em E. G. White, *O Colportor-Evangelista*, p. 125.

²⁷ E. G. White, *Testemunhos Para a Igreja*, v. 5, p. 663.

²⁸ *Ibid.*, p. 665.

²⁹ *Ibid.*, p. 660.



A DOCTRINA DA VIDA CRISTÃ

A LEI DE DEUS



Os grandes princípios da lei de Deus são incorporados nos dez mandamentos e exemplificados na vida de Cristo.

Expressam o amor, a vontade e os propósitos de Deus acerca da conduta e das relações humanas, e são obrigatórios a todas as pessoas, em todas as épocas. Esses preceitos constituem a base do concerto de Deus com seu povo e a norma no julgamento de Deus. Por meio da atuação do Espírito Santo, eles apontam para o pecado e despertam o senso da necessidade de um salvador. A salvação é inteiramente pela graça, e não pelas obras, e seu fruto é a obediência aos mandamentos. Essa obediência desenvolve o caráter cristão e resulta em uma sensação de bem-estar. É evidência de nosso amor ao Senhor e de nossa solicitude pelos seres humanos. A obediência da fé demonstra o poder de Cristo para transformar vidas e fortalece, portanto, o testemunho cristão.

Todos os olhares se fixam na montanha. Seu pico acha-se coberto com uma espessa nuvem que, escurecendo gradativamente a visão, estende-se para baixo até que toda ela se encontra envolta em mistério. Relâmpagos rasgam a escuridão, enquanto trovões ecoam e tornam a ecoar. “Todo o monte Sinai fumegava, porque o SENHOR descera sobre ele em fogo; a sua fumaça subiu como fumaça de uma fornalha, e todo o monte tremia grandemente. E o clangor da trombeta ia aumentando cada vez mais” (Êx 19:18, 19). Tão poderosa foi essa manifestação majestosa da presença de Deus, que todo o Israel tremeu.

Repentinamente os trovões e a trombeta cessaram, deixando no ar um soleníssimo silêncio. Depois, Deus falou de entre a espessa nuvem que o envolvia enquanto permanecia sobre a montanha. Movido por profundo amor

a seu povo, Ele proclamou os dez mandamentos. Moisés disse: “O SENHOR veio do Sinai [...] e veio das míriades de santos; à sua direita, havia para eles o fogo da lei. Na verdade, amas os povos; todos os teus santos estão na tua mão; eles se colocam a teus pés e aprendem das tuas palavras” (Dt 33:2, 3).

Ao conceder sua lei no monte Sinai, Deus não apenas revelou a si mesmo como a majestosa e suprema autoridade do universo. Ele também se revelou como o redentor de seu povo (Êx 20:2). Pelo fato de ser o salvador, Ele não apenas chamou a Israel mas a toda a humanidade (Ec 12:13) à obediência a esses breves, abrangentes e autorizados preceitos que abrangem todos os deveres da humanidade em relação a Deus e em relação uns com os outros.

E Deus falou:

“Não terás outros deuses diante de mim.

“Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem em baixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não as adorarás, nem lhes darás culto; porque Eu sou o SENHOR, teu Deus, Deus zeloso, que visito a iniquidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem e faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos.

“Não tomarás o nome do SENHOR, teu Deus, em vão, porque o SENHOR não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão.

“Lembra-te do dia de sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do SENHOR, teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro; porque, em seis dias, fez o SENHOR os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia descansou; por isso, o SENHOR abençoou o dia de sábado e o santificou.

“Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o SENHOR, teu Deus, te dá.

“Não matarás.

“Não adulterarás.

“Não furtarás.

“Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.

“Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo” (Êx 20:3-17).

A natureza da lei

Na qualidade de reflexo do caráter de Deus, os dez mandamentos são de natureza moral, espiritual, abrangente e contêm princípios universais.

Reflexo do caráter do Legislador. As Escrituras veem os atributos de Deus em sua lei. Tal como Deus, “a lei do SENHOR é perfeita” e o “testemunho do SENHOR é fiel” (Sl 19:7). “A lei é santa; e o mandamento, santo, e justo, e bom” (Rm 7:12). “Todos os teus mandamentos são verdade. Quanto às tuas prescrições, há muito sei que as estabeleceste para sempre” (Sl 119:151, 152). Efetivamente, “todos os teus mandamentos são justiça” (Sl 119:172).

Uma lei moral. Os dez mandamentos apresentam o padrão divino de conduta para a humanidade. Eles definem nosso relacionamento com o Criador e Redentor, bem como nossos deveres para com os semelhantes. As Escrituras identificam a transgressão da lei como pecado (1Jo 3:4).

Uma lei espiritual. “A lei é espiritual” (Rm 7:14). Portanto, somente aqueles que são espirituais e revelam os frutos do Espírito, é que podem obedecer a lei (Jo 15:4; Gl 5:22, 23). É o Espírito de Deus que nos fortalece para a obediência (At 1:8; Sl 51:10-12). Ao permanecer em Cristo, recebemos o poder necessário para produzir os frutos de sua glória (Jo 15:5).

As leis humanas abrangem apenas atos públicos. Mas os dez mandamentos são “ilimitados” (Sl 119:96), alcançando os nossos mais secretos pensamentos, desejos e emoções, tais como o ciúme, inveja, lascívia e ambição. Durante o Sermão da Montanha, Jesus enfatizou essa dimensão espiritual da lei, demonstrando que a transgressão começa no coração (Mt 5:21, 22, 27, 28; Mc 7:21-23).

Uma lei positiva. O decálogo é mais do que simplesmente uma série de proibições; ele contém princípios de longo alcance. Não somente se aplica a coisas que não deveríamos fazer, mas igualmente àquilo que deveríamos praticar. Não apenas devemos nos restringir da prática de atos maus e de maus pensamentos; devemos aprender a como utilizar para o bem os talentos que Deus nos outorgou. Desse modo, toda injunção negativa possui uma dimensão positiva.

Por exemplo: o sexto mandamento, “Não matarás”, possui seu lado positivo, “Promoverás a vida”. “É desejo de Deus que seus seguidores promovam o bem-estar e a felicidade de todos aqueles que estiverem dentro de sua esfera de influência. Em um sentido profundo, a comissão evangélica

– as boas-novas da salvação e vida eterna por meio de Jesus Cristo – repousa sobre o princípio positivo presente no sexto preceito.”¹

Portanto, “a lei dos dez mandamentos não deve ser considerada tanto do lado proibitivo, como do lado da misericórdia. Suas proibições são a segura garantia de felicidade na obediência. Recebida em Cristo, ela opera em nós a purificação do caráter que nos trará alegria através dos séculos da eternidade. Para os obedientes é ela um muro de proteção. Contemplamos nela a bondade de Deus que, revelando aos homens os imutáveis princípios da justiça, procura resguardá-los dos males que resultam da transgressão”.²

Uma lei simples. Os dez mandamentos são amplos em sua abrangência. Tão breves que até mesmo uma criança pode facilmente memorizá-los, mas ainda assim são tão amplos que abrangem a qualquer pecado possível.

“Não existe mistério na lei de Deus. Todos podem compreender as grandes verdades que ela encerra. O intelecto mais débil pode apreender essas regras; o mais ignorante pode reger a vida, e formar o caráter, de acordo com a norma divina.”³

Uma lei de princípios. Os dez mandamentos representam um resumo de todos os princípios corretos, aplicáveis a toda a humanidade em todos os tempos. Dizem as Escrituras: “Teme a Deus e guarda os seus mandamentos; porque isto é o dever de todo homem” (Ec 12:13).

O decálogo – as dez palavras, ou dez mandamentos (Êx 34:28) – consiste de duas partes, indicadas pelas duas tábuas sobre as quais Deus escreveu sua lei (Dt 4:13). Os quatro primeiros mandamentos regulamentam nossos deveres para com o Criador e Redentor, ao passo que os seis últimos orientam os deveres para com as demais pessoas.⁴

Essa divisão em duas porções deriva dos dois grandes princípios de amor sobre os quais opera o reino de Deus: “Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todas as tuas forças e de todo o teu entendimento; e: amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Lc 10:27; cf. Dt 6:4, 5; Lv 19:18). Aqueles que vivem esses princípios se acharão em plena harmonia com os dez mandamentos, uma vez que os mandamentos expressam com mais detalhes esses mesmos princípios.

O primeiro mandamento orienta quanto à adoração exclusiva ao único Deus verdadeiro. O segundo proíbe a idolatria.⁵ O terceiro proíbe a irreverência e o perjúrio que envolve a invocação do nome divino. O quarto requer a observância do sábado e identifica o verdadeiro Deus como o criador dos

céus e da Terra.

O quinto mandamento requer que os filhos se submetam a seus pais, sendo eles os agentes divinamente indicados para transmitir sua vontade revelada às sucessivas gerações (Dt 4:6-9; 6:1-7). O sexto protege a vida, considerando-a sagrada. O sétimo estimula a pureza e protege a relação matrimonial. O oitavo protege a propriedade. O nono preserva a verdade e proscree o perjúrio.

Finalmente, o décimo atinge as raízes de todo relacionamento humano ao proibir a cobiça daquilo que aos outros pertence.⁶

Uma lei singular. Os dez mandamentos trazem consigo a distinção singular de ser as únicas palavras que Deus falou audivelmente a toda uma nação (Dt 5:22). Deus não confiou sua lei à desatenta mente humana, que facilmente esquece as coisas, mas gravou-a com seu próprio dedo em tábuas de pedra, de modo que elas pudessem ser preservadas no interior da arca, no tabernáculo (Êx 31:18; Dt 10:2).

Tendo em vista ajudar os israelitas na aplicação dos mandamentos, Deus lhes outorgou leis adicionais, as quais detalhavam o relacionamento que eles deveriam manter com Ele e uns com os outros. Algumas dessas leis adicionais focalizavam os assuntos civis de Israel (leis civis), outras regulamentavam as cerimônias dos serviços do santuário (leis cerimoniais). Deus comunicou essas leis adicionais ao povo, por um intermediário, Moisés, o qual as escreveu no livro da lei e o colocou “ao lado da arca da aliança” (Dt 31:26) – não no interior da arca, conforme ele fizera com a suprema revelação de Deus, o decálogo. Essas leis adicionais se tornaram conhecidas como “o Livro da Lei de Moisés” (Js 8:31; Ne 8:1; 2Cr 25:4), ou simplesmente como “Lei de Moisés” (2Rs 23:25; 2Cr 23:18).⁷

Uma lei deleitosa. A lei de Deus constitui inspiração para a alma. Disse o salmista: “Quanto amo a tua lei! É a minha meditação, todo o dia!” “Amo os teus mandamentos mais do que o ouro, mais do que ouro refinado.” Mesmo quando “sobre mim vieram tribulação e angústia”, prosseguiu ele, “os teus mandamentos [foram] o meu prazer” (Sl 119:97, 127, 143). Para aqueles que amam a Deus, “os seus mandamentos não são penosos” (1Jo 5:3). Transgressores são aqueles que consideram a lei como um jugo pesado, uma vez que a mente pecaminosa “não está sujeita à lei de Deus, nem mesmo pode estar” (Rm 8:7).

O propósito da lei

Deus concedeu sua lei a fim de prover abundantes bênçãos a seu povo, e para conduzi-los a um relacionamento salvador com Ele. Observe os seguintes propósitos específicos:

Ela revela a vontade de Deus para a humanidade. Na qualidade de expressão do caráter e do amor de Deus, os dez mandamentos revelam sua vontade e propósito para a humanidade. Demandam obediência perfeita, “pois qualquer que guarda toda a lei, mas tropeça em um só ponto, se torna culpado de todos” (Tg 2:10). Obediência à lei, sendo esta a regra de vida, é vital para nossa salvação. O próprio Cristo explicou por quê: “Se queres, porém, entrar na vida, guarda os mandamentos” (Mt 19:17). Essa obediência somente é possível por intermédio do poder que o Espírito Santo, habitando no íntimo do ser, torna disponível.

Ela é a base do concerto divino. Moisés escreveu os dez mandamentos, junto com outras leis explanatórias, em uma obra chamada “livro do concerto” – ou da “aliança” (Êx 20:1-24:8).⁸ Mais tarde, ele identificou os dez mandamentos como “as tábuas do concerto”, indicando sua importância como base do concerto eterno (Dt 9:9; cf. 4:13. Para informações adicionais acerca dos concertos, ver capítulo 7 deste livro).

Ela funciona como padrão de julgamento. Tal como Deus, seus “mandamentos são justiça” (Sl 119:172). Portanto, a lei estabelece o padrão de justiça. Cada um de nós será julgado por esses retos princípios, e não por nossa consciência. Dizem as Escrituras: “Teme a Deus e guarda os seus mandamentos [...] porque Deus há de trazer a juízo todas as obras, até as que estão escondidas, quer sejam boas, quer sejam más” (Ec 12:13, 14; cf. Tg 2:12).

A consciência humana é instável. A consciência de alguns é “fraca”, enquanto a de outros é “corrompida”, “má” ou “cauterizada” (1Co 8:7, 12; Tt 1:15; Hb 10:22; 1Tm 4:2). Tal como um relógio, não importa quão bem ele trabalhe, deve a consciência ser “aferida” de acordo com algum padrão, para que ela possa ser de algum valor. Nossa consciência nos diz que devemos proceder de modo correto, mas não nos diz o que é correto. Somente a consciência aferida de acordo com o grande padrão divino – sua lei – pode evitar que mergulhemos em pecado.⁹

Ela aponta o pecado. Sem os dez mandamentos as pessoas não podem ver claramente a santidade de Deus, nem sua própria culpa ou a necessidade de

experimentar o arrependimento.

Quando as pessoas não sabem que estão violando a lei de Deus, não se apercebem de sua condição de perdidas ou a necessidade do sangue expiatório de Cristo.

Tendo em vista ajudar as pessoas a verem sua verdadeira condição, a lei funciona como uma espécie de espelho (Tg 1:23-25). Aqueles que “olham” a seu próprio caráter defeituoso em contraste com a justiça do caráter de Deus, compreendem que a lei revela que todas as pessoas são culpadas diante de Deus (Rm 3:19), e que todas são plenamente responsáveis perante Ele.

“Pela lei vem o pleno conhecimento do pecado” (Rm 3:20), já que “pecado é a transgressão da lei” (1Jo 3:4). Efetivamente, diz Paulo, “eu não teria conhecido o pecado, senão por intermédio da lei” (Rm 7:7). Ao convencer os pecadores de suas culpas, ela os ajuda a compreender que estão condenados sob o julgamento da ira de Deus e que estão diante da penalidade de morte eterna. A lei provoca neles, portanto, um senso de completo desamparo.

Ela é um agente de conversão. A lei de Deus é o instrumento que o Santo Espírito utiliza para nos levar à conversão. “A lei do SENHOR é perfeita e restaura a alma” (Sl 19:7). Quando, depois de ver nosso verdadeiro caráter, compreendemos que somos pecadores, que estamos condenados à morte e sem esperança, sentimos a necessidade de um Salvador. Neste ponto, as boas-novas do evangelho se tornam cheias de significado. Assim, pois, a lei nos indica a Cristo, o único que nos pode ajudar a escapar de nossa desesperada condição.¹⁰ Foi nesse sentido que Paulo se referiu tanto à lei moral quanto à lei cerimonial como sendo um tutor ou “aio”, cujo objetivo é “nos conduzir a Cristo, a fim de que [sejamos] justificados por fé” (Gl 3:24).¹¹

Ao mesmo tempo que a lei revela nosso pecado, ela jamais será capaz de nos salvar. Da mesma forma como a água é o elemento necessário para lavar as faces sujas, assim, depois de nos contemplarmos no espelho da lei moral de Deus, tendo descoberto nossa necessidade de limpeza, correremos à fonte que se encontra aberta “para remover o pecado e a impureza” (Zc 13:1), onde somos purificados pelo “sangue do Cordeiro” (Ap 7:14). Temos de contemplar a Cristo. O pecador tem de “olhar para seu Salvador, o portador dos pecados. E ao ser-lhe revelado Cristo na cruz do Calvário, morrendo sob o peso dos pecados de todo o mundo, o Espírito Santo lhe mostra a atitude de Deus para com todos os que se arrependem de suas transgressões”.¹² Nesse momento, a esperança extravasa de nosso coração e em fé nos dirigimos a

nosso Salvador, que por sua vez nos estende o dom da vida eterna (Jo 3:16).

Ela provê genuína liberdade. Cristo disse que “todo o que comete pecado é escravo do pecado” (Jo 8:34). Quando transgredimos a lei de Deus, não nos achamos em liberdade; a obediência aos dez mandamentos, esta sim, nos assegura verdadeira liberdade. Viver dentro dos limites estabelecidos pela lei de Deus significa liberdade do pecado. Significa também liberdade diante daquilo que acompanha o pecado – contínuo aborrecimento, consciência ferida, crescente culpa e remorso, que minam as forças vitais de nossa vida. Disse o salmista: “Andarei em verdadeira liberdade, pois tenho buscado os teus preceitos” (Sl 119:45, Nova Versão Internacional). Tiago se referiu ao decálogo como a “lei perfeita, lei da liberdade” (Tg 2:8; 1:25).

Para que pudéssemos receber essa liberdade, Jesus nos convidou a que fôssemos até Ele com todos os nossos fardos de pecado. Ele nos oferece o seu jugo, que é suave (Mt 11:29, 30). O jugo é um instrumento de serviço. Ao dividir as cargas, o jugo torna mais fácil a execução das tarefas. Cristo se oferece para ser jungido a nós. O jugo é a própria lei. “A grande lei de amor revelada no Éden, proclamada no Sinai, e, no novo concerto, escrita no coração, é o que liga o obreiro humano à vontade de Deus.”¹³ Quando somos colocados sob o jugo com Cristo, é Ele quem suporta o fardo pesado e torna possível a obediência. Ele nos capacita a empreender com êxito o que antes era impossível. Dessa forma, a lei, escrita em nosso coração, torna-se nosso deleite e gozo. Somos livres porque *desejamos* fazer o que Ele nos ordena.

Se a lei é apresentada sem o poder salvador de Cristo, não há qualquer libertação do pecado. Mas a graça salvadora de Deus, que de nenhuma forma invalida a lei, traz o poder que nos liberta do pecado, pois “onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade” (2Co 3:17).

Ela restringe o mal e traz bênçãos. O aumento de crimes, violência, imoralidade e maldade que inunda a Terra, resultou do desprezo que os homens votaram ao decálogo. Sempre que a lei é aceita, restringe o pecado, promove ações corretas e se torna o meio para estabelecer a justiça. Nações que incorporaram os princípios dessa lei a suas leis nacionais, experimentaram grande bênção. Por outro lado, o abandono desses princípios sempre trouxe consigo decidido declínio.

Nos tempos do Antigo Testamento, Deus muitas vezes abençoou nações e indivíduos em proporção à obediência destes à sua lei. Dizem as Escrituras: “A justiça exalta as nações” e “com justiça se estabelece o trono” (Pv 14:34;

16:12). Aqueles que se recusavam a obedecer os mandamentos de Deus encontravam calamidades (Sl 89:31, 32). “A maldição do SENHOR habita na casa do perverso, porém a morada dos justos Ele abençoa” (Pv 3:33; cf. Lv 26; Dt 28). O mesmo princípio geral continua válido nos dias de hoje.¹⁴

A perpetuidade da lei

Uma vez que a lei moral dos dez mandamentos é um reflexo do caráter de Deus, seus princípios não podem ser temporários ou situacionais; antes, são absolutos, imutáveis e permanentemente válidos para a humanidade. Os cristãos, ao longo dos séculos, têm afirmado com segurança e perpetuidade da lei de Deus, reafirmando decididamente a sua contínua validade.¹⁵

A lei antes do Sinai. A lei existia muito antes que Deus outorgasse o decálogo a Israel. Se assim não fosse, não teria existido pecado antes do Sinai, uma vez que o “pecado é a transgressão da lei” (1Jo 3:4). O fato de que Lúcifer e seus anjos pecaram revela que a lei se achava presente mesmo antes da criação (2Pe 2:4).

Quando Deus criou Adão e Eva a sua imagem, implantou em sua mente os princípios morais de sua lei, fazendo com que para eles a obediência a sua vontade parecesse algo natural. A transgressão de nossos primeiros pais introduziu o pecado na família humana (Rm 5:12).

Mais tarde, Deus disse de Abraão que ele “obedeceu a minha palavra e guardou [...] os meus estatutos e as minhas leis” (Gn 26:5). Moisés, por sua vez, ensinou os estatutos e leis de Deus antes do Sinai (Êx 16; 18:16). O estudo do livro de Gênesis mostra que os dez mandamentos eram perfeitamente conhecidos antes do Sinai. Esse livro torna claro que as pessoas compreendiam, antes de Deus conceder o decálogo, que os atos ali proibidos eram maus.¹⁶ Essa compreensão generalizada da lei moral mostra que Deus certamente havia concedido à humanidade o conhecimento dos dez mandamentos.

A lei no Sinai. Durante o longo período de escravidão no Egito, uma nação que não reconhecia o verdadeiro Deus (Êx 5:2), os israelitas viveram em meio à idolatria e corrupção. Como consequência, perderam muito de sua compreensão da pureza, santidade e princípios morais de Deus. Sua condição de escravos lhes dificultava a adoração.

Em resposta ao seu desesperado clamor por libertação, Deus lhes fez recordar o concerto que estabelecera com Abraão, e determinou-se a livrar

seu povo da “fornalha de ferro” (Dt 4:20), conduzindo-os a uma terra onde eles poderiam guardar os preceitos e observar as leis de Deus (Sl 105:43-45).

Após a libertação do Egito, o Senhor os conduziu ao monte Sinai, a fim de lhes dar a lei moral que representa o padrão de seu governo, e as leis cerimoniais que haveriam de lhes ensinar a verdade da salvação por intermédio do sacrifício expiatório do Salvador. Portanto, no Sinai Deus lhes outorgou a lei diretamente, em termos simples e claros, “por causa das transgressões” (Gl 3:19), “a fim de que, pelo mandamento [o pecado], se mostrasse sobremaneira maligno” (Rm 7:13). Somente pelo fato de a lei de Deus haver sido colocada em forte destaque é que poderiam os israelitas se tornar cômnicos de suas transgressões, perceber seu estado de desamparo e vislumbrar a necessidade de salvação.

A lei antes do retorno de Cristo. A Bíblia revela que a lei de Deus representa o objeto dos ataques satânicos, e que sua guerra contra ela alcançará o clímax justamente antes do segundo advento. As profecias indicam que Satanás levará a maior parte das pessoas a desobedecerem a Deus (Apoc.12:9). Operando por meio do poder da “besta”, ela dirigirá a atenção do povo para a besta, desviando-a de Deus (Ap 13:3; para maiores detalhes no tocante a estas profecias, ver capítulo 13 deste livro).

1. A lei sob ataque. Daniel 7 retrata esse mesmo poder sob a forma de um chifre pequeno. Esse capítulo fala de quatro grandes bestas, as quais, mesmo desde os tempos de Cristo, têm sido identificadas pelos comentaristas como os impérios de Babilônia, Medo-Pérsia, Grécia e Roma. Os dez chifres da quarta besta representam as divisões do Império Romano por ocasião de sua derrocada (467 d.C.).¹⁷

A visão de Daniel centraliza-se em um chifre pequeno, um poder terrível e blasfemo que se ergueu entre os dez chifres, o que representava o surgimento de um pavoroso poder a partir da desintegração do Império Romano. Esse poder tentaria modificar a lei de Deus (Dn 7:25) e persistiria até o retorno de Cristo (ver capítulo 20 deste livro). O ataque previsto é, por si só, uma evidência de que a lei continuaria sendo significativa dentro do plano da salvação. A visão finaliza mediante a segurança concedida ao povo de Deus, de que esse poder não prosperaria em tentar eliminar a lei, uma vez que o juízo determinaria a destruição do chifre pequeno (Dn 7:11, 26-28).

2. Os santos defendem a lei. Obediência é a característica dos santos que aguardam o segundo advento. No conflito final, eles se debatem para erguer

diante do mundo a lei de Deus. As Escrituras descrevem esses santos nos seguintes termos: eles “guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus” (Ap 12:17; 14:12) e aguardam pacientemente o breve retorno de Cristo.

Em preparação ao segundo advento, essas pessoas proclamam o evangelho, conclamando outras à adoração do Senhor como Criador (Ap 14:6, 7). Aqueles que adoram a Deus em amor, obedecerão a Ele. João mencionou: “Este é o amor de Deus: que guardemos os seus mandamentos; ora, os seus mandamentos não são penosos” (1Jo 5:3).

3. O julgamento divino e a lei. O juízo divino, manifestado por meio das sete últimas pragas que caem sobre os desobedientes, originase do templo do “tabernáculo do testemunho” no Céu (Ap 15:5). Israel estava bem familiarizado com a frase tabernáculo do testemunho; ela designava o tabernáculo erigido por Moisés (Nm 1:50, 53; 17:8; 18:2). Era assim chamado porque o tabernáculo abrigava a “arca do testemunho” (Êx 31:18). Assim, os dez mandamentos eram o “testemunho” – pois testemunhavam perante a humanidade daquilo que constituía a vontade divina (Êx 34:28, 29).

Mas Apocalipse 15:5 se refere ao “santuário do tabernáculo do testemunho” no Céu. O tabernáculo de Moisés era apenas uma cópia do santuário celestial (Êx 25:8, 40; cf. Hb 8:1-5); o grande original da lei dos dez mandamentos é conservado no santuário celestial. O fato de que o julgamento final se acha intimamente relacionado com a transgressão da lei de Deus, adiciona evidências da perpetuidade dos dez mandamentos.

O livro de Apocalipse também retrata a abertura do templo celestial, o que faz com que apareça “a arca da aliança” (Ap 11:19). A expressão *arca da aliança* designava a arca do santuário terrestre, dentro da qual se encontravam “as palavras da aliança, os dez mandamentos” (Êx 34:27; cf. Nm 10:33; Dt 9:9). A arca do concerto no santuário celestial é a arca original que contém as palavras do concerto eterno – o decálogo original. Assim, torna-se claro que o tempo do juízo final de Deus sobre o mundo (Ap 11:18) está relacionado com a abertura do templo celestial, e seu respectivo focalizar da arca e dos dez mandamentos; trata-se, efetivamente, de uma figura apropriada da magnificação da lei de Deus como padrão de julgamento.

A lei e o evangelho

Salvação é um dom que vem pela graça, por meio da fé, e não depende das

obras da lei (Ef 2:8). “Não por obras de justiça praticadas por nós, nem por qualquer esforço que nos recomende, nem por boas obras – não importa se muitas ou poucas – pode o pecador ser de alguma forma justificado (Tt 3:5; Rm 3:20).”¹⁸

Ao longo de toda a Escritura existe perfeita harmonia entre a lei e o evangelho, cada um deles confirmando o outro.

A lei e o evangelho antes do Sinai. Quando Adão e Eva pecaram, ficaram sabendo o que significavam a culpa, o temor e a necessidade (Gn 3:10). Deus respondeu a suas necessidades não por meio da anulação da lei que os condenava; ao contrário, ofereceu-lhes o evangelho que os restauraria à comunhão e obediência relacionadas com Ele.

O evangelho consistia da promessa de redenção por meio de um salvador, o Descendente da mulher, que apareceria em alguma ocasião futura e triunfaria sobre o mal (Gn 3:15). O sistema de sacrifícios que Deus os instruiu a praticar, lhes ensinaria uma importante verdade a respeito da expiação: o perdão poderia ser conseguido tão somente mediante o derramamento de sangue – ou seja, através da morte do Salvador. Ao crerem que o animal simbolizava a morte expiatória do Salvador em favor deles, foi-lhes possível obter o perdão dos pecados.¹⁹ Foram salvos pela graça.

Essa promessa de evangelho representava o centro do eterno concerto de graça oferecido por Deus à humanidade (Gn 12:1-3; 15:4, 5; 17:1-9). Achava-se ela intimamente relacionada com a obediência à lei de Deus (Gn 18:18, 19; 26:4, 5). O fiador do concerto divino era o Filho de Deus que, na qualidade de ponto focal do evangelho, representava o “Cordeiro de Deus que foi morto desde a fundação do mundo” (Ap 13:8). Desse modo, a graça de Deus começou a operar tão logo Adão e Eva pecaram. Disse Davi: “A misericórdia do Senhor é de eternidade a eternidade, sobre os que o temem. [...] para com os que guardam a sua aliança e para com os que se lembram dos seus preceitos e os cumprem” (Sl 103:17, 18).

A lei e o evangelho no Sinai. Existe íntima relação entre o decálogo e o evangelho. O preâmbulo da lei, por exemplo, refere-se a Deus como o redentor (Êx 20:1). Após a proclamação dos dez mandamentos, Deus instruiu os israelitas a erigirem um altar e começarem a oferecer os sacrifícios que lhes haveriam de revelar a sua graça redentora.

Foi no monte Sinai que Deus deu a Moisés grande parte das leis cerimoniais relacionadas com a construção do santuário, no qual Deus

habitaria em meio a seu povo e com eles se encontraria, compartilhando suas bênçãos e perdoadando os seus pecados (Êx 24:9-31:18). Essa ampliação dos sacrifícios simples que haviam sido praticados antes do Sinai, antecipava a obra mediatória de Cristo pela redenção dos pecadores e a vindicação da autoridade e santidade da lei de Deus.

O lugar de habitação de Deus seria o lugar santíssimo do santuário terrestre, sobre o propiciatório que cobria a arca – dentro da qual se achavam os dez mandamentos. Cada aspecto dos serviços do santuário simbolizava o Salvador. As sangrentas vítimas apontavam para sua morte expiatória, a qual redimiria a raça humana da condenação da lei (ver capítulos 4 e 9 deste livro).

Ao mesmo tempo em que o decálogo foi colocado dentro da arca, as leis cerimoniais, junto com as leis civis outorgadas por Deus, foram escritas no “Livro da Lei” e colocadas ao lado da arca do concerto como “testemunhas contra” o povo (Dt 31:26). Sempre que pecassem, essa “testemunha” condenava suas ações e provia instruções detalhadas para a reconciliação com Deus. Do Sinai até a morte de Cristo, os transgressores do decálogo encontravam esperança, perdão e purificação pela fé no evangelho retratado nos serviços do santuário, desempenhados por meio da lei cerimonial.

A lei e o evangelho depois da cruz. Conforme muitos cristãos têm percebido, a Bíblia indica que – enquanto a morte de Cristo aboliu a lei cerimonial – essa mesma morte afirmou a contínua validade da lei moral.²⁰ Observe as evidências:

1. A lei cerimonial. Quando Cristo morreu, cumpriu os simbolismos proféticos do sistema sacrificial. O tipo encontrou o antítipo, e as leis cerimoniais chegaram ao fim. Séculos antes, Daniel havia predito que a morte do Messias faria “cessar o sacrifício e a oferta de manjares” (Dn 9:27; ver capítulo 4 deste livro). Na morte de Cristo, o véu do templo foi rasgado de alto a baixo, em duas partes, por meios sobrenaturais (Mt 27:51), indicando o fim do significado espiritual dos serviços do templo.

Embora as leis cerimoniais desempenhassem papel vital antes da morte de Cristo, eram deficientes sob vários aspectos, representando apenas a “sombra dos bens vindouros” (Hb 10:1). Serviram a um propósito temporário e foram concedidas ao povo de Deus até a vinda do “tempo oportuno de reforma” (Hb 9:10; cf. Gl 3:19) – até o tempo em que Cristo morreu na qualidade de verdadeiro Cordeiro de Deus.

Na morte de Cristo, a vigência da lei cerimonial chegou ao fim. Seu sacrifício expiatório providenciou perdão para todos os pecados. Esse ato cancelou “o escrito de dívida, que era contra nós e que constava de ordenanças, o qual nos era prejudicial, removeu-o inteiramente, encravando-o na cruz” (Cl 2:14; cf. Dt 31:26). Não mais era necessário executar as elaboradas cerimônias que, de todos os modos, não eram capazes de remover pecados ou purificar consciências (Hb 10:4; 9:9, 14). Não mais deveria haver preocupação com as leis cerimoniais, com seus complexos requisitos no tocante a manjares e bebidas, celebração de vários festivais (Páscoa, Pentecostes, etc.), luas novas, ou sábados cerimoniais (Cl 2:16; cf. Hb 9:10), pois todas essas coisas eram apenas “sombra das coisas que haviam de vir” (Cl 2:17).²¹

Com a morte de Jesus, os crentes já não tinham qualquer necessidade de lidar com sombras – essas apontavam à realidade de Cristo. Agora podiam se aproximar diretamente do Salvador em pessoa, porque “o corpo é de Cristo” (Cl 2:17).

Do modo como foram interpretadas pelos judeus, as leis cerimoniais se tornaram uma barreira entre eles e as demais nações. Haviam-se constituído em grande obstáculo à missão que lhes fora atribuída, de se constituírem na luz que iluminaria o mundo com a glória de Deus. A morte de Cristo aboliu essa “lei de mandamentos que continha ordenanças”, derrubando o “muro de separação” existente entre gentios e judeus, e criando assim uma nova família de crentes, reconciliados em “um só corpo com Deus, por intermédio da cruz” (Ef 2:14-16).

2. O decálogo e a cruz. Ao mesmo tempo em que a morte de Cristo fez cessar a autoridade da lei cerimonial, ela estabeleceu a autoridade dos dez mandamentos. Cristo removeu a maldição da lei, libertando assim os crentes de sua condenação. O ato de Ele assim proceder, contudo, não significou que a lei foi abolida, autorizando-nos a violar os seus princípios. O abundante testemunho das Escrituras com relação à perpetuidade da lei refuta semelhante ponto de vista.

Calvino observou apropriadamente que “não devemos imaginar que a vinda de Cristo nos libertou da autoridade da lei, pois ela é a regra eterna de toda vida devota e santa e deve, portanto, ser tão imutável quanto a justiça de Deus”.²²

Paulo descreve o relacionamento existente entre a obediência e o evangelho

da graça salvadora. Ao chamar os crentes para a santidade de vida, ele os desafia a se apresentarem “a Deus, como instrumentos de justiça. Porque o pecado não terá domínio sobre vós; pois não estais debaixo da lei e sim da graça” (Rm 6:13, 14). Assim, os cristãos não observam a lei a fim de obter a salvação – aqueles que tentarem esse esquema conseguirão tão somente tornar-se escravos do pecado. “Enquanto a pessoa está sob a lei, ela também permanece sob o domínio do pecado, pois a lei não a pode salvar nem da condenação nem do poder do pecado. Todavia, os que se estão debaixo da graça recebem não só a libertação da condenação (Rm 8:1), como também o poder para vencer (Rm 6:14). Assim, o pecado não tem domínio sobre eles dali em diante.”²³

Paulo acrescenta: “Porque o fim da lei é Cristo, para justiça de todo aquele que crê” (Rm 10:4). Portanto, todo aquele que crê em Cristo compreende que Ele é o fim da lei como meio de obtenção de justiça. De nós próprios somos pecadores, mas em Jesus Cristo somos feitos justos, por meio de sua justiça imputada.²⁴

O fato de estarem os crentes sob a graça, não lhes dá o direito de permanecer “no pecado, para que seja a graça mais abundante” (Rm 6:1). Ao contrário, a graça provê o poder que torna possível a obediência e a vitória sobre o pecado. “Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (Rm 8:1).

A morte de Cristo exaltou a lei, evidenciando sua autoridade universal. Se o decálogo pudesse ser alterado, Ele não precisaria haver morrido. Uma vez, porém, que a lei é absoluta e imutável, a morte era requerida como cumprimento da penalidade imposta. Essa exigência foi plenamente satisfeita pela morte de Cristo na cruz, tornando disponível a vida eterna a todos aqueles que aceitam seu extraordinário sacrifício.

Obediência à lei

As pessoas não conseguem obter a salvação como resultado de seus méritos manifestados em obras. A obediência é o fruto da salvação em Cristo. Por meio dessa extraordinária graça, especialmente revelada na cruz, Deus libertou seu povo da penalidade e da maldição do pecado. Embora sejam eles pecadores, Cristo ofereceu sua vida a fim de lhes prover o dom da vida eterna. O abundante amor de Deus faz despertar no pecador arrependido um tipo de resposta que se manifesta em amorável obediência por meio do poder

da graça tão abundantemente derramada. Os crentes que compreenderem o valor atribuído por Cristo à lei e as bênçãos resultantes da obediência, serão fortemente motivados a desenvolver vida cristã efetiva.

Cristo e a lei. Cristo tinha na mais alta consideração os dez mandamentos. Na qualidade de grande EU SOU, foi Ele próprio quem proclamou a lei moral do Pai no monte Sinai (Jo 8:58; Êx 3:14; ver capítulo 4 deste livro). Uma parcela de sua missão na Terra foi “engrandecer a lei e fazê-la gloriosa” (Is 42:21). Um texto do Antigo Testamento, que o Novo Testamento aplica a Cristo, mostra muito bem qual a atitude de Cristo face à lei: “Agrada-me fazer a tua vontade, ó Deus meu; dentro em meu coração, está a tua lei” (Sl 40:8; cf. Hb 10:5, 7).

Seu evangelho produziu uma fé que sustentou firmemente a validade do decálogo. Paulo escreveu: “Anulamos, pois, a lei pela fé? Não, de maneira nenhuma! Antes, confirmamos a lei” (Rm 3:31).

Comprendemos assim que Cristo veio não apenas redimir o ser humano, como também vindicar a autoridade e santidade da lei de Deus, apresentando sua magnificência e glória perante as pessoas e oferecendo o exemplo de correto relacionamento com ela. Na qualidade de seus seguidores, devem os cristãos igualmente magnificar a lei de Deus em sua vida. Tendo Ele próprio vivido uma existência de amável obediência, Cristo insistiu em que seus seguidores deveriam observar os mandamentos. Quando lhe foi perguntado no tocante aos requisitos para entrar na vida eterna, Ele respondeu: “Se queres, porém, entrar na vida, guarda os mandamentos” (Mt 19:17). Ele advertiu igualmente contra a violação desse princípio: “Nem todo o que me diz: Senhor, Senhor! entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai, que está nos céus.” Aos transgressores da lei será recusada a admissão no reino celestial (Mt 7:21-23).

O próprio Cristo cumpriu a lei, não por destruí-la, mas por viver obedientemente. Ele nos faz lembrar: “Porque em verdade vos digo: Até que o céu e a terra passem, nem um *i* ou um *til* jamais passará da lei, até que tudo se cumpra” (Mt 5:18). Cristo enfatizou fortemente que o grande objeto da lei de Deus deve ser sempre conservado em mente: amar o Senhor nosso Deus de todo o coração, alma e entendimento, e ao nosso próximo como a nós mesmos (Mt 22:37, 38). Contudo, Ele não queria que os seus seguidores amassem uns aos outros do modo como o mundo interpreta o termo *amor* – de modo egoísta ou sentimental. A fim de explicar a que tipo de amor fazia

referência, Cristo deu aos discípulos um “novo mandamento” (Jo 13:34). Esse novo mandamento não deveria ocupar o lugar do decálogo, mas prover os crentes com “um exemplo daquilo que realmente é o amor altruísta, amor tal como jamais havia sido testemunhado sobre a Terra. Nesse sentido, seu mandamento poderia ser descrito como novo. Ele não apenas lhes ordenou: ‘Que vos ameis uns aos outros’, mas ‘que vos ameis uns aos outros, assim como Eu vos amei’ (Jo 15:12). Estritamente falando, temos aqui simplesmente mais uma evidência de como Cristo magnificou o amor de seu Pai.”²⁵

A obediência revela tal espécie de amor. Jesus disse: “Se me amais, guardareis os meus mandamentos” (Jo 14:15). “Se guardardes os meus mandamentos, permanecereis no meu amor; assim como também Eu tenho guardado os mandamentos de meu Pai e no seu amor permaneço” (Jo 15:10). Semelhantemente, se amarmos o povo de Deus, amaremos a Deus e guardaremos “os seus mandamentos” (1Jo 2:3).

Somente se permanecermos em Cristo nos será possível prestar obediência de coração. Jesus deixou claro este ponto: “Como não pode o ramo produzir fruto de si mesmo se não permanecer na videira, assim, nem vós o podeis dar, se não permanecerdes em mim. [...] Quem permanece em mim, e Eu, nele, esse dá muito fruto; porque sem mim nada podeis fazer” (Jo 15:4, 5). Para permanecer em Cristo temos de ser crucificados com Ele e experimentar aquilo de que Paulo escreveu: “Já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim” (Gl 2:20). Em relação aos que se acham nessa condição, pode Cristo cumprir as promessas de seu novo concerto: “Na sua mente imprimirei as minhas leis, também sobre o seu coração as inscreverei; e Eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo” (Hb 8:10).

Bênçãos da obediência. A obediência desenvolve caracteres cristãos e produz um senso de bem-estar, fazendo com que os crentes cresçam como “crianças recém-nascidas” e sejam transformados à imagem de Deus (1Pe 2:2; 2Co 3:18). Essa transformação de pecadores em filhos de Deus, testemunha da efetividade do poder de Cristo.

As Escrituras declaram “bem-aventurados” todos os que “andam na lei do SENHOR” (Sl 119:1), cujo “prazer está na lei do SENHOR” e que “na sua lei” meditam “de dia e de noite” (Sl 1:2). As bênçãos da obediência são muitas: (1) iluminação e sabedoria (Sl 119:98, 99); (2) paz (Sl 119:165; Is 48:18); (3) justiça (Dt 6:25; Is 48:18); (4) vida moral pura (Pv 7:1-5); (5) conhecimento

da verdade (Jo 7:17); (6) proteção face a enfermidade (Êx 15:26); (7) longevidade (Pv 3:1, 2; 4:10, 22); e (8) a certeza de que as orações da pessoa serão atendidas (1Jo 3:22; cf. Sl 66:18).

Convidando-nos à obediência, Deus promete abundantes bênçãos (Lv 26:3-10; Dt 28:1-12). Quando respondemos positivamente, tornamo-nos seu “especial tesouro” – um “reino de sacerdotes e nação santa” (Êx 19:5, 6; cf. 1Pe 2:5, 9), elevados “sobre todas as nações da terra”, colocados “por cabeça e não por cauda” (Dt 28:1, 13).

¹ Holbrook, “What God’s Law Means to Me”, *Adventist Review*, 15 de janeiro de 1987, p. 16.

² E. G. White, *Mensagens Escolhidas*, v. 1, p. 235.

³ *Ibid.*, p. 218.

⁴ Cf. The Westminster Confession of Faith, 1647 d.C., capítulo XIX, em Philip Schaff, *The Creeds of Christendom*, v. 3, p. 640, 644.

⁵ Ver Taylor G. Bunch, *The Ten Commandments* (Washington, DC: Review and Herald, 1944), p. 35, 36.

⁶ “Ten Commandments”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 1.106.

⁷ A lei de Moisés pode também se referir à divisão do Antigo Testamento chamada Pentateuco – os cinco primeiros livros da Bíblia (Lc 24:44; At 28:23).

⁸ Incluídas no livro do concerto achavam-se certas leis civis e regulamentos cerimoniais. Os preceitos civis não representavam adições ao decálogo, mas apenas aplicações específicas daqueles princípios abrangentes. Os preceitos cerimoniais simbolizam o evangelho ao prover os meios da graça para os pecadores. Portanto, é o decálogo que domina o concerto. Cf. Jr 7:21-23; Francis D. Nichol, *Answers to Objections* (Washington, DC: Review and Herald, 1952), p. 62-68.

⁹ Arnold V. Wallenkampf, “Is Conscience a Safe Guide?”, *Review and Herald*, 11 de abril de 1983, p. 6.

¹⁰ Alguns têm interpretado a afirmação de Paulo, “porque o fim da lei é Cristo, para justiça de todo aquele que crê”, como significando que o fim ou propósito da lei é nos conduzir ao ponto em que podemos perceber nossa pecaminosidade e assim nos dirigirmos a Cristo para obter perdão e, pela fé, recebermos a sua justiça. (Esse uso da palavra “fim” [do grego *telos*] também é encontrado em 1Ts 1:5; Tg 5:11; 1Pe 1:9). Ver também a nota 23.

¹¹ Cf. *CBASD*, v. 6, p. 1063; E. G. White, *Mensagens Escolhidas*, v. 1, p. 233. A lei cerimonial representava também um aio que conduzia o indivíduo a Cristo por diferentes meios. Os serviços do santuário, com suas ofertas sacrificais, apontavam aos pecadores o perdão de pecados que o sangue do vindouro Cordeiro de Deus, Jesus Cristo, haveria de prover, levando-os, portanto, à compreensão da graça do evangelho. Era seu desígnio desenvolver amor pela lei de Deus enquanto as ofertas sacrificais deveriam constituir dramática ilustração do amor de Deus em Cristo.

¹² E. G. White, *Mensagens Escolhidas*, v. 1, p. 213.

¹³ E. G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 329.

¹⁴ Cf. E. G. White, *Educação*, p. 173-184.

¹⁵ As confissões de fé históricas que sustentam a sua validade são The Waldensean Catechism, c. 1500 d.C.; Luther’s Small Catechism, 1529 d.C.; the Anglican Catechism, 1549 e 1662 d.C.; the Scottish Confession of Faith, 1560 d.C. (Reformada); the Heidelberg Catechism, 1563 d.C. (Reformada); the Second Helvetic Confession, 1566 d.C. (Reformada); the Thirty-nine Articles of Faith, 1571 d.C. (Igreja da Inglaterra); the Formula of Concord, 1576 d.C. (Luterana); the Irish Articles of Faith, 1615 d.C. (Irish Episcopal Church); the Westminster Confession of Faith, 1647 d.C.; the Westminster Shorter Catechism, 1647 d.C.; the Confession of the Waldenses, 1655 d.C.; the Savoy Declaration 1658 d.C. (Congregacional); the Confession of the Society of Friends, 1675 d.C. (Quakers); the Philadelphia Confession, 1688 d.C. (Batista); the Twenty-five Articles of Religion, 1784 d.C. (Metodista); the New Hampshire Conference, 1833 d.C. (Batista); the Longer Catechism of the Orthodox, Catholic, Eastern Church, 1839 d.C. (Greek-Russian Church), conforme citados em *Creeds of Christendom*, edição de Philip Schaff (Grand Rapids: Baker, 1983), v. 1-3.

¹⁶ No tocante a referências para o primeiro e segundo mandamentos, ver Gn 35:1-4; quanto ao quarto, Gn 2:1-3; quanto ao quinto, Gn 18:29; quanto ao sexto, Gn 4:8-11; quanto ao sétimo, Gn 39:7-9; 19:1-10; quanto ao oitavo, Gn 44:8; quanto ao nono, Gn 12:11-20; 20:1-10; e quanto ao décimo, Gn 27.

¹⁷ Froom, *Prophetic Faith of Our Fathers*, v. 1, p. 456, 894; v. 2, p. 528, 784; v. 3, p. 252, 744; v. 4, p. 392, 846.

¹⁸ *Questions on Doctrine*, p. 142.

¹⁹ Caim e Abel achavam-se plenamente familiarizados com o sistema sacrificial (Gn 4:3-5; Hb 11:4). É muito provável que Adão e Eva tenham obtido suas primeiras vestes (Gn 3:21) da pele dos animais sacrificados como propiciação pelos seus pecados.

²⁰ Ver, por exemplo, as seguintes confissões de fé históricas: The Westminster Confession of Faith, The Irish Articles of Religion, The Savoy Declaration, The Philadelphia Confession e The Methodist Articles of Religion.

²¹ Cf. *CBASD*, v. 6, p. 200; E. G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 365.

²² Calvino, *Commenting on a Harmony of the Evangelists*, tradução de William Pringle (Grand Rapids: Eerdmans, 1949), v. 1, p. 277.

²³ *CBASD*, v. 6, p. 594, 595.

²⁴ Outros têm interpretado Cristo como sendo o fim da lei no sentido de ser Cristo o alvo ou o objetivo da lei (cf. Gl 3:24), ou o cumprimento da lei (cf. Mt 5:17). Entretanto, o ponto de vista de que Cristo é o término da lei como meio de salvação (cf. Rm 6:14) parece preencher melhor o contexto de Rm 10:4. “Paulo contrasta o caminho da justiça de Deus pela fé com a tentativa humana de obter a justiça pela lei. A mensagem do evangelho é que Cristo é o fim da lei como forma de justiça a todo aquele que tem fé” (*CBASD*, v. 6, p. 655). Cf. E. G. White, *Mensagens Escolhidas*, v. 1, p. 394.

²⁵ Nichol, *Answers to Objections*, p. 100, 101.

O SÁBADO



O gracioso Criador, após os seis dias da criação, descansou no sétimo dia e instituiu o sábado para todas as pessoas como memorial da criação. O quarto mandamento da imutável lei de Deus requer a observância deste sábado do sétimo dia como dia de descanso, adoração e ministério, em harmonia com o ensino e prática de Jesus, o Senhor do sábado. O sábado é um dia de deleitosa comunhão com Deus e uns com os outros. É um símbolo de nossa redenção em Cristo, um sinal de nossa santificação, uma prova de nossa lealdade e um antegozo de nosso futuro eterno no reino de Deus. O sábado é o sinal perpétuo do eterno concerto de Deus com seu povo. A prazerosa observância deste tempo sagrado de uma tarde a outra tarde, do pôr do sol ao pôr do sol, é uma celebração dos atos criadores e redentores de Deus.

Junto com Deus, Adão e Eva exploraram seu lar no paraíso. O cenário era empolgante, além de qualquer descrição. À medida que o Sol declinava lentamente na sexta-feira, e as estrelas começavam a aparecer, “viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom” (Gn 1:31). Assim Deus concluiu a sua criação dos “céus e a Terra, e todo o seu exército” (Gn 2:1).

Contudo, por mais belo que fosse o mundo recém-concluído, o maior dom que o Criador poderia conceder ao jovem par era o privilégio de manter relacionamento pessoal com Ele. Assim Ele lhes concedeu o sábado, dia de bênçãos, companheirismo e comunhão especiais com o Criador.

O Sábado ao longo da Bíblia

O sábado ocupa lugar central em nossa adoração a Deus. Sendo o memorial da criação, revela as razões pelas quais Deus deve ser adorado: Ele é o Criador, e nós suas criaturas. “O sábado, portanto, representa a própria base

da adoração divina, pois ensina essa grande verdade do modo mais impressionante, como nenhuma outra instituição o faz. A verdadeira base de toda adoração a Deus, não apenas aquela praticada no sétimo dia, senão toda a adoração, encontra-se na distinção entre o Criador e suas criaturas. Esse grandioso fato jamais se poderá tornar obsoleto, nem deve jamais ser esquecido.”¹ Foi para conservar essa verdade para sempre diante da raça humana que Deus instituiu o sábado.

O sábado na criação. O sábado teve sua origem em um mundo sem pecado. É um dom especial de Deus, que habilita a raça humana a experimentar aqui na Terra a realidade do Céu. Três atos divinos distintos estabeleceram o sábado:

1. Deus descansou no sábado. No sétimo dia, Deus “descansou, e tomou alento” (Êx 31:17), embora não houvesse repousado face à necessidade de fazê-lo (Is 40:28). O verbo *descansar*, *shabbath*, significa literalmente “cessar os labores ou atividades” (cf. Gn 8:22). “O descanso de Deus não foi resultado nem de exaustão nem de fadiga, mas uma cessação de sua ocupação prévia.”²

Deus descansou porque era sua intenção que o homem descansasse; Ele deixou um exemplo que deveria ser observado pelos seres humanos (Êx 20:11).

Se Deus finalizou sua obra no sexto dia (Gn 2:1), o que querem dizer as Escrituras ao afirmar que Ele “findou a sua obra” no sétimo dia (Gn 2:2)? Ele havia terminado a criação dos céus e da Terra nos seis primeiros dias, mas ainda tinha de criar o sábado. Foi ao descansar durante esse dia que Deus o estabeleceu. O sábado representou o toque final de sua obra criadora.

2. Deus abençoou o sábado. Deus não apenas fez o sábado, como também o abençoou. “A bênção sobre o sétimo dia subentendia que, dessa forma, ele era declarado como objeto especial do favor divino e um dia que traria bênçãos a suas criaturas.”³

3. Deus santificou o sábado. Santificar significa tornar algo sagrado ou santo, separado como algo santo e destinado a uso sagrado; consagrado. Pessoas, lugares (tais como um santuário, templo ou igreja) e tempo (dias santos) podem ser santificados. O fato de que Deus santificou o sétimo dia significa que esse dia é santo, que Ele o separou para o amorável propósito de enriquecer o relacionamento divino-humano.

Deus abençoou e santificou o sétimo dia *pelo fato* de haver nesse dia cessado todas as suas obras. Ele o abençoou e santificou para a humanidade, não para

si próprio. É a sua presença pessoal que traz bênção e santificação ao sábado.

O sábado no Sinai. Os eventos que se seguiram à saída dos israelitas do Egito, mostram que eles haviam, em grande medida, perdido de vista o sábado. As rigorosas exigências da escravidão devem ter tornado muito difícil a observância do sábado. Pouco tempo depois que adquiriram a liberdade, Deus lhes fez recordar incisivamente, por meio do milagre do maná e da proclamação dos dez mandamentos, sua obrigação quanto à observância do sábado do sétimo dia.

1. O sábado e o maná. Um mês antes de proclamar sua lei no Sinai, Deus prometeu ao povo proteção contra as enfermidades, se dedicassem atenção diligente “aos seus mandamentos, e [...] os seus estatutos” (Êx 15:26; cf. Gn 26:5). Logo depois de fazer essa promessa, Deus lembrou aos israelitas a santidade do sábado. Por meio do milagre do maná, lhes ensinou em termos concretos quão importante era a sua vista o descanso no sétimo dia.

Durante todos os dias da semana, Deus enviava aos israelitas uma quantidade de maná suficiente para atender às necessidades cotidianas. Não deveriam tentar armazenar nenhuma quantidade do produto para o dia seguinte, pois estragaria se o fizessem (Êx 16:4, 16-19). No sexto dia, porém, deveriam eles colher em dobro, de modo que houvesse o suficiente para atender as suas necessidades naquele dia e no seguinte, o sábado. Ensinando assim que o sexto dia era um dia de preparação, e também sobre a forma de observar o sábado, Deus disse: “Amanhã é repouso, o santo sábado do SENHOR; o que quiserdes cozer no forno, cozei-o, e o que quiserdes cozer em água cozei-o em água; e tudo o que sobrar separai, guardando para a manhã seguinte” (Êx 16:23). Somente para o sétimo dia poderia o maná ser guardado sem se deteriorar (Êx 16:24). Em linguagem similar àquela do quarto mandamento, Moisés disse: “Seis dias o colherás, mas o sétimo dia é o sábado; nele, não haverá” (Êx 16:26).

Durante quarenta anos, ou mais de dois mil sábados consecutivos em que os israelitas estiveram no deserto, o milagre do maná os fez recordar esse esquema de seis dias de trabalho e um de descanso.

2. O sábado e a lei. Deus posicionou o mandamento do sábado no centro do decálogo. Eis o texto do mandamento:

“Lembra-te do dia de sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do SENHOR, teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo,

nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro; porque, em seis dias, fez o SENHOR os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia descansou; por isso, o SENHOR abençoou o dia de sábado e o santificou” (Êx 20:8-11).

Todos os mandamentos do decálogo são vitais, e nenhum deles deve ser negligenciado (Tg 2:10), mas ainda assim Deus distinguiu o mandamento do sábado dentre todos os demais. Com relação a ele, Deus ordenou: “Lembra-te”, alertando a humanidade para o perigo de se perder de vista a sua importância.

As palavras com as quais o mandamento começa – “Lembra-te do dia de sábado para o santificar” – mostram que o sábado não foi instituído pela primeira vez no Sinai. Essas palavras indicam que ele fora estabelecido antes – efetivamente, o foi na criação, conforme o próprio mandamento revela. Deus tencionava que observássemos o sábado como o seu memorial da criação. O mandamento define o tempo de repouso e adoração, dirigindo-nos à contemplação de Deus e de suas obras.

Como memorial da criação, a observância do sábado representa um antídoto contra a idolatria. Ao lembrar-nos que Deus criou os céus e a terra, transparece claramente a distinção entre Deus e todos os falsos deuses. A guarda do sábado torna-se, pois, um sinal de nossa fidelidade ao verdadeiro Criador – um sinal de que reconhecemos sua soberania como criador e rei.

O mandamento do sábado funciona como o selo da lei de Deus.⁴ Em geral, o selo contém estes três elementos: o nome do dono do selo, seu título e a jurisdição de seus domínios. Selos oficiais são utilizados para validar documentos de grande importância. O documento assume a autoridade do oficial a quem pertence o selo utilizado. O selo implica que o próprio oficial aprovou a legislação e que toda a autoridade de seu cargo se encontra por detrás do documento.

Entre os dez mandamentos, é o mandamento do sábado que contém os elementos vitais do selo. É o único dentre os dez que identifica o Deus verdadeiro ao declarar o seu nome: “o SENHOR, teu Deus”; o Seu título: “Aquele que fez, o Criador”; e seu território: “os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há” (Êx 20:10, 11). Uma vez que apenas o quarto mandamento mostra sob a autoridade de quem foram concedidos os dez mandamentos, é esse mandamento aquele que contém o “selo de Deus”, colocado sobre a sua lei como evidência de sua autenticidade e vigência da mesma.⁵

Efetivamente, Deus fez do sábado “uma lembrança ou sinal de seu poder e autoridade em um mundo não poluído pelo pecado e pela rebelião. Deveria constituir uma instituição de perpétua obrigação pessoal, imposta pela admoestação: ‘Lembra-te do dia de sábado para o santificar’ (Êx 20:8)”.⁶

Esse mandamento divide a semana em duas partes. Deus concedeu à humanidade seis dias para “trabalhar e fazer toda a tua obra”, mas o sétimo dia deveria ser mantido livre de “qualquer trabalho” (Êx 20:9, 10). “Seis dias”, diz o mandamento, “são dias de trabalho, mas o sétimo dia é dia de descanso. O fato de o sétimo dia ser unicamente o dia de descanso de Deus está evidente nas palavras introdutórias do mandamento: ‘Lembra-te do dia de sábado [descanso], para o santificar’.”⁷

Embora os seres humanos requeiram descanso físico para restaurar o corpo, Deus baseia sua exigência de que descansemos durante o sábado, em seu próprio exemplo. Assim como Ele descansou de suas atividades executadas na primeira semana deste mundo, assim devemos nós repousar.

3. O sábado e o concerto. Assim como a lei de Deus ocupava posição central no concerto (Êx 34:27), assim o sábado, posicionado no próprio coração da lei, ocupa lugar proeminente em seu concerto. Deus declarou que o sábado seria um “sinal entre mim e eles, para que soubessem que Eu sou o SENHOR que os santifica” (Ez 20:12; cf. Ez 20:20; Êx 31:17). Portanto, disse Ele, a guarda do sábado é um “concerto perpétuo” (Êx 31:16). “Da mesma forma como o concerto está baseado no amor de Deus por seu povo (Dt 7:7, 8), assim o sábado, como sinal do concerto, representa um símbolo do amor divino.”⁸

4. Os sábados anuais. Em adição aos sábados semanais (Lv 23:3), existiam sete sábados anuais, cerimoniais, distribuídos ao longo do calendário religioso israelita. Esses sábados da antiguidade não se achavam diretamente vinculados ao sábado do sétimo dia ou ao ciclo semanal. Tais sábados, “além dos sábados do SENHOR” (Lv 23:38), eram o primeiro e o último dia da Festa dos Pães Asmos, o Dia de Pentecostes, a Festa das Trombetas, o Dia da Expição, e o primeiro e último dias da Festa dos Tabernáculos (cf. Lv 23:7, 8, 21, 24, 25, 27, 28, 35, 36).

Pelo fato de a contagem desses sábados depender do início do ano religioso, que por sua vez se baseava no calendário lunar, eles podiam corresponder a qualquer dia da semana. Quando coincidiam com o sábado semanal, eram chamados de “grandes dias” (cf. Jo 19:31). “Ao passo que o sábado semanal

fora instituído no final da semana da criação para toda a humanidade, os sábados anuais constituíam parte integral do sistema judaico de ritos e cerimônias, instituído no monte Sinai [...] os quais apontavam para a futura vinda do Messias, e cuja observância terminou com a sua morte na cruz.”⁹

O sábado e Cristo. As Escrituras revelam que, tão verdadeiramente quanto o Pai, Cristo foi o Criador (1Co 8:6; Hb 1:1, 2; Jo 1:3). Assim, foi Ele quem separou o sétimo dia para o descanso da humanidade.

Jesus associou o sábado com sua obra redentora, assim como o fizera com sua obra criadora. Na qualidade de grande EU SOU (Jo 8:58; cf. Êx 3:14), Ele incorporou o sábado ao decálogo para enfatizar a lembrança do encontro semanal de adoração com o Criador. E Ele acrescentou outra razão para a observância do sábado: a redenção de seu povo (Dt 5:14, 15). Desse modo, o sábado assinala aqueles que aceitaram a Jesus como criador e salvador.

O duplo papel de Cristo, como criador e redentor, torna óbvia a razão pela qual Ele reivindicou, como Filho do homem, ser também o “Senhor do sábado” (Mc 2:28). Com tal autoridade, Ele poderia ter descartado o sábado se quisesse fazê-lo, mas não foi isso que aconteceu. Ao contrário, aplicou o dia sagrado a toda a humanidade, dizendo: “O sábado foi estabelecido por causa do homem” (v. 27).

Durante todo o seu ministério terrestre, Jesus exemplificou diante de nós a fiel observância do sábado. Era “seu costume” adorar no sábado (Lc 4:16). Sua participação nos serviços sabáticos revela o endosso que Ele ofereceu a esse dia como dia de adoração.

Tão grande era a preocupação de Cristo no tocante à santidade do sábado, que ao falar a respeito da perseguição que ocorreria após sua ascensão, aconselhou os discípulos a esse respeito. Disse: “Orai para que a vossa fuga não se dê no inverno, nem no sábado” (Mt 24:20). Isso implicava claramente, conforme observou Jonathan Edwards, “que mesmo então os cristãos ainda estariam sob a obrigação da estrita observância do sábado”.¹⁰

Quando Cristo completou sua obra de criação – seu primeiro grande ato na história deste mundo – descansou no sétimo dia. Esse descanso significou acabamento e realização. Ele fez praticamente o mesmo no final de seu ministério terrestre, quando empreendeu seu segundo grande ato na história do mundo. Na tarde de sexta-feira, o sexto dia da semana, Cristo encerrou sua obra redentiva sobre a terra. Suas últimas palavras foram: “Está consumado!” (Jo 19:30). As Escrituras enfatizam que ao Ele morrer, “era o dia da

preparação, e começava o sábado” (Lc 23:54). Em seguida a sua morte, repousou no túmulo, simbolizando isto que Ele havia consumado a obra de redenção da raça humana.¹¹

Então, o sábado testifica tanto da obra criadora quanto da obra redentora de Cristo. Observando-o, seus seguidores se regozijam com Ele em virtude de suas realizações em favor da humanidade.¹²

O sábado e os apóstolos. Os discípulos respeitavam grandemente o sábado. Isso se tornou evidente por ocasião da morte de Cristo. Ao chegar o sábado, interromperam os preparativos do sepultamento e “no sábado, descansaram, segundo o mandamento”, pretendendo prosseguir com seus afazeres no domingo, o “primeiro dia da semana” (Lc 23:56; 24:1).

Assim como Cristo fizera, os discípulos adoraram no sábado do sétimo dia. Em suas viagens evangelísticas, Paulo frequentava as sinagogas no dia de sábado e pregava a Cristo (At 13:14; 17:1, 2; 18:4). Mesmo os gentios o convidavam para pregar a palavra de Deus no sábado (At 13:42, 44). Nas localidades em que não havia sinagoga, ele procurava um lugar adequado para a adoração sabática (At 16:13). Assim como a participação de Cristo nos serviços sabáticos indicou a sua aceitação do sétimo dia como dia especial de adoração, ocorreu também com Paulo.

A fiel observância desse apóstolo, dos sábados semanais, estava em marcante contraste com sua atitude firme contra os sábados cerimoniais. Ele tornou claro que os cristãos não se achavam sob a obrigação de guardar esses primitivos dias de descanso pelo fato de haver Cristo pregado na cruz as leis cerimoniais (ver capítulo 19 deste livro). Ele disse: “Ninguém, pois, vos julgue por causa de comida e bebida, ou dia de festa, ou lua nova, ou sábados, porque tudo isso tem sido sombra das coisas que haviam de vir; porém o corpo é de Cristo” (Cl 2:16, 17). Uma vez que “o contexto [desta passagem] trata de assuntos rituais, os sábados aqui mencionados são os sábados cerimoniais das festas anuais judaicas, os quais ‘eram uma sombra’, ou tipo, cujo cumprimento ocorreu em Cristo”.¹³

De modo semelhante, escrevendo aos gálatas, Paulo insurgiu-se contra a observância dos requisitos da lei cerimonial, dizendo: “Guardais dias, e meses, e tempos, e anos. Receio de vós tenha eu trabalhado em vão para convosco” (Gl 4:10, 11).

Muitos têm a impressão de que João se referia ao domingo ao declarar “achei-me em Espírito no dia do Senhor” (Ap 1:10). Na Bíblia, entretanto, o

único dia mencionado como dia especial do Senhor é o sábado. Cristo declarou: “O sétimo dia é o sábado do SENHOR, teu Deus” (Êx 20:10); mais tarde, Ele o identificou como “Santo dia do SENHOR” (Is 58:13). E o próprio Cristo se identificou como o “Senhor também do sábado” (Mc 2:28). Assim, uma vez que nas Escrituras o único dia apresentado como dia do Senhor é o sábado, parece lógico concluir que João se referia ao sábado. Certamente não existe precedente bíblico que permita empregar o termo em relação ao primeiro dia da semana, o domingo.¹⁴

Em parte alguma a Bíblia nos ordena a observância de qualquer outro dia da semana, exceto o sábado. Nenhum outro dia é declarado santo ou abençoado. Tampouco indica o Novo Testamento que Deus tenha mudado o dia de repouso para qualquer outro dia da semana.

Ao contrário, as Escrituras revelam que era plano de Deus que seu povo observasse o sábado por toda a eternidade: “Porque, como os novos céus e a nova Terra, que hei de fazer, estarão diante de mim, diz o SENHOR, assim há de estar a vossa posteridade e o vosso nome. E será que, de uma festa da lua nova à outra e de um sábado a outro, virá toda a carne a adorar perante mim, diz o SENHOR” (Is 66:22, 23).

O significado do sábado. O sábado possui amplo significado e está cheio de profunda e rica espiritualidade.

1. Memorial perpétuo da criação. Conforme vimos, o significado fundamental dos dez mandamentos, vinculado ao sábado, é que ele constitui um memorial da criação do mundo (Êx 20:11, 12). O mandamento que pede a observância do sábado está “inseparavelmente vinculado ao ato da criação, sendo que a instituição do sábado e o mandamento quanto a observá-lo representam uma consequência direta do ato de criação. Adicionalmente, toda a família humana deve sua existência ao divino ato criativo; e, de acordo com isso, a obrigação de aceitar o mandamento do sábado como memorial do poder criador de Deus repousa sobre toda a humanidade”.¹⁵ Strong identifica o sábado como “obrigação perpétua como memorial indicado por Deus de sua atividade criadora”.¹⁶

Aqueles que o observam como memorial da criação, estarão assim reconhecendo, com gratidão, “que Deus [é] seu criador e legítimo soberano [...] que eles [são] a obra de suas mãos, e súditos de sua autoridade. Assim, a instituição era inteiramente comemorativa, e foi dada a toda a humanidade. Nada havia nela prefigurativo, ou de aplicação restrita a qualquer povo”.¹⁷

Uma vez que adoramos a Deus porque Ele é nosso criador, o sábado funciona como sinal e memória da criação.

2. Símbolo de redenção. Quando Deus libertou os israelitas da escravidão egípcia, o sábado – que já funcionava como memorial da criação – se tornou também um memorial da libertação (Dt 5:15). “O Senhor pretendia que o repouso do sábado semanal, se corretamente observado, representasse constantemente libertamento da escravidão do Egito, não limitada a um país ou a determinado século, pois abrangeria todos os países e todas as eras. Hoje, ainda necessita o homem escapar da escravidão que resulta da ganância, do lucro e do poder, das desigualdades sociais e do pecado e egoísmo.”¹⁸

É quando contemplamos a cruz que o descanso sabático se nos apresenta como símbolo especial de redenção. “Ele é o memorial do êxodo da escravidão do pecado, sob a liderança de Emanuel. O maior fardo que podemos carregar, é a culpa de nossa desobediência. O descanso sabático, pelo fato de apontar em direção ao passado, ao descanso de Cristo na sepultura, o repouso da vitória sobre o pecado, oferece aos cristãos a oportunidade tangível de aceitar e experimentar o perdão, a paz e o descanso de Cristo.”¹⁹

3. Sinal de santificação. O sábado é um sinal do poder transformador de Deus, um sinal de santidade ou santificação. O Senhor declara: “Certamente, guardareis os meus sábados; pois é sinal entre mim e vós nas vossas gerações; para que saibais que Eu sou o SENHOR, que vos santifica” (Êx 31:13; cf. Ez 20:20). O sábado constitui, portanto, um sinal de Deus como santificador. Da mesma forma como as pessoas são santificadas pelo sangue de Cristo (Hb 13:12), o sábado é também um sinal da aceitação, por parte do crente, de seu sangue para o perdão dos pecados.

Assim como Deus colocou o sábado à parte para um santo propósito, Ele separa o seu povo para um propósito santo – para que sejam suas testemunhas especiais. A comunhão do povo com Ele nesse dia conduz à santidade; eles aprendem a não depender de seus próprios recursos, mas do Deus que os santifica.

“O poder que criou todas as coisas é o poder que recria a alma à sua própria semelhança. Para aqueles que guardam o santo sábado é ele um sinal de santificação. Verdadeira santificação é harmonia com Deus, unidade em caráter com Ele. Esta é recebida por meio de obediência àqueles princípios

que são uma transcrição de seu caráter. E o sábado é o sinal de obediência. Aquele que de coração obedece ao quarto mandamento, obedecerá toda a lei. Ele é santificado por meio da obediência.”²⁰

4. Sinal de lealdade. Do mesmo modo como a lealdade de Adão e Eva foi provada por meio da árvore do conhecimento do bem e do mal que estava no meio do jardim do Éden, assim a lealdade de cada ser humano a Deus será provada pelo mandamento do sábado, colocado no meio do decálogo.

As Escrituras revelam que, antes do segundo advento, o mundo inteiro será dividido em duas classes: aqueles que são leais e “guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus” e aqueles que adoram “a besta e a sua imagem” (Ap 14:12, 9). Naquela oportunidade, a verdade de Deus será exaltada diante do mundo e se tornará bem clara a todos que a observância fiel do sétimo dia da semana – o sábado das Escrituras – significará evidência de lealdade ao Criador.

5. Ocasão de companheirismo. Deus criou os animais para que fizessem companhia ao homem (Gn 1:24, 25). Para um nível mais elevado de companheirismo; Deus deu o homem e a mulher um ao outro (Gn 2:18-25). Por meio do sábado, porém, Deus deu à humanidade um presente que oferece a mais elevada forma de companheirismo – a comunhão com Ele. Seres humanos não foram criados apenas para se associarem aos animais, e nem mesmo para se associarem apenas aos outros seres humanos. Foram feitos para Deus.

É no sábado que podemos experimentar de forma especial a presença de Deus em nosso meio. Sem o sábado, tudo seria labor e suor sem fim. Todos os dias seriam iguais, devotados aos afazeres seculares. A chegada do sábado, entretanto, traz consigo esperança, alegria, significado e estímulo. Ela provê o tempo para a comunhão com Deus através da adoração, cânticos, oração, estudo e meditação da Palavra e por compartilhar o evangelho com os outros. O sábado é a nossa oportunidade de vivenciar a presença de Deus.

6. Sinal de justificação pela fé. Os cristãos reconhecem que por meio da orientação de uma consciência iluminada, os não cristãos que honestamente buscam a verdade, podem ser conduzidos pelo Espírito Santo a uma compreensão dos princípios gerais da lei de Deus (Rm 2:14-16). Isso explica porque os outros nove mandamentos – excetuando-se o do sábado – têm sido, em maior ou menor grau, praticados fora das fileiras do cristianismo. Mas esse não é o caso do quarto mandamento.

Muitas pessoas conseguem compreender a necessidade de um dia semanal de descanso, mas frequentemente revelam muita dificuldade em compreender por que o trabalho que – efetuado em qualquer outro dia da semana – seria considerado digno e elogiável, se praticado no dia de sábado, constitui pecado. A natureza não oferece qualquer justificativa para que se guarde o sábado. Os planetas movem-se em suas respectivas órbitas, a vegetação cresce, chuva e sol se alternam e os animais se comportam como em qualquer outro dia. Por que, então, deveria o ser humano guardar o sábado do sétimo dia? “Para o cristão existe apenas uma razão, e nenhuma outra; mas esta razão é suficiente: Deus ordenou.”²¹

É apenas com base na revelação especial de Deus que as pessoas conseguem entender a racionalidade da observância do sétimo dia. Portanto, aqueles que guardam o sétimo dia o fazem pela fé e implícita confiança em Cristo, que ordenou a sua observância. Ao observar o sábado, os crentes revelam disposição de aceitar a vontade de Deus para sua vida, em vez de confiarem em seu próprio julgamento.

Ao guardarem o sétimo dia, os crentes não estão tentando se tornar justos por si mesmos. Ao contrário, observam o sábado como resultado de seu relacionamento com Cristo, seu criador e redentor.²² A guarda do sábado é o produto de Sua justiça no processo de justificação e santificação, significando que eles foram libertados da escravidão do pecado e receberam sua perfeita justiça.

“Uma macieira não se torna macieira pelo fato de produzir maçãs. Antes de poder fazê-lo, ela deve ser macieira. Nesse caso, as maçãs brotam dessa árvore como frutos naturais. Assim, o verdadeiro cristão não guarda o sábado ou os outros nove preceitos para se tornar justo. Em vez disso, a obediência é o fruto natural da justiça que Cristo compartilha com ele. Quem observa o sábado dessa forma não é legalista, uma vez que a observância externa do sétimo dia corresponde a uma experiência íntima do crente em termos de justificação e santificação. Portanto, o verdadeiro observador do sábado não se omite de atos proibidos para esse dia tendo em vista obter o favor de Deus, mas o faz porque ama a Deus e deseja aproveitar o sábado para manter mais íntimo relacionamento com Ele.”²³

A observância do sábado revela que desistimos de confiar em nossas próprias obras, compreendendo que somente Cristo, o Criador, pode nos salvar. Efetivamente, “o espírito da verdadeira observância do sábado revela

supremo amor por Jesus Cristo, o criador e salvador, que nos está transformando em novas criaturas. Ela torna a guarda do dia correto, da forma correta, um sinal de justificação pela fé”.²⁴

7. Símbolo de descanso em Cristo. O sábado – símbolo da libertação divinamente orientada do povo de Israel da escravidão do Egito para o descanso da Canaã terrestre – distinguiu os redimidos daqueles dias em relação a todas as nações circunvizinhas. De modo similar é o sábado um sinal de libertação do pecado e passagem para o descanso de Deus, o que separa os redimidos do restante do mundo.

“Porque aquele que entrou no descanso de Deus, também ele mesmo descansou de suas obras, como Deus das suas” (Hb 4:10). “Este é um repouso espiritual, um descanso de ‘nossas obras’, o término das obras de pecado. É para esse repouso que Deus chama seu povo, e é deste descanso que tanto o sábado quanto Canaã são símbolos.”²⁵

Quando Deus completou sua obra de criação e descansou no sétimo dia, ofereceu a Adão e Eva, no dia de sábado, a oportunidade de descansarem com Ele. Embora tenham fracassado, o propósito original de Deus, de oferecer o descanso à humanidade, permanece inalterado. Após a queda, o sábado continuou sendo um sinal de descanso. “Portanto, a observância do sábado do sétimo dia testifica da fé em Deus como criador de todas as coisas, bem como da fé em seu poder de transformar a vida e preparar pessoas para aquele ‘descanso’ eterno, inicialmente planejado para os habitantes deste mundo.”²⁶

Deus prometera esse descanso espiritual ao Israel literal. A despeito do fracasso desse povo em entrar no descanso, o convite divino ainda permanece: “Portanto, resta um repouso para o povo de Deus” (Hb 4:9). Todos os que desejarem ingressar nesse repouso “devem primeiramente, entrar, pela fé no descanso espiritual do pecado e de seus próprios esforços para a salvação”.²⁷

O Novo Testamento apela no sentido de os cristãos não esperarem para gozar deste descanso de graça e fé, pois “hoje” é o tempo oportuno para nele ingressar (Hb 4:7; 3:13). Todos os que entraram neste descanso – a redentora graça recebida pela fé em Jesus Cristo – desistiram de qualquer esforço para alcançar a justificação por suas próprias obras. Dessa maneira, a observância do sábado do sétimo dia representa um símbolo da entrada do crente no descanso do evangelho.

Tentativas para alterar o dia de adoração

Uma vez que o sábado desempenha papel vital na adoração a Deus como criador e redentor, não deveria constituir surpresa o fato de que Satanás tem levado adiante uma guerra sem tréguas na tentativa desubverter essa sagrada instituição.

Em parte alguma a Bíblia autoriza a mudança do dia de adoração que Deus instituiu no Éden e reafirmou no Sinai. Outros cristãos, eles próprios observadores do domingo, reconhecem isso. O cardeal católico James Gibbons escreveu em certa oportunidade: “Você poderá ler a Bíblia do Gênesis ao Apocalipse e não encontrará uma única linha autorizando a santificação do domingo. As Escrituras ordenam a observância religiosa do sábado.”²⁸

A. T. Lincoln, um protestante, admite que “não se pode argumentar que o Novo Testamento, por si mesmo, provê apoio para a crença de que desde a ressurreição Deus indicou o primeiro dia da semana para ser observado como sábado”.²⁹ Ele reconhece: “Tornar-se observador do sábado do sétimo dia é o único curso de ação consistente para qualquer pessoa que sustente possuir todo o decálogo, a força de lei moral.”³⁰

Se não existem evidências bíblicas de que Cristo ou os discípulos mudaram o dia de adoração do sábado para o domingo, por que tantos cristãos aceitam hoje este último dia?

O surgimento da observância do domingo. A mudança do sábado para o domingo, como dia de adoração, ocorreu gradualmente. Não existem evidências de santificação semanal do domingo por parte dos cristãos antes do segundo século, mas as evidências indicam que por volta da metade desse século alguns cristãos observavam voluntariamente o domingo como dia de adoração, não como dia de repouso.³¹

A igreja de Roma, composta em grande medida de crentes gentios (Rm 11:13), liderou a tendência no tocante à adoração dominical. Em Roma, a capital do Império, existiam fortes sentimentos antijudaicos, os quais se tornaram ainda mais fortes com o passar do tempo. Reagindo a tais sentimentos, os cristãos da cidade procuraram mostrar que eram diferentes dos judeus. Abandonaram algumas práticas que tinham em comum com os judeus e iniciaram a tendência de afastar-se da adoração no sábado, caminhando gradualmente para a adoração exclusiva no domingo.³²

Do segundo ao quinto séculos, à medida que crescia a influência do domingo, os cristãos prosseguiram observando o sábado em praticamente todos os lugares do Império Romano. Sócrates, historiador do quinto século, escreveu: “Praticamente todas as igrejas do mundo celebram os sagrados mistérios no sábado, todas as semanas, embora as igrejas cristãs de Alexandria e Roma, por conta de algumas tradições antigas, tenham deixado de fazê-lo.”³³

No quarto e quinto séculos, muitos cristãos adoravam tanto no sábado quanto no domingo. Sozomen, outro historiador desse período, escreveu: “O povo de Constantinopla, e praticamente de todos os demais lugares, reúne-se no sábado, bem como no primeiro dia da semana, costume este nunca observado em Roma ou Alexandria.”³⁴ Essas referências indicam a liderança de Roma no processo de abandono do sábado como dia de guarda.

Por que razão aqueles que estavam abandonando o sábado como dia de adoração escolheram o domingo, e não qualquer outro dia da semana? A razão principal é que Jesus havia ressuscitado no domingo; de fato, alegava-se que Ele autorizara a adoração dominical. “Mas, estranho como possa parecer, *nenhum autor do segundo e terceiro séculos jamais citou um único texto bíblico como prova da autorização de se observar o domingo em lugar do sábado. Nem Barnabé, nem Inácio, nem Justino, nem Irineu, nem Tertuliano, nem Clemente de Roma, nem Clemente de Alexandria, nem Orígenes, nem Cipriano, nem Vitorino, nem qualquer outro autor que tenha vivido próximo ao período em que Jesus vivera, conhecia qualquer instrução a esse respeito, deixada por Jesus ou por qualquer texto bíblico.*”³⁵

A popularidade e influência que a veneração do Sol por parte dos pagãos do império trazia consigo indubitavelmente contribuiu para tornar crescente a aceitação do domingo como dia de adoração. A adoração do Sol ocupava lugar importante no mundo antigo. Representava “um dos mais antigos componentes da religião romana”. Em virtude dos cultos orientais ao Sol, “a partir da porção inicial do segundo século d.C., o culto do *Sol Invictus* se tornara dominante em Roma e em outras partes do império”.³⁶

Essa religião popular exerceu impacto sobre a igreja cristã primitiva por meio dos novos conversos. “Conversos cristãos provenientes do paganismo sentiam-se constantemente atraídos em direção à veneração do Sol. Isto é indicado não apenas pela frequente condenação da prática por parte dos pais da igreja, como também pelos significativos reflexos da adoração do Sol na

liturgia cristã.”³⁷

O quarto século testemunhou a introdução de leis dominicais. Em primeiro lugar, foram impostas leis dominicais de caráter civil, depois vieram as leis dominicais de caráter religioso. O imperador Constantino estabeleceu o primeiro decreto dominical civil em 7 de março de 321 d.C. Em vista da popularidade do domingo entre os adoradores pagãos do Sol e da estima que muitos cristãos lhe dedicavam, Constantino tinha a esperança de que, tornando o domingo um dia santo, obteria ele o apoio das duas correntes em favor de seu governo.³⁸

O decreto dominical de Constantino refletia suas próprias origens como adorador do Sol. Diz o texto: “No venerável Dia do Sol [*venerabili die Solis*] devem os magistrados e as pessoas que residem nas cidades descansar, e devem fechar todas as casas de comércio. No campo, entretanto, as pessoas envolvidas na agricultura podem livre e legalmente continuar com suas tarefas.”³⁹

Várias décadas mais tarde, a igreja seguiu o seu exemplo. O Concílio de Laodiceia (encerrado em 364 d.C.), o qual não foi um concílio universal, e sim apenas católico romano, emitiu a primeira lei dominical eclesiástica. No cânone 29, a igreja estabeleceu que os cristãos deveriam honrar o domingo e, “se possível, não trabalhar neste dia”, ao mesmo tempo em que se denunciava o repouso no sábado, instruindo os cristãos a não ficarem “inativos no sábado [grego *sabbaton*, ‘sábado’], pois deveriam trabalhar neste dia”.⁴⁰

Em 538 d.C., o ano que marcou o início do período profético de 1.260 anos (ver capítulo 13 deste livro), o Terceiro Concílio de Orleans da Igreja Católica Romana emitiu uma lei ainda mais severa que a de Constantino. O cânone 28 desse concílio diz que no domingo “mesmo a agricultura deve cessar seus labores, de modo que as pessoas não sejam privadas de frequentar a igreja”.⁴¹

Profetizada a mudança. A Bíblia revela que a observância do domingo como instituição cristã tem sua origem no “mistério da iniquidade” (2Ts 2:7), o qual já se encontrava em operação nos dias de Paulo (ver capítulo 13 deste livro). Por meio da profecia de Daniel 7, Deus revelara seu conhecimento antecipado quanto à mudança do dia de adoração.

A visão de Daniel retrata um ataque contra a lei de Deus e contra seu povo. O poder atacante, representado por um chifre pequeno (e por uma besta em

Apocalipse 13:1-10), traz consigo a grande apostasia no seio da igreja cristã (ver capítulo 13 deste livro). Surgindo a partir da quarta besta e se tornando um grande poder perseguidor depois da queda de Roma (ver capítulo 19), o chifre pequeno efetua tentativas no sentido de “mudar os tempos e a lei” (Dn 7:25). O poder apóstata obtém grande sucesso em enganar a maior parte do mundo, mas, no final, o julgamento será pronunciado contra ele (Dn 7:11, 22, 26). Durante a tribulação final, Deus intervirá em favor de seu povo e o livrará (Dn 12:1-3).

Essa profecia corresponde a apenas um poder dentro do cristianismo. Existe apenas uma organização religiosa que pretende possuir as prerrogativas para modificar leis divinas. Observe o que as autoridades católico-romanas têm reivindicado ao longo da história:

Por volta de 1400 d.C., Pedro de Ancarano afirmou que “o papa pode modificar a lei divina, uma vez que seu poder não provém do homem, mas de Deus, e ele age em lugar de Deus sobre a Terra, com pleno poder para comprometer ou liberar suas ovelhas”.⁴²

O impacto dessa surpreendente assertiva foi sentido durante a Reforma. Lutero dizia que as Sagradas Escrituras, e não a tradição da igreja, representavam o guia de sua vida. Seu lema foi *sola scriptura* – “a Bíblia e a Bíblia somente”. John Eck, um dos mais destacados defensores da fé católica romana, atacou Lutero neste ponto, reivindicando que a autoridade da igreja se encontrava acima da das Escrituras. Ele desafiou Lutero no tocante à observância do domingo em lugar do sábado. Disse Eck: “As Escrituras ensinam: ‘Lembra-te do dia de sábado para o santificar; seis dias trabalharás e farás toda a tua obra, mas o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus’, etc. Entretanto, a igreja mudou o sábado para o domingo com base em sua própria autoridade, e para isto você [Lutero] não tem Escritura.”⁴³

Por ocasião do Concílio de Trento (1545 a 1563), convocado pelo papa com a finalidade de conter o protestantismo, Gaspare de Fosso, arcebispo de Reggio, trouxe outra vez o assunto à baila, dizendo: “A autoridade da igreja é, pois, ilustrada mais claramente pelas Escrituras; pois ao passo que de um lado ela [a igreja] as recomenda, declara-as como divinas [e] no-las oferece para serem lidas, [...] por outro lado, os preceitos legais das Escrituras, ensinados pelo Senhor, cessaram em virtude da mesma autoridade [da igreja]. O sábado, o mais glorioso dia da lei, foi modificado para o Dia do Senhor. [...] Esses e outros assuntos similares não cessaram em virtude dos

ensinamentos de Cristo (pois Ele declarou que não veio para destruir a lei e sim para cumpri-la), mas foram modificados pela autoridade da igreja.”⁴⁴

Porventura mantém a igreja ainda essa posição? Na edição de 1977 do *The Convert's Catechism of Catholic Doctrine* aparece esta série de perguntas e respostas:

“P. Qual é o sábado?”

“R. O sábado é o sétimo dia.

“P. Por que observamos o domingo em lugar do sábado?”

“R. Observamos o domingo em lugar do sábado porque a Igreja Católica transferiu a solenidade do sábado para o domingo.”⁴⁵

Em seu *best-seller The Faith of Millions* (1974), o erudito católico romano John A. O'Brien chegou a esta constrangedora conclusão: “Uma vez que o sábado, e não o domingo, é especificado na Bíblia, não é curioso que os não católicos que professam obter sua religião diretamente da Bíblia e não da igreja observem o domingo em lugar do sábado? Sim, efetivamente, isto é incoerente.” O costume da observância do domingo, diz ele, “repousa sobre a autoridade da Igreja Católica, e não sobre um texto explícito da Bíblia. Essa observância permanece como uma lembrança da igreja-mãe, da qual as seitas não católicas se originaram – tal como um garoto que foge de casa mas ainda carrega em seu bolso uma fotografia da mãe ou uma mecha de seus cabelos.”⁴⁶

A pretensão de possuir semelhantes prerrogativas cumpre a profecia e contribui para a identificação do poder representado pelo chifre pequeno.

A restauração do sábado. Em Isaías 56 e 58, Deus convida Israel para a reforma do sábado. Revelando as glórias da futura reunião dos gentios em seu rebanho (Is 56:8), Ele associa o sucesso dessa missão salvadora com a santificação do sábado (Is 56:1, 2, 6, 7).

Ele esboça cuidadosamente a obra específica de seu povo. Embora sua missão seja de extensão mundial, ela se dirige especialmente para uma classe de pessoas que professam ser crentes mas que em realidade se apartaram de seus preceitos (Is 58:1, 2). Ele expressa a sua missão para esses professos crentes nos seguintes termos: “Os teus filhos edificarão as antigas ruínas; levantarás os fundamentos de muitas gerações e serás chamado reparador de brechas e restaurador de veredas para que o país se torne habitável. Se desviares o pé de profanar o sábado e de cuidar dos teus próprios interesses no meu santo dia; se chamares ao sábado deleitoso e santo dia do SENHOR,

digno de honra, e o honrares não seguindo os teus caminhos, não pretendendo fazer a tua própria vontade, nem falando palavras vãs, então, te deleitarás no SENHOR” (Is 58:12-14).

A missão do Israel espiritual constitui um paralelo da que pertencia ao Israel antigo. A lei de Deus foi quebrada quando o poder do chifre pequeno modificou o sábado. Da mesma forma como o sábado, desconsiderado e pisado, deveria ser restaurado em Israel, assim nos tempos modernos a divina instituição sabática deve ser restaurada e a brecha na lei de Deus deve ser reparada.⁴⁷

É a proclamação da mensagem de Apocalipse 14:6 a 12, em conexão com o evangelho eterno, que haverá de cumprir essa obra de restauração e exaltação da Lei. E é a proclamação dessa mensagem que representa a missão da igreja de Deus nos dias que antecedem o segundo advento (ver capítulo 13 deste livro). Essa mensagem deve circundar o mundo, convidando todas as pessoas a que se preparem para a hora do julgamento.

As palavras que exortam à adoração do Criador, “Aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas” (Ap 14:7), constituem uma referência direta ao quarto mandamento da eterna lei de Deus. Sua inclusão nesta advertência final confirma o interesse especial de Deus em ter seu sábado, tão amplamente esquecido, restaurado antes do segundo advento.

A apresentação dessa mensagem precipitará um conflito que envolverá o mundo inteiro. A questão central será a obediência à lei de Deus e a observância do sábado. Em face a este conflito, todas as pessoas terão de decidir se guardarão os mandamentos de Deus ou os dos homens. Essa mensagem produzirá um povo que guardará os mandamentos de Deus e a fé de Jesus. Aqueles que a rejeitarem acabarão recebendo a marca da besta (Ap 14:9, 12; ver capítulo 13 deste livro).

O bom desempenho da missão de glorificar a Lei de Deus e honrar o seu negligenciado sábado, dependerá, por parte do povo de Deus, da observância consistente e amorável do sagrado dia de sábado.

A observância do sábado

Para nos “lembrar” do dia de sábado e o conservarmos santo (Êx 20:8), necessitamos pensar nele durante toda a semana, efetuando os preparativos necessários para que possamos observá-lo de maneira que agrade a Deus. Deveríamos ser cuidadosos em não exaurir nossas energias durante a semana,

a tal ponto que no sábado não nos sintamos em condição de participar da adoração sabática.

Pelo fato de ser o sábado um dia de comunhão especial com Deus, no qual somos convidados a celebrar sua graciosa atividade como criador e redentor, é importante que afastemos de nós tudo que possa contribuir para reduzir sua sagrada atmosfera. A Bíblia especifica que durante o sábado devemos cessar nossas atividades seculares (Êx 20:10), evitando todo trabalho realizado para ganhar a vida, e todas as transações comerciais (Ne 13:15-22). Devemos honrar a Deus não seguindo os nossos próprios caminhos, não pretendendo fazer a nossa vontade, nem falando palavras vãs (Is 58:13). Se devotarmos esse dia ao nosso próprio agrado, se nos envolvermos em conversas seculares ou em seculares interesses e pensamentos, ou se nos envolvermos em esportes, nos afastaremos da comunhão com o nosso Criador e violaremos a santidade do sábado.⁴⁸ Nossa preocupação com o mandamento do sábado deveria se estender a todos os que se acham sob a nossa jurisdição – nossos filhos, aqueles que nos prestam serviço e mesmo as nossas visitas e os nossos animais (Êx 20:10) – de modo que também eles possam desfrutar as bênçãos do sábado.

O sábado se inicia no pôr do sol da sexta-feira e finaliza-se no pôr do sol do sábado (Gn 1:5; cf. Mc 1:32).⁴⁹ As Escrituras consideram o dia que antecede o sábado (sexta-feira) como o dia de preparação (Mc 15:42) – um dia em que nos devemos preparar para o sábado, de tal modo que nada venha a deteriorar a sua santidade. Nesse dia, aqueles que têm o dever de preparar a alimentação da família deveriam preparar a comida para o sábado, de modo que durante as horas sagradas eles possam também repousar de seus labores (Êx 16:23; Nm 11:8).

Ao se aproximarem as sagradas horas do sábado, é bom que os membros da família ou grupos de crentes se reúnam, pouco antes do pôr do sol, para juntos cantar, orar e estudar a Palavra de Deus, convidando desse modo o Espírito Santo como hóspede bem-vindo. Da mesma forma, deveriam assinalar o término do dia sagrado com o mesmo tipo de reunião, suplicando a presença e orientação de Deus ao longo da semana que está começando.

O Senhor estimula eu povo a converter o dia de sábado em dia deleitoso (Is 58:13). Como podem eles obter essa experiência? Somente se seguirem o exemplo de Cristo, o Senhor do sábado, é possível conservar a esperança de experimentar real satisfação e a alegria que Deus tem preparado para este dia.

Cristo adorava regularmente aos sábados, participando de cerimônias e instruindo as pessoas em assuntos religiosos (Mc 1:21; 3:1-4; Lc 4:16-27; 13:10). Mas Ele fazia mais do que simplesmente prestar culto. Desfrutava de comunhão com outros (Mc 1:29-31; Lc 14:1), gastava parte do tempo fora de casa (Mc 2:23) e praticava sagrados atos de misericórdia. Sempre que possível, curava os enfermos e aflitos (Mc 1:21-31; 3:1-5; Lc 13:10-17; 14:2-4; Jo 5:1-15; 9:1-14).

Quando criticado face a suas obras de alívio ao sofrimento, Jesus replicou: “É lícito, nos sábados, fazer o bem” (Mt 12:12). Suas atividades curadoras não transgrediram o sábado, muito menos o aboliram. Mas elas significaram o fim do pesado fardo de regulamentos humanos que haviam conduzido à distorção do significado do sábado como instrumento divino de refrigério e deleite espirituais.⁵⁰ Deus pretendia que o sábado servisse para o enriquecimento espiritual da humanidade. Atividades que estimulem a comunicação com Deus são apropriadas; aquelas que nos desviam do propósito de conservar santo esse dia são inapropriadas.

O Senhor do sábado convida a todos a que sigam o seu exemplo. Aqueles que atendem seu chamado desfrutam do sábado como dia de deleite e festa espiritual – um antegozo do Céu. Descubrem que “o sábado foi designado por Deus para prevenir o desencorajamento espiritual. Semana após semana, o sétimo dia conforta a nossa consciência, assegurando-nos que, a despeito de nossos caracteres imperfeitos, somos completos em Cristo. Suas realizações no Calvário servem como nossa expiação. Ingressamos em seu repouso”.⁵¹

¹ John N. Andrews, *History of the Sabbath*, 3ª ed., ampliada (Battle Creek: Seventh-day Adventist Publishing Assn., 1873), p. 575.

² CBASD, v. 1, p. 202.

³ Ibid., p. 203

⁴ J. L. Shuler, *God's Everlasting Sign* (Nashville: Southern Publ. Assn., 1972), p. 114-116; M. L. Andreasen, *The Sabbath* (Washington, DC: Review and Herald 1942), p. 248; Wallemkamp, “The Baptism, Seal and Fullness of the Holly Spirit” (manuscrito não-publicado), p. 48; E. G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 307; *O Grande Conflito*, p. 613, 640.

⁵ E. G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 307.

⁶ Wallemkamp, *op. cit.*, p. 48.

⁷ CBASD, v. 1, p. 649.

⁸ “Sabbath”, *SDA Encyclopedia*, edição revista, p. 1.239.

⁹ “Sabbath, Annual”, *ibid.*, p. 1.265.

¹⁰ Jonathan Edwards, *The Works of President Edwards* (Nova York: Leavitt e Allen, 1852, reprodução da edição de Worcester), v. 4, p. 622. Os puritanos consideram o domingo como sendo o sábado cristão.

¹¹ Interessante observar que foi em um “grande dia” que Jesus repousou no sepulcro – pois aquele sábado era

tanto o sétimo dia da semana quanto o primeiro dia da Semana dos Pães Asmos. Que dia extraordinário para que ali culminasse a redenção! O “está muito bom” da criação fundiu-se com o “está feito” da redenção, uma vez que o Autor e Consumador uma vez mais repousou diante de sua obra completa.

¹² Samuele Bacchiocchi, *Rest for Modern Man* (Nashville: Southern Publ. Assn., 1976), p. 8, 9.

¹³ “Sabbath”, *SDA Encyclopedia*, edição revista, p. 1244. Ver também *CBASD*, v. 7, p. 201; cf. E. G. White, “The Australia Camp Meeting”, *Review and Herald*, 7 de janeiro de 1896, p. 2.

¹⁴ Ver *CBASD*, v. 7, p. 810-812. Cf. E. G. White, *Atos dos Apóstolos*, p. 581.

¹⁵ “Sabbath”, *SDA Encyclopedia*, p. 1.237.

¹⁶ A. H. Strong, *Systematic Theology*, p. 408.

¹⁷ E. G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 48.

¹⁸ Bacchiocchi, *op. cit.*, p. 15.

¹⁹ *Ibid.*, p. 19.

²⁰ E. G. White, *Testimonies*, v. 6, p. 350.

²¹ Andreasen, *op. cit.*, p. 25.

²² O legalismo pode ser definido como “tentativa de obter a salvação por meio de esforços individuais. Ele se conforma com a lei e certas observâncias como meios de justificação perante Deus. Isso é um equívoco, pois ‘pelas obras da lei nenhuma carne será justificada à sua vista’ (Rm 3:20)” (Shuler, *God’s Everlasting Sign*, p. 90). Shuler prossegue: “Aqueles que denunciam a observância do sábado como legalismo necessitam considerar o seguinte: se um cristão que experimentou o novo nascimento se restringe da adoração a falsos deuses e mantém reverência, segundo é ordenado pelo primeiro e terceiro mandamentos, está ele se opondo à salvação pela graça? São a pureza, a honestidade e a verdade, conforme advogadas pelo sétimo, oitavo e nono mandamentos, opostas à livre graça de Deus? A resposta é NÃO face a ambas as questões. Sendo assim, a guarda do sétimo dia por uma pessoa renovada não constitui legalismo, tampouco é ela contrária à salvação pela graça somente. Efetivamente, o mandamento do sábado é o único preceito da Lei que foi estabelecido como sinal de libertação do pecado e santificação exclusivamente pela graça” (*ibid.*).

²³ *Ibid.*, p. 89.

²⁴ *Ibid.*, p. 94.

²⁵ Andreasen, *Sabbath*, p. 105.

²⁶ *CBASD*, v. 7, p. 451.

²⁷ *Ibid.*, 452

²⁸ James Gibbons, *The Faith of Our Fathers*, 47ª edição revista e ampliada (Baltimore: John Murphy, 1895), p. 111, 112. R. W. Dale, um congregacionalista, disse: “É bastante claro que, não importa quão rígida ou devotamente observemos o domingo, não estamos guardando o sábado, [...] O sábado fundamentou-se em um mandamento divino específico. Não podemos pleitear a existência de semelhante mandamento em favor da observância do domingo” (R. W. Dale, *The Ten Commandments*, 4ª edição [Londres: Hodder & Stoughton, 1884], p. 100).

²⁹ Andrew T. Lincoln, “From Sabbath to Lord’s Day: A Biblical and Theological Perspective”, em *From Sabbath to Lord’s Day: A Biblical, Historical and Theological Investigation*, editado por D. A. Carson (Grand Rapids: Zondervan, 1982), p. 386.

³⁰ *Ibid.*, p. 392.

³¹ Ver Justino Mártir, *First Apology*, em *Ante-Nicene Fathers* (Grand Rapids: Eerdmans, 1979), v. 1, p. 186; Maxwell, *God Cares* (Mountain View: Pacific Press, 1981), v. 1, p. 130.

³² Ver, por exemplo, Bacchiocchi, “The Rise on Sunday Observance in Early Christianity”, em *The Sabbath in Scripture and History*, edição de Kenneth A. Strand (Washington, DC: Review and Herald, 1982), p. 137; Bacchiocchi, *From Sabbath to Sunday* (Roma: Pontifical Gregorian University Press, 1977), p. 223-232.

³³ Sócrates, *Ecclesiastical History*, livro 5, cap. 22, transcrito em *Nicene and Post-Nicene Fathers*, 2ª série (Grand Rapids: Eerdmans, 1979), v. 2, p. 132.

³⁴ Sozomen, *Ecclesiastical History*, livro 7, cap. 19, transcrito em *Nicene and Post-Nicene Fathers*, 2ª série, v. 2, p. 390.

³⁵ Maxwell, *God Cares*, v. 1, p. 131.

³⁶ Gaston H. Halsberghe, *The Cult of Sol Invictus* (Leiden: E. J. Brill, 1972), p. 26, 44. Ver também Bacchiocchi, “Rise of Sunday Observance”, p. 139.

³⁷ Bacchiocchi, “Rise of Sunday Observance”, p. 140. Ver também Bacchiocchi, *From Sabbath to Sunday*, p. 252,

253.

³⁸ Ver, por exemplo, Maxwell, *God Cares*, v. 1, p. 129; H. G. Heggtveit, *Illustreret Kirkehistorie* (Christiania, Oslo: Cammermeyers Boghandel, 1891-1895), p. 202, conforme transcrito em *SDA Bible Students' Source Book*, edição revista, p. 1000.

³⁹ *Codex Justinianus*, livro 3, título 12,3 – transcrito em Schaff, *History of the Christian Church*, 5ª edição (Nova York: Charles Scribner, 1902), v. 3, p. 380, nota nº 1.

⁴⁰ Concílio de Laodiceia, Cânone 29, em Charles J. Hefele, *A History of the Councils of the Church from the Original Documents*, tradução e edição de Henry N. Oxenham (Edinburg: T. & T. Clark, 1876), v. 2, p. 316. Ver também *SDA Bible Students' Source Book*, edição revista, p. 885.

⁴¹ Giovanni Dominico Mansi, editor, *Sacrorum Conciliorum*, v. 9, col. 919, conforme citado por Maxwell, *God Cares*, v. 1, p. 129. Citado parcialmente em Andrews, *History of the Sabbath and First Day of the Week*, p. 374.

⁴² Lucius Ferraris, “Papa”, art. 2, *Prompta Bibliotheca* (Venice: Caspa Storti, 1772), v. 6, p. 29, conforme transcrito em *SDA Bible Students' Source Book*, edição revista, p. 680.

⁴³ John Eck, *Enchiridion of Commonplaces Against Luther and Other Enemies of the Church*, tradução de Ford L. Battles, 3ª ed. (Grand Rapids: Baker, 1979), p. 13.

⁴⁴ Gaspare [Ricciulli] de Fosso, Pronunciamento na 17ª Sessão do Concílio de Trento, 18 de janeiro de 1562, in Mansi, *Sacrorum Conciliorum*, v. 33, cols. 529, 530, conforme transcrito em *SDA Bible Students' Source Book*, edição revista, p. 887.

⁴⁵ Peter Geiermann, *The Convert's Catechism of Catholic Doctrine* (Rockford: Tan Books, 1977), p. 50.

⁴⁶ John A. O'Brien, *The Faith of Millions*, edição revista (Huntington: Our Sunday Visitor, 1974), p. 400, 401

⁴⁷ E. G. White, *O Grande Conflito*, p. 451-453.

⁴⁸ E. G. White, *Mensagens Escolhidas*, v. 3. p. 258.

⁴⁹ Nas Escrituras, conforme deixa claro a história da criação, os dias são contados de pôr do sol a pôr do sol. Ver também Lv 23:32.

⁵⁰ Porventura o exemplo de Cristo ordena que os hospitais devam permanecer abertos durante os sete dias da semana. sem prover qualquer oportunidade de descanso sabático para o seu quadro de pessoal? Compreendendo as necessidades do pessoal hospitalar, E. G. White escreveu: “O Salvador nos mostrou por seu exemplo que é correto aliviar o sofrimento neste dia; mas médicos e enfermeiros não devem fazer trabalho desnecessário. Tratamentos comuns, e operações que podem esperar, devem ser deixados para o dia seguinte. Seja conhecido dos pacientes que os médicos precisam ter um dia de descanso” (*Medicina e Salvação*, p. 214).

O pagamento recebido por tais serviços médicos deve ser separado para fins caritativos. White escreveu: “Pode ser mesmo necessário dedicar as horas do santo sábado ao alívio da humanidade sofredora. Mas os honorários por esse trabalho devem ser recolhidos à tesouraria do Senhor, a fim de serem usados em favor de pobres merecedores, que necessitem de tratamento médico e não podem pagar” (*ibid.*, p. 216).

⁵¹ George E. Vandeman, *When God Made Rest* (Boise: Pacific Press, 1987), p. 21.

MORDOMIA

21



Somos despenseiros de Deus, responsáveis a Ele pelo uso apropriado do tempo e das oportunidades, capacidades e posses, e das bênçãos da Terra e seus recursos que Ele colocou sob o nosso cuidado. Reconhecemos o direito de propriedade da parte de Deus por meio de fiel serviço a Ele e aos seres humanos, e devolvendo o dízimo e dando ofertas para a proclamação de seu evangelho e para a manutenção e o crescimento de sua igreja. A mordomia é um privilégio que Deus nos concede para desenvolvimento no amor e para vitória sobre o egoísmo e a cobiça. Os mordomos se alegram nas bênçãos que advêm aos outros como resultado de sua fidelidade.

Mais que qualquer outra coisa, a vida cristã significa entrega – darmos-nos a nós mesmos e aceitarmos a Cristo. Ao ver de que modo Jesus se entregou e se ofereceu por nós, exclamaremos: “Que posso fazer por ti?”

Então, justamente quando pensamos haver efetuado uma entrega completa, uma submissão plena, acontece algo que nos mostra quão superficial era a nossa entrega. À medida que descobrimos novas áreas de nossa vida que devem ser oferecidas a Deus, nossa entrega se amplia. Nesse ponto, sempre de modo amável, Ele nos apresenta outro aspecto ao qual nos devemos submeter. E assim prossegue a vida, em uma série de reafirmações de entrega a Cristo, as quais vão atingindo profundidades cada vez maiores, alcançando o nosso próprio ser, estilo de vida, e o modo como agimos e reagimos.

Quando entregamos a Deus tudo quanto temos e somos, pois, de qualquer forma tudo pertence a Ele (1Co 3:21-4:2), Ele tudo aceita, mas torna a nos devolver o que lhe entregamos, fazendo-nos responsáveis, mordomos ou encarregados de tudo o que “possuímos”. Nossa tendência a viver confortável

e egoisticamente desaparece, diante da percepção de que nosso Salvador era um estrangeiro, esteve nu e foi posto na prisão. Sua ordem, “Portanto, ide, ensinai todas as nações”, faz com que as atividades da igreja – testemunho do evangelho, ensinamentos, pregação e batismo – tornem-se preciosas a nós. Pelo amor a Cristo, procuramos ser mordomos fiéis.

O que é mordomia?

“Acaso não sabeis que o vosso corpo é santuário do Espírito Santo [...] e que não sois de vós mesmos? Porque fostes comprados por preço. Agora, pois, glorificai a Deus no vosso corpo” (1Co 6:19, 20). Fomos comprados e redimidos a um elevado custo. Pertencemos a Deus. Mas Deus na verdade estava apenas nos *reclamando*, pois Ele nos fez; pertencíamos a Ele desde o princípio, pois “no princípio criou Deus” (Gn 1:1). As Escrituras revelam claramente que “ao SENHOR pertence a Terra e tudo o que nela se contém, o mundo e os que nele habitam” (Sl 24:1).

Na criação, Deus compartilhou suas possessões com a humanidade e continua a ser o verdadeiro dono do mundo, seus habitantes e seus bens (Sl 24:1). Na cruz, Ele reclamou como sendo seu tudo o que Adão e Eva haviam entregue a Satanás por ocasião da queda (1Co 6:19, 20). Ele indicou, então, o seu povo para ser o mordomo de suas possessões.

Mordomo é uma pessoa “encarregada da administração da casa ou propriedades de outra pessoa”. Mordomia é “a posição, dever ou serviço de um mordomo”.¹

Para o cristão, mordomia significa “a responsabilidade do ser humano por (e pelo uso de) tudo o que Deus lhe confiou – vida, corpo físico, tempo, talentos e habilidades, posses materiais, oportunidades de serviço em favor de outros, e seu conhecimento da verdade”.² Os cristãos servem como administradores das possessões de Deus e veem a vida como uma oportunidade divina “para aprender a fiel mordomia, qualificando-se assim para posições de maior responsabilidade sobre as coisas eternas no mundo futuro”.³

Em sua dimensão mais ampla, portanto, a mordomia “envolve o uso sábio e abnegado da vida”.⁴

Formas de reconhecer a propriedade de Deus

A vida pode ser dividida em quatro áreas básicas, cada uma delas

representando um dom de Deus. Ele nos deu um corpo, habilidades, tempo e posses materiais. Adicionalmente, temos de assumir o cuidado do mundo que nos cerca, sobre o qual nos foi dado o domínio.

Mordomia do corpo. Os filhos de Deus são mordomos de si mesmos. Devemos amar a Deus de todo o coração, e de toda a nossa alma, e com todas as nossas forças, e com todo nosso entendimento (Lc 10:27).

Os cristãos recebem o privilégio de desenvolver a capacidade física e mental com vistas a alcançar o máximo de suas habilidades e oportunidades. Assim procedendo, trazem honra a Deus e podem se provar uma grande bênção aos seus semelhantes (ver capítulo 22).

Mordomia dos talentos. Cada pessoa possui aptidões especiais. Uns podem ser dotados de talento para a música, outros para artes manuais, tais como mecânica de automóveis ou tricotagem. Alguns conseguem estabelecer amizades com mais facilidade que outros, ao passo que muitos produzem melhor quando estão sozinhos.

Cada talento pode ser utilizado tanto para glorificar a pessoa que o possui quanto o Doador dos talentos. A pessoa pode aperfeiçoar diligentemente o talento para a glória de Deus, ou para o seu engrandecimento pessoal.

Deveríamos procurar o constante cultivo dos dons que o Espírito Santo nos concedeu, de modo a multiplicá-los (Mt 25:14-30). A boa mordomia utiliza liberalmente os dons, de modo a obter os maiores benefícios para o Senhor dos talentos.

Mordomia do tempo. Na qualidade de fiéis mordomos, glorificamos a Deus mediante o sábio uso do tempo. “Tudo quanto fizerdes, fazei-o de todo o coração, como para o Senhor; e não para homens, cientes de que recebereis do Senhor a recompensa da herança. A Cristo, o Senhor, é que estais servindo” (Cl 3:23, 24).

A Bíblia nos adverte a nos conduzirmos “não como néscios e sim como sábios, remindo o tempo, porque os dias são maus” (Ef 5:15, 16). Tal como Jesus, devemos nos ocupar dos negócios de nosso Pai (Lc 2:49). Uma vez que o tempo é dom de Deus, cada momento é precioso. Ele nos é concedido para formarmos o caráter a ser levado para a eternidade. Mordomia fiel do tempo significa utilizá-lo para conhecer melhor a nosso Senhor, para ajudar nossos semelhantes e para compartilhar o evangelho.

Quando, na criação, Deus nos outorgou o tempo, reservou para si o sétimo dia, o sábado, com a finalidade de desenvolvermos comunhão com Ele.

Entretanto, seis dias foram providos para que a família humana se envolvesse em atividades úteis, de seu próprio interesse.

Mordomia das possessões materiais. Deus concedeu a nossos primeiros pais a responsabilidade de subjugar a Terra, governar sobre o reino animal e tomar cuidado do Jardim do Éden (Gn 1:28; 2:15). Tudo isso estava à disposição deles, não apenas para deleite, como também para a sua administração.

Uma única restrição lhes foi imposta: não deveriam comer do fruto da árvore da ciência do bem e do mal. Essa árvore representaria para eles uma constante lembrança de que Deus era o verdadeiro proprietário e possuía a autoridade final sobre a Terra. Ao respeitar essa restrição, estariam eles demonstrando fé nele e sua lealdade a Ele.

Após a queda, Deus não mais poderia, prová-los por meio da árvore do conhecimento. Mas a humanidade ainda necessitaria lembrar constantemente que Deus é a fonte de todo bem e de todo dom perfeito (Tg 1:17), e que é Ele quem nos capacita a adquirir riquezas (Dt 8:18). A fim de nos lembrar que Ele é a fonte de todas as bênçãos, Deus instituiu o sistema de dízimos e ofertas.

Esse sistema representa também o meio pelo qual os recursos financeiros se destinaram ao sustento do sacerdócio nos serviços do templo israelita. Os adventistas do sétimo dia adotaram o modelo levítico como método adequado e bíblico para financiar a propagação mundial do evangelho. Deus ordenou que a proclamação do evangelho dependa dos esforços e ofertas de seu povo. Ele os chama para que se tornem colaboradores altruístas de sua obra, oferecendo-lhe seus dízimos e ofertas.

1. Dízimos. Assim como um sétimo de nosso tempo (o sábado) pertence a Deus, assim lhe pertence um décimo das coisas materiais que adquirimos. As Escrituras nos ensinam que o dízimo é “santo ao Senhor”, pois simboliza a propriedade divina de todas as coisas (Lv 27:30, 32). Esta parcela lhe deve ser devolvida, portanto, como sua efetiva propriedade.

O sistema de dízimos é belo em sua simplicidade. Sua justiça é revelada pela aplicação proporcional sobre o rico e sobre o pobre. Na mesma proporção em que Deus nos concedeu o uso de sua propriedade, devemos nós lhe retribuir o dízimo.

Quando Deus reclama para si o dízimo (Ml 3:10), Ele não apela a nossa gratidão ou generosidade. Embora a gratidão deva constituir parte de todas as nossas expressões dirigidas a Deus, dizimamos porque Deus nos ordenou

fazê-lo. O dízimo pertence ao Senhor, e Ele requer que lho devolvamos.

a. Exemplos do ato de dizimar. Dizimar é uma prática generalizada ao longo das Escrituras. Abraão deu a Melquisedeque, sacerdote do Deus Altíssimo, “o dízimo de tudo” (Gn 14:20). Ao assim proceder, ele reconheceu o sacerdócio divino de Melquisedeque e demonstrou achar-se bem familiarizado com essa sagrada instituição. Essa referência casual ao ato de dizimar, mostra que a prática havia sido estabelecida em tempos bastante antigos.

Evidentemente Jacó também compreendia a exigência do dízimo. Na qualidade de exilado e fugitivo, ele prometeu ao Senhor: “de tudo quanto me concederes, certamente eu te darei o dízimo” (Gn 28:22). Depois do Êxodo, quando Israel se estabeleceu como nação, Deus reafirmou a lei do dízimo como uma instituição divina da qual dependeria a prosperidade de Israel (Lv 27:30-32; Nm 18:24, 26, 28; Dt 12:6, 11, 17).

Longe de abolir tal instituição, o Novo Testamento assume a sua validade. Jesus aprovou o dizimar e condenou aqueles que violavam o seu espírito (Mt 23:23). Ao passo que a lei cerimonial regulamentava as ofertas sacrificais que simbolizavam o sacrifício expiatório de Cristo e teve fim em sua morte, o mesmo não aconteceu com a lei do dízimo.

Pelo fato de ser Abraão o pai de todos os crentes, é ele também o modelo de dizimista para os cristãos. Assim como Abraão entregou os dízimos a Melquisedeque, sacerdote do Deus Altíssimo, assim os crentes do Novo Testamento entregam seu dízimo a Cristo, nosso Sumo Sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque (Hb 5:9, 10; 7:1-22).⁵

b. Uso dos dízimos. Os dízimos são sagrados, pelo que só devem ser utilizados para fins sagrados. O Senhor ordenou: “Também todas as dízimas da terra, tanto do grão do campo, como do fruto das árvores, são do SENHOR; santas são ao SENHOR. [...] No tocante às dízimas do gado e do rebanho [...] o dízimo será santo ao SENHOR” (Lv 27:30-32). “Trazei todos os dízimos à casa do tesouro”, diz Deus, “para que haja mantimento na Minha casa” (Ml 3:10).

Em Israel, o dízimo era usado exclusivamente para os levitas, os quais, não tendo recebido herança como tribo, dedicavam todo o seu tempo para dirigir o culto em Israel, para ministrar no santuário e para instruir o povo no tocante à lei do Senhor (Nm 18:21, 24).

Após a crucifixão, quando findou o papel divinamente orientado do sacerdócio levítico, os dízimos ainda deveriam ser utilizados para sustentar o ministério na igreja de Deus. Paulo ilustra o princípio subjacente a essa

prática, ao construir um paralelo entre os serviços levíticos e o ministério evangélico recentemente estabelecido. Ele afirma: “Se nós vos semeamos as coisas espirituais, será muito recolhermos de vós bens materiais? Se outros participam desse direito sobre vós, não o temos nós em maior medida? [...] Não sabeis vós que os que prestam serviços sagrados do próprio templo se alimentam? E quem serve ao altar do altar tira o seu sustento? Assim ordenou também o Senhor aos que pregam o evangelho que vivam do evangelho” (1Co 9:11-14).

Assim é que os membros da igreja trazem alegremente seus dízimos “à casa do tesouro, para que haja mantimento na minha casa” (Ml 3:10) – em outras palavras, para que a igreja de Deus disponha de fundos suficientes para a manutenção de seu ministério e para levar avante a pregação do evangelho.^{6 7}

2. Ofertas. Cristãos agradecidos não podem limitar ao dízimo suas contribuições à igreja. Nos dias de Israel, o tabernáculo, e, mais tarde, o templo, foram construídos com “ofertas voluntárias” – ofertas dependentes do coração do doador (Êx 36:2-7; cf. 1Cr 29:14). Também eram as ofertas que proviam a cobertura dos gastos de manutenção desses lugares de adoração (Êx 30:12-16; 2Rs 12:4, 5; 2Cr 24:4-13; Ne 10:32, 33). Os israelitas provavelmente contribuíam com cerca de um quarto a um terço de suas rendas para propósitos religiosos e de caridade. Será que contribuições tão pesadas fizeram o povo empobrecer? Pelo contrário, Deus prometeu abençoá-los em sua fidelidade (Ml 3:10-12).⁸

Hoje, ainda, o Senhor pede ofertas liberais à medida que nos concede prosperidade. As ofertas são necessárias para construir, manter e operar as igrejas e para empreender a obra médico-missionária, demonstrando o significado prático do evangelho.

Deveríamos nós doar tanto quanto os israelitas, ou será que o padrão por eles desenvolvido não mais é aplicável? No Novo Testamento, Cristo assentou os princípios da verdadeira mordomia – que os nossos dons sejam entregues a Deus em proporção à luz e aos privilégios que desfrutamos. Ele disse: “Àquele a quem muito foi dado, muito lhe será exigido; e àquele a quem muito se confia, muito mais lhe pedirão” (Lc 12:48). Quando Cristo enviou seus seguidores em missão, disse-lhes: “De graça recebestes, de graça dai” (Mt 10:8). Esse princípio se aplica ao compartilhamento de nossas bênçãos financeiras.

Em parte alguma, o Novo Testamento repele ou descuida deste sistema. Quando comparamos nossos privilégios e bênçãos com aqueles do antigo Israel, compreendemos que em Jesus nossa porção é consideravelmente maior. Nossa gratidão encontrará expressão correspondente através de maior liberalidade, de modo que o evangelho da salvação possa se estender aos outros.⁹ Quanto mais amplamente for o evangelho anunciado, maior será a necessidade de recursos materiais para mantê-lo.

3. O princípio permanece. O princípio da mordomia se aplica tanto àquilo que retemos quanto àquilo que damos. Ao passo que o dízimo representa o teste básico de nossa mordomia em aspectos de posses materiais,¹⁰ o uso que fizemos do restante também nos coloca à prova.

O uso que fazemos dos bens materiais revela quanto amamos a Deus e a nossos semelhantes. O dinheiro pode ser uma grande força para o bem: em nossas mãos pode ele prover alimento para o faminto, bebida para o sedento e roupas ao despido (Mt 25:34-40). A partir da perspectiva de Deus, o principal valor do dinheiro está em seu uso para suprir as necessidades da vida, para a bênção de outros e para o sustento de sua obra.

4. Infidelidade nos dízimos e ofertas. Falando em termos gerais, as pessoas são ignorantes no tocante aos princípios divinos e negligenciam a prática da mordomia. Mesmo entre os cristãos, poucos reconhecem seu papel como mordomos. A resposta de Deus à infidelidade de Israel provê claro vislumbre de como Ele considera essa questão. Quando o povo utilizou os dízimos e ofertas para seu próprio benefício, Ele os advertiu de que estavam roubando (Ml 3:8) e atribuiu a falta de prosperidade do povo a essa infidelidade nas coisas materiais: “Com maldição sois amaldiçoados, porque a mim me roubais, vós, a nação toda” (Ml 3:9).

O Senhor revela sua paciência, amor e misericórdia ao conceder, antes da advertência, a oferta de sua graça: “Tornai-vos para mim, e Eu me tornarei para vós outros” (Ml 3:7). Ele lhes ofereceu abundantes bênçãos e os desafiou a prová-lo em sua própria fidelidade: “Trazei todos os dízimos à casa do tesouro, para que haja mantimento na minha casa; e provai-me nisto, diz o SENHOR dos Exércitos, se Eu não vos abrir as janelas do Céu e não derramar sobre vós bênção sem medida. Por vossa causa, repreenderei o devorador, para que não vos consuma o fruto da terra; a vossa vide no campo não será estéril, diz o SENHOR dos Exércitos. Todas as nações vos chamarão felizes, porque vós sereis uma terra deleitosa, diz o SENHOR dos Exércitos”

(Ml 3:10-12).

Mordomia da Terra. A moderna ciência transformou a Terra em um vasto laboratório de pesquisa e experimentação. Tais pesquisas resultam em muitos benefícios, mas a revolução industrial também trouxe consigo a poluição do ar, da água e da terra. A tecnologia, em alguns casos, tem manipulado a natureza em vez de administrá-la sabiamente.

Somos os mordomos deste mundo, e deveríamos fazer o possível para manter a vida em todos os níveis, conservando o equilíbrio da ecologia. Em seu segundo advento, Cristo irá destruir “os que destroem a Terra” (Ap 11:18). A partir dessa perspectiva, a mordomia cristã é responsável não apenas por suas próprias possessões como também pelo mundo que está à sua volta.

Cristo na qualidade de Mordomo

A adequada mordomia é abnegada; é a completa entrega de si mesmo a Deus e ao serviço da humanidade. Em virtude de seu amor por nós, Cristo suportou a crueldade da cruz e até mesmo a dor ainda mais profunda de ver-se rejeitado pelos seus e abandonado por Deus. Em comparação com esse dom, o que poderíamos dar a Ele? O seu dom não foi daquilo que Ele possuía, embora fosse o dono de todas as coisas, mas de Si próprio. Isso é mordomia. Contemplando o maior de todos os dons, libertamo-nos de nós mesmos e nos tornamos semelhantes a Ele. Ele fará com que nos tornemos a igreja que tem interesse pelos outros, tanto pelos de dentro quanto pelos de fora. Uma vez que Cristo morreu pelo mundo, a mordomia, em seu sentido mais amplo, destina-se ao mundo.

Bênçãos da mordomia

Foi para o nosso próprio benefício – e não para o seu – que Deus nos colocou na posição de mordomos.

Bênção pessoal. Uma das razões por que Deus nos pede que lhe consagremos continuamente toda a nossa vida – tempo, habilidade, corpo e posses materiais – é para estimular nosso próprio crescimento espiritual e o desenvolvimento do caráter. Enquanto nos mantivermos cômicos da propriedade de Deus sobre todas as coisas e do infindável amor que Ele derrama sobre nós, nosso próprio amor e gratidão serão nutridos.

A mordomia fiel também nos presta auxílio na vitória contra a cobiça e o

egoísmo. A cobiça, um dos maiores inimigos do homem, é condenada no decálogo. Jesus também advertiu quanto a seus perigos: “Tende cuidado e guardai-vos de toda e qualquer avaréza; porque a vida de um homem não consiste na abundância dos bens que ele possui” (Lc 12:15). Nossas dádivas, feitas em base regular, auxiliam-nos a desarraigar a cobiça e o egoísmo de nossa vida.

A mordomia conduz ao desenvolvimento de hábitos de economia e eficiência. Tendo crucificado “a carne com as suas paixões e concupiscências” (Gl 5:24), nada utilizaremos para a nossa própria gratificação. “Quando os princípios da mordomia recebem a direção da vida, a alma é iluminada, o propósito é decidido, os prazeres sociais são escoimados de aspectos insalubres, a vida comercial é conduzida sob os ditames da regra áurea e o esforço de ganhar almas se torna uma paixão. Essas são as abundantes bênçãos da provisão divina em uma vida de fé e fidelidade.”¹¹

Uma profunda satisfação provém da certeza de que sobre tudo aquilo que for investido para a salvação daqueles pelos quais Ele morreu o Mestre afirmou: “Em verdade vos afirmo que, sempre que o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes” (Mt 25:40). “Nada nos parecerá demasiado precioso para que o entreguemos a Jesus. Se lhe devolvermos os talentos e meios que Ele confiou a nossa guarda, Ele nos colocará mais em mãos. Todo esforço que fizermos por Cristo será recompensado por Ele, e todo dever que cumprirmos em seu nome ministrará em favor de nossa própria felicidade.”¹²

Bênção aos outros. Mordomos genuínos são uma bênção para todos aqueles com os quais entram em contato. Eles executam a injunção de Paulo no tocante à mordomia: “Que pratiquem o bem, sejam ricos de boas obras, generosos em dar e prontos a repartir; que acumulem para si mesmos tesouros, sólido fundamento para o futuro, a fim de se apoderarem da verdadeira vida” (1Tm 6:18, 19).

Mordomia envolve serviço a outros e disposição de compartilhar tudo aquilo que Deus graciosamente concedeu, para que sirva de benefício aos outros. Isso significa que “não mais consideramos que a vida consiste da quantidade de dinheiro que possuímos, dos títulos que ostentamos, das pessoas importantes que conhecemos, da casa e da vizinhança em que vivemos, e da posição ou influência que julgamos possuir”.¹³ A verdadeira

vida é conhecer a Deus, desenvolver amoráveis e generosos atributos à semelhança dos seus, e dar aquilo que pudermos, de acordo com a prosperidade que Ele nos houver dado. Dar, no genuíno espírito de Cristo, é realmente viver.

Bênção para a igreja. A adoção do plano bíblico de mordomia é indispensável à igreja. A contínua participação dos membros no ato de dar, é semelhante ao exercício – ele resulta em um corpo eclesiástico forte, envolvido no compartilhar das bênçãos que Cristo sobre ele colocou, e pronto para responder a quaisquer necessidades que surjam na causa de Deus. A igreja terá meios adequados para sustentar o ministério, para expandir o reino de Deus em sua vizinhança imediata e para estendê-la aos mais remotos lugares da Terra. Esse corpo de membros voluntariamente colocará seu tempo, talentos e meios à disposição de Deus, em atitude de Amor e gratidão por suas bênçãos.

Em vista da garantia de Cristo de que Ele retornará quando o evangelho do reino tiver sido pregado “em testemunho a todas as nações” (Mt 24:14), todos são convidados a ocupar a posição de mordomos e coobreiros seus. Desse modo, o testemunho da igreja será uma poderosa bênção para o mundo, e seus fiéis mordomos ficarão felizes quando perceberem as bênçãos do evangelho sendo estendidas a outras pessoas.

¹ Webster’s New Universal Unabridged Dictionary, 2ª ed., 1979, p. 1786.

² SDA Encyclopedia, edição revista, p. 1.425.

³ Ibid.

⁴ Paul G. Smith, *Managing God’s Goods* (Nashville: Southern Pub. Assn., 1973), p. 21.

⁵ Ver C. G. Tuland, “Tithing in the New Testament”, *Ministry*, outubro de 1961, p. 12.

⁶ Por exemplo, em Êxodo 27:20 o Senhor deu instruções especiais de que óleo de oliva fosse provido para as lâmpadas. Suprir o óleo para o lugar de adoração, de modo que este pudesse funcionar adequadamente, representava uma obrigação contínua, mas essa despesa operacional não era coberta pelo dízimo. Ver também E. G. White, *Conselhos Sobre Mordomia*, p. 102, 103. Ela diz que os professores de educação religiosa das escolas mantidas pela igreja podem ser pagos com o dinheiro de dízimo (ibid., p. 103), mas que este não deve ser usado para outros “propósitos escolares”, bolsas para alunos, ou sustento de colportores (E. G. White, *Testemunhos Para a Igreja*, v. 9, p. 248, 249; *Mensagens Escolhidas*, v. 2, p. 209). Esses aspectos da obra de Deus devem ser sustentados por meio de ofertas.

⁷ T. H. Jemison ofereceu algumas sugestões muito práticas sobre como calcular o dízimo. Ele escreveu: “O dízimo sobre salários é fácil de calcular. Em geral não existem ‘despesas operacionais’ – ou seja, despesas efetivas necessárias na produção do rendimento – para serem deduzidas. Dez por cento do salário é o dízimo. [...] Dizimar resultados de negócios é algo bem diferente que dizimar salários. Um comerciante atacadista ou varejista deduzirá as despesas necessárias à operação do negócio antes de calcular o dízimo. Essas despesas incluem o custo de mão de obra, aquecimento, luz, seguros, impostos sobre a propriedade, aluguel e itens similares. Essas deduções não incluem, evidentemente, qualquer aspecto de seus gastos pessoais ou os de sua família. “O agricultor deduz os seus custos – salários, fertilizantes, reparos, juros, impostos e coisas do gênero. Entretanto, o agricultor deveria considerar a receita dos produtos que sua família utiliza, pois esses reduzem o custo de vida da

família e aumentam o rendimento.

“Procedimentos comparáveis podem ser utilizados pelo fabricante, pelo investidor, ou pelo profissional. A contabilidade detalhada que hoje é requerida em todos os ramos de negócio torna fácil calcular o dízimo do resultado, ou lucro, do negócio. Alguns homens de negócio incluem o cálculo do dízimo em seu sistema normal de contabilidade.

“Por vezes, uma irmã cujo esposo não é dizimista encontra dificuldade em relacionar-se com o sistema de dízimo. Em alguns casos, pode ela dizimar o dinheiro que recebe para as despesas de casa. Em outros casos, ela é proibida de fazê-lo. Então, ela estará sob a obrigação de dizimar apenas o dinheiro extra que lhe chegar às mãos, ou o que ela receber como presente. ‘Porque, se há boa vontade, será aceita conforme o que o homem tem, e não segundo o que ele não tem’ (2Co 8:12).” (*Christian Beliefs*, p. 267)

⁸ Alguns estudiosos da Bíblia creem que Israel contribuía com pelo menos dois dízimos (outros pensam que seriam três), em adição a várias ofertas. Com respeito ao primeiro dízimo, o Senhor disse: “Aos filhos de Levi dei todos os dízimos em Israel por herança, pelo serviço que prestam, serviço da tenda da congregação” (Nm 18:21). Mas, quanto ao segundo dízimo, disse: “Perante o SENHOR, teu Deus, no lugar que escolher para ali fazer habitar o seu nome, comerás os dízimos do teu cereal, do teu vinho, do teu azeite e os primogênitos das tuas vacas e das tuas ovelhas; para que aprendas a temer ao SENHOR, teu Deus, todos os dias” (Dt 14:23). Em dois de cada três anos, deveriam os israelitas trazer esse dízimo, ou seu equivalente em dinheiro, ao santuário. Ali ele seria utilizado para celebrar os festivais religiosos e também para servir aos levitas, estrangeiros, órfãos e viúvas. A cada terceiro ano, os israelitas deveriam utilizar esse segundo dízimo em casa, para benefício dos levitas e dos pobres. Assim, o segundo dízimo era utilizado para fins caritativos e de hospitalidade (Dt 14:27-29; 26:12). Ver E. G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 530; “Tithe”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 1127.

⁹ Cf. E. G. White, *Testemunhos Para a Igreja*, v. 3, p. 392.

¹⁰ A partir da perspectiva bíblica, a posse não equivale à propriedade. Nossa atitude em relação ao dízimo demonstrará se compreendemos que neste mundo fomos colocados por Deus apenas como seus mordomos, ou então – rejeitando o princípio do dízimo – se nos imaginamos como os verdadeiros proprietários daquilo que foi posto em nossas mãos.

¹¹ Froom, “Stewardship in Its Larger Aspects”, *Ministry*, s. d., p. 20.

¹² E. G. White, *Testemunhos Para a Igreja*, v. 4, p. 19.

¹³ P. G. Smith, *Managing God's Goods* (Nashville: Southern Publ. Assn., 1973), p. 72.

CONDUTA CRISTÃ



Somos chamados para ser um povo piedoso que pensa, sente e age em harmonia com os princípios bíblicos em todos os aspectos da vida pessoal e social. Para que o Espírito recrie em nós o caráter de nosso Senhor, só nos envolvemos naquelas coisas que produzem em nossa vida pureza, saúde e alegria semelhantes às de Cristo. Isso significa que nossas diversões e entretenimentos devem corresponder aos mais altos padrões do gosto e beleza cristãos. Embora reconheçamos diferenças culturais, nosso vestuário deve ser simples, modesto e de bom gosto, apropriado àqueles cuja verdadeira beleza não consiste no adorno exterior, mas no ornamento imperecível de um espírito manso e tranquilo. Significa também que, sendo o nosso corpo o templo do Espírito Santo, devemos cuidar dele inteligentemente. Junto com adequado exercício e repouso, devemos adotar a alimentação mais saudável possível e nos abster dos alimentos imundos identificados nas Escrituras. Visto que as bebidas alcoólicas, o fumo e o uso irresponsável de medicamentos e narcóticos são prejudiciais a nosso corpo, também devemos nos abster dessas coisas. Em vez disso, devemos nos empenhar em tudo que submeta nossos pensamentos e nosso corpo à disciplina de Cristo, o qual deseja nossa integridade, alegria e bem-estar.

C onduta cristã – o estilo de vida de um seguidor de Deus – manifesta-se em grata resposta à magnificente salvação de Deus por meio de Cristo. Paulo apela a todos os cristãos: “Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus, que apresenteis o vosso corpo por sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional. E não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para

que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus” (Rm 12:1, 2). Dessa forma, os cristãos voluntariamente protegem e desenvolvem suas faculdades mentais, físicas e espirituais, de modo que possam honrar a seu Criador e Redentor.

Cristo orou: “Não peço que os tires do mundo, e sim que os guardes do mal. Eles não são do mundo, como também Eu não sou” (Jo 17:15, 16). De que modo pode um cristão estar simultaneamente no mundo e separado deste? Sob que aspectos deveria o estilo de vida do cristão ser diferente daquele do mundo?

Os cristãos deveriam adotar um estilo de vida diferente, não pelo capricho de serem diferentes, mas porque Deus os chamou para viverem por princípio. O estilo de vida ao qual Deus os chamou os habilitará a alcançar seu pleno potencial como criaturas divinas, tornando-os eficientes para o seu serviço. Ser diferentes também representa um aspecto de sua missão: servir o mundo – servir como o sal e como a sua luz. De que valor seria o sal sem sabor, ou a luz, se ela não diferisse das trevas?

Cristo é nosso exemplo. Viveu tão amplamente em contato com o mundo que as pessoas o acusaram de “comilão e beberrão” (Mt 11:19), embora não o fosse. Ele viveu de modo tão coerente com os princípios de Deus, que ninguém conseguiu acusá-lo de qualquer pecado (Jo 8:46).

Conduta e Salvação

Ao determinar o que constitui uma conduta adequada, deveremos evitar dois extremos. O primeiro é aceitar as regras e aplicações de princípios como meio de obter a salvação. Paulo resume esse extremo nas seguintes palavras: “De Cristo vos desligastes, vós que procurais justificar-vos na lei; da graça decaístes” (Gl 5:4).

O extremo oposto é crer que, uma vez que as obras não salvam, elas não são importantes – aquilo que uma pessoa faz não tem muita importância. Paulo também fala desse extremo: “Porque vós, irmãos, fostes chamados à liberdade; porém não useis da liberdade para dar ocasião à carne” (Gl 5:13). Quando cada um dos membros segue a sua própria consciência, “não existe discipulado mútuo dos companheiros cristãos em se manterem de acordo com Mateus 18 e Gálatas 6:1 e 2. A igreja se torna não o corpo de Cristo, dentro do qual existe amor e interesse mútuo, mas uma coleção de indivíduos isolados, cada um dos quais seguindo seu próprio caminho, sem qualquer

responsabilidade pelos seus companheiros, e sem aceitar qualquer en-cargo em relação a eles.”¹

Embora nossa conduta e espiritualidade estejam intimamente relacionadas, jamais poderemos obter salvação por meio de conduta correta. Em vez disso, o comportamento cristão é um fruto natural da salvação e se encontra alicerçado naquilo que Cristo já realizou por nós no Calvário.

Templos do Espírito Santo

Não apenas a igreja, mas também o cristão individual é um templo para a habitação interior do Espírito Santo. “Acaso não sabeis que o vosso corpo é santuário do Espírito Santo, que está em vós, o qual tendes da parte de Deus, e que não sois de vós mesmos?” (1Co 6:19).

Portanto, os cristãos praticam bons hábitos de saúde a fim de proteger o comando central de seus corpos-templos, a mente, o lugar de habitação do Espírito de Cristo. Por essa razão, os adventistas do sétimo dia – ao longo dos últimos 100 anos – têm salientado a importância de hábitos corretos de saúde.² E essa ênfase tem compensado: pesquisa recente revelou que os adventistas têm muito menos probabilidade de contrair qualquer uma das grandes enfermidades da atualidade.³

Como cristãos, preocupamo-nos tanto com os aspectos físicos quanto espirituais de nossa vida. Jesus, nosso modelo, curou “toda sorte de doenças e enfermidades entre o povo” (Mt 4:23).

A Bíblia vê os seres humanos como uma unidade (ver capítulo 7 deste livro). “A dicotomia entre espiritual e material é estranha à Bíblia.”⁴ Assim, o chamado de Deus à santidade envolve um chamado tanto à saúde física quanto à espiritual. Suzana Wesley, mãe do fundador do metodismo, resumiu adequadamente esse princípio: “Tudo o que enfraquece a sua razão afeta a sensibilidade de sua consciência, obscurece sua percepção de Deus, diminui a força e a autoridade de sua mente sobre o seu corpo – isso é mau, não importa quão inocente possa parecer.”⁵

As leis de Deus, que incluem as leis de saúde, não são arbitrárias, mas foram designadas por nosso Criador visando nos habilitar a desfrutar o melhor da vida. Satanás, o inimigo, deseja roubar nossa saúde, nossa alegria, nossa paz mental, e finalmente nos destruir (Jo 10:10).

As bênçãos de Deus para a saúde total

A obtenção da saúde depende da prática de uns poucos e simples – ainda que efetivos – princípios de autoria divina. Alguns são óbvios, e a maioria das pessoas não teria dificuldade em concordar com eles. Outros, tais como dieta adequada, são de aceitação mais difícil, uma vez que envolvem orientações e hábitos muito arraigados. Por essa razão, dedicaremos maior espaço àqueles princípios que são mal compreendidos, debatidos ou rejeitados.⁶

A bênção do exercício. Exercício regular é a fórmula simples para energia aumentada, corpo firme, alívio da tensão, pele mais saudável, maior autoconfiança, controle de peso efetivo, digestão melhorada e regular, redução da depressão, do risco de enfermidades cardíacas e câncer. O exercício não é meramente uma opção, ele é essencial à manutenção da saúde ótima – tanto física quanto mental.⁷

A atividade útil tende à prosperidade; inatividade ou preguiça tendem à adversidade (Pv 6:6-13; 14:23). Deus prescreveu atividade para o primeiro homem e a primeira mulher – deveriam cuidar do jardim, ao ar livre (Gn 2:5, 15; 3:19). O próprio Cristo estabeleceu um exemplo de atividade física. Durante a maior parte de sua vida, envolveu-se em labores manuais como carpinteiro e, durante seu ministério, caminhou pelas estradas da Palestina.⁸

A bênção da luz solar. A luz é essencial à vida (Gn 1:3). Ela aciona o processo que produz os nutrientes que alimentam e dão energia ao nosso corpo e que ocasionam a liberação do oxigênio, de que tanto necessitamos para viver. A luz solar promove saúde e cura.

A bênção da água. O corpo humano é constituído em aproximadamente 70 por cento de água, mas esse fluido vital está sendo continuamente perdido através do ar exalado, da transpiração e dos dejetos do organismo. O uso de seis a oito copos de água pura por dia ajudará a manter a eficiência e o bem-estar. Outra importante função da água é o seu uso para limpeza e para o efeito relaxante que ela produz.

A bênção do ar puro. Um ambiente em que o ar seja impuro, dentro ou fora da casa, faz com que o sangue transporte menos oxigênio do que o nível requerido para o funcionamento ideal da célula. Isso tende a deixar a pessoa menos alerta e com reflexos mais demorados. É importante, pois, fazer todo o possível para assegurar suficiente suprimento diário de ar fresco.

A bênção de um viver temperante, livre de drogas e de estimulantes. As drogas saturam atualmente a sociedade, quer pelo efeito estimulante, quer pela ação

sobre o estresse e a dor. O cristão acha-se cercado de sedutores convites para usar drogas. Mesmo várias das bebidas populares e de aparência inocente contêm drogas: café, chá e as colas contêm cafeína,⁹ enquanto as bebidas da linha “cooler”, com sabor de frutas, contêm álcool. As pesquisas têm demonstrado que as drogas mais suaves tendem a conduzir progressivamente ao uso de drogas mais fortes, capazes de alterar o funcionamento mental. O cristão sábio se absterá de tudo que é danoso, utilizando com moderação somente aquilo que é bom.

1. Fumo. Sob qualquer apresentação, é o fumo um veneno de ação lenta, que exerce efeitos nocivos sobre as capacidades físicas, mentais e morais. De início, seus efeitos dificilmente são perceptíveis. Ele excita e depois paralisa os nervos, enfraquecendo e obscurecendo o cérebro.

Aqueles que utilizam fumo estão cometendo suicídio a longo prazo,¹⁰ transgredindo assim o sexto mandamento: “Não matarás” (Êx 20:13).

2. Bebidas alcoólicas. O álcool representa uma das drogas mais utilizadas. Ele tem devastado incontáveis milhões. Não apenas fere aqueles que o usam, como também cobra seu tributo de toda a sociedade – por meio de lares despedaçados, mortes acidentais e pobreza.

Uma vez que Deus se comunica conosco unicamente por meio de nossa mente, é bom lembrar que o álcool afeta adversamente todas as funções mentais. À medida que o nível de álcool do organismo se eleva, o usuário da bebida avança através dos estágios de perda de coordenação, confusão mental, desorientação, estupor, anestesia, coma e morte. O uso regular de bebidas alcoólicas conduzirá por fim à perda de memória, julgamento e capacidade de aprendizado.¹¹

As histórias bíblicas envolvendo o uso de bebidas alcoólicas podem deixar a impressão de que Deus aprovava seu uso. Contudo, a Escritura também indica que o povo de Deus participava de práticas sociais como divórcio, poligamia e escravidão – e por certo Deus jamais as aprovou. Ao interpretarmos semelhantes passagens das Escrituras, é útil manter em mente que Deus não necessariamente endossa tudo o que permite.

A resposta de Jesus quanto à questão por que Moisés permitiu o divórcio ilustra bem esse princípio de interpretação. Ele disse: “Por causa da dureza do vosso coração é que Moisés vos permitiu repudiar vossa mulher; entretanto, não foi assim desde o princípio” (Mt 19:8).¹² O Éden constitui o modelo divino em relação ao qual o evangelho deseja nos restaurar. Assim como no

tocante a outras práticas, o uso do álcool não constituía parte do plano original de Deus.¹³

3. Outras drogas e narcóticos. Existem muitas outras drogas nocivas e narcóticos por meio dos quais Satanás destrói vidas humanas.¹⁴ Cristãos genuínos, que pertencem a Cristo, glorificarão continuamente a Deus por meio de seu organismo, compreendendo que são uma possessão divina que muito custou – seu preço foi o precioso sangue de Cristo.

A bênção do repouso. Descanso adequado é essencial à saúde do corpo e da mente. Cristo nos estende o compassivo convite dirigido a seus cansados discípulos: “Vinde repousar um pouco, à parte, num lugar deserto” (Mc 6:31). Períodos de descanso provêm a tão necessária quietude para a comunhão com Deus: “Aquietai-vos e sabeis que Eu sou Deus” (Sl 46:10). Deus destacou a necessidade de descanso ao separar para repouso um dos sete dias da semana (Êx 20:10).

Repouso é mais que dormir ou cessar as atividades regulares. Envolve a forma como utilizamos nosso tempo de lazer. O cansaço nem sempre é produzido pelo estresse ou por trabalhos demasiado pesados ou muito prolongados: nossa mente pode se sentir sobrecarregada devido à superestimulação causada pelos meios de comunicação, enfermidades ou problemas pessoais.

Recreação é re-criação, no mais amplo sentido do termo. Ela deve fortalecer, erguer e refrigerar a mente e o corpo, preparando assim os crentes para voltar de seus períodos de repouso manifestando novo vigor. A fim de obter o melhor da vida, os cristãos deveriam se dedicar apenas àqueles tipos de recreação e entretenimento que fortalecem sua ligação com Cristo e trazem benefício à saúde.

As Escrituras apresentam o seguinte princípio, que auxiliará os cristãos na escolha de boas recreações: “Não ameis o mundo nem as coisas que há no mundo. Se alguém amar o mundo, o amor do Pai não está nele; porque tudo que há no mundo, a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida, não procede do Pai, mas procede do mundo” (1Jo 2:15, 16).

1. Cinema, televisão, rádio e vídeo. Esses meios de comunicação podem desempenhar grande papel na educação. Eles “modificaram toda a atmosfera de nosso mundo moderno e nos colocaram em contato privilegiado com a vida, pensamento e atividades de todo o mundo”.¹⁵ O cristão deve se lembrar que a televisão e os vídeos exercem maior impacto sobre a vida de um

indivíduo do que qualquer outra atividade isolada.

Desgraçadamente, vídeo e televisão, com suas apresentações teatrais praticamente contínuas, trazem para dentro dos lares influências que não são saudáveis e nem enobrecedoras. Se não exercermos discriminação e decisão, “eles transformarão nossos lares em teatros onde se apresentarão ‘shows’ da espécie mais barata e sórdida”.¹⁶ O cristão genuíno descartará os filmes e programas de televisão imorais, violentos e sensuais.

Os meios de comunicação de áudio e vídeo não são intrinsecamente maus. Os mesmos canais que retratam as maiores profundezas da maldade humana podem servir para a pregação do evangelho da salvação. Além disso, muitos outros programas edificantes são transmitidos. Mas as pessoas podem utilizar até mesmo os bons programas para se esquivarem das responsabilidades da vida. Os cristãos não apenas desejarão estabelecer princípios para determinar o que pode ser ouvido ou assistido, como também estabelecerão limites no tocante ao tempo que concederão aos programas, de tal modo que sua vida social e suas responsabilidades não sejam afetadas. Se não somos capazes de exercer a capacidade discriminativa ou se nos falta a força para controlar nossos aparelhos de rádio/televisão, é muito melhor que os dispensemos definitivamente do que permitir que governem nossa vida, quer por meio da poluição da mente, quer por consumir parcelas excessivas de tempo (Mt 5:29, 30).

Com respeito a nossa contemplação de Cristo, um importante princípio bíblico estabelece que “contemplando, como por espelho, a glória do Senhor, somos transformados, de glória em glória, na sua própria imagem” (2Co 3:18). A contemplação produz modificações. Mas o cristão deve lembrar que esse princípio também funciona pelo lado negativo. Os filmes que retratam graficamente os pecados e crimes da humanidade – assassinatos, adultérios, roubos e outros atos degradantes – estão contribuindo para a presente derrocada moral.

O conselho de Paulo em Filipenses 4:8 estabelece um princípio que nos ajuda a identificar as formas de recreação que possuem valor: “Finalmente, irmãos, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é respeitável, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se alguma virtude há e se algum louvor existe, seja isso o que ocupe o vosso pensamento.”

2. Leituras e músicas. Esses mesmos princípios elevados se aplicam às

leituras e músicas do cristão. A música é um dom de Deus que inspira pensamentos puros, nobres e elevados. Boa música, portanto, estimula as mais finas qualidades de caráter.

Música de baixa qualidade, por outro lado, “destrói o ritmo da alma e rebaixa a moralidade”. Desse modo, os seguidores de Cristo evitarão “qualquer melodia que compartilhe a natureza do *jazz*, *rock* ou formas híbridas correlatas, ou qualquer linguagem que expresse sentimentos tolos ou triviais”.¹⁷ Os cristãos também não escutarão música que exalte demasiadamente o lirismo (Rm 13:11-14; 1Pe 2:11).¹⁸

A leitura oferece igualmente muita coisa valiosa. Existe grande riqueza de literatura de boa qualidade, a qual cultiva e expande a mente. Entretanto, existe também um “dilúvio de literatura má, muitas vezes apresentada de modo atrativo, mas com a capacidade de danificar a mente e a moral. Os contos de aventura selvagem e de lassidão moral, quer sejam fato, quer sejam ficção”, são impróprios para os crentes em virtude de criarem aborrecimento diante de um estilo de vida nobre, honesto e puro e de estorvarem o desenvolvimento da união com Cristo.¹⁹

3. Atividades inaceitáveis. Os adventistas também ensinam que o jogo, o carteadado, o teatro e a dança devem ser evitados (1Jo 2:15-17). Ainda questionam o gasto de tempo ao assistir eventos esportivos violentos (Fp 4:8). Qualquer atividade que enfraqueça o relacionamento com o Senhor e contribua para que percamos de vista os interesses eternos ajuda Satanás a prender nossa alma com as suas cadeias. Em vez disso, os cristãos participarão daquelas formas sadias de atividades de lazer, as quais trarão refrigério à natureza física, mental e espiritual.

A bênção do alimento nutritivo. Ao primeiro par, o Criador concedeu a dieta ideal: “Eis que vos tenho dado todas as ervas que dão semente e se acham na superfície de toda a Terra e todas as árvores em que há fruto que dê semente; isso vos será para mantimento” (Gn 1:29). Depois da queda, Deus acrescentou a essa dieta “a erva do campo” (Gn 3:18).

Os problemas de saúde da atualidade tendem a centralizar-se nas moléstias do tipo degenerativo, que estão diretamente associadas à dieta e estilo de vida. A dieta planejada por Deus, consistindo de grãos, frutas, nozes e vegetais, oferece os ingredientes nutricionais adequados e favorece a saúde perfeita.

1. A dieta original. A Bíblia não condena o uso da carne de animais limpos.

Mas a dieta original de Deus para o homem não incluía alimentos cárneos porque não era seu plano que fosse tirada a vida dos animais e porque uma dieta vegetariana balanceada é a melhor para a saúde – um fato a respeito do qual a ciência oferece hoje as maiores evidências.²⁰ As pessoas que consomem produtos animais que contêm bactérias ou vírus podem ter sua saúde prejudicada.²¹ Estima-se que anualmente, apenas nos Estados Unidos, milhões sejam afetados por venenos relacionados com a carne de aves, visto que os serviços de inspeção falham em detectar contaminação por *salmonela* e outros organismos.²² Vários especialistas admitem que “a contaminação bacteriana representa um risco muitíssimo maior que os aditivos e conservantes químicos nos alimentos” e esperam o aumento da incidência de doenças provocadas por essas bactérias.²³

Adicionalmente, estudos levados a efeito em anos recentes indicam que o aumento no consumo de carne pode ocasionar aumento em doenças como aterosclerose, câncer, distúrbios renais, osteoporose e triquinose, contribuindo para reduzir a expectativa de vida.²⁴

A dieta ordenada por Deus no Jardim do Éden – a dieta vegetariana – é a melhor, mas nem sempre podemos dispor do ideal. Em tais circunstâncias, em qualquer localidade ou situação, aqueles que desejam manter a saúde em ótimo estado utilizarão o melhor alimento de que puderem dispor.

2. Alimentos cárneos limpos e imundos. Foi somente depois do dilúvio que Deus permitiu o uso de alimentos cárneos. Uma vez destruída toda a vegetação, Deus autorizou Noé e sua família a utilizarem alimentos cárneos, estipulando que não deveriam utilizar o sangue ao fazerem uso da carne (Gn 9:3-5).

Outra estipulação das Escrituras implica que aquilo que Deus deu a Noé como alimento foram os animais identificados por Deus como limpos. Foi pelo fato de que Noé e sua família necessitariam desses animais, tanto para alimento quanto para sacrifícios (Gn 8:20), que Deus o instruiu a tomar consigo, na arca, sete pares de todas as espécies de animais limpos, em contraste com apenas um par dos animais imundos (Gn 7:2, 3). Levítico 11 e Deuteronômio 14 apresentam uma lista extensa de animais limpos e imundos.²⁵

Por natureza, os animais imundos não constituem o melhor alimento. Muitos são tanto removedores de dejetos quanto predadores – desde o leão e o porco até o abutre e os peixes do tipo sugador, que habitam regiões

profundas. Em vista de seus hábitos, é mais provável que sejam portadores de doenças.

Estudos revelaram que “em adição à razoável quantidade de colesterol encontrada tanto no porco quanto nos mariscos, ambos os alimentos contêm certo número de toxinas e contaminantes que se acham associadas ao envenenamento humano”.²⁶

Ao abster-se de alimentos impuros, o povo de Deus demonstra gratidão por sua libertação daquilo que corrompe, do mundo impuro que se encontra à sua volta (Lv 20:24-26; Dt 14:2). Introduzir qualquer coisa impura no templo do corpo, onde o Espírito de Deus deseja habitar, é ficar aquém do ideal de Deus.

O Novo Testamento não aboliu a distinção entre animais limpos e imundos. Alguns pensam que, pelo fato de as leis de saúde serem mencionadas em Levítico, eram meramente leis cerimoniais ou ritualísticas, que não mais estariam em vigor sob o cristianismo. Contudo, a distinção entre animais limpos e imundos retrocede à época de Noé – muito antes da existência de Israel. Sendo princípios de saúde, essas leis dietéticas carregam consigo uma permanente obrigação.²⁷

3. Regularidade, simplicidade e equilíbrio. Reforma de saúde que pretenda ter sucesso deve ser feita de forma progressiva e deve ser abordada inteligentemente. Com o decorrer do tempo, poderemos chegar a eliminar – ou apenas utilizar com extrema discricção – os alimentos com elevado teor de gordura e/ou açúcar.

Adicionalmente, deveríamos preparar os alimentos que utilizamos, de forma tão simples e natural quanto possível e, tendo em vista benefícios ainda maiores, iremos comê-los a intervalos regulares. Dietas complexas e estimulantes não são as mais saudáveis. Muitos condimentos e especiarias irritam o trato digestivo,²⁸ e seu uso habitual está associado com um número considerável de problemas de saúde.²⁹

A bênção do vestuário cristão. Deus proveu as primeiras roupas para Adão e Eva e sabe que necessitamos de roupas adequadas nos dias de hoje (Mt 6:25-33). Deveríamos tomar nossas decisões no tocante ao vestuário com base nos princípios da simplicidade, modéstia, praticidade, saúde e atratividade.

1. Simples. Assim como ocorre em todas as demais áreas de nossa vida, os cristãos são chamados a praticar a simplicidade em seu vestuário. “O testemunho cristão convida à simplicidade.

“O modo como nos vestimos demonstra ao mundo quem somos e o que somos – não como expressão de exigência legal, como na era vitoriana, mas como expressão de nosso amor a Jesus.”³⁰

2. De alta virtude moral. Os cristãos não irão macular a beleza de seu caráter com estilos que façam despertar o desejo da carne (1Jo 2:16). Uma vez que desejam testemunhar aos outros, se vestirão e agirão com modéstia, não acentuando as partes do corpo que estimulam desejos sexuais. A modéstia promove a saúde moral. O alvo do cristão é glorificar a Deus, não a si próprio.

3. Prático e econômico. Pelo fato de serem mordomos do dinheiro que Deus lhes confiou, os cristãos praticarão a economia, evitando o uso de “ouro, ou pérolas, ou vestuário dispendioso” (1Tm 2:9). Praticar economia, contudo, não significa comprar o vestuário mais barato disponível. Muitas vezes, os itens de qualidade superior se tornam mais econômicos a longo prazo.

4. Saudável. Não é apenas a alimentação que afeta a saúde da pessoa. Os cristãos evitarão o uso de roupas que não protejam adequadamente o seu corpo, ou que causem compressão excessiva sobre o mesmo, ou que de qualquer outra forma venham a causar deterioração de sua saúde.

5. Caracterizado pela graça e beleza naturais. Os cristãos compreendem a advertência contra a “soberba da vida” (1Jo 2:16). Referindo-se aos lírios, Cristo disse que “nem Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como qualquer deles” (Mt 6:29). Ele ilustrou dessa maneira que a percepção de beleza, por parte do Céu, caracteriza-se pela graça, simplicidade, pureza e encantos naturais. Demonstrações mundanas, como as que se veem nas modas passageiras, não possuem valor aos olhos de Deus (1Tm 2:9).

Os cristãos ganham para Cristo os descrentes não por se parecerem com o mundo ou se conduzirem como este, mas por revelarem uma diferença atrativa e saudável. Pedro disse que cônjuges descrentes podem ser ganhos “por meio do procedimento de suas esposas, ao observarem o vosso honesto comportamento cheio de temor”. Em lugar de adornos exteriores, aconselha o apóstolo, concentrem-se os cristãos no desenvolvimento do “interior do coração, unido ao incorruptível traje de um espírito manso e tranquilo, que é de grande valor diante de Deus” (1Pe 3:4). As Escrituras ensinam que:

a. O caráter expõe a verdadeira beleza da pessoa. Tanto Pedro quanto Paulo expõem o princípio básico que deve orientar homens e mulheres na área dos adornos: “Não seja o adorno da esposa o que é exterior, como frisado de

cabelos, adereços de ouro, aparato de vestuário” (1Pe 3:3). “Que as mulheres, em traje decente, se ataviem com modéstia e bom senso, não com cabeleira frisada e com ouro, ou pérolas, ou vestuário dispendioso, porém com boas obras (como é próprio às mulheres que professam ser piedosas)” (1Tm 2:9, 10).

b. A simplicidade harmoniza-se com a reforma e o reavivamento. Quando Jacó convocou sua família para se dedicarem a Deus, entregaram ao patriarca “todos os deuses estrangeiros que tinham em mãos e as argolas que lhes pendiam das orelhas”, os quais foram enterrados por Jacó (Gn 35:2, 4).³¹

Depois da apostasia de Israel com o bezerro de ouro, Deus lhes ordenou: “Tira, pois, de ti os atavios, para que Eu saiba o que te hei de fazer.” Em penitência, eles “tiraram de si os seus atavios” (Êx 33:5, 6). Paulo mostrou claramente que as Escrituras registraram essa apostasia “para advertência nossa, de nós outros sobre quem os fins dos séculos têm chegado” (1Co 10:11).

c. Mordomia adequada requer vida de sacrifício. Enquanto boa parte da humanidade se encontra subnutrida, o materialismo coloca diante do cristão as tentações que vão desde roupas caras, carros e joias, até casas luxuosas. Simplicidade no estilo de vida e na aparência, coloca o cristão em notório contraste com a ganância, materialismo e ostentação da paganizada sociedade do presente século, onde os valores focalizam as coisas materiais em lugar das pessoas.

Em vista desses ensinamentos das Escrituras e dos princípios que aqui relacionamos, cremos que os cristãos não se devem adornar com joias. Entendemos assim que o uso de brincos, anéis, colares e braceletes, bem como vistosos prendedores de gravata, abotoaduras e broches – ou qualquer outro tipo de joia cuja função principal seja de adorno – é desnecessário e não se harmoniza com a simplicidade de adorno recomendada pelas Escrituras.³²

A Bíblia associa os cosméticos pomposos com paganismo e apostasia (2Rs 9:30; Jr 4:30). No tocante a cosméticos, portanto, cremos que os cristãos deveriam manter a aparência natural e saudável. Se erguermos bem alto a figura do Salvador pelo modo como falamos, agimos e nos vestimos, nos tornaremos tais quais magnetos, atraindo pessoas a Ele.³³

Princípios dos padrões cristãos

Em todas as suas manifestações, o estilo de vida cristão constitui uma

resposta à salvação oferecida em Cristo. O cristão deseja honrar a Deus e viver como Jesus viveria. Embora alguns vejam o estilo de vida cristão como uma lista de coisas que não devem ser feitas, deveríamos preferencialmente enxergá-la como uma série de princípios positivos que agem no contexto ou estrutura da salvação. Jesus enfatizou que veio para que pudéssemos ter vida, e em abundância. Quais são os princípios que nos conduzem à vida plena? Quando o Espírito Santo entra na vida de um indivíduo, mudanças decisivas ocorrem ali, e se tornam evidentes a todos os que lhe estão à volta (Jo 3:8). O Espírito não apenas empreende uma alteração inicial na vida; seus efeitos são progressivos. O primeiro e mais destacado fruto do Espírito é o amor (Gl 5:22, 23). O mais poderoso argumento quanto à validade do cristianismo é um cristão amoroso e amável.

Vivendo com a mente de Cristo. “Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus” (Fp 2:5). Sob todas as circunstâncias, favoráveis ou adversas, deveríamos procurar a compreensão e a prática da harmonia com a vontade e a mente de Cristo (1Co 2:16).

Ellen White chama a atenção para os belos resultados de uma vida que é exercida dentro dessa espécie de relacionamento com Cristo: “Toda a verdadeira obediência vem do coração. Deste procedia também a de Cristo. E se consentirmos, Ele por tal forma se identificará com os nossos pensamentos e ideais, dirigirá nosso coração e espírito em tanta conformidade com o seu querer, que, obedecendo-lhe, não estaremos senão seguindo nossos próprios impulsos. A vontade, refinada, santificada, encontrará seu mais elevado deleite em fazer o seu serviço. Quando conhecermos a Deus como nos é dado o privilégio de o conhecer, nossa vida será de contínua obediência. Mediante o apreço do caráter de Cristo, por meio da comunhão com Deus, o pecado se nos tornará aborrecível.”³⁴

Vivendo para louvar e glorificar a Deus. Deus empreendeu tanto por nós. Uma das formas como podemos manifestar-lhe gratidão é por meio do louvor que lhe oferecemos.

Os Salmos enfatizam acentuadamente esse lado da vida espiritual: “Assim, eu te contemplo no Santuário, para ver a tua força e a tua glória. Porque a tua graça é melhor do que a vida; os meus lábios te louvam. Assim cumpre-me bendizer-te enquanto eu viver; em teu nome, levanto as mãos. Como de banha e de gordura farta-se a minha alma; e, com júbilo nos lábios, a minha boca te louva” (Sl 63:2-5).

Para o cristão, semelhante atitude de louvor manterá as demais atividades da vida dentro da perspectiva correta. Ao contemplarmos o nosso crucificado Salvador, que nos redimiou da penalidade e nos livrou do poder do pecado, somos motivados a fazer somente “o que lhe é agradável” (1Jo 3:22; cf. Ef 5:10). Os cristãos não vivem mais para si mesmos, “mas para Aquele que por eles morreu e ressuscitou” (2Co 5:15). Todo cristão verdadeiro coloca a Deus em primeiro lugar naquilo que faz, em todos os seus pensamentos, e em todos os seus desejos. Ele não terá outros deuses à frente de seu Redentor (1Co 10:31).

Vivendo como um exemplo. Paulo recomendou que não nos tornássemos causa de tropeço para ninguém (1Co 10:32). “Também me esforço por ter sempre consciência pura diante de Deus e dos homens” (At 24:16). Se nosso exemplo encaminhar outros para o pecado, estaremos nos tornando pedra de tropeço para aqueles por quem Cristo morreu. “Aquele que diz que permanece nele, esse deve também andar assim como Ele andou” (1Jo 2:6).

Vivendo para ministrar. Uma das maiores razões por que os cristãos vivem da forma como o fazem é a salvação de homens e mulheres perdidos. Paulo disse: “Assim como também eu procuro, em tudo, ser agradável a todos, não buscando o meu próprio interesse, mas o de muitos, para que sejam salvos” (1Co 10:33; cf. Mt 20:28).

Exigências e linhas-mestras

Tendo em vista o impacto que o estilo de vida da pessoa exerce sobre sua experiência espiritual e testemunho, como organização eclesial estabelecemos certos padrões de estilo de vida que são considerados como requisitos mínimos para que uma pessoa possa se tornar membro da igreja. Esses padrões incluem a abstenção de fumo, bebidas alcoólicas, produtos químicos que alteram o funcionamento da mente e carnes de animais imundos, e evidências de experiência cristã crescente em assuntos de vestuário e uso do tempo de lazer. Esses padrões mínimos não abrangem tudo o que está incluído no ideal de Deus para o crente. Eles apenas significam passos iniciais, essenciais, no processo de desenvolvimento de uma experiência cristã progressiva. Tais padrões representam também o fundamento essencial para a união interna da comunidade de crentes.

O desenvolvimento da conduta cristã – “semelhança com Deus” – é progressivo, envolvendo a união de toda uma vida com Cristo. Viver santo é

nada menos que entrega diária da vontade ao controle de Cristo e diária conformidade com os seus ensinamentos, à medida que nos sejam revelados por meio do estudo da Bíblia e da oração. Uma vez que “amadurecemos” em ritmos (ou velocidades) diferentes, devemos nos abster de julgar nossos irmãos ou irmãs mais fracos (Rm 14:1; 15:1).

Os cristãos que se acham realmente unidos a Cristo possuem apenas um ideal: farão o melhor possível para a honra de seu Pai celestial, que providenciou tão precioso plano para a sua salvação. “Portanto, quer comais, quer bebais ou façais outra coisa qualquer, fazei tudo para a glória de Deus” (1Co 10:31).

¹ L. A. King, “Legalism or Permissiveness: An Inescapable Dilemma?”, *The Christian Century*, 16 de abril de 1980, p. 436.

² No tocante ao desenvolvimento das bases bíblicas para o viver saudável na Igreja Adventista do Sétimo Dia, ver Damsteegt, *Foundations of the Seventh-day Adventist Message and Mission*, p. 221-240; Damsteegt, “Health Reforms and the Bible in Early Sabbatarian Adventism” *Adventist Heritage*, inverno de 1978, p. 13-21.

³ Ver Lewis R. Walton, Jo Ellen Walton e John A. Scharffenberg, *How You Can Live Six Extra Years* (Santa Bárbara, CA: Woodbridge Press, 1981), p. 4; D. C. Nieman e H. J. Stanton, “The Adventist Lifestyle – A Better Way do Live”, *Vibrant Life*, março-abril de 1988, p. 14-18.

⁴ *Zondervan Pictorial Encyclopedia of the Bible* (Grand Rapids: Zondervan, 1975), v. 1, p. 884.

⁵ C. B. Haynes, “Church Standards – nº 5”, *Review and Herald*, 30 de outubro de 1941, p. 7.

⁶ Para uma exposição mais ampla dessas regras simples de saúde, ver V. W. Foster, *New Start!* (Santa Bárbara, CA: Woodbridge Press, 1988).

⁷ Ver, por exemplo, Kenneth H. Cooper, *Aerobics Program for Total Well Being* (Nova York: M. Evans, 1982); *Physical Fitness Education Syllabus* (Loma Linda: Department of Health Science, School of Health, Loma Linda University, 1976-1977); John Dignam, “Walking Into Shape”, *Signs of the Times*, julho de 1987, p. 16; B. E. Baldwin, “Exercise”, *Journal of Health and Healing*, 11, nº 4 (1987), p. 20-23; Jeanne Wiesseman, *Physical Fitness, Abundant Living Health Service*, v. 5 (Loma Linda: School of Health, Loma Linda University, s. d.), p. 21, 37, 38, 45. Ver também Dianne-Jo Moore, “Walk Your Tensions Away”, *Your Life and Health*, nº 4 (1984), p. 12, 13.

⁸ Dentre as várias formas de exercício, o caminhar é das melhores. Ver J. A. Scharffenberg, “Adventist Responsibility in Exercise” (manuscrito não publicado); E. G. White, *Testemunhos Para a Igreja*, v. 3, p. 78; E. G. White, “Temperante”, *Health Reformer*, abril de 1872, p. 122; Dignam, “Walking Into Shape”, p. 16, 17.

⁹ Tem-se constatado também que a cafeína contribui para elevar o colesterol sanguíneo, a pressão arterial, incrementar as secreções gástricas e as úlceras pépticas. Ela tem sido relacionada com doenças cardíacas, diabetes e cânceres de cólon, vesícula e pâncreas. Seu uso intensivo durante a gestação aumenta o risco de defeitos congênitos e peso abaixo do normal ao nascimento. Ver Robert O’Brien e Sidney Cohen, “Caffeine”, *Encyclopedia of Drug Abuse* (Nova York: Facts on File, 1984), p. 50, 51; Marjorie V. Baldwin, “Caffeine on Trial”, *Life and Health*, outubro de 1973, p. 10-13; E. D. Gorham, L. F. Garland, F. C. Garland, et al., “Coffee and Pancreatic Cancer in a Rural California County”, *Western Journal of Medicine*, janeiro de 1988, p. 48-53; B. K. Jacobsen e D. S. Thelle, “The ‘Tromso’ Heart Study: Is Coffee Drinking an Indicator of a Lifestyle With High Risk of Ischemic Heart Disease?”, *Acta Medica Scandinavica*, 222, nº 3 (1987), p. 215-221; J. D. Curb, D. M. Reed, J. A. Kautz e K. Yano, “Coffee, Caffeine and Serum Cholesterol in Japanese Living in Hawaii”, *American Journal of Epidemiology*, abril de 1986, p. 648-655. Grandes consumidores de café são também “menos ativos na religião” (B. S. Victor, M. Lubetsky e J. F. Greden, “Somatic Manifestations of Caffeinism”, *Journal of Clinical Psychiatry*, maio de 1981, p. 186). No tocante ao conteúdo de cafeína das várias bebidas, ver “The Latest Caffeine Scoreboard”, *FDA Consumer*, março de 1984, p. 14-16; Bosley, “Caffeine: Is It So Harmless?”, *Ministry*, agosto de 1986, p. 28; Winston J. Craig e Thuy T. Nguyen, “Caffeine and Theobromine Levels in Cocoa and Carob Products”, *Journal of Food Science*,

janeiro/fevereiro de 1984, p. 302, 303, 305.

¹⁰ Em relação ao sistema circulatório, o tabaco incrementa o risco de ataques cardíacos, hipertensão arterial e doenças vasculares periféricas, tais como a doença de Buerger, que requer a amputação dos dedos (das mãos e dos pés). Sobre o sistema respiratório, o tabaco faz aumentar em muito as mortes resultantes de câncer do pulmão, bronquite crônica e enfisema. Ele paralisa os cílios brônquicos que limpam os pulmões e brônquios das impurezas e acha-se associado com câncer de laringe, boca, esôfago, bexiga urinária, rins e pâncreas. Ele também se acha associado ao aumento das úlceras duodenais e óbitos resultantes de complicações de úlceras. Ver, por exemplo, *Smoking and Health: A Report of the Surgeon General* (Washington, DC: U. S. Department of Health, Education and Welfare, 1979).

¹¹ Ver, por exemplo, Galen C. Bosley, “The Effects of Small Quantities of Alcohol”, *Ministry*, maio de 1986, p. 24-27. Entre os estilistas sociais, o álcool causa contração dos lobos frontais, onde se localiza a sede do discernimento moral (L. A. Cala, B. Jones, P. Burns et al, “Results of Computerized Tomography, Psychometric Testing and Dietary Studies in Social Drinkers, With Emphasis on Reversibility After Abstinence”, *Medical Journal of Australia*, 17 de setembro de 1983, p. 264-269). Cf. Bosley, “Why a Health Message”, *Adventist Review*, 30 de julho de 1987, p. 15. Testes psicológicos de estilistas sociais mostraram que suas habilidades mentais e desempenho intelectual haviam sido significativamente prejudicados (D. A. Parker, E. S. Parker, J. A. Brody e R. Schoenberg, “Alcohol Use and Cognitive Loss Among Employed Men and Women”, *American Journal of Public Health*, maio de 1983, p. 521-526). À medida que aumenta o consumo de álcool, decresce a frequência aos cultos religiosos (A. M. Eward, R. Wolfe, P. Moll e E. Hardurg, “Psychosocial and Behavioral Factors Differentiating Past Drinkers and Lifelong Abstainers”, *American Journal of Public Health*, janeiro de 1986, p. 69).

¹² Ver capítulo 16, nota de rodapé nº 8, para uma análise do vinho usado na Ceia do Senhor.

¹³ No Antigo Testamento, o termo genérico para vinho é *yayin*. Esse termo designa o suco de uva em todos os seus estágios, desde o não fermentado até o fermentado, embora seja frequentemente empregado para se referir ao vinho envelhecido, portanto, fermentado. A palavra habitual para vinho não fermentado é *tirosh*. O termo é frequentemente traduzido como “vinho novo”, e representa o suco de uva recentemente obtido da prensa. Ambos os termos foram traduzidos como *oinos* pela Septuaginta, tradução grega do Antigo Testamento. *Oinos* é o termo geralmente empregado para vinho no Novo Testamento e se refere tanto ao vinho fermentado quanto ao não fermentado, dependendo do contexto. (No tocante ao Antigo Testamento, ver Robert P. Teachout, “The Use of ‘Wine’ in the Old Testament” (dissertação de doutorado em Teologia, 1979, disponível por meio de University Microfilms International, Ann Arbor, MI); Lael O. Ceasar, “The Meaning of *Yayin*” (dissertação de mestrado não publicada), Andrews University, Berrien Springs, MI, 1986; William Patton, *Bible Wines* (Oklahoma City, OK: Sane Press, s. d.), p. 54-64.

A expressão “bebida forte” (*shekar*, em hebraico) significa uma bebida doce, geralmente fermentada e em geral produzida de outras fontes, que não uvas. Ela inclui bebidas como cerveja (de cevada, painço ou trigo) e vinho de tâmaras. A expressão não se refere aos licores destilados, uma vez que a destilação era desconhecida dos israelitas (Patton, p. 57, 58, 62).

Vinho Fermentado. As Escrituras condenam o vinho com álcool porque ele traz consigo violência, miséria e destruição (Pv 4:17; 23:29, 35). Ele faz com que os líderes religiosos se tornem opressivos (Is 56:10-12). Achava-se também muitas vezes associado com a perversão de julgamento dos líderes israelitas (Is 28:7), tal como ocorreu com o rei Belsazar (Dn 5:1-30).

Vinho Não Fermentado. A Bíblia fala em termos favoráveis do vinho não fermentado, ou suco de uva, e recomenda-o como uma grande bênção. Ele devia ser apresentado como oferta a Deus (Nm 18:12, 13; Ne 10:37-39; 13:12, 13). Representa uma das bênçãos de Deus (Gn 27:28, “vinho novo”; Dt 7:13; 11:14; Pv 3:10; Is 65:8; Jl 3:18), “agrada a Deus e aos homens” (Jz 9:13), e simboliza as bênçãos espirituais (Is 55:1, 2; Pv 9:2, 3). É também uma bebida saudável (1Tm 5:23).

¹⁴ Ver, por exemplo, Drug Enforcement Administration, *Drugs of Abuse*, 3ª edição (Washington, DC: United States Department of Justice, s. d.); Dan Sperling, “Drug Roundup”, *Adventist Review*, 9 de abril de 1987, p. 12, 13.

¹⁵ *Manual da Igreja*, edição 2015, p. 152-154.

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ *Ibid.* No tocante a exemplos de degradação em grande parte da música e entretenimentos modernos, ver Tipper Gore, *Raising PG Kids in an X-rated Society*, (Nashville: Abingdon, 1987).

¹⁸ “Outra forma de diversão que exerce influência má é a dança social. ‘O divertimento da dança, segundo é orientado em nossos dias, é uma escola de depravação, uma terrível maldição para a sociedade’ (E. G. White, *Mensagens aos Jovens*, p. 399; ver também a p. 192). (Ver 2Co 6:15-18; 1Jo 2:15-17; Tg 4:4; 2Tm 2:19-22; Ef 5:8-11; Cl 3:5-10.) Em vista dessas influências indutoras ao pecado, os cristãos bem fariam em não patrocinar as

diversões comercializadas, unindo-se com as multidões mundanas, descuidadas e amantes do prazer, que mais amam aos prazeres que a Deus (2Tm 3:4) (*Manual da Igreja*, edição de 2005, p. 180, 181).

¹⁹ Ibid., p. 178.

²⁰ Quanto à adequação da dieta vegetariana, ver S. Havala, J. Dwyer, “Position of the American Dietetic Association: Vegetarian Diets – Technical Support Paper”, *Journal of the American Dietetic Association*, março de 1988, p. 352-355; Terry D. Shultz, Winston J. Craig et al., “Vegetarianism and Health”, em *Nutrition Update*, v. 2, 1985, p. 131-141; U. D. Register e L. M. Sonnenberg, “The Vegetarian Diet”, *Journal of the American Dietetic Association*, março de 1973, p. 253-261.

²¹ Ver Committee on the Scientific Basis on the Nation’s Meat and Poultry Inspection Program, *Meat and Poultry Inspection* (Washington, DC: National Academy Press, 1985), p. 21-42; John A. Scharffenberg, *Problems With Meat* (Santa Bárbara, CA: Woodbridge Press, 1979), p. 32-35.

²² Ver, por exemplo, Committee on Meat and Poultry Inspection, *Meat and Poultry Inspection*, p. 68-123; Robert M. Andrews, “Meat Inspection: ‘Eat at Own Risk’”, *Washington Post*, 16 de maio de 1987.

²³ Frank Young, Comissário do Food and Drug Administration and Sanford Miller, diretor do FDA’s Center for Food Safety and Applied Nutrition, conforme citado por Carole Sugarman, “Rising Fears Over Food Safety”, *Washington Post*, 23 de julho de 1986, cf. E. G. White, *Conselhos Sobre o Regime Alimentar*, p. 384, 385.

²⁴ Scharffenberg, *Problems With Meat*, p. 12-58.

²⁵ Ver Shea, “Clean and Unclean Meats” (manuscrito não publicado, Biblical Research Institute, General Conference of Seventh-day Adventists).

²⁶ Winston J. Craig, “Pork and Shellfish – How Safe Are They?”, *Health and Healing*, v. 12, nº 1 (1988), p. 10-12.

²⁷ A preocupação do Novo Testamento com a santidade é coerente com aquela que se observa no Antigo Testamento. Existe um interesse tanto pelo bem-estar espiritual quanto físico das pessoas (Mt 4:23; 1Ts 5:23; 1Pe 1:15, 16).

A afirmação de Marcos de que Jesus considerou “puros todos os alimentos” (Mc 7:19) não significa que Ele aboliu a distinção entre alimentos limpos e imundos. A discussão entre Jesus e os fariseus e escribas nada tinha a ver com a *espécie* de alimento, mas com a *maneira* como os discípulos comiam. A questão era a necessidade ou não da lavagem ritual das mãos antes da refeição (Mc 7:2-5). Efetivamente, Jesus disse que o que contamina a pessoa não é o comer sem antes lavar as mãos, e sim as coisas más do coração (Mc 7:20-23), pois “o alimento não entra em seu coração, mas no estômago, e é eliminado”. Portanto, Jesus declarou que todos os alimentos comidos sem a lavagem de mãos eram puros (Mc 7:19). O termo grego para alimento (*bromata*) aqui utilizado é o termo geral que se aplica a todos os tipos de alimento destinados a consumo humano; ele não designa exatamente alimentos cárneos.

A visão que Pedro teve dos animais, registrada em Atos 10, não ensina que animais imundos haviam se tornado adequados para a alimentação; em vez disso, ela mostrou que os gentios não eram imundos, e que ele poderia se associar com eles sem contaminar-se. O próprio Pedro entendeu a visão sob esse ângulo, exclamando: “Vós bem sabeis que é proibido a um judeu ajuntar-se ou mesmo aproximar-se a alguém de outra raça; mas Deus me demonstrou que a nenhum homem considerasse comum ou imundo” (At 10:28).

Em suas cartas aos romanos e coríntios (Rm 14:1; 1Co 8:4-13; 10:25-28), Paulo analisa as implicações para os cristãos da prática amplamente disseminada pela qual os gentios ofereciam carnes aos ídolos. A questão que se travava entre os cristãos primitivos era se o ato de comer carne que tivesse sido oferecida aos ídolos constituía ou não um ato de adoração aos mesmos. Os que eram fortes na fé não criam que o fosse, e acreditavam que podiam ser comidas todas as coisas oferecidas a ídolos. Aqueles que não possuíam fé tão forte utilizavam apenas vegetais, pois esses não eram oferecidos aos ídolos. Paulo insistiu em que ninguém deveria desprezar os que apenas comiam vegetais, ou julgar aqueles que “comiam todas as coisas” próprias para uso como alimento (Rm 14:2).

Paulo advertiu contra futuras heresias que haveriam de proibir aos crentes a participação nas duas coisas que Deus deu a toda a humanidade na criação – matrimônio e alimentos. Os alimentos envolvidos eram todos aqueles que Deus havia criado para o consumo humano. As palavras de Paulo não devem ser entendidas como significando que os alimentos imundos foram criados “para serem recebidos, com ação de graças, pelos fiéis e por quantos conhecem plenamente a verdade” (1Tm 4:3).

²⁸ Pimenta, especiarias, mostarda, picles e substâncias similares danificam o estômago. Em primeiro lugar, irritam a mucosa do estômago. Depois de conseguirem atravessar a barreira mucosa, destroem a resistência desta às injúrias. Irritação do estômago afeta o cérebro, o que, por sua vez, influencia o temperamento, muitas vezes produzindo irritabilidade. Cf. M. A. Schneider et al., “The Effect of Spice Ingestion on the Stomach”, *American Journal of Gastroenterology* 26 (1956), p. 722, conforme citado em “Physiological Effects of Spices and Condiments” (Loma Linda, CA: Department of Nutrition, School of Health, Loma Linda University

[mimeografado]). E. G. White, *Conselhos Sobre o Regime Alimentar*, p. 339-345.

²⁹ Condimentos e especiarias também podem produzir inflamação do esôfago e destruir a barreira mucosa do intestino delgado e do cólon. Eles irritam os rins e podem contribuir para a hipertensão. Alguns contêm carcinógenos. Ver Kenneth I. Burke e Ann Burke, “How Nice Is Spice?”, *Adventist Review*, 8 de janeiro de 1987, p. 14, 15; Department of Nutrition, “Spices and Condiments”; Marjorie V. Baldwin e Bernell E. Baldwin, “Spices – Recipe for Trouble”, *Wildwood Echoes*, inverno de 1978/1979, p. 8-11.

³⁰ William G. Johnsson, “On Behalf of Simplicity”, *Adventist Review*, 20 de março de 1986, p. 4.

³¹ *The CBASD*, v. 1, p. 434.

³² Ver os votos da Mesa Administrativa de Fim de Ano da Divisão Norte-Americana dos Adventistas do Sétimo Dia (1986), p. 23-25.

³³ O uso de cosméticos não é totalmente inócuo. Alguns dos produtos químicos utilizados em sua preparação podem penetrar na circulação sanguínea através de absorção pela pele e, dependendo da sensibilidade alérgica da pessoa, podem causar danos à saúde. Ver N. Shafer, R. W. Shafer, “Potencial Carcinogenic Effect of Hair Dyes”, *New York State Journal of Medicine*, março de 1976, p. 394-396; Samuel J. Taub, “Cosmetic Allergies: What Goes on Under Your Makeup”, *Eye, Ears, Nose, and Throat*, abril de 1976, p. 131, 132; S. J. Staub, “Contaminated Cosmetics and Cause of Eye Infections”, *Eye, Ear, Nose, and Throat*, fevereiro de 1975, p. 81, 82; cf. E. G. White, “Words to Christian Mothers”, *Review and Herald*, 17 de outubro de 1871.

³⁴ E. G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 668.

O CASAMENTO E A FAMÍLIA

23



O casamento foi divinamente estabelecido no Éden e confirmado por Jesus como união vitalícia entre um homem e uma mulher, em amoroso companheirismo. Para o cristão, o compromisso matrimonial é com Deus bem como com o cônjuge, e só deve ser assumido entre um homem e uma mulher que partilham da mesma fé. Mútuo amor, honra, respeito e responsabilidade constituem a estrutura dessa relação, a qual deve refletir o amor, a santidade, a intimidade e a constância da relação entre Cristo e sua igreja. No tocante ao divórcio, Jesus ensinou que a pessoa que se divorcia do cônjuge, a não ser por causa de fornicção, e se casa com outro, comete adultério. Conquanto algumas relações de família fiquem aquém do ideal, um homem e uma mulher que se dedicam inteiramente um ao outro em Cristo por meio do casamento, podem alcançar amorosa unidade por meio da orientação do Espírito e a instrução da igreja. Deus abençoa a família e deseja que seus membros ajudem um ao outro a alcançar completa maturidade. O aumento da intimidade familiar é uma das características da mensagem final do evangelho. Os pais devem educar os seus filhos a amar o Senhor e a obedecer-lhe. Por seu exemplo e suas palavras, devem ensinar-lhes que Cristo é um guia terno, amoroso e cuidadoso, que deseja que eles se tornem membros do seu corpo, a família de Deus, que é formada tanto por solteiros quanto por casados.

O lar representa a moldura primária para a restauração da imagem de Deus em homens e mulheres. Dentro do círculo familiar, pai, mãe e filhos podem se expressar plenamente, podendo cada um deles completar as necessidades dos demais no tocante a ter seu próprio lugar, ser amado e amar

e desenvolver intimidade. Aqui se estabelece a identidade e se desenvolvem os sentimentos de valor pessoal. O lar é também o lugar em que, pela graça de Deus, os princípios do genuíno cristianismo são postos em prática, e seus valores são transmitidos de uma geração para a seguinte.

A família pode representar um lugar de grande felicidade. Pode, por outro lado, constituir o cenário de terríveis sofrimentos. A vida familiar harmoniosa demonstra os princípios do cristianismo verdadeiramente exemplificados na prática, revelando o caráter de Deus. Desgraçadamente, a manifestação dessas características é sobretudo rara nos lares modernos. Ao contrário, muitas famílias demonstram os pensamentos e intenções do coração humano egoísta – discussões, rebeldia, rivalidade, ira, indecência e mesmo crueldade. Entendamos, porém, que essas características não constituíam parte do plano original de Deus. Jesus disse: “Não foi assim desde o princípio” (Mt 19:8).

Desde o princípio

O sábado e o matrimônio representam dois dons concedidos originalmente por Deus à família humana. Foram destinados a produzir a alegria do repouso e dos familiares, independentes do tempo, lugar e cultura. O estabelecimento dessas duas instituições representou o coroamento da criação divina na Terra. São o ápice, o melhor dos dons excelentes que Deus concedeu à humanidade na criação. Ao estabelecer o sábado, Deus reservou ao ser humano o tempo necessário ao repouso e renovação, tempo de comunhão com Ele. Ao formar a primeira família, estabeleceu a unidade social básica da humanidade, dando-lhe um senso de pertinência e provendo-lhe a oportunidade de desenvolver pessoas habilitadas para o serviço a Deus e aos outros seres humanos.

Homem e mulher à imagem de Deus. Gênesis 1:26 e 27 descreve a divina criação dos seres humanos que deveriam habitar a Terra: “Também disse Deus: ‘Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. [...] Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou.’” O termo homem é usado aqui (tanto em hebraico quanto em português) no sentido genérico, conforme ocorre mais de 500 vezes no Antigo Testamento. O termo inclui seres do sexo masculino e do sexo feminino. O texto deixa claro que não foi o caso de o homem ser criado à imagem de Deus e a mulher à imagem do homem.¹ Ao contrário, ambos foram criados à imagem de Deus.

Da mesma forma como Deus Pai, Deus Filho e o Espírito Santo são Deus, assim homem e mulher, juntos, constituem o “homem”. À semelhança da Divindade, ainda que ambos devam ser um, não desempenham a mesma função. São iguais no tocante ao ser, ou em valor, mas não são idênticos em pessoa (cf. Jo 10:30; 1Co 11:3). Suas características físicas são complementares, suas funções são cooperativas.

Ambos os gêneros são bons (Gn 1:31), e da mesma forma seus diferentes papéis. A família e o lar acham-se construídos sobre o fato da diferenciação sexual. Deus poderia haver propagado a vida sobre a Terra sem criar homem e mulher, conforme está demonstrado por meio da reprodução assexuada de algumas formas de vida animal. Entretanto, Deus fez “dois indivíduos, idênticos quanto à forma e características gerais, mas cada um deles contendo algo que faltava no outro e que serviria para complementá-lo”.² Se o mundo fosse constituído exclusivamente de representantes de um dos sexos, não seria completo. Verdadeira complementação somente pode ocorrer em uma sociedade que envolva tanto homens quanto mulheres. A igualdade não se acha em questão aqui, pois ambos são essenciais.

Durante seu primeiro dia, Adão, o primogênito e, portanto, a cabeça de toda a raça humana,³ percebeu o seu caráter único – não havia outro ser semelhante a ele. “Para o homem, todavia, não se achava uma auxiliadora que lhe fosse idônea” (Gn 2:20). Deus demonstrou sensibilidade ante essa falta, pois disse: “Não é bom que o homem esteja só: far-lhe-ei uma auxiliadora, que lhe seja idônea” (Gn 2:18).

A palavra hebraica *neged*, traduzida como “comparável” ou “idônea”, é um nome que se relaciona com a preposição cujo significado é “estar diante, na frente de, em oposição, correspondendo a” alguém ou alguma coisa. Nesse caso, a pessoa que deveria estar diante de Adão visava a complementá-lo, correspondendo-lhe como contraparte. Foi assim que Deus “fez cair pesado sono sobre o homem, e este adormeceu; tomou uma das suas costelas e fechou o lugar com carne. E a costela que o Senhor Deus tomara ao homem, transformou-a numa mulher” (Gn 2:21, 22).⁴

Ao despertar, Adão reconheceu imediatamente o íntimo e estreito relacionamento que esse ato específico de criação tornara possível. Ele exclamou: “Esta, afinal, é osso dos meus ossos e carne da minha carne; chamar-se-á varoa, porquanto do varão foi tomada” (Gn 2:23; cf. 1Co 11:8).

Matrimônio. A partir da diversidade entre homem e mulher, Deus trouxe

ordem, unidade. Na primeira sexta-feira, celebrou Ele o primeiro casamento, unindo as duas criaturas, condensação de sua imagem, em uma só. O matrimônio se tornou o alicerce da família, o fundamento da própria sociedade, desde o início.

As Escrituras descrevem o casamento como um ato decisivo, tanto de separação quanto de união: “Por isso, deixa o homem pai e mãe e se une à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne” (Gn 2:24).

1. Deixar. Para o êxito do relacionamento matrimonial, é vital que os relacionamentos primários anteriores sejam “deixados”. O relacionamento matrimonial deve sobrepujar aquele que existe entre pais e filhos. Nesse sentido, quando alguém “deixa” o relacionamento com os pais, habilita-se à “união” com o cônjuge. Sem esse processo, não existe fundamento seguro para o matrimônio.

2. Unir-se. O termo hebraico traduzido por “unir-se” provém de uma palavra que significa “amarrar-se a, firmar, juntar, manter em união”. Como substantivo, pode ele também ser usado no sentido de “estar soldado” (Is 41:7). A intimidade e a força desse vínculo ilustram a natureza do vínculo do matrimônio. Qualquer tentativa para romper essa união, prejudicará os indivíduos tão intimamente vinculados. Que esse vínculo humano é muito estreito torna-se claro pelo fato de que o mesmo verbo é usado para representar o vínculo existente entre Deus e seu povo: “Ao SENHOR, teu Deus, temerás; a Ele servirás, a Ele te chegarás e, pelo seu nome, jurarás” (Dt 10:20).

3. Celebrar um concerto. Nas Escrituras, esse compromisso, essa promessa pela qual o casal se une inteiramente, é mencionado como um “concerto”, termo utilizado para os mais solenes e comprometedores acordos conhecidos na Palavra de Deus (Ml 2:14; Pv 2:16, 17). A relação existente entre esposo e esposa deve pautar-se pelo eterno concerto de Deus com seu povo, a igreja (Ef 5:21-33). O comprometimento de um com o outro toma como testemunha a fidelidade e a perseverança que caracterizam o concerto de Deus (Sl 89:34; Lm 3:23).

Deus e os amigos, parentes e vizinhos do casal testemunham o concerto que ambos fazem entre si. Esse concerto é ratificado no Céu. “O que Deus ajuntou não o separe o homem” (Mt 19:6). O casal cristão compreende que, no casamento, ambos fizeram o concerto de se manterem fiéis um ao outro enquanto viverem.⁵

4. Tornar-se uma só carne. O ato de deixar (o lar paterno) e celebrar um concerto de unir-se (ao outro cônjuge) resulta em uma união tão profunda que não pode ser plenamente compreendida. Aqui encontramos a unidade em seu pleno sentido – os cônjuges andam juntos, sustentam-se mutuamente e compartilham de profunda intimidade. Em sua manifestação exterior, essa unidade se refere à união física do matrimônio. Além disso, porém, ela também se refere ao íntimo vínculo que se forma entre as mentes e emoções, e que envolve o lado físico desse relacionamento.

a. Andar juntos. Referindo-se ao relacionamento que mantêm com seu povo, Deus pergunta: “Andarão dois juntos, se não estiverem de acordo?” (Am 3:3). Essa questão também é apropriada em relação àqueles que deverão se tornar uma só carne. Deus instruiu os israelitas a não estabelecerem vínculos de matrimônio com pessoas das nações vizinhas, “pois elas fariam desviar teus filhos de mim, para que servissem a outros deuses” (Dt 7:4; cf. Js 23:11-13). Quando os israelitas passaram a ignorar essas instruções, defrontaram-se com desastrosas consequências (Jz 14-16; 1Rs 11:1-10; Ed 9; 10).

Paulo reiterou esse princípio em termos bastante amplos: “Não vos ponhais em jugo desigual com os incrédulos; porquanto que sociedade pode haver entre a justiça e a iniquidade? Ou que comunhão, da luz com as trevas? Que harmonia, entre Cristo e o maligno? Ou que união, do crente com o incrédulo? Que ligação há entre o santuário de Deus e os ídolos? Porque nós somos santuário do Deus vivente” (2Co 6:14-16; cf. v. 17, 18).

As Escrituras querem dizer claramente que os crentes deveriam se casar apenas com pessoas igualmente crentes. Mas o princípio possui aplicação ainda mais ampla. Verdadeira união depende de acordo em termos de crenças e práticas. Diferenças na experiência religiosa conduzem a diferenças de estilo de vida, que podem levar a profundas tensões e fissuras no matrimônio. Para se alcançar a unidade da qual falam as Escrituras, as pessoas deveriam se casar apenas com outras que pertencessem à mesma comunhão.⁶

b. Sustentar-se mutuamente. Para que possam se tornar uma só carne, duas pessoas devem dedicar completa lealdade uma à outra. Quando alguém se casa, corre todos os riscos e aceita todas as ocorrências relacionadas com seu cônjuge. Aqueles que se unem em matrimônio proclamam sua disposição em compartilhar a responsabilidade do cônjuge, de permanecer ao lado do parceiro contra qualquer evento. O casamento requer aquela espécie de amor ativo e persistente, que não desiste com facilidade.

“Duas pessoas compartilham tudo aquilo que possuem, não apenas seu corpo, não somente suas posses materiais, mas também seus pensamentos e sentimentos, suas alegrias e seus sofrimentos, suas esperanças e seus fracassos. ‘Tornar-se uma só carne’ significa que duas pessoas se tornam completamente uma no corpo, alma e espírito, embora ainda retenham a sua individualidade.”⁷

c. Intimidade. Tornar-se uma só carne envolve relacionamento sexual: “Coabitou o homem com Eva, sua mulher”, e “esta concebeu” (Gn 4:1). No ato em que provocam a união de corpos, uma tendência que homens e mulheres têm sentido desde os dias de Adão e Eva, cada casal reedita a primeira história de amor. O ato de intimidade sexual é a união física mais próxima possível; ela representa a proximidade emocional e espiritual que o casal pode igualmente desenvolver. O amor matrimonial dos cristãos deveria se caracterizar pelo calor, alegria e deleite (Pv 5:18, 19).

“Digno de honra entre todos seja o matrimônio, bem como o leito sem mácula” (Hb 13:4). “As Escrituras nos ensinam claramente que a deleitosa expressão sexual de amor entre marido e esposa constitui plano de Deus. Ela é uma experiência – conforme salienta o autor de Hebreus – *sem mácula*, não pecaminosa, não poluída. Cabe-lhe lugar de grande honra no matrimônio – o santo dos santos em que marido e mulher se encontram reservadamente a fim de celebrar o amor que nutrem um pelo outro. Esses momentos se destinam a ser tão sagrados quanto intensamente deleitosos.”⁸

5. Amor bíblico. Amor marital significa devoção incondicional, cheia de afeto e íntima de um para o outro, a qual estimula o mútuo crescimento da pessoa à imagem de Deus, em todos os aspectos: físico, emocional, intelectual e espiritual. Diferentes espécies de amor operam no casamento: ele possui seus momentos românticos, apaixonados; seus instantes altamente sentimentais; suas ocasiões de conforto; suas horas de companhia e de senso de pertinência. Entretanto, é o amor do tipo *agape* descrito no Novo Testamento – o amor altruísta, todo dedicado ao outro – que corresponde ao fundamento do amor marital verdadeiro e duradouro.

Jesus manifestou a mais elevada forma dessa espécie de amor quando, aceitando simultaneamente a culpa e os resultados de nossos pecados, assumiu a cruz. “Tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até ao fim” (Jo 13:1). Ele nos ama a despeito do que nossos pecados representaram para Ele. Esse foi e é o incondicional amor *agape* de Jesus

Cristo.

Descrevendo esse amor, Paulo escreveu: “O amor é paciente, é benigno; o amor não arde em ciúmes, não se ufana, não se ensoberbece, não se conduz inconvenientemente, não procura os seus interesses, não se exaspera, não se ressentido do mal; não se alegra com a injustiça, mas regozija-se com a verdade; tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. O amor jamais acaba” (1Co 13:4-8).

Comentando essa passagem, Ed Wheat escreveu: “O amor *agape* acha-se ligado a uma eterna fonte de poder e pode se manter em operação quando qualquer outro tipo de amor fracassa [...] Ele ama, não importa o que. Independentemente de quão detestável seja a outra pessoa, *agape* consegue manter-se funcionando. *Agape* é o amor incondicional de Deus por nós. É uma atitude mental baseada em uma escolha deliberada da vontade.”⁹

6. Responsabilidade espiritual individual. Embora os participantes do concerto matrimonial tenham se vinculado indissolavelmente um ao outro, continuam eles sendo individualmente responsáveis pelas decisões que tomam (2Co 5:10). Assumir tais responsabilidades significa que um dos cônjuges jamais acusará o outro em virtude de decisões que ele próprio tomou. Eles devem também assumir a responsabilidade por seu próprio crescimento espiritual; ninguém pode repousar sobre a força espiritual do outro. Ainda assim, contudo, o relacionamento de cada um deles com Deus pode servir como fonte de força e estímulo para o outro.

Os efeitos da queda sobre o matrimônio

A distorção do reflexo humano da imagem de Deus, causada pelo pecado, exerceu seus efeitos sobre o matrimônio, tão certamente como o fez em relação a todas as demais áreas da experiência humana. Interesses próprios introduziram-se onde antes reinara perfeito amor e unidade. O egoísmo é o motivador primário de todos aqueles que não são impelidos pelo amor de Cristo. Opondo-se a todos os princípios da entrega, serviço altruísta e disposição para dar, que o evangelho representa, é o egoísmo o denominador comum de todo fracasso cristão.

Pela desobediência, Adão e Eva violaram o propósito de sua criação. Antes do pecado, haviam eles vivido em contato direto com Deus. Depois, em vez de se dirigirem alegremente a Ele, esconderam-se dele temerosos, tentando ocultar a verdade a respeito de si próprios e negando qualquer

responsabilidade por suas ações. Possuídos de um senso de profunda culpa que as racionalizações não conseguiram apagar, não podiam enfrentar o olhar de Deus e dos santos anjos. Desde então, essa evasão e autojustificadora negação tem constituído o modelo comum de relacionamento humano com Deus.

O temor que os levou a se esconderem, distorceu não apenas o relacionamento de Adão e Eva com Deus, como também o de um para com o outro. Quando Deus os questionou, ambos tentaram se proteger às custas do outro. Suas acusações provêm evidência do grave desequilíbrio que ocorreu no relacionamento de amor que Deus estabelecera na criação.

Após o pecado, Deus disse à mulher: “O teu desejo será para o teu marido, e ele te governará” (Gn 3:16). Deus pretendia que esse princípio, que não alterou a igualdade básica entre homem e mulher, beneficiasse tanto o primeiro par quanto todos os que se casassem daí por diante.¹⁰ Infelizmente o princípio também sofreu distorção. Desde então, a dominação por meio do poder, da manipulação e da destruição da individualidade tem caracterizado o matrimônio ao longo dos séculos. A centralização em si mesmo tem feito reduzir-se grandemente a aceitação e apreço de um pelo outro.

A essência do cristianismo é viver segundo a harmonia autonegadora que caracterizava o matrimônio antes da queda; mas esta destruiu aquela harmonia. As afeições do marido e da esposa devem contribuir para a felicidade um do outro. Cada um deve cultivar a felicidade do outro. Devem fundir-se em um só, embora nenhum deles deva perder sua individualidade, pois esta pertence a Deus.¹¹

Desvios em relação ao ideal divino

Poligamia. A prática segundo a qual um dos cônjuges mantém vários consortes é contrária à singularidade da união que Deus estabeleceu no primeiro matrimônio, no Éden. Na poligamia, o indivíduo não deixa todas as demais. Embora as Escrituras descrevam os casamentos múltiplos como uma realidade cultural no tempo dos patriarcas, a própria descrição mostra claramente que esses casamentos não preenchem o ideal divino. As várias subunidades dentro desses casamentos vieram a envolver-se em disputas de poder, amargos ressentimentos e alienação (Gn 16; cf. 29:16-30:24), sendo as crianças utilizadas como armas emocionais para atingir outros membros da família.

O casamento monogâmico provê aos cônjuges o senso de que pertencem um ao outro, e este fortalece sua intimidade e vinculação. Eles compreendem que seu relacionamento é único e que nenhuma outra pessoa pode compartilhar daquilo que eles compartilham. A relação monogâmica reflete de modo mais claro o relacionamento entre Cristo e sua igreja, e entre os indivíduos e Deus.¹²

Fornicação e adultério. O moderno modo de pensar e proceder faz pouco caso do compromisso pelo qual ambos os cônjuges devem manter fidelidade sexual um ao outro, até à morte. Mas as Escrituras caracterizam como pecado qualquer relação sexual praticada fora do casamento. O sétimo mandamento permanece válido e sem alteração: “Não adulterarás” (Êx 20:14). Não são apresentadas aqui razões qualificativas ou desqualificativas. Esse mandamento é um princípio que preserva zelosamente a relação matrimonial.

A grande preocupação da visão bíblica com respeito à fornicção e ao adultério, apresenta-se em contraste direto com a atual tolerância de tais atividades por parte de “adultos que consentem”. Muitas passagens, tanto do Antigo quanto do Novo Testamentos, condenam tais práticas (Lv 20:10-12; Pv 6:24-32; 7:6-27; 1Co 6:9, 13, 18; Gl 5:19; Ef 5:3; 1Ts 4:3).

Tais ligações podem manifestar resultados de longo alcance e de efeitos prolongados. Elas defraudam o parceiro sexual legítimo, podendo lhe causar dano físico, emocional, financeiro, legal e social. Danificam as famílias envolvidas e, se existem crianças, estas é que sofrem o maior prejuízo. Esse concubinato pode propiciar a transmissão de doenças venéreas e o nascimento de bebês ilegítimos. Além do mais, as nuvens de mentira e desonestidade que normalmente envolvem tais atividades, destroem de tal modo a confiança que, em muitos casos, esta nunca mais consegue ser restaurada. Mesmo à parte das injunções bíblicas contra essas formas de imoralidade, o turbilhão de consequências infelizes daí resultantes seria suficiente para prover ampla advertência contra o envolvimento nas mesmas.

Impureza de pensamentos. Pecado não é apenas o ato exterior; ao contrário, é também uma questão do coração que alcança profundamente os domínios do pensamento. Se a fonte estiver contaminada, não poderão ser limpos os rios. Jesus percebeu que das reservas íntimas da mente provinham as motivações do comportamento humano, afirmando que “do coração procedem os maus desígnios, homicídios, adultérios, prostituição, furtos, falsos testemunhos, blasfêmias” (Mt 15:19). Dentro dessa linha de pensamento, esboçou Ele o ato

de infidelidade praticado no nível de pensamentos e emoções: “Ouvistes o que foi dito: Não adulterarás. Eu, porém, vos digo: qualquer que olhar para uma mulher com intenção impura, no coração, já adulterou com ela” (Mt 5:27, 28).

Toda uma indústria se desenvolveu a fim de capitalizar a perversão da imaginação. Os filmes e livros sensuais que ela produz não podem encontrar lugar na vida do cristão. Eles não somente estimulam relacionamentos ilícitos, como também reduzem homens e mulheres a meros objetos sexuais, distorcendo desse modo o verdadeiro significado da sexualidade e obscurecendo a imagem de Deus. Os cristãos são chamados a exercitar pensamentos puros e viver vida pura, pois estão se preparando para viver em uma sociedade pura ao longo de toda a eternidade.

Incesto. Alguns pais ultrapassam as fronteiras que demarcam a expressão saudável de afeição por seus filhos, tornando-se física e emocionalmente envolvidos, no âmbito íntimo, com eles. Com frequência isso ocorre quando o relacionamento normal entre esposo e esposa foi negligenciado e uma das crianças foi escolhida para desempenhar o papel do cônjuge. Esse atropelo de limites também pode ocorrer entre irmãos e membros da família mais ampla.

O incesto foi proibido no Antigo Testamento (Lv 18:6-29; Dt 27:20-23) e condenado pelo Novo (1Co 5:1-5). Essa espécie de abuso danifica o desenvolvimento sexual da criança e joga sobre a mesma um imerecido fardo de culpa e vergonha, que poderá transparecer no casamento, mais tarde. Quando os pais transgridem os referidos limites, danificam o desenvolvimento do senso de confiança de seus filhos – o qual é extremamente vital à fé em Deus.

Divórcio. Uma declaração de Jesus resume o que a Bíblia tem a dizer no tocante ao divórcio: “O que Deus ajuntou não o separe o homem” (Mt 19:6; Mc 10:7-9). O matrimônio é sagrado porque Deus o consagrou. Em última análise, é Deus quem une marido e mulher, e não meramente palavras humanas ou o ato sexual. Portanto, foi Ele quem selou essa união. A compreensão cristã do divórcio e do novo casamento, portanto, deve basear-se no terreno firme das Escrituras.

A declaração de Jesus torna claro o princípio escriturístico básico subjacente à compreensão cristã do divórcio: Deus pretende que o casamento seja indissolúvel. Quando os fariseus lhe perguntaram se a incompatibilidade marital constituía razão suficiente para o divórcio, Cristo afirmou que o

modelo de casamento apresentado no Éden era o de uma união permanente. Quando o pressionaram ainda mais, citando a lei do divórcio concedida por Moisés, Ele respondeu: “Por causa da dureza do vosso coração é que Moisés vos permitiu repudiar vossa mulher; entretanto, não foi assim desde o princípio” (Mt 19:8). Ele prosseguiu ao estipular que a única razão legítima para o divórcio era a infidelidade conjugal (Mt 5:32; 19:9).

A resposta de Jesus aos fariseus deixa claro que Ele possuía uma compreensão muito mais ampla da questão da fidelidade do que eles. A partir do que Ele falou, e dos princípios relacionados com o casamento, expostos tanto no Antigo quanto no Novo Testamentos, pode-se afirmar que Deus deseja que aqueles que se casam reflitam a imagem divina por meio de uma união permanente.

Mesmo a infidelidade de um dos cônjuges não significa que o matrimônio deve terminar em divórcio. O caminho da cruz estimula profundo arrependimento e perdão, afastando as raízes da amargura. Mesmo no caso de adultério, por meio do perdão e do poder reconciliador de Deus, o cônjuge ofendido deveria se esforçar por manter o propósito original de Deus, manifestado na criação. “Biblicamente falando, o adultério não necessita ser mais destrutivo para o casamento do que qualquer outro pecado. [...] Quando você tem plena disposição para perdoar e se afasta de atitudes negativas, Deus estará mais do que pronto para curar você e para renovar seu amor pelo outro cônjuge.”¹³

Ainda que o ideal divino para o matrimônio seja o de uma união amorável e permanente, que deve prosseguir até à morte do parceiro, por vezes se torna necessária a separação legal em virtude de ofensas físicas, tais como abuso do cônjuge ou de uma criança. “Em algumas jurisdições civis, tal separação só pode ser obtida através do divórcio, que sob tais circunstâncias não deve ser condenado. Mas em tais separações ou divórcios, nos quais a infidelidade aos votos matrimoniais não se acha envolvida, não tem nenhum dos cônjuges o direito escriturístico de casar novamente, a menos que nesse meio tempo o outro cônjuge torne a casar-se, praticando assim adultério ou fornicação; ou então se o outro é removido através da morte.”¹⁴

Pelo fato de ser o casamento uma instituição divina, a igreja tem sobre si uma responsabilidade singular e solene, tanto no sentido de evitar o divórcio quanto, em ele ocorrendo, de remediar tanto quanto possível as feridas por ele causadas.

Homossexualidade. Deus criou homem e mulher para serem diferentes um do outro, e ainda assim se complementarem. Ao assim criá-los, orientou seus sentimentos sexuais em direção ao sexo oposto. A diferenciação e conexão que caracterizam as pessoas, manifestam-se na atração que aproxima os dois sexos um do outro, de modo a estabelecer uma relação completa.

Em alguns casos, o pecado afetou até mesmo essa orientação básica, trazendo a lume um fenômeno que tem sido identificado como inversão. Em tais casos, a orientação natural em direção ao sexo oposto aparece invertida, produzindo uma orientação sexual básica dirigida para pessoas do mesmo gênero.

As Escrituras condenam as práticas homossexuais em termos fortemente negativos (Gn 19:4-10; cf. Jd 7, 8; Lv 18:22; 20:13; Rm 1:26-28; 1Tm 1:8-10). Práticas desse tipo produzem séria distorção da imagem de Deus sobre homens e mulheres.

Uma vez que “todos pecaram e carecem da glória de Deus” (Rm 3:23), os cristãos tratarão com vistas à redenção daqueles que são afligidos por esta distorção. Eles procurarão refletir a atitude de Cristo manifestada para com a mulher apanhada em adultério: “Nem Eu tampouco te condeno; vai e não peques mais” (Jo 8:11). Não apenas os que possuem tendências homossexuais, mas todas as pessoas que se encontram presas a comportamentos ou relações que causam ansiedade, vergonha e sentimento de culpa, necessitam do ouvido cheio de simpatia de um conselheiro cristão treinado e experiente. Nenhum comportamento está além do alcance da restauradora graça de Deus.¹⁵

A família

Depois de haver criado Adão e Eva, Deus lhes concedeu domínio sobre todo o mundo (Gn 1:26; 2:15). Eles construíram a primeira família, a primeira igreja, e assinalaram o começo da sociedade. Assim, foi a sociedade construída sobre os alicerces do matrimônio e da família. Pelo fato de serem os únicos habitantes humanos da Terra, Deus lhes ordenou: “Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a Terra e sujeitai-a” (Gn 1:28).

Conforme indicam as estatísticas populacionais do mundo, não mais existe uma Terra despovoada, clamando por ser habitada e dominada. Mas aqueles casais cristãos que decidem trazer filhos ao mundo, têm ainda sobre si a obrigação de conduzir seus filhos no caminho e na admoestação do Senhor.

Antes que o casal se envolva efetivamente na procriação, deve considerar o ideal divino para a família.

Pais

1. O pai. As Escrituras atribuem ao esposo e pai a responsabilidade de cabeça do lar e sacerdote da família (Cl 3:18-21; 1Pe 3:1-8). Ele se torna um tipo de Cristo, a cabeça da igreja. “O marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo salvador do corpo. Como, porém, a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido. Maridos, amai vossa mulher, como também Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela, para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra, para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito. Assim também os maridos devem amar a sua mulher como ao próprio corpo. Quem ama a esposa a si mesmo se ama” (Ef 5:23-28).

Assim como Cristo conduz a igreja, marido e esposa “devem ambos concordar, mas a Palavra de Deus concede preferência ao julgamento do marido” sempre que não estiver implicada uma questão de consciência.¹⁶ Ao mesmo tempo, tem ele a responsabilidade de tratar a individualidade da esposa com o mais profundo respeito.

Assim como Cristo demonstrou uma liderança gentil, que o conduziu à cruz em atitude de servidão, assim deve o esposo proceder em sacrifício próprio. “A regra de Cristo é sábia e amorável, e quando os esposos cumprem suas obrigações para com as esposas, usarão a autoridade de que dispõem, da mesma forma bondosa com que Cristo a utilizou em relação à igreja. Quando o Espírito de Cristo controla o esposo, a sujeição da esposa resultará tão somente em descanso e benefício, pois ele requererá de sua esposa apenas aquilo que resultará em bem, e da mesma forma como Cristo requer submissão da igreja. [...] Que aqueles que ocupam a posição de maridos estudem as palavras de Cristo, não para descobrir quão completa deve ser a sujeição da esposa, mas para descobrir como podem eles ter a mente de Cristo, tornando-se purificados, refinados e aptos para ser os senhores de suas casas.”¹⁷

Na qualidade de sacerdote da família – tal como Abraão – o pai reunirá os seus no início do dia, a fim de entregá-los ao cuidado do Senhor. À tardinha,

ele os conduzirá em louvor ao nome santo e em ações de graças diante das bênçãos recebidas. Essa adoração em família será o laço que une – a oportunidade que concede a Deus a prioridade na família.¹⁸

O pai sábio gasta tempo com seus filhos. Uma criança pode aprender muitas lições do pai, tais como respeito e amor pela mãe, amor a Deus, a importância da oração, amor por outras pessoas, a senda do trabalho, modéstia, amor pela natureza e pelas coisas que Deus criou. Mas se o pai jamais se encontra no lar, a criança é privada desse privilégio e alegria.

2. A mãe. A maternidade é a relação terrestre que melhor pode ser comparada com Deus. “O rei em seu trono não tem função mais elevada que a mãe. A mãe é a rainha do lar. Ela tem em seu poder o modelar o caráter dos filhos, para que estejam capacitados para a vida mais alta, imortal. Um anjo não desejaria missão mais elevada; pois em fazendo sua obra ela está realizando serviço para Deus. Compreenda ela tão somente o elevado caráter de sua tarefa, e isto lhe inspirará coragem. Compreenda ela a dignidade de sua obra e tome toda a armadura de Deus, para que possa resistir a tentação de se conformar aos padrões do mundo. Sua obra é para o tempo e a eternidade.”¹⁹

Alguém, na família, deve assumir a responsabilidade última pelo caráter dos filhos. O desenvolvimento das crianças não pode ser deixado a esmo ou delegado a outros, pois ninguém sentirá pela criança aquilo que seus pais sentem. Deus criou a mãe com a habilidade de conduzir as crianças dentro de seu próprio corpo, amamentá-las, criá-las e amá-las. Exceto diante de circunstâncias tais como severos fardos financeiros ou em lhe cabendo a tarefa de pai e mãe,²⁰ a mãe tem o privilégio único – se ela o aceitar – de ficar com seus filhos durante todo o dia; ela pode desfrutar de uma obra criadora junto com Deus, enquanto molda o caráter de seus filhos para a eternidade.

“Alguém relacionado com a família necessita considerá-la como a sua carreira. [...] Assumir a carreira de mãe e esposa é uma atividade fabulosamente rara no século vinte, e um trabalho cheio de desafios. Esforços perdidos? Ocupação ingrata? Escrava indigna? Não, a mais excitante possibilidade de inverter a maré, de salvar a espécie, de influenciar a História, de realizar algo que será *sentido* e *ouvido* em círculos cada vez mais amplos.”²¹

Nos tempos do Antigo Testamento, os nomes das pessoas traziam consigo uma pequena declaração a respeito de quem havia gerado a pessoa. Eva

recebeu seu nome depois da queda (Gn 3:20). Uma vez que ela deveria se tornar a mãe de todos os seres humanos, seu nome (*chawwah*, no hebraico) derivava da palavra correspondente a “vidente” (*chay*, no hebraico). Isso refletia a extraordinária posição de honra que ela ocupa na história da raça humana.

Assim como a procriação não constituía direito exclusivo, quer de Adão, quer de Eva, tampouco o constituía a paternidade. Essa responsabilidade também deveria ser compartilhada. Ainda hoje deve ser assim, não apenas na concepção dos filhos, como também ao criá-los. Cada um dos pais tem certas responsabilidades, e estas devem ser executadas como sendo feitas para o Senhor. “Herança do Senhor são os filhos; o fruto do ventre, seu galardão” (Sl 127:3).

Filhos

1. Uma prioridade. Depois de suas responsabilidades para com o Senhor e com o outro cônjuge, não têm os pais maior responsabilidade que em relação às crianças que trouxeram ao mundo. Devem colocar os interesses dos filhos acima de sua própria promoção e conforto; as crianças não escolheram vir ao mundo, e devem ser-lhes concedidas as melhores oportunidades para começar bem na vida. Uma vez que as influências pré-natais afetam vitalmente a saúde espiritual, mental e física do novo ser, o esforço de promover o bem-estar das crianças deveria começar antes do nascimento.²²

2. Amor. O amor dos pais deveria ser incondicional e disposto ao sacrifício. Mesmo que ele jamais venha a ser plenamente retribuído, as crianças precisam recebê-lo a fim de poderem desenvolver boa autoimagem e saúde emocional por toda a vida. Crianças que têm necessidade de se esforçar para obter o amor ou que se sentem rejeitadas e sem importância, tentarão obter amor de seus pais por meio do comportamento indesejado, o qual se torna arraigado e habitual.²³

Crianças que sentem certeza do amor de seus pais o estenderão a outros. Pode-se lhes ensinar a dar e a receber, e que há uma razão para a existência, além do próprio eu. À medida que as crianças crescem, pode-se lhes ensinar a glorificar a Deus.

3. Comprometimento. Os pais cristãos devem dedicar seus filhos ao serviço de Deus tão cedo quanto possível na vida. As congregações adventistas do sétimo dia proveem a oportunidade de tal dedicação por meio de uma

cerimônia simples, na qual, diante da congregação, os pais apresentam seus filhos a Deus em oração, tal como José e Maria apresentaram o infante Jesus ao Senhor no templo (Lc 2:22-39). Dessa forma, a criança começa a vida como parte da família espiritual mais ampla. Membros da congregação participam do desenvolvimento social e espiritual de seus pequenos, pois estes são também filhos de Deus e membros do corpo de Cristo.

Nesse serviço de dedicação, os pais também se dedicam à educação da criança nos caminhos do Senhor, de modo que a imagem de Deus possa ser formada sobre o infante. Para alcançar esse alvo, os pais deverão trazer os pequenos à Escola Sabatina e à igreja, fazendo-o com regularidade, e assim os filhos se sentirão como fazendo parte do corpo de Cristo desde cedo na vida. Ao atingirem as crianças a idade escolar, os pais e a igreja deverão envidar todos os esforços para que os pequenos recebam educação cristã, que fará crescer neles ainda mais o amor ao Salvador.

4. Constância. Os ensinamentos espirituais que os pais praticam, representam um processo constante, que avança para cada fase da vida das crianças. “Estas palavras que, hoje, te ordeno estarão no teu coração; tu as inculcarás a teus filhos, e delas falarás assentado em tua casa, e andando pelo caminho, e ao deitar-te, e ao levantar-te. Também as atarás como sinal na tua mão, e te serão por frontal entre os teus olhos. E as escreverás nos umbrais de tua casa e nas tuas portas” (Dt 6:6-9; 11:18 e seguintes).

A criança é influenciada por toda a atmosfera do lar. Os pais não podem ministrar espiritualidade apenas por meio do culto doméstico. Ela deve vir através de sua contínua confiança em Jesus; deve ser manifestada no estilo de vida dos pais, no seu vestuário e até mesmo na decoração do lar. Conhecer a Deus como um pai amorável é vital para o crescimento cristão da criança.

5. Aprendizado da obediência. “Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele” (Pv 22:6). O que significa isso? Disciplina implica muito mais que apenas punição. A punição usualmente lida com o passado, ao passo que a disciplina contempla o futuro. A disciplina é um processo de discipulado, em que a criança é o aprendiz dos pais no tocante a treinamento, orientação e exemplo. Significa ensinar princípios importantes, tais como lealdade, verdade, justiça, coerência, paciência, ordem, misericórdia, generosidade e trabalho.

Quando as crianças aprendem desde cedo a obedecer implicitamente aos pais, a autoridade jamais será problema para elas ao longo da vida. Mas o

tipo de obediência aprendida também é importante. A obediência genuína se manifesta não apenas porque é requerida, mas porque brota do íntimo. O segredo desse tipo de obediência repousa no novo nascimento.

“O homem que tenta observar os mandamentos de Deus por um senso de obrigação apenas – porque é requerido que assim faça – jamais sentirá o prazer da obediência. Não obedece. Quando, por contrariarem a inclinação humana, os reclamos de Deus são considerados um fardo, podemos saber que a vida não é uma vida cristã. A verdadeira obediência é a expressão de um princípio interior. Origina-se do amor à justiça, o amor à lei de Deus. A essência de toda justiça é lealdade ao nosso Redentor. Isso nos levará a fazer o que é reto porque é reto, porque a retidão é agradável a Deus.”²⁴

6. Socialização e desenvolvimento da linguagem. É no círculo familiar que as crianças se tornam seres sociais, membros da raça humana, com todos os privilégios e responsabilidades que isso implica. Socialização é o processo pelo qual as crianças aprendem as habilidades básicas com as quais desempenharão funções na sociedade. A linguagem, com todas as suas nuances de comunicação, é uma das primeiras habilidades adquiridas pela criança. A linguagem utilizada em casa deve ser cuidadosamente monitorada, de modo que por ela se possa revelar o caráter de Deus. A criança deveria ouvir frequentes expressões alegres e espontâneas de afeição entre os membros da família, bem como louvores a Deus.

7. Identidade de gênero. É no lar, com todas as interações que ocorrem entre pessoas do sexo masculino e feminino, e que constituem todo o sistema familiar, que a criança aprende a agir como homem ou como mulher no contexto da sociedade. Os adultos devem lhe ensinar quanto à beleza de seu desenvolvimento sexual por meio de informações corretas e apropriadas. É também responsabilidade dos pais salvaguardar as crianças do abuso sexual.

8. Aprendizado de valores. Uma função básica de socialização no lar, consiste em prover à criança a assimilação dos valores retratados pela família. Os valores familiares e seus conceitos religiosos nem sempre coincidem. Os pais podem professar adesão a certos princípios religiosos, mas os valores por meio dos quais os filhos são moldados podem não estar de acordo com esses princípios. É importante que os pais sejam coerentes.

A família ampliada. O matrimônio, tal qual projetado por Deus, é exclusivo; a família, porém, não o é. Em uma sociedade tão movimentada como a atual, raramente encontraremos a família, no seu conceito mais amplo – avós,

irmãos e primos – vivendo todos bem próximos uns dos outros. A igreja pode ajudar aqueles que estão distantes dos parentes de sangue, ou que não os possuem, a encontrar verdadeiro senso de valor e de pertinência. Aqui, também, os pais que se encontram no desempenho de função dupla (pai e mãe, simultaneamente), encontrarão um lugar confortável para a condução de seus filhos com amor e terna estima. E a igreja pode suprir modelos apropriados de desempenho, que talvez estejam faltando em casa.

Aprendendo a amar as pessoas de mais idade na congregação, as crianças aprendem o respeito. Por sua vez, aqueles de mais idade deveriam expressar sua satisfação em ter um pequeno a quem podem amar e com quem se deleitar. “Não me desampares, pois, ó Deus, até à minha velhice e às cãs; até que eu tenha declarado à presente geração a tua força, e às vindouras o teu poder” (Sl 71:18).

Deus concede consideração especial aos idosos, dizendo: “Coroa de honra são as cãs, quando se acham no caminho da justiça” (Pv 16:31) e “Até à vossa velhice, Eu serei o mesmo e, ainda até às cãs, Eu vos carregarei; já o tenho feito; levar-vos-ei, pois, carregar-vos-ei e vos salvarei” (Is 46:4).

Na igreja, os solteiros – ou solitários – encontrarão um lugar especial onde poderão ser amados e estimados, e onde também poderão compartilhar seu amor e energia com os outros. Através de seu ministério, podem chegar a sentir o cuidado de Deus por eles: “Com amor eterno Eu te amei; por isso, com benignidade te atraí” (Jr 31:3).

Constitui parte da “religião pura” prover atenção especial para os que se encontram em necessidade (Tg 1:27; Êx 22:22; Dt 24:17; 26:12; Pv 23:10; Is 1:17). A família da igreja tem a oportunidade especial de prover um refúgio, um abrigo, um ponto de referência a todos os que não possuem família; isso pode circundar e incluir cada membro na unidade especial que, Cristo disse, seria a própria marca do cristianismo (Jo 17:20-23).

O retorno

Uma vez que a família é a própria alma da igreja e da sociedade, a família cristã será um instrumento para a conversão e manutenção de seus membros no rebanho do Senhor. Os últimos versículos do Antigo Testamento são uma profecia daquilo que ocorrerá antes do retorno do Senhor: “Eis que Eu vos enviarei o profeta Elias, antes que venha o grande e terrível Dia do SENHOR; ele converterá o coração dos pais aos filhos e o coração dos filhos a seus

pais” (Ml 4:5, 6). Enquanto várias forças da atualidade tentam dispersar os membros da família, Deus a convoca para uma re-união, uma re-solidificação, um retorno e restauração. Aquelas famílias que responderem a seu chamado possuirão um poder que revelará o genuíno cristianismo. A igreja que for constituída de tais famílias crescerá; seus jovens não a abandonarão; ela retratará perante o mundo um quadro nítido de Deus.

¹ Cf. E. G. White, *Educação*, p. 20.

² A. W. Spalding, *Makers of the Home* (Mountain View: Pacific Press, 1928), p. 58.

³ Que Adão era responsável pelo Planeta torna-se evidente pelo fato de Deus responsabilizá-lo pelo pecado, mesmo não tendo ele sido o primeiro transgressor (Gn 3). O Novo Testamento, ao comparar o primeiro e segundo Adão, atribui ao primeiro a responsabilidade pela entrada do pecado e da morte no mundo (Rm 5:12-21; 1Co 15:22; cf. E. G. White, *O Grande Conflito*, p. 647).

⁴ “O próprio Deus deu a Adão uma companheira. Proveu-lhe uma ‘adjutora’ – ajudadora esta que lhe correspondesse – a qual estava em condições de ser sua companheira, e que poderia ser um com ele, em amor e simpatia. Eva foi criada de uma costela tirada do lado de Adão, significando que não o deveria dominar, como a cabeça, nem ser pisada sob os pés como se fosse inferior, mas estar a seu lado como sua igual, e ser amada e protegida por ele” (E. G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 46).

⁵ Para maiores considerações quanto aos aspectos de “concerto” do matrimônio, ver “Marriage as Covenant”, em *Covenant and Marriage: Partnership and Commitment*, Leader’s Notebook (Nashville: Family Ministry Department, Sunday School Board of the Southern Baptist Convention, 1987), p. 51-60.

⁶ Ver *Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia* [Casa Publicadora Brasileira], edição de 2015, p. 157, 158; F. M. Wilcox, “Marrying Unbelievers”, *Review and Herald*, 2 de julho de 1914, p. 9, 10; G. B. Thompson, “Marrying Unbelievers: ‘Can Two Walk Together, Except They Be Agreed?’”, *Review and Herald*, 31 de julho de 1941, p. 2, 12-14; F. M. Wilcox, “The Marriage Relationship, Following the Divine Order”, *Review and Herald*, 4 de maio de 1944, p. 1-4; E. G. White, *Testemunhos Para a Igreja*, v. 4, p. 503-508.

⁷ Walter Trobisch, *I Married You* (Nova York: Harper and Row, 1971), p. 18.

⁸ Ed Wheat, *Love Life for Every Married Couple* (Grand Rapids: Zondervan, 1980), p. 72.

⁹ *Ibid.*, p. 62.

¹⁰ E. G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 58, 59.

¹¹ Ver, por exemplo, E. G. White, *A Ciência do Bom Viver*, p. 361; E. G. White, *Mensagens aos Jovens*, p. 451.

¹² Ver também E. G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 145, 208, 337, 338; E. G. White, *Spiritual Gifts*, v. 3, p. 104, 105; v. 4a, p. 86.

¹³ Wheat, *Love Life for Every Married Couple*, p. 202. Ver também “The Divorce Court or the Cross”, em Roy Hession, *Forgotten Factors... An Aid to Deeper Repentance of the Forgotten Factors of Sexual Misbehavior* (Fort Washington: Christian Literature Crusade, 1976); Wheat, “How to Save Your Marriage Alone”, em *Love Life*; e Gary Chapman, *Hope for the Separated: Wounded Marriages Can Be Healed* (Chicago: Moody Press, 1982).

¹⁴ *Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia*, p. 163, 164.

¹⁵ Ver Hession, *Forgotten Factors*. Ao ajudar os transgressores a se arrependem e a encontrar perdão em um Deus amorável, esse excelente volume delinea cuidadosamente os aspectos mais profundos da imoralidade sexual.

¹⁶ E. G. White, *Testemunhos Para a Igreja*, v. 1, p. 307. Ela também escreveu: “Nós, mulheres, devemos lembrar que Deus nos pôs em sujeição a nosso marido. Ele é o cabeça; portanto, nosso julgamento, pontos de vista e razões devem concordar com os dele, se possível. Se não, a preferência da Palavra de Deus é dada ao marido em tudo aquilo que não seja questão de consciência. Devemos sujeitar-nos à cabeça” (E. G. White, Carta 5, 1861).

¹⁷ E. G. White, *Manuscrito 17*, 1891. Ver também Larry Christenson, *The Christian Family* (Mineápolis: Bethany Fellowship, 1970).

¹⁸ Para obter ideias sobre como desenvolver um culto doméstico dinâmico, ver John e Millie Youngberg, *Heart Tuning: A Guide to Better Family Worship* (Washington, DC: Review and Herald, 1985); Christenson, *The Christian Family*, p. 157-197.

¹⁹ E. G. White, *O Lar Adventista*, p. 231, 232.

²⁰ Os pais que enfrentam a necessidade de colocar os filhos sob os cuidados de outra pessoa deveriam escolher alguém que tenha os mesmos valores que eles, de modo que possa existir plena cooperação ao se conduzir a criança no amor e “admoestação do Senhor”. Os pais deveriam igualmente observar cuidadosamente as demais crianças com as quais seus filhos se associam. Desejam os pais que seus filhos sejam semelhantes àquelas crianças? As crianças aprendem muito, rapidamente e de forma indelével; todos os aspectos do cuidado da criança devem ser conscienciosamente explorados.

²¹ Edith Schaefer, *What Is a Family?* (Old Tappan: Fleming H. Revell, 1975), p. 47.

²² Ver E. G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 512; E. G. White, *O Lar Adventista*, p. 255-259.

²³ Ver Gary Smalley e John Trent, *The Blessing* (Nashville: Thomas Nelson, 1986). Os autores expõem cuidadosamente de que modo a demonstração ou retenção do amor incondicional representa a chave para o bem-estar emocional e psicológico da criança em desenvolvimento.

²⁴ E. G. White, *Parábolas de Jesus*, p. 97, 98.



A DOCTRINA DOS ÚLTIMOS EVENTOS

O MINISTÉRIO DE CRISTO NO SANTUÁRIO CELESTIAL



Há um santuário no Céu, o verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, não seres humanos. Nele Cristo ministra em nosso favor, tornando acessíveis aos crentes os benefícios de seu sacrifício expiatório oferecido uma vez por todas na cruz. Em sua ascensão, Ele foi empossado como nosso grande Sumo Sacerdote e começou seu ministério intercessório, que foi tipificado pela obra do sumo sacerdote no lugar santo do santuário terrestre. Em 1844, no fim do período profético dos 2.300 dias, Ele iniciou a segunda e última etapa de seu ministério expiatório, que foi tipificado pela obra do sumo sacerdote no lugar santíssimo do santuário terrestre. É uma obra de juízo investigativo, a qual faz parte da eliminação final de todo pecado, prefigurada pela purificação do antigo santuário hebraico, no Dia da Expição. Nesse serviço típico, o santuário era purificado com o sangue de sacrifícios de animais, mas as coisas celestiais são purificadas com o perfeito sacrifício do sangue de Jesus. O juízo investigativo revela aos seres celestiais quem dentre os mortos dorme em Cristo, sendo, portanto, nele, considerado digno de ter parte na primeira ressurreição. Também torna manifesto quem, dentre os vivos, permanece em Cristo, guardando os mandamentos de Deus e a fé de Jesus, estando, portanto, nele, preparado para a transladação ao seu reino eterno. Este julgamento vindica a justiça de Deus em salvar os que creem em Jesus. Declara que os que permaneceram leais a Deus receberão o reino. A terminação do ministério de Cristo assinalará o fim do tempo da graça para os seres humanos, antes do segundo advento.

chegada a hora do sacrifício da tarde. O sacerdote está em pé no pátio do

É templo de Jerusalém, pronto para oferecer um cordeiro como sacrifício. Ergue o cutelo para imolar a vítima, mas nesse momento a Terra sofre uma convulsão. Aterrorizado, ele solta o cutelo e o cordeiro escapa. Por sobre o estrondo do terremoto, ele ouve um alto ruído de algo que se rasga, enquanto mãos invisíveis partem o véu do templo de alto a baixo.

Fora da cidade, nuvens negras envolvem uma cruz. Quando Jesus, o Cordeiro Pascal de Deus, exclama: “Está feito!”, Ele morre pelos pecados do mundo.

O tipo encontrara o antítipo. O próprio evento ao qual os serviços do templo haviam apontado durante séculos, acabara de ocorrer. O Salvador completara seu sacrifício expiatório, e pelo fato de o símbolo haver encontrado a realidade, os rituais que antecipavam esse sacrifício haviam sido ultrapassados. Por essa razão, o véu rasgou-se, o cutelo caiu das mãos do sacerdote e o cordeiro escapou.

Há mais, porém, em relação à história da salvação. A questão vai além da cruz. A ressurreição e a ascensão de Jesus dirigem nossa atenção para o santuário celestial onde, não mais como Cordeiro, Ele ministra como sacerdote. O sacrifício foi oferecido uma vez por todas (Hb 9:28); agora Ele torna disponíveis a todos os benefícios de seu sacrifício expiatório.

O santuário celestial

Deus instruiu Moisés quanto à construção do lugar em que, na Terra, Ele iria habitar (Êx 25:8); tratava-se do primeiro santuário, o qual funcionou sob o primeiro (velho) concerto (Hb 9:1). Esse era o lugar no qual se ensinava ao povo o caminho da salvação. Cerca de 400 anos mais tarde, o templo permanente em Jerusalém, construído pelo rei Salomão, ocupou o lugar do tabernáculo transportável de Moisés. Depois que Nabucodonosor destruiu o templo, os exilados que retornaram de Babilônia construíram o segundo templo, que foi mais tarde embelezado grandemente por Herodes, o Grande; este último templo foi destruído pelos romanos no ano 70 d.C.

O Novo Testamento revela que o novo concerto também possui seu templo, e este se encontra no Céu. Nele Cristo trabalha como sumo sacerdote “à destra do trono da Majestade”. Esse santuário é o “verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, não o homem” (Hb 8:1, 2).¹ No monte Sinai, foi mostrado a Moisés um “modelo”, cópia ou miniatura do santuário celestial (Êx 25:9, 40).² As Escrituras identificam o santuário mosaico como “figuras

das coisas que se acham nos céus” e “figura do verdadeiro” santuário (Hb 9:23, 24). O santuário terrestre e seus serviços nos proveem, portanto, vislumbres especiais no tocante ao papel do santuário celestial.

Em toda a sua extensão, a Escritura presume a existência de um templo ou santuário celestial (por exemplo, Sl 11:4; 102:19; Mq 1:2, 3).³ Em visão, o apóstolo João contemplou o santuário celestial. Ele o descreve como “o santuário do tabernáculo do testemunho” que está no Céu (Ap 15:5) e “o santuário de Deus, que se acha no Céu” (Ap 11:19). Ele chegou a contemplar os itens que constituíram o modelo para a mobília que ocupava o espaço do lugar santo do santuário terrestre, tais como o castiçal com sete lâmpadas (Ap 1:12) e o altar de incenso (Ap 8:3). Viu também a arca da aliança, que no santuário terrestre ocupava o Santo dos Santos (Ap 11:19).

O altar de incenso do santuário celestial acha-se situado diante do trono de Deus (Ap 8:3; 9:13), que se localiza no templo celestial de Deus (Ap 4:2; 7:15; 16:17). Portanto, a cena do trono celestial (Dn 7:9, 10) ocorre no templo ou santuário celestial. É por essa razão que os juízos finais de Deus partem de seu templo (Ap 15:5-8).

Torna-se claro, portanto, que as Escrituras apresentam o santuário celestial como um lugar efetivamente existente (Hb 8:2), não como uma metáfora ou abstração.⁴ O santuário celestial é o lugar primário de habitação de Deus.

O ministério no santuário celestial

A mensagem do santuário era uma mensagem de salvação. Deus utilizou os seus serviços para proclamar o evangelho (Hb 4:2). Os serviços do santuário terrestre eram “uma parábola para a época presente” até o tempo da primeira vinda de Cristo (Hb 9:9, 10). “Através de símbolos e rituais Deus propôs, por meio desse evangelho-parábola, focalizar a fé de Israel no sacrifício e ministério sacerdotal do Redentor do mundo, o ‘Cordeiro de Deus’ que haveria de remover todo pecado do mundo (Gl 3:23; Jo 1:29).”⁵

O santuário ilustra três fases do ministério de Cristo: (1) sacrifício substitutivo, (2) mediação sacerdotal e (3) julgamento final.

O sacrifício substitutivo. Todos os sacrifícios do santuário simbolizavam a morte de Jesus para o perdão dos pecados, revelando a verdade de que “sem derramamento de sangue, não há remissão” (Hb 9:22). Esses sacrifícios ilustravam as seguintes verdades:

1. **Deus julga o pecado.** Pelo fato de o pecado constituir uma profunda rebelião

contra tudo o que é bom, puro e verdadeiro, ele não pode ser ignorado. “O salário do pecado é a morte” (Rm 6:23).

2. A morte substitutiva de Cristo. “Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas; [...] mas o SENHOR fez cair sobre Ele a iniquidade de nós todos” (Is 53:6); “Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras” (1Co 15:3).

3. Deus provê o sacrifício expiatório. Esse sacrifício é “Cristo Jesus, a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé” (Rm 3:24, 25). “Aquele que não conheceu pecado, Ele o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus” (2Co 5:21). Cristo, o Redentor, assumiu sobre si o julgamento do pecado. Portanto, “Cristo foi tratado como nós merecíamos, para que pudéssemos receber o tratamento a que Ele tinha direito. Foi condenado pelos nossos pecados, nos quais não tinha participação, para que fôssemos justificados por sua justiça, na qual não tínhamos parte. Sofreu a morte que nos cabia, para que recebêssemos a vida que a Ele pertencia. ‘Pelas suas pisaduras fomos sarados’ (Is 53:5).”⁶

Os sacrifícios do santuário terrestre eram repetitivos. Tal qual uma história, esse ritual – parábola da redenção – era contado e recontado ano após ano. Em contraste, o antítipo – o verdadeiro sacrifício expiatório, a morte do Senhor – ocorreu no Calvário *uma vez por todas* (Hb 9:26-28; 10:10-14).

Na cruz, a penalidade pelo pecado humano foi plenamente paga. A justiça divina foi satisfeita. Sob a perspectiva legal, o mundo havia sido restaurado ao favor divino (Rm 5:18). A expiação, ou reconciliação, foi completada na cruz, conforme antecipada pelos sacrifícios, e o pecador penitente pode confiar plenamente nessa obra do Senhor, concluída.⁷

O Mediador sacerdotal. Se o sacrifício expiou os pecados, por que era necessário um sacerdote?

O papel do sacerdote chamava a atenção para a necessidade de mediação entre os pecadores e um Deus santo. A mediação sacerdotal revela a gravidade do pecado e a alienação que ele ocasionou entre um Deus sem pecado e a criatura pecaminosa. “Assim como cada sacrifício antecipava a morte de Cristo, assim cada sacerdote antecipava o ministério mediatório de Cristo como sumo sacerdote no santuário celestial. ‘Porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem’ (1Tm 2:5).”⁸

1. Mediador e expiação. A aplicação do sangue expiatório durante o

ministério mediatório dos sacerdotes era também vista como uma forma de expiação (Lv 4:35). Em inglês, o termo *atonement* (expição) implica reconciliação entre duas partes que se achavam rompidas. Assim como a morte expiatória de Cristo reconciliou o mundo com Deus, assim a sua mediação, ou aplicação dos méritos de sua vida sem pecado e morte substitutiva, faz da reconciliação ou expiação com Deus uma realidade pessoal para o crente.

O sacerdócio levítico ilustra o ministério redentor que Cristo tem desempenhado desde sua morte. Nosso Sumo Sacerdote, que serve “à destra do trono da Majestade nos céus”, trabalha “como ministro do santuário e do verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, não o homem” (Hb 8:1, 2).

O santuário celestial é o grande centro de comando, de onde Cristo conduz seu ministério sacerdotal em favor de nossa salvação. Ele é capaz de “salvar totalmente os que por Ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles” (Hb 7:25). Portanto, somos estimulados a nos aproximar “confiadamente, junto ao trono da graça. A fim de recebermos misericórdia e acharmos graça para socorro em ocasião oportuna” (Hb 4:16).

No santuário terrestre, os sacerdotes desempenhavam dois ministérios distintos – o ministério diário no lugar santo, ou primeiro compartimento (ver capítulo 4 deste livro), e o ministério anual no lugar santíssimo, ou segundo compartimento. Esses serviços ilustravam o ministério sacerdotal de Cristo.⁹

2. O ministério no lugar santo. O ministério sacerdotal no lugar santo do santuário poderia ser caracterizado como um ministério de intercessão, perdão, reconciliação e restauração. Sendo contínuo, provia contínuo acesso a Deus, por meio do sacerdote.¹⁰ Simbolizava a verdade de que o pecador arrependido dispõe de imediato e contínuo acesso a Deus por intermédio do ministério sacerdotal de Cristo como nosso intercessor e mediador (Ef 2:18; Hb 4:14-16; 7:25; 9:24; 10:19-22).

Quando o pecador penitente¹¹ vinha ao santuário com um sacrifício, depunha as mãos sobre a cabeça do inocente animal e confessava seus pecados. Esse ato transferia simbolicamente seus pecados e penalidade para a vítima. Como resultado, ele obtinha perdão de suas transgressões.¹² Assim estabelece *The Jewish Encyclopedia*: “A deposição de mãos sobre a cabeça da vítima é um rito comum, pelo qual são efetuadas a substituição e a transferência de pecados.” “Em cada sacrifício acha-se presente a ideia de substituição; a vítima assume o lugar do pecador humano.”¹³

O sangue da oferta pelo pecado era aplicado de duas formas: a) Se ele fosse levado para o lugar santo, era aspergido diante do véu interno e colocado nos cantos do altar de incenso (Lv 4:6, 7, 17, 18). b) Se não era conduzido para o lugar santo, sua colocação era feita nos cantos do altar de holocaustos, no pátio (Lv 4:25, 30). Nesse caso, o sacerdote comia parte da carne do sacrifício (Lv 6:25, 26, 30). Em ambos os casos, os participantes entendiam que seus pecados e responsabilidades eram transferidos ao santuário e seu sacerdócio.¹⁴

“Nesta parábola ritual, o santuário assumia a culpa e a responsabilidade do penitente – pelo menos durante certo tempo – quando o penitente oferecia a oferta pelo pecado, confessando seus erros. Ele saía dali perdoado, certo da aceitação divina. Assim, no serviço antitípico, quando um pecador é levado pelo Espírito Santo a aceitar a Cristo como seu Salvador e Senhor, *Cristo assume seus pecados e responsabilidade*. Ele é perdoado graciosamente. Cristo é o fiador do crente, bem como o seu substituto.”¹⁵

Tanto no tipo quanto no antítipo, o ministério do lugar santo centraliza-se primariamente no indivíduo. O ministério sacerdotal de Cristo providencia o perdão do pecador e sua reconciliação com Deus (Hb 7:25). “Em consideração a Cristo, Deus perdoa o pecador arrependido, imputa-lhe o reto caráter e a obediência de seu Filho, perdoa seus pecados, e registra seu nome no livro da vida, como um de seus filhos (Ef 4:32; 1Jo 1:9; 2Co 5:21; Rm 3:24; Lc 10:20). E à medida que o crente permanece em Cristo, a graça espiritual lhe é mediada por meio de nosso Senhor, por meio do Espírito Santo, de modo que ele alcança maturidade espiritual e desenvolve as virtudes e graças que refletem o divino caráter (2Pe 3:18; Gl 5:22, 23).”¹⁶

O ministério no lugar santo efetua a justificação e santificação do crente.

O julgamento final. Os eventos do Dia da Expição ilustram as três fases do divino julgamento final. São elas: (1) o “julgamento pré- milenial” (ou “juízo investigativo”), que também é conhecido como “julgamento pré-advento”; (2) o “julgamento milenial”; e (3) o “julgamento executivo”, que ocorre ao final do milênio.

1. O ministério no lugar santíssimo. A segunda divisão do ministério sacerdotal acha-se centralizada primariamente no santuário, tendo a ver com a purificação do santuário e do povo de Deus. Essa forma de ministério, que focalizava o lugar santíssimo do santuário e que podia ser desempenhada tão somente pelo sumo sacerdote, limitava-se a um único dia do calendário

religioso.

A purificação do santuário requeria dois bodes – o bode do Senhor e o bode emissário (*Azazel*, em hebraico). Ao sacrificar o bode do Senhor, o sumo sacerdote efetuava a expiação pelo “santuário [na verdade, ‘santuário’ em todo este capítulo refere-se ao lugar santíssimo], pela tenda da congregação [o lugar santo], e pelo altar [o pátio]” (Lv 16:20; cf. 16:16-18).

Tomando o sangue do bode do Senhor, o qual representava o sangue de Cristo, e levando-o para o interior do lugar santíssimo, o sumo sacerdote aplicava-o diretamente, na própria presença de Deus, ao propiciatório – a cobertura da arca, dentro da qual estavam contidos os Dez Mandamentos – a fim de satisfazer as exigências da santa lei de Deus. Sua ação simbolizava o imensurável preço que Cristo teria de pagar pelos nossos pecados, revelando quão ansioso Deus se sente por efetuar a reconciliação de seu povo consigo mesmo (cf. 2Co 5:19). Então, o sumo sacerdote aplicava esse sangue ao altar do incenso e ao altar dos holocaustos, os quais haviam sido diariamente aspergidos com o sangue que representava os pecados confessados. Dessa forma, o sumo sacerdote efetuava a expiação pelo santuário, bem como pelo povo, efetuando a purificação de ambos (Lv 16:16-20, 30-33). Passo seguinte, representando a Cristo como mediador, o sumo sacerdote assumia sobre si próprio os pecados que haviam poluído o santuário e os transferia para o bode vivo, *Azazel*, o qual era então conduzido para fora do acampamento do povo de Deus. Esse ato removia os pecados do povo, os quais a essa altura haviam sido simbolicamente transferidos dos crentes arrependidos para o santuário através do sangue ou da carne dos sacrifícios do ministério diário de perdão. Deste modo o santuário era purificado e preparado para mais um ano de atividade ministerial (Lv 16:16-20, 30-33).¹⁷ E assim todas as coisas eram colocadas em ordem entre Deus e seu povo.¹⁸

Vemos assim que o dia da expiação ilustra o processo de julgamento que lida com a erradicação do pecado. A expiação levada a efeito nesse dia “prefigurava a aplicação final dos méritos de Cristo a fim de banir a presença do pecado por toda a eternidade, e para empreender plena reconciliação do universo, sob o governo harmonioso de Deus”.¹⁹

Planta do santuário hebraico



2. Azazel, o bode emissário. “A tradução ‘bode emissário’, do hebraico *azazel*, provém da Vulgata, com a expressão ‘caper emissarius’, ‘bode a ser mandado embora’ (Lv 16:8).²⁰ O exame cuidadoso de Levítico 16 revela que Azazel representa Satanás, e não Cristo, conforme alguns têm imaginado. São estes os argumentos que apoiam essa interpretação: “(1) o bode emissário não era morto como sacrifício, e assim não poderia ser usado como um meio para trazer o perdão, uma vez que ‘sem derramamento de sangue, não há remissão’ (Hb 9:22); (2) o santuário era inteiramente purificado pelo sangue do bode do Senhor *antes* que o bode emissário fosse introduzido no ritual (Lv 16:20); (3) a passagem trata o bode emissário como um ser pessoal que é o oposto, e se opõe, a Deus (Lv 16:8 diz, literalmente: ‘Um para o SENHOR, o outro para Azazel’). Portanto, na compreensão da parábola do santuário, é mais coerente ver o bode do Senhor como símbolo de Cristo e o bode emissário – Azazel – como símbolo de Satanás.”²¹

3. As diferentes fases do julgamento. O ritual do bode emissário no dia da expiação apontava para além do Calvário, ao fim do último problema do pecado – o banimento deste e de Satanás. A “plena responsabilidade pelo pecado será devolvida a Satanás, o seu originador e instigador. Satanás e seus seguidores, bem como todos os efeitos do pecado, serão banidos do universo por meio da destruição. A expiação por meio do julgamento, portanto, fará brotar um universo plenamente reconciliado e harmonioso (Ef 1:10). Esse é o objetivo que a segunda e última fase do ministério de Cristo como sacerdote do santuário celestial atingirá”.²² Esse julgamento testemunhará a vindicação final de Deus diante do universo.²³

O Dia da Expiação retratava as três fases do julgamento final:

a. A remoção dos pecados do santuário relaciona-se com a primeira fase – a investigativa, ou fase pré-advento – do julgamento. Ela “focaliza os livros anotados no Livro da Vida, assim como o Dia da Expiação focalizava a

remoção dos pecados confessados do penitente, do santuário. Falsos crentes serão eliminados; a fé dos genuínos crentes e sua união com Cristo serão reafirmadas perante o universo leal, e os registros de seus pecados serão apagados”.²⁴

b. O banimento do bode emissário para o deserto simboliza a prisão de Satanás durante o milênio, na desolada Terra; este milênio começa por ocasião do segundo advento e coincide com a segunda fase do julgamento final, a qual ocorre no Céu (Ap 20:4; 1Co 6:1-3). Esse julgamento milenial envolve a revisão do julgamento dos maus e será empreendido em benefício dos redimidos, ao conceder-lhes o vislumbre do trato de Deus com o pecado e com aqueles pecadores que não se salvarão. Será respondida assim qualquer pergunta que os salvos possam ter a respeito da justiça e da misericórdia de Deus (ver capítulo 27).

c. O acampamento purificado simboliza os resultados da terceira fase do julgamento, a fase executiva, quando o fogo destruirá os maus e purificará a Terra (Ap 20:11-15; Mt 25:31-46; 2Pe 3:7-13; ver capítulo 27 deste livro).

O santuário celestial na profecia

Na discussão anterior, focalizamos o santuário a partir da perspectiva de tipo e antítipo. Queremos agora examiná-lo a partir da perspectiva profética.

A unção do santuário celestial. A profecia das 70 semanas de Daniel 9 apontava para a inauguração do ministério sacerdotal de Cristo no santuário celestial. Um dos últimos eventos, que deveria ocorrer durante os 490 anos, era a unção do “Santo dos Santos” (Dn 9:24; ver capítulo 4 deste livro). A expressão hebraica *qodesh qodeshim*, que foi traduzida como “santíssimo”, significa literalmente “Santo dos Santos”. A frase seria melhor traduzida, portanto, como “ungir o Santo dos Santos” [como, convém observar, ela realmente aparece na Versão Almeida Revista e Atualizada].

Assim como em sua inauguração o santuário terrestre foi ungido com óleo sagrado a fim de que tal ato o consagrasse para os seus serviços, assim, em sua inauguração, o santuário celeste também deveria ser consagrado para o ministério intercessório de Cristo. Com sua ascensão pouco tempo depois de sua morte (Dn 9:27),²⁵ Cristo iniciou seu ministério como nosso sumo sacerdote e intercessor.

A purificação do santuário celestial. Falando da purificação do santuário celestial, o livro de Hebreus afirma: “Com efeito, quase todas as coisas,

segundo a lei, se purificam com sangue: e sem derramamento de sangue não há remissão. Era necessário, portanto, que as figuras das coisas que se acham nos céus se purificassem com tais sacrifícios, mas as próprias coisas celestiais com sacrifícios a eles superiores” – o precioso sangue de Cristo (Hb 9:22, 23).

Vários comentaristas bíblicos têm observado este ensinamento bíblico. Henry Alford assinalou que “o próprio Céu necessitava, e obteve, purificação através do sangue expiatório de Cristo”.²⁶ B. F. Westcott comentou: “Pode-se dizer que mesmo as ‘coisas celestiais’, na extensão em que personificam as condições da futura vida do homem, adquiriram pela queda alguma coisa que necessitava ser purificada.” Foi o sangue de Cristo, disse Westcott, que se achava disponível “para a purificação do celestial arquétipo do santuário terrestre”.²⁷

Assim como os pecados do povo de Deus eram pela fé transferidos para a oferta pelo pecado e então simbolicamente transportados para o santuário celestial, assim, sob o novo concerto, os pecados confessados pelo penitente são pela fé colocados sobre Cristo.²⁸

Do modo como durante o Dia da Expição típico a purificação do santuário removia os pecados que já se haviam acumulado, assim o santuário celestial é purificado pela remoção final de todos os pecados registrados nos livros celestiais. Entretanto, antes que os registros sejam finalmente limpos, serão eles examinados a fim de se determinar quem, através de arrependimento e fé em Cristo, está apto a entrar em seu reino eterno. Portanto, a purificação do santuário celestial envolve uma obra de juízo investigativo²⁹ que reflete plenamente a natureza do Dia da Expição como dia de julgamento.³⁰ Esse julgamento, que ratifica as decisões quanto a quem deverá estar entre os salvos e quem estará entre os perdidos, deve ocorrer antes da segunda vinda, pois, por ocasião do segundo advento, Cristo deverá retribuir “a cada um segundo as suas obras” (Ap 22:12). Naquela oportunidade também serão respondidas as acusações de Satanás (cf. Ap 12:10).

Todos aqueles que verdadeiramente se arrependeram e pela fé reclamaram o sangue do sacrifício expiatório de Cristo, terão assegurado o perdão. Quando seus nomes forem chamados a julgamento e se constatar que eles estão revestidos pelo manto da justiça de Cristo, seus pecados serão apagados e eles serão considerados dignos da vida eterna (Lc 20:35). “O vencedor”, disse Jesus, “será assim vestido de vestiduras brancas, e de modo nenhum

apagarei o seu nome do livro da vida; pelo contrário, confessarei o seu nome diante de meu Pai e diante dos seus anjos” (Ap 3:5).

O profeta Daniel revela a natureza desse julgamento investigativo. Enquanto o poder apóstata simbolizado pelo chifre pequeno leva avante suas blasfêmias e sua obra de perseguição contra Deus e seu povo na Terra (Dn 7:8, 20, 21, 25), tronos são colocados no Céu e Deus preside a sessão do tribunal nesse julgamento final. Ele ocorre na sala do trono do santuário celestial e é assistido por multidões de testemunhas celestiais. Quando o tribunal entra em funcionamento, os livros são abertos, assinalando o início do processo de investigação (Dn 7:9, 10). Somente depois desse julgamento é que o poder apóstata é destruído (Dn 7:11).³¹

A ocasião do julgamento. Tanto o Pai quanto Cristo acham-se envolvidos no juízo investigativo. Antes de seu retorno à Terra nas “nuvens do Céu”, Cristo, na qualidade de “Filho do homem” vem “com as nuvens do Céu” até o “Ancião de Dias”, Deus Pai, e posta-se diante dele (Dn 7:13). Desde o momento de sua ascensão, tem Jesus Cristo trabalhado como sumo sacerdote, nosso intercessor diante de Deus (Hb 7:25). Mas, nessa oportunidade, Ele vem para receber o reino (Dn 7:14).

1. Tentativa de eclipsar o ministério sacerdotal de Cristo. Daniel 8 nos fala a respeito da controvérsia entre o bem e o mal e do triunfo final de Deus. Esse capítulo revela que no espaço decorrido entre a inauguração do ministério sumo-sacerdotal de Cristo e a purificação do santuário celestial, um poder terrestre haveria de obscurecer o ministério de Cristo.

O carneiro da visão representava o império Medo-Persa (Dn 8:2) – sendo que dos dois chifres, o mais alto apareceu por último, retratando claramente as duas fases do império, em que os persas dominantes entraram em cena por último. Conforme Daniel predissera, esse reino oriental exaltaria o seu poder “para o ocidente, e para o norte, e para o sul”, e assim se engrandeceria (Dn 8:4).

O bode que vinha do ocidente simbolizava a Grécia, com o seu grande chifre, o “primeiro rei” representando Alexandre, o Grande (Dn 8:21). Provindo “do ocidente”, Alexandre rapidamente derrotou os persas. Depois, dentro de poucos anos após sua morte, o império foi dividido em “quatro reinos” (Dn 8:8, 22) – os reinos de Cassandro, Lisímaco, Seleuco e Ptolomeu.

“No fim do seu reinado” (Dn 8:23), ou, em outras palavras, próximo ao fim do dividido império grego, surgiria um “chifre pequeno” (Dn 8:9). Alguns

consideram Antíoco Epifânio, um rei sírio que governou sobre a Palestina durante curto período no segundo século a.C., como sendo o cumprimento desta porção da profecia. Outros, incluindo a maioria dos reformadores, têm identificado este chifre pequeno como Roma, tanto em sua fase pagã quanto na fase papal. Essa última interpretação corresponde exatamente às especificações dadas por Daniel, ao passo que a outra não o faz.³² Observe os seguintes pontos:

a. O poder do chifre pequeno estende-se desde a queda do império grego até o “tempo do fim” (Dn 8:17). Somente Roma, pagã e papal, preenche essas especificações quanto ao tempo.

b. As profecias de Daniel 2, 7 e 8 correm paralelamente (ver quadro de paralelismo profético à página 408 deste livro). Os quatro metais da imagem de Daniel 2, assim como as quatro animais de Daniel 7, representam os mesmos impérios mundiais: Babilônia, Medo-Pérsia, Grécia e Roma. Tanto os pés de ferro e barro como os dez chifres do quarto animal representam as divisões do império romano. Esses estados divididos deveriam continuar até o segundo advento. Observe que ambas as profecias indicam que Roma sucederia a Grécia, e que ela seria o último império antes da segunda da vinda de Cristo e do julgamento final. O chifre pequeno de Daniel 8 se encaixa na mesma moldura; sucede a Grécia e é destruído de modo sobrenatural, ou “sem mão humana” (Dn 8:25; cf. Dn 2:34).³³

c. A Medo-Pérsia é identificada como “grande”, a Grécia é apresentada como “muito grande” e o chifre pequeno como “excessivamente grande” (Dn 8:4, 8, 9). Roma, um dos maiores impérios mundiais, preenche bem essa especificação.

d. Somente Roma expandiu seu império para o sul (Egito), para o leste (Macedônia e Ásia Menor) e para a “terra gloriosa” (Palestina), exatamente como predissera a profecia (Dn 8:9).

e. Roma se ergueu contra o “príncipe do exército”, o “Príncipe dos príncipes” (Dn 8:11, 25), que é ninguém menos que Jesus Cristo. “Contra Ele e seu povo, assim como contra o seu santuário, o poder de Roma desenvolveu a mais extraordinária guerra. Essa descrição cobre tanto a fase pagã quanto a fase papal de Roma. Enquanto Roma pagã atingiu a Cristo e até mesmo destruiu o templo de Jerusalém, Roma papal efetivamente obscureceu o ministério mediatório, sacerdotal de Cristo em favor dos pecadores no santuário celestial (Hb 8:1, 2), ao instituir um sacerdócio que pretende

oferecer perdão através da mediação humana”³⁴ (ver capítulo 13 deste livro). Esse poder apóstata alcançaria bastante êxito, pois “deitou por terra a verdade; e o que fez prosperou” (Dn 8:12).

2. O tempo da restauração, purificação e julgamento. Deus não permitiria que o eclipsamento da verdade relativa ao ministério sumo-sacerdotal de Cristo prosseguisse indefinidamente. Por meio de homens e mulheres fiéis e tementes a Deus, Ele reavivaria sua causa. A Reforma redescobriu parcialmente o papel de Cristo como nosso mediador, o que ocasionou grande reavivamento no seio do mundo cristão. Contudo, havia ainda outras verdades a serem reveladas acerca do ministério celestial de Cristo.

A visão de Daniel indicara que o papel de Cristo como nosso sumo sacerdote se tornaria especialmente notável no “tempo do fim” (Dn 8:17), quando Ele começasse sua obra especial de purificação e julgamento, em adição ao seu contínuo ministério intercessório (Hb 7:25).³⁵ A visão especifica o momento em que Jesus deveria começar seu antitípico ministério do dia da expiação – a tarefa de juízo investigativo (Daniel 7) e purificação do santuário – “Até duas mil e trezentas tardes e manhãs; e o santuário será purificado” (Dn 8:14).³⁶ Uma vez que a visão se refere ao tempo do fim, o santuário aqui mencionado não pode ser o santuário terrestre – pois esse já havia sido destruído em 70 d.C. Portanto, a profecia deve se referir ao santuário do novo concerto no Céu – o lugar em que Jesus ministra em favor de nossa salvação.

O que são os 2.300 dias ou “2.300 tardes-manhãs”, segundo aparece o texto no original hebraico?³⁷ De acordo com Gênesis 1, a expressão “tarde e manhã” equivale a um dia. Conforme vimos nos capítulos 4 e 13 deste livro, um período de tempo em profecia simbólica também é simbólico: um dia profético representa um ano. Assim, de acordo com o que muitos cristãos ao longo dos séculos têm acreditado, os 2.300 dias de Daniel 8 significam 2.300 anos literais.³⁸

a. Daniel 9: a chave para desvendar Daniel 8. Deus comissionou o anjo Gabriel a fazer o profeta Daniel “entender a visão” (Dn 8:16). Mas o impacto das informações foi tão grande, que Daniel adoeceu e Gabriel teve de descontinuar a explicação. Encerrando o capítulo 8, Daniel observou: “Espantava-me com a visão, e não havia quem a entendesse” (Dn 8:27).

Em virtude dessa interrupção, Gabriel teve de retardar a explicação relativa

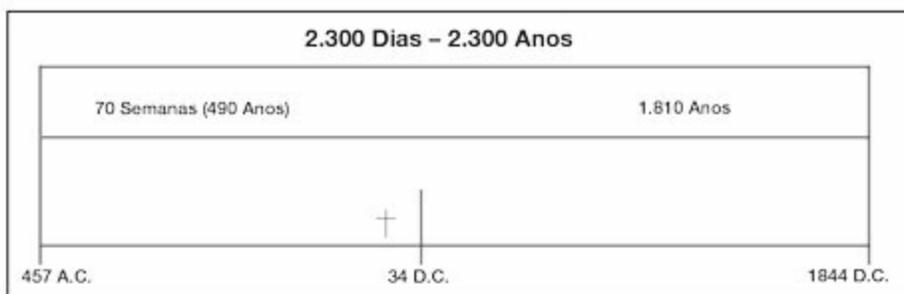
ao período de tempo envolvido – o único aspecto da visão que ainda não havia sido explicado. Daniel 9 descreve o seu retorno com o objetivo de completar a tarefa. Portanto, Daniel 8 e 9 acham-se conectados, sendo o segundo a chave com a qual desvendamos o mistério dos 2.300 dias.³⁹

Quando Gabriel apareceu, disse a Daniel: “No princípio das tuas súplicas, saiu a ordem, e eu vim, para to declarar, [...] considera, pois, a coisa e entende a visão” (Dn 9:23). Ele está se referindo retroativamente à visão dos 2.300 dias. Seu desejo de explicar os elementos de tempo da visão de Daniel 8 torna claro por que ele começa sua explicação se referindo à profecia das setenta semanas.

As setenta semanas, ou 490 anos, estavam “determinadas” ou “decretadas” para os judeus e Jerusalém (Dn 9:24). O verbo hebraico subjacente é *chathak*. Embora esse verbo seja utilizado somente uma vez nas Escrituras, seu significado pode ser compreendido a partir de outras fontes hebraicas.⁴⁰ O conhecido dicionário hebraico-inglês de Gesenius estabelece que o significado apropriado do termo é “cortar”, ou “dividir”.⁴¹

A partir dessa retrospectiva, os comentários de Gabriel são muito reveladores. Ele diz a Daniel que os 490 anos devem ser cortados – ou separados – do período maior de 2.300 anos. Como ponto inicial dos 490 anos, Gabriel refere-se à ordem “para restaurar e para edificar Jerusalém” (Dn 9:25), o que ocorreu em 457 a.C., o sétimo ano do reinado de Artaxerxes (ver capítulo 4 deste livro).⁴²

Os 490 anos finalizaram em 34 d.C. Ao separarmos 490 anos dos 2.300 anos, restam ainda 1.810 anos. Uma vez que os 2.300 anos deveriam se estender 1.810 anos para além do ano 34 d.C., concluímos que devem alcançar o ano 1844.⁴³



b. Procurando uma compreensão mais plena do ministério de Cristo. Durante a porção inicial do século 19, muitos cristãos – incluindo batistas,

presbiterianos, metodistas, luteranos, anglicanos, episcopais, congregacionalistas e discípulos de Cristo – dedicaram estudo intensivo às profecias de Daniel 8.⁴⁴ Todos esses estudiosos da Bíblia aguardavam que algum acontecimento muito significativo ocorresse ao final dos 2.300 anos. Dependendo de sua compreensão do poder do chifre pequeno e do santuário, eles esperavam que esse período profético terminasse com a purificação da igreja, com a libertação da Palestina e de Jerusalém, com o retorno dos judeus, com a queda do poder turco ou muçulmano, com a destruição do papado, com a restauração do verdadeiro culto, com o início do milênio terrestre, com o dia do juízo, com a purificação da Terra pelo fogo, ou com o segundo advento.⁴⁵

Nenhuma dessas predições se materializou, e todos os que nelas criam se desapontaram. A profundidade de seu desapontamento ocorreu na proporção da natureza do evento predito. Obviamente, o desapontamento daqueles que aguardavam o retorno de Cristo em 1844 foi mais traumático do que o daqueles que aguardavam o retorno dos judeus para a Palestina.⁴⁶

Como resultado de seu desapontamento, muitos desistiram de estudar as profecias ou abandonaram o método historicista de interpretação das profecias, o qual os havia conduzido àquelas conclusões.⁴⁷ Alguns, entretanto, prosseguiram no estudo das profecias e do assunto do santuário com muita oração e dedicação, focalizando o ministério sacerdotal de Cristo no santuário celestial, em seu favor. Novos e preciosos vislumbres desse ministério recompensaram seus esforços. Descobriram que a histórica fé profética da igreja apostólica e da Reforma ainda era válida. O cálculo do período profético estava correto. Os 2.300 anos haviam findado em 1844. Seu equívoco – e o de todos os intérpretes daquela oportunidade – foi quanto a sua compreensão de qual evento haveria de ocorrer no fim daquele período profético. Nova luz no tocante ao ministério de Cristo no santuário converteu o desapontamento daquelas pessoas em esperança e alegria.⁴⁸

Seus estudos dos ensinamentos bíblicos no tocante ao santuário revelaram que em 1844 Cristo veio ao Ancião de Dias e começou a fase final de seu sumo-sacerdócio no santuário celestial. Esse ministério representava o antítipo do Dia da Expição com sua purificação do santuário, que Daniel 7 retrata como o juízo investigativo do período pré-advento.

Essa nova visão do ministério celestial de Cristo “não representa um afastamento da fé cristã histórica. Ela é, na verdade, o complemento lógico e

a consumação inevitável dessa fé. É simplesmente o aparecimento e o cumprimento, nos últimos dias, da ênfase profetizada que caracterizaria o evangelho eterno [...] no segmento final de seu testemunho ao mundo”.⁴⁹

A relação com o grande conflito

As profecias de Daniel 7 e 8 expõem as perspectivas mais amplas do resultado final da grande controvérsia entre Cristo e Satanás.

A vindicação do caráter de Deus. Através das atividades do chifre pequeno, Satanás tem tentado desafiar a autoridade de Deus. Os atos desse poder têm lançado opróbrio e pisoteado o santuário celestial, o centro do governo de Deus. As visões de Daniel indicam um julgamento pré-advento no qual Deus emitirá o veredito de condenação sobre o chifre pequeno, e, dessa forma, sobre o próprio Satanás. À luz do Calvário, todos os desafios de Satanás serão refutados. Todos chegarão a entender e concordar que Deus é justo; que Ele não tem responsabilidade pelo problema do pecado. Seu caráter emergirá inatacável e seu governo de amor será reafirmado.

A vindicação do povo de Deus. Ao mesmo tempo que o julgamento trará condenação ao poder apóstata do chifre pequeno, ele também é empreendido para fazer “justiça aos santos do Altíssimo” (Dn 7:22). Efetivamente, esse julgamento não apenas vindicará Deus perante o universo, mas também seu povo. Embora os santos possam ter sido desprezados e perseguidos em virtude de sua fé em Cristo, conforme o foram ao longo dos séculos, o julgamento recoloca as coisas nos devidos lugares. O povo de Deus concretizará a promessa de Cristo: “Portanto, todo aquele que me confessar diante dos homens, também Eu o confessarei diante de meu Pai, que está nos céus” (Mt 10:32; cf. Lc 12:8, 9; Ap 3:5).

Julgamento e salvação. Porventura o juízo investigativo ameaça a salvação daqueles que creem em Cristo Jesus? De modo algum. Crentes genuínos vivem em união com Cristo, confiando nele como intercessor (Rm 8:34). Sua segurança é a promessa de que “temos Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o Justo” (1Jo 2:1).

Por que, então, um julgamento investigativo antes do Advento? Ele não ocorre para benefício da Divindade. Destina-se, antes, primariamente ao benefício do universo, servindo para responder às acusações de Satanás e para garantir aos seres não caídos que Deus permitirá a entrada em seu reino tão somente daqueles que verdadeiramente se converteram. Dessa forma,

Deus abre os livros de registro a fim de permitir uma inspeção imparcial (Dn 7:9, 10).

Os seres humanos pertencem a uma dentre três classes: (1) os ímpios, que rejeitam a autoridade de Deus; (2) crentes genuínos que, mediante fé e confiança nos méritos de Cristo, vivem em obediência à lei de Deus; e (3) aqueles que parecem ser cristãos genuínos mas não o são.

Os seres não caídos conseguem discernir facilmente a primeira dessas categorias. Mas [...] quem é um crente genuíno e quem não o é? Ambos os grupos têm seus nomes escritos no livro da vida, o qual contém os nomes de todos os que alguma vez entraram no serviço de Deus (Lc 10:20; Fp 4:3; Dn 12:1; Ap 21:27). A própria igreja tem em suas fileiras crentes genuínos e crentes falsos, o trigo junto ao joio (Mt 13:28-30).

As criaturas não caídas de Deus não são seres oniscientes; não conseguem ler os corações. “Assim se faz necessário um julgamento – *antes* da segunda vinda de Cristo – a fim de separar o verdadeiro do falso e para demonstrar ao universo expectante a justiça de Deus em salvar o crente sincero. A questão tem que ver com Deus e o universo, não com Deus e o verdadeiro filho seu. É necessária a abertura dos livros de registro, a exposição daqueles que professam fé e cujos nomes foram anotados no livro da vida.”⁵⁰

Cristo retratou esse julgamento por meio da parábola dos convidados à ceia de casamento que respondem ao generoso convite do evangelho. Pelo fato de nem todos que decidem ser cristãos serem efetivamente genuínos discípulos, o rei reconhece a necessidade de inspecionar os convidados e ver quem possui os trajes nupciais. “Pela veste nupcial da parábola é representado o caráter puro e imaculado, que os verdadeiros seguidores de Cristo possuirão. Foi dado à igreja ‘que se vestisse de linho fino, puro e resplandecente’ (Ap 19:8), ‘sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante’ (Ef 5:27). O linho fino, diz a Escritura, ‘são as justiças dos santos’ (Ap 19:8). A justiça de Cristo e seu caráter imaculado, é, pela fé, comunicada a todos os que o aceitam como Salvador pessoal.”⁵¹

Quando o rei inspecionar os convidados, somente aqueles que estiverem vestidos das vestimentas da justiça de Cristo, tão graciosamente oferecidas no convite evangélico, serão aceitos como genuínos crentes. Aqueles que professam ser seguidores de Deus mas vivem em desobediência e não estão cobertos pela justiça de Cristo, serão apagados do livro da vida (Êx 32:33).

O conceito de um juízo investigativo de todos aqueles que professam fé em

Cristo não contradiz o ensino bíblico da salvação unicamente pela fé por meio da graça. Paulo sabia que um dia ele próprio enfrentaria o juízo. Diante desse fato, expressou o desejo de “ser achado nele, não tendo justiça própria, que procede de lei, senão a que é mediante a fé em Cristo, a justiça que procede de Deus, baseada na fé” (Fp 3:9). Todos os que estão unidos a Cristo possuem a certeza da salvação. Na fase pré-advento do último julgamento, os crentes genuínos, aqueles que possuem uma relação salvadora com Cristo, recebem a afirmação perante o universo não caído.

Contudo, Cristo não pode assegurar a salvação àqueles que apenas professam ser cristãos com base nas boas obras que praticaram (Mt 7:21-23). Os registros celestiais, portanto, são mais do que apenas uma ferramenta que serve para separar os genuínos dos falsos. Também representam o alicerce para confirmação dos crentes genuínos diante dos anjos.

“Longe de roubar ao crente de sua certeza em Cristo, a doutrina do santuário a sustenta. Ela ilustra e esclarece à mente do seguidor de Cristo o plano da salvação. Seu coração penitente se regozija ao perceber a realidade da morte substitutiva de Cristo em favor de seus pecados, conforme prefigurada nos sacrifícios. Adicionalmente, sua fé alcança as alturas a fim de encontrar significado em um Cristo *vivo*, que é o seu advogado sacerdotal na própria presença santa de Deus.”⁵²

Tempo de estarmos prontos. Deus deseja que as boas-novas desse último ministério salvador de Cristo sejam levadas a todo o mundo antes do retorno de Jesus. Nessa mensagem, o ponto central é o evangelho eterno, o qual deve ser pregado em um sentido de urgência, pois “é chegada a hora do seu juízo” (Ap14:7). Esse chamado adverte o mundo de que o julgamento de Deus está ocorrendo exatamente agora.

Estamos vivendo hoje no grande dia antitípico da expiação. Tal como os israelitas eram convocados para afligir a alma naquele dia (Lv 23:27), assim Deus chama a todo o seu povo para experimentar arrependimento de todo o coração. Todos os que desejarem conservar seu nome no livro da vida devem ajustar suas contas com Deus e com seus semelhantes durante este tempo do julgamento de Deus (Ap 14:7).

O trabalho de Cristo como sumo sacerdote se aproxima do fim. Os anos da provação humana⁵³ estão se escoando. Ninguém sabe em que momento a voz de Deus proclamará: “Está feito!” “Estai de sobreaviso, vigiai e orai; porque não sabeis quando será o tempo” (Mc 13:33).

Embora vivamos no soleníssimo tempo do dia antitípico da expiação, não necessitamos temer. Jesus Cristo, em sua dupla capacitação de sacrifício e sacerdote, ministra em nosso favor no santuário celestial. Uma vez que temos “a Jesus, o Filho de Deus, como grande sumo sacerdote que penetrou os céus, conservemos firmes a nossa confissão. Porque não temos sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; antes, foi Ele tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado. Acheguemo-nos, portanto, confiadamente, junto ao trono da graça, a fim de recebermos misericórdia e acharmos graça para socorro em ocasião oportuna” (Hb 4:14-16).

Livro de Daniel					
Interpretação	Capítulo 2	Capítulo 7	Elemento de Tempo Capítulo 7	Capítulo 8	Elemento de Tempo Capítulos 8 e 9
Babilônia	Ouro	Leão		-----	
Medo-Pérsia	Prata	Urso		Carneiro	457 a.C.
Grécia (Divisões da)	Bronze	Leopardo 4 cabeças		Bode 4 chifres	
Roma (pagã)	Ferro	Quarta besta		Chifre pequeno	
			PRIMEIRO ADVENTO DE CRISTO		
Roma dividida (Europa)	Ferro/barro	10 chifres			
Roma papal		Chifre pequeno	538 d.C. 1260 Anos d.C. 1798	Chifre pequeno	Ministério Sacerdotal de Cristo no santuário celestial (Dn 9:24; Hb 8, 9) Era Cristã
SEGUNDO ADVENTO DE CRISTO		Julgamento (no Céu)		Santuário Purificado (no Céu)	1844 d.C.
	Pedra				2.300 Anos
Reino de Deus	Torna-se Montanha	Reino de Deus		Reino de Deus	457 a.C. – 1.844 d.C.

¹ O livro de Hebreus revela a existência de um santuário real no Céu. Em Hebreus 8:2 a palavra “santuário” é tradução do grego *ta hagia*, forma plural de lugar santo (coisa). Usos adicionais desse termo no plural podem ser encontrados, por exemplo, em Hebreus 9:8, 12, 24, 25; 10:19; 13:11. As várias traduções deixam a impressão de que Cristo ministra apenas no lugar santíssimo ou no lugar santo, não no santuário. Isso ocorre porque os tradutores consideram *ta hagia* como plural intensivo, traduzível como singular. Mas o estudo da Septuaginta e de Josefo mostra que o termo *ta hagia* se refere invariavelmente a “coisas sagradas” ou aos “lugares santos” – isto é, ao

próprio santuário. É o termo geral utilizado em referência ao santuário inteiro, com seus lugares santo e santíssimo. Que o livro de Hebreus utiliza *ta hagia* para se referir ao santuário inteiro, é algo que possui forte apoio exegético na própria epístola. O primeiro uso de *ta hagia* em Hebreus ocorre em 8:2, em oposição a “verdadeiro tabernáculo”. Uma vez que é claro, a partir do versículo 5 do mesmo capítulo, que “tabernáculo” (*skene*) indica o santuário inteiro, em Hebreus 8:2 *ta hagia* do mesmo modo deve designar todo o santuário celestial. Não existe razão para traduzir o plural *ta hagia* como *lugar santíssimo* em Hebreus. Na maioria dos casos, o contexto favorece a tradução de *ta hagia* como “o santuário” (“Christ and His High Priestly Ministry”, *Ministry*, outubro de 1980, p. 49). De seu estudo do santuário terrestre e de *ta hagia*, os pioneiros adventistas concluíram que o santuário celestial também possui dois compartimentos. Essa compreensão se tornou básica para o desenvolvimento de seu ensinamento quanto ao santuário (Damsteegt, “The Historical Development of the Sanctuary Doctrine in Early Adventist Thought” [manuscrito não publicado, Biblical Research Institute of the General Conference of Seventh-day Adventists, 1983]; cf. E. G. White, *O Grande Conflito*, p. 413-415, 423-432).

² Ver CBASD, comentários de Ellen G. White, v. 2, p. 822.

³ Antigos escritos judaicos revelam que alguns rabinos também criam na existência de um santuário celeste real. Comentando Êxodo 15:17, um rabino disse: “A [posição do] santuário [terrestre] corresponde à do santuário celestial e a [posição da] arca corresponde à do trono celestial” (Midrash Rabbah, *Numbers*, reimpressão [Londres: Soncino Press, 1961], v. 1, cap. 4, seção 13, p. 110). Outro rabino citado no Talmude Babilônico falou a respeito do “templo celestial e terrestre” (Sanhedrin, 99b, I. Epstein, editor [Londres: Soncino Press, 1969]). Um terceiro comentou: “Não existe diferença de opinião quanto a ser o santuário aqui de baixo uma contrapartida do santuário lá de cima” (Leon Nemoy, editor, *The Midrash on Psalms*, tradução de William G. Braude [New Haven: Yale University Press, 1959], Salmo 30, seção 1, p. 386).

⁴ O livro de Hebreus retrata um santuário real no Céu: “A realidade do santuário celestial é sublinhada adicionalmente pelo adjetivo *verdadeiro* em Hebreus 8:2. O santuário celestial é ‘verdadeiro’, ou, melhor, ‘real’. O termo grego utilizado aqui e em 9:24, onde também se aplica à esfera celestial, é *alethinos*. Esse adjetivo grego significa ‘real’, em oposição a meramente ‘aparente’. Por conta de sua clássica distinção do adjetivo grego *alethes* – cujo significado é ‘verdadeiro’ em oposição a ‘falso’ – o adjetivo *alethinos*, que é utilizado duas vezes em relação ao santuário celestial, aponta de modo aparentemente inequívoco ao fato da realidade do santuário celestial. Assim como Deus é descrito como ‘real’ em João 17:3 e da mesma maneira por Paulo – por exemplo, em 1 Tessalonicenses 1:9 – mediante o uso de *alethinos*, assim outras entidades possuem realidade pelo fato de se acharem associadas com a sua realidade. Do mesmo modo como o santuário celestial se encontra associado com a realidade de Deus, assim é ele tão real quanto real é Deus” (Hasel, “Christ’s Atoning Ministry in Heaven”, *Ministry*, janeiro de 1976, encarte, p. 21c.).

⁵ Holbrook, “Sanctuary of Salvation”, *Ministry*, janeiro de 1983, p. 14.

⁶ E. G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 25.

⁷ Holbrook, “Light in the Shadows”, *Journal of Adventist Education*, outubro/novembro de 1983, p. 27.

⁸ *Ibid.*, p. 28.

⁹ “Assim como o ministério de Cristo devia consistir em duas grandes divisões, ocupando cada uma delas um período de tempo e tendo um lugar distinto no santuário celeste, semelhantemente o ministério típico consistia em duas divisões – o serviço diário e o anual – e a cada um deles era dedicado um compartimento do tabernáculo” (E. G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 357).

¹⁰ No sacrifício diário da manhã e da tarde, o sacerdote representa toda a nação.

¹¹ O pai da família representava sua esposa e filhos, os quais não ofereciam sacrifícios.

¹² Ver, por exemplo, Ángel M. Rodríguez, “Sacrificial Substitution Sanctuary and the Old Testament Sacrifices”, em *Sanctuary and the Atonement*, p. 134-156; A. M. Rodríguez, “Transfer of Sin in Leviticus”, em *70 Weeks, Leviticus, and the Nature of Prophecy*, editado por F. B. Holbrook (Washington, DC: Biblical Research Institute of the General Conference of Seventh-day Adventists, 1986), p. 169-197.

¹³ “Atonement, Day of”, *The Jewish Encyclopedia*, editado por Isidore Singer (Nova York: Funk and Wagnalls, 1903), p. 286. Ver também Hasel, “Studies in Biblical Atonement I: Continual Sacrifice, Defilement/Cleansing and Sanctuary”, em *Sanctuary and the Atonement*, p. 97-99.

¹⁴ Hasel, “Studies in Biblical Atonement I”, p. 99-107; Alberto R. Treiyer, “The Day of Atonement as Related to the Contamination and Purification of the Sanctuary”, em *70 Weeks, Leviticus, Nature of Prophecy*, p. 253.

¹⁵ Holbrook, “Light in the Shadows”, p. 27.

¹⁶ *Ibid.*, p. 29.

¹⁷ Ver, por exemplo, “Studies in Biblical Atonement II: The Day of Atonement”, em *Sanctuary and Atonement*, p.

115, 125.

¹⁸ Cf. Hasel, “The ‘Little Horn’, the Saints, and the Sanctuary in Daniel 8”, em *Sanctuary and Atonement*, p. 206, 207; Treiyer, “Day of Atonement”, p. 252, 253.

¹⁹ Holbrook, “Light in the Shadows”, p. 29.

²⁰ Cf. “Azazel”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 102

²¹ Holbrook, “Sanctuary of Salvation”, p. 16. Ao longo dos séculos, os expositores bíblicos têm chegado a conclusões similares. Na Septuaginta, *azazel* aparece como *apompaios*, termo grego para uma divindade maligna. Autores judeus antigos e os primeiros pais da igreja se referiram a ele como o demônio (*SDA Encyclopedia*, edição revista, p. 1.291, 1.292). Expositores dos séculos 19 e 20, possuindo visão semelhante, incluem Samuel M. Zwemer, William Milligan, James Hastings, e William Smith, da Igreja Presbiteriana; E. W. Hengstenberg, Elmer Flack e H. C. Alleman, da Igreja Luterana; William Jenks, Charles Beecher e F. N. PeLoubet, da Igreja Congregacional; John M’Clintock e James Strong, da Igreja Metodista; James M. Gray, da Igreja Reformada Episcopal; J. B. Rotherhorn, dos discípulos de Cristo; e George A. Barton, da Sociedade de Amigos. Muitos outros têm expressado pontos de vista semelhantes (*Questions on Doctrine*, p. 394, 395).

Se Azazel representa Satanás, como podem as Escrituras (Lv 16:10) conectá-lo com a expiação? Assim como o sumo sacerdote, depois de haver purificado o santuário, colocava os pecados sobre Azazel – o qual era para sempre removido dentre o povo de Deus, – assim Cristo, depois de haver purificado o santuário celestial, colocará os pecados confessados e perdoados de seu povo sobre Satanás, que será então removido para sempre dos santos. “É de se notar que o ato final de Deus ao lidar com o drama do pecado será lançar sobre a cabeça de Satanás todo o pecado e toda a culpa que, originando-se dele, trouxe tragédia àqueles que então estarão livres por meio do sangue expiatório de Cristo. Assim se completará o ciclo e o drama terminará. Somente quando Satanás, o instigador do pecado, sair de cena, o pecado será removido para sempre do universo. Nesse sentido, pode-se compreender que o bode emissário tem uma parte no processo de ‘expiação’ (Lv 16:10). O universo voltará ao estado de plena harmonia quando os justos estiverem salvos, quando os ímpios forem exterminados e Satanás não mais existir” (*CBASD*, v. 1, p. 842).

²² Holbrook, “Sanctuary of Salvation”, p. 16.

²³ Treiyer, “Day of Atonement”, p. 245.

²⁴ Holbrook, “Light in the Shadows”, p. 30.

²⁵ Ver capítulo 4.

²⁶ Henry Alford, *The Greek Testament*, 3ª edição (Londres: Deighton, Bell and Co., 1864), v. 4, p. 179.

²⁷ B. F. Westcott, *Epistle to the Hebrews*, p. 272, 271.

²⁸ Ao colocar os pecados confessados sobre Cristo, são eles “transferidos, de fato, para o santuário celeste” (E. G. White, *O Grande Conflito*, p. 421).

²⁹ Esse julgamento lida com os professos seguidores de Cristo. “No cerimonial típico, somente os que tinham vindo perante Deus com confissão e arrependimento, e cujos pecados, por meio do sangue da oferta para o pecado, eram transferidos para o santuário, é que tinham parte na cerimônia do dia da expiação. Assim, no grande dia da expiação final e do juízo de investigação, os únicos casos a serem considerados são os do povo professo de Deus. O julgamento dos ímpios constitui obra distinta e separada, e ocorre em ocasião posterior. ‘É tempo que comece o julgamento pela casa de Deus; e, se primeiro começa por nós, qual será o fim daqueles que são desobedientes ao evangelho?’ 1Pe 4:17” (ibid., p. 480).

³⁰ A tradição judaica tem retratado o *Yom Kippur* como dia de julgamento, um dia em que Deus toma assento em seu trono e julga o mundo. Os livros de registro são abertos, todas as pessoas passam diante dele, e os destinos são selados. Ver “Atonement, Day of”, *The Jewish Encyclopedia*; Morris Silverman, compilador e editor, *High Holiday Prayer Book* (Hartford: Prayer Book Press, 1951), p. 147, 164. O *Yom Kippur* traz também conforto e segurança aos crentes, pois é “o dia em que a temerosa antecipação do julgamento vindouro finalmente cede lugar à confiante afirmação de que Deus não condena, mas perdoará abundantemente aqueles que se voltam a Ele em penitência e humildade” (William W. Simpson, *Jewish Prayer and Worship* [Nova York: Seabury, 1965], p. 57, 58).

³¹ Ver Arthur J. Ferch, “The Judgment Scene in Daniel 7”, em *Sanctuary and Atonement*, p. 163-166, 169.

³² No tocante ao problema da interpretação de Antíoco em Daniel, ver W. H. Shea, *Selected Studies on Prophetic Interpretation*, p. 25-55.

³³ Shea, “Unity of Daniel”, in *Symposium on Daniel*, editado por F. B. Holbrook (Washington, DC: Biblical Research Institute of the General Conferente of Seventh-day Adventists, 1986), p. 165-219.

³⁴ “The Amazing Prophecies of Daniel and Revelation”, *These Times*, abril de 1979, p. 18. Ver também Maxwell, *God Cares*, v. 1, p. 166-173; e capítulo 13 deste livro.

35

No antigo santuário, no Dia da Expição, o sumo sacerdote entrava no lugar santíssimo, cessando seu ministério no primeiro compartimento. “Assim, quando Cristo entrou no lugar santíssimo para efetuar a obra final da expiação, terminou seu ministério no primeiro compartimento. Mas, quando o ministério no primeiro compartimento terminou, iniciou-se o do segundo compartimento. Quando, no cerimonial típico, o sumo sacerdote deixava o lugar santo no dia da expiação, entrava perante Deus para apresentar o sangue da oferta pelo pecado, em favor de todos os israelitas que verdadeiramente se arrependiam de suas transgressões. Assim, Cristo apenas completara uma parte de sua obra como nosso intercessor para iniciar outra, e ainda pleiteia com seu sangue perante o Pai em favor dos pecadores” (E. G. White, *O Grande Conflito*, p. 428, 429).

36

As traduções King James Version (KJV) e New King James Version (NKJV) traduzem o termo hebraico *nitsdaq* como “será limpadado”. A New American Bible o traduz como “será purificado”. O termo “limpadado” encontra-se também nas traduções inglesas mais antigas, tais como a Bishop’s Bible (1566 d.C.), a Geneva Bible (1560 d.C.), Taverner Bible (1551 d.C.), Great Bible (1539 d.C.), Matthew Bible (1537 d.C.), Coverdale Bible (1537 d.C.) e Wycliffe (1382 d.C.). Essas traduções provêm da Vulgata Latina, que apresenta o termo *mundabitur*, “limpadado”, e encontra suas raízes nas primeiras versões gregas do Antigo Testamento – a Septuaginta e a versão de Teodósio, onde se lê *Katharisthesetai*, “será limpadado”.

A maior parte das versões modernas não reflete essa tradução. Uma vez que *nitsdaq* deriva da raiz verbal *tsadaq*, que cobre ampla gama de significados, inclusive “justificar”, “ser justo”, “justo” e “vindicado”, essas traduções apresentam *tsadaq* como “restaurado a seu estado justo” (Revised Standard Version), “adequadamente restaurado” (New American Standard Bible), “reconsagrado” (Nova Versão Internacional) e “restaurado” (Today’s English Version). Os paralelismos poéticos do Antigo Testamento provêm evidências de que *tsadaq* pode ser sinônimo de *taher*, “ser limpo, puro” (Jó 4:17; 17:9 NIV), de *zakah*, “ser puro, limpo” (Jó 15:14; 25:4), e *bor*, “limpeza” (Sl 18:20). Portanto, *nitsdaq* “inclui em seu espectro semântico significados tais como ‘limpeza, vindicação, justificação, estabelecimento do que é correto, restauração’. Qualquer que seja o termo que se prefira utilizar para traduzir em linguagem moderna o hebraico, deve a ‘limpeza’ do santuário incluir limpeza efetiva e também atividades de vindicação, justificação e restauração” (Hasel, “‘Little Horn’, the Heavenly Sanctuary and the Time of the End: A Study of Daniel 8:9-14”, em *Symposium on Daniel*, p. 453). Ver também *ibid.*, p. 448-458; Hasel, “The ‘Little Horn’, the Saints, and the Sanctuary in Daniel 8”, em *Sanctuary and Atonement*, p. 203-208; Niels-Erik Andreasen, “Translation of Nitsdaq/Katharisthesetai in Daniel 8:14”, em *Symposium on Daniel*, p. 475-496; Maxwell, *God Cares*, v. 1, p. 175; “Christ and His High Priestly Ministry”, *Ministry*, outubro de 1980, p. 34, 35.

37

Alguns têm interpretado as “2.300 tardes e manhãs” como sendo apenas 1.150 dias literais (por exemplo, a Today’s English Version, TEV). Mas isso é contrário ao uso hebraico da expressão. Carl F. Keil, editor do comentário de Keil e Delitzsch, escreveu: “Quando os hebreus desejavam expressar separadamente o dia e a noite, as partes componentes de um dia da semana, então o número de ambos era expresso. Diziam, por exemplo, 40 dias e 40 noites (Gn 7:4, 12; Êx 24:18; 1Rs 19:8), e três dias e três noites (Jn 2:1; Mt 12:40), e nunca ‘oitenta dias-e-noites, ou seis dias-e-noites’, quando pretendiam estar falando de 40 ou 6 dias completos. Provavelmente um leitor hebreu não conseguiria entender o período de 2.300 tardes e manhãs como sendo 2.300 meios-dias, ou 1.150 dias completos, pois tarde e manhã, na criação, não constituíram meios dias, e sim um dia completo. [...] Devemos, portanto, tomar as palavras tais quais aparecem, ou seja, compreender os 2.300 como dias completos” (C. F. Keil, *Biblical Commentary on the Book of Daniel*, tradução de M. G. Easton, em C. F. Keil e F. Delitzsch, *Biblical Commentary on the Old Testament* [Grand Rapids: Eerdmans 1959], v. 25, p. 303, 304. Para argumentos adicionais, ver Hasel, “Sanctuary of Daniel 8”, em *Symposium on Daniel*, p. 430-433; Siegfried J. Schwantes, “Ereb Boqer of Daniel 8:14 Re-Examined”, em *Symposium on Daniel*, p. 462-474; Maxwell, *God Cares*, v. 1, p. 174.

38

From, *Prophetic Faith of Our Fathers*, v. 2, p. 985; v. 3, p. 252, 743; v. 4, p. 397, 404. No tocante ao fato de que um dia profético representa um ano literal, ver Shea, *Selective Studies on Prophetic Interpretation*, p. 56-93.

39

Ver, por exemplo, Hasel, “Sanctuary in Daniel 8”, em *Sanctuary and Atonement*, p. 196, 197; Shea, “Unity of Daniel”, in *Symposium on Daniel*, p. 220-230.

40

Análise de escritos hebraicos, tais como os Mishnah, revelam que embora *chathak* possa significar “determinar”, o uso mais comum “tem a ver com a ideia de cortar” (Shea, “The Relationship Between the Prophecies of Daniel 8 and Daniel 9”, em *Sanctuary and Atonement*, p. 242).

41

Gesenius, *Hebrew and Chaldee Lexicon to the Old Testament Scripture*, traduzido por Samuel P. Tregelles (Grand Rapids: Eerdmans, 1950), p. 314.

42

Ver Ferch, “Commencement Date for the Seventy Week Prophecy”, em *70 Weeks, Leviticus, and the Nature of Prophecy*, p. 64-74.

43

A partir de Daniel 8 está claro que os 2.300 dias deveriam cobrir um longo espaço de tempo. É apresentada a

questão: “Até quando durará a *visão*?” (Dn 8:13). O termo *visão* é o mesmo utilizado nos versículos 1 e 2. Assim, quando a pergunta (“até quando durará a *visão*?”) é feita pelo anjo celestial, ele está esperando uma resposta que cubra toda a *visão*, desde o primeiro animal simbólico, passando pelo segundo animal simbólico, passando ainda pelo símbolo do chifre, até o tempo do fim, conforme indicado nos versículos 17 e 19 de Daniel 8. O fato de que as 2.300 tardes e manhãs respondem à pergunta significa de modo bastante claro que devem cobrir o período desde o Império Medo-Persa até o tempo do fim, o que implica que representam anos.

⁴⁴ Cf. Damsteegt, *Foundations of the Seventh-day Adventist Message and Mission*, p. 14, 15; Froom, *Prophetic Faith of Our Fathers*, v. 4.

⁴⁵ Froom, *Prophetic Faith of Our Fathers*, v. 4, p. 404.

⁴⁶ Ver, por exemplo, Francis D. Nichol, *The Midnight Cry* (Washington, DC: Review and Herald, 1944).

⁴⁷ Ver Froom, *Prophetic Faith of Our Fathers*, v. 1-4; Damsteegt, *Foundations of the Seventh-day Adventist Message and Mission*, p. 16-20.

⁴⁸ Ver Damsteegt, *Foundations of the Seventh-day Adventist Message and Mission*, p. 103-146; E. G. White, *O Grande Conflito*, p. 423-432.

⁴⁹ Froom, *Movement of Destiny*, p. 543.

⁵⁰ Holbrook, “Light in the Shadows”, p. 34.

⁵¹ E. G. White, *Parábolas de Jesus*, p. 310.

⁵² Holbrook, “Light in the Shadows”, p. 35.

⁵³ Quando ocorrer o fim do tempo de graça da humanidade, o arrependimento não mais será possível. O tempo de graça de uma pessoa pode terminar sob uma de três formas: (1) em sua morte; (2) quando ela pratica o pecado imperdoável (Mt 12:31, 32; Lc 12:10); (3) quando o tempo de graça cessar para todos, justamente antes do segundo advento. Enquanto Cristo atuar como sumo sacerdote e mediador entre Deus e o homem, a misericórdia acha-se disponível. “Nenhum julgamento pode ser infligido sem misericórdia, portanto, até que se encerre a obra de Cristo como sacerdote. Mas as sete últimas pragas são derramadas sem mistura de misericórdia [Ap 14:10; 15:1], uma vez que elas ocorrem depois que Cristo cessou sua intercessão, e o tempo de graça já terá terminado” (U. Smith, em *SDA Encyclopedia*, edição revista, p. 1152).

A SEGUNDA VINDA DE CRISTO

25



A segunda vinda de Cristo é a bendita esperança da igreja, o grande ponto culminante do evangelho. A vinda do Salvador será literal, pessoal, visível e universal. Quando Ele voltar, os justos falecidos serão ressuscitados e, juntamente com os justos que estiverem vivos, serão glorificados e levados para o Céu, mas os ímpios morrerão. O cumprimento quase completo da maioria dos aspectos da profecia e a condição atual do mundo indicam que a vinda de Cristo está próxima. O tempo exato desse acontecimento não foi revelado, e somos, portanto, exortados a estar preparados em todo o tempo.

Mamãe”, confidenciou um pequeno à hora de ir para a cama, “sinto tanta saudade de meu amigo Jesus. Quando Ele virá?”
Essa criança mal poderia imaginar que o desejo de seu pequeno coração tem sido o anseio de longas eras. As palavras finais da Bíblia asseguram que o retorno ocorrerá em breve: “Certamente venho sem demora.” E João, o revelador, o leal companheiro de Jesus, acrescenta: “Amém. Vem, Senhor Jesus” (Ap 22:20).

Contemplar a Jesus! Unir-se para sempre àquele que nos ama infinitamente mais do que podemos imaginar! Receber o fim de todo sofrimento terrestre! Desfrutar da eternidade com os amados ressurretos, os quais agora dormem! Não admira que, desde a ascensão de Cristo, seus amigos tenham contemplado o futuro na expectativa desse dia.

Um dia Ele virá, ainda que, até mesmo para os santos, a sua vinda constitua uma irresistível surpresa – pois todos tiram sua soneca ou dormem durante a longa espera (Mt 25:5). À “meia-noite”, na hora mais escura da Terra, Deus manifestará seu poder ao libertar seu povo. As Escrituras assim descrevem os eventos: “Grande voz” procede “do santuário, do lado do trono, dizendo:

Feito está!” Essa voz sacode a terra, causando tão “grande terremoto, como nunca houve igual desde que há gente sobre a Terra” (Ap 16:17, 18). As montanhas tremem, rochas são lançadas em todas as direções, e toda a Terra tem suas camadas deslocadas como as ondas do oceano. Sua superfície se rompe e “caíram as cidades das nações. [...] Todas as ilhas fugiram, e os montes não foram achados” (v. 19, 20). “O céu recolheu-se como um pergaminho quando se enrola. Então, todos os montes e ilhas foram movidos dos seus lugares” (Ap 6:14).

A despeito do caos que se está manifestando no mundo físico, o povo de Deus toma alento quando vê “o sinal do Filho do homem” (Mt 24:30). Enquanto Ele desce sobre as nuvens do céu, todos os olhos veem o Príncipe da Vida. Nessa oportunidade, Ele vem não como homem de dores, mas como vitorioso conquistador que reclama o que é seu. Em lugar da coroa de espinhos, sua cabeça sustenta uma gloriosa coroa, e “tem no seu manto e na sua coxa um nome inscrito: REI DOS REIS E SENHOR DOS SENHORES” (Ap 19:12, 16).

Em sua vinda, grande desespero atinge aqueles que se recusaram a reconhecer Jesus como Salvador e Senhor, e rejeitaram as exigências de sua lei durante a existência. Nada torna tão claro aos transgressores sua culpa quanto aquela voz que tão pacientemente insistiu: “Converti-vos, converti-vos dos vossos maus caminhos; pois por que haveis de morrer?” (Ez 33:11). “Os reis da Terra, os grandes, os comandantes, os ricos, os poderosos e todo escravo e todo livre se esconderam nas cavernas e nos penhascos dos montes e disseram aos montes e aos rochedos: Caí sobre nós e escondi-nos da face daquele que se assenta no trono e da ira do Cordeiro, porque chegou o grande dia da ira deles; e quem é que pode suste-se?” (Ap 6:15-17).

Mas o gozo daqueles que durante muito tempo aguardaram esse dia sobrepuja o desespero dos ímpios. A vinda do Redentor traz a seu glorioso clímax a história do povo de Deus; é este o seu momento de libertação. Com vibrante adoração eles exclamam: “Eis que este é o nosso Deus, em quem esperávamos, e Ele nos salvará; este é o Senhor, a quem aguardávamos; na sua salvação exultaremos e nos alegraremos” (Is 25:9).

À medida que Jesus se aproxima, chama seus santos adormecidos de suas sepulturas e comissiona os anjos a reunir “os seus escolhidos, dos quatro ventos, de uma a outra extremidade dos céus” (Mt 24:31). Em todo o mundo, os justos mortos ouvem a sua voz e se erguem de seus sepulcros – oh, feliz

momento!

Então os justos vivos são transformados “num momento, num abrir e fechar de olhos” (1Co 15:52). Glorificados e sendo agora portadores da imortalidade, junto com os justos ressuscitados, são os santos erguidos aos ares, para o encontro com seu Senhor, com o qual permanecerão para sempre (1Ts 4:16, 17).

A certeza do retorno de Cristo

Os apóstolos e os cristãos primitivos consideravam o retorno de Cristo como a “bendita esperança” (Tt 2:13; cf. Hb 9:28). Esperavam que todas as promessas e profecias das Escrituras se cumprissem por ocasião do segundo advento (2Pe 3:13; cf. Is 65:17), pois esse é o próprio alvo da peregrinação cristã. Todo que ama a Cristo olha ansiosamente em direção ao futuro, ao dia em que estará apto a compartilhar com Ele de comunhão face a face – com Ele, com o Pai, com o Espírito Santo e com os anjos.

O testemunho das Escrituras. A certeza do segundo advento encontra suas raízes na confiabilidade das Escrituras. Pouco antes de sua morte, Jesus explicou aos discípulos que estaria retornando para junto do Pai a fim de lhes preparar lugar. Mas Ele também prometeu: “Virei outra vez” (Jo 14:3).

Assim como a primeira vinda de Cristo à Terra fora profetizada, também a sua segunda vinda é antecipada pelas Escrituras. Mesmo antes do dilúvio, Deus contou a Noé que seria a vinda de Cristo em glória o evento que poria termo ao pecado. Ele profetizou: “Eis que veio o Senhor entre Suas santas miríades, para exercer juízo contra todos e para fazer convictos todos os ímpios, acerca de todas as obras ímpias que impiamente praticaram, e acerca de todas as palavras insolentes que ímpios pecadores proferiram contra Ele” (Jd 14, 15).

Mil anos antes de Cristo, o salmista falou da vinda do Senhor para reunir o seu povo, dizendo: “Vem o nosso Deus, e não guarda silêncio; perante Ele arde um fogo devorador, ao seu redor esbraveja grande tormenta. Intima os céus lá em cima e a Terra, para julgar o seu povo. Congregai os meus santos, os que comigo fizeram aliança por meio de sacrifícios” (Sl 50:3-5).

Os discípulos de Cristo se regozijaram na promessa de seu retorno. Em meio às dificuldades que encontravam, a certeza dessa promessa sempre permitiu a renovação de sua coragem e força. O Mestre voltaria a fim de levá-los para a casa do Pai!

A garantia representada pela primeira vinda. A segunda vinda acha-se intimamente vinculada à primeira vinda de Cristo. Se Ele não houvesse vindo pela primeira vez e obtido uma vitória decisiva sobre o pecado e Satanás (Cl 2:15), não haveria razão para crer que algum dia voltará e porá fim ao domínio de Satanás sobre este mundo, restaurando-o à perfeição original. Uma vez, porém, que Ele apareceu “para aniquilar, pelo sacrifício de si mesmo, o pecado”, temos também razões para crer que Ele “aparecerá segunda vez, sem pecado, aos que o aguardam para a salvação” (Hb 9:26, 28).

O ministério celestial de Cristo. A revelação de Cristo a João torna claro que o santuário celestial é o centro do plano da salvação (Ap 1:12, 13; 3:12; 4:1-5; 5:8; 7:15; 8:3; 11:1, 19; 14:15, 17; 15:5, 6, 8; 16:1, 17). As profecias indicadoras de que Ele já iniciou seu ministério final em favor dos pecadores, acrescentam à certeza de que Ele em breve retornará a fim de levar seu povo para o lar (ver capítulo 24 deste livro). A confiança em que Cristo está operando ativamente no sentido de consumir a redenção já alcançada na cruz, tem trazido grande encorajamento aos cristãos que contemplam o horizonte à espera de seu retorno.

A maneira do retorno de Cristo

Assim como Cristo falou a respeito dos sinais que indicariam a proximidade de sua vinda, mencionou também a preocupação de que seu povo não fosse enganado por falsos indicadores. Advertiu que antes do segundo advento surgiriam “falsos cristos e falsos profetas operando grandes sinais e prodígios para enganar, se possível, os próprios eleitos”. Ele admoestou: “Se alguém vos disser: Eis aqui o Cristo! ou Ei-lo ali!, não acrediteis” (Mt 24:24, 23). Estando previamente advertidos, estamos previamente armados. Tendo em vista habilitar os crentes para distinguirem entre o genuíno evento e as falsas demonstrações, várias passagens bíblicas revelam detalhes quanto à maneira do retorno de Cristo.

Retorno literal e pessoal. Quando Jesus ascendeu em uma nuvem, dois anjos se dirigiram aos discípulos, que ainda contemplavam, pasmados, o Salvador que acabara de desaparecer lá no alto, dizendo-lhes: “Varões galileus, por que estais olhando para as alturas? Esse Jesus que dentre vós foi assunto ao Céu virá do modo como o vistes subir” (At 1:11).

Em outras palavras, disseram que o mesmo Senhor que naquele momento

os havia deixado – um ser pessoal, de carne e osso, e não uma entidade meramente espiritual (Lc 24:36-43) – haveria de retornar à Terra. Seu segundo advento será tão literal e pessoal quanto o foi sua partida.

Retorno visível. A vinda de Cristo não será uma experiência interior, invisível, mas um real encontro com uma Pessoa visível. Não deixando qualquer terreno a dúvidas quanto à visibilidade de seu retorno, Jesus advertiu seus discípulos contra o risco de imaginarem um retorno secreto, ao comparar sua volta com a luminosidade e visibilidade do relâmpago (Mt 24:27).

A Escritura declara positivamente que tanto os justos quanto os ímpios testemunharão simultaneamente sua vinda. João escreveu: “Eis que vem com as nuvens, e todo olho o verá, até quantos o traspassaram” (Ap 1:7). E Cristo mencionou a reação dos ímpios: “Todos os povos da Terra se lamentarão e verão o Filho do homem vindo sobre as nuvens do céu com poder e muita glória” (Mt 24:30).

Retorno audível. Acrescentando informações ao quadro de um reconhecimento universal do retorno de Cristo, a Bíblia afirma que sua vinda também se caracterizará por sons muito audíveis: “Porquanto o Senhor mesmo, dada a sua palavra de ordem, ouvida a voz do arcanjo, e ressoada a trombeta de Deus, descerá dos céus” (1Ts 4:16). O “grande clangor de trombeta” acompanha a reunião de seu povo. Nada há de secreto aqui.

Retorno glorioso. Ao Cristo retornar, vem Ele como um conquistador, com poder e “na glória de seu Pai, com os seus anjos” (Mt 16:27). O apóstolo João retrata a glória do retorno de Cristo de modo mais dramático. Ele traça o quadro de Cristo cavalgando um cavalo branco e conduzindo inumeráveis exércitos celestiais. O esplendor sobrenatural do Cristo glorificado é evidente (Ap 19:11-16).

Retorno súbito e inesperado. Os crentes em Cristo, tendo almejado e aguardado por tanto tempo o retorno de seu Senhor, saberão quando Ele se aproximar (1Ts 5:4-6). Mas em relação aos habitantes da Terra em geral, o apóstolo Paulo escreveu: “O Dia do Senhor vem como ladrão de noite. Quando andarem dizendo: Paz e segurança, eis que lhes sobrevirá repentina destruição, como vêm as dores do parto à que está para dar à luz; e de nenhum modo escaparão” (1Ts 5:2, 3; cf. Mt 24:43).

Alguns têm entendido que a comparação feita por Paulo, da vinda de Cristo com a chegada de um ladrão, deva significar que Ele retornará de alguma

forma secreta e invisível. Entretanto, tal modo de ver as coisas contradiz o quadro bíblico de Cristo retornando em glória e esplendor, à vista de todos (Ap 1:7). O ponto destacado por Paulo não é uma hipotética vinda secreta de Cristo, e sim o fato de que, para os que possuem mente mundana, será a sua volta tão inesperada quanto o aparecimento de um ladrão.

Cristo salientou o mesmo ponto ao comparar sua vinda com a inesperada destruição do mundo antediluviano pelas águas. “Porquanto, assim como nos dias anteriores ao dilúvio comiam e bebiam, casavam e davam-se em casamento, até ao dia em que Noé entrou na arca, e não o perceberam, senão quando veio o dilúvio e os levou a todos, assim será também a vinda do Filho do homem” (Mt 24:38, 39). Embora Noé tenha pregado durante tantos anos a respeito do dilúvio vindouro, a maioria das pessoas foi apanhada de surpresa pelo evento. Havia duas classes de pessoas sobre a Terra. Uma cria nas palavras de Noé e assim entrou na arca e escapou da destruição; a outra – a imensa maioria – decidiu ficar do lado de fora da arca e assim “veio o dilúvio e os levou a todos” (Mt 24:39).

Evento cataclísmico. De modo semelhante ao dilúvio, o sonho de Nabucodonosor – a estátua de metal – retrata a maneira cataclísmica pela qual Cristo estabelecerá seu reino de glória (ver capítulo 4 deste livro). Nabucodonosor viu uma grande imagem, cuja “cabeça era de fino ouro, o peito e os braços, de prata, o ventre e os quadris, de bronze; as pernas, de ferro, os pés, em parte, de ferro, em parte, de barro”. Depois “uma pedra foi cortada sem auxílio de mãos, feriu a estátua nos pés de ferro e de barro e os esmiuçou. Então, foi juntamente esmiuçado o ferro, o barro, o bronze, a prata e o ouro, os quais se fizeram como a palha das eiras do estio, e o vento os levou, e deles não se viram mais vestígios. Mas a pedra que feriu a estátua se tornou em grande montanha que encheu toda a Terra” (Dn 2:32-35).

Por meio desse sonho, Deus concedeu a Nabucodonosor uma sinopse da história mundial. Entre os dias do rei e o estabelecimento do sempiterno reino de Cristo (a pedra), quatro impérios principais, seguidos de um conglomerado de nações fortes e fracas, ocupariam sucessivamente o palco dos eventos mundiais.

Mesmo nos dias de Cristo, os intérpretes já haviam identificado os quatro grandes impérios como sendo Babilônia (605 a 539 a.C.), Medo-Pérsia (539 a 331 a.C.), Grécia (331 a 168 a.C.) e Roma (168 a.C. a 476 d.C.).¹ Conforme profetizado, nenhum outro império sucederia Roma. Durante o quarto e

quinto séculos de nossa era, o Império Romano se fragmentaria em vários reinos menores, os quais, mais tarde, se tornariam as nações da Europa. Através dos séculos, poderosos governantes – Carlos Magno, Carlos V, Napoleão, Kaiser Guilherme e Hitler – tentaram estabelecer outro império mundial. Todos eles fracassaram, pois a profecia advertira: “Não se ligarão um ao outro, assim como o ferro não se mistura com o barro” (Dn 2:43).

Finalmente, o sonho passou a focalizar o clímax dramático: o estabelecimento do eterno reino de Deus. A pedra cortada sem auxílio de mãos representa o reino da glória de Cristo (Dn 7:14; Ap 11:15), o qual será estabelecido sem qualquer esforço humano por ocasião do segundo advento.

O reino de Cristo não deverá coexistir com qualquer império humano. Quando Ele esteve na Terra, ocasião em que o Império Romano dominava o mundo, o reino da “pedra” que esmaga todas as nações ainda não havia aparecido. Somente depois da fase do ferro e do barro, presentes nos pés da estátua – o período das nações europeias divididas – é que a pedra entraria em cena. O reino de Cristo será estabelecido em seu segundo advento, quando Ele separar os justos dos ímpios (Mt 25:31-34).

Quando aparecer, esse reino atingirá a imagem “nos pés de ferro e de barro” e “esmiuçará e consumirá todos estes reinos”, deles não mais deixando nem “vestígios” (Dn 2:34, 44, 35). Efetivamente, o segundo advento é um acontecimento sensacional.

O segundo advento e a raça humana

O segundo advento de Cristo afetará as duas grandes divisões da humanidade – aqueles que o aceitaram e à salvação por Ele oferecida, e aqueles que lhe volveram as costas.

A reunião dos eleitos. Um aspecto importante do estabelecimento do reino eterno de Cristo é o ajuntamento de todos os redimidos (Mt 24:31; 25:32-34; Mc 13:27), que serão levados para o lar celestial preparado por Cristo (Jo 14:3).

Quando o líder de uma nação visita outra, somente umas poucas pessoas podem participar da comitiva de recepção. Contudo, quando Cristo vier, todos os crentes que viveram em qualquer época – sem distinção de idade, gênero, nível de educação, situação econômica ou raça – participarão da grande celebração do advento. Dois eventos tornarão possível essa reunião universal: a ressurreição dos justos mortos e a transformação dos justos

vivos.

1. A ressurreição dos que morreram em Cristo. Ao soar a trombeta que anuncia o retorno de Cristo, os justos falecidos ressuscitarão incorruptíveis e imortais (1Co 15:52, 53). Naquele momento, “os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro” (1Ts 4:16). Em outras palavras, eles ressuscitarão *antes* que os justos vivos sejam elevados aos ares para o encontro com o Senhor.

Os ressuscitados se unem novamente àqueles que choraram a sua partida. Nesse momento, eles exultam grandemente: “Onde está, ó morte, a tua vitória? Onde está, ó morte, o teu aguilhão?” (1Co 15:55).

Não serão os corpos enfermos, envelhecidos ou mutilados que desceram à sepultura que se erguerão no momento em que os justos retomarem a vida: ao contrário, seus corpos serão novos, imortais, perfeitos, não mais revelando as marcas do pecado que os fizera entrar em decadência. Os santos ressurretos experimentarão o término da obra de restauração efetuada por Cristo, passando a refletir a perfeita imagem de Deus na mente, na alma e no corpo (1Co 15:42-54; ver capítulo 26 deste livro).

2. A transladação dos justos vivos. Quando os mortos justos experimentam a ressurreição, ocorre uma transformação dos justos que estiverem vivos sobre a face da Terra por ocasião do segundo advento. “Porque é necessário que este corpo corruptível se revista da incorruptibilidade, e que o corpo mortal se revista da imortalidade” (1Co 15:53).

No retorno de Cristo, nenhum grupo de crentes assume precedência sobre qualquer outro grupo. Paulo revela que os justos vivos e transformados serão “arreatados juntamente com eles [os justos ressuscitados], entre nuvens, para o encontro do Senhor nos ares, e, assim, estaremos para sempre com o Senhor” (1Ts 4:17; cf. Hb 11:39, 40). Desse modo, todos os crentes estarão reunidos no grande encontro do segundo advento, tanto os justos ressuscitados de todas as eras quanto aqueles que estiverem vivos na chegada de Cristo.

A morte dos ímpios. Para os salvos o segundo advento representará uma oportunidade de alegria e libertação, mas para os perdidos será um tempo de devastante terror. Eles resistiram ao amor de Cristo e aos seus convites de salvação durante tanto tempo que se deixaram enfeitiçar pelas ilusões enganadoras (2Ts 2:9-12; Rm 28-32). Quando virem aquele a quem rejeitaram, vindo sobre as nuvens como Rei dos reis e Senhor dos senhores, saberão que terá chegado a hora de sua própria destruição. Esmagados pelo

terror e desespero, clamarão às rochas inanimadas que os protejam (Ap 6:16, 17).

Nessa oportunidade, Deus destruirá Babilônia, a união de todas as religiões apóstatas. Ela “será consumida no fogo” (Ap 18:8). Ao líder dessa confederação – o mistério da iniquidade, o homem do pecado “o Senhor Jesus matará com o sopro de sua boca e o destruirá pela manifestação de sua vinda” (2Ts 2:8). Os poderes responsáveis pela imposição da marca da besta (ver capítulo 13 deste livro) serão “lançados no lago de fogo e enxofre”. Os maus restantes serão “mortos com a espada que saía da boca daquele que estava montado no cavalo” – Jesus Cristo, o Senhor (Ap 19:20, 21).

Sinais do breve retorno de Cristo

As Escrituras não somente revelam a maneira e o objetivo da vinda de Cristo, como também descrevem os sinais que indicam a proximidade desse evento épico. Os primeiros sinais indicadores da proximidade da volta de Jesus ocorreram mais de 1.700 anos depois da ascensão de Cristo; outros mais seguiram-se, contribuindo para evidenciar que seu retorno está muito próximo.

Sinais no mundo natural. Jesus predisse: “Haverá sinais no Sol, na Lua e nas estrelas” (Lc 21:25), especificando que “o Sol escurecerá, a Lua não dará sua claridade, as estrelas cairão do firmamento, e os poderes dos céus serão abalados. Então, verá o Filho do homem vir nas nuvens, com grande poder e glória” (Mc 13:24-26). Adicionalmente, João viu um grande terremoto que precederia a manifestação dos sinais no céu (Ap 6:12). Todos esses sinais haveriam de assinalar o fim dos 1.260 anos de perseguição (ver capítulo 13 deste livro).

1. O testemunho da Terra. Em cumprimento a essa profecia, “o maior de todos os terremotos conhecidos”² ocorreu em 1º de novembro de 1755. Conhecido como o terremoto de Lisboa, seus efeitos foram observados na Europa, África e América, cobrindo uma área de mais de 10 milhões de quilômetros quadrados. Seu poder destruidor centralizou-se em Lisboa, Portugal, onde, em questão de minutos, arrasou edifícios públicos e residenciais, causando milhares de mortes.³

Embora os efeitos físicos do terremoto tenham sido imensos, seu impacto sobre o pensamento da época não foi menor. Muitos que então viviam reconheceram-nos como um sinal do fim⁴ e passaram a dar consideração

séria ao julgamento de Deus e aos últimos dias. O terremoto de Lisboa representou um fator de incremento no estudo das profecias.

2. O testemunho do Sol e da Lua. Vinte e cinco anos mais tarde, ocorreu o próximo sinal mencionado na profecia – o escurecimento do Sol e da Lua. Cristo havia indicado a ocasião do cumprimento deste sinal, observando que ele deveria vir em seguida à grande tribulação, os 1.260 anos de perseguição papal mencionados em várias outras porções das Escrituras (Mt 24:29; ver capítulo 13 deste livro). Mas Cristo dissera também que a tribulação que precederia estes sinais seria abreviada (Mt 24:21, 22). Por meio da influência da Reforma e dos movimentos que dela se originaram, a perseguição papal foi efetivamente abreviada, de tal modo que, em meados do século dezoito, ela praticamente cessara.

Em cumprimento à profecia de Cristo, o dia 19 de maio de 1780 testemunhou uma extraordinária escuridão na porção nordeste do continente norte-americano.⁵

Rememorando esse evento, Timothy Dwight, presidente da Universidade Yale, disse: “O dia 19 de maio de 1780 foi memorável. Candeeiros foram acesos em muitas casas; os pássaros silenciaram e desapareceram, e as galinhas se retiraram para os poleiros. [...] A opinião geral prevalecente era de que o dia do juízo havia chegado.”⁶

Samuel Williams, de Harvard, relatou que a escuridão “aproximou-se com as nuvens do sudoeste ‘entre as 10 e as 11 horas da manhã e prosseguiu até a meia-noite seguinte’, variando de intensidade e duração em diferentes lugares. Em algumas localidades ‘as pessoas não conseguiam enxergar o suficiente como para ler escrita comum ao ar livre’”.⁷ Na opinião de Samuel Tenny, “a escuridão daquela noite foi provavelmente a maior jamais observada desde que o Todo-Poderoso deu origem à luz. [...] Se todos os corpos celestes luminosos do universo tivessem sido envoltos em nuvens impenetráveis, ou eliminados da existência, a escuridão não poderia ter sido mais completa”.⁸

Às 9 horas da noite, ergueu-se a Lua, mas a escuridão persistiu até à meia-noite. Quando a Lua se tornou visível, sua aparência era como de sangue.

João, o revelador, profetizara os extraordinários eventos desse dia. Depois do terremoto, escreveu ele, o Sol se tornaria “negro como saco de crina, a Lua [...] como sangue” (Ap 6:12).

3. O testemunho das estrelas. Tanto Cristo quanto João profetizaram a queda

das estrelas, indicando o evento como outro sinal do breve aparecimento de Cristo (Ap 6:13; cf. Mt 24:29). A grande chuva de meteoros ocorrida em 13 de novembro de 1833 – o mais extraordinário espetáculo de estrelas cadentes de que há registro – cumpriu essa profecia. Estimou-se que um observador isolado poderia haver contado em média cerca de 60 mil meteoros por hora.⁹ O fenômeno foi observado desde o Canadá até o México, e do meio do Atlântico até o Pacífico;¹⁰ muitos cristãos reconheceram nele o cumprimento da profecia bíblica.¹¹

Uma testemunha ocular disse que “dificilmente se poderia perceber no céu um espaço que não estivesse instantaneamente ocupado por essas estrelas cadentes, tampouco se poderia perceber entre elas qualquer diferença particular no tocante à aparência, embora por vezes elas se projetassem em grupos – trazendo à memória a ‘figueira que lança de si os seus frutos, quando sacudida por forte vento’”.¹²

Cristo concedeu esses sinais com o propósito de alertar os cristãos quanto à proximidade de sua vinda, de modo que pudessem se regozijar e empreender cabal preparo para a mesma. Ele disse: “Ao começarem estas coisas a suceder, exultai e erguei a vossa cabeça; porque a vossa redenção se aproxima.” E acrescentou: “Vede a figueira e todas as árvores. Quando começam a brotar, vendo-o, sabeis, por vós mesmos, que o verão está próximo. Assim também, quando virdes acontecerem estas coisas, sabeis que está próximo o reino de Deus” (Lc 21:28-31).

O testemunho singular da Terra, do Sol, da Lua e das estrelas, que ocorreu na exata sequência e tempo preditos por Cristo, dirigiu a atenção de muitos para as profecias referentes ao segundo advento.

Sinais no mundo religioso. A Escritura prediz que certo número de sinais significativos no mundo religioso marcariam o tempo que precederia imediatamente o retorno de Cristo.

1. Um grande despertamento religioso. O livro de Apocalipse revela o surgimento de um grande movimento religioso de extensão mundial, ocorrendo antes do segundo advento. Na visão dada a João, um anjo que anuncia a volta de Cristo simboliza esse movimento: “Vi outro anjo voando pelo meio do céu, tendo um evangelho eterno para pregar aos que se assentam sobre a Terra, e a cada nação, e tribo, e língua, e povo, dizendo, em grande voz: Temei a Deus e dai-lhe glória, pois é chegada a hora do seu juízo; e adorai aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas”

(Ap 14:6, 7).

A própria mensagem indica quando ela deveria ser pregada. O evangelho eterno tem sido pregado ao longo dos séculos. Mas esta mensagem, enfatizando o aspecto do juízo dentro do evangelho, somente poderia ser pregada no tempo do fim, pois seria então verdade que “é chegada a hora do seu juízo”.

O livro de Daniel nos informa que no tempo do fim as suas profecias seriam abertas, retirando-se o “selo” de sobre as mesmas (Dn 12:4). Nessa oportunidade, as pessoas compreenderiam os seus mistérios. A remoção do selo ocorreu quando o período de 1.260 anos de supremacia papal chegou ao fim, mediante o aprisionamento do papa em 1798. A combinação entre aprisionamento do papa e os sinais ocorridos no mundo natural, conduziu muitos cristãos ao estudo das profecias relacionadas com os eventos da segunda vinda de Cristo, e isso resultou em uma nova profundidade na compreensão dessas profecias.

Essa focalização do segundo advento também desencadeou um reavivamento mundial da esperança do advento. Assim como os reformadores se ergueram independentemente nos vários países, assim ocorreu com o movimento adventista. A natureza mundial desse movimento é um dos mais claros sinais de que a volta de Cristo se aproxima. Assim como João Batista preparou o caminho para o primeiro advento de Cristo, assim o movimento adventista está preparando o caminho para seu segundo advento – proclamando a mensagem de Apocalipse 14:6 a 12, o último apelo de Deus para que todos se preparem para o glorioso retorno do Salvador (ver capítulos 13 e 24 deste livro).¹³

2. Pregando o evangelho. Deus “estabeleceu um dia em que há de julgar o mundo com justiça” (At 17:31). Advertindo-nos quanto a esse dia, Cristo não disse que ele chegaria quando o mundo inteiro se houvesse convertido, mas que “será pregado este evangelho do reino por todo o mundo, para testemunho a todas as nações. Então virá o fim” (Mt 24:14). Portanto, Pedro estimula os crentes a esperar e apressar a vinda do dia de Deus (2Pe 3:12).

As estatísticas referentes à tradução e distribuição da Bíblia no corrente século, dão conta do crescimento do testemunho do evangelho. Em 1900, a Bíblia achava-se disponível em 537 idiomas. Em 1980, ela havia sido traduzida – no todo ou em parte – para 1.811 idiomas, representando aproximadamente 96 por cento da população do mundo. Semelhantemente, a

distribuição anual das Escrituras passou de 5,4 milhões de exemplares em 1900 para cerca de 48,4 milhões de Bíblias e mais de meio bilhão de porções da Bíblia em 2000.¹⁴

Adicionalmente, possui agora o cristianismo uma variedade sem precedente de recursos para utilizar em sua missão: agências de serviços, instituições médicas e educacionais, obreiros nacionais e estrangeiros, emissoras de rádio e televisão e vultosos meios financeiros. Nos dias de hoje, poderosas emissoras de rádio de ondas curtas podem levar o evangelho a praticamente todos os países ao redor do mundo. Utilizados sob a orientação do Espírito Santo, esses recursos jamais iguados poderão tornar realidade o alvo de evangelizar todo o mundo em nossos dias.

Os adventistas do sétimo dia, contando com membros que representam cerca de 947 idiomas e dialetos, estão proclamando o evangelho em 216 países. Quase 94 por cento desses membros vivem fora da América do Norte. Por crermos que as obras médica e educacional desempenham papel essencial na pregação do evangelho, estamos operando cerca de 627 hospitais, casas de saúde, clínicas e dispensários, lares para crianças e lares para idosos, 7 aviões e lanchas médicas, 21 fábricas de produtos alimentícios saudáveis, 114 escolas superiores e universidades, 2.050 escolas secundárias, 5.371 escolas fundamentais e 15 centros de mídia. Nossas 63 editoras produzem literatura em 366 idiomas e nossas emissoras de rádio de ondas curtas atingem cerca de 75 por cento da população mundial. O Espírito Santo tem abençoado grandemente o nosso impulso missionário.

3. Declínio religioso. A proclamação ampla do evangelho não significa necessariamente um crescimento maciço do genuíno cristianismo. Ao contrário, as Escrituras predizem um declínio da verdadeira espiritualidade no tempo do fim. Paulo disse que, “nos últimos dias, sobrevirão tempos difíceis, pois os homens serão egoístas, avarentos, jactanciosos, arrogantes, blasfemadores, desobedientes aos pais, ingratos, irreverentes, desafeiçoados, implacáveis, caluniadores, sem domínio de si, cruéis, inimigos do bem, traidores, atrevidos, enfatuados, mais amigos dos prazeres que amigos de Deus, tendo forma de piedade, negando-lhe, entretanto, o poder” (2Tm 3:1-5).

Assim é que hoje o amor ao eu, às coisas materiais e ao mundo tem suplantado o Espírito Santo em muitos corações. As pessoas não mais querem permitir que os princípios da lei divina dirijam sua vida; a revolta

contra a lei predomina. “E, por se multiplicar a iniquidade, o amor se esfriará de quase todos” (Mt 24:12).

4. Ressurgimento do papado. De acordo com a profecia bíblica, no fim dos 1.260 anos o papado receberia uma “ferida mortal”, mas não chegaria a morrer (ver capítulo 12 deste livro). As Escrituras revelam também que essa ferida mortal seria curada. O papado experimentaria glande renovação de sua influência e respeito – “e toda a Terra se maravilhou, seguindo a besta” (Ap 13:3). Já nos dias de hoje, muitos veem o papa como líder moral da humanidade.

Em grande medida, o crescimento da influência do papado ocorreu quando os cristãos substituíram a autoridade da Bíblia pelas tradições, padrões humanos ou ciência. Ao assim procederem, tornaram-se vulneráveis ao “homem da iniquidade” que opera “com todo poder, e sinais, e prodígios da mentira” (2Ts 2:9). Satanás e seus instrumentos trarão à existência uma confederação do mal, simbolizada pela iníqua e tríplice união do dragão, besta e falso profeta, que enganará o mundo (Ap 16:13, 14; cf. 13:13, 14). Somente aqueles cuja orientação provém da Bíblia e que “guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus” (Ap 14:12) poderão resistir com êxito a essa arrasadora e enganosa confederação.

5. Declínio da liberdade religiosa. O reavivamento do papado afetará dramaticamente o cristianismo. A liberdade religiosa, obtida a grande custo, assegurada pela separação entre igreja e estado, será solapada e finalmente abolida. Com o apoio de poderosos governantes civis, esse poder apóstata tentará impor a sua forma de adoração a todas as pessoas. Todos terão de decidir entre a lealdade a Deus e seus mandamentos e a lealdade à besta e sua imagem (Ap 14:6-12).

A pressão para que a pessoa se adapte a essas imposições, incluirá coerção econômica: “Para que ninguém possa comprar ou vender, senão aquele que tem a marca, o nome da besta, ou o número do seu nome” (Ap 13:17). Com o decorrer do tempo, aqueles que se recusarem submeter-se serão ameaçados com a pena de morte (Ap 13:15). Durante esse tempo de provação final, Deus intervirá em favor de seu povo e livrará todo aquele que tiver o nome escrito no livro da vida (Dn 12:1; cf. Ap 3:5; 20:15).

Aumento da iniquidade. O declínio espiritual no seio do cristianismo e o reavivamento do homem da iniquidade têm conduzido à crescente negligência da lei de Deus na igreja e na vida dos crentes. Muitos têm

chegado a crer que Deus aboliu a lei e que os cristãos não mais se encontram sob a obrigação de observá-la. Esse desrespeito à lei de Deus tem levado a grande aumento dos crimes e do comportamento imoral.

1. Rápido aumento dos crimes. O desrespeito à lei de Deus que é corrente em vastos arraiais cristãos tem contribuído para o desprezo que a moderna sociedade vota à lei e à ordem. Em todo o mundo, o crime acha-se explosivamente fora de controle. Um relatório preenchido pelos correspondentes de várias capitais mundiais declara: “Tal como nos Estados Unidos, o crime acha-se em ascensão em praticamente todos os países do mundo.” “De Londres a Moscou e Johannesburgo, o crime está se tornando rapidamente a maior ameaça, levando à alteração do modo de vida das pessoas.”¹⁵

2. Revolução sexual. A desconsideração para com a lei de Deus também lançou por terra os parâmetros da modéstia e da pureza, resultando em uma explosão de imoralidade. Hoje, o sexo é idolatrado e comercializado por meio de filmes, televisão, vídeo, músicas, revistas e propagandas.

A revolução sexual resultou em um espantoso aumento da taxa de divórcios, aberrações como o “casamento aberto” ou compartilhamento de parceiros, abuso sexual de crianças, apavorante número de abortos, homossexualidade e lesbianismo generalizados e epidemias de doenças sexualmente transmissíveis, entre as quais a aids (síndrome da imunodeficiência adquirida).

Guerras e Calamidades. Jesus apresentou ainda o seguinte quadro, que ocorreria antes de sua volta: “Levantar-se-á nação contra nação, e reino, contra reino; haverá grandes terremotos, epidemias e fome em vários lugares, coisas espantosas e também grandes sinais do céu” (Lc 21:10, 11; cf. Mc 13:7; Mt 24:7). À medida que o fim se aproxima e se intensifica o conflito entre as forças divinas e as satânicas, essas calamidades também se tornarão mais severas e frequentes, o que hoje pode ser visto como nunca antes.

1. Guerras. Embora as guerras sempre tenham desgraçado a humanidade, nunca dantes na História foram elas tão globais e destrutivas. As duas guerras mundiais causaram maior número de baixas e sofrimentos do que todas as guerras anteriores combinadas.¹⁶

Muitos veem hoje a perspectiva de um novo conflito de extensão mundial. A Segunda Guerra Mundial não erradicou as guerras. Desde então, até 1982, ocorreram cerca de “140 conflitos desenvolvidos com armas convencionais,

nos quais cerca de 10 milhões de pessoas morreram”.¹⁷

2. Desastres naturais. Parece que os desastres sofreram acentuado aumento nos anos recentes. Cataclismas recentes da Terra e da atmosfera, sobrepondo-se um ao outro, têm levado alguns a se perguntar se a natureza perdeu o controle – e se o mundo está experimentando alterações climáticas e estruturais profundas, as quais se intensificarão no futuro.¹⁸

3. Fomes. Fomes ocorreram muitas vezes no passado, mas nunca haviam se manifestado na escala presenciada durante o presente século. Nunca dantes tivera o mundo milhões de pessoas sofrendo tanto de inanição quanto de subnutrição.¹⁹ As perspectivas futuras não parecem mais otimistas. A extensão sem precedentes da inanição assinala claramente que o retorno de Cristo é iminente.

Preparados todo o tempo

A Bíblia assegura repetidamente que Jesus retornará. Mas será que Ele virá daqui a um ano? Cinco anos? Dez? Vinte anos? Ninguém sabe ao certo. O próprio Jesus declarou: “A respeito daquele dia e hora ninguém sabe [...] senão o Pai” (Mt 24:36).

Próximo ao final de seu ministério terrestre, Cristo contou a parábola das dez virgens a fim de ilustrar a experiência da igreja nestes últimos dias. As duas classes de virgens representam duas espécies de crentes que professam estar aguardando o seu Senhor. São chamados de virgens porque professam fé pura. Suas lâmpadas representam a Palavra de Deus, e o óleo representa o Espírito Santo.

Superficialmente, ambos os grupos parecem iguais; ambos saem para encontrar o noivo, ambos possuem óleo em suas lâmpadas, e sua conduta não aparenta diferenças. Todos eles ouviram a mensagem do breve retorno de Cristo e aguardam a sua ocorrência. Mas quando acontece uma aparente demora – então a fé dos dois grupos é provada.

Repentinamente, à meia-noite – à hora mais escura da história terrestre – eles ouvem um clamor: “Eis o noivo! Saí ao seu encontro” (Mt 25:6). Então, torna-se evidente a diferença entre os dois grupos: algumas pessoas não estão preparadas para encontrar o noivo. Essas virgens “néscias” não são hipócritas; elas respeitam a verdade, a Palavra de Deus. Entretanto, não possuem o óleo – não foram seladas pelo Espírito Santo (cf. Ap 7:1-3). Esses cristãos se satisfizeram com um trabalho superficial e não caíram sobre a

Rocha, Cristo Jesus. Eles possuem uma forma de piedade mas estão destituídos do poder de Deus.

Ao chegar o noivo, somente aqueles que estão prontos entram com Ele no salão da festa para celebrar o casamento, e então a porta se fecha. Depois de algum tempo, as virgens néscias, que foram comprar mais óleo, retornam e clamam: “Senhor, Senhor, abre-nos a porta!” Mas o noivo responde: “Em verdade vos digo que não vos conheço” (Mt 25:11, 12).

Quão triste é pensar que, ao retornar à Terra, Jesus pronunciará essas mesmas palavras a alguns que Ele ama. Ele advertiu: “Muitos, naquele dia, hão de dizer-me: Senhor, Senhor! Porventura, não temos nós profetizado em teu nome, e em teu nome não expelimos demônios, e em teu nome não fizemos muitos milagres? Então, lhes direi explicitamente: Nunca vos conheci. Apartai-vos de mim, os que praticais a iniquidade” (Mt 7:22, 23).

Antes do dilúvio, Deus enviou Noé para alertar o mundo antediluviano da vindoura destruição. De modo similar, Deus está enviando a tríplice mensagem de advertência a fim de preparar o mundo para o retorno de Cristo (Ap 14:6-16).

Todos os que aceitam a mensagem de misericórdia de Deus se regozijarão diante da perspectiva da segunda vinda. Pertence-lhes a certeza: “Bem-aventurados aqueles que são chamados à ceia das bodas do Cordeiro” (Ap 19:9). De fato, “Cristo [...] aparecerá segunda vez, sem pecado, aos que o aguardam para a salvação” (Hb 9:28).

O retorno do Redentor representa o glorioso clímax da história do povo de Deus. É o momento de sua libertação, de modo que, cheios de alegria e senso de adoração eles exclamam: “Eis que este é o nosso Deus, em quem esperávamos. [...] Na sua salvação exultaremos e nos alegraremos!” (Is 25:9).

¹ Froom, *Prophetic Faith of Our Fathers*, v. 1, p. 456, 894; v. 2, p. 528, 784; v. 3, p. 252, 744; v. 4, p. 396, 846. Ver também capítulo 24 deste livro.

² G. I. Eiby, *Earthquakes* (Nova York: Vam Nostrand Reinholdt, 1980), p. 164.

³ Ver, por exemplo, Sir Charles Lyell, *Principles of Geology* (Filadélfia: James Kay, Jun. & Brother, 1837), v. 1, p. 416-419; “Lisbon”, *Encyclopedia Americana*, editado por Francis Lieber (Filadélfia, PA: Carcy and Lea, 1831), p. 10; W. H. Hobbs, *Earthquakes* (Nova York: D. Appleton and Co., 1907), p. 143; Thomas Hunter, *An Historical Account of Earthquakes Extracted from the Most Authentic Historians* (Liverpool: R. Williamson, 1756), p. 54-90; cf. E. G. White, *O Grande Conflito*, p. 304, 305. Os primeiros informes davam conta de 100 mil mortes. Enciclopédias modernas apresentam a cifra de 60 mil.

⁴ Ver John Biddolf, *A Poem on the Earthquake at Lisbon* (Londres: W. Owen, 1755), p. 9, citado in *Source Book*, p. 358; Froom, *Prophetic Faith of Our Fathers*, v. 2, p. 674-677. Em 6 de fevereiro de 1756, a Igreja Anglicana celebrou um dia de jejum e comunhão em memória do terremoto (ibid.). Ver também T. D. Kendrick, *The Lisbon Earthquake* (Londres: Methuen and Co., 1955), p. 72-164.

⁵ Cf. E. G. White, *O Grande Conflito*, p. 306-308.

⁶ Timothy Dwight, citado em *Connecticut Historical Collections*, compilação de John W. Barber, 2ª edição (New Haven: Durrie e Peck e J. W. Barber, 1836), p. 403; citado em *Source Book*, p. 316.

⁷ Samuel Williams, “An Account of a Very Uncommon Darkness in the State of New-England, May 19, 1780”, em *Memoirs of the American Academy of Arts and Sciences: to the End of the Year 1783* (Boston: Adams e Nourse, 1785), v. 1, p. 234, 235; Cf. *Source Book*, p. 315.

⁸ Carta a Samuel Tenny, Exeter [NH], dezembro de 1785, em *Collections of the Massachusetts Historical Society for the Year 1792* (Boston: Belknap e Hall, 1792), v. 1, p. 97.

⁹ Peter M. Millman, “The Falling of the Stars”, *The Telescope*, 7 (maio/junho de 1940), p. 60. Ver também Froom, *Prophetic Faith of Our Fathers*, v. 4, p. 295.

¹⁰ Denison Olmsted, *Letters on Astronomy*, edição de 1840, p. 348, 349, em *Source Book*, p. 410, 411.

¹¹ Froom, *Prophetic Faith of Our Fathers*, v. 4, p. 297-300; cf. E. G. White, *O Grande Conflito*, p. 333, 334.

¹² Fenômenos conforme observados em Bowling Green, relatados no *Salt River Journal* de 20 de novembro de 1780, segundo citação de *American Journal of Science and Arts*, editado por Benjamin Silliman, 25 (1834), p. 382.

¹³ Ver Froom, *Prophetic Faith of Our Fathers*, v. 4, Damsteegt, *Foundations of the Seventh-day Adventist Message and Mission*.

¹⁴ David B. Barrett, editor, *World Christian Encyclopedia: A Comparative Study of Churches and Religions in the Modern World A.D. 1900-2000* (Oxford: Oxford University Press, 1982), p. 13.

¹⁵ “Abroad, Too, Fear Grips the Cities”, *U. S. News and World Report*, 23 de fevereiro de 1981, p. 65.

¹⁶ David Singer e Melvin Small, *The Wages of War: 1816-1965. A Statistical Handbook* (Nova York: John Wiley and Sons, 1972), p. 66, 67.

¹⁷ Margaret Thatcher, conforme citada em Ernest W. Lefever e Stephen Hung, *The Apocalypse Premise* (Washington, DC: Ethics and Public Policy Center, 1982), p. 394.

¹⁸ Ver Paul Recer, “Is Mother Nature Going Berserk?” *U. S. News & World Report*, 22 de fevereiro de 1982, p. 66.

¹⁹ Um suplemento especial da publicação norte-americana *Development Forum*, intitulada “Facts on Food” (novembro de 1974), disse que “metade da população mundial, mais de 2 bilhões de pessoas, é escassamente nutrida”. Citado em Ronald J. Sider, *Rich Christians in an Age of Hunger* (Nova York: Paulist Press, 1977), p. 228, nº 4. Cf. p. 16.

MORTE E RESSURREIÇÃO

26



O salário do pecado é a morte. Mas Deus, o único que é imortal, concederá vida eterna a seus remidos. Até aquele dia, a morte é um estado inconsciente para todas as pessoas. Quando Cristo, que é a nossa vida, se manifestar, os justos ressuscitados e os justos vivos serão glorificados e arrebatados para o encontro de seu Senhor.

A segunda ressurreição, a ressurreição dos ímpios, ocorrerá mil anos mais tarde.

O exército filisteu dirigiu-se para Suném, estabeleceu ali seu acampamento e se preparou para atacar Israel. Longe de sentir-se otimista, o rei Saul posicionou o exército israelita nas proximidades do monte Gilboa. No passado, a segurança da presença de Deus habilitara Saul a conduzir Israel destemidamente contra seus inimigos. Mas ele se apartara de servir ao Senhor, e quando o rei apóstata tentou estabelecer contato com Deus a respeito do resultado da batalha iminente, Deus se recusou a manter qualquer comunicação com ele.

O agourento temor do desconhecido dia seguinte pesava sobre o coração de Saul. Se tão somente Samuel estivesse ali. Mas Samuel havia morrido e não mais poderia aconselhá-lo. Ou será que poderia?

Localizando uma feiticeira que escapara às suas caçadas anteriores contra essas pessoas, o enorme rei tentou obter por intermédio dela alguma informação quanto ao resultado da batalha do dia seguinte. Ele requereu: “Faze-me subir a Samuel.” Durante a sessão, a médium viu um “espírito que subia da terra”. Esse espírito informou ao desgraçado rei que não apenas Israel perderia a batalha, como também ele e seus filhos seriam mortos.

A predição provou-se verdadeira. Mas foi realmente o espírito de Samuel

que fez a predição? Como poderia uma feiticeira, condenada por Deus, possuir poder sobre o espírito de Samuel – profeta divino? E de onde veio Samuel – por que o seu espírito “subiu da terra”? O que a morte fizera com Samuel? Se não foi o espírito de Samuel que falou com Saul, quem foi? Examinemos aquilo que a Bíblia tem a dizer quanto ao assunto da morte e da ressurreição.

Imortalidade e morte

Imortalidade é o estado ou qualidade daquilo que não está sujeito à morte. Os tradutores das Escrituras usaram a palavra *imortalidade* para traduzir os termos gregos *athanasia*, “ausência de morte”, e *aphtharsia*, “inocorrutibilidade”. De que modo esse conceito se relaciona com Deus e com os seres humanos?

Imortalidade. As Escrituras revelam que o Deus eterno é imortal (1Tm 1:17). De fato, Ele é “o único que possui a imortalidade” (1Tm 6:16). Ele é incriado, autoexistente, não tendo começo nem fim (ver capítulo 2 deste livro).

“As Escrituras em parte alguma descrevem a imortalidade como uma qualidade ou estado que o homem – ou sua ‘alma’ ou ‘espírito’ – possui inerentemente. Os termos usualmente traduzidos como ‘alma’ e ‘espírito’ [...] ocorrem mais de 1.600 vezes na Bíblia, mas em nenhum caso estão associados a ‘imortal’ ou ‘imortalidade’” (ver capítulo 7 deste livro).¹

Em contraste com Deus, portanto, os seres humanos são mortais. A Escritura compara sua vida com uma “neblina que aparece por instante e logo se dissipa” (Tg 4:14). Eles são apenas “carne, vento que passa e já não volta” (Sl 78:39). O homem “nasce como a flor e murcha; foge como a sombra e não permanece” (Jó 14:2).

Deus e os seres humanos diferem acentuadamente. Deus é infinito, os homens são finitos. Deus é imortal, eles são mortais. Deus é eterno, eles são transitórios.

Imortalidade condicional. Na criação, “formou o Senhor Deus o homem do pó da terra e lhe soprou nas narinas o fôlego de vida, e o homem passou a ser alma vivente” (Gn 2:7). O relatório da criação revela que a vida da humanidade deriva de Deus (cf. At 17:25, 28; Cl 1:16, 17). O corolário desse fato básico é que a imortalidade não é inerente ao homem, mas é um dom de Deus.

Quando Deus criou Adão e Eva, concedeu-lhes liberdade de decisão – a capacidade de escolher. Ele poderia obedecer ou deixar de fazê-lo, e a continuação de sua existência dependeria de contínua obediência por meio do poder de Deus. Assim, a sua posse do dom da imortalidade era condicional.

Deus esclareceu cuidadosamente as condições sob as quais ele perderia esse dom – comendo da “árvore do conhecimento do bem e do mal”. Deus o advertiu: “No dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gn 2:17).²

Morte: salário do pecado. Contradizendo a afirmativa divina de que a desobediência acarretaria a morte, Satanás assegurou: “É certo que não morreréis” (Gn 3:4). Mas, depois de haverem transgredido a ordem divina, Adão e Eva descobriram que o salário do pecado é realmente a morte (Rm 6:23). Seu pecado lhes trouxe a sentença: Retornarás “à terra, pois dela foste formado; porque tu és pó e ao pó tornarás” (Gn 3:19). Essas palavras não indicam uma continuação da vida, e sim a sua cessação.

Depois de pronunciar essa sentença, Deus barrou ao par pecaminoso o acesso à árvore da vida, para que não pudessem comer e viver para sempre (Gn 3:22). Essa ação divina tornou claro que a imortalidade prometida com base na obediência havia-se perdido por causa do pecado. Agora eles se haviam tornado mortais, sujeitos à morte. E uma vez que Adão não mais poderia transmitir aquilo que ele próprio não possuía, “a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (Rm 5:12).

Foi tão somente a misericórdia de Deus que protegeu Adão e Eva da morte imediata. O Filho de Deus se oferecera para dar sua própria vida a fim de que tivessem outra oportunidade – uma segunda chance. Ele era o “Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo” (Ap 13:8).

Esperança para a humanidade. Embora as pessoas nasçam mortais, a Bíblia as estimula a buscarem a imortalidade (Rm 2:7). Jesus Cristo é a fonte de sua imortalidade: “O dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor” (Rm 6:23; cf. 1Jo 5:11). Ele “não só destruiu a morte, como trouxe à luz a vida e a imortalidade” (2Tm 1:10). “Porque, assim como, em Adão, todos morrem, assim também todos serão vivificados em Cristo” (1Co 15:22). O próprio Cristo disse que sua voz abriria os sepulcros e ressuscitaria os mortos (Jo 5:28, 29).

Se Cristo não houvesse vindo, a situação humana seria de total desesperança, e todos os que morressem teriam perecido para sempre. Face à realidade de Cristo, porém, ninguém precisa perecer. Disse João: “Porque

Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3:16). Assim, a fé em Cristo não apenas salva da penalidade do pecado, como também traz consigo o incomensurável dom da imortalidade.

Cristo trouxe “imortalidade, mediante o evangelho” (2Tm 1:10). Paulo nos assegura que são as Sagradas Escrituras que nos tornam “sábio para a salvação pela fé em Cristo Jesus” (2Tm 3:15). Aqueles que não recebem o evangelho não receberão a imortalidade.

O recebimento da imortalidade. O momento em que nos será concedido o dom da imortalidade é assim descrito por Paulo: “Eis que vos digo um mistério: Nem todos dormiremos, mas transformados seremos todos, num momento, num abrir e fechar de olhos, ao ressoar da última trombeta. A trombeta soará, os mortos ressuscitarão incorruptíveis, e nós seremos transformados. Porque é necessário que este corpo corruptível se revista da incorruptibilidade, e que o corpo mortal se revista da imortalidade. E, quando este corpo corruptível se revestir de incorruptibilidade, e o que é mortal se revestir de imortalidade, então se cumprirá a palavra que está escrita: Tragada foi a morte pela vitória” (1Co 15:51-54). Isso torna muito claro que Deus não colocou a imortalidade sobre o crente por ocasião da morte, mas irá concedê-la na ressurreição, quando soar a “última trombeta”. *Então* isto que é “mortal” se revestirá da “imortalidade”. Ao passo que João destaca que recebemos o dom da vida eterna quando aceitamos a Jesus Cristo como Salvador pessoal (1Jo 5:11-13), a efetiva concretização do dom ocorrerá quando Cristo retornar. Somente então seremos transformados de mortais em imortais, de corruptíveis em incorruptíveis.

A natureza da morte

Se a morte é a cessação da vida, o que diz a Bíblia quanto à condição da pessoa na morte? O que faz com que seja importante que o cristão compreenda esse ensinamento bíblico?

A morte é um sono. Morte não é aniquilação completa; é apenas um estado temporário de inconsciência enquanto a pessoa aguarda a ressurreição. A Bíblia identifica repetidamente esse estado intermediário como um sono.

Referindo-se à morte de algumas pessoas, o Antigo Testamento descreve Davi, Salomão e outros reis de Israel e Judá como estando a dormir com seus pais (1Rs 2:10; 11:43; 14:20, 31; 15:8; 2Cr 21:1; 26:23). Jó também

identificou a morte como um sono (Jó 14:10-12), assim como o fizeram Davi (Sl 13:3), Jeremias (Jr 51:39, 57) e Daniel (Dn 12:2).

O Novo Testamento utiliza as mesmas figuras. Ao descrever a condição da filha de Jairo, que estava morta, Jesus disse que ela estava dormindo (Mt 9:24; Mc 5:39). Ele se referiu a Lázaro, já morto, da mesma maneira (Jo 11:11-14). Mateus escreveu que muitos “corpos de santos, que dormiam, ressuscitaram” após a ressurreição de Cristo (Mt 27:52). Ao registrar o martírio de Estêvão, Lucas disse que ele “adormeceu” (At 7:60). Tanto Paulo quanto Pedro também se referiram à morte como um sono (1Co 15:51, 52; 1Ts 4:13-17; 2Pe 3:4).

A representação bíblica da morte como sono caracteriza muito bem a sua natureza, conforme o demonstram as seguintes comparações: 1. Aqueles que dormem estão inconscientes. “Os mortos não sabem coisa nenhuma” (Ec 9:5). 2. No sono, os pensamentos conscientes cessam. “Sai-lhes o espírito, e eles tornam ao pó; nesse mesmo dia, perecem todos os seus desígnios” (Sl 146:4). 3. O sono põe fim a todas as atividades do dia. “No além, para onde tu vais, não há obra, nem projetos, nem conhecimento, nem sabedoria alguma” (Ec 9:10). 4. O sono nos dissocia daqueles que estão despertos e de suas atividades. “Para sempre não têm eles parte em coisa alguma do que se faz debaixo do Sol” (v. 6). 5. Sono normal inativa as emoções. “Amor, ódio e inveja para eles já pereceram” (v. 6). 6. Durante o sono, as pessoas não louvam a Deus. “Os mortos não louvam ao Senhor” (Sl 115:17). 7. O sono pressupõe posterior despertar. “Vem a hora em que todos os que se acham nos túmulos ouvirão a sua voz e sairão” (Jo 5:28, 29).³

A pessoa retorna ao pó. Para compreender o que ocorre com a pessoa na morte, é necessário entender o que constitui a sua natureza. A Bíblia retrata a pessoa como uma unidade orgânica (ver capítulo 7 deste livro). Por vezes, ela utiliza a palavra *alma* para se referir ao indivíduo como um todo, e outras vezes para identificar suas afeições e emoções. Mas ela não ensina que o homem é composto de duas partes separadas. Corpo e alma somente existem juntos; eles formam uma unidade indivisível.

Na criação da humanidade, a união do pó da terra (elementos terrestres) com o fôlego de vida produziu uma criatura ou alma vivente. Adão não recebeu uma alma como entidade separada; ele *tornou-se* alma vivente (Gn 2:7; ver capítulo 7 deste livro). Na morte, ocorre o inverso: o pó da terra menos o fôlego de vida resulta em uma pessoa morta ou alma morta, sem

qualquer grau de consciência (Sl 146:4). Os elementos que haviam composto o corpo retornam à terra de onde haviam provindo (Gn 3:19). A alma não possui existência consciente à parte do corpo, e em parte alguma a Escritura indica que por ocasião da morte a alma sobrevive como entidade consciente. Efetivamente, “a alma que pecar, essa morrerá” (Ez 18:20).

O domicílio da morte. O Antigo Testamento chama de *sheol* (hebraico) e *hades* (grego) o lugar para onde vão as pessoas quando morrem. Nas Escrituras, *sheol* normalmente significa apenas sepultura.⁴ O significado de *hades* é similar ao de *sheol*.⁵

Todos os mortos vão para esse lugar (Sl 89:48), tanto os justos quanto os ímpios. Jacó assim se expressou: “Chorando, descerei [...] até à sepultura [*sheol*]” (Gn 37:35). Quando a Terra abriu a sua “boca” para engolir o rebelde Coré e seus companheiros, eles “vivos desceram ao abismo [*sheol*]” (Nm 16:30).

O *sheol* recebe a pessoa toda por ocasião da morte. Quando Cristo morreu, Ele foi para a sepultura [*hades*] mas na ressurreição sua alma deixou a sepultura [*hades*, At 2:27, 31, ou *sheol*, Sl 16:10]. Ao Davi agradecer a Deus pela cura, testificou que sua alma havia sido salva da “sepultura [*sheol*]” (Sl 30:3).

A sepultura não é um lugar de consciência.⁶ Uma vez que a morte é um sono, os mortos deverão permanecer em estado de inconsciência, na sepultura, até à ressurreição, quando os sepulcros (*hades*) entregarão os mortos (Ap 20:13).

O espírito retorna a Deus. Enquanto o corpo retorna à terra, o espírito retorna a Deus. Salomão disse que na morte “o pó volte à terra, como o era, e o espírito volte a Deus, que o deu” (Ec 12:7). Isso é verdadeiro para todos, tanto justos quanto ímpios.

Muitos têm pensado que esse texto provê evidência de que a essência da pessoa prossegue vivendo após a morte. Mas na Bíblia, nem o termo hebraico nem o termo grego para espírito (*ruach* e *pneuma*, respectivamente) se referem a uma entidade inteligente, capaz de existência consciente à parte do corpo. Ao contrário, esses termos se aplicam ao “fôlego de vida” – o princípio vital da existência que anima seres humanos e animais (ver capítulo 7 deste livro).

Salomão escreveu: “Porque o que sucede aos filhos dos homens sucede aos animais; o mesmo lhes sucede: como morre um, assim morre o outro, todos têm o mesmo fôlego de vida [*ruach*], e nenhuma vantagem tem o homem

sobre os animais. [...] Todos vão para o mesmo lugar; todos procedem do pó e ao pó tornarão. Quem sabe que ofôlego de vida [*ruach*] dos filhos do homem se dirige para cima e o dos animais para baixo, para a terra?” (Ec 3:19-21). Assim, de acordo com Salomão, por ocasião da morte não há diferença entre o espírito de homens e de animais.

A declaração de Salomão, de que o espírito (*ruach*) retorna a Deus que o deu, indica que o que retorna a Deus é simplesmente o princípio vital que Ele distribuiu. Não há indicação de que o espírito, ou respiração, seja uma entidade consciente separada do corpo. Este *ruach* pode ser considerado igual ao “fôlego de vida” que Deus assoprou no primeiro ser humano a fim de animar-lhe o corpo até então sem vida (cf. Gn 2:7).

Harmonia ao longo das Escrituras. Muitos cristãos honestos, que não estudaram todo o ensinamento bíblico no tocante à morte, têm ignorado o fato de que a morte é um estado de sono até à ressurreição. Eles têm acreditado que várias passagens bíblicas apoiam a ideia de que o espírito, ou alma, possui existência consciente após a morte. Um estudo mais cuidadoso revela, não obstante, que o ensinamento sistemático da Bíblia é que a morte ocasiona a cessação da consciência.⁷

Espiritismo. Se na morte o estado é de completa insensibilidade, com quem ou com que se comunicam os médiuns espíritas?

Qualquer pessoa honesta admitirá muitos desses fenômenos são fraudulentos; outros, porém, não podem ser explicados como tais. Existe obviamente algum poder sobrenatural conectado com o espiritualismo. O que ensina a Bíblia a respeito do assunto?

1. As bases do espiritismo. O espiritismo originou-se com a primeira mentira de Satanás a Eva – “É certo que não morrereis” (Gn 3:4). Suas palavras foram o primeiro sermão sobre imortalidade da alma. Atualmente, por todo o mundo, religiões de todos os tipos repetem involuntariamente o mesmo erro. Para muitos, a sentença divina, “a alma que pecar, essa morrerá” (Ez 18:20) tem sido invertida, recebendo o significado: “A alma, mesmo que peque, viverá eternamente.”

A errônea doutrina da imortalidade natural conduziu à crença do estado consciente na morte. Conforme vimos, essa posição contradiz diretamente o ensinamento bíblico a respeito do assunto. Ela foi incorporada à fé cristã a partir da filosofia pagã – particularmente a de Platão – durante o tempo da grande apostasia (ver capítulo 13 deste livro). Tais crenças vieram a se tornar

o ponto de vista prevalecente dentro do cristianismo e ainda hoje representam o pensamento dominante.

A crença de que os mortos estão conscientes preparou muitos cristãos para a aceitação do espiritismo. Se os mortos estão vivos e na presença de Deus, por que não poderiam retornar à Terra na qualidade de espíritos ministradores? E se podem fazê-lo, por que não tentar comunicação com eles a fim de receber deles conselho e instrução, para evitar infortúnios, ou para receber conforto em meio a tristezas?

Edificando sobre essa linha de raciocínio, Satanás e seus anjos (Ap 12:4, 9) estabeleceram uma linha de comunicação por meio da qual podem levar a efeito os seus enganos. Por intermédio de “técnicas” como as sessões espíritas eles personificam os amados falecidos, trazendo suposto conforto e segurança aos vivos. Por vezes, predizem eventos futuros, os quais, caso se tornem realidade, resultam em credibilidade para o embuste. A partir daí, as perigosas heresias por eles transmitidas recebem a marca da autenticidade, mesmo que contradigam a Bíblia e a lei de Deus. Tendo conseguido remover as barreiras contra o mal, Satanás adquire pleno domínio sobre as pessoas, afasta-as de Deus e destina-as à destruição certa.

2. Advertência contra o espiritismo. Ninguém necessita ser iludido pelo espiritismo. A Bíblia demonstra claramente que suas pretensões são falsas. Conforme vimos, a Bíblia ensina que os mortos não sabem coisa alguma, que eles jazem inconscientes na sepultura.

A Bíblia também proíbe fortemente qualquer tentativa de comunicação com os mortos ou com o mundo dos espíritos. Ela diz que aqueles que pretendem se comunicar com os mortos, tais como os médiuns da atualidade, na verdade estão se comunicando com “espíritos familiares” que são “espíritos de demônios”. O Senhor disse que essas atividades constituem abominação, e aqueles que as praticassem deveriam ser punidos com a morte (Lv 19:31; 20:27; cf. Dt 18:10, 11).

Isaías expressou muito bem a futilidade do espiritismo: “Quando vos disserem: Consultai os necromantes e os adivinhos, que chilreiam e murmuram, acaso não consultará o povo ao seu Deus? A favor dos vivos se consultarão os mortos? À lei e ao testemunho! Se eles não falarem dessa maneira, jamais verão a alva” (Is 8:19, 20). Efetivamente, apenas os ensinamentos bíblicos podem salvaguardar os cristãos contra este avassalador engano.

3. Manifestações do espiritismo. A Bíblia registra vários casos de atividades espiritualistas – desde os mágicos de Faraó, os mágicos, astrólogos e adivinhos de Nínive e Babilônia, até aos feiticeiros e médiuns de Israel – e todas elas foram condenadas. Um exemplo é a sessão desempenhada pela feiticeira de En-Dor por solicitação de Saul, com a qual iniciamos este capítulo.

Dizem as Escrituras: “Consultou Saul o SENHOR, porém o SENHOR não lhe respondeu, nem por sonhos, nem por Urim, nem por profetas” (1Sm 28:6). Portanto, Deus nada teve a ver com o que aconteceu em En-Dor. Saul foi enganado por um demônio que personificou Samuel; ele não viu efetivamente a Samuel. A feiticeira contemplou a forma de um homem idoso, ao passo que Saul apenas “percebeu” ou concluiu que se tratava de Samuel (v. 14).

Se queremos crer que aquela aparição era realmente Samuel, devemos nos preparar para acreditar que os feiticeiros, adivinhos, necromantes, mágicos e médiuns espíritas são capazes de chamar os justos mortos de qualquer lugar em que estejam depois de morrerem. Temos também de aceitar que o bondoso Samuel existia em estado consciente em algum lugar da Terra, uma vez que o homem idoso “sobe da terra” (v. 13).

Essa sessão levou Saul ao desespero, não à esperança. No dia seguinte, ele cometeu o suicídio. Observe que o assim chamado Samuel predissera que, no dia seguinte, Saul e seus filhos estariam com ele (1Sm 28:19). Se ele estava correto, deveríamos concluir que, após a morte, o desobediente Saul e o justo Samuel passariam a viver juntos. Em lugar de tudo isso, devemos concluir que um anjo mau produziu os eventos enganadores que ocorreram durante aquela sessão.

4. O engano final. No passado, as manifestações do espiritismo se restringiam ao reino do oculto, porém, mais recentemente, o fenômeno assumiu uma aparência “cristã”, de modo a poder enganar o mundo cristão. Professando aceitar a Cristo e a Bíblia, o espiritismo se tornou um inimigo perigoso dos crentes. Seus efeitos são sutis e enganadores. Pela influência do espiritismo, “a Bíblia é interpretada de molde a agradar ao coração não regenerado, enquanto suas verdades solenes e vitais são anuladas. Preocupa-se com o amor, como o principal atributo de Deus, rebaixando-o, porém, até reduzi-lo a sentimentalismo enfermiço, pouca distinção fazendo entre o bem e o mal. A justiça de Deus, sua reprovação ao pecado, os requisitos de sua santa lei, tudo

isto é posto de parte. O povo é ensinado a considerar o decálogo como letra morta. Fábulas aprazíveis, fascinantes, cativam os sentidos, levando os homens a rejeitar as Sagradas Escrituras como o fundamento da fé”.⁸

Através desses meios, o certo e o errado se tornam relativos, e cada pessoa, ou situação, ou cultura se torna a norma do que é “verdade”. Em essência, cada pessoa se torna um deus, cumprindo assim a promessa satânica: “Sereis como Deus” (Gn 3:5).

Encontra-se diante de nós a “hora da provação que há de vir sobre o mundo inteiro” (Ap 3:10). Satanás está a ponto de usar grandes sinais e milagres em seu esforço final para enganar o mundo. Falando a respeito desse engano avassalador, João escreveu: “Vi sair da boca do dragão, da boca da besta e da boca do falso profeta três espíritos imundos semelhantes a rãs; porque eles são espíritos de demônios, operadores de sinais, e se dirigem aos reis do mundo inteiro com o fim de ajuntá-los para a peleja do grande Dia do Deus Todo-Poderoso” (Ap 16:13, 14; cf. 13:13, 14).

Somente aqueles que são guardados pelo poder de Deus, que têm sua mente fortalecida pelas verdades das Escrituras, aceitando-as em toda a sua autoridade, estarão aptos a escapar. Todos os demais não possuem proteção e serão enredados por este poderoso engano.

Primeira e segunda mortes. A segunda morte é a punição final dos pecadores impenitentes – todos aqueles cujos nomes não estão inscritos no livro da vida – e ocorre no final dos mil anos (ver capítulo 27 deste livro). Não existe ressurreição desta morte. Com a destruição de Satanás e dos injustos, o pecado e a própria morte são erradicados (1Co 15:26; Ap 20:14; 21:8). Cristo nos assegura que todo aquele que vencer, “de nenhum modo sofrerá dano da segunda morte” (Ap 2:11).

Baseados naquilo que a Escritura designou como segunda morte, podemos assumir que a primeira morte é aquilo que todas as pessoas – exceto os que forem trasladados – experimentam como resultado da transgressão de Adão. Ela é “o final normal da humanidade sob os efeitos degenerativos do pecado”.⁹

Ressurreição

Ressurreição é “a restauração da vida, juntamente com a plenitude do ser e da personalidade, subsequentemente à morte”.¹⁰ Uma vez que a humanidade está sujeita à morte, deve haver uma ressurreição para que possa existir

novamente a experiência da vida após a sepultura. Através do Antigo e do Novo Testamentos, os mensageiros de Deus expressaram sua esperança quanto a uma ressurreição (Jó 14:13-15; 19:25-29; Sl 49:15; 73:24; Is 26:19; 1Co 15).

A esperança da ressurreição, para a qual temos sólida evidência, estimula-nos com o pensamento de que poderemos desfrutar um futuro melhor para além do presente mundo, pois aqui a morte é o destino de todos.

A ressurreição de Cristo. A ressurreição dos justos mortos para a imortalidade acha-se intimamente associada à ressurreição de Cristo, pois é o resurreto Jesus que no devido tempo operará a ressurreição dos mortos (Jo 5:28, 29).

1. Sua importância. O que teria acontecido se Cristo não houvesse ressuscitado? Paulo resume as consequências: Não haveria sentido em se pregar o evangelho: “Se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação, e vã, a vossa fé” (1Co 15:14). Não haveria perdão dos pecados: “E, se Cristo não ressuscitou, [...] ainda permanecéis nos vossos pecados” (v. 17). Não haveria propósito na crença em Jesus: “E, se Cristo não ressuscitou, é vã a vossa fé” (v. 17). Não haveria ressurreição geral dos mortos: “Ora, se é corrente pregar-se que Cristo ressuscitou dentre os mortos, como, pois, afirmam alguns dentre vós que não há ressurreição de mortos?” (v. 12). Não haveria esperança nenhuma além da sepultura: “E, se Cristo não ressuscitou, [...] os que dormiram em Cristo pereceram” (v. 17, 18).¹¹

2. Ressurreição corporal. O Cristo que saiu da tumba era o *mesmo* Jesus que vivera aqui em carne. Agora Ele possuía um corpo glorificado, mas este ainda era um corpo real. Era tão real que os outros nem mesmo perceberam qualquer diferença (Lc 24:13-27; Jo 20:14-18).

O próprio Jesus negou que fosse uma espécie de espírito ou fantasma. Falando a seus discípulos, disse: “Vede as minhas mãos e os meus pés, que sou Eu mesmo; apalpai-me e verificai, porque um espírito não tem carne nem ossos, como vedes que Eu tenho” (Lc 24:39). A fim de demonstrar sua realidade física após a ressurreição, Ele também comeu em presença deles (v. 43).

3. Seu impacto. A ressurreição exerceu um efeito eletrizante sobre os discípulos de Cristo. Transformou um grupo de homens fracos e assustados em valentes apóstolos, prontos a empreender qualquer coisa em favor do Mestre (Fp 3:10, 11; At 4:33). A missão que assumiram como resultado da ressurreição, sacudiu o Império Romano e revolucionou o mundo (At 17:6).

Foi a certeza da ressurreição de Cristo que deu sentido e poder à pregação do evangelho (cf. Fp 3:10, 11). Pedro fala da “ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos” como produzindo “viva esperança” nos crentes (1Pe 1:3). Os apóstolos consideravam a si próprios sob a obrigação de testemunhar “de sua ressurreição” (At 1:22), e baseavam seus ensinamentos quanto à ressurreição de Cristo sobre as predições messiânicas do Antigo Testamento (At 2:31). Foi o seu conhecimento pessoal da ‘ressurreição do Senhor Jesus’ que concedeu “grande poder” ao seu testemunho (At 4:33). Os apóstolos enfrentaram a oposição dos líderes judeus quando prosseguiram pregando “em Jesus, a ressurreição dentre os mortos” (v. 2). [...] Quando acusado diante do Sinédrio, Paulo declarou que vivia aquela situação em virtude de sua esperança na ressurreição dos mortos (At 23:6; cf. 24:21). Aos romanos, Paulo escreveu que Jesus Cristo foi declarado “Filho de Deus com poder [...] pela ressurreição dos mortos” (Rm 1:4). No batismo, explicou ele, os cristãos testificam de sua fé na ressurreição de Cristo (Rm 6:4, 5).¹²

As duas ressurreições. Cristo ensinou que existem duas ressurreições gerais: A “ressurreição da vida” para os justos e a “ressurreição do juízo” para os injustos (Jo 5:28, 29; At 24:15). Os mil anos separam essas ressurreições (Ap 20:4, 5).

1. A ressurreição da vida. Aqueles que participam da primeira ressurreição são chamados de “bem-aventurado e santo” (Ap 20:6). Eles não experimentarão a segunda morte no lago de fogo ao final dos mil anos (v. 14). Essa ressurreição para a vida e a imortalidade (Jo 5:29; 1Co 15:52, 53) ocorre por ocasião do segundo advento (1Co 15:22, 23; 1Ts 4:15-18). Aqueles que a experimentarem jamais tornarão a morrer (Lc 20:36). Estarão unidos a Cristo para sempre.

Como será o corpo dos ressuscitados? À semelhança de Cristo, os santos ressurretos possuirão corpo real. Assim como Cristo se ergueu glorificado, também eles serão glorificados na ressurreição. Paulo diz que Cristo “transformará o nosso corpo de humilhação, para ser igual ao corpo da sua glória” (Fp 3:21). Ele chama o corpo não glorificado e o corpo glorificado de “corpo natural” e “corpo espiritual”, respectivamente; o primeiro é mortal e corruptível, o segundo é imortal e imperecível. A mudança de mortalidade para imortalidade ocorre instantaneamente na ressurreição (1Co 15:42-54).

2. A ressurreição da condenação. Os injustos ressuscitam na segunda ressurreição geral, que ocorre no fim dos mil anos (ver capítulo 27 deste

livro). Essa ressurreição ocorre para que se execute o juízo final e a condenação (Jo 5:29). Aqueles cujos nomes não foram encontrados no livro da vida serão ressuscitados nessa oportunidade e “lançado para dentro do lago de fogo”, experimentando a segunda morte (Ap 20:15, 14).

Eles poderiam ter evitado esse final trágico. Em linguagem inconfundível, Deus apresenta o meio de escape: “Converti-vos e desviai-vos de todas as vossas transgressões; e a iniquidade não vos servirá de tropeço. Lançai de vós todas as vossas transgressões com que transgredistes e criai em vós coração novo e espírito novo; pois, por que morreríeis? [...] Porque não tenho prazer na morte de ninguém, diz o SENHOR Deus. Portanto, converti-vos e vivei” (Ez 18:30-32).

Cristo promete que “o vencedor de nenhum modo sofrerá dano da segunda morte” (Ap 2:11). Aqueles que aceitam a Cristo e a salvação que Ele traz experimentarão gozo indescritível por ocasião de seu extraordinário retorno. Desfrutando felicidade imarcescível, passarão toda a eternidade em companheirismo com seu Senhor e Salvador.

¹ “Immortality”, *SDA Encyclopedia*, edição revista, p. 621.

² Ao longo dos séculos, preeminentes cristãos de muitas denominações – luteranos, reformadores, anglicanos, batistas, congregacionalistas, presbiterianos, metodistas, etc. – têm exposto o ensinamento bíblico da imortalidade condicional. Dentre os mais destacados, mencionamos: a) No século 16 – Martinho Lutero, William Tyndale, John Frith, George Wishart. b) No século 17 – Robert Overton, Samuel Richardson, John Milton, George Wither, John Jackson, John Canne, Arcebispo John Tillotson, Dr. Isaac Barrow. c) No século 18 – Dr. William Coward, Henry Layton, Joseph N. Scott, M. D.; Dr. Joseph Priestly, Peter Pecard, Francis Blackburne, Bispo William Wartburton, Samuel Bourn, Dr. William Whiston, Dr. John Tottie, Prof. Henry Dodwell. d) No século 19 – Bispo Timothy Kendrick, Dr. William Thomson, Dr. Edward White, Dr. John Thomas, H. H. Dobney, Arcebispo Richard Whately, Deão Henry Alford, James Panton Ham, Charles F. Hudson, Dr. Robert W. Dale, Deão Frederick W. Farrar, Hermann Olshansen, Canon Henry Constable, William Gladstone, Joseph Parker, Bispo John J. S. Perowne, Sir George G. Stokes, Dr. W. A. Brown, Dr. J. Agar Beet, Dr. R. F. Weymouth, Dr. Lyman Abbott, Dr. Edward Beecher, Dr. Emmanuel Petavel-Olliff, Dr. Franz Delitzsch, Bispo Charles J. Ellicott, Dr. George Dana Boardman, J. H. Pettingell. e) No século 20 – Cônego William H. M. Hay Aitken, Eric Lewis, Dr. William Temple, Dr. Gerardus van der Leeuw, Dr. Aubrey R. Vine, Dr. Martin J. Heineken, David R. Davies, Dr. Basil F. C. Atkinson, Dr. Emil Brunner, Dr. Reinold Niebuhr, Dr. T. A. Kantonen, Dr. D. R. G. Owen. Ver *Questions on Doctrine*, p. 571-609; Froom, *The Conditionalist Faith of Our Fathers* (Washington, DC: Review and Herald, 1965 e 1966), v. 1, 2.

³ Ver “Death”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 277, 278.

⁴ R. L. Harris, “The Meaning of the Word Sheol as Shown by Paralels in Poetic Texts”, *Journal of the Evangelical Theological Society*, dezembro de 1961, p. 129-135; ver também *CBASD*, v. 3, p. 1125, 1126.

⁵ Ver, por exemplo, *CBASD*, v. 5, p. 404.

⁶ A única exceção é quando *sheol* é usado figurativamente (Ez 32:21) ou *hades* em uma parábola (Lc 16:23). *Sheol* ocorre mais de 60 vezes no Antigo Testamento, mas em parte alguma se refere o termo a um lugar de punição após a morte. Essa ideia foi posteriormente associada a *gehenna* (Mc 9:43-48), não a *hades*. Existe apenas uma exceção (Lc 16:23). Ver também *CBASD*, v. 3, p. 1125, 1126.

⁷ As seguintes passagens têm sido imaginadas como “criadoras de problemas” para esta visão quanto aos ensinamentos das Escrituras no tocante à natureza da morte. Entretanto, um exame mais demorado mostra-as como

estando em harmonia plena com o restante das Escrituras.

a. *A morte de Raquel* . Referindo-se à morte de Raquel, diz a Bíblia que “ao sair-lhe a alma...” (Gn 35:18). Essa expressão simplesmente indica que em seus últimos momentos de consciência e com suas últimas forças ela deu o nome ao filho. Assim é que outra versão diz: “Em seu último suspiro” (Nova Versão Internacional).

b. *Elias e o menino morto* . Quando Elias orou para que a alma do filho morto da viúva de Sarepta voltasse, Deus lhe respondeu, fazendo o menino reviver (1Rs 17:21, 22). Isso foi resultado da união do princípio vital com o corpo, nenhum dos quais estava vivo ou consciente quando separado um do outro.

c. *O aparecimento de Moisés sobre a montanha* . O aparecimento de Moisés sobre o Monte da Transfiguração não provê evidência da existência de espíritos conscientes ou da presença de todos os justos mortos no Céu. Pouco antes desse evento, Jesus declarou a seus discípulos que alguns dos que ali se achavam presentes não morreriam sem antes verem o Filho do homem em seu reino. Essa promessa foi cumprida em relação a Pedro, Tiago e João (Mt 16:28-17:3).

No monte, Jesus lhes revelou uma miniatura do reino da glória de Deus. Ali se achava Cristo, o glorioso Rei, junto com Moisés e Elias – representantes de duas classes de súditos do reino. Moisés representava os justos mortos que serão erguidos dos sepulcros por ocasião do segundo advento, ao passo que Elias representava os justos vivos que serão trasladados sem provar a morte (2Rs 2:11).

Judas provê evidências da ressurreição especial de Moisés. Depois que morreu e foi sepultado (Dt 34:5, 6), houve uma disputa entre Miguel e o demônio no tocante ao corpo de Moisés (Jd 9). Tendo em vista o aparecimento de Moisés no monte da transfiguração, pode-se deduzir que o demônio perdeu a demanda e Moisés foi ressuscitado da sepultura, o que o tornou o primeiro ser humano conhecido a experimentar o poder ressuscitador de Cristo. Esse evento não provê evidências da imortalidade da alma. Pelo contrário, apresenta apoio à doutrina da ressurreição do corpo.

d. *A parábola do homem rico e Lázaro* . A história contada por Cristo a respeito do homem rico e de Lázaro tem sido utilizada para ensinar o estado de consciência na morte (Lc 16:19-31). Infelizmente, aqueles que interpretam a passagem dessa forma não reconhecem que a história é uma parábola que, tomada literalmente em seus detalhes, seria absurda. Os mortos, nesse caso, iriam para o lugar de sua recompensa como seres reais, com partes físicas tais como olhos, língua e dedos. Todos os justos estariam no seio de Abraão, e o Céu e o Inferno estariam tão próximos que seria possível duas pessoas – uma em cada um desses lugares – falarem uma com a outra. Ambas as classes receberiam suas recompensas por ocasião da morte, em contraste com o ensino de Cristo, de que isso acontecerá por ocasião do segundo advento (Mt 25:31-41; Ap 22:12).

A história, contudo, é uma parábola – um dos métodos favoritos de ensino utilizados por Jesus. Cada parábola visava a ensinar determinada lição, e o que Cristo estava ensinando nada tinha a ver com o estado do homem na morte. A moral dessa parábola é a importância de viver pela Palavra de Deus. Jesus mostrou que o homem rico estava preocupado com o materialismo e se descuidou das necessidades dos pobres. O destino eterno é decidido na presente vida e não existe um segundo período de provação. A Escritura é o guia para arrependimento e salvação, e se não atendermos as advertências da Palavra de Deus, coisa alguma poderá nos alcançar. Foi por isso que Jesus encerrou a parábola com as palavras: “Se não ouvem a Moisés e aos profetas, tampouco se deixarão persuadir, ainda que ressuscite alguém dentre os mortos” (Lc 16:31).

Cristo simplesmente empregou os elementos de uma história judaica na qual os mortos desenvolvem conversação. Ver “Discourse to the Greeks Concerning Hades”, *Josephus Complete Works*, tradução de William Whiston [Grand Rapids: Kregel, 1960], p. 637. Similarmente, encontramos na Bíblia uma parábola em que as árvores conversam (Jz 9:7-15; cf. 2Rs 14:9). Ninguém utilizaria essa parábola para provar que as árvores são capazes de falar. Da mesma forma, deveria a pessoa refrrear-se de utilizar a parábola de Cristo para lhe dar um significado que contradiz abundantes evidências escriturísticas e os próprios ensinamentos de Cristo, de que a morte é um sono.

e. *A promessa de Cristo ao ladrão* . Cristo prometeu ao ladrão, na cruz: “Em verdade te digo que hoje estarás comigo no paraíso” (Lc 23:43). O paraíso é obviamente sinônimo do Céu (2Co 12:4; Ap 2:7). Do modo como aparece a tradução de Lucas, ela significaria que Jesus iria naquele mesmo dia à presença do Pai, e o mesmo aconteceria com o ladrão. Entretanto, na manhã da ressurreição Cristo disse a Maria, quando esta se prostrou a seus pés para adorá-lo: “Não me detenhas; porque ainda não subi para meu Pai, mas vai ter com os meus irmãos e dize-lhes: Subo para meu Pai e vosso Pai, para meu Deus e vosso Deus” (Jo 20:17). Que Jesus permaneceu na sepultura durante o fim de semana, torna-se claro pelas palavras do anjo: “Vinde ver onde Ele jazia” (Mt 28:6).

Poderia Cristo contradizer a si próprio? De modo nenhum. A solução para compreensão desse texto envolve um problema de pontuação. A inserção de pontuações e divisões de palavras pode ocasionar grandes diferenças no significado do texto. Os tradutores da Bíblia utilizaram seu melhor julgamento para colocar os sinais de pontuação, mas o seu trabalho certamente não é inspirado.

Se os tradutores, que em geral realizaram excelente trabalho, houvessem colocado a vírgula *depois de hoje* (o “que” não aparece no original) em vez de colocá-la *antes*, esta passagem não ofereceria contradição ao restante dos

ensinos das Escrituras. As palavras de Cristo, entendidas adequadamente, seriam: “Em verdade te digo hoje, estarás comigo no Paraíso.” Em harmonia com os ensinamentos bíblicos, Jesus assegurou ao ladrão que ele estaria com Cristo no Paraíso – uma promessa que será cumprida imediatamente após a ressurreição dos justos por ocasião do segundo advento.

f. *Partir e estar com Cristo*. “Para mim o viver é Cristo, e o morrer é lucro”, disse Paulo. “Ora, de um e outro lado, estou constrangido, tendo o desejo de partir e estar com Cristo, o que é incomparavelmente melhor” (Fp 1:21, 23). Porventura esperava Paulo ir para o Céu imediatamente após sua morte?

Paulo escreveu muito sobre o assunto de estar com Cristo; em outra carta ele escreveu sobre os que “dormem em Cristo”. Por ocasião do segundo advento, disse ele, os justos mortos serão ressuscitados e junto com os justos vivos, serão “arrebataados [...] entre nuvens, para o encontro do Senhor nos ares” (1Ts 4:14, 17).

Levando em conta o contexto, vemos que, em Filipenses, Paulo não está ocupado em mostrar detalhadamente o que ocorre por ocasião da morte. Ele está simplesmente expressando seu desejo de deixar a presente existência conturbada e estar com Cristo, sem prover qualquer referência ou explanação quanto ao tempo que decorreria entre a morte e a ressurreição. Sua esperança centralizava-se na promessa de relacionamento pessoal com Cristo por toda a eternidade. Para aqueles que morrem não existe um longo intervalo entre o momento em que fecham os olhos na morte e o momento em que abrem novamente os olhos na ressurreição. Uma vez que os mortos não têm consciência e assim não são capazes de avaliar a passagem do tempo, a manhã da ressurreição lhes parecerá como o instante seguinte ao da morte. Para os cristãos, a morte é ganho: não mais tentações, provações, tristezas; e, por ocasião da ressurreição, o dom da gloriosa imortalidade.

⁸ E. G. White, *O Grande Conflito*, p. 558.

⁹ “Death”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 278; cf. *Questões sobre Doutrina*, p. 444.

¹⁰ “Resurrection”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 935.

¹¹ *Questões sobre Doutrina*, p. 84, 85.

¹² “Resurrection”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 936.

O MILÊNIO E O FIM DO PECADO

27



O milênio é o reinado de mil anos de Cristo com seus santos no Céu, entre a primeira e a segunda ressurreições. Durante esse tempo, serão julgados os ímpios mortos, a Terra estará completamente desolada, sem habitantes humanos com vida, mas ocupada por Satanás e seus anjos. No fim desse período, Cristo com seus santos e a Cidade Santa descerão do Céu à Terra. Os ímpios mortos serão então ressuscitados e, com Satanás e seus anjos, cercarão a cidade; mas fogo de Deus os consumirá e purificará a Terra. O universo ficará assim eternamente livre do pecado e dos pecadores.

Ao longo da história, existiram aqueles que exageraram eloquentemente a respeito dos horrores do inferno, explorando os temores das pessoas na tentativa de conduzi-las à adoração de Deus. Mas que espécie de deus retratam essas pessoas?

De que modo extinguirá Deus finalmente o mal? Que acontecerá com Satanás? O que impedirá que o mal torne algum dia a erguer sua horrorosa feição? De que modo pode um Deus justo ser também amável?

Eventos do começo do milênio

Durante o milênio – o período de mil anos do qual fala o vigésimo capítulo de Apocalipse – a influência de Satanás sobre a Terra será restrita, e Cristo estará reinando com os santos (Ap 20:1-4).

O segundo advento. Os capítulos 19 e 20 de Apocalipse constituem um só conjunto; não há quebra de sequência entre ambos. Descrevem a vinda de Cristo (Ap 19:11-21) e prosseguem imediatamente com o milênio, sendo que essa sequência indica que o milênio começará por ocasião do retorno de Cristo.

O Apocalipse representa os três poderes que reúnem as nações do mundo com o objetivo de opor-se à obra e ao povo de Cristo, imediatamente antes do segundo advento, como sendo o dragão, a besta e o falso profeta (Ap 16:13). Quando “a besta e os reis da Terra, com os seus exércitos” se ajuntam para fazer guerra contra Cristo por ocasião de seu retorno, a besta e o falso profeta são destruídos (Ap 19:19, 20). O que segue em Apocalipse 20 – o capítulo do milênio – refere-se ao terceiro membro da tríade demoníaca, o dragão. Ele é aprisionado e lançado no poço do abismo, onde permanece durante os mil anos.¹

Conforme vimos no capítulo 25, é mediante o segundo advento de Cristo, quando os reinos deste mundo são destruídos, que Deus estabelece o seu reino de glória – um reino que persistirá para sempre (Dn 2:44). Será então que seu povo começará a reinar.

A primeira ressurreição. No segundo advento, ocorre a primeira ressurreição. Os justos, os “benditos e santos”, erguem-se dos túmulos – “sobre esses a segunda morte não tem autoridade; pelo contrário, serão sacerdotes de Deus e de Cristo e reinarão com Ele os mil anos” (Ap 20:6; ver capítulo 26 deste livro).

Os justos vão para o Céu. Após a ressurreição dos justos mortos, estes e os justos vivos são reunidos “para o encontro do Senhor nos ares” (1Ts 4:17). Então Jesus cumprirá a promessa que fez imediatamente antes de deixar este mundo: “Vou preparar- vos lugar. E, quando Eu for e vos preparar lugar, voltarei e vos receberei para mim mesmo, para que, onde Eu estou, estejais vós também” (Jo 14:2, 3). Jesus descreve o lugar para onde conduzirá seus seguidores como a “casa de meu Pai”, onde existem “muitas moradas” ou lugares de habitação (Jo 14:2). Aqui, Jesus se refere à Nova Jerusalém, a qual não virá à Terra até o fim do milênio. Assim, no segundo advento, quando os justos se encontram com o Senhor “nos ares”, seu destino é o Céu – e não a Terra que acabaram de deixar.² Cristo não estabelecerá seu reino de glória na Terra nessa oportunidade. Ele o fará somente no final do milênio.

ÚLTIMOS DIAS ETERNIDADE		
Últimos Dias	Mil Anos (Milênio)	Eternidade
	Primeira Ressurreição	Segunda Ressurreição
Cristo retorna		Cristo, os santos e a cidade descem
Santos são levados para o Céu	Santos reinam com Cristo (no céu)	
(tanto os mortos ressurretos quanto os justos vivos)	Envolvem-se na fase de revisão do julgamento	
Morrem os ímpios vivos		Ímpios ressuscitam
(ímpios mortos permanecem nas sepulturas)		
Satanás é preso		Satanás liberado
(confinado à Terra)		(organiza o ataque contra a santa cidade)
		Fase executiva do julgamento
		Satanás, os pecadores e os efeitos do pecado são destruídos
Terra desolada		A Terra é renovada e feita eterna
(últimas pragas, terremoto, impacto do segundo advento)		Lar dos remidos

Os inimigos de Cristo são mortos. Cristo comparou o seu retorno com aquilo que aconteceu por ocasião do dilúvio e na destruição de Sodoma e Gomorra (Mt 24:37-39; Lc 17:28-30). Essa comparação revela dois pontos: em primeiro lugar, que a destruição atingiu os ímpios de surpresa; em segundo, que aquilo que sobreveio foi efetivamente *destruição* – o dilúvio veio “e os levou a todos” (Mt 24:39). O fogo e enxofre que desceu sobre Sodoma e Gomorra “e destruiu todos” (Lc 17:29; ver também Mt 24:39). Em seu segundo advento, Cristo descerá dos céus com seus exércitos, na qualidade de

cavaleiro que monta um cavalo branco, e cujo nome será REI DOS REIS E SENHOR DOS SENHORES. Virá para destruir as nações rebeldes da Terra. Depois da destruição da besta e do falso profeta, os “restantes” dos seguidores de Satanás morrerão e não haverá sobreviventes, pois todos serão “mortos com a espada que saía da boca daquele que estava montado no cavalo. E todas as aves se fartaram das suas carnes” (Ap 19:21).³

Descrevendo essa cena, dizem as Escrituras: “O SENHOR sai do seu lugar, para castigar a iniquidade dos moradores da Terra; a terra descobrirá o sangue que embebeu e já não encobrirá aqueles que foram mortos” (Is 26:21).

A Terra torna-se desolada. Uma vez que os salvos ascendem para a companhia do Senhor e os ímpios são destruídos mediante o seu aparecimento, a Terra permanecerá durante algum tempo sem habitantes humanos. As Escrituras indicam essa situação. O profeta Jeremias disse: “Olhei para a Terra, e ei-la sem forma e vazia; para os céus, e não tinham luz. Olhei para os montes, e eis que tremiam, e todos os outeiros estremeciam. Olhei, e eis que não havia homem nenhum, e todas as aves dos céus haviam fugido” (Jr 4:23-25). Jeremias utiliza a terminologia encontrada em Gênesis 1:2, “sem forma e vazia”, indicando que a Terra se tornará tão caótica como o era ao começo da criação.

Satanás é preso. Os eventos que ocorrem nessa oportunidade foram prefigurados no ritual do bode emissário, no Dia da Expição, nos serviços do santuário de Israel. No Dia da Expição, o sumo sacerdote purificava o santuário mediante o sangue expiatório do bode do Senhor. Somente depois que a expiação se achava completa é que o ritual envolvia Azazel, o bode que simbolizava Satanás (ver capítulo 24). Colocando as mãos sobre a cabeça desse bode, o sumo sacerdote confessava “todas as iniquidades dos filhos de Israel, todas as suas transgressões e todos os seus pecados”, colocando-os sobre a cabeça do bode (Lv 16:21). Depois, o bode era enviado para o deserto, para a “terra solitária” (Lv 16:22).

Similarmente, Cristo, no santuário celestial, tem ministrado os benefícios de sua completa expiação ao seu povo; em seu retorno, Ele os redimirá e lhes dará a vida eterna. Quando Ele houver completado sua obra de redenção e purificação do santuário celestial, colocará os pecados de seu povo sobre Satanás, o originador e instigador do mal. De nenhuma forma se pode dizer que é Satanás quem efetua a expiação pelos pecados dos crentes – Cristo realizou essa obra por completo. Mas Satanás deve ser responsabilizado por

todos os pecados que ele levou os salvos a praticarem. Assim como o bode emissário era conduzido ao deserto por um “homem à disposição para isso”, Deus banirá Satanás para a Terra desolada e desabitada (ver capítulo 24 deste livro).⁴

A visão que João teve do milênio descreve em traços vívidos o banimento de Satanás. Ele viu que no começo dos mil anos, “o dragão, a antiga serpente, que é o diabo, Satanás”, foi posto em cadeias e confinado ao “abismo” (Ap 20:2, 3). Isso retrata simbolicamente a cessação temporária das atividades de perseguição e engano de Satanás, “para que não mais enganasse as nações até se completarem os mil anos” (Ap 20:3).

O termo utilizado por João – abismo, do grego *abyssos* – descreve apropriadamente as condições da Terra naquela oportunidade.⁵ Bombardeada pelas sete últimas pragas que antecedem imediatamente a volta de Cristo (ver particularmente Ap 16:18-21) e coberta com os cadáveres dos ímpios, a Terra será um lugar da mais completa desolação.

Confinado à Terra, Satanás estará “preso” por meio de uma cadeia de circunstâncias. Uma vez que sobre a Terra não existe qualquer vida humana, Satanás não tem a quem tentar ou perseguir. Ele está preso no sentido de não ter nada para fazer.

Eventos durante o milênio

Cristo no Céu com os redimidos. Em sua segunda vinda, Cristo conduz seus seguidores para o Céu, para os lugares de morada que Ele lhes preparou na Nova Jerusalém. Tal como Moisés e os israelitas, os redimidos, possuídos de imensa gratidão, entoarão um cântico de livramento – “o cântico de Moisés, servo de Deus, e o cântico do Cordeiro, dizendo: Grandes e admiráveis são as tuas obras, Senhor Deus, Todo-Poderoso! Justos e verdadeiros são os teus caminhos, ó Rei das nações!” (Ap 15:3).

Os santos reinam com Cristo. É durante o milênio que Cristo cumprirá a promessa de conceder aos vencedores o “poder sobre as nações” (Ap 2:26). Daniel viu que, após a destruição dos inimigos de Deus, “o reino, e o domínio, e a majestade dos reinos debaixo de todo o Céu serão dados ao povo dos santos do Altíssimo” (Dn 7:27). Aqueles que são ressuscitados por Cristo na primeira ressurreição reinarão com Ele durante os mil anos (Ap 20:4).

Mas em que sentido poderão os santos reinar, se estão no Céu e todos os ímpios estão mortos? Seu reinado consistirá no envolvimento em uma

importante fase do governo de Cristo.⁶

O julgamento dos maus. João viu que, durante o milênio, os santos estariam envolvidos em julgamento; ele contemplou “tronos, e nestes sentaram-se aqueles aos quais foi dada autoridade de julgar” (Ap 20:4). Essa é a ocasião do julgamento de Satanás e de seus anjos, mencionada nas Escrituras (2Pe 2:4; Jd 6). É a ocasião mencionada por Paulo, de que os santos haverão de julgar o mundo e mesmo os anjos (1Co 6:2, 3).⁷

O julgamento que ocorre durante o milênio não decide quem está salvo ou perdido. Essa decisão é tomada por Deus antes do segundo advento; todos aqueles que não participarem da primeira ressurreição ou não foram transformados estarão perdidos. O julgamento de que os santos participam serve ao propósito de responder qualquer questão que os justos possam ter em relação às causas que levaram outros a se perderem. Deus deseja que aqueles aos quais foi dada a vida eterna tenham plena confiança em sua direção, de modo que Ele lhes revelará as operações de sua misericórdia e justiça.

Imagine que você esteja no Céu e ali não se encontre um de seus familiares, alguém que você tinha “certeza” de que ali estaria. Tal situação poderia levar ao questionamento da justiça de Deus – e esta espécie de dúvida jaz à base de todo o pecado. A fim de eliminar para sempre a possibilidade de tais dúvidas – e para garantir que o pecado nunca mais se erguerá – Deus proverá as respostas a todas as perguntas desse tipo durante a fase revisora do julgamento, que acontecerá no milênio.

Nessa tarefa, os remidos desempenharão um papel crucial na grande controvérsia entre o bem e o mal. “Eles confirmarão, para sua eterna satisfação, quão sincera e pacientemente Deus se ocupou dos pecadores perdidos. Perceberão quão negligente e obstinadamente os pecadores des-prezaram e rejeitaram seu amor. Descobrirão que mesmo pecadores aparentemente contritos acariciaram secretamente o medonho egoísmo em vez de aceitar o sistema de valores de seu Senhor e Salvador.”⁸

Tempo de reflexão para Satanás. Durante o milênio, Satanás sofrerá intensamente. Confinado, junto com seus anjos, à Terra desolada, não mais poderá desenvolver os enganos que haviam lhe ocupado constantemente o tempo. É obrigado a contemplar os resultados de sua rebelião contra Deus e a sagrada lei; necessita ver agora o papel que desempenhou na grande

controvérsia entre o bem e o mal. Pode olhar ao futuro tão somente com temor diante da terrível penalidade que deverá sofrer em virtude de todo o mal pelo qual é responsável.

Eventos do final do milênio

No final do milênio, “os restantes dos mortos” – os ímpios – serão ressuscitados, libertando assim a Satanás da inatividade que o prendera (Ap 20:5, 7). Enganando uma vez mais os ímpios, ele os conduz em ataque contra “o acampamento dos santos e a cidade querida [a Nova Jerusalém]” (Ap 20:9), a qual, junto com Cristo, terá descido do Céu nessa oportunidade.⁹

Cristo, os santos e a cidade descem. Cristo desce novamente à Terra, com os santos e a Nova Jerusalém, tendo em vista dois propósitos. Porá término à grande controvérsia ao executar as decisões do julgamento ocorrido durante o milênio, e purificará e renovará a Terra, de modo que possa aqui estabelecer seu reino eterno. Então, em seu mais amplo sentido, “o SENHOR será rei sobre toda a Terra” (Zc 14:9).

A ressurreição da condenação. Chega, então, o momento em que se cumprirá plenamente a promessa de Cristo de que “todos os que se acham nos túmulos ouvirão a sua voz” (Jo 5:28). Em seu segundo advento, Cristo ressuscitara os justos mortos, naquela que é a primeira ressurreição, ou ressurreição da vida. Depois do milênio, ocorre a outra ressurreição mencionada por Cristo, a “ressurreição da condenação” (Jo 5:29). O Apocalipse também faz referência a essa ressurreição: “Os restantes dos mortos [aqueles que não participaram da primeira ressurreição] não reviveram até que se completassem os mil anos” (Ap 20:5).

Termina o cativeiro de Satanás. A ressurreição dos ímpios no final do milênio liberta Satanás de seu cativeiro durante “pouco tempo” (Ap 20:3). Em sua última tentativa de desafio ao governo de Deus, ele “sairá a seduzir as nações que há nos quatro cantos da Terra” (Ap 20:8). Uma vez que os ímpios ressuscitaram no mesmo espírito rebelde que possuíam ao morrer, a tarefa de Satanás não será difícil.

O ataque à cidade. Em seu último engano, Satanás procurará inspirar nos ímpios a esperança de capturar o reino de Deus pela força. Reunindo todas as nações do mundo, ele as conduz contra a cidade santa (Ap 20:8, 9).¹⁰ “Os ímpios que obstinadamente se recusaram a entrar na cidade de Deus por intermédio dos méritos da expiação sacrificial de Cristo, determinam-se então

a conseguir entrada e domínio sitiando-a para tomá-la de assalto.”¹¹

O fato de que os ímpios, tão logo recebem novamente de Deus a vida, voltam-se contra Ele e tentam derrubar seu reino confirma que a decisão que Deus tomou a respeito deles está correta. Dessa forma, o nome e o caráter divinos, que Satanás tentou deslustrar, serão plenamente vindicados diante de todos.¹²

O grande trono branco do julgamento. João indica que quando os inimigos de Deus tiverem cercado a cidade santa e se acharem prontos para o ataque, Deus estabelecerá seu grande trono branco. No momento em que toda a raça humana se encontra em volta do trono – alguns seguros dentro da cidade, outros fora, horrorizados na presença do Juiz – Deus executa a última fase de seu juízo. Foi a respeito dessa ocasião que Jesus falou, dizendo: “Ali haverá choro e ranger de dentes, quando virdes, no reino de Deus, Abraão, Isaque, Jacó e todos os profetas, mas vós lançados fora” (Lc 13:28).

Para que seja levada a efeito essa fase executiva do juízo de Deus, os livros são abertos. “Então, se abriram os livros. Ainda outro livro, o livro da vida, foi aberto. E os mortos foram julgados, segundo as suas obras, conforme o que se achava escrito nos livros” (Ap 20:12). Então, Deus pronuncia a sentença de condenação.

Por que Deus tira as pessoas das sepulturas tão somente para extinguir-lhes a vida outra vez? Durante o milênio, os remidos tiveram a oportunidade de examinar a justiça do tratamento divino em relação a todas as criaturas inteligentes do universo. Então, a perda de todos os condenados – inclusive Satanás e seus anjos – confirmará a justiça dos caminhos de Deus.

Foi com relação a esse grande trono branco que Paulo escreveu, e cuja profecia se cumpre agora: “Todos compareceremos perante o tribunal de Deus” (Rm 14:10). Ali, todas as criaturas – não caídas e caídas, salvas e perdidas – dobrarão os joelhos e confessarão que Jesus Cristo é Senhor (Fp 2:10, 11; cf. Is 45:22, 23). Então a questão da justiça de Deus terá sido resolvida para sempre. Aqueles que herdarem a vida eterna possuirão, em relação a Ele, uma fé inabalável. Nunca mais o universo e seus habitantes serão postos sob o alcance do pecado.

Destruição de Satanás e dos pecadores. Imediatamente após ser pronunciada a sentença, Satanás, seus anjos e seus seguidores humanos receberão a punição devida. Eles sofrerão a morte eterna. “Desceu [...] fogo do céu e os

consumiu” (Ap 20:9). A própria superfície da Terra, fora da cidade santa, parece derreter-se, tornando-se um vasto lago de fogo para “juízo e destruição dos homens ímpios” (2Pe 3:7). O “dia da vingança do SENHOR” (Is 34:8), durante o qual Ele executará o seu “estranho ato” (Is 28:21) de destruição dos inimigos, finalmente chegou. João complementa: “E, se alguém não foi achado inscrito no livro da vida, esse foi lançado para dentro do lago de fogo” (Ap 20:15). O diabo e seus associados sofrem a mesma sorte (Ap 20:10).

Todo o contexto bíblico deixa claro que esta “segunda morte” (Ap 21:8) que os ímpios sofrem significa a sua total destruição. O que dizer, então, do conceito de um inferno que arde eternamente? Estudo cuidadoso mostra que a Bíblia não ensina a existência de tal inferno ou tormento.

1. Inferno. Biblicamente, “inferno é o lugar e estado de punição e destruição, pelo fogo eterno que ocorre na segunda morte, daqueles que rejeitaram a Deus e a oferta de salvação em Cristo Jesus”.¹³

Várias versões bíblicas utilizam a palavra “inferno” para traduzir o termo hebraico *sheol* e seu correspondente grego *hades*. Esses termos em geral se referem à sepultura onde os mortos – tanto justos quanto ímpios – aguardam, em estado de inconsciência, a ressurreição (ver capítulo 26 deste livro). Uma vez que o conceito atual de inferno difere muito daquele implicado nos termos hebraico e grego, muitas versões modernas da Bíblia simplesmente evitam a palavra “inferno” e transliteram os termos originais, *sheol* e *hades*.

Em contraste, o termo grego *geena*, que o Novo Testamento igualmente traduz como “inferno”, denota um lugar de punição dos impenitentes pelo fogo. Portanto, na Bíblia “inferno” nem sempre quer dizer a mesma coisa – e a incapacidade em distinguir isso tem conduzido a muita confusão.

Geena é derivado do hebraico *Ge Hinnom*, “vale de Hinom” – uma garganta existente ao lado sul de Jerusalém. Nesse lugar, o povo de Israel havia celebrado o rito pagão de oferecer seus filhos, como holocausto, a Moloque (2Cr 28:3; 33:1, 6). Jeremias predisse que, em virtude dos pecados do povo, o Senhor converteria o vale em um “Vale de Matança”, onde os cadáveres dos israelitas seriam sepultados até que não mais houvesse lugar para fazê-lo. Os cadáveres restantes serviriam de “pasto às aves” (Jr 7:32, 33; 19:6; Is 30:33). A profecia de Jeremias sem dúvida levou os israelitas a verem *Ge Hinnom* como um lugar de julgamento dos maus, um lugar de repugnância, punição e vergonha.¹⁴ Tradições rabínicas posteriores consideram o vale como lugar

para a queima de carcaças e lixo.

Jesus utilizou os fogos de Hinom como representação do fogo do inferno (ver, por exemplo, Mt 5:22; 18:9). Assim, os fogos de Hinom simbolizavam o fogo consumidor do juízo final. Ele declarou que essa experiência ocorreria depois da morte (Lc 12:5), e que o inferno destruiria tanto o corpo quanto a alma (Mt 10:28).

Qual é a natureza do fogo do inferno? Porventura queimarão as pessoas para sempre?

2. A sorte do ímpios. De acordo com as Escrituras, Deus promete vida eterna somente aos justos. O salário do pecado é *morte*, e não vida eterna no inferno (Rm 6:23).

As Escrituras ensinam que os ímpios serão “exterminados” (Sl 37:9, 34); que eles perecerão (Sl 37:20; 68:2). Não permanecerão em estado de consciência para sempre, mas serão abrasados (Ml 4:1; Mt 13:30, 40; 2Pe 3:10). Serão destruídos (Sl 145:20; 2Ts 1:9; Hb 2:14), ou consumidos (Sl 104:35).

3. Punição eterna. Falando da punição dos ímpios, o Novo Testamento utiliza os termos “eterno” ou “para sempre”. Esses termos traduzem a palavra grega *aionios*, e aplicam-se tanto a Deus quanto ao homem. Para evitar mal-entendidos, devemos recordar que *aionios* é um termo relativo; seu significado é determinado pelo objeto que ele modifica. Assim, quando as Escrituras utilizam *aionios* em relação a Deus, isto significa que Ele possui existência infinita, pois Deus é imortal. Quando, porém, a palavra é utilizada em relação a seres humanos mortais ou a coisas perecíveis, seu sentido se restringe ao período em que a pessoa ou coisa prossegue existindo. Judas 7, por exemplo, diz que Sodoma e Gomorra “são postas para exemplo de fogo eterno, sofrendo punição”. É evidente que estas cidades não estão queimando até hoje. Pedro disse que tal fogo reduziu aquelas cidades a cinzas, condenando-as à destruição (2Pe 2:6). O fogo “eterno” ardeu até que nada mais houvesse para queimar, extinguindo-se então (Jr 17:27; 2Cr 36:19).

Similarmente, quando Cristo destina os maus para o “fogo eterno” (Mt 25:41), esse fogo que consumirá os ímpios será “inextinguível” (Mt 3:12). Somente apagará quando nada mais houver para ser queimado.¹⁵

Quando Cristo se referiu ao “castigo eterno” (Mt 25:46), não estava querendo dizer “ato de castigar eternamente”. O significado era que a “vida eterna [que os justos desfrutarão] continuará através dos séculos intérminos

da eternidade; e o castigo [sofrido pelos ímpios] será também eterno – não duração eterna de sofrimento consciente, mas castigo completo e final. O fim dos que assim sofrem é a segunda morte. Essa morte será eterna, e dela não haverá nem poderá haver ressurreição.”¹⁶

Quando a Bíblia fala de “eterna redenção” (Hb 9:12) e “juízo eterno” (Hb 6:2), ela se refere aos eternos resultados de redenção e julgamento, e não a um processo interminável de redimir e julgar. Da mesma forma, quando fala de punição eterna, está falando dos resultados e não do processo. A morte experimentada pelos ímpios é final e eterna.

4. Atormentados para sempre e sempre. A Escritura utiliza também a expressão “pelos séculos dos séculos” (Ap 14:11; 19:3; 20:10), o que tem contribuído para a conclusão de que o castigo de Satanás e dos ímpios perdurará ao longo de toda a eternidade. Entretanto, assim como ocorre com “eterno”, o objeto modificado pela expressão “pelos séculos dos séculos” ou “para sempre”, determina o significado da própria expressão. Quando ela se associa a Deus, seu significado é absoluto, pois Deus é imortal; associada aos seres humanos mortais, seu significado é limitado.

A descrição que as Escrituras fazem da divina punição de Edom constitui bom exemplo do uso da expressão. Isaías diz que Deus haveria de transformar aquele país em piche fervente, o qual “nem de dia nem de noite se apagará”, e que a fumaça desta queima “subirá para sempre”. De geração em geração ele jazeria deserto; ninguém passaria por ali “para todo o sempre”. Edom foi destruído, mas não mais se encontra ardendo. O “para sempre” durou até que a destruição foi completada.

Ao longo de toda a Escritura, transparece claramente que o “para sempre” possui limites. O Antigo Testamento diz que um escravo poderia servir a seu senhor “para sempre” (Êx 21:6), que o menino Samuel deveria morar no tabernáculo “para sempre” (1Sm 1:22) e que Jonas pensou que permaneceria no ventre do grande peixe “para sempre” (Jn 2:6). O Novo Testamento utiliza a expressão de modo similar; Paulo, por exemplo, aconselha Filemom a receber Onésimo “para sempre” (Fm 15). Em todos estes casos, “para sempre” refere-se a “enquanto a pessoa viver”.

O Salmo 92:7 diz que os maus serão destruídos para sempre. Profetizando a grande conflagração final, Malaquias disse: “Eis que vem o dia, e arde como fornalha; todos os soberbos e todos os que cometem perversidades serão como o restolho; o dia que vem os abrasará, diz o SENHOR dos Exércitos, de

sorte que não lhes deixará nem raiz nem ramo” (Ml 4:1).

Uma vez que os ímpios – Satanás, anjos maus e pessoas impenitentes – são todos destruídos pelo fogo, tanto ramos quanto raízes, não mais haverá utilização adicional para a morte ou *hades* (ver capítulo 26 deste livro). Esses também serão destruídos eternamente por Deus (Ap 20:14).

Assim, a Bíblia deixa bem claro que eterna é a punição-resultado, e não a punição-processo. É isso que representa a segunda morte. Dessa morte não há ressurreição; seus resultados são eternos.

O arcebispo William Temple estava correto ao afirmar: “Uma coisa podemos afirmar com segurança: o tormento eterno deve ser eliminado. Se os homens não houvessem importado a noção grega e não bíblica da indestrutibilidade natural da alma do indivíduo, e então lessem o Novo Testamento com esta mensagem em mente, haveriam de obter deste [o Novo Testamento] a crença, não de um tormento eterno, mas de uma aniquilação. É o fogo que é chamado de ‘eterno’, não a vida lançada dentro dele.”¹⁷

Tendo sido executada completamente a penalidade determinada pela lei de Deus, acham-se satisfeitas as demandas da justiça. Novos céus e nova Terra proclamam a justiça do Senhor.

5. O princípio da punição. A morte é o resultado final do pecado. Como resultado do pecado, todos os que rejeitam a salvação oferecida por Deus morrerão eternamente. Contudo, alguns pecaram flagrante e demoniacamente, deleitando-se com os procedimentos que praticaram, levando outras pessoas ao sofrimento. Outros viveram uma existência pacífica e de relativo valor moral, sendo que sua maior culpa será o fato de haverem rejeitado a salvação que provém de Cristo. Seria justo que todos sofressem igual punição?

Cristo deixou claro este ponto: “Aquele servo, porém, que conheceu a vontade de seu senhor e não se aprontou, nem fez segundo a sua vontade será punido com muitos açoites. Aquele, porém, que não soube a vontade de seu senhor e fez coisas dignas de reprovação levará poucos açoites. Mas àquele a quem muito foi dado, muito lhe será exigido; e àquele a quem muito se confia, muito mais lhe pedirão” (Lc 12:47, 48).

Indubitavelmente, aqueles que mais se rebelaram contra Deus sofrerão mais do que aqueles que não o fizeram. Mas deveríamos entender seu sofrimento final em termos da “segunda morte” experimentada por Cristo na cruz. Ali, suportou Ele os pecados de todo o mundo. Foi a pavorosa separação de seu

Pai, ocasionada pelo pecado, que lhe causou a maior agonia e sofrimento – uma angústia mental que está além de qualquer descrição. Assim ocorrerá com os pecadores perdidos. Eles colherão o que semearam, não apenas durante esta vida, como também em sua destruição final. Em presença de Deus, a culpa que sentirão em virtude dos pecados que cometeram lhes causará sofrimento e agonia indescritíveis. Quanto maior a culpa, tanto maior a agonia. Satanás, o instigador e promotor do pecado, sofrerá mais que todos.¹⁸

A purificação da Terra. Descrevendo o dia do Senhor, quando todo traço de pecado for extinto, Pedro diz: “Os céus passarão com estrepitoso estrondo, e os elementos se desfarão abrasados; também a Terra e as obras que nela existem serão atingidas” (2Pe 3:10).

O fogo que destrói os ímpios purifica a Terra da poluição do pecado. Das ruínas da Terra, Deus fará surgir “novo céu e nova Terra, pois o primeiro céu e a primeira Terra passaram” (Ap 21:1). Da Terra purificada, recriada – o lar eterno dos remidos, Deus banirá para sempre a tristeza, a dor e a morte (Ap 21:4). Finalmente será extinta a maldição trazida pelo pecado (Ap 22:3).

Em vista da vinda do dia do Senhor, no qual pecadores impenitentes e pecado serão destruídos, Pedro aconselha a todos: “Visto que todas essas coisas hão de ser assim desfeitas, deveis ser tais como os que vivem em santo procedimento e piedade.” Baseando sua esperança na promessa do retorno de Cristo, ele afirmou: “Nós [...] segundo a sua promessa, esperamos novos céus e nova Terra, nos quais habita justiça. Por essa razão, pois, amados, esperando estas coisas, empenhai-vos por ser achados por Ele em paz, sem mácula e irrepreensíveis” (2Pe 3:11, 13, 14).

¹ Ver *CBASD*, v. 7, p. 983, 984.

² Ver *Questões sobre Doutrina*, p. 342.

³ “Quando a besta e o falso profeta são lançados no lago de fogo (Ap 19:20), ‘o remanescente’ (Ap 19:21), os ‘restantes’ de seus seguidores são mortos pela espada de Cristo. São os reis, capitães, poderosos e ‘todos, quer livres, quer escravos’ (Ap 19:18). As mesmas classes são mencionadas durante o sexto selo, tentando se esconder da face do Cordeiro (Ap 6:14-17), quando os céus se enrolam como um pergaminho e todas as montanhas e ilhas se movem. É evidente que este texto retrata o mesmo evento que abalará a Terra, o segundo advento de Cristo. “Quantos se envolveram na morte dos ‘restantes’ (Ap 19:21)? De acordo com Apocalipse 13:8, haverá apenas duas classes na Terra, por ocasião do advento: “adorá-la-ão[a besta], todos os que habitam sobre a terra, aqueles cujos nomes não foram escritos no Livro da Vida do Cordeiro’. Portanto, fica claro que, quando ‘os restantes’ forem ‘mortos com a espada’ (Ap 19:21), não ficarão sobreviventes, a não ser os que resistiram à besta, a saber, aqueles cujo nome está escrito no Livro da Vida (Ap 13:8)” (*CBASD*, v. 7, p. 984).

⁴ Cf. *Questões sobre Doutrina*, p. 344, 345. O bode emissário não é o salvador dos justos.

⁵ A Septuaginta utiliza essa expressão para traduzir o hebraico *tehon*, “profundo”, em Gênesis 1:22. Isso indica

que a condição da Terra durante o milênio reflete pelo menos em parte as condições da Terra no princípio, quando ela era “sem forma e vazia; havia trevas sobre a face do abismo”. Ver *CBASD*, v. 7, p. 976, 977.

⁶ O fato de que eles reinam, ou possuem domínio, não significa necessariamente que deva haver pessoas más que vivem sobre a Terra. No princípio, Deus deu a Adão e Eva o domínio (Gn 1:26). Antes de pecarem, reinaram sobre a parcela da criação que Deus colocou sob a sua jurisdição. Para que alguém reine, não é necessário que tenha súditos ingovernáveis.

⁷ *CBASD*, v. 7, p. 978.

⁸ Maxwell, *God Cares* (Boise: Pacific Press, 1985), v. 2, p. 500.

⁹ O quadro descritivo que o Apocalipse faz da descida da Nova Jerusalém não necessariamente indica o tempo exato do acontecimento, pois, no capítulo anterior, vimos a “cidade querida” cercada pelos exércitos do demônio. Esse cenário leva à conclusão de que a Nova Jerusalém deve ter descido antes da restauração da Terra.

¹⁰ Os nomes Gogue e Magogue achavam-se associados aos inimigos de Israel, os quais haveriam de atacar o povo de Deus e Jerusalém depois do exílio (Ez 38:2, 14-16). Várias das profecias relacionadas com o antigo Israel não se cumpriram. Assim, a poderosa confederação inimiga da qual Ezequiel falou como dirigindo-se contra Jerusalém, manifestar-se-á quando Deus permitir que Satanás, com o seu exército de perdidos, venha contra seu povo e sua cidade querida para a batalha final da grande controvérsia.

¹¹ *Questões sobre Doutrina*, p. 347.

¹² Cf. *CBASD*, v. 4, p. 780.

¹³ “Hell”, *SDA Encyclopedia*, edição revista, p. 579.

¹⁴ Ver “Hell”, *SDA Dictionary*, edição revista, p. 475.

¹⁵ Verifique a profecia de Jeremias quanto à destruição de Jerusalém com fogo “que não se apagará” (Jr 17:27), a qual se cumpriu quando Nabucodonosor tomou a cidade (2Cr 36:19). O fogo queimou até que a cidade foi destruída, e depois se extinguiu.

¹⁶ *Questões sobre Doutrina*, p. 367.

¹⁷ William Temple, *Christian Faith and Life* (Nova York: Macmillan, 1931), p. 81.

¹⁸ Cf. “Hell”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 475.

A NOVA TERRA

28



Na Nova Terra, em que habita justiça, Deus proverá um lar eterno para os remidos e um ambiente perfeito para vida, amor, alegria e aprendizado eternos, em sua presença. Pois aqui o próprio Deus habitará com seu povo, e o sofrimento e a morte terão passado. O grande conflito estará terminado e não mais existirá pecado. Todas as coisas, animadas e inanimadas, declararão que Deus é amor; e Ele reinará para todo o sempre. Amém.

Depois de árdua luta com a morte, um garoto disse, aliviado: “Meu lar é o Céu, mas não estou com saudades.” Tal como ele, muitos sentem que, por ocasião da morte, o Céu é uma alternativa preferível àquele “outro lugar”, mas ainda assim algo muito inferior às realidades e estímulos da vida, aqui e agora. Se a visão que muitos têm do mundo vindouro fosse correta, tais sentimentos seriam justificáveis. Porém, a partir das descrições e alusões providas pelas Escrituras, aquilo que Deus está preparando para o deleite dos redimidos sobrepuja em tal medida a vida que agora vivemos que mui poucos hesitariam em abrir mão deste mundo em favor do mundo vindouro.

A natureza da Nova Terra

Realidade tangível. Os dois primeiros capítulos da Bíblia falam da criação efetuada por Deus, de um mundo perfeito para a habitação dos seres humanos, também por Ele criados. Os dois últimos capítulos da Bíblia também falam de Deus criando um mundo perfeito para a humanidade, mas dessa vez trata-se de uma re-criação, a restauração da Terra da devastação ocasionada pelo pecado.

Veza após outra, a Bíblia declara que o eterno lar dos remidos será um lugar real, uma localidade em que pessoas reais, com corpo e cérebro, poderão ver,

ouvir, tocar, provar, medir, pintar, experimentar com toda plenitude. E nessa nova Terra que Deus estabelecerá o Céu real do futuro.

O apóstolo Pedro descreve concisamente o que as Escrituras têm a dizer no tocante ao assunto. No capítulo 3 de sua segunda epístola, ele fala do mundo antediluvianiano, “o mundo daquele tempo” que foi destruído pela água. O segundo mundo é aquele que agora existe, um mundo que está sendo “entesourado para fogo”. O terceiro mundo é aquele que aguardamos, composto por “novos céus e nova terra, nos quais habita justiça” (v. 6, 7, 13).¹ Esse “terceiro mundo” é tão real quanto os dois primeiros.

Continuidade e diferença. A expressão “nova Terra” significa tanto continuidade quanto diferença em relação à Terra atual.² Pedro e João divisam a velha Terra purificada pelo fogo e liberta, assim, de toda contaminação, e então renovada (2Pe 3:10-13; Ap 21:1).³ A nova Terra é, portanto, antes de mais nada, *esta* Terra, e não algum lugar distante. Embora renovada, ela permanecerá familiar, conhecida – o lar. Isso é bom! Ela é nova, entretanto, no sentido de que Deus removerá da Terra toda e qualquer mancha causada pelo pecado.

A Nova Jerusalém

A Nova Jerusalém é a capital da nova Terra. Na linguagem hebraica, *Jerusalém* significa “cidade de paz”. A Jerusalém terrestre dificilmente terá feito jus a seu nome, mas a *Nova Jerusalém* refletirá fielmente, em seu nome, a realidade.

Um vínculo de união. Em determinado sentido, essa cidade vincula o Céu e a nova Terra. Primariamente, o termo “céu” aplica-se ao céu atmosférico. As Escrituras utilizam o termo para referir-se: (1) ao céu atmosférico (Gn 1:20), (2) ao céu estrelado (Gn 1:14-17) e (3) ao “terceiro céu”, onde se localiza o paraíso (2Co 12:2-4). A partir dessa conexão de “céu” com paraíso, torna-se ele sinônimo desse termo, que define o lugar do trono e da habitação de Deus. Assim, por extensão, as Escrituras designam o reino de Deus, Seu governo e as pessoas que voluntariamente o aceitam como o “reino dos Céus”.

Deus responde, além de qualquer expectativa, a petição apresentada na Oração do Senhor: “Venha o teu reino; seja feita a tua vontade, assim na Terra como nos Céus”, ao deslocar a Nova Jerusalém para o planeta Terra (Ap 21:1, 2). Ele não apenas restaura a Terra, Ele a exalta. Transcendendo

seu presente estado decaído, ela se torna a capital do universo.

Descrição física. João utiliza termos românticos para configurar a beleza da Nova Jerusalém. A cidade é semelhante a uma “noiva adornada para o seu esposo” (Ap 21:2). A descrição dos atributos físicos que ele faz da cidade retrata a sua realidade.

1. A luz. O primeiro atributo específico que João percebeu ao ver “a noiva, a esposa do Cordeiro”, é a sua luz (Ap 21:9, 11). A glória de Deus ilumina a cidade, tornando supérflua a luz do Sol e da Lua (Ap 21:23, 24). Nenhum beco escuro tirará a beleza da Nova Jerusalém, pois seus muros e avenidas serão translúcidos e ali “não haverá noite” (Ap 21:25). “Nem precisam eles de luz de candeia, nem da luz do Sol, porque o Senhor Deus brilhará sobre eles” (Ap 22:5).

2. Sua construção. Deus utilizou somente materiais dos mais preciosos na construção da cidade. O muro é de jaspe, “uma pedra preciosíssima” (Ap 21:11, 18). Os fundamentos são adornados com doze gemas diferentes: jaspe, safira, calcidônia, esmeralda, sardônio, sárdio, crisólito, berilo, topázio, crisópraso, jacinto e ametista (Ap 21:19, 20).

Essas gemas não são, entretanto, o material primário de construção. Em sua maior parte, Deus fez a cidade – seus edifícios e ruas – de ouro (Ap 21:18, 21), utilizando o precioso metal tão liberalmente quanto hoje as pessoas utilizam concreto. Esse ouro é mais puro do que aquele que conhecemos, pois João o apresenta como “ouro puro, semelhante a vidro límpido” (Ap 21:18).

Doze portas, cada uma fabricada com uma única pérola, asseguram o acesso à cidade. “Pérolas são o produto de sofrimento: um pequeno corpo irritante incrusta-se sob a concha da ostra, e à medida que a pequena criatura sofre, transforma aquele corpo em uma vistosa gema. As portas são de pérola. Sua entrada, minha entrada, Deus a providenciou por meio de infinitos sofrimentos pessoais, quando em Cristo reconciliou consigo mesmo todas as coisas.”⁴

Tão significativo quanto a lista de materiais empregados na construção da cidade, é o fato de que o anjo que mostrou a cidade a João, mediu as suas muralhas. Se elas podiam ser medidas, possuindo altura, e comprimento e espessura, torna-se claro que a cidade é um elemento real, pois baseia-se em dados da realidade.

3. Seu suprimento de água e alimento. Do trono de Deus, localizado no centro da cidade, flui o “rio da água da vida” (Ap 22:1). Tal como uma figueira-de-

bengala, com seus múltiplos troncos, a árvore da vida cresce “de ambos os lados do rio”. Seus doze frutos contêm os elementos vitais dos quais a humanidade ficou privada desde que Adão e Eva abandonaram o Jardim do Éden. Eles são o antídoto para o envelhecimento, desgaste ou simples fadiga (Ap 22:2; Gn 3:22). Aqueles que comem do fruto dessa árvore nem mesmo necessitam de noite para repousar (cf. Ap 21:25), pois na nova Terra jamais sentirão cansaço.

Nosso eterno lar

A Bíblia torna claro que, finalmente, os salvos herdarão a Terra (Mt 5:5; Sl 37:9, 29; 115:16). Jesus prometeu preparar para os seus seguidores “moradas” na casa de seu Pai (Jo 14:1-3). Conforme observamos, as Escrituras localizam o trono do Pai e a sede do governo universal na Nova Jerusalém, que descera até a Terra (Ap 21:2, 3, 5).

Casas na cidade. A Nova Jerusalém é a cidade pela qual Abraão esperava (Hb 11:10). Dentro da grande cidade, Cristo está preparando “mansões” (Jo 14:2), ou – conforme indica a palavra original – “lugares de habitação” ou “moradas”, casas de verdade.

Casas no campo. Contudo, os redimidos não estarão confinados dentro dos muros da Nova Jerusalém. Eles herdarão a Terra. Poderão deixar seus lares na cidade e se dirigir ao campo, onde projetarão e construirão os lares de seus sonhos, suas casas de campo, plantarão vinhedos, colherão seus frutos e deles comerão (Is 65:21).

No lar, junto com Deus e Cristo. Na nova Terra, a promessa feita por Cristo a seus discípulos encontrará finalmente seu eterno cumprimento: “Para que, onde Eu estou, estejais vós também” (Jo 14:3). O propósito da encarnação, “Deus conosco”, atingirá finalmente seu alvo. “Eis o tabernáculo de Deus com os homens. Deus habitará com eles. Eles serão povos de Deus, e Deus mesmo estará com eles” (Ap 21:3). Aqui, os salvos terão o privilégio de viver na presença do Pai e do Filho, em constante companheirismo com eles.

A vida na nova Terra

Com o que se parecerá a vida na nova Terra?

Reinando com Deus e com Cristo. Deus envolverá os redimidos nos assuntos de seu reino. “Nela, estará o trono de Deus e do Cordeiro. Os seus servos o servirão. [...] E reinarão pelos séculos dos séculos” (Ap 22:3-5; cf. 5:10).

Não temos informações quanto à extensão de seu domínio. Entretanto, podemos assumir com segurança que, em um dos importantes papéis a serem desempenhados nesse reino, os remidos servirão como embaixadores de Cristo ao universo, testemunhando de sua experiência com o amor de Deus. Sua mais abrangente alegria será glorificar a Deus.

Atividades físicas na nova Terra. A vida na nova Terra desafiará os mais ambiciosos por toda a eternidade. Os lampejos que possuímos quanto às categorias de atividades disponíveis aos redimidos por certo estimulam nosso apetite, mas nem mesmo chegam a se aproximar do início da delimitação das possibilidades.

Já observamos a promessa bíblica de que os remidos construirão casas e nelas habitarão (Is 65:21). Construir implica projetar, edificar, mobiliar e, potencialmente, remodelar ou reconstruir. E a partir da palavra “habitar”, podemos formar a imagem de uma ampla gama de atividades relacionadas com a vida diária.

A motivação subjacente a toda a existência da nova Terra é a restauração daquilo que Deus havia planejado para sua criação original. No Éden, Deus concedeu aos primeiros seres humanos um jardim para “cuidar e cultivar” (Gn 2:15). Se na nova Terra haverão de plantar vinhedos, conforme diz Isaías, por que não jardins e campos de cereais? Se, conforme indica o Apocalipse, haverão de tocar harpas, por que não trompetes ou outros instrumentos? Em última análise, foi Deus quem implantou no ser humano a capacidade criadora e o colocou em um mundo de ilimitadas potencialidades (Gn 1:28-31).

Vida social na nova Terra. Grande parte de nossa alegria na Terra renovada será obtida através de relacionamentos.

1. Amigos e família. Reconhecemos nós os amigos e familiares depois que formos transformados à imagem de Jesus? Depois da ressurreição de Cristo os discípulos não tiveram qualquer dificuldade em reconhecê-lo. Maria identificou sua voz (Jo 20:11-16), Tomé a sua aparência física (Jo 20:27, 28), e os discípulos de Emaús, as suas maneiras (Lc 24:30, 31, 35). No reino do Céu, Abraão, Isaque e Jacó ainda conservarão seus nomes e identidades (Mt 8:11). Podemos imaginar com segurança que na nova Terra seguiremos mantendo o relacionamento com aqueles que hoje conhecemos e amamos.

Efetivamente, serão as relações das quais lá desfrutaremos – e não apenas com familiares e amigos atuais – que fazem do Céu a nossa esperança. Seus

benefícios materiais “parecerão como nada em comparação com os valores eternos do relacionamento com Deus Pai; com o nosso Salvador; com o Espírito Santo; com os anjos; com os santos de todas as famílias, nações, línguas e povos; e com os nossos familiares. [...] Não mais personalidades fragmentadas, famílias divididas, ou comunhão abalada. Inteira e perfeita saúde serão universais. A integração física e mental farão do Céu e da eternidade o mais pleno cumprimento de tudo”.⁵

“O amor e simpatias que o próprio Deus plantou na alma encontrarão ali o mais verdadeiro e suave exercício. A comunhão pura com os seres santos, a vida social harmoniosa com os bem-aventurados anjos e com os fiéis de todos os tempos [...] – tudo isso concorre para constituir a felicidade dos remidos.”⁶

2. Casamento? Alguns dos contemporâneos de Cristo relataram o caso da mulher que havia enviuvado repetidamente, tendo-se casado sete vezes ao todo. Perguntaram-lhe quem seria o seu marido quando da ressurreição. Não é necessário muita imaginação para se ver as infindáveis complicações que apareceriam, caso o relacionamento matrimonial do presente estado de coisas fosse renovado no Céu. A resposta de Cristo revela a sabedoria divina: “Errais, não conhecendo as Escrituras nem o poder de Deus. Porque, na ressurreição, nem casam, nem se dão em casamento; são, porém, como os anjos no Céu” (Mt 22:29, 30).

Significa isso que os remidos serão privados dos benefícios hoje associados ao matrimônio? Na nova Terra, os remidos não serão *privados* de coisa alguma boa! Deus prometeu que “nenhum bem sonega aos que andam retamente” (Sl 84:11). Se isso é verdade nesta vida, quanto mais deverá sê-lo na vindoura!

A verdadeira essência do matrimônio é o amor. A maior alegria possível se encontra na expressão do amor. Dizem as Escrituras: “Deus é amor” e “na tua presença há plenitude de alegria; na tua destra delíciasperpetuamente” (1Jo 4:8; Sl 16:11). Na nova Terra, ninguém sentirá falta de amor ou de prazer. Ninguém se sentirá solitário, vazio ou desamado ali.

Podemos ter a confiança de que o amorável Criador, que designou o casamento para trazer alegria à experiência humana no mundo atual, terá algo ainda melhor para o mundo vindouro – algo que será tão superior ao casamento quanto o novo mundo será superior ao atual.

Atividade intelectual na nova Terra

Restauração mental. “As folhas da árvore [da vida] são para a cura dos povos” (Ap 22:2). A cura de que fala o Apocalipse significa mais que “cura”, pois tem a ver com “restauração”, uma vez que ali ninguém mais adoecerá (Is 33:24, 20). À medida que comerem da árvore da vida, os remidos se libertarão das limitações físicas e mentais que séculos de pecado lhes ocasionaram; eles serão restaurados à imagem de Deus.

Potencial ilimitado. A eternidade oferece horizontes intelectuais ilimitados. “Ali, mentes imortais contemplarão, com deleite que jamais se fatigará, as maravilhas do poder criador, os mistérios do amor que redime. Ali não haverá nenhum adversário cruel, enganador, para nos tentar ao esquecimento de Deus. Todas as faculdades se desenvolverão, se ampliarão todas as capacidades. A aquisição de conhecimentos não cansará o espírito nem esgotará as energias. Ali os mais grandiosos empreendimentos poderão ser levados avante, alcançadas as mais elevadas aspirações, as mais altas ambições realizadas; e surgirão ainda novas alturas a atingir, novas maravilhas a admirar, novas verdades a compreender, novos objetivos a aguçar as faculdades do espírito, da alma e do corpo.”⁷

Objetivos espirituais na nova Terra. Separada de Cristo, a vida eterna seria sem significado. Através de toda a eternidade, os redimidos sentirão fome e sede de Jesus – por maior compreensão de sua vida e obra, por mais comunhão com Ele, por mais tempo para testemunhar diante do mundo não caído de seu incomparável amor, por um caráter que reflita mais intimamente o seu. Os redimidos viverão para e com Cristo. Nele descansarão, plenamente satisfeitos, para sempre!

O próprio Cristo vive para servir (Mt 20:28), e chama seus seguidores para viverem da mesma forma. Trabalhar para Ele, mesmo agora, é algo recompensador. E o relacionamento assim gerado oferece uma indicação das maiores bênçãos e privilégios de se trabalhar com Ele na eternidade. Lá, com grande gozo e satisfação, “seus servos o servirão” (Ap 22:3).

Embora os redimidos tenham a oportunidade de investigar a casa dos tesouros da natureza de Deus, a ciência mais popular será a ciência da cruz. Com os intelectos restaurados à acuidade que Deus deseja que tenham, e tendo sido removida a cegueira causada pelo pecado, estarão aptos a perceber verdades espirituais sob uma luz que agora apenas podemos almejar. Tornarão o assunto da salvação – tema que possui profundidade, altura e largura que ultrapassa toda imaginação – o seu estudo e cântico por toda a

eternidade. Po meio desse estudo, o redimido obterá vislumbres cada vez maiores da verdade conforme ela é em Cristo Jesus.

Semana após semana, os salvos se encontrarão para a adoração sabática: “De um sábado a outro, virá toda a carne a adorar perante mim, diz o SENHOR” (Is 66:23).

Não mais haverá...

Todo mal erradicado. Algumas das mais preciosas promessas relacionadas com a nova Terra dizem respeito ao que *não* existirá ali. “A morte já não existirá, já não haverá luto, nem pranto, nem dor, porque as primeiras coisas passaram” (Ap 21:4).

Todos esses males desaparecerão para sempre porque Deus erradicará toda forma de pecado, que este é a causa do mal. As Escrituras mencionam a árvore da vida como parte da nova Terra mas em nenhum momento o fazem em relação à árvore da ciência do bem e do mal, ou qualquer outra fonte de tentação. Naquela boa terra, os cristãos jamais terão de batalhar contra o mundo, a carne ou o diabo.

A garantia de que a nova Terra permanecerá “nova” a despeito da entrada de imigrantes provenientes do poluído e velho planeta Terra, é o fato de que Deus excluirá dali todos os covardes, incrédulos, abomináveis, assassinos, impuros, feiticeiros, idólatras e mentirosos (Ap 21:8; 22:15). Ele tem de fazê-lo, pois onde quer que entre o pecado, tão somente causa ruína.

“Todo vestígio de maldição é removido. [...] Apenas uma lembrança permanece: nosso Redentor sempre levará os sinais de sua crucifixão. Em sua frente ferida, em seu lado, em suas mãos e pés, estão os únicos vestígios da obra cruel que o pecado efetuou. Diz o profeta, contemplando Cristo em sua glória: ‘Raios brilhantes saíam da sua mão, e ali estava o esconderijo da sua força.’ Hb 3:4. [...] Através da eternidade os ferimentos do Calvário lhe proclamam o louvor e declararão o poder.”⁸

As coisas antigas não serão lembradas. Na nova Terra, diz Isaías, “não haverá lembrança das coisas passadas, jamais haverá memória delas” (Is 65:17). Lendo-se o contexto, entretanto, parece claro que são as tribulações que os remidos esquecerão para sempre (Is 65:16). Eles não poderão esquecer as boas coisas feitas por Deus, a abundante graça pela qual Ele os salvou, do contrário toda esta imensa batalha contra o pecado teria sido em vão. A experiência pessoal dos santos com a salvadora graça de Cristo será a

essência de seu testemunho ao longo da eternidade.

Adicionalmente, a história do pecado forma um importante elemento da garantia de que “não se levantará por duas vezes a angústia” (Na 1:9). Pensamentos quanto aos tristes resultados causados pelo pecado servirão como meio de intimidação para qualquer um ser tentado a seguir outra vez tal caminho suicida. Mas, embora os eventos do passado sirvam a esse importante propósito, a atmosfera celestial limpará essas terríveis recordações da dor a elas associada. A promessa é que essas memórias não provocarão nos remidos qualquer remorso, pesar, desapontamento, tristeza ou vexame.

O valor da crença em uma nova criação

A crença na doutrina da nova criação traz uma série de benefícios extremamente práticos para o cristão.

Provê incentivo para a perseverança. O próprio Jesus, “em troca da alegria que lhe estava proposta, suportou a cruz” (Hb 12:2). Paulo renovou seu estímulo ao contemplar a glória futura: “Por isso, não desanimamos. [...] Porque a nossa leve e momentânea tribulação produz para nós eterno peso de glória, acima de toda comparação” (2Co 4:16, 17).

Apresenta a alegria e certeza da recompensa. O próprio Cristo disse: “Regozijai-vos e exultai, porque é grande o vosso galardão nos céus” (Mt 5:12). Paulo reitera: “Se permanecer a obra de alguém [...] esse receberá galardão (1Co 3:14).

Fortalece contra a tentação. Moisés foi capaz de afastar-se dos “prazeres transitórios do pecado” e dos “tesouros do Egito” porque “contemplava o galardão” (Hb 11:25, 26).

Provê um antegozo do Céu. A recompensa do cristão não é apenas futura. O próprio Cristo, por intermédio do Espírito Santo, vem ao cristão e habita nele como uma espécie de garantia das bênçãos do futuro (2Co 1:22; 5:5; Ef 1:14). Cristo diz: “Se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa, e cearei com ele, e ele, comigo” (Ap 3:20). “Quando Cristo entra, sempre traz consigo o Céu.” Comungar com Ele é “ter o Céu no coração; é o início de sua glória; é a salvação antecipada.”⁹

Conduz à maior eficiência. Alguns veem os cristãos como tão voltados para o Céu que chegam a perder todo valor terrestre. Mas é a própria crença no além que dá aos cristãos a força para mudar o mundo. Conforme observou C. S. Lewis: “Se alguém ler a história, constatará que os cristãos que mais fizeram

por este mundo foram exatamente aqueles que mais pensaram no mundo do porvir. [...] Foi a partir do momento em que os cristãos deixaram de pensar no outro mundo que se tornaram tão ineficazes no mundo presente. Focalize o Céu e você realizará tudo na Terra; focalize a Terra e você não conseguirá coisa alguma.”¹⁰

“O homem sábio terá mais cuidado em esculpir uma estátua no mármore do que em fabricar um boneco de neve.”¹¹ O cristão, que planeja viver para sempre, naturalmente estruturará sua vida com maior cuidado (e assim exercerá maior influência sobre a sociedade) do que a pessoa que imagina ser descartável, que nasceu apenas para ser jogada fora.

A “ocupação com os temas celestiais, que o Espírito Santo alimenta, possui grande capacidade de assimilação. Por meio deles é a alma elevada e enobrecida. Sua esfera e seu poder de visão são ampliados, e as proporções e valores relativos das coisas visíveis e invisíveis são mais claramente apreciados”.¹²

Revela o caráter de Deus. O mundo, tal como agora o vemos, distorce grandemente o caráter de Deus e seu plano original para este planeta. O pecado danificou de tal modo o ecossistema terrestre, que muitos não conseguem estabelecer qualquer conexão entre este mundo e o paraíso retratado em Gênesis 1 e 2. Agora uma constante luta pela sobrevivência caracteriza a vida. Mesmo a vida do crente, que necessita batalhar contra o mundo, a carne e o diabo, não retrata adequadamente o plano original de Deus. Naquilo que Deus planejou para os remidos – um mundo não maculado pela mão de Satanás, um mundo no qual o propósito de Deus governa soberano – temos uma representação mais fiel de seu caráter.

Aproxima-nos de Deus. Finalmente, a Bíblia descreve a nova Terra *de modo a atrair as pessoas não religiosas a Cristo*. Uma pessoa, tendo ouvido falar que a “Terra restaurada à sua beleza edênica, tão real quanto ‘a Terra agora existente’, deveria constituir o lar final dos santos”, onde estariam “livres de toda tristeza, dor e morte, podendo conhecer e ver os outros face a face”, objetou vigorosamente: “Oh, isto não pode ser; isso é justamente o que agradaria ao mundo; isso é exatamente o que os ímpios apreciariam.”

Muitos “parecem pensar que a religião, com [...] sua recompensa final, deveria ser algo que o mundo não apreciaria; contudo, quando qualquer estado de felicidade é mencionado – pelo qual o coração do homem, em sua condição caída, muito almeja – eles pensam que isso não pode fazer parte da

verdadeira religião”.¹³ Nada poderia estar mais longe da verdade.

O verdadeiro propósito de Deus ao tornar conhecido aquilo que preparou para aqueles que o amam é atrair indivíduos, desviando-os de suas preocupações com este mundo, tentando ajudá-los a discernir o valor do mundo vindouro e lhes dar vislumbres das belas coisas preparadas no coração de amor do Pai.

Novas para sempre

Neste velho mundo, sempre ouvimos falar que “todas as coisas têm o seu fim”. A melhor dentre as boas-novas relacionadas com a nova Terra é que ela jamais chegará ao fim. Então viveremos essas realidades retratadas pelo coro “Aleluia”: “O reino do mundo se tornou de nosso Senhor e do seu Cristo, e Ele reinará pelos séculos dos séculos” (ver Ap 11:15; cf. Dn 2:44; 7:27). As Escrituras dizem ainda que toda criatura se unirá a este jubiloso cântico: “Àquele que está sentado no trono e ao Cordeiro, seja o louvor, e a honra, e a glória, e o domínio pelos séculos dos séculos” (Ap 5:13).

“O grande conflito terminou. Pecado e pecadores não mais existem. O universo inteiro está purificado. Uma única palpitação de harmonioso júbilo vibra por toda a vasta criação. Daquele que tudo criou emanam vida, luz e alegria por todos os domínios do espaço infinito. Desde o minúsculo átomo até ao maior dos mundos, todas as coisas, animadas e inanimadas, em sua serena beleza e perfeito gozo, declaram que Deus é amor.”¹⁴

¹ Ver Tiago White, “The New Earth: The Dominion Lost in Adam Restored Through Christ”, *Review and Herald*, 22 de março de 1877, p. 92, 93.

² A palavra “novo/nova” traduz dois termos gregos utilizados no Novo Testamento. *Neos* “expressa a ideia de novidade em relação ao tempo, podendo ser traduzido como ‘novo’, ‘recente’, ‘jovem’. Ela se opõe a *archaios*, ‘velho’, ‘original’, ‘antigo’”. *Kainos*, por outro lado, traz consigo a ideia de “novidade quanto à forma ou qualidade, e pode ser traduzido como ‘novo’, ‘fresco’, ‘diferente quanto à natureza’. Opõe-se a *palaios*, ‘velho’, ‘idoso’, ‘gasto’, ‘desfigurado’. *Kainos* é o termo utilizado para descrever a ‘nova Terra’” (“New Earth”, *SDA Bible Dictionary*, edição revista, p. 792).

³ Ibid .

⁴ Richard W. Coffen, “New Life, New Heaven, New Earth”, *These Times*, setembro de 1969, p. 7.

⁵ Neal C. Wilson, “God’s Family Reunited”, *Adventist Review*, 8 de outubro de 1981, p. 23.

⁶ E. G. White, *O Grande Conflito*, p. 677.

⁷ Ibid .

⁸ Ibid., p. 674.

⁹ “Clusters of Eschol”, *Review and Herald*, 14 de novembro de 1854, p. 111, 112.

¹⁰ C. S. Lewis, *Mere Christianity* (Westwood: Barbour and Co., 1952), p. 113.

¹¹ Fagal, *Heaven Is for You*, p. 37.

¹² “Clusters of Eschol”, p. 111, 112.

- ¹³ Uriah Smith, “The Popular Hope, and Ours”, *Review and Herald*, 7 de fevereiro de 1854, p. 20.
- ¹⁴ E. G. White, *O Grande Conflito*, p. 678.

CPB NA INTERNET

FAÇA SUAS
COMPRAS COM
COMODIDADE

APROVEITE
PROMOÇÕES
EXCLUSIVAS

LIVROS, REVISTAS,
AUDIOLIVROS,
CDS E DVDS

CONECTE-SE
ATRAVÉS DAS NOSSAS
REDES SOCIAIS COM
MILHARES
DE SEGUIDORES

ACESSE AGORA



www.cpb.com.br